



## O CIGA está em novo endereço!

Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307  
Bairro Estreito, Florianópolis/SC



Rua Humiatá

Rua Gercino Silva

Rua Olavo Bilac

Rua General Liberato Bittencourt

Guaciara

Mac Shopping

Casas  
da  
Água

Rua Cel. Pedro Demoro



Consórcio de Informática  
na Gestão Pública Municipal



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1907

Segunda-feira - 11 de Janeiro de 2016

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	3	Frei Rogério .....	152	Ouro Verde .....	295
Água Doce .....	4	Garopaba .....	155	Palhoça .....	296
Alto Bela Vista .....	49	Garuva .....	157	Penha .....	297
Antônio Carlos .....	53	Governador Celso Ramos .....	159	Peritiba .....	304
Arabutã .....	54	Grão Pará .....	160	Pinheiro Preto .....	307
Balneário Piçarras .....	55	Guaraciaba .....	161	Pomerode .....	312
Balneário Rincão .....	56	Guarujá do Sul .....	162	Porto Belo .....	314
Barra Velha .....	57	Herval d'Oeste .....	163	Pouso Redondo .....	315
Bela Vista do Toldo .....	58	Ibiam .....	165	Rio do Sul .....	316
Biguaçu .....	60	Imarui .....	166	Romelândia .....	324
Bom Jesus do Oeste .....	63	Imbituba .....	167	Salto Veloso .....	327
Bom Retiro .....	72	Iomerê .....	171	Santa Rosa do Sul .....	330
Braço do Trombudo .....	74	Ipumirim .....	174	São Bento do Sul .....	331
Brunópolis .....	77	Itá .....	175	São Carlos .....	334
Caçador .....	78	Itapiranga .....	176	São João do Oeste .....	367
Camboriú .....	84	Itapoá .....	190	São Joaquim .....	369
Campo Alegre .....	85	Ituporanga .....	222	São José .....	370
Campos Novos .....	93	Joaçaba .....	223	São Lourenço do Oeste .....	373
Canelinha .....	96	Lages .....	244	São Pedro de Alcântara .....	374
Canoinhas .....	97	Lebon Regis .....	245	Seara .....	378
Capinzal .....	102	Leoberto Leal .....	246	Serra Alta .....	379
Catanduvas .....	106	Lindóia do Sul .....	247	Sombrio .....	380
Caxambu do Sul .....	107	Luzerna .....	259	Sul Brasil .....	382
Chapadão do Lageado .....	108	Macieira .....	262	Tigrinhos .....	384
Cocal do Sul .....	114	Maracajá .....	268	Timbé do Sul .....	388
Concórdia .....	115	Maravilha .....	269	Três Barras .....	390
Coronel Freitas .....	125	Modelo .....	271	Treze Tílias .....	392
Coronel Martins .....	127	Mondaí .....	283	Tunápolis .....	393
Curitibanos .....	128	Morro da Fumaça .....	284	Turvo .....	396
Dionísio Cerqueira .....	138	Navegantes .....	285	Vargem Bonita .....	399
Flor do Sertão .....	139	Nova Trento .....	292	Videira .....	400
Forquilha .....	142	Novo Horizonte .....	293	Xavantina .....	402
Fraiburgo .....	147	Otacílio Costa .....	294	Xaxim .....	441

### Associações

AMAI .....	447	AMAUC .....	447
------------	-----	-------------	-----

### Consórcios

CIMVI .....	448
CIS/AMAUC .....	451
CIS/AMURC .....	453
CVC .....	454

# Abdon Batista

## PREFEITURA

### ERRATA PREGÃO PRESENCIAL 98/2015

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

ERRATA EXTRATO

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 98/2015

ONDE SE LÊ

MEIO FIO EM CONCRETO PRE MOLDADO 1 METRO DE COMPRIMENTO 20 CM DE ESPESSURA .

PREÇO MAXIMO UNITARIO (MT) : 20,00 REAIS

LEIA-SE

MEIO FIO EM CONCRETO 0,65 X 0,30 X 0,11 CM

Abdon Batista 08 de janeiro de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

PREFEITO MUNICIPAL

### PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 98/2015

A Prefeitura Municipal de Abdon Batista, comunica aos interessados do Edital de Licitação, modalidade Pregão Presencial (no 98/2015), do tipo Menor Preço por ITEM, que tornou público, com base na Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, tendo por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEIO FIO EM CONCRETO PARA COLOCAÇÃO DAS RUAS DO CENTRO DO MUNICÍPIO, conforme anexos, que está sendo PRORROGADO o prazo de recebimento e abertura dos envelopes “proposta de preço” e “documentação”, para o dia 26 de janeiro de 2016, para a entrega dos envelopes até às 09:45 horas, para o julgamento e início da disputa às 10:00 horas do mesmo dia.

Abdon Batista 08 de janeiro de 2016.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA

PREFEITO MUNICIPAL

### TOMADA DE PREÇOS 01/2016

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2016

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 01/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÕES URBANAS (RUAS E PASSEIOS) DO CENTRO DO MUNICÍPIO DE ACORDO COM CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 412.551-87/2013, Programa PRÓ-TRANSPORTE do Ministério das Cidades/ CAIXA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVO, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIRO E ORÇAMENTOS QUE INTEGRAM O EDITAL.

TIPO :Menor preço GLOBAL.

Abertura da Sessão: 09:30hs. do dia 28 de janeiro de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 08 de janeiro de 2016.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

# Água Doce

## PREFEITURA

### PORTARIA 003/2016

PORTARIA Nº 003/2016 de 07 de janeiro de 2016

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária JULIANA BORGA, inscrita sob CPF nº 026.486.189-29, funcionária efetiva no cargo de Assistente Administrativo, a partir de 06/01/2016 a 04/02/2016, referente ao período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de janeiro de 2016

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

### PORTARIA 004/2016

PORTARIA Nº 004/2016 de 07 de janeiro de 2016

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário JULIO CESAR TONIAL, inscrito sob CPF nº 494.801.039-15, funcionário comissionado no cargo de Diretor do Departamento de Urbanismo, a partir de 06/01/2016 a 04/02/2016, referente ao período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de janeiro de 2016

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

### PORTARIA 005/2016

PORTARIA Nº 005/2016 de 07 de janeiro de 2016

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária CLEDI WIEZOREK ALTENBURGER, inscrita sob CPF nº 008.745.379-75, funcionária efetiva no cargo de Psicóloga 40 horas, a partir de 07/01/2016 a 05/02/2016, referente ao período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de janeiro de 2016

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

### PORTARIA 006/2016

PORTARIA Nº 006/2016 de 07 de janeiro de 2016

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária DANIELA DRESCH HACK, inscrita sob CPF nº 041.262.589-06, funcionária efetiva no cargo de Psicóloga 40 horas, a partir de 07/01/2016 a 05/02/2016, referente ao período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de janeiro de 2016

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

**PORTARIA 007/2016**

PORTARIA Nº 007/2016 de 07 de janeiro de 2016

**"DESIGNAR SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES QUE MENCIONA"**

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Designar a substituição em caráter temporário da servidora EVARISTA BERNADETE TRENTTO CPF 028.865.979-10, matrícula 751, funcionária efetiva no cargo de Assistente Administrativo e Responsável pelo departamento de Trânsito e Defesa Civil, para que além das funções que já exerce, exercer também as funções desempenhadas pela funcionária responsável do Gabinete do Prefeito, durante o período de férias da servidora MARILUCY SARE KUSMANN, CPF 023.802.499-70, Matrícula 816, ocupante do referido cargo a ser substituído.

Artigo 2º Tal substituição tem início em 28/12/2015 a 06/02/2016, ou seja, em quanto a substituída estiver em férias.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 07 de janeiro de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

**PORTARIA 008/2016**

PORTARIA Nº 008/2016 de 07 de janeiro de 2016

**"DESISTÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014"**

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Deferir o pedido de Desistência do Concurso Público 015/2014, de Tatiane Brustolin, referente ao cargo em caráter efetivo de Técnico em Enfermagem, conforme pedido de desistência anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de janeiro de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

**CRONOGRAMA BIMESTRAL DESEMBOLSO FMAS**

Exercício de 2016

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

Cronograma Bimestral de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta

Código	Especificação	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Total	
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
			Diferença		Diferença		Diferença		Diferença		Diferença		Diferença		Diferença
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	47.944,16		47.944,16		47.544,16		47.544,16		47.544,16		47.522,20		286.043,00	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.634,00		18.634,00		18.634,00		18.634,00		18.634,00		18.630,00		111.800,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	18.634,00		18.634,00		18.634,00		18.634,00		18.634,00		18.630,00		111.800,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	29.310,16		29.310,16		28.910,16		28.910,16		28.910,16		28.892,20		174.243,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	29.310,16		29.310,16		28.910,16		28.910,16		28.910,16		28.892,20		174.243,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	7.471,66		4.971,66		2.971,66		1.471,66		1.471,66		1.471,70		19.830,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	7.471,66		4.971,66		2.971,66		1.471,66		1.471,66		1.471,70		19.830,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	7.471,66		4.971,66		2.971,66		1.471,66		1.471,66		1.471,70		19.830,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		2.000,00		2.000,00	
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		2.000,00		2.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		2.000,00		2.000,00	
<b>Total Geral</b>		<b>55.415,82</b>		<b>52.915,82</b>		<b>50.515,82</b>		<b>49.015,82</b>		<b>49.015,82</b>		<b>50.993,90</b>		<b>307.873,00</b>	

AGUA DOCE , 23/12/2015

ORLANDO FÁVERO  
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

CRONOGRAMA BIMESTRAL DESEMBOLSO FMS

Exercício de 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Cronograma Bimestral de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta

Código	Especificação	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Total	
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
		Diferença		Diferença		Diferença		Diferença		Diferença		Diferença		Diferença	
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	714.427,50		715.183,05		721.158,60		721.158,60		721.158,60		721.158,65		4.314.245,00	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	455.603,02		455.603,02		455.603,02		455.603,02		455.603,02		455.602,90		2.733.618,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	452.269,68		452.269,68		452.269,68		452.269,68		452.269,68		452.269,60		2.713.618,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	3.333,34		3.333,34		3.333,34		3.333,34		3.333,34		3.333,30		20.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	258.824,48		259.580,03		265.555,58		265.555,58		265.555,58		265.555,75		1.580.627,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	79.236,66		79.236,66		79.236,66		79.236,66		79.236,66		79.236,70		475.420,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	179.587,82		180.343,37		186.318,92		186.318,92		186.318,92		186.319,05		1.105.207,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	80.233,32		60.233,32		54.833,32		54.833,32		54.833,32		54.833,40		359.800,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	80.233,32		60.233,32		54.833,32		54.833,32		54.833,32		54.833,40		359.800,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		3.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		3.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		3.000,00	
Total Geral		794.660,82		775.416,37		775.991,92		775.991,92		775.991,92		778.992,05		4.677.045,00	

AGUA DOCE , 23/12/2015

ORLANDO FÁVERO  
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

CRONOGRAMA BIMESTRAL DESEMBOLSO SIMA

Exercício de 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE

Cronograma Bimestral de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta

Código	Especificação	1º Bimestre			2º Bimestre			3º Bimestre			4º Bimestre			5º Bimestre			6º Bimestre			Total	
		Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	83.904,00			83.904,00			88.904,00			88.904,00			88.904,00			98.905,00			533.425,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	83.904,00			83.904,00			88.904,00			88.904,00			88.904,00			98.905,00			533.425,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	83.904,00			83.904,00			88.904,00			88.904,00			88.904,00			98.905,00			533.425,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00			5.000,00			0,00			0,00			0,00			0,00			10.000,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.000,00			5.000,00			0,00			0,00			0,00			0,00			10.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.000,00			5.000,00			0,00			0,00			0,00			0,00			10.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00			0,00			0,00			0,00			0,00			3.000,00			3.000,00	
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00			0,00			0,00			0,00			0,00			3.000,00			3.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00			0,00			0,00			0,00			0,00			3.000,00			3.000,00	
Total Geral		88.904,00			88.904,00			88.904,00			88.904,00			88.904,00			101.905,00			546.425,00	

AGUA DOCE , 23/12/2015

NEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ELIAS VIECELI  
Presidente do SIMA



## CRONOGRAMA DESEMBOLSO BIMESTRAL CONSOLIDADO 2016

Exercício de 2016

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Cronograma Bimestral de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Total	
		Previsto	Diferença	Realizado	Diferença	Previsto	Diferença	Realizado	Diferença	Previsto	Diferença	Realizado	Diferença	Previsto	Diferença
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	3.041.617,08		3.260.469,15	3.489.865,12	3.211.443,46		3.240.792,82	3.595.106,45	19.839.294,08					
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.772.946,72		1.772.315,96	2.058.636,38	1.772.314,72		1.772.314,72	2.058.862,13	11.207.390,63					
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	9.750,00		9.750,00	9.750,00	9.750,00		9.750,00	9.750,00	58.500,00					
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.729.155,96		1.728.525,20	2.014.845,62	1.728.523,96		1.728.523,96	2.015.070,93	10.944.645,63					
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	34.040,76		34.040,76	34.040,76	34.040,76		34.040,76	34.041,20	204.245,00					
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	33.617,82		33.617,82	33.617,82	33.617,82		33.617,82	33.617,90	201.707,00					
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	33.617,82		33.617,82	33.617,82	33.617,82		33.617,82	33.617,90	201.707,00					
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.235.052,54		1.454.535,37	1.397.610,92	1.405.510,92		1.434.860,28	1.502.626,42	8.430.196,45					
3.3.20.00.00.00.00.00	Transferências a União	32.688,66		32.688,66	32.688,66	32.688,66		32.688,66	32.688,70	196.132,00					
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	148.236,66		172.236,66	94.236,66	101.736,66		89.236,66	89.236,70	694.920,00					
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	30.000,00					
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.038.543,90		1.234.026,73	1.255.102,28	1.255.502,28		1.297.351,84	1.365.117,62	7.445.644,45					
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	10.583,32		10.583,32	10.583,32	10.583,32		10.583,32	10.583,40	63.500,00					
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	189.855,20		1.164.305,20	910.299,30	245.955,20		137.955,20	132.455,82	2.781.425,92					
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	141.892,82		1.116.942,82	862.336,92	197.992,82		89.992,82	84.493,40	2.493.651,60					
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.583,32		1.583,32	1.583,32	1.583,32		1.583,32	1.583,40	9.500,00					
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	140.309,50		1.115.359,50	860.753,60	196.409,50		88.409,50	82.910,00	2.484.151,60					
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	47.962,38		47.962,38	47.962,38	47.962,38		47.962,38	47.962,42	287.774,32					
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	8.333,32		8.333,32	8.333,32	8.333,32		8.333,32	8.333,40	58.000,00					
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	8.333,32		8.333,32	8.333,32	8.333,32		8.333,32	8.333,40	58.000,00					
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	8.333,32		8.333,32	8.333,32	8.333,32		8.333,32	8.333,40	58.000,00					
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	8.333,32		8.333,32	8.333,32	8.333,32		8.333,32	8.333,40	58.000,00					
<b>Total Geral</b>		<b>3.239.805,60</b>		<b>4.433.707,67</b>	<b>4.408.497,74</b>	<b>3.465.731,98</b>		<b>3.387.081,34</b>	<b>3.743.895,67</b>	<b>22.678.720,00</b>					

AGUA DOCE , 08/01/2016

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito MunicipalJOSELI A.S.M.R.TRENTO  
Contadora

## CRONOGRAMA DESEMBOLSO BIMESTRAL PREF MUN 2016

Exercício de 2016

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Cronograma Bimestral de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta

Código	Especificação	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Total	
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.195.341,42		2.413.437,94		2.632.258,36		2.353.836,70		2.383.186,06		2.727.520,60		14.705.581,08	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.298.709,70		1.298.078,94		1.584.399,36		1.298.077,70		1.298.077,70		1.584.629,23		8.361.972,63	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	9.750,00		9.750,00		9.750,00		9.750,00		9.750,00		9.750,00		58.500,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.258.252,28		1.257.621,52		1.543.941,94		1.257.620,28		1.257.620,28		1.544.171,33		8.119.227,63	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	30.707,42		30.707,42		30.707,42		30.707,42		30.707,42		30.707,42		184.245,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	33.617,82		33.617,82		33.617,82		33.617,82		33.617,82		33.617,90		201.707,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	33.617,82		33.617,82		33.617,82		33.617,82		33.617,82		33.617,90		201.707,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	863.013,90		1.081.741,18		1.014.241,18		1.022.141,18		1.051.490,54		1.109.273,47		6.141.901,45	
3.3.20.00.00.00.00.00	Transferências a União	32.688,66		32.688,66		32.688,66		32.688,66		32.688,66		32.688,70		196.132,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	69.000,00		93.000,00		15.000,00		22.500,00		10.000,00		10.000,00		219.500,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	5.000,00		5.000,00		5.000,00		5.000,00		5.000,00		5.000,00		30.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	745.741,92		940.469,20		950.969,20		951.369,20		993.218,56		1.051.001,37		5.632.769,45	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	10.583,32		10.583,32		10.583,32		10.583,32		10.583,32		10.583,40		63.500,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	97.150,22		1.094.700,22		852.494,32		189.650,22		81.650,22		76.150,72		2.391.795,92	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	49.187,84		1.046.737,84		804.531,94		141.687,84		33.687,84		28.188,30		2.104.021,60	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.583,32		1.583,32		1.583,32		1.583,32		1.583,32		1.583,40		9.500,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	47.604,52		1.045.154,52		802.948,62		140.104,52		32.104,52		26.604,90		2.094.521,60	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	47.962,38		47.962,38		47.962,38		47.962,38		47.962,38		47.962,42		287.774,32	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	8.333,32		8.333,32		8.333,32		8.333,32		8.333,32		8.333,40		50.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	8.333,32		8.333,32		8.333,32		8.333,32		8.333,32		8.333,40		50.000,00	
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	8.333,32		8.333,32		8.333,32		8.333,32		8.333,32		8.333,40		50.000,00	
<b>Total Geral</b>		<b>2.300.824,96</b>		<b>3.516.471,48</b>		<b>3.493.086,00</b>		<b>2.551.820,24</b>		<b>2.473.169,60</b>		<b>2.812.004,72</b>		<b>17.147.377,00</b>	

AGUA DOCE , 08/01/2016

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito MunicipalJOSELI A.S.M.R.TRENTO  
Contadora

## CRONOGRAMA MENSAL DESEMBOLSO CONSOLIDADO 2016

Exercício de 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Cronograma Mensal de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Jan/16	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Jul/16	Agos/16	Sep/16	Out/16	Nov/16	Dez/16	Total
		Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado
		Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.540.275,84	1.501.341,24	1.590.856,80	1.669.612,35	1.596.522,35	1.893.342,77	1.624.921,73	1.586.521,73	1.610.271,09	1.630.521,73	1.651.521,73	1.943.584,72	19.839.294,08
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	886.788,74	886.157,98	886.157,98	886.157,98	886.157,98	886.157,98	886.157,98	886.157,98	886.157,98	886.157,98	886.157,98	886.157,98	8.861.579,80
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	48.750,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	864.893,36	864.262,60	864.262,60	864.262,60	864.262,60	864.262,60	864.262,60	864.262,60	864.262,60	864.262,60	864.262,60	864.262,60	8.642.626,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçame	17.020,38	17.020,38	17.020,38	17.020,38	17.020,38	17.020,38	17.020,38	17.020,38	17.020,38	17.020,38	17.020,38	17.020,38	170.203,80
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,91	168.089,10
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	636.678,19	598.374,35	687.889,91	766.645,46	693.555,46	704.055,46	721.955,46	683.555,46	707.304,82	727.555,46	748.555,46	754.070,96	7.485.555,46
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	163.443,30
3.3.20.00.00.00.00.00	Transferências a União	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	163.443,30
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas	104.618,33	43.618,33	53.618,33	118.618,33	49.618,33	44.618,33	57.118,33	44.618,33	44.618,33	44.618,33	44.618,33	44.618,33	446.183,30
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	507.923,87	530.620,03	610.135,59	623.891,14	619.801,14	635.301,14	640.701,14	614.801,14	638.550,50	658.801,14	679.801,14	685.316,48	6.798.011,40
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op. ent	5.291,66	5.291,66	5.291,66	5.291,66	5.291,66	5.291,66	5.291,66	5.291,66	5.291,66	5.291,66	5.291,66	5.291,66	52.916,60
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	88.227,60	101.627,60	639.177,60	525.727,60	546.727,60	363.571,70	116.727,60	129.227,60	69.227,60	68.727,60	66.227,60	66.227,60	692.227,60
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	64.246,41	77.646,41	615.196,41	501.746,41	522.746,41	339.590,51	92.746,41	105.246,41	45.246,41	44.746,41	42.246,99	42.246,99	422.469,99
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	791,66	791,66	791,66	791,66	791,66	791,66	791,66	791,66	791,66	791,66	791,66	791,66	7.916,60
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	63.454,75	76.854,75	614.404,75	500.954,75	521.954,75	338.798,85	91.954,75	104.454,75	44.454,75	43.954,75	41.454,75	41.455,25	4.145.454,75
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	239.811,90
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	239.811,90
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	41.666,60
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	41.666,60
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	41.666,60
	<b>Total Geral</b>	<b>1.632.670,10</b>	<b>1.607.135,50</b>	<b>2.234.201,06</b>	<b>2.199.506,61</b>	<b>2.147.416,61</b>	<b>2.261.091,13</b>	<b>1.745.915,99</b>	<b>1.719.915,99</b>	<b>1.683.665,35</b>	<b>1.703.415,99</b>	<b>1.721.915,99</b>	<b>2.021.979,68</b>	<b>22.578.720,00</b>

AGUA DOCE , 08/01/2016

NOVELLI SGANZLERIA  
Prefeito MunicipalJOSELIA S.M.R.TRENTO  
Contadora

CRONOGRAMA MENSAL DESEMBOLSO FMAS

Exercício de 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE  
Cronograma Mensal de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta

Código	Especificação	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro		Total	
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	23.772,08		24.172,08		24.172,08		23.772,08		23.772,08		23.772,08		23.772,08		23.772,08		23.772,08		23.772,08		23.772,08		23.750,12		286.043,00	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.317,00		9.317,00		9.317,00		9.317,00		9.317,00		9.317,00		9.317,00		9.317,00		9.317,00		9.317,00		9.317,00		9.313,00		111.800,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	9.317,00		9.317,00		9.317,00		9.317,00		9.317,00		9.317,00		9.317,00		9.317,00		9.317,00		9.317,00		9.317,00		9.313,00		111.800,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.455,08		14.855,08		14.855,08		14.455,08		14.455,08		14.455,08		14.455,08		14.455,08		14.455,08		14.455,08		14.455,08		14.437,12		174.243,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	14.455,08		14.855,08		14.855,08		14.455,08		14.455,08		14.455,08		14.455,08		14.455,08		14.455,08		14.455,08		14.455,08		14.437,12		174.243,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.735,83		4.735,83		3.735,83		1.235,83		1.235,83		1.735,83		735,83		735,83		735,83		735,83		735,83		735,87		19.830,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.735,83		4.735,83		3.735,83		1.235,83		1.235,83		1.735,83		735,83		735,83		735,83		735,83		735,83		735,87		19.830,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.735,83		4.735,83		3.735,83		1.235,83		1.235,83		1.735,83		735,83		735,83		735,83		735,83		735,83		735,87		19.830,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		2.000,00	
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		2.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		2.000,00	
Total Geral		26.507,91		28.907,91		27.907,91		25.007,91		25.007,91		25.507,91		24.507,91		24.507,91		24.507,91		24.507,91		24.507,91		24.507,91		307.873,00	

AGUA DOCE , 23/12/2015

ORLANDO FÁVERO  
Titular da Unidade

NEUSAM C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

## CRONOGRAMA MENSAL DESEMBOLSO FMS

Exercício de 2016

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**  
 Cronograma Mensal de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
		Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado Diferença
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	358.913,75	355.513,75	355.513,75	359.669,30	360.579,30	360.579,30	360.579,30	360.579,30	360.579,30	360.579,30	360.579,30	360.579,35	4.314.245,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	227.801,51	227.801,51	227.801,51	227.801,51	227.801,51	227.801,51	227.801,51	227.801,51	227.801,51	227.801,51	227.801,51	227.801,39	2.733.618,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	226.134,84	226.134,84	226.134,84	226.134,84	226.134,84	226.134,84	226.134,84	226.134,84	226.134,84	226.134,84	226.134,84	226.134,76	2.713.618,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Órgame	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,63	20.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	131.112,24	127.712,24	127.712,24	131.867,79	132.777,79	132.777,79	132.777,79	132.777,79	132.777,79	132.777,79	132.777,79	132.777,96	1.580.627,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas :	39.618,33	39.618,33	39.618,33	39.618,33	39.618,33	39.618,33	39.618,33	39.618,33	39.618,33	39.618,33	39.618,33	39.618,37	475.420,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	91.493,91	88.093,91	88.093,91	92.249,46	93.159,46	93.159,46	93.159,46	93.159,46	93.159,46	93.159,46	93.159,46	93.159,59	1.105.207,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	47.416,66	32.816,66	32.816,66	27.416,66	27.416,66	27.416,66	27.416,66	27.416,66	27.416,66	27.416,66	27.416,66	27.416,74	359.800,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	47.416,66	32.816,66	32.816,66	27.416,66	27.416,66	27.416,66	27.416,66	27.416,66	27.416,66	27.416,66	27.416,66	27.416,74	359.800,00
9.0.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	47.416,66	32.816,66	32.816,66	27.416,66	27.416,66	27.416,66	27.416,66	27.416,66	27.416,66	27.416,66	27.416,66	27.416,74	359.800,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
	<b>Total Geral</b>	<b>406.330,41</b>	<b>388.330,41</b>	<b>388.330,41</b>	<b>387.085,96</b>	<b>387.995,96</b>	<b>387.995,96</b>	<b>387.995,96</b>	<b>387.995,96</b>	<b>387.995,96</b>	<b>387.995,96</b>	<b>387.995,96</b>	<b>387.995,96</b>	<b>4.677.045,00</b>

AGUA DOCE , 23/12/2015

ORLANDO FÁVERO  
 Titular da Unidade

NEUSAM C. S. BISSANI  
 CONTADORA CRC/SC 0203880-0

## CRONOGRAMA MENSAL DESEMBOLSO PREF MUN 2016

Exercício de 2016

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**  
 Cronograma Mensal de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Sep	Out	Nov	Dez	Total
		Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado
		Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.113.138,01	1.082.203,41	1.171.718,97	1.241.718,97	1.167.718,97	1.464.539,39	1.196.118,35	1.157.718,35	1.181.467,71	1.201.718,35	1.222.718,35	1.504.802,25	14.705.581,08
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	649.670,23	649.039,47	649.039,47	649.039,47	649.039,47	935.359,89	649.038,85	649.038,85	649.038,85	649.038,85	649.038,85	935.590,38	8.361.972,83
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	58.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	629.441,52	628.810,76	628.810,76	628.810,76	628.810,76	915.131,18	628.810,14	628.810,14	628.810,14	628.810,14	628.810,14	915.361,19	8.119.227,63
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper Intra-Orçame	15.353,71	15.353,71	15.353,71	15.353,71	15.353,71	15.353,71	15.353,71	15.353,71	15.353,71	15.353,71	15.353,71	15.354,19	184.245,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,99	201.707,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,91	16.808,99	201.707,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	446.658,87	416.355,03	505.870,59	575.870,59	501.870,59	512.370,59	530.270,59	491.870,59	515.619,95	535.870,59	556.870,59	552.402,88	6.141.901,45
3.3.20.00.00.00.00.00	Transferências a União	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,33	16.344,37	196.132,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas	65.000,00	4.000,00	14.000,00	79.000,00	10.000,00	5.000,00	17.500,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	219.500,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	357.522,88	388.219,04	467.734,60	472.734,60	467.734,60	483.234,60	488.534,60	462.734,60	486.483,96	506.734,60	527.734,60	523.266,77	5.632.769,45
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op,ent	5.291,66	5.291,66	5.291,66	5.291,66	5.291,66	5.291,66	5.291,66	5.291,66	5.291,66	5.291,66	5.291,66	5.291,74	63.500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	38.075,11	59.075,11	597.625,11	497.075,11	518.075,11	334.419,21	88.575,11	101.075,11	41.075,11	40.575,11	38.075,11	38.075,61	2.391.795,92
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	14.093,92	35.093,92	573.643,92	473.093,92	494.093,92	310.438,02	64.593,92	77.093,92	17.093,92	16.593,92	14.093,92	14.094,38	2.104.021,60
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	791,66	791,66	791,66	791,66	791,66	791,66	791,66	791,66	791,66	791,66	791,66	791,74	9.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	13.302,26	34.302,26	572.852,26	472.302,26	493.302,26	309.646,36	63.802,26	76.302,26	16.302,26	15.802,26	13.302,26	13.302,64	2.094.521,60
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,23	287.774,32
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,19	23.981,23	287.774,32
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,74	50.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,74	50.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,74	50.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>1.155.379,78</b>	<b>1.145.445,18</b>	<b>1.773.510,74</b>	<b>1.742.960,74</b>	<b>1.689.960,74</b>	<b>1.803.125,26</b>	<b>1.288.860,12</b>	<b>1.262.960,12</b>	<b>1.226.709,48</b>	<b>1.246.460,12</b>	<b>1.264.960,12</b>	<b>1.547.044,60</b>	<b>17.147.377,00</b>

AGUA DOCE , 08/01/2016

NOVELLI SGANZLERIA  
 Prefeitura Municipal

JOSELIA S.M.R.TRENTO  
 Contadora

CRONOGRAMA MENSAL DESEMBOLSO SIMA

Exercício de 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE  
Cronograma Mensal de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
		Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto
		Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado
		Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	44.452,00	39.452,00	39.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	54.453,00	533.425,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	44.452,00	39.452,00	39.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	54.453,00	533.425,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	44.452,00	39.452,00	39.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	54.453,00	533.425,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00
	Total Geral	44.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	44.452,00	57.453,00	546.425,00

AGUA DOCE , 23/12/2015

ELIAS VIECELI  
Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0







Exercício de 2016

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**  
 Metas Mensais de Arrecadação - Programado/Orgão (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Janeiro Previsto	Fevereiro Previsto	Março Previsto	Abril Previsto	Maior Previsto	Junho Previsto	Julho Previsto	Agosto Previsto	Setembro Previsto	Outubro Previsto	Novembro Previsto	Dezembro Previsto	Total Previsto
4.1.3.2.5.01.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recur	6.170,84	6.170,84	6.170,84	6.170,84	6.170,84	6.170,84	6.170,84	6.170,84	6.170,84	6.170,84	6.170,84	6.170,84	74.050,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vin	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	15.500,00
4.1.3.2.5.01.59.00.00	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc	4.879,17	4.879,17	4.879,17	4.879,17	4.879,17	4.879,17	4.879,17	4.879,17	4.879,17	4.879,17	4.879,17	4.879,17	58.550,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não	11.708,33	11.708,33	11.708,33	11.708,33	11.708,33	11.708,33	11.708,33	11.708,33	11.708,33	11.708,33	11.708,33	11.708,33	140.500,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec	11.708,33	11.708,33	11.708,33	11.708,33	11.708,33	11.708,33	11.708,33	11.708,33	11.708,33	11.708,33	11.708,33	11.708,33	140.500,00
4.1.4.0.0.0.0.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	35.537,45
4.1.4.9.0.0.0.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	35.537,45
4.1.7.0.0.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.417,084,28	1.417,084,16	1.417,084,20	1.417,084,20	1.417,084,20	1.417,084,20	1.433,459,20	1.433,459,20	1.449,984,20	1.449,984,20	1.433,609,20	1.437,159,11	17.140.760,35
4.1.7.2.0.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAM	1.354,883,87	1.354,283,87	1.354,283,87	1.354,283,87	1.354,283,87	1.354,283,87	1.370,658,87	1.370,658,87	1.387,183,87	1.387,183,87	1.370,808,87	1.374,358,78	16.387,156,35
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	466,963,87	466,363,87	466,363,87	466,363,87	466,363,87	466,363,87	482,738,87	482,738,87	499,263,87	499,263,87	482,888,87	482,888,78	5.728.566,35
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	418,413,12	418,413,12	418,413,12	418,413,12	418,413,12	418,413,12	418,413,12	418,413,12	418,413,12	418,413,12	418,413,12	418,413,03	5.020.957,35
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação	391,147,01	391,147,01	391,147,01	391,147,01	391,147,01	391,147,01	391,147,01	391,147,01	391,147,01	391,147,01	391,147,01	391,146,89	4.693.764,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - Próprios	283,581,58	283,581,58	283,581,58	283,581,58	283,581,58	283,581,58	283,581,58	283,581,58	283,581,58	283,581,58	283,581,58	283,581,52	3.402.978,90
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Dedução Cota-Parte do FPM Forme	-97,786,75	-97,786,75	-97,786,75	-97,786,75	-97,786,75	-97,786,75	-97,786,75	-97,786,75	-97,786,75	-97,786,75	-97,786,75	-97,786,75	-1.173.441,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - Educa	122,233,44	122,233,44	122,233,44	122,233,44	122,233,44	122,233,44	122,233,44	122,233,44	122,233,44	122,233,44	122,233,44	122,233,41	1.468.801,25
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - Saúde	73,340,06	73,340,06	73,340,06	73,340,06	73,340,06	73,340,06	73,340,06	73,340,06	73,340,06	73,340,06	73,340,06	73,340,09	880.080,75
4.1.7.2.1.01.02.04.00	FPM - FIA	9,778,68	9,778,68	9,778,68	9,778,68	9,778,68	9,778,68	9,778,68	9,778,68	9,778,68	9,778,68	9,778,68	9,778,68	117.344,10
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territ	27,266,11	27,266,11	27,266,11	27,266,11	27,266,11	27,266,11	27,266,11	27,266,11	27,266,11	27,266,11	27,266,11	27,266,14	327.193,35
4.1.7.2.1.01.05.01.00	ITR - Próprios	20,449,58	20,449,58	20,449,58	20,449,58	20,449,58	20,449,58	20,449,58	20,449,58	20,449,58	20,449,58	20,449,58	20,449,63	245.395,01
9.1.7.2.1.01.05.01.00	Dedução de Receita p/ Formação d	-6,816,53	-6,816,53	-6,816,53	-6,816,53	-6,816,53	-6,816,53	-6,816,53	-6,816,53	-6,816,53	-6,816,53	-6,816,53	-6,816,53	-81.798,33
4.1.7.2.1.01.05.02.00	ITR - Educa	8,520,66	8,520,66	8,520,66	8,520,66	8,520,66	8,520,66	8,520,66	8,520,66	8,520,66	8,520,66	8,520,66	8,520,66	102.247,92
4.1.7.2.1.01.05.03.00	ITR - Saúde	5,112,40	5,112,40	5,112,40	5,112,40	5,112,40	5,112,40	5,112,40	5,112,40	5,112,40	5,112,40	5,112,40	5,112,35	61.348,75
4.1.7.2.1.09.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.100,00
4.1.7.2.1.09.99.00.00	Demaís Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.100,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. de Compem. Finan. pela Expl	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Cota-Parte da Compem. Finan. de Re	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Pe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.500,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des	45,682,75	45,682,75	45,682,75	45,682,75	45,682,75	45,682,75	45,682,75	45,682,75	45,682,75	45,682,75	45,682,75	45,682,75	548.193,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	31,250,00	31,250,00	31,250,00	31,250,00	31,250,00	31,250,00	31,250,00	31,250,00	31,250,00	31,250,00	31,250,00	31,250,00	375.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transferências Diretas do FNDE refe	7,065,67	7,065,67	7,065,67	7,065,67	7,065,67	7,065,67	7,065,67	7,065,67	7,065,67	7,065,67	7,065,67	7,065,63	84.788,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE refe	7,367,08	7,367,08	7,367,08	7,367,08	7,367,08	7,367,08	7,367,08	7,367,08	7,367,08	7,367,08	7,367,08	7,367,12	88.405,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Finan. ICMS - Desoner - L.C.	2,268,00	2,268,00	2,268,00	2,268,00	2,268,00	2,268,00	2,268,00	2,268,00	2,268,00	2,268,00	2,268,00	2,268,00	27.216,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00	ICMS - Desoner - Próprios	1,701,00	1,701,00	1,701,00	1,701,00	1,701,00	1,701,00	1,701,00	1,701,00	1,701,00	1,701,00	1,701,00	1,701,00	20.412,00
9.1.7.2.1.36.01.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS	-567,00	-567,00	-567,00	-567,00	-567,00	-567,00	-567,00	-567,00	-567,00	-567,00	-567,00	-567,00	-8.804,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00	ICMS - Desoner - Educa	708,75	708,75	708,75	708,75	708,75	708,75	708,75	708,75	708,75	708,75	708,75	708,75	8.505,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00	ICMS - Desoner - Saúde	425,25	425,25	425,25	425,25	425,25	425,25	425,25	425,25	425,25	425,25	425,25	425,25	5.103,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00	Transferências dos Estados	640,092,00	640,092,00	640,092,00	640,092,00	640,092,00	640,092,00	640,092,00	640,092,00	640,092,00	640,092,00	640,092,00	643,642,00	7.684.654,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	640,092,00	640,092,00	640,092,00	640,092,00	640,092,00	640,092,00	640,092,00	640,092,00	640,092,00	640,092,00	640,092,00	643,642,00	7.684.654,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS	730,000,00	730,000,00	730,000,00	730,000,00	730,000,00	730,000,00	730,000,00	730,000,00	730,000,00	730,000,00	730,000,00	730,000,00	8.760.000,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00	ICMS - Próprios	438,000,00	438,000,00	438,000,00	438,000,00	438,000,00	438,000,00	438,000,00	438,000,00	438,000,00	438,000,00	438,000,00	438,200,00	5.212.200,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00	ICMS - Educa	182,500,00	182,500,00	182,500,00	182,500,00	182,500,00	182,500,00	182,500,00	182,500,00	182,500,00	182,500,00	182,500,00	182,500,00	2.190.000,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00	ICMS - Saúde	109,500,00	109,500,00	109,500,00	109,500,00	109,500,00	109,500,00	109,500,00	109,500,00	109,500,00	109,500,00	109,500,00	109,500,00	1.357.800,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00	Dedução do ICMS para Formação de	-146,000,00	-146,000,00	-146,000,00	-146,000,00	-146,000,00	-146,000,00	-146,000,00	-146,000,00	-146,000,00	-146,000,00	-146,000,00	-146,000,00	-1.752.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00	Cota-Parte do IPVA	55,000,00	55,000,00	55,000,00	55,000,00	55,000,00	55,000,00	55,000,00	55,000,00	55,000,00	55,000,00	55,000,00	55,000,00	660.000,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00	IPVA - Próprios	33,000,00	33,000,00	33,000,00	33,000,00	33,000,00	33,000,00	33,000,00	33,000,00	33,000,00	33,000,00	33,000,00	33,000,00	396.000,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00	IPVA - Educa	13,750,00	13,750,00	13,750,00	13,750,00	13,750,00	13,750,00	13,750,00	13,750,00	13,750,00	13,750,00	13,750,00	13,750,00	165.000,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00	IPVA - Saúde	8,250,00	8,250,00	8,250,00	8,250,00	8,250,00	8,250,00	8,250,00	8,250,00	8,250,00	8,250,00	8,250,00	8,250,00	99.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação	-11,000,00	-11,000,00	-11,000,00	-11,000,00	-11,000,00	-11,000,00	-11,000,00	-11,000,00	-11,000,00	-11,000,00	-11,000,00	-11,000,00	-127.730,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	13,750,00	13,750,00	13,750,00	13,750,00	13,750,00	13,750,00	13,750,00	13,750,00	13,750,00	13,750,00	13,750,00	13,750,00	165.000,00

Exercício de 2016

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**  
 Metas Mensais de Arrecadação - Programado/Órgão (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Janeiro Previsto	Fevereiro Previsto	Março Previsto	Abril Previsto	Maior Previsto	Junho Previsto	Julho Previsto	Agosto Previsto	Setembro Previsto	Outubro Previsto	Novembro Previsto	Dezembro Previsto	Total Previsto
4.1.7.2.2.01.04.01.00.0	IPI - Próprios	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	99.000,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.0	IPI - Educa	3.437,50	3.437,50	3.437,50	3.437,50	3.437,50	3.437,50	3.437,50	3.437,50	3.437,50	3.437,50	3.437,50	3.437,50	41.250,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.0	IPI - Saúde	2.062,50	2.062,50	2.062,50	2.062,50	2.062,50	2.062,50	2.062,50	2.062,50	2.062,50	2.062,50	2.062,50	2.062,50	24.750,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.0	Ded.Cota Parte IPI-Exp p/ Fomação	-2.750,00	-2.750,00	-2.750,00	-2.750,00	-2.750,00	-2.750,00	-2.750,00	-2.750,00	-2.750,00	-2.750,00	-2.750,00	-2.750,00	-33.720,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.0	Cota-Parte da Contrib.interv.no Domi	1.092,00	1.092,00	1.092,00	1.092,00	1.092,00	1.092,00	1.092,00	1.092,00	1.092,00	1.092,00	1.092,00	1.092,00	13.104,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.0	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAN	247.828,00	247.828,00	247.828,00	247.828,00	247.828,00	247.828,00	247.828,00	247.828,00	247.828,00	247.828,00	247.828,00	247.828,00	2.973.936,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.0	Transf. de Recursos do FUNDEB	247.828,00	247.828,00	247.828,00	247.828,00	247.828,00	247.828,00	247.828,00	247.828,00	247.828,00	247.828,00	247.828,00	247.828,00	2.973.936,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.0	Transferências de Recursos do FUNI	99.131,20	99.131,20	99.131,20	99.131,20	99.131,20	99.131,20	99.131,20	99.131,20	99.131,20	99.131,20	99.131,20	99.131,20	1.189.574,40
4.1.7.2.4.01.02.00.00.0	Transferências de Recursos do FUNI	148.696,80	148.696,80	148.696,80	148.696,80	148.696,80	148.696,80	148.696,80	148.696,80	148.696,80	148.696,80	148.696,80	148.696,80	1.784.361,60
4.1.7.6.2.00.00.00.00.0	Transf. de Conv.	62.800,41	62.800,29	62.800,33	62.800,33	62.800,33	62.800,33	62.800,33	62.800,33	62.800,33	62.800,33	62.800,33	62.800,33	753.604,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.0	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas	62.800,41	62.800,29	62.800,33	62.800,33	62.800,33	62.800,33	62.800,33	62.800,33	62.800,33	62.800,33	62.800,33	62.800,33	753.604,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.0	Outras Transferências de Convênio de	62.800,41	62.800,29	62.800,33	62.800,33	62.800,33	62.800,33	62.800,33	62.800,33	62.800,33	62.800,33	62.800,33	62.800,33	753.604,00
4.1.7.6.2.99.01.00.00.0	Convênio SSP/Trânsito	13.230,17	13.230,13	13.230,17	13.230,17	13.230,17	13.230,17	13.230,17	13.230,17	13.230,17	13.230,17	13.230,17	13.230,17	158.762,00
4.1.7.6.2.99.02.00.00.0	Convênio SSP/Polícia Militar	12.285,12	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	147.421,00
4.1.7.6.2.99.03.00.00.0	Convênio SSP/Polícia Civil	12.285,12	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	147.421,00
4.1.7.6.2.99.05.00.00.0	Convênio Transporte Escolar	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	300.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.761,90	8.762,28	8.762,28	8.762,28	8.762,28	8.762,28	8.762,28	8.762,28	8.762,28	8.762,28	8.762,28	8.762,28	105.147,15
4.1.9.1.0.00.00.00.00.0	Multas e Juros de Mora	2.370,22	2.370,60	2.370,60	2.370,60	2.370,60	2.370,60	2.370,60	2.370,60	2.370,60	2.370,60	2.370,60	2.370,60	28.447,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.0	Multas/Juros de Mora dos Tributos	510,11	510,51	510,51	510,51	510,51	510,51	510,51	510,51	510,51	510,51	510,51	510,51	6.126,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.0	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	342,75	342,75	342,75	342,75	342,75	342,75	342,75	342,75	342,75	342,75	342,75	342,75	4.113,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00.0	Multas/Juros de Mora IPTU - Próprios	205,65	205,65	205,65	205,65	205,65	205,65	205,65	205,65	205,65	205,65	205,65	205,65	2.467,80
4.1.9.1.1.38.02.00.00.0	Multas/Juros de Mora IPTU - Educa	85,69	85,69	85,69	85,69	85,69	85,69	85,69	85,69	85,69	85,69	85,69	85,69	1.028,25
4.1.9.1.1.38.03.00.00.0	Multas/Juros de Mora IPTU - Saúde	51,41	51,41	51,41	51,41	51,41	51,41	51,41	51,41	51,41	51,41	51,41	51,41	616,95
4.1.9.1.1.40.00.00.00.0	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	45,84	45,84	45,84	45,84	45,84	45,84	45,84	45,84	45,84	45,84	45,84	45,84	550,00
4.1.9.1.1.40.01.00.00.0	Multas/Juros de Mora ISS - Próprios	27,50	27,50	27,50	27,50	27,50	27,50	27,50	27,50	27,50	27,50	27,50	27,50	330,00
4.1.9.1.1.40.02.00.00.0	Multas/Juros de Mora ISS - Educa	11,46	11,46	11,46	11,46	11,46	11,46	11,46	11,46	11,46	11,46	11,46	11,46	137,50
4.1.9.1.1.40.03.00.00.0	Multas/Juros de Mora ISS - Saúde	6,88	6,88	6,88	6,88	6,88	6,88	6,88	6,88	6,88	6,88	6,88	6,88	82,50
4.1.9.1.1.99.00.00.00.0	Multas e Juros de Mora de Outros Trib	121,52	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	1.463,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.0	Multas e Juros de Mora de Outros Trib	121,52	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	1.463,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.0	Multas/Juros de Mora Divida Aliva c	1.860,11	1.860,09	1.860,09	1.860,09	1.860,09	1.860,09	1.860,09	1.860,09	1.860,09	1.860,09	1.860,09	1.860,09	22.321,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.0	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	875,00	875,00	875,00	875,00	875,00	875,00	875,00	875,00	875,00	875,00	875,00	875,00	10.500,00
4.1.9.1.3.11.01.00.00.0	Multas/Juros Div. Ativ. IPTU - Próprio	525,00	525,00	525,00	525,00	525,00	525,00	525,00	525,00	525,00	525,00	525,00	525,00	6.300,00
4.1.9.1.3.11.02.00.00.0	Multas/Juros Div. Ativ. IPTU - Educa	218,75	218,75	218,75	218,75	218,75	218,75	218,75	218,75	218,75	218,75	218,75	218,75	2.625,00
4.1.9.1.3.11.03.00.00.0	Multas/Juros Div. Ativ. IPTU - Saúde	131,25	131,25	131,25	131,25	131,25	131,25	131,25	131,25	131,25	131,25	131,25	131,25	1.575,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.0	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	129,19	129,17	129,17	129,17	129,17	129,17	129,17	129,17	129,17	129,17	129,17	129,17	1.550,00
4.1.9.1.3.13.01.00.00.0	Multas/Juros de Mora Div.s/ISS- On	77,50	77,50	77,50	77,50	77,50	77,50	77,50	77,50	77,50	77,50	77,50	77,50	930,00
4.1.9.1.3.13.02.00.00.0	Multas/Juros de Mora Div.s/ISS- On	32,31	32,29	32,29	32,29	32,29	32,29	32,29	32,29	32,29	32,29	32,29	32,29	387,50
4.1.9.1.3.13.03.00.00.0	Multas/Juros de Mora Div.s/ISS -	19,38	19,38	19,38	19,38	19,38	19,38	19,38	19,38	19,38	19,38	19,38	19,38	232,50
4.1.9.1.3.98.00.00.00.0	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib	291,67	291,63	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	3.500,00
4.1.9.1.3.98.01.00.00.0	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	6.771,00
4.1.9.1.3.99.01.00.00.0	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outro	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	6.771,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.0	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	47.850,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.0	Receita da Divida Aliva Tributária	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	47.850,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.0	Rec. Div. Ativ. do IPTU	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	31.000,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.0	Rec. Div. Ativ. IPTU - Próprios	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	18.000,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.0	Rec. Div. Ativ. IPTU - Educa	645,83	645,83	645,83	645,83	645,83	645,83	645,83	645,83	645,83	645,83	645,83	645,83	7.750,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.0	Rec. Div. Ativ. IPTU - Saúde	387,50	387,50	387,50	387,50	387,50	387,50	387,50	387,50	387,50	387,50	387,50	387,50	4.650,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.0	Rec. Div. Ativ. do ISS	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	3.500,00
4.1.9.3.1.13.01.00.00.0	Rec. Div. Ativ. ISS - Próprios	175,00	175,00	175,00	175,00	175,00	175,00	175,00	175,00	175,00	175,00	175,00	175,00	2.100,00

JOSELI A.S.M.R.TRENTO  
Contadora



Exercício de 2016

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Metas Mensais de Arrecadação - Programado/Órgão (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Janeiro Previsto	Fevereiro Previsto	Março Previsto	Abril Previsto	Maió Previsto	Junho Previsto	Julho Previsto	Agosto Previsto	Setembro Previsto	Outubro Previsto	Novembro Previsto	Dezembro Previsto	Total Previsto
4.1.2.2.0.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Ilumi	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	216.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	354.868,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	354.868,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	29.572,35	354.868,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	6.919,02	6.919,02	6.919,02	6.919,02	6.919,02	6.919,02	6.919,02	6.919,02	6.919,02	6.919,02	6.919,02	6.919,02	83.028,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Vinc.	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	15.500,00
4.1.3.2.5.01.08.00.00	Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - N	10,67	10,67	10,67	10,67	10,67	10,67	10,67	10,67	10,67	10,67	10,67	10,67	128,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00	Rem. Rec. Bancários - Cofinanciame	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	2.000,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00	Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul.	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	240,00
4.1.3.2.5.01.12.00.00	Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - Fi	4,17	4,17	4,17	4,17	4,17	4,17	4,17	4,17	4,17	4,17	4,17	4,17	50,00
4.1.3.2.5.01.16.00.00	Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - C	44,17	44,17	44,17	44,17	44,17	44,17	44,17	44,17	44,17	44,17	44,17	44,17	530,00
4.1.3.2.5.01.17.00.00	Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - P	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	500,00
4.1.3.2.5.01.18.00.00	Rem. Dep.Banc. Vinc. - CAPS Estad	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
4.1.3.2.5.01.19.00.00	Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul.	49,17	49,17	49,17	49,17	49,17	49,17	49,17	49,17	49,17	49,17	49,17	49,17	590,00
4.1.3.2.5.01.21.00.00	Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul.	111,67	111,67	111,67	111,67	111,67	111,67	111,67	111,67	111,67	111,67	111,67	111,67	1.340,00
4.1.3.2.5.01.22.00.00	Rem. Vinculados Vigilância Sanitária	183,33	183,33	183,33	183,33	183,33	183,33	183,33	183,33	183,33	183,33	183,33	183,33	2.200,00
4.1.3.2.5.01.24.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec.Vinc. - FEAS	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	250,00
4.1.3.2.5.01.25.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec.Vinc. - Fortal	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	150,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc	4.879,17	4.879,17	4.879,17	4.879,17	4.879,17	4.879,17	4.879,17	4.879,17	4.879,17	4.879,17	4.879,17	4.879,17	58.550,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não	22.653,33	22.653,33	22.653,33	22.653,33	22.653,33	22.653,33	22.653,33	22.653,33	22.653,33	22.653,33	22.653,33	22.653,33	271.840,00
4.1.3.2.5.02.10.00.00	Rem. Dep. Banc.Tx. Vigilancia	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	2.000,00
4.1.3.2.5.02.11.00.00	Remuneração Recursos Próprios	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	4.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00	Remun. de Depósito de Recursos nã	22.153,33	22.153,33	22.153,33	22.153,33	22.153,33	22.153,33	22.153,33	22.153,33	22.153,33	22.153,33	22.153,33	22.153,33	266.840,00
4.1.4.0.0.00.00.00.00	RECETA AGROPECUÁRIA	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	35.537,45
4.1.4.9.0.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	2.961,45	35.537,45
4.1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.578.729,51	1.578.729,51	1.578.729,51	1.578.729,51	1.578.729,51	1.578.729,51	1.578.729,51	1.578.729,51	1.578.729,51	1.578.729,51	1.578.729,51	1.578.729,51	19.073.303,35
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAM	1.515.279,10	1.515.279,10	1.515.279,10	1.515.279,10	1.515.279,10	1.515.279,10	1.515.279,10	1.515.279,10	1.515.279,10	1.515.279,10	1.515.279,10	1.515.279,10	18.311.899,35
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	608.872,44	608.872,44	608.272,44	608.272,44	608.272,44	608.272,44	608.272,44	608.272,44	608.272,44	608.272,44	608.272,44	608.272,44	7.431.469,35
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	418.413,12	418.413,12	418.413,12	418.413,12	418.413,12	418.413,12	418.413,12	418.413,12	418.413,12	418.413,12	418.413,12	418.413,12	5.020.957,35
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação	391.147,01	391.147,01	391.147,01	391.147,01	391.147,01	391.147,01	391.147,01	391.147,01	391.147,01	391.147,01	391.147,01	391.147,01	4.683.764,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - Próprios	283.581,58	283.581,58	283.581,58	283.581,58	283.581,58	283.581,58	283.581,58	283.581,58	283.581,58	283.581,58	283.581,58	283.581,58	3.402.978,90
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Dedução Cota-Parte do FPM Fome	-97.786,75	-97.786,75	-97.786,75	-97.786,75	-97.786,75	-97.786,75	-97.786,75	-97.786,75	-97.786,75	-97.786,75	-97.786,75	-97.786,75	-1.173.441,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - Educa	122.233,44	122.233,44	122.233,44	122.233,44	122.233,44	122.233,44	122.233,44	122.233,44	122.233,44	122.233,44	122.233,44	122.233,44	1.466.801,25
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - Saúde	73.340,06	73.340,06	73.340,06	73.340,06	73.340,06	73.340,06	73.340,06	73.340,06	73.340,06	73.340,06	73.340,06	73.340,06	880.080,75
4.1.7.2.1.01.02.04.00	FPM - FIA	9.778,68	9.778,68	9.778,68	9.778,68	9.778,68	9.778,68	9.778,68	9.778,68	9.778,68	9.778,68	9.778,68	9.778,68	117.344,10
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/a Propri. Territ	27.266,11	27.266,11	27.266,11	27.266,11	27.266,11	27.266,11	27.266,11	27.266,11	27.266,11	27.266,11	27.266,11	27.266,11	327.183,35
4.1.7.2.1.01.05.01.00	ITR - Próprios	20.449,58	20.449,58	20.449,58	20.449,58	20.449,58	20.449,58	20.449,58	20.449,58	20.449,58	20.449,58	20.449,58	20.449,58	245.395,01
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Dedução de Receita p/ Formação d	-6.816,53	-6.816,53	-6.816,53	-6.816,53	-6.816,53	-6.816,53	-6.816,53	-6.816,53	-6.816,53	-6.816,53	-6.816,53	-6.816,53	-81.798,33
4.1.7.2.1.01.05.02.00	ITR - Educa	8.520,66	8.520,66	8.520,66	8.520,66	8.520,66	8.520,66	8.520,66	8.520,66	8.520,66	8.520,66	8.520,66	8.520,66	102.247,92
4.1.7.2.1.01.05.03.00	ITR - Saúde	5.112,40	5.112,40	5.112,40	5.112,40	5.112,40	5.112,40	5.112,40	5.112,40	5.112,40	5.112,40	5.112,40	5.112,40	61.348,75
4.1.7.2.1.09.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.100,00
4.1.7.2.1.09.99.00.00	Demaís Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.100,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Expro	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	7.200,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Re	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	7.200,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Pe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único	127.111,66	127.111,66	127.111,66	127.111,66	127.111,66	127.111,66	127.111,66	127.111,66	127.111,66	127.111,66	127.111,66	127.111,66	1.525.340,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00	PAB Fixo	16.283,33	16.283,33	16.283,33	16.283,33	16.283,33	16.283,33	16.283,33	16.283,33	16.283,33	16.283,33	16.283,33	16.283,33	195.400,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00	PAB - Farmacia Básica	2.962,75	2.962,75	2.962,75	2.962,75	2.962,75	2.962,75	2.962,75	2.962,75	2.962,75	2.962,75	2.962,75	2.962,75	35.553,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Recursos de Vigilância Sanitária	4.668,08	4.668,08	4.668,08	4.668,08	4.668,08	4.668,08	4.668,08	4.668,08	4.668,08	4.668,08	4.668,08	4.668,08	56.017,00

Exercício de 2016

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**  
 Metas Mensais de Arrecadação - Programado/Orgão (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Jan/16	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Jul/16	Agos/16	Sep/16	Out/16	Nov/16	Dez/16	Total
		Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
4.17.2.1.33.04.00.00.0	Recursos PPI/EC	773,33	773,33	773,33	773,33	773,33	773,33	773,33	773,33	773,33	773,33	773,33	773,33	9.280,00
4.17.2.1.33.05.00.00.0	Recursos PSF	25.062,50	25.062,50	25.062,50	25.062,50	25.062,50	25.062,50	25.062,50	25.062,50	25.062,50	25.062,50	25.062,50	25.062,50	300.750,00
4.17.2.1.33.07.00.00.0	PACS - Agências Comunitária de Saú	19.795,00	19.795,00	19.795,00	19.795,00	19.795,00	19.795,00	19.795,00	19.795,00	19.795,00	19.795,00	19.795,00	19.795,00	237.540,00
4.17.2.1.33.08.00.00.0	PSF - Saúde Bucal	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	80.000,00
4.17.2.1.33.10.00.00.0	Piso de Agões da Dengue	566,67	566,67	566,67	566,67	566,67	566,67	566,67	566,67	566,67	566,67	566,67	566,67	6.800,00
4.17.2.1.33.14.00.00.0	Rec. Programa Melhorias Acesso (PM	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	264.000,00
4.17.2.1.33.18.00.00.0	Transf. CAPS FEDERAL	28.333,33	28.333,33	28.333,33	28.333,33	28.333,33	28.333,33	28.333,33	28.333,33	28.333,33	28.333,33	28.333,33	28.333,33	340.000,00
4.17.2.1.34.00.00.00.0	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,91	177.563,00
4.17.2.1.34.02.00.00.0	Transf. de Rec. FNAS/PI, Social Esp	218,33	218,33	218,33	218,33	218,33	218,33	218,33	218,33	218,33	218,33	218,33	218,33	2.620,00
4.17.2.1.34.04.00.00.0	Transf. de Rec. FNAS/IGDBF	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	10.800,00
4.17.2.1.34.06.00.00.0	Transf. de Rec. FNAS - CRAS	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	72.000,00
4.17.2.1.34.08.00.00.0	Transf. de Rec. FNAS - IGD/SUAS	921,08	921,08	921,08	921,08	921,08	921,08	921,08	921,08	921,08	921,08	921,08	921,12	11.053,00
4.17.2.1.34.09.00.00.0	Transf. Rec. FNAS - BPC Escola	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.17.2.1.34.10.00.00.0	Transf. Rec. Servico de Convivência I	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	54.000,00
4.17.2.1.34.11.00.00.0	Transf. Rec. FEAS - Custeio	2.174,17	2.174,17	2.174,17	2.174,17	2.174,17	2.174,17	2.174,17	2.174,17	2.174,17	2.174,17	2.174,17	2.174,17	26.090,00
4.17.2.1.35.00.00.00.0	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des	45.682,75	45.682,75	45.682,75	45.682,75	45.682,75	45.682,75	45.682,75	45.682,75	45.682,75	45.682,75	45.682,75	45.682,75	548.183,00
4.17.2.1.35.01.00.00.0	Transferências do Salário-Educação	31.250,00	31.250,00	31.250,00	31.250,00	31.250,00	31.250,00	31.250,00	31.250,00	31.250,00	31.250,00	31.250,00	31.250,00	375.000,00
4.17.2.1.35.03.00.00.0	Transferências Diretas do FNDE refe	7.065,67	7.065,67	7.065,67	7.065,67	7.065,67	7.065,67	7.065,67	7.065,67	7.065,67	7.065,67	7.065,67	7.065,63	84.788,00
4.17.2.1.35.04.00.00.0	Transferências Diretas do FNDE refe	7.367,08	7.367,08	7.367,08	7.367,08	7.367,08	7.367,08	7.367,08	7.367,08	7.367,08	7.367,08	7.367,08	7.367,12	88.405,00
4.17.2.1.36.00.00.00.0	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C.	2.268,00	2.268,00	2.268,00	2.268,00	2.268,00	2.268,00	2.268,00	2.268,00	2.268,00	2.268,00	2.268,00	2.268,00	27.216,00
4.17.2.1.36.01.00.00.0	ICMS - Desoner - Próprios	1.701,00	1.701,00	1.701,00	1.701,00	1.701,00	1.701,00	1.701,00	1.701,00	1.701,00	1.701,00	1.701,00	1.701,00	20.412,00
9.17.2.1.36.01.00.00.0	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS	-567,00	-567,00	-567,00	-567,00	-567,00	-567,00	-567,00	-567,00	-567,00	-567,00	-567,00	-567,00	-6.804,00
4.17.2.1.36.02.00.00.0	ICMS - Desoner - Educa	708,75	708,75	708,75	708,75	708,75	708,75	708,75	708,75	708,75	708,75	708,75	708,75	8.505,00
4.17.2.1.36.03.00.00.0	ICMS - Desoner - Saúde	425,25	425,25	425,25	425,25	425,25	425,25	425,25	425,25	425,25	425,25	425,25	425,25	5.103,00
4.17.2.2.01.01.00.00.0	Transferências dos Estados	658.578,66	658.578,66	658.578,66	658.578,66	658.578,66	658.578,66	658.578,66	658.578,66	658.578,66	658.578,66	658.578,66	662.128,74	7.906.494,00
4.17.2.2.01.01.01.00.0	Participação na Receita dos Estados	640.092,00	640.092,00	640.092,00	640.092,00	640.092,00	640.092,00	640.092,00	640.092,00	640.092,00	640.092,00	640.092,00	643.642,00	7.684.654,00
4.17.2.2.01.01.00.00.0	Cota-Parte do ICMS	730.000,00	730.000,00	730.000,00	730.000,00	730.000,00	730.000,00	730.000,00	730.000,00	730.000,00	730.000,00	730.000,00	730.000,00	8.760.000,00
4.17.2.2.01.01.01.00.0	ICMS - Próprios	438.000,00	438.000,00	438.000,00	438.000,00	438.000,00	438.000,00	438.000,00	438.000,00	438.000,00	438.000,00	438.000,00	438.000,00	5.212.200,00
4.17.2.2.01.01.02.00.0	ICMS - Educa	182.500,00	182.500,00	182.500,00	182.500,00	182.500,00	182.500,00	182.500,00	182.500,00	182.500,00	182.500,00	182.500,00	182.500,00	2.190.000,00
4.17.2.2.01.01.03.00.0	ICMS - Saúde	109.500,00	109.500,00	109.500,00	109.500,00	109.500,00	109.500,00	109.500,00	109.500,00	109.500,00	109.500,00	109.500,00	109.500,00	1.357.800,00
9.17.2.2.01.01.00.00.0	Dedução do ICMS para Formação de	-146.000,00	-146.000,00	-146.000,00	-146.000,00	-146.000,00	-146.000,00	-146.000,00	-146.000,00	-146.000,00	-146.000,00	-146.000,00	-146.000,00	-1.752.000,00
4.17.2.2.01.02.00.00.0	Cota-Parte do IPVA	55.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	660.000,00
4.17.2.2.01.02.01.00.0	IPVA - Próprios	33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	396.000,00
4.17.2.2.01.02.02.00.0	IPVA - Educa	13.750,00	13.750,00	13.750,00	13.750,00	13.750,00	13.750,00	13.750,00	13.750,00	13.750,00	13.750,00	13.750,00	13.750,00	165.000,00
4.17.2.2.01.02.03.00.0	IPVA - Saúde	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	99.000,00
9.17.2.2.01.02.00.00.0	Dedução de Receita para Formação	-11.000,00	-11.000,00	-11.000,00	-11.000,00	-11.000,00	-11.000,00	-11.000,00	-11.000,00	-11.000,00	-11.000,00	-11.000,00	-11.000,00	-127.730,00
4.17.2.2.01.04.00.00.0	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	13.750,00	13.750,00	13.750,00	13.750,00	13.750,00	13.750,00	13.750,00	13.750,00	13.750,00	13.750,00	13.750,00	13.750,00	165.000,00
4.17.2.2.01.04.01.00.0	IPI - Próprios	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	99.000,00
4.17.2.2.01.04.02.00.0	IPI - Educa	3.437,50	3.437,50	3.437,50	3.437,50	3.437,50	3.437,50	3.437,50	3.437,50	3.437,50	3.437,50	3.437,50	3.437,50	41.250,00
4.17.2.2.01.04.03.00.0	IPI - Saúde	2.062,50	2.062,50	2.062,50	2.062,50	2.062,50	2.062,50	2.062,50	2.062,50	2.062,50	2.062,50	2.062,50	2.062,50	24.750,00
9.17.2.2.01.04.00.00.0	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação	-2.750,00	-2.750,00	-2.750,00	-2.750,00	-2.750,00	-2.750,00	-2.750,00	-2.750,00	-2.750,00	-2.750,00	-2.750,00	-2.750,00	-33.720,00
4.17.2.2.01.13.00.00.0	Cota-Parte da Contrib.interv.no Domi	1.092,00	1.092,00	1.092,00	1.092,00	1.092,00	1.092,00	1.092,00	1.092,00	1.092,00	1.092,00	1.092,00	1.092,00	13.104,00
4.17.2.2.33.00.00.00.0	Transf. de Recursos do Estado p/ Proj	17.915,83	17.915,83	17.915,83	17.915,83	17.915,83	17.915,83	17.915,83	17.915,83	17.915,83	17.915,83	17.915,83	17.915,83	214.990,00
4.17.2.2.33.01.00.00.0	Transf. Rec. Alta e Média Complexid	615,83	615,83	615,83	615,83	615,83	615,83	615,83	615,83	615,83	615,83	615,83	615,87	7.390,00
4.17.2.2.33.02.00.00.0	Transf. Rec. Estado - Assistência Far	2.616,67	2.616,67	2.616,67	2.616,67	2.616,67	2.616,67	2.616,67	2.616,67	2.616,67	2.616,67	2.616,67	2.616,63	31.400,00
4.17.2.2.33.03.00.00.0	Transf. Rec. Estado - Colôn. Atenção	5.516,67	5.516,67	5.516,67	5.516,67	5.516,67	5.516,67	5.516,67	5.516,67	5.516,67	5.516,67	5.516,67	5.516,63	66.200,00
4.17.2.2.33.04.00.00.0	Transf. Rec. Estado - NASF/SC	4.083,33	4.083,33	4.083,33	4.083,33	4.083,33	4.083,33	4.083,33	4.083,33	4.083,33	4.083,33	4.083,33	4.083,37	49.000,00
4.17.2.2.33.05.00.00.0	Transf. Rec. do Estado CAPS	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	60.000,00
4.17.2.2.33.16.00.00.0	Teto Municipal Rede Cogentha	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00



Exercício de 2016

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Metas Mensais de Arrecadação - Programado/Órgão (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Janeiro Previsto	Fevereiro Previsto	Março Previsto	Abril Previsto	Maió Previsto	Junho Previsto	Julho Previsto	Agosto Previsto	Setembro Previsto	Outubro Previsto	Novembro Previsto	Dezembro Previsto	Total Previsto
4.17.2.2.99.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	6.850,00
4.17.2.2.99.01.00.00.00	Transf. Benefícios Eventuais	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	6.850,00
4.17.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAN	247,828,00	247,828,00	247,828,00	247,828,00	247,828,00	247,828,00	247,828,00	247,828,00	247,828,00	247,828,00	247,828,00	247,828,00	2.973.936,00
4.17.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	247,828,00	247,828,00	247,828,00	247,828,00	247,828,00	247,828,00	247,828,00	247,828,00	247,828,00	247,828,00	247,828,00	247,828,00	2.973.936,00
4.17.2.4.01.01.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNI	99.131,20	99.131,20	99.131,20	99.131,20	99.131,20	99.131,20	99.131,20	99.131,20	99.131,20	99.131,20	99.131,20	99.131,20	1.188.574,40
4.17.2.4.01.02.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNI	148.696,80	148.696,80	148.696,80	148.696,80	148.696,80	148.696,80	148.696,80	148.696,80	148.696,80	148.696,80	148.696,80	148.696,80	1.784.361,60
4.17.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	63.450,41	63.450,29	63.450,33	63.450,33	63.450,33	63.450,33	63.450,33	63.450,33	63.450,33	63.450,33	63.450,33	63.450,33	761.404,00
4.17.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas	63.450,41	63.450,29	63.450,33	63.450,33	63.450,33	63.450,33	63.450,33	63.450,33	63.450,33	63.450,33	63.450,33	63.450,33	761.404,00
4.17.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio de	63.450,41	63.450,29	63.450,33	63.450,33	63.450,33	63.450,33	63.450,33	63.450,33	63.450,33	63.450,33	63.450,33	63.450,33	761.404,00
4.17.6.2.99.01.00.00.00	Convênio SSP/Trânsito	13.230,17	13.230,13	13.230,17	13.230,17	13.230,17	13.230,17	13.230,17	13.230,17	13.230,17	13.230,17	13.230,17	13.230,17	158.762,00
4.17.6.2.99.02.00.00.00	Convênio SSP/Polícia Militar	12.285,12	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	147.421,00
4.17.6.2.99.03.00.00.00	Convênio SSP/Polícia Civil	12.285,12	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	12.285,08	147.421,00
4.17.6.2.99.05.00.00.00	Convênio Transporte Escolar	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	300.000,00
4.17.6.2.99.06.00.00.00	Transf. Conv. Saúde - Corpo de Bom	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	7.800,00
4.19.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.792,70	14.792,97	14.793,08	14.793,08	14.793,08	14.793,08	14.793,08	14.793,08	14.793,08	14.793,08	14.793,31	14.793,31	177.516,70
4.19.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	2.379,05	2.379,33	2.379,43	2.379,43	2.379,43	2.379,43	2.379,43	2.379,43	2.379,43	2.379,43	2.379,75	2.379,75	28.553,00
4.19.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	518,94	519,34	519,34	519,34	519,34	519,34	519,34	519,34	519,34	519,34	519,86	519,86	6.232,00
4.19.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e	8,83	8,83	8,83	8,83	8,83	8,83	8,83	8,83	8,83	8,83	8,83	8,83	106,00
4.19.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	342,75	342,75	342,75	342,75	342,75	342,75	342,75	342,75	342,75	342,75	342,75	342,75	4.113,00
4.19.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora IPTU - Próprio	205,65	205,65	205,65	205,65	205,65	205,65	205,65	205,65	205,65	205,65	205,65	205,65	2.467,80
4.19.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora IPTU - Educa	85,69	85,69	85,69	85,69	85,69	85,69	85,69	85,69	85,69	85,69	85,69	85,69	1.028,25
4.19.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora IPTU - Saúde	51,41	51,41	51,41	51,41	51,41	51,41	51,41	51,41	51,41	51,41	51,41	51,41	616,95
4.19.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	45,84	45,84	45,84	45,84	45,84	45,84	45,84	45,84	45,84	45,84	45,84	45,84	550,00
4.19.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora ISS - Próprios	27,50	27,50	27,50	27,50	27,50	27,50	27,50	27,50	27,50	27,50	27,50	27,50	330,00
4.19.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora ISS - Educa	11,46	11,46	11,46	11,46	11,46	11,46	11,46	11,46	11,46	11,46	11,46	11,46	137,50
4.19.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora ISS - Saúde	6,88	6,88	6,88	6,88	6,88	6,88	6,88	6,88	6,88	6,88	6,88	6,88	82,50
4.19.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Trib	121,52	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	122,28	1.463,00
4.19.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tri	121,52	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	121,92	122,28	1.463,00
4.19.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa c	1.860,11	1.860,99	1.860,09	1.860,09	1.860,09	1.860,09	1.860,09	1.860,09	1.860,09	1.860,09	1.860,09	1.860,09	22.321,00
4.19.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	875,00	875,00	875,00	875,00	875,00	875,00	875,00	875,00	875,00	875,00	875,00	875,00	10.500,00
4.19.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros Div. Ativ. IPTU - Próprio	525,00	525,00	525,00	525,00	525,00	525,00	525,00	525,00	525,00	525,00	525,00	525,00	6.300,00
4.19.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros Div. Ativ. IPTU - Educa	218,75	218,75	218,75	218,75	218,75	218,75	218,75	218,75	218,75	218,75	218,75	218,75	2.625,00
4.19.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	131,25	131,25	131,25	131,25	131,25	131,25	131,25	131,25	131,25	131,25	131,25	131,25	1.575,00
4.19.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - On	129,19	129,11	129,17	129,17	129,17	129,17	129,17	129,17	129,17	129,17	129,17	129,17	1.560,00
4.19.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - On	77,50	77,50	77,50	77,50	77,50	77,50	77,50	77,50	77,50	77,50	77,50	77,50	930,00
4.19.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - On	32,31	32,29	32,29	32,29	32,29	32,29	32,29	32,29	32,29	32,29	32,29	32,29	387,50
4.19.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - On	19,38	19,38	19,38	19,38	19,38	19,38	19,38	19,38	19,38	19,38	19,38	19,38	232,50
4.19.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Comit	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	3.500,00
4.19.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	6.771,00
4.19.1.3.99.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outro	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	564,25	6.771,00
4.19.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	72.150,55
4.19.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	72.150,55
4.19.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	6.012,55	72.150,55
4.19.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	47.850,00
4.19.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	3.987,50	47.850,00
4.19.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	31.000,00
4.19.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. IPTU - Próprios	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	18.600,00
4.19.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. IPTU - Educa	645,83	645,83	645,83	645,83	645,83	645,83	645,83	645,83	645,83	645,83	645,83	645,83	7.750,00
4.19.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. IPTU - Saúde	387,50	387,50	387,50	387,50	387,50	387,50	387,50	387,50	387,50	387,50	387,50	387,50	4.650,00

Exercício de 2016

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**  
Metas Mensais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Janeiro Previsão	Fevereiro Previsão	Março Previsão	Abril Previsão	Maior Previsão	Junho Previsão	Julho Previsão	Agosto Previsão	Setembro Previsão	Outubro Previsão	Novembro Previsão	Dezembro Previsão	Total Previsão
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,63	3.500,00
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. ISS - Próprios	175,00	175,00	175,00	175,00	175,00	175,00	175,00	175,00	175,00	175,00	175,00	175,00	2.100,00
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. ISS - Educat	72,92	72,92	72,92	72,92	72,92	72,92	72,92	72,92	72,92	72,92	72,92	72,88	875,00
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. ISS - Saúde	43,75	43,75	43,75	43,75	43,75	43,75	43,75	43,75	43,75	43,75	43,75	43,75	525,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Trib	1.112,50	1.112,50	1.112,50	1.112,50	1.112,50	1.112,50	1.112,50	1.112,50	1.112,50	1.112,50	1.112,50	1.112,50	13.350,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Trib	1.112,50	1.112,50	1.112,50	1.112,50	1.112,50	1.112,50	1.112,50	1.112,50	1.112,50	1.112,50	1.112,50	1.112,50	13.350,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	2.413,60	2.413,60	2.413,60	2.413,60	2.413,60	2.413,60	2.413,60	2.413,60	2.413,60	2.413,60	2.413,60	2.413,56	28.963,15
4.1.9.9.0.98.00.00.00.00	Outras Receitas Eventuais	942	942	942	942	942	942	942	942	942	942	942	938	113,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	2.404,18	2.404,18	2.404,18	2.404,18	2.404,18	2.404,18	2.404,18	2.404,18	2.404,18	2.404,18	2.404,18	2.404,18	28.850,15
4.1.9.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas	1.112,51	1.112,51	1.112,51	1.112,51	1.112,51	1.112,51	1.112,51	1.112,51	1.112,51	1.112,51	1.112,51	1.112,51	13.350,15
4.1.9.9.0.99.02.00.00.00	Outras Receitas - FIA	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	1.291,67	15.500,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	27.385,62	27.385,62	27.385,62	50.385,62	157.885,62	157.885,62	155.885,62	489.885,62	426.385,62	426.385,62	27.385,62	27.385,62	2.001.627,50
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	334.000,00	333.000,00	333.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	334.000,00	333.000,00	333.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	334.000,00	333.000,00	333.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	334.000,00	333.000,00	333.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	1.983,33	1.983,33	1.983,33	24.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,37	46.800,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.983,33	1.983,33	1.983,33	24.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,37	46.800,00
4.2.2.1.5.00.00.00.00.00	Alienação de Veículos	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,37	23.800,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
4.2.2.1.9.01.00.00.00.00	Alienação de Bens Destinados a Prog	0,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	25.402,29	25.402,29	25.402,29	25.402,29	155.902,29	155.902,29	153.902,29	153.902,29	91.402,29	91.402,29	25.402,29	25.402,31	954.827,50
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVENÍOS	25.402,29	25.402,29	25.402,29	25.402,29	155.902,29	155.902,29	153.902,29	153.902,29	91.402,29	91.402,29	25.402,29	25.402,31	954.827,50
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas I	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	134.666,67	134.666,67	132.666,67	132.666,67	70.166,67	70.166,67	4.166,67	4.166,63	700.000,00
4.2.4.7.1.07.00.00.00.00	Transf. Convênio Federal (Veículos)	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	134.666,67	134.666,67	132.666,67	132.666,67	70.166,67	70.166,67	4.166,67	4.166,63	700.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios c	0,00	0,00	0,00	0,00	130.500,00	130.500,00	128.500,00	128.500,00	66.000,00	66.000,00	0,00	0,00	650.000,00
4.2.4.7.1.99.01.00.00.00	Convênio Ministério das Cidades	0,00	0,00	0,00	0,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
4.2.4.7.1.99.02.00.00.00	Convênio Ministério da Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00	34.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00	200.000,00
4.2.4.7.1.99.04.00.00.00	CONVENIOS HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00	34.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00	200.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Dist.Fede e	7.902,29	7.902,29	7.902,29	7.902,29	155.902,29	155.902,29	153.902,29	153.902,29	91.402,29	91.402,29	25.402,29	25.402,31	94.827,50
4.2.4.7.2.03.00.00.00.00	Transf. Convênios do Estado Dist. Pr	5.218,96	5.218,96	5.218,96	5.218,96	5.218,96	5.218,96	5.218,96	5.218,96	5.218,96	5.218,96	5.218,96	5.218,94	62.627,50
4.2.4.7.2.03.01.00.00.00	Transferência de Convênios - CASAI	5.218,96	5.218,96	5.218,96	5.218,96	5.218,96	5.218,96	5.218,96	5.218,96	5.218,96	5.218,96	5.218,96	5.218,94	62.627,50
4.2.4.7.2.06.00.00.00.00	Transf. Convênio Estadual (Veículos)	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,33	32.200,00
4.2.4.7.3.00.00.00.00.00	Transf. Convênios dos Municípios e sus	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,37	160.000,00
4.2.4.7.3.03.00.00.00.00	Transferências Convênios - CAPS CA	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	60.000,00
4.2.4.7.3.08.00.00.00.00	Transf. Convênio Requalificação UBS -	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,37	100.000,00
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAME	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	178.725,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	178.725,00
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	Contribuições Sociais	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	178.725,00
4.7.2.1.0.99.00.00.00.00	Contribuições Sociais	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	178.725,00
4.7.2.1.0.99.02.00.00.00	Contribuição da PMAD	12.877,08	12.877,08	12.877,08	12.877,08	12.877,08	12.877,08	12.877,08	12.877,08	12.877,08	12.877,08	12.877,08	12.877,12	154.525,00
4.7.2.1.0.99.03.00.00.00	Contribuição do FMS	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,63	20.000,00



Exercício de 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE  
Metas Mensais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: AGUA DOCE														
Código	Especificação	Janeiro Previsto	Fevereiro Previsto	Março Previsto	Abril Previsto	Maió Previsto	Junho Previsto	Julho Previsto	Agosto Previsto	Setembro Previsto	Outubro Previsto	Novembro Previsto	Dezembro Previsto	Total Previsto
4.7.2.1.0.99.04.00.00.0	Contribuição Câmara	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	4.200,00
TOTAL GERAL PREVISTO:		1.799.478,38	1.820.707,57	2.002.844,68	1.813.345,01	1.921.413,76	1.921.413,72	1.933.213,76	2.267.213,76	2.220.238,76	2.220.238,76	1.804.863,76	1.808.496,08	23.533.468,00

AGUA DOCE, 08/01/2016

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO  
Contadora



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2016

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	1.941,00	6.090,00	180,00	180,00	180,00	249,00	8.820,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	13.003,34	23.092,12	15.036,90	10.486,90	10.486,90	10.493,84	83.200,00
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00	De Expediente	1.380,00	5.057,78	115,56	115,56	115,56	115,54	6.900,00
4.1.1.2.2.99.02.00.00.00	De Coleta de Lixo	2.040,00	3.301,00	788,00	788,00	788,00	795,00	8.500,00
4.1.1.2.2.99.03.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	9.583,34	9.583,34	9.583,34	9.583,34	9.583,34	9.583,30	57.500,00
4.1.1.2.2.99.04.00.00.00	Outras Taxas de Prest.Serv.Sec.Urbani	0,00	5.150,00	5.150,00	0,00	0,00	0,00	10.300,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	65.083,34	65.083,34	65.083,34	65.083,34	65.083,34	65.083,30	390.500,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	29.083,34	29.083,34	29.083,34	29.083,34	29.083,34	29.083,30	174.500,00
4.1.2.1.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	29.083,34	29.083,34	29.083,34	29.083,34	29.083,34	29.083,30	174.500,00
4.1.2.1.0.99.01.00.00.00	Contribuição do Associado	29.083,34	29.083,34	29.083,34	29.083,34	29.083,34	29.083,30	174.500,00
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NC	36.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00	216.000,00
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Ilumina	36.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00	216.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	59.144,70	59.144,70	59.144,66	59.144,70	59.144,70	59.144,54	354.868,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	59.144,70	59.144,70	59.144,66	59.144,70	59.144,70	59.144,54	354.868,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	59.144,70	59.144,70	59.144,66	59.144,70	59.144,70	59.144,54	354.868,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários R	13.838,04	13.838,04	13.838,00	13.838,04	13.838,04	13.837,84	83.028,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.	2.583,34	2.583,34	2.583,30	2.583,34	2.583,34	2.583,34	15.500,00
4.1.3.2.5.01.08.00.00.00	Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - NA	21,34	21,34	21,34	21,34	21,34	21,30	128,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rem. Rec. Bancários - Cofinanciament	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul. -	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	240,00
4.1.3.2.5.01.12.00.00.00	Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - Farr	8,34	8,34	8,34	8,34	8,34	8,30	50,00
4.1.3.2.5.01.16.00.00.00	Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - CAF	88,34	88,34	88,34	88,34	88,34	88,30	530,00
4.1.3.2.5.01.17.00.00.00	Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - PMU	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.5.01.18.00.00.00	Rem. Dep.Banc. Vinc. - CAPS Estado	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.19.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul. -	98,34	98,34	98,34	98,34	98,34	98,30	590,00
4.1.3.2.5.01.21.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul. -	223,34	223,34	223,34	223,34	223,34	223,30	1.340,00
4.1.3.2.5.01.22.00.00.00	Rem. Vinculados Vigilância Sanitária	366,66	366,66	366,66	366,66	366,66	366,70	2.200,00
4.1.3.2.5.01.24.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec.Vinc.- FEAS	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,70	250,00
4.1.3.2.5.01.25.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec.Vinc.- Fortalec	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	150,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. f	9.758,34	9.758,34	9.758,34	9.758,34	9.758,34	9.758,30	58.550,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vi	45.306,66	45.306,66	45.306,66	45.306,66	45.306,66	45.306,70	271.840,00
4.1.3.2.5.02.10.00.00.00	Rem. Dep. Banc.Tx. Vigilancia	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
4.1.3.2.5.02.11.00.00.00	Remuneração Recursos Próprios	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,70	4.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não V	44.306,66	44.306,66	44.306,66	44.306,66	44.306,66	44.306,70	265.840,00
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	5.922,90	5.922,90	5.922,90	5.922,90	5.922,90	5.922,95	35.537,45
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	5.922,90	5.922,90	5.922,90	5.922,90	5.922,90	5.922,95	35.537,45
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.156.858,90	3.156.258,86	3.156.258,86	3.189.008,86	3.222.058,86	3.192.859,01	19.073.303,35
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENT	3.029.958,20	3.029.358,20	3.029.358,20	3.062.108,20	3.095.158,20	3.065.958,35	18.311.899,35

Exercício de 2016

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	1.217.144,88	1.216.544,88	1.216.544,88	1.249.294,88	1.282.344,88	1.249.594,95	7.431.469,35
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	836.826,24	836.826,24	836.826,24	836.826,24	836.826,24	836.826,15	5.020.957,35
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação d	782.294,02	782.294,02	782.294,02	782.294,02	782.294,02	782.293,90	4.693.764,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	FPM - Próprios	567.163,16	567.163,16	567.163,16	567.163,16	567.163,16	567.163,10	3.402.978,90
9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formaço	-195.573,50	-195.573,50	-195.573,50	-195.573,50	-195.573,50	-195.573,50	-1.173.441,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	FPM - Educa	244.466,88	244.466,88	244.466,88	244.466,88	244.466,88	244.466,85	1.466.801,25
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	FPM - Saúde	146.680,12	146.680,12	146.680,12	146.680,12	146.680,12	146.680,15	880.080,75
4.1.7.2.1.01.02.04.00.00	FPM - FIA	19.557,36	19.557,36	19.557,36	19.557,36	19.557,36	19.557,30	117.344,10
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territoria	54.532,22	54.532,22	54.532,22	54.532,22	54.532,22	54.532,25	327.193,35
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	ITR - Próprios	40.899,16	40.899,16	40.899,16	40.899,16	40.899,16	40.899,21	245.395,01
9.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do f	-13.633,06	-13.633,06	-13.633,06	-13.633,06	-13.633,06	-13.633,03	-81.798,33
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	ITR - Educa	17.041,32	17.041,32	17.041,32	17.041,32	17.041,32	17.041,32	102.247,92
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	ITR - Saúde	10.224,80	10.224,80	10.224,80	10.224,80	10.224,80	10.224,75	61.348,75
4.1.7.2.1.09.00.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.100,00
4.1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.100,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploraç	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	66.100,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Rec.	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	66.100,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petró	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Unico S	254.223,32	254.223,32	254.223,32	254.223,32	254.223,32	254.223,40	1.525.340,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	PAB Fixo	32.566,66	32.566,66	32.566,66	32.566,66	32.566,66	32.566,70	195.400,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	PAB - Farmacia Básica	5.925,50	5.925,50	5.925,50	5.925,50	5.925,50	5.925,50	35.553,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Recursos de Vigilância Sanitária	9.336,16	9.336,16	9.336,16	9.336,16	9.336,16	9.336,20	56.017,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Recursos PPI/ECD	1.546,66	1.546,66	1.546,66	1.546,66	1.546,66	1.546,70	9.280,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Recursos PSF	50.125,00	50.125,00	50.125,00	50.125,00	50.125,00	50.125,00	300.750,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	PACS - Agentes Comunitária de Saúde	39.590,00	39.590,00	39.590,00	39.590,00	39.590,00	39.590,00	237.540,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	PSF - Saude Bucal	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,30	80.000,00
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Piso de Ações da Dengue	1.133,34	1.133,34	1.133,34	1.133,34	1.133,34	1.133,30	6.800,00
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Rec. Programa Melhor Acesso (PMA)	44.000,00	44.000,00	44.000,00	44.000,00	44.000,00	44.000,00	264.000,00
4.1.7.2.1.33.18.00.00.00	Transf. CAPS FEDERAL	56.666,66	56.666,66	56.666,66	56.666,66	56.666,66	56.666,70	340.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As. S.	29.593,82	29.593,82	29.593,82	29.593,82	29.593,82	29.593,90	177.563,00
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	Transf. de Rec. FNAS/Prt. Social Esper	436,66	436,66	436,66	436,66	436,66	436,70	2.620,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transf. de Rec. FNAS/IGDBF	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	10.800,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transf. de Rec. FNAS - CRAS	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	72.000,00
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	Transf. de Rec. FNAS - IGD/SUAS	1.842,16	1.842,16	1.842,16	1.842,16	1.842,16	1.842,20	11.053,00
4.1.7.2.1.34.09.00.00.00	Transf. Rec. FNAS - BPC Escola	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.7.2.1.34.10.00.00.00	Transf. Rec. Serviço de Convivência Fo	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	54.000,00
4.1.7.2.1.34.11.00.00.00	Transf. Rec. FEAS - Custeio	4.348,34	4.348,34	4.348,34	4.348,34	4.348,34	4.348,30	26.090,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.E	91.365,50	91.365,50	91.365,50	91.365,50	91.365,50	91.365,50	548.193,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2016

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	375.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referen	14.131,34	14.131,34	14.131,34	14.131,34	14.131,34	14.131,34	84.788,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referen	14.734,16	14.734,16	14.734,16	14.734,16	14.734,16	14.734,20	88.405,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. N°	4.536,00	4.536,00	4.536,00	4.536,00	4.536,00	4.536,00	27.216,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	ICMS - Desoner - Próprios	3.402,00	3.402,00	3.402,00	3.402,00	3.402,00	3.402,00	20.412,00
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS I	-1.134,00	-1.134,00	-1.134,00	-1.134,00	-1.134,00	-1.134,00	-6.804,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	ICMS - Desoner - Educa	1.417,50	1.417,50	1.417,50	1.417,50	1.417,50	1.417,50	8.505,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	ICMS - Desoner - Saúde	850,50	850,50	850,50	850,50	850,50	850,50	5.103,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	1.317.157,32	1.317.157,32	1.317.157,32	1.317.157,32	1.317.157,32	1.320.707,40	7.906.494,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	1.280.184,00	1.280.184,00	1.280.184,00	1.280.184,00	1.280.184,00	1.283.734,00	7.684.654,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	1.460.000,00	1.460.000,00	1.460.000,00	1.460.000,00	1.460.000,00	1.460.000,00	8.760.000,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	ICMS - Próprios	876.000,00	876.000,00	876.000,00	876.000,00	876.000,00	832.200,00	5.212.200,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	ICMS - Educa	365.000,00	365.000,00	365.000,00	365.000,00	365.000,00	365.000,00	2.190.000,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	ICMS - Saúde	219.000,00	219.000,00	219.000,00	219.000,00	219.000,00	262.800,00	1.357.800,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do F	-292.000,00	-292.000,00	-292.000,00	-292.000,00	-292.000,00	-292.000,00	-1.752.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	110.000,00	110.000,00	110.000,00	110.000,00	110.000,00	110.000,00	660.000,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	IPVA - Próprios	66.000,00	66.000,00	66.000,00	66.000,00	66.000,00	66.000,00	396.000,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	IPVA - Educa	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	165.000,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	IPVA - Saúde	16.500,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00	99.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do	-22.000,00	-22.000,00	-22.000,00	-22.000,00	-22.000,00	-17.730,00	-127.730,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	165.000,00
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	IPI - Próprios	16.500,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00	99.000,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	IPI - Educa	6.875,00	6.875,00	6.875,00	6.875,00	6.875,00	6.875,00	41.250,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	IPI - Saúde	4.125,00	4.125,00	4.125,00	4.125,00	4.125,00	4.125,00	24.750,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação F	-5.500,00	-5.500,00	-5.500,00	-5.500,00	-5.500,00	-6.220,00	-33.720,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domíni	2.184,00	2.184,00	2.184,00	2.184,00	2.184,00	2.184,00	13.104,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Progra	35.831,66	35.831,66	35.831,66	35.831,66	35.831,66	35.831,70	214.990,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transf. Rec. Alta e Média Complexidad	1.231,66	1.231,66	1.231,66	1.231,66	1.231,66	1.231,70	7.390,00
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Transf. Rec. Estado - Assistência Farm	5.233,34	5.233,34	5.233,34	5.233,34	5.233,34	5.233,30	31.400,00
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Transf. Rec. Estado - Cofin. Atenção B	11.033,34	11.033,34	11.033,34	11.033,34	11.033,34	11.033,30	66.200,00
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Transf. Rec. Estado - NASF/SC	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,70	49.000,00
4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	Transf. Rec. do Estado CAPS	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
4.1.7.2.2.33.16.00.00.00	Teto Municipal Rede Cegonha	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	1.141,66	1.141,66	1.141,66	1.141,66	1.141,66	1.141,70	6.850,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Transf. Benefícios Eventuais	1.141,66	1.141,66	1.141,66	1.141,66	1.141,66	1.141,70	6.850,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAME	495.656,00	495.656,00	495.656,00	495.656,00	495.656,00	495.656,00	2.973.936,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	495.656,00	495.656,00	495.656,00	495.656,00	495.656,00	495.656,00	2.973.936,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDE	198.262,40	198.262,40	198.262,40	198.262,40	198.262,40	198.262,40	1.189.574,40

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2016

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDE	297.393,60	297.393,60	297.393,60	297.393,60	297.393,60	297.393,60	1.784.361,60
4.1.7.6.0.0.00.00.00.00	Transf. de Conv.	126.900,70	126.900,66	126.900,66	126.900,66	126.900,66	126.900,66	761.404,00
4.1.7.6.2.0.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr. Fed. e suas E	126.900,70	126.900,66	126.900,66	126.900,66	126.900,66	126.900,66	761.404,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos	126.900,70	126.900,66	126.900,66	126.900,66	126.900,66	126.900,66	761.404,00
4.1.7.6.2.99.01.00.00.00	Convênio SSP/Trânsito	26.460,30	26.460,34	26.460,34	26.460,34	26.460,34	26.460,34	158.762,00
4.1.7.6.2.99.02.00.00.00	Convênio SSP/Polícia Militar	24.570,20	24.570,16	24.570,16	24.570,16	24.570,16	24.570,16	147.421,00
4.1.7.6.2.99.03.00.00.00	Convênio SSP/Polícia Civil	24.570,20	24.570,16	24.570,16	24.570,16	24.570,16	24.570,16	147.421,00
4.1.7.6.2.99.05.00.00.00	Convênio Transporte Escolar.	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	300.000,00
4.1.7.6.2.99.06.00.00.00	Transf. Conv. Saude - Corpo de Bombe	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	7.800,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	29.585,67	29.586,16	29.586,16	29.586,16	29.586,16	29.586,39	177.516,70
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	4.758,38	4.758,86	4.758,86	4.758,86	4.758,86	4.759,18	28.553,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	1.038,28	1.038,68	1.038,68	1.038,68	1.038,68	1.039,00	6.232,00
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e v	17,66	17,66	17,66	17,66	17,66	17,70	106,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	685,50	685,50	685,50	685,50	685,50	685,50	4.113,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora IPTU - Próprios	411,30	411,30	411,30	411,30	411,30	411,30	2.467,80
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora IPTU - Educa	171,38	171,38	171,38	171,38	171,38	171,35	1.028,25
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora IPTU - Saúde	102,82	102,82	102,82	102,82	102,82	102,85	616,95
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	91,68	91,68	91,68	91,68	91,68	91,60	550,00
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora ISS - Próprios	55,00	55,00	55,00	55,00	55,00	55,00	330,00
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora ISS - Educa	22,92	22,92	22,92	22,92	22,92	22,90	137,50
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora ISS - Saúde	13,76	13,76	13,76	13,76	13,76	13,70	82,50
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tribut	243,44	243,84	243,84	243,84	243,84	244,20	1.463,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tribu	243,44	243,84	243,84	243,84	243,84	244,20	1.463,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Divida Ativa dos	3.720,10	3.720,18	3.720,18	3.720,18	3.720,18	3.720,18	22.321,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	10.500,00
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros Div. Ativ. IPTU - Próprios	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	6.300,00
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros Div. Ativ. IPTU - Educa	437,50	437,50	437,50	437,50	437,50	437,50	2.625,00
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros Div. Ativ. IPTU - Saúde	262,50	262,50	262,50	262,50	262,50	262,50	1.575,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	258,30	258,34	258,34	258,34	258,34	258,34	1.550,00
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div.s/ISS- Ordin	155,00	155,00	155,00	155,00	155,00	155,00	930,00
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas?Juros de Mora Div.Ativs/ISS- Ei	64,60	64,58	64,58	64,58	64,58	64,58	387,50
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div.Ativs/ISS - S.	38,70	38,76	38,76	38,76	38,76	38,76	232,50
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib M	583,30	583,34	583,34	583,34	583,34	583,34	3.500,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tr	1.128,50	1.128,50	1.128,50	1.128,50	1.128,50	1.128,50	6.771,00
4.1.9.1.3.99.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros T	1.128,50	1.128,50	1.128,50	1.128,50	1.128,50	1.128,50	6.771,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12.025,10	12.025,10	12.025,10	12.025,10	12.025,10	12.025,05	72.150,55
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	12.025,10	12.025,10	12.025,10	12.025,10	12.025,10	12.025,05	72.150,55
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituiçoes	12.025,10	12.025,10	12.025,10	12.025,10	12.025,10	12.025,05	72.150,55

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**  
Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orcado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.9.3.0.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	7.975,00	7.975,00	7.975,00	7.975,00	7.975,00	7.975,00	47.850,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	7.975,00	7.975,00	7.975,00	7.975,00	7.975,00	7.975,00	47.850,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	5.166,66	5.166,66	5.166,66	5.166,66	5.166,66	5.166,70	31.000,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00	Rec. Div. Ativ. IPTU - Próprios	3.100,00	3.100,00	3.100,00	3.100,00	3.100,00	3.100,00	18.600,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00	Rec. Div. Ativ. IPTU - Educa	1.291,66	1.291,66	1.291,66	1.291,66	1.291,66	1.291,70	7.750,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00	Rec. Div. Ativ. IPTU - Saúde	775,00	775,00	775,00	775,00	775,00	775,00	4.650,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	583,34	583,34	583,34	583,34	583,34	583,30	3.500,00
4.1.9.3.1.13.01.00.00	Rec. Div. Ativ. ISS - Próprios	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	2.100,00
4.1.9.3.1.13.02.00.00	Rec. Div. Ativ. ISS - Educa	145,84	145,84	145,84	145,84	145,84	145,80	875,00
4.1.9.3.1.13.03.00.00	Rec. Div. Ativ. ISS - Saúde	87,50	87,50	87,50	87,50	87,50	87,50	525,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	2.225,00	2.225,00	2.225,00	2.225,00	2.225,00	2.225,00	13.350,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	2.225,00	2.225,00	2.225,00	2.225,00	2.225,00	2.225,00	13.350,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	4.827,19	4.827,20	4.827,20	4.827,20	4.827,20	4.827,16	28.963,15
4.1.9.9.0.98.00.00.00	Outras Receitas Eventuais	18,84	18,84	18,84	18,84	18,84	18,80	113,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00	Outras Receitas	4.808,35	4.808,36	4.808,36	4.808,36	4.808,36	4.808,36	28.850,15
4.1.9.9.0.99.01.00.00	Outras Receitas	2.225,05	2.225,02	2.225,02	2.225,02	2.225,02	2.225,02	13.350,15
4.1.9.9.0.99.02.00.00	Outras Receitas - FIA	2.583,30	2.583,34	2.583,34	2.583,34	2.583,34	2.583,34	15.500,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	54.771,24	77.771,24	315.771,24	645.771,24	852.771,24	54.771,30	2.001.627,50
4.2.1.0.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	334.000,00	666.000,00	0,00	1.000.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	334.000,00	666.000,00	0,00	1.000.000,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratos	0,00	0,00	0,00	334.000,00	666.000,00	0,00	1.000.000,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratos	0,00	0,00	0,00	334.000,00	666.000,00	0,00	1.000.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS	3.966,66	26.966,66	3.966,66	3.966,66	3.966,66	3.966,70	46.800,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	3.966,66	26.966,66	3.966,66	3.966,66	3.966,66	3.966,70	46.800,00
4.2.2.1.5.00.00.00.00	Alienação de Veículos	3.966,66	3.966,66	3.966,66	3.966,66	3.966,66	3.966,70	23.800,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
4.2.2.1.9.01.00.00.00	Alienação de Bens Destinados a Programas	0,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	50.804,58	50.804,58	311.804,58	307.804,58	182.804,58	50.804,60	954.827,50
4.2.4.7.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	50.804,58	50.804,58	311.804,58	307.804,58	182.804,58	50.804,60	954.827,50
4.2.4.7.1.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	8.333,34	8.333,34	269.333,34	265.333,34	140.333,34	8.333,30	700.000,00
4.2.4.7.1.07.00.00.00	Transf. Convênio Federal (Veículos)	8.333						



Exercício de 2016

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**  
 Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orgão (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.2.4.7.2.06.00.00.00.00	Transf Convênio Estadual (Veículos)	5.366,66	5.366,66	5.366,66	5.366,66	5.366,66	5.366,70	32.200,00
4.2.4.7.3.00.00.00.00.00	Transf. Convênios dos Municípios e suas	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,70	160.000,00
4.2.4.7.3.03.00.00.00.00	Transferências Convênios - CAPS CATA	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
4.2.4.7.3.08.00.00.00.00	Transf Convênio Requalificação UBS - C	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
4.7.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMEN	29.787,50	29.787,50	29.787,50	29.787,50	29.787,50	29.787,50	178.725,00
4.7.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	29.787,50	29.787,50	29.787,50	29.787,50	29.787,50	29.787,50	178.725,00
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	Contribuições Sociais	29.787,50	29.787,50	29.787,50	29.787,50	29.787,50	29.787,50	178.725,00
4.7.2.1.0.99.00.00.00.00	Contribuições Sociais	29.787,50	29.787,50	29.787,50	29.787,50	29.787,50	29.787,50	178.725,00
4.7.2.1.0.99.02.00.00.00	Contribuição da PMAD	25.754,16	25.754,16	25.754,16	25.754,16	25.754,16	25.754,20	154.525,00
4.7.2.1.0.99.03.00.00.00	Contribuição do FMS	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.7.2.1.0.99.04.00.00.00	Contribuição Câmara	700,00	700,00	700,00	700,00	700,00	700,00	4.200,00
<b>TOTAL GERAL PREVISTO:</b>		<b>3.620.185,95</b>	<b>3.816.189,69</b>	<b>3.842.827,48</b>	<b>4.200.427,52</b>	<b>4.440.477,52</b>	<b>3.613.359,84</b>	<b>23.533.468,00</b>

AGUA DOCE , 08/01/2016

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito MunicipalJOSELI A.S.M.P.TRENTO  
Contadora



## Exercício de 2016

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orcado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Município: AGUA DOCE

[illegible]

Exercício de 2016

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**  
 Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orcado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	15.046,04	29.283,78	15.918,56	10.768,56	10.768,56	10.844,50	92.630,00
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Taxa de Cemitérios	101,70	101,66	101,66	101,66	101,66	101,66	610,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	1.941,00	6.090,00	180,00	180,00	180,00	249,00	8.820,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviço	13.003,34	23.092,12	15.636,90	10.486,90	10.486,90	10.493,84	83.200,00
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00	De Expediente	1.380,00	5.057,78	115,56	115,56	115,56	115,54	6.900,00
4.1.1.2.2.99.02.00.00.00	De Coleta de Lixo	2.040,00	3.301,00	788,00	788,00	788,00	795,00	8.500,00
4.1.1.2.2.99.03.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviço	9.583,34	9.583,34	9.583,34	9.583,34	9.583,34	9.583,30	57.500,00
4.1.1.2.2.99.04.00.00.00	Outras Taxas de Prest.Serv.Sec.Urbar	0,00	5.150,00	5.150,00	0,00	0,00	0,00	10.300,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	36.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00	216.000,00
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO N	36.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00	216.000,00
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Ilumin	36.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00	216.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	35.758,34	35.758,34	35.758,30	35.758,34	35.758,34	35.758,34	214.550,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	35.758,34	35.758,34	35.758,30	35.758,34	35.758,34	35.758,34	214.550,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	35.758,34	35.758,34	35.758,30	35.758,34	35.758,34	35.758,34	214.550,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recurs	12.341,68	12.341,68	12.341,64	12.341,68	12.341,68	12.341,64	74.050,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc	2.583,34	2.583,34	2.583,30	2.583,34	2.583,34	2.583,34	15.500,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc.	9.758,34	9.758,34	9.758,34	9.758,34	9.758,34	9.758,30	58.550,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não '	23.416,66	23.416,66	23.416,66	23.416,66	23.416,66	23.416,70	140.500,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec.	23.416,66	23.416,66	23.416,66	23.416,66	23.416,66	23.416,70	140.500,00
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	5.922,90	5.922,90	5.922,90	5.922,90	5.922,90	5.922,95	35.537,45
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	5.922,90	5.922,90	5.922,90	5.922,90	5.922,90	5.922,95	35.537,45
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.834.768,44	2.834.168,40	2.834.168,40	2.866.918,40	2.899.968,40	2.870.768,31	17.140.760,35
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNNAME	2.709.167,74	2.708.567,74	2.708.567,74	2.741.317,74	2.774.367,74	2.745.167,65	16.387.156,35
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	933.327,74	932.727,74	932.727,74	965.477,74	998.527,74	965.777,65	5.728.566,35
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	836.826,24	836.826,24	836.826,24	836.826,24	836.826,24	836.826,15	5.020.957,35
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação	782.294,02	782.294,02	782.294,02	782.294,02	782.294,02	782.293,90	4.693.764,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	FPM - Próprios	567.163,16	567.163,16	567.163,16	567.163,16	567.163,16	567.163,10	3.402.978,90
9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Format	-195.573,50	-195.573,50	-195.573,50	-195.573,50	-195.573,50	-195.573,50	-1.173.441,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	FPM - Educa	244.466,88	244.466,88	244.466,88	244.466,88	244.466,88	244.466,85	1.466.801,25
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	FPM - Saúde	146.680,12	146.680,12	146.680,12	146.680,12	146.680,12	146.680,15	880.080,75
4.1.7.2.1.01.02.04.00.00	FPM - FIA	19.557,36	19.557,36	19.557,36	19.557,36	19.557,36	19.557,30	117.344,10
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territori	54.532,22	54.532,22	54.532,22	54.532,22	54.532,22	54.532,25	327.193,35
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	ITR - Próprios	40.899,16	40.899,16	40.899,16	40.899,16	40.899,16	40.899,21	245.395,01
9.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do	-13.633,06	-13.633,06	-13.633,06	-13.633,06	-13.633,06	-13.633,03	-81.798,33
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	ITR - Educa	17.041,32	17.041,32	17.041,32	17.041,32	17.041,32	17.041,32	102.247,92

Exercício de 2016

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	ITR - Saúde	10.224,80	10.224,80	10.224,80	10.224,80	10.224,80	10.224,75	61.348,75
4.1.7.2.1.09.00.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00	33.050,00	33.050,00	66.100,00
4.1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00	33.050,00	33.050,00	66.100,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Explor	600,00	0,00	0,00	0,00	32.750,00	0,00	66.100,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Rec	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petr	0,00	0,00	0,00	0,00	32.750,00	0,00	65.500,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.	91.365,50	91.365,50	91.365,50	91.365,50	91.365,50	91.365,50	548.193,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	375.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE refer	14.131,34	14.131,34	14.131,34	14.131,34	14.131,34	14.131,30	84.788,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE refer	14.734,16	14.734,16	14.734,16	14.734,16	14.734,16	14.734,20	88.405,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. 1	4.536,00	4.536,00	4.536,00	4.536,00	4.536,00	4.536,00	27.216,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	ICMS - Desoner - Próprios	3.402,00	3.402,00	3.402,00	3.402,00	3.402,00	3.402,00	20.412,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS	-1.134,00	-1.134,00	-1.134,00	-1.134,00	-1.134,00	-1.134,00	-6.804,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	ICMS - Desoner - Educa	1.417,50	1.417,50	1.417,50	1.417,50	1.417,50	1.417,50	8.505,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	ICMS - Desoner - Saúde	850,50	850,50	850,50	850,50	850,50	850,50	5.103,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	1.280.184,00	1.280.184,00	1.280.184,00	1.280.184,00	1.280.184,00	1.283.734,00	7.684.654,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	1.280.184,00	1.280.184,00	1.280.184,00	1.280.184,00	1.280.184,00	1.283.734,00	7.684.654,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	1.460.000,00	1.460.000,00	1.460.000,00	1.460.000,00	1.460.000,00	1.460.000,00	8.760.000,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	ICMS - Próprios	876.000,00	876.000,00	876.000,00	876.000,00	876.000,00	832.200,00	5.212.200,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	ICMS - Educa	365.000,00	365.000,00	365.000,00	365.000,00	365.000,00	365.000,00	2.190.000,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	ICMS - Saúde	219.000,00	219.000,00	219.000,00	219.000,00	219.000,00	262.800,00	1.357.800,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do	-292.000,00	-292.000,00	-292.000,00	-292.000,00	-292.000,00	-292.000,00	-1.752.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	110.000,00	110.000,00	110.000,00	110.000,00	110.000,00	110.000,00	660.000,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	IPVA - Próprios	66.000,00	66.000,00	66.000,00	66.000,00	66.000,00	66.000,00	396.000,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	IPVA - Educa	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	165.000,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	IPVA - Saúde	16.500,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00	99.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação d	-22.000,00	-22.000,00	-22.000,00	-22.000,00	-22.000,00	-17.730,00	-127.730,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	165.000,00
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	IPI - Próprios	16.500,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00	99.000,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	IPI - Educa	6.875,00	6.875,00	6.875,00	6.875,00	6.875,00	6.875,00	41.250,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	IPI - Saúde	4.125,00	4.125,00	4.125,00	4.125,00	4.125,00	4.125,00	24.750,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação	-5.500,00	-5.500,00	-5.500,00	-5.500,00	-5.500,00	-6.220,00	-33.720,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.interv.no Domir	2.184,00	2.184,00	2.184,00	2.184,00	2.184,00	2.184,00	13.104,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAM	495.656,00	495.656,00	495.656,00	495.656,00	495.656,00	495.656,00	2.973.936,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	495.656,00	495.656,00	495.656,00	495.656,00	495.656,00	495.656,00	2.973.936,00

Exercício de 2016

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transferências de Recursos do FUND	198.262,40	198.262,40	198.262,40	198.262,40	198.262,40	198.262,40	1.189.574,40
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transferências de Recursos do FUND	297.393,60	297.393,60	297.393,60	297.393,60	297.393,60	297.393,60	1.784.361,60
4.1.7.6.0.0.00.00.00.00	Transf. de Conv.	125.600,70	125.600,66	125.600,66	125.600,66	125.600,66	125.600,66	753.604,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas	125.600,70	125.600,66	125.600,66	125.600,66	125.600,66	125.600,66	753.604,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos	125.600,70	125.600,66	125.600,66	125.600,66	125.600,66	125.600,66	753.604,00
4.1.7.6.2.99.01.00.00.00	Convênio SSP/Trânsito	26.460,30	26.460,34	26.460,34	26.460,34	26.460,34	26.460,34	158.762,00
4.1.7.6.2.99.02.00.00.00	Convênio SSP/Polícia Militar	24.570,20	24.570,16	24.570,16	24.570,16	24.570,16	24.570,16	147.421,00
4.1.7.6.2.99.03.00.00.00	Convênio SSP/Polícia Civil	24.570,20	24.570,16	24.570,16	24.570,16	24.570,16	24.570,16	147.421,00
4.1.7.6.2.99.05.00.00.00	Convênio Transporte Escolar.	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	300.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.524,07	17.524,56	17.524,56	17.524,56	17.524,56	17.524,56	105.147,15
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	4.740,72	4.741,20	4.741,20	4.741,20	4.741,20	4.741,48	28.447,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	1.020,62	1.021,02	1.021,02	1.021,02	1.021,02	1.021,30	6.126,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o IPTU	685,50	685,50	685,50	685,50	685,50	685,50	4.113,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora IPTU - Próprios	411,30	411,30	411,30	411,30	411,30	411,30	2.467,80
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora IPTU - Educa	171,38	171,38	171,38	171,38	171,38	171,35	1.028,25
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora IPTU - Saúde	102,82	102,82	102,82	102,82	102,82	102,85	616,95
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ISS	91,68	91,68	91,68	91,68	91,68	91,60	550,00
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora ISS - Próprios	55,00	55,00	55,00	55,00	55,00	55,00	330,00
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora ISS - Educa	22,92	22,92	22,92	22,92	22,92	22,90	137,50
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora ISS - Saúde	13,76	13,76	13,76	13,76	13,76	13,70	82,50
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Trib.	243,44	243,84	243,84	243,84	243,84	244,20	1.463,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Trib	243,44	243,84	243,84	243,84	243,84	244,20	1.463,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa de	3.720,10	3.720,18	3.720,18	3.720,18	3.720,18	3.720,18	22.321,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	10.500,00
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros Div. Ativ. IPTU - Próprios	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	6.300,00
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros Div. Ativ. IPTU - Educa	437,50	437,50	437,50	437,50	437,50	437,50	2.625,00
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros Div. Ativ. IPTU - Saúde	262,50	262,50	262,50	262,50	262,50	262,50	1.575,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	258,30	258,34	258,34	258,34	258,34	258,34	1.550,00
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div.s/ISS- Ord	155,00	155,00	155,00	155,00	155,00	155,00	930,00
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas?Juros de Mora Div.Ativ.s/ISS- l	64,60	64,58	64,58	64,58	64,58	64,58	387,50
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div.Ativ.s/ISS - l	38,70	38,76	38,76	38,76	38,76	38,76	232,50
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib	583,30	583,34	583,34	583,34	583,34	583,34	3.500,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros	1.128,50	1.128,50	1.128,50	1.128,50	1.128,50	1.128,50	6.771,00
4.1.9.1.3.99.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros	1.128,50	1.128,50	1.128,50	1.128,50	1.128,50	1.128,50	6.771,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	7.975,00	7.975,00	7.975,00	7.975,00	7.975,00	7.975,00	47.850,00

Exercício de 2016

# **ESTADO DE SANTA CATARINA** **PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orcado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	7.975,00	7.975,00	7.975,00	7.975,00	7.975,00	7.975,00	47.850,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	5.166,66	5.166,66	5.166,66	5.166,66	5.166,66	5.166,66	31.000,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. IPTU - Próprios	3.100,00	3.100,00	3.100,00	3.100,00	3.100,00	3.100,00	18.600,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. IPTU - Educa	1.291,66	1.291,66	1.291,66	1.291,66	1.291,66	1.291,66	7.750,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. IPTU - Saúde	775,00	775,00	775,00	775,00	775,00	775,00	4.650,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	583,34	583,34	583,34	583,34	583,34	583,34	3.500,00
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. ISS - Próprios	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	2.100,00
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. ISS - Educa	145,84	145,84	145,84	145,84	145,84	145,84	875,00
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. ISS - Saúde	87,50	87,50	87,50	87,50	87,50	87,50	525,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tribu	2.225,00	2.225,00	2.225,00	2.225,00	2.225,00	2.225,00	13.350,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Trib	2.225,00	2.225,00	2.225,00	2.225,00	2.225,00	2.225,00	13.350,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	4.808,35	4.808,36	4.808,36	4.808,36	4.808,36	4.808,36	28.850,15
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	4.808,35	4.808,36	4.808,36	4.808,36	4.808,36	4.808,36	28.850,15
4.1.9.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas	2.225,05	2.225,02	2.225,02	2.225,02	2.225,02	2.225,02	13.350,15
4.1.9.9.0.99.02.00.00.00	Outras Receitas - FIA	2.583,30	2.583,34	2.583,34	2.583,34	2.583,34	2.583,34	15.500,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	10.437,92	33.437,92	271.437,92	601.437,92	808.437,92	10.437,90	1.735.627,50
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
4.2.1.1.0.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
4.2.1.1.4.0.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contrati	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
4.2.2.1.0.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
4.2.2.1.9.0.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
4.2.2.1.9.01.00.00.00.00	Alienação de Bens Destinados a Progrê	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.437,92	10.437,92	271.437,92	267.437,92	142.437,92	10.437,90	712.627,50
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	10.437,92	10.437,92	271.437,92	267.437,92	142.437,92	10.437,90	712.627,50
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas E	0,00	0,00	261.000,00	257.000,00	132.000,00	0,00	650.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios de	0,00	0,00	261.000,00	257.000,00	132.000,00	0,00	650.000,00
4.2.4.7.1.99.01.00.00.00	Convênio Ministério das Cidades	0,00	0,00	125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	250.000,00
4.2.4.7.1.99.02.00.00.00	Convênio Ministério da Agricultura	0,00	0,00	68.000,00	66.000,00	66.000,00	0,00	200.000,00
4.2.4.7.1.99.04.00.00.00	CONVENIOS HABITAÇÃO	0,00	0,00	68.000,00	66.000,00	66.000,00	0,00	200.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fede e s	10.437,92	10.437,92	10.437,92	10.437,92	10.437,92	10.437,90	62.627,50
4.2.4.7.2.03.00.00.00.00	Transf. Convênios do Estado Dest. Pro	10.437,92	10.437,92	10.437,92	10.437,92	10.437,92	10.437,90	62.627,50

Exercício de 2016

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**  
Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.2.4.7.2.03.01.00.00.00	Transferência de Convênios - CASAN	10.437,92	10.437,92	10.437,92	10.437,92	10.437,92	10.437,90	62.627,50
TOTAL GERAL PREVISTO:		3.152.826,71	3.348.830,45	3.375.468,24	3.733.068,28	3.973.118,28	3.146.000,49	20.729.312,45

AGUA DOCE , 08/01/2016

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R. TRENTO  
Contadora

## METAS BIMESTRAIS FMAS

Exercício de 2016

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**  
 Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	31.312,16	31.312,16	31.312,16	31.312,16	31.312,16	31.312,20	187.873,00
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	31.312,16	31.312,16	31.312,16	31.312,16	31.312,16	31.312,20	187.873,00
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	576,68	576,68	576,68	576,68	576,68	576,60	3.460,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	576,68	576,68	576,68	576,68	576,68	576,60	3.460,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	576,68	576,68	576,68	576,68	576,68	576,60	3.460,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul.	303,34	303,34	303,34	303,34	303,34	303,30	1.820,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul.	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	240,00
4.1.3.2.5.01.19.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul.	98,34	98,34	98,34	98,34	98,34	98,30	590,00
4.1.3.2.5.01.21.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul.	98,34	98,34	98,34	98,34	98,34	98,30	590,00
4.1.3.2.5.01.24.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FEAS	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,70	250,00
4.1.3.2.5.01.25.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fortale	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	150,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não \	273,34	273,34	273,34	273,34	273,34	273,30	1.640,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec.	273,34	273,34	273,34	273,34	273,34	273,30	1.640,00
4.1.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.735,48	30.735,48	30.735,48	30.735,48	30.735,48	30.735,60	184.413,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	30.735,48	30.735,48	30.735,48	30.735,48	30.735,48	30.735,60	184.413,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	29.593,82	29.593,82	29.593,82	29.593,82	29.593,82	29.593,90	177.563,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As. s. t	29.593,82	29.593,82	29.593,82	29.593,82	29.593,82	29.593,90	177.563,00
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	Transf. de Rec. FNAS/Prt. Social Esp	436,66	436,66	436,66	436,66	436,66	436,70	2.620,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transf. de Rec. FNAS/IGDBF	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	10.800,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transf. de Rec. FNAS - CRAS	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	72.000,00
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	Transf. de Rec. FNAS - IGD/SUAS	1.842,16	1.842,16	1.842,16	1.842,16	1.842,16	1.842,20	11.053,00
4.1.7.2.1.34.09.00.00.00	Transf. Rec. FNAS - BPC Escola	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.7.2.1.34.10.00.00.00	Transf. Rec. Serviço de Convivência F	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	54.000,00
4.1.7.2.1.34.11.00.00.00	Transf. Rec. FEAS - Custeio	4.348,34	4.348,34	4.348,34	4.348,34	4.348,34	4.348,30	26.090,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	1.141,66	1.141,66	1.141,66	1.141,66	1.141,66	1.141,70	6.850,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	1.141,66	1.141,66	1.141,66	1.141,66	1.141,66	1.141,70	6.850,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Exercício de 2016

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Transf. Benefícios Eventuais	1.141,66	1.141,66	1.141,66	1.141,66	1.141,66	1.141,70	6.850,00
<b>TOTAL GERAL PREVISTO:</b>		<b>31.312,16</b>	<b>31.312,16</b>	<b>31.312,16</b>	<b>31.312,16</b>	<b>31.312,16</b>	<b>31.312,20</b>	<b>187.873,00</b>

AGUA DOCE , 23/12/2015

 ORLANDO FÁVERO  
 Titular da Unidade

 NEUSA M. C. S. BISSANI  
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0



## METAS BIMESTRAIS FMS

Exercício de 2016

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	344.976,24	344.976,24	344.976,24	344.976,24	344.976,24	344.976,35	2.069.857,55
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	300.642,92	300.642,92	300.642,92	300.642,92	300.642,92	300.642,95	1.803.857,55
4.1.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	6.616,66	6.616,66	6.616,66	6.616,66	6.616,66	6.616,70	39.700,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	6.616,66	6.616,66	6.616,66	6.616,66	6.616,66	6.616,70	39.700,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	6.616,66	6.616,66	6.616,66	6.616,66	6.616,66	6.616,70	39.700,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sani	6.616,66	6.616,66	6.616,66	6.616,66	6.616,66	6.616,70	39.700,00
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	2.193,02	2.193,02	2.193,02	2.193,02	2.193,02	2.192,90	13.158,00
4.1.3.2.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.193,02	2.193,02	2.193,02	2.193,02	2.193,02	2.192,90	13.158,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	2.193,02	2.193,02	2.193,02	2.193,02	2.193,02	2.192,90	13.158,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários f	1.193,02	1.193,02	1.193,02	1.193,02	1.193,02	1.192,90	7.158,00
4.1.3.2.5.01.08.00.00.00	Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - NA	21,34	21,34	21,34	21,34	21,34	21,30	128,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rem. Rec. Bancários - Cofinanciamen	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
4.1.3.2.5.01.12.00.00.00	Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - Fai	8,34	8,34	8,34	8,34	8,34	8,30	50,00
4.1.3.2.5.01.16.00.00.00	Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - CA	88,34	88,34	88,34	88,34	88,34	88,30	530,00
4.1.3.2.5.01.17.00.00.00	Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - PV	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.5.01.18.00.00.00	Rem. Dep.Banc. Vinc. - CAPS Estado	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.21.00.00.00	Rem. Pab Fixo	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	750,00
4.1.3.2.5.01.22.00.00.00	Rem. Vinculados Vigilância Sanitária	366,66	366,66	366,66	366,66	366,66	366,70	2.200,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rem. Outros dep. Banc. Rec. não Vincu	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	6.000,00
4.1.3.2.5.02.10.00.00.00	Rem. Dep. Banc.Tx. Vigilancia	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
4.1.3.2.5.02.11.00.00.00	Remuneração Recursos Próprios	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,70	4.000,00
4.1.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	291.354,98	291.354,98	291.354,98	291.354,98	291.354,98	291.355,10	1.748.130,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAME	290.054,98	290.054,98	290.054,98	290.054,98	290.054,98	290.055,10	1.740.330,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	254.223,32	254.223,32	254.223,32	254.223,32	254.223,32	254.223,40	1.525.340,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos de Sistema Único d	254.223,32	254.223,32	254.223,32	254.223,32	254.223,32	254.223,40	1.525.340,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	PAB Fixo	32.566,66	32.566,66	32.566,66	32.566,66	32.566,66	32.566,70	195.400,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	PAB - Farmacia Básica	5.925,50	5.925,50	5.925,50	5.925,50	5.925,50	5.925,50	35.553,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Recursos de Vigilância Sanitária	9.336,16	9.336,16	9.336,16	9.336,16	9.336,16	9.336,20	56.017,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Recursos PPI/ECD	1.546,66	1.546,66	1.546,66	1.546,66	1.546,66	1.546,70	9.280,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Recursos PSF	50.125,00	50.125,00	50.125,00	50.125,00	50.125,00	50.125,00	300.750,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	PACS - Agentes Comunitária de Saúde	39.590,00	39.590,00	39.590,00	39.590,00	39.590,00	39.590,00	237.540,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	PSF - Saude Bucal	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,30	80.000,00
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Piso de Ações da Dengue	1.133,34	1.133,34	1.133,34	1.133,34	1.133,34	1.133,30	6.800,00
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Rec. Programa Melhor Acesso (PMA	44.000,00	44.000,00	44.000,00	44.000,00	44.000,00	44.000,00	264.000,00
4.1.7.2.1.33.18.00.00.00	Transf. CAPS FEDERAL	56.666,66	56.666,66	56.666,66	56.666,66	56.666,66	56.666,70	340.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	35.831,66	35.831,66	35.831,66	35.831,66	35.831,66	35.831,70	214.990,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Progr	35.831,66	35.831,66	35.831,66	35.831,66	35.831,66	35.831,70	214.990,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transf. Rec. Alta e Média Complexidad	1.231,66	1.231,66	1.231,66	1.231,66	1.231,66	1.231,70	7.390,00
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Transf. Rec. Estado - Assistência Famr	5.233,34	5.233,34	5.233,34	5.233,34	5.233,34	5.233,30	31.400,00
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Transf. Rec. Estado - Cofin. Atenção B	11.033,34	11.033,34	11.033,34	11.033,34	11.033,34	11.033,30	66.200,00
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Transf. Rec. Estado - NASF/SC	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,70	49.000,00
4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	Transf. Rec. do Estado CAPS	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
4.1.7.2.2.33.16.00.00.00	Teto Municipal Rede Cegonha	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	7.800,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas E	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	7.800,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	7.800,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Exercício de 2016

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.7.6.2.99.06.00.00.00	Transf. Conv. Saude - Corpo de Bomba	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	7.800,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	478,26	478,26	478,26	478,26	478,26	478,26	2.869,55
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	17,66	17,66	17,66	17,66	17,66	17,70	106,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	17,66	17,66	17,66	17,66	17,66	17,70	106,00
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e	17,66	17,66	17,66	17,66	17,66	17,70	106,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	441,76	441,76	441,76	441,76	441,76	441,75	2.650,55
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	441,76	441,76	441,76	441,76	441,76	441,75	2.650,55
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	441,76	441,76	441,76	441,76	441,76	441,75	2.650,55
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	18,84	18,84	18,84	18,84	18,84	18,80	113,00
4.1.9.0.98.00.00.00.00	Outras Receitas Eventuais	18,84	18,84	18,84	18,84	18,84	18,80	113,00
4.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	44.333,32	44.333,32	44.333,32	44.333,32	44.333,32	44.333,40	266.000,00
4.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIEIACÃO DE BENS	3.966,66	3.966,66	3.966,66	3.966,66	3.966,66	3.966,70	23.800,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIEIACÃO DE BENS MÓVEIS	3.966,66	3.966,66	3.966,66	3.966,66	3.966,66	3.966,70	23.800,00
4.2.2.1.5.00.00.00.00.00	Alienação de Veículos	3.966,66	3.966,66	3.966,66	3.966,66	3.966,66	3.966,70	23.800,00
4.2.4.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	40.366,66	40.366,66	40.366,66	40.366,66	40.366,66	40.366,70	242.200,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	40.366,66	40.366,66	40.366,66	40.366,66	40.366,66	40.366,70	242.200,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Er	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,30	50.000,00
4.2.4.7.1.07.00.00.00.00	Transf Convênio Federal (Veículos)	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,30	50.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e su	5.366,66	5.366,66	5.366,66	5.366,66	5.366,66	5.366,70	32.200,00
4.2.4.7.2.06.00.00.00.00	Transf Convênio Estadual (Veículos)	5.366,66	5.366,66	5.366,66	5.366,66	5.366,66	5.366,70	32.200,00
4.2.4.7.3.00.00.00.00.00	Transf. Convênios dos Municípios e suas	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,70	160.000,00
4.2.4.7.3.03.00.00.00.00	Transferências Convênios - CAPS CAT/	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
4.2.4.7.3.08.00.00.00.00	Transf Convênio Requalificação UBS - (	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
<b>TOTAL GERAL PREVISTO:</b>		<b>344.976,24</b>	<b>344.976,24</b>	<b>344.976,24</b>	<b>344.976,24</b>	<b>344.976,24</b>	<b>344.976,35</b>	<b>2.069.857,55</b>

AGUA DOCE , 23/12/2015

ORLANDO FÁVERO  
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

## METAS BIMESTRAIS SIMA

Exercício de 2016

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	344.976,24	344.976,24	344.976,24	344.976,24	344.976,24	344.976,35	2.069.857,55
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	300.642,92	300.642,92	300.642,92	300.642,92	300.642,92	300.642,95	1.803.857,55
4.1.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	6.616,66	6.616,66	6.616,66	6.616,66	6.616,66	6.616,70	39.700,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	6.616,66	6.616,66	6.616,66	6.616,66	6.616,66	6.616,70	39.700,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	6.616,66	6.616,66	6.616,66	6.616,66	6.616,66	6.616,70	39.700,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sani	6.616,66	6.616,66	6.616,66	6.616,66	6.616,66	6.616,70	39.700,00
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	2.193,02	2.193,02	2.193,02	2.193,02	2.193,02	2.192,90	13.158,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.193,02	2.193,02	2.193,02	2.193,02	2.193,02	2.192,90	13.158,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	2.193,02	2.193,02	2.193,02	2.193,02	2.193,02	2.192,90	13.158,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários f	1.193,02	1.193,02	1.193,02	1.193,02	1.193,02	1.192,90	7.158,00
4.1.3.2.5.01.08.00.00.00	Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - NA	21,34	21,34	21,34	21,34	21,34	21,30	128,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rem. Rec. Bancários - Cofinanciamen	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
4.1.3.2.5.01.12.00.00.00	Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - Fai	8,34	8,34	8,34	8,34	8,34	8,30	50,00
4.1.3.2.5.01.16.00.00.00	Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - CA	88,34	88,34	88,34	88,34	88,34	88,30	530,00
4.1.3.2.5.01.17.00.00.00	Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - PV	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.5.01.18.00.00.00	Rem. Dep.Banc. Vinc. - CAPS Estado	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.21.00.00.00	Rem. Pab Fixo	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	750,00
4.1.3.2.5.01.22.00.00.00	Rem. Vinculados Vigilância Sanitária	366,66	366,66	366,66	366,66	366,66	366,70	2.200,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rem. Outros dep. Banc. Rec. não Vincu	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	6.000,00
4.1.3.2.5.02.10.00.00.00	Rem. Dep. Banc.Tx. Vigilancia	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
4.1.3.2.5.02.11.00.00.00	Remuneração Recursos Próprios	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,70	4.000,00
4.1.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	291.354,98	291.354,98	291.354,98	291.354,98	291.354,98	291.355,10	1.748.130,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAME	290.054,98	290.054,98	290.054,98	290.054,98	290.054,98	290.055,10	1.740.330,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	254.223,32	254.223,32	254.223,32	254.223,32	254.223,32	254.223,40	1.525.340,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos de Sistema Único d	254.223,32	254.223,32	254.223,32	254.223,32	254.223,32	254.223,40	1.525.340,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	PAB Fixo	32.566,66	32.566,66	32.566,66	32.566,66	32.566,66	32.566,70	195.400,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	PAB - Farmacia Básica	5.925,50	5.925,50	5.925,50	5.925,50	5.925,50	5.925,50	35.553,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Recursos de Vigilância Sanitária	9.336,16	9.336,16	9.336,16	9.336,16	9.336,16	9.336,20	56.017,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Recursos PPI/ECD	1.546,66	1.546,66	1.546,66	1.546,66	1.546,66	1.546,70	9.280,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Recursos PSF	50.125,00	50.125,00	50.125,00	50.125,00	50.125,00	50.125,00	300.750,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	PACS - Agentes Comunitária de Saúde	39.590,00	39.590,00	39.590,00	39.590,00	39.590,00	39.590,00	237.540,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	PSF - Saude Bucal	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,30	80.000,00
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Piso de Ações da Dengue	1.133,34	1.133,34	1.133,34	1.133,34	1.133,34	1.133,30	6.800,00
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Rec. Programa Melhor Acesso (PMA	44.000,00	44.000,00	44.000,00	44.000,00	44.000,00	44.000,00	264.000,00
4.1.7.2.1.33.18.00.00.00	Transf. CAPS FEDERAL	56.666,66	56.666,66	56.666,66	56.666,66	56.666,66	56.666,70	340.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	35.831,66	35.831,66	35.831,66	35.831,66	35.831,66	35.831,70	214.990,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Progr	35.831,66	35.831,66	35.831,66	35.831,66	35.831,66	35.831,70	214.990,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transf. Rec. Alta e Média Complexidad	1.231,66	1.231,66	1.231,66	1.231,66	1.231,66	1.231,70	7.390,00
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Transf. Rec. Estado - Assistência Famr	5.233,34	5.233,34	5.233,34	5.233,34	5.233,34	5.233,30	31.400,00
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Transf. Rec. Estado - Cofin. Atenção B	11.033,34	11.033,34	11.033,34	11.033,34	11.033,34	11.033,30	66.200,00
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Transf. Rec. Estado - NASF/SC	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,70	49.000,00
4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	Transf. Rec. do Estado CAPS	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
4.1.7.2.2.33.16.00.00.00	Teto Municipal Rede Cegonha	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	7.800,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas E	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	7.800,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	7.800,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Exercício de 2016

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.7.6.2.99.06.00.00.00	Transf. Conv. Saude - Corpo de Bomba	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	7.800,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	478,26	478,26	478,26	478,26	478,26	478,26	2.869,55
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	17,66	17,66	17,66	17,66	17,66	17,70	106,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	17,66	17,66	17,66	17,66	17,66	17,70	106,00
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e	17,66	17,66	17,66	17,66	17,66	17,70	106,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	441,76	441,76	441,76	441,76	441,76	441,75	2.650,55
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	441,76	441,76	441,76	441,76	441,76	441,75	2.650,55
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	441,76	441,76	441,76	441,76	441,76	441,75	2.650,55
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	18,84	18,84	18,84	18,84	18,84	18,80	113,00
4.1.9.0.98.00.00.00.00	Outras Receitas Eventuais	18,84	18,84	18,84	18,84	18,84	18,80	113,00
4.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	44.333,32	44.333,32	44.333,32	44.333,32	44.333,32	44.333,40	266.000,00
4.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIEIÇÃO DE BENS	3.966,66	3.966,66	3.966,66	3.966,66	3.966,66	3.966,70	23.800,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIEIÇÃO DE BENS MÓVEIS	3.966,66	3.966,66	3.966,66	3.966,66	3.966,66	3.966,70	23.800,00
4.2.2.1.5.00.00.00.00.00	Alienação de Veículos	3.966,66	3.966,66	3.966,66	3.966,66	3.966,66	3.966,70	23.800,00
4.2.4.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	40.366,66	40.366,66	40.366,66	40.366,66	40.366,66	40.366,70	242.200,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	40.366,66	40.366,66	40.366,66	40.366,66	40.366,66	40.366,70	242.200,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Er	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,30	50.000,00
4.2.4.7.1.07.00.00.00.00	Transf Convênio Federal (Veículos)	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,30	50.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e su	5.366,66	5.366,66	5.366,66	5.366,66	5.366,66	5.366,70	32.200,00
4.2.4.7.2.06.00.00.00.00	Transf Convênio Estadual (Veículos)	5.366,66	5.366,66	5.366,66	5.366,66	5.366,66	5.366,70	32.200,00
4.2.4.7.3.00.00.00.00.00	Transf. Convênios dos Municípios e suas	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,70	160.000,00
4.2.4.7.3.03.00.00.00.00	Transferências Convênios - CAPS CAT/	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
4.2.4.7.3.08.00.00.00.00	Transf Convênio Requalificação UBS - (	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
<b>TOTAL GERAL PREVISTO:</b>		<b>344.976,24</b>	<b>344.976,24</b>	<b>344.976,24</b>	<b>344.976,24</b>	<b>344.976,24</b>	<b>344.976,35</b>	<b>2.069.857,55</b>

AGUA DOCE , 23/12/2015

ORLANDO FÁVERO  
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

## METAS MENSAIS FMAS

Exercício de 2016

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**  
 Metas Mensais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Janeiro Previsto	Fevereiro Previsto	Março Previsto	Abril Previsto	Maió Previsto	Junho Previsto	Julho Previsto	Agosto Previsto	Setembro Previsto	Outubro Previsto	Novembro Previsto	Dezembro Previsto	Total Previsto
4.0.0.0.0.0.00.00.0.0	RECEITAS	15.656,08	15.656,08	15.656,08	15.656,08	15.656,08	15.656,08	15.656,08	15.656,08	15.656,08	15.656,08	15.656,08	15.656,12	187.873,00
4.1.0.0.0.0.00.00.0.0	RECEITAS CORRENTES	15.656,08	15.656,08	15.656,08	15.656,08	15.656,08	15.656,08	15.656,08	15.656,08	15.656,08	15.656,08	15.656,08	15.656,12	187.873,00
4.1.3.0.0.0.0.00.00.0.0	RECEITA PATRIMONIAL	288,34	288,34	288,34	288,34	288,34	288,34	288,34	288,34	288,34	288,34	288,34	288,26	3.460,00
4.1.3.2.0.0.0.00.00.0.0	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	288,34	288,34	288,34	288,34	288,34	288,34	288,34	288,34	288,34	288,34	288,34	288,26	3.460,00
4.1.3.2.5.0.0.00.00.0.0	Remuneração de Depósitos Bancários	288,34	288,34	288,34	288,34	288,34	288,34	288,34	288,34	288,34	288,34	288,34	288,26	3.460,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.0.0	Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul.	151,67	151,67	151,67	151,67	151,67	151,67	151,67	151,67	151,67	151,67	151,67	151,63	1.820,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.0.0	Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul.	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	240,00
4.1.3.2.5.01.19.00.00.0.0	Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul.	49,17	49,17	49,17	49,17	49,17	49,17	49,17	49,17	49,17	49,17	49,17	49,13	590,00
4.1.3.2.5.01.21.00.00.0.0	Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul.	49,17	49,17	49,17	49,17	49,17	49,17	49,17	49,17	49,17	49,17	49,17	49,13	590,00
4.1.3.2.5.01.24.00.00.0.0	Remun. Dep. Banc. Rec.Vinc. - FEAS	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,87	250,00
4.1.3.2.5.01.25.00.00.0.0	Remun. Dep. Banc. Rec.Vinc. - Fortal	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	150,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.0.0	Remun. de Depósito de Recursos não	136,67	136,67	136,67	136,67	136,67	136,67	136,67	136,67	136,67	136,67	136,67	136,63	1.640,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.0.0	Remun. de Outros Depósitos de Rec.	136,67	136,67	136,67	136,67	136,67	136,67	136,67	136,67	136,67	136,67	136,67	136,63	1.640,00
4.1.7.0.0.0.0.00.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.367,74	15.367,74	15.367,74	15.367,74	15.367,74	15.367,74	15.367,74	15.367,74	15.367,74	15.367,74	15.367,74	15.367,86	184.413,00
4.1.7.2.0.0.0.00.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAM	15.367,74	15.367,74	15.367,74	15.367,74	15.367,74	15.367,74	15.367,74	15.367,74	15.367,74	15.367,74	15.367,74	15.367,86	184.413,00
4.1.7.2.1.0.0.00.00.0.0	Transferências da União	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,99	177.563,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.0.0	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,91	14.796,99	177.563,00
4.1.7.2.1.34.02.00.00.0.0	Transf. de Rec. FNAS/Prt. Social Esp	218,33	218,33	218,33	218,33	218,33	218,33	218,33	218,33	218,33	218,33	218,33	218,37	2.620,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.0.0	Transf. de Rec. FNAS/GDBF	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	10.800,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.0.0	Transf. de Rec. FNAS - CRFAS	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	72.000,00
4.1.7.2.1.34.08.00.00.0.0	Transf. de Rec. FNAS - IGD/SUAS	921,08	921,08	921,08	921,08	921,08	921,08	921,08	921,08	921,08	921,08	921,08	921,12	11.053,00
4.1.7.2.1.34.09.00.00.0.0	Transf. Rec. FNAS - BPC Escola	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.1.7.2.1.34.10.00.00.0.0	Transf. Rec. Serviço de Convivência f	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	54.000,00
4.1.7.2.1.34.11.00.00.0.0	Transf. Rec. FEAS - Custeio	2.174,17	2.174,17	2.174,17	2.174,17	2.174,17	2.174,17	2.174,17	2.174,17	2.174,17	2.174,17	2.174,17	2.174,13	26.090,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.0.0	Transferências dos Estados	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,87	6.850,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.0.0	Outras Transferências dos Estados	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,87	6.850,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.0.0	Transf. Benefícios Eventuais	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,83	570,87	6.850,00
<b>TOTAL GERAL PREVISTO:</b>		<b>15.656,08</b>	<b>15.656,08</b>	<b>15.656,08</b>	<b>15.656,08</b>	<b>15.656,08</b>	<b>15.656,08</b>	<b>15.656,08</b>	<b>15.656,08</b>	<b>15.656,08</b>	<b>15.656,08</b>	<b>15.656,08</b>	<b>15.656,12</b>	<b>187.873,00</b>

AGUA DOCE , 23/12/2015

OFILANDO FAVERO  
 Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI  
 CONTADORACRO/SC 020389/O-0



Exercício de 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE  
Metas Mensais de Arrecadação - Programado/Órçdo (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Janeiro Previsto	Fevereiro Previsto	Março Previsto	Abril Previsto	Maió Previsto	Junho Previsto	Julho Previsto	Agosto Previsto	Setembro Previsto	Outubro Previsto	Novembro Previsto	Dezembro Previsto	Total Previsto
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	8,83	8,83	8,83	8,83	8,83	8,83	8,83	8,83	8,83	8,83	8,83	8,87	106,00
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. t	8,83	8,83	8,83	8,83	8,83	8,83	8,83	8,83	8,83	8,83	8,83	8,87	106,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	220,88	220,88	220,88	220,88	220,88	220,88	220,88	220,88	220,88	220,88	220,88	220,87	2.650,55
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	220,88	220,88	220,88	220,88	220,88	220,88	220,88	220,88	220,88	220,88	220,88	220,87	2.650,55
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	220,88	220,88	220,88	220,88	220,88	220,88	220,88	220,88	220,88	220,88	220,88	220,87	2.650,55
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	9,42	9,42	9,42	9,42	9,42	9,42	9,42	9,42	9,42	9,42	9,42	9,38	113,00
4.1.9.9.0.98.00.00.00.00	Outras Receitas Eventuais	9,42	9,42	9,42	9,42	9,42	9,42	9,42	9,42	9,42	9,42	9,42	9,38	113,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	22.166,66	22.166,66	22.166,66	22.166,66	22.166,66	22.166,66	22.166,66	22.166,66	22.166,66	22.166,66	22.166,66	22.166,74	266.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,37	23.800,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,37	23.800,00
4.2.2.1.5.00.00.00.00.00	Alienação de Veículos	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,33	1.983,37	23.800,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20.183,33	20.183,33	20.183,33	20.183,33	20.183,33	20.183,33	20.183,33	20.183,33	20.183,33	20.183,33	20.183,33	20.183,37	242.200,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	20.183,33	20.183,33	20.183,33	20.183,33	20.183,33	20.183,33	20.183,33	20.183,33	20.183,33	20.183,33	20.183,33	20.183,37	242.200,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas I	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,63	50.000,00
4.2.4.7.1.07.00.00.00.00	Transf. Convênio Federal (Veículos)	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,63	50.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr/Fede	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,37	32.200,00
4.2.4.7.2.06.00.00.00.00	Transf. Convênio Estadual (Veículos)	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,33	2.683,37	32.200,00
4.2.4.7.3.00.00.00.00.00	Transf. Convênios dos Municípios e sue	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,37	160.000,00
4.2.4.7.3.03.00.00.00.00	Transferências Convênios - CAPS CA	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	60.000,00
4.2.4.7.3.08.00.00.00.00	Transf. Convênio Requalificação UBS	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,37	100.000,00
TOTAL GERAL PREVISTO:		172.488,12	172.488,12	172.488,12	172.488,12	172.488,12	172.488,12	172.488,12	172.488,12	172.488,12	172.488,12	172.488,12	172.488,23	2.069.857,55

AGUA DOCE , 23/12/2015

ORLANDO FÁVERO  
Titular da Unidade

NEUSAM C. S. BISSANI  
CONTADOR(A) CRC/SC 020388/O-0



METAS MENSAIS SIMA

Exercício de 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE  
Metas Mensais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Jan/16 Previsto	Fev/16 Previsto	Mar/16 Previsto	Abr/16 Previsto	Mai/16 Previsto	Jun/16 Previsto	Jul/16 Previsto	Ago/16 Previsto	Sep/16 Previsto	Out/16 Previsto	Nov/16 Previsto	Dez/16 Previsto	Total Previsto
4.0.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS	45.535,42	45.535,42	45.535,42	45.535,42	45.535,42	45.535,42	45.535,42	45.535,42	45.535,42	45.535,42	45.535,42	45.535,42	546.425,00
4.1.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	30.641,67	30.641,67	30.641,67	30.641,67	30.641,67	30.641,67	30.641,67	30.641,67	30.641,67	30.641,67	30.641,67	30.641,67	367.700,00
4.1.2.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	174.500,00
4.1.2.1.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	174.500,00
4.1.2.1.0.99.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	174.500,00
4.1.2.1.0.99.01.00.00.00	Contribuição do Associado	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	14.541,67	174.500,00
4.1.3.0.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	123.700,00
4.1.3.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	123.700,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	123.700,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	123.700,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	10.308,33	123.700,00
4.1.9.0.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	69.500,00
4.1.9.2.0.0.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	69.500,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	69.500,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	5.791,67	69.500,00
4.7.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAME	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	178.725,00
4.7.2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	178.725,00
4.7.2.1.0.0.00.00.00.00	Contribuições Sociais	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	178.725,00
4.7.2.1.0.99.00.00.00.00	Contribuições Sociais	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	14.893,75	178.725,00
4.7.2.1.0.99.02.00.00.00	Contribuição da PMAD	12.877,08	12.877,08	12.877,08	12.877,08	12.877,08	12.877,08	12.877,08	12.877,08	12.877,08	12.877,08	12.877,08	12.877,12	154.525,00
4.7.2.1.0.99.03.00.00.00	Contribuição do FMS	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,63	20.000,00
4.7.2.1.0.99.04.00.00.00	Contribuição Câmara	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	4.200,00
TOTAL GERAL PREVISTO:		45.535,42	45.535,42	45.535,42	45.535,42	45.535,42	45.535,42	45.535,42	45.535,42	45.535,42	45.535,42	45.535,42	45.535,38	546.425,00

AGUA DOCE , 23/12/2015

ELIAS VIECELI  
Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADOR(A)CRC/SC 020389/O-0



# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2123, DE 07 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidas férias regulamentares aos Servidores Públicos Municipais em Cargo de Provimento em Comissão, conforme abaixo relacionado:

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
595	GÜNTHER PÖTKER	07/03/2014	06/03/2015	11/01/2016	25/01/2016
597	LOURDES ROVER KOLLER	22/12/2014	21/12/2015	13/01/2016	11/02/2016

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 07 de janeiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO  
Responsável pelas publicações

### DECRETO Nº 2124 DE 07 DE JANEIRO DE 2016

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do inciso III e § 2º, do art. 7º da Lei Municipal nº 631, de 13 de dezembro de 2013;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 145.173,09 (Cento e quarenta e cinco mil, cento e setenta e três reais, nove centavos), nas seguintes ações orçamentárias:

09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
09.03	Ensino Fundamental
12	EDUCAÇÃO
12.361	Ensino Fundamental

12.361.0044	Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
12.361.0044.2.084	Serviços de Transporte Escolar
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 9.480,90
12.361.0044.2.080	Atividades do Ensino Fundamental - FUNDEB
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 71.500,00
09.02	Educação Infantil
12	EDUCAÇÃO
12.365	Educação Infantil
12.365.0043	Promoção e Desenvolvimento da Educação Infantil
12.365.0043.1.032	Ampliação das Estruturas da Educação Infantil
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.5	Inversões Financeiras
4.5.90.00.0.1.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
04.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
04.02	Fundo Mun. De Desenv.da Agropec. – FUNDE-AGRO
20	AGRICULTURA
20.608	Promoção da Produção Agropecuária
20.608.0011.2.022	Mecanização Agrícola
3	Despesas Correntes
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000	R\$ 1.690,19
07.00	GERÊNCIA DE URBANISMO, HAB. IND. e COM.
07.01	Urbanismo – Serviços de Infraestrutura Urbana
15	URBANISMO
15.452	Serviços Urbanos
15.452.0026	Manutenção das áreas Urbanas
15.452.0026.2.048	Manutenção Sistema de Iluminação Pública
3	Despesas Correntes
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0342	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
07.03	Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS
23.691	Promoção Comercial
23.691.0030	Geração de Renda e Empregos
23.691.0030.2.051	Incentivo ao Comércio e Serviços
3	Despesas Correntes
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 227,00
07.04	Sistema Municipal de Saneamento Básico
17	SANEAMENTO

17.512	Saneamento Básico Urbano
17.512.0032	Serviços de Saneamento Básico Urbano
17.512.0032.2.054	Manutenção Sistema Abast. Água
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 3.500,00
02.00	GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
02.01	Gerência de administração e Finanças
04	ADMINISTRAÇÃO
04.122	Administração Geral
04.122.0003	Ações de Administração Geral
04.122.0003.2.008	Manutenção do Prédio do Centro Administrativo
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.000	Aplicações Diretas
	R\$ 1.000,00
04.122.0003.2.007	Atividades Administrativas e Burocráticas
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.000	Aplicações Diretas
	R\$ 32.700,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS
28.846	Outros Encargos Especiais
28.846.0000	Operações Especiais
28.846.0000.0.001	Cump. Das Obrigações Contrib. E Tributárias - PASEP
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.343	Aplicações Diretas
	R\$ 75,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes da:

Redução de dotações Orçamentárias nas seguintes ações orçamentárias:

02.00	GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
02.01	Gerência de Administração e Finanças
04	ADMINISTRAÇÃO
04.122	Administração Geral
04.122.0003	Ações de Administração Geral
04.122.0003.2.007	Atividades Administrativas e burocráticas
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 13.200,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.0.1.0000	Transferências a Instituições Privadas s
	R\$ 13.500,00
07.00	GERÊNCIA DE URBANISMO, HAB. IND. e COM.
07.04	Sistema Municipal de Saneamento Básico
17	SANEAMENTO
17.512	Saneamento Básico Urbano
17.512.0032	Serviços de Saneamento Básico Urbano
17.512.0032.2.054	Manutenção Sistema Abast. Água
3	Despesas Correntes

3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 3.500,00
09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
09.02	Educação Infantil
12	EDUCAÇÃO
12.365	Educação Infantil
12.365.0043	Promoção e Desenvolvimento da Educação Infantil
12.365.0043.1.032	Ampliação das Estruturas da Educação Infantil
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0106	Aplicações diretas
	R\$ 20.000,00

do excesso de arrecadação, nos vínculos abaixo:

a) "0.1.000" - Recursos Ordinários

R\$ 18.398,09 (Dezoito mil, trezentos e noventa e oito reais, nove centavos);

b) "0.1.0343" - Recursos Vinculados - Fundo do Petróleo R\$ 75,00 (Setenta e cinco reais);

c)"0.1.0106" – Recursos Vinc. - Educação Básica R\$ 71.500,00 (Três mil, quinhentos Reais), e:

d)"0.1.0342" - Recursos Vinculados à COSIP R\$ 5.000,00 (Cinco mil Reais).

Art. 3º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 17.847,52(Dezessete mil, oitocentos e quarenta e sete reais, cinquenta e dois centavos), na seguinte ação orçamentária:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	SAUDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.2.057	Atividades Gerais da Atenção Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
10.301.0034.2.100	Atividades e Serviços do NASF
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0341	Aplicações Diretas
	R\$ 3.800,00
10.301.0036	Agentes Comunitários de Saúde
10.301.0036.2.065	Atividades dos Agentes Comunitários de Saúde
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0303	Aplicações Diretas
	R\$ 3.176,95
10.301.0037	Saúde Odontológica
10.301.0037.2.066	Atividades de Saúde Odontológica
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 870,57

Art. 4º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes da:

Redução de dotações Orçamentárias nas seguintes ações orçamentárias:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	SAUDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.2.057	Atividades Gerais da Atenção Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00

Do excesso de arrecadação, nas seguintes vinculações:

0.1.0301 - Recursos Vinculados à Saúde – ASPS, no valor de R\$ 870,57 (oitocentos e setenta reais, cinquenta e sete centavos);

0.1.0303 - Recursos Vinculados à Saúde - SUS/PACS, no valor de R\$ 3.176,95 (Três mil, cento e setenta e seis reais, noventa e cinco centavos), e;

0.1.0341 - Recursos Vinculados SUS/NASF, no valor de R\$ 3.800,00 (Três mil, Oitocentos Reais).

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC,  
em 21 de Janeiro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

#### **PORTARIA 006 DE 07 DE JANEIRO DE 2016** CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

##### **RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal, CAMILA SEIBT DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de PSICÓLOGO, no período de quinze (15) dias, a contar da presente data, conforme atestado médico expedido pela Dra. Ligia Engel CRM SC 2.921.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município por quinze (15) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 07 de janeiro de 2016.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO  
Responsável Pelas Publicações

#### **PORTARIA 007 DE 07 DE JANEIRO DE 2016** CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do inciso II do art. 105 e inciso VIII do art. 196 da Lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações; que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Concede Licença para Tratar de Assuntos Particulares ao Servidor Público Municipal, MAICO ROBERTO LUCKMANN RODRIGUES DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, matrícula 575, no período compreendido de 29 de fevereiro à 04 de março de 2016, a pedido do servidor através do requerimento protocolado sob o nº 077 de 29 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 07 de janeiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO  
Responsável pelas publicações

#### **PORTARIA 008 DE 07 DE JANEIRO DE 2016** CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder 30 dias de férias a Servidora Pública Municipal, LOIRACI CARMEN MAROLI, matrícula 470, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE LIMPEZA E COPA, lotada na Gerência de Educação e Esportes.

Art. 2º Período aquisitivo de 22/12/2014 a 21/12/2015, período de gozo de 11 de janeiro de 2016 à 09 de fevereiro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 07 de janeiro de 2016.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO  
Responsável pelas publicações

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 003/2016

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2016

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a Contratação de empresa para a prestação, em regime de fretamento, de serviço de transporte de alunos ao Instituto Federal Catarinense - Campus Concórdia, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520 e 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas no Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo as propostas de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até 13h50, do dia 26 de janeiro de 2016, em sessão pública, com início previsto para as 14h da mesma data. A íntegra do Edital e informações complementares, poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações".

Alto Bela Vista (SC), em 07 de janeiro de 2016.

Catia Tessmann Reichert

Prefeita Municipal.

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### PORTARIA N 016/2016

PORTARIA Nº 016/2016

Concede Licença Premio a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 558/1992;

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, a servidora MARESTER BAUMGARTEN PAULI, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR CONTABIL FINANCEIRO II, a partir do mês de janeiro de 2016, referente ao período aquisitivo de julho/1998 a julho/2003.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 08 de janeiro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de janeiro de 2016.

### PORTARIA N 017/2016

PORTARIA Nº 017/2016

Concede Férias a servidores.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 558/1992;

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias a servidores do FUNCIONAMENTO DO GRUPO DE IDOSOS, no mês de janeiro de 2016, conforme relacionado abaixo:

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO
ROBERTA C. LOURENÇO	ANIMADOR TERCEIRA IDADE	11/03/2014 a 10/03/2015
ROSILMA H. JUNKES	ANIMADOR TERCEIRA IDADE	04/04/2013 a 03/04/2014
ROGERIA G KREMER BRUHL	ANIMADOR TERCEIRA IDADE - ACT	04/09/2015 a 03/09/2016

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 08 de janeiro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de janeiro de 2016.

### PORTARIA N 018/2016

PORTARIA Nº 018/2016

Concede insalubridade a servidores.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor JOÃO DE DEUS DA ROCHA, a partir de 07 de janeiro de 2016 e, ao servidor ANTÔNIO ALTAMIRO MIRANDA, a partir de 11 de janeiro de 2016, ambos ocupantes do cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 08 de janeiro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de janeiro de 2016.



**Arabutã****PREFEITURA****EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE RESULTADO E RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2015**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 008/2015

EDITAL Nº 003

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE RESULTADO E RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2015, DESTINADO AO PROVIMENTO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO EXCLUSIVAMENTE EM FUNÇÕES RELACIONADAS ÀS CARREIAS DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL-EMPREGO PÚBLICO.

A Comissão Especial de Coordenação e Operacionalização das fases do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2015, constituída pelo Decreto nº 1821 de 21 de dezembro de 2015, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados o RESULTADO e respectiva CLASSIFICAÇÃO, segundo as regras estabelecidas no Edital nº 008/2015, conforme consta dos quadros seguintes:

**I – INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS:**

Identificação do Cargo			Nº de Inscritos
Agente de Comunitário de Saúde Micro Área 002			01
Identificação do Candidato		Notas	Classificação
Nome	Nº Insc.	Exclusivamente de Títulos	
Naiara Giovanna Weber	03	2,10	1º

Identificação do Cargo			Nº de Inscritos
Agente de Comunitário de Saúde Micro Área 005			02
Identificação do Candidato		Notas	Classificação
Nome	Nº Insc.	Exclusivamente de Títulos	
Patrícia Wilgten	04	2,10	1º
Deise Cristina Ackermann Verruck	01	2,00	2º

Identificação do Cargo			Nº de Inscritos
Agente de Comunitário de Saúde Micro Área 009			02
Identificação do Candidato		Notas	Classificação
Nome	Nº Insc.	Exclusivamente de Títulos	
Lilian Maria Feiock	05	2,00	1º *
Vanessa Fassbinder	02	2,00	2º *

\*Obs.: Critério de desempate conforme item 5.3, alínea c do edital

Arabutã, 08 de janeiro de 2016.

Dulci Driemeier  
Presidente

Deise Morche  
Membro

Carla Sandra Cozer Morche  
Membro



# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### PORTARIA 001/2016

PORTARIA N.º 001/2016

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 086/2015 de 01 de abril de 2015, a conseguinte EXONERAÇÃO do cargo de Chefe de Manutenção de Equipamentos, Infra Estrutura e Frota com as atribuições pertinentes à retro citadas Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, o senhor RENATO PETERS, brasileiro, maior, casado, CPF nº 384.236.189-00, CI nº. 936.188 SSP/SC, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 04 de janeiro de 2016.  
Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e publicada no mural do edifício sede da Prefeitura em 04 de janeiro de 2016.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### PORTARIA 413/2015

PORTARIA N.º 413/2015

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de ASSESSOR DE APOIO ADMINISTRATIVO, com as atribuições a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, o Senhor FERNANDO MANOEL DOS SANTOS, brasileiro, maior, casado, inscrito no CPF nº 028.711.649-24 e CI nº 3235526 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 16 de dezembro de 2015.  
Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e publicada no mural do edifício sede da Prefeitura em 16 de dezembro de 2015.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/PMBR/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/PMBR/2016.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 21/01/2016 às 10h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de aditivos e combustíveis, para manter a frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencente à Prefeitura Municipal de Balneário Rincão e Fundo Municipal de Saúde (Secretarias de Infraestrutura e Serviços Públicos, Educação e Cultura e Saúde), durante o exercício de 2016.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico [licitacao.rincao@hotmail.com](mailto:licitacao.rincao@hotmail.com).

Balneário Rincão – SC, 07 de Janeiro de 2016.

Pregoeira

Gisele P. Ferreira.

## SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

### EXTRATO DE ADITIVO 01 AO CONTRATO 021/SAMAE/2015.

EXTRATO DE ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 021/SAMAE/2015; RAQUEL DE OLIVEIRA LIMA, OBJETO: reajuste do contrato 021/SAMAE/2015, e a prorrogação do prazo de vigência do Contrato, que prevê o termino em 31/12/2015, por mais 12 meses, ou seja, até 31/12/2016, , em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pela SAMAE DE BALNEÁRIO RINCÃO e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/. ASSINATURA: 04 de janeiro de 2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Olirio Jose Lino – Presidente I e pela empresa a Sra. Raquel de Oliveira Lima.

### EXTRATO DE ADITIVO 03 AO CONTRATO 045/SAMAE/2015.

EXTRATO DE ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº. 045/SAMAE/2015; RJ INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, OBJETO a prorrogação do prazo de entrega do Contrato Nº. 045/SAMAE/2015, que prevê o termino em 31/12/2015 para 29/02/2016, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pelo engenheiro responsável e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Olirio José Lino – Presidente e pela empresa o Sr HERNANE CRUZ MACHADO

# Barra Velha

## CÂMARA MUNICIPAL

### **EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO CONTRATUAL Nº 001 - CONTRATO Nº 002/2015**

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA-SC

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Primeiro Termo Aditivo de prorrogação do prazo para manutenção, atualização e suporte com vigência de 12 doze meses, a partir da data da sua assinatura – CONTRATO Nº 002/2015.

LICITAÇÃO:

FORNECEDOR: LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.

CNPJ: 00.685.840/0001-35.

DATA DE ASSINATURA: 30 de dezembro de 2015.

VIGÊNCIA: 12 MESES

VALOR: 578,40 (Quinhentos e setenta e oito reais e quarenta centavos) mensais.

VALOR GLOBAL: 6.940,00 (seis mil novecentos e quarenta reais e oitenta centavos).

RECURSOS: 2.001.3.3.90.00.00.00.00.00 (1)

OBJETO: Direito de uso mensal dos sistemas Legislador e Legislador WEB, bem como sua manutenção e suporte.

Antonioni Lucas Costa Magalhães – Assessor Jurídico

Marciel Berlim – Presidente da Câmara de Vereadores

### **EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 001/2016.**

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA-SC

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 001/2016.

LICITAÇÃO:

FORNECEDOR: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

CNPJ: 09.427.503/0001-12

DATA DE ASSINATURA: 04 de janeiro de 2016.

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

VALOR: 2.808,00 (dois mil oitocentos e oito reais).

RECURSOS: 2.001.3.3.93.00.00.00.00.00 (6)

OBJETO: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA, notadamente o Programa Gestão das Câmaras de Vereadores, que envolve as seguintes atividades: I – Promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; II – Inclusão digital das Câmaras de Vereadores; III – Disponibilização de informações e serviços ao cidadão; IV – Acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; V – Divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; VI – Promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; VII – Economia dos recursos públicos.

Antonioni Lucas Costa Magalhães – Assessor Jurídico

Marciel Berlim – Presidente da Câmara de Vereadores

### **EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 002/2016.**

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA-SC

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 002/2016.

LICITAÇÃO:

FORNECEDOR: JOTAH! SERVIÇOS

CNPJ: 09.372.880/0001-00

DATA DE ASSINATURA: 04 de janeiro de 2016.

VIGÊNCIA: 60 dias.

VALOR: 3.755,00 (três mil setecentos e cinquenta e cinco reais) mensais.

VALOR GLOBAL: 7.510,00 (sete mil quinhentos e dez reais).

RECURSOS: 2.001.3.3.90.00.00.00.00.00 (1)

OBJETO: Contratação de Empresa, em Caráter emergencial, para prestação de serviços especializados de limpeza, conservação e copeiragem para a Câmara de Vereadores de Barra Velha.

Antonioni Lucas Costa Magalhães – Assessor Jurídico

Marciel Berlim – Presidente da Câmara de Vereadores

### **EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 003/2016.**

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA-SC

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 003/2016.

LICITAÇÃO:

FORNECEDOR: AUTO POSTO AVIZ III LTDA

CNPJ: 14.397.810/0001-38

DATA DE ASSINATURA: 06 de janeiro de 2016.

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016, antecipada pela quantidade (gasolina) total fornecida

VALOR: 7.477,80 (sete mil quatrocentos e setenta e sete reais e oitenta centavos).

RECURSOS: 2.001.3.3.90.00.00.00.00.00 (1)

OBJETO: fornecimento de combustível (gasolina comum) para o veículo KIA SPORTAGE EX2 placa MHM1499, carro oficial da Câmara de Vereadores de Barra Velha/SC. A quantidade total fornecida será de 2.200 (dois mil e duzentos) litros de gasolina comum.

Antonioni Lucas Costa Magalhães – Assessor Jurídico

Marciel Berlim – Presidente da Câmara de Vereadores

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### PORTARIAS 66-71/2015

PORTARIA Nº 66/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, Resolve:

**NOMEAR PARA EXERCER CARGO ELETIVO**

Art. 1º. Fica nomeada para o exercício de cargo eletivo MARGARIDA APARECIDA DA ROCHA MIRANDA, para exercer o cargo de Conselheira Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 à 09 de janeiro de 2020, cumprindo as definições da Lei nº 12.696/2012 e da Lei nº 1.081/2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 08 de janeiro de 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 08/01/2016

MARIO CESAR CORREA

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 67/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, Resolve:

**NOMEAR PARA EXERCER CARGO ELETIVO**

Art. 1º. Fica nomeada para o exercício de cargo eletivo EDENISE CORDEIRO VIEIRA, para exercer o cargo de Conselheira Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 à 09 de janeiro de 2020, cumprindo as definições da Lei nº 12.696/2012 e da Lei nº 1.081/2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 08 de janeiro de 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 08/01/2016

MARIO CESAR CORREA

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 68/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

Resolve:

**NOMEAR PARA EXERCER CARGO ELETIVO**

Art. 1º. Fica nomeada para o exercício de cargo eletivo JUSSARA DE FÁTIMA DE LIMA, para exercer o cargo de Conselheira Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 à 09 de janeiro de 2020, cumprindo as definições da Lei nº 12.696/2012 e da Lei nº 1.081/2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 08 de janeiro de 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 08/01/2016

MARIO CESAR CORREA

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 69/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, Resolve:

**NOMEAR PARA EXERCER CARGO ELETIVO**

Art. 1º. Fica nomeada para o exercício de cargo eletivo LEANDRA SCHIESSL IACHITZKI, para exercer o cargo de Conselheira Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 à 09 de janeiro de 2020, cumprindo as definições da Lei nº 12.696/2012 e da Lei nº 1.081/2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 08 de janeiro de 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 08/01/2016

MARIO CESAR CORREA

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 70/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, Resolve:

**NOMEAR PARA EXERCER CARGO ELETIVO**

Art. 1º. Fica nomeada para o exercício de cargo eletivo ROSANE MARKO GONÇALVES DO ROSÁRIO, para exercer o cargo de Conselheira Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 à 09 de janeiro de 2020, cumprindo as definições da Lei nº 12.696/2012 e da Lei nº 1.081/2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 08 de janeiro de 2016  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 08/01/2016

MARIO CESAR CORREA  
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 71/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, Resolve:  
SUSPENDER FÉRIAS

Art. 1º. Fica suspenso por motivo de interesse público as férias do servidor GILMAR MIRANDA, ocupante do cargo de Operador de Máquinas

Art. 2º. A suspensão de que trata o art. 1º desta Portaria terá início na data de 11 de janeiro de 2016, devendo o servidor retornar às suas atividades laborais.

Art. 3º. O retorno ao gozo de férias ocorrerá sine die.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 08 de janeiro de 2016  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 08/01/2016

MARIO CESAR CORREA  
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 33/2015**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação resolve:

HOMOLOGAR o procedimento licitatório na modalidade Credenciamento nº 001/2015, tipo melhor técnica, cujo o objeto é a elaboração, assessoria e realização de leilão para alienação de bens inservíveis, de propriedade deste Município e ADJUDICAR o objeto licitado em favor do 1º colocado o Sr. Julio Ramos Luz, leiloeiro, CPF 582.420.409-80, pela proposta técnica com maior pontuação, bem como sem custos a este Município.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2016.  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 30/2015**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação resolve:

HOMOLOGAR o procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 003/2015, tipo menor preço, cujo o objeto é a execução de serviços de melhoramentos em 10,813 quilômetros das estradas rurais do Município de Bela Vista do Toldo e ADJUDICAR o objeto licitado em favor da empresa ARAÚJO CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, CNPJ 76.599.059/0001-00, pela proposta de R\$ 885.757,16 (oitocentos e oitenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e sete reais e dezesseis centavos).

Bela Vista do Toldo, 06 de Janeiro de 2016.  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL



# Biguaçu

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2015 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2015 – FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Ângelo Ramos Vieira, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 1790/2015), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O CENTRO DE CASTRAÇÃO E PARA A UPA 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2016 cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 13h30min do dia 11/01/2016, às 13h29min do dia 22/01/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 13h30min do dia 22/01/2016, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), a partir do dia 11/01/2016.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: [comprasaudebigua@gmail.com](mailto:comprasaudebigua@gmail.com)

Biguaçu, SC, 08 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Por delegação – Ângelo Ramos Vieira  
Secretário de Saúde

### PP252-2016-PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 252/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LÂMINAS E DENTES PARA MÁQUINAS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 27 janeiro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 27 janeiro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 8 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 266/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/ OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS E CULTURAIS.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 28 janeiro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 28 janeiro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 8 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 02/2016 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE PALCOS PARA EVENTOS DA SECETUL- SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 26 janeiro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 26 janeiro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja

utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 8 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 261/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE MÁQUINAS COM CAMINHÃO PRANCHA (CAVALO MECÂNICO) PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 27 janeiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 27 janeiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 8 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 242/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PESSOA JURÍDICA, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL) OU PESSOA FÍSICA, PARA MINISTRAR CURSOS DE ARTES APLICADAS, CORTE E COSTURA E MANICURE E PEDICURE NO CENTRO PROFISSIONALIZANTE - CEP.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 28 janeiro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 28 janeiro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 8 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
REPUBLICAÇÃO DO PP 243/2015 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 243/2015 PMB, que tem como objeto " AQUISIÇÃO DE CENTÍMETRO DE COLUMA EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO ESTADUAL, E JORNAL LOCAL COM PUBLICAÇÃO NO MÍNIMO DE 04 VEZES POR SEMANA, OBJETIVANDO A PUBLICAÇÕES DOS AVISOS DE LICITAÇÃO, BEM COMO: CONVOCAÇÕES, CONTRATOS, DECRETOS E PORTARIAS DESTA MUNICIPALIDADE NO ANO DE 2016", fica republicada a mesma para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 21/01/2016, até 16:00 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 21/01/2016, às 16:15 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8022.

Biguaçu, 8 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES  
RETIFICAÇÃO DO PP 269/2015 PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 269/2015 PMB, que tem como objeto " AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS PARA SEREM DISTRIBUÍDAS AOS MUNICÍPIOS CARENTES DO MUNICÍPIO PELO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL", que o item 01 Fralda Geriátrica EG ou GG passa a ter a seguinte redação: "FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO EG OU GG, DESCARTÁVEL COM GEL ABSORVENTE PARA ADULTO, UTILIZADA PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA E FECAL SEVERA, CONSTITUÍDA DE CAMADAS, CAMADA EXTERNA IMPERMEÁVEL CONFECCIONADA EM PLÁSTICO TIPO FILME DE POLIETILENO, CAMADA INTERMEDIÁRIA ABSORVENTE, CAMADA INTERNA CONFECCIONADA EM FALSO TECIDO, BASE DE FIBRAS SINTÉTICAS, FITAS ADESIVAS TIPO ABRE E FECHA, A FRALDA DEVERÁ TER FORMATO ANATÔMICO COM MÚLTIPLOS ELÁSTICOS PARA GARANTIR AJUSTE PERFEITO PARA IMPEDIR VAZAMENTOS, NÃO PODERÁ SER FABRICADA COM MATERIAL RECICLADO. EMBALAGEM EXTERNA CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E VALIDADE. PACOTE COM 07 (SETE) UNIDADES. DATA DE VALIDADE: 03 ANOS APÓS A FABRICAÇÃO".

Diante do exposto o referido processo será aberto na seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

Até às 13:45 horas, do dia 25/01/2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 14:00 horas, do dia 25/01/2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 08 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL



**RETIFICAÇÃO PP244-2015-PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES  
RETIFICAÇÃO DO PP 244/2015 PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 244/2015 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E SECRETARIA DE OBRAS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PARA O ANO DE 2016", que o anexo 01, da especificação dos itens, sofreu alteração em suas quantidades, passando a ter a seguinte redação.

**ESPECIFICAÇÃO**

item	quantidade	Unid.	Valor referencia	Especificação
1	1.790,00	KG	2,25	AÇÚCAR REFINADO. CARACTERÍSTICAS: AMORFO, DE PRIMEIRA, ISENTO DE FERMENTAÇÕES, DE MATÉRIA TERROSA, DE PARASITOS E DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS, TENDO ASPECTO PRÓPRIO DO TIPO DE AÇÚCAR, COR: PRÓPRIA, CHEIRO PRÓPRIO E SABOR DOCE. DEVERÁ ESTAR ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. EMBALAGEM: O RÓTULO DEVE TRAZER A DENOMINAÇÃO AÇÚCAR REFINADO. EMBALAGEM: PLÁSTICA, PACOTES DE 01 KG, CONFORME. VALIDADE: DE NO MÍNIMO 24 MESES. REFERÊNCIAS: RDC Nº. 271, DE 22/09/2005 ANVISA.
2	1.424,00	LAT	10,97	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO. INGREDIENTES: LEITE EM PÓ, LECITINA DE SOJA E NO MÍNIMO DUAS VITAMINAS. CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS: UMIDADE DE 3,5% (MÁXIMO), PROTEÍNA TOTAL 25%(MÁXIMO). RENDIMENTO: 400GR DO PRODUTO DEVERÁ RENDER NO MÍNIMO 3 LITROS DE LEITE NATURAL. PRAZO DE VALIDADE: O PRAZO DEVERÁ SER DE 24 MESES. EMBALAGEM: LATA DE APROXIMADAMENTE DE 400 GRAMAS - EMBALAGEM ALUMINIZADO.
3	2.510,00	UN	9,49	CAFÉ TORRADO E MOÍDO. CARACTERÍSTICAS: QUALIDADE SUPERIOR, TIPO TRADICIONAL - DEVE SER CONSTITUÍDO POR GRÃO TIPO 6 COB HOMOGÊNEOS TORRADOS (TORRA MÉDIA OU TORRA CLÁSSICA) PROCEDENTES DE ESPÉCIES DE VEGETAIS GENUÍNOS, SÃOS E LIMPOS. CLASSIFICAÇÃO: ENTRE 10 E 15% PVA (GRÃOS PRETOS, VERDES E OU ARDIDOS). DEVERÁ APRESENTAR UMIDADE MÁXIMA DE 5% (G/100G). TIPO DE CAFÉ: GOSTO PREDOMINANTE DE CAFÉ ARÁBICA, ADMITINDO-SE CAFÉ CONILON; PONTO DE TORRA: MÉDIA, PREFERENCIALMENTE; BEBIDA: DURA, ISENTO DE GOSTO RIO ZONA; AROMA E SABOR: CARACTERÍSTICO DO PRODUTO, PODENDO SER SUAVE OU INTENSO; NÍVEL MÍNIMO DE QUALIDADE: 6,0 PONTOS, NA ESCALA DE ZERO A DEZ. DEVE APRESENTAR AUSÊNCIA DE SUJIDADES, LARVAS E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS. EMPACOTADO A VÁCUO. COM SELO DE PUREZA ABIC DE QUALIDADE SUPERIOR. PACOTES DE 500 GRAMAS, CONTENDO IMPRESSOS A COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, INGREDIENTES, NOME DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. VALIDADE: DE NO MÍNIMO 24 MESES, CLARAMENTE EXPRESSO NA EMBALAGEM DO PRODUTO. REFERÊNCIAS: RDC Nº 175 DE 08/07/2003 ANVISA, RDC 12 DE 02/01/2001 ANVISA, RDC Nº. 277, DE 22/09/2005 ANVISA. PORTARIA MS Nº 377 DE 26/04/99.A EMBALAGEM DEVE CONTER O SELO FSC E OS DADOS ACIMA CITADOS COMO NÍVEL DE TORRA, QUALIDADE, AROMA, CORPO, SABOR, TIPO DE CAFÉ E AS INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. APRESENTAR AMOSTRA PARA AVALIAÇÃO TÉCNICA.
4	240,00	PCT	2,59	FILTRO DE CAFÉ 103 (PACOTE COM 30 UNIDADES.)
5	410,00	PCT	2,50	FILTRO DE CAFÉ 102 (PACOTE COM 30 UNIDADES.)
6	8,00	UN	12,75	CAFÉ SOLÚVEL GRANULADO "TRADIÇÃO". EMBALAGEM DE VIDRO CONTENDO 200G DO PRODUTO, VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES APÓS A ENTREGA.
7	48	UN	5,93	ADOÇANTE - dietético líquido, 100 ML. Contem: água, sorbitol, edulcorantes artificiais: sacarina sódica e ciclamato de sódio e conservadores: ácido benzóico e metilparabeno. NÃO CONTENHA GLUTEN.

Diante do exposto o referido processo será aberto na seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

Até às 15:45 horas, do dia 25/01/2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 16:00 horas, do dia 25/01/2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 08 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº. 010/2016**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 10/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CLINICA DR. VALDIR EIRELI – ME.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº. 2704/2015

Objeto: Contratação de consultas médicas na especialidade de ginecologia, com atendimento à população do município de Bom Jesus do Oeste/SC.

Valor: R\$ R\$ 39.750,00 (Trinta e nove mil e setecentos e cinquenta reais).

Vigência: 04 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016.

Assinatura: 04 de Janeiro de 2016.

Elton Henrique da Silva

Prefeito Municipal em Exercício

**CONTRATO Nº. 012/2016**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 12/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICIENTE DE MODELO

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº. 2705/2015

Objeto: Prestação de serviços com Utilização das dependências físicas, equipamentos ambulatoriais, plantonistas, funcionário no atendimento a municípios Bom-jesuenses no exercício 2016.

Valor: R\$ R\$ 72.000,00 (Setenta e dois mil reais).

Vigência: 04 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016.

Assinatura: 04 de Janeiro de 2016.

Elton Henrique da Silva

Prefeito Municipal em Exercício

**CONTRATO Nº. 013/2016**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 13/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SOCIEDADE HOSPITALAR BENEFICIENTE DE MARAVILHA

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº. 2705/2015

Objeto: Prestação de serviços com Utilização das dependências físicas, equipamentos ambulatoriais, plantonistas, funcionário no atendimento a municípios Bom-jesuenses no exercício 2016.

Valor: R\$ R\$ 152.000,00 (Cento e cinquenta e dois mil reais).

Vigência: 04 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016.

Assinatura: 04 de Janeiro de 2016.

Elton Henrique da Silva

Prefeito Municipal em Exercício

**CONTRATO Nº. 014/2016**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 14/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS IDEAL LTDA

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº. 2707/2015

Objeto: Aquisição de óleos lubrificantes para veículos e maquinarias da municipalidade exercício de 2016.

Valor: R\$ R\$ 17.485,50 (Dezessete mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Vigência: 04 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016.

Assinatura: 04 de Janeiro de 2016.

Elton Henrique da Silva

Prefeito Municipal em Exercício

**CONTRATO Nº. 03/2016**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 03/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CLINICA SCHNEIDER E SANGALLI S/S LTDA.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº. 2608/2015

Objeto: Contratação dos serviços ambulatoriais na área médica para atendimento à população na Estratégia Saúde da Família (ESF) do município de Bom Jesus do Oeste/SC compreendendo o atendimento ambulatorial com carga horária de 40 horas semanais, de segunda a sexta feira, em horário de expediente, para atendimento junto ao Centro Municipal de Saúde.

Valor: R\$ R\$ 252.000,00 (Duzentos e cinquenta e dois mil reais).

Vigência: 04 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016.

Assinatura: 04 de Janeiro de 2016.

ELTON HENRIQUE DA SILVA

Prefeito Municipal Em Exercício

**CONTRATO Nº. 04/2016**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 04/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº. 2607/2015

Objeto: Aquisição de 150.000 litros de combustível sendo óleo diesel S10, para veículos, máquinas e equipamentos nos departamentos da municipalidade no exercício de 2.016.

Valor: R\$ 459.750,00 (Quatrocentos e cinquenta e nove mil, setecentos e cinquenta reais).

Vigência: 04 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016.

Assinatura: 04 de Janeiro de 2016.

Elton Henrique da Silva

Prefeito Municipal em Exercício

**CONTRATO Nº. 05/2016**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 05/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: COMÉRCIO DE COMBUSTIVEL IDEAL LTDA

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº. 2607/2015

Objeto: Aquisição de 65.000 litros de óleo diesel S-500 e 35.000 litros de combustível sendo gasolina comum para veículos, máquinas e equipamentos nos departamentos da municipalidade no exercício de 2.016.

Valor: R\$ 317.100,00 (Trezentos e dezessete mil, e cem reais).

Vigência: 04 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016.

Assinatura: 04 de Janeiro de 2016.

Elton Henrique da Silva

Prefeito Municipal em Exercício

**CONTRATO Nº. 06/2016**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 06/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

Objeto: Locação de Software para a controladoria municipal no exercício de 2.016.

Valor: R\$ 4.320,00 (Quatro mil trezentos e vinte reais).

Vigência: 04 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016.

Assinatura: 04 de Janeiro de 2016.

Elton Henrique da Silva

Prefeito Municipal em Exercício

**CONTRATO Nº. 07/2016**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 07/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: COMERCIAL AMBROSIO LTDA

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº. 2667/2015

Objeto: Aquisição de produtos de higiene e limpeza para manutenção de diversos setores da municipalidade para o exercício 2016.

Valor: R\$ 7.200,76 (sete mil e duzentos reais e setenta e seis centavos).

Vigência: 04 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016.

Assinatura: 04 de Janeiro de 2016.

Elton Henrique da Silva

Prefeito Municipal em Exercício

**CONTRATO Nº. 08/2016**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 08/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SCS COMÉRCIO LTDA.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº. 2667/2015

Objeto: Aquisição de produtos de higiene e limpeza para manutenção de diversos setores da municipalidade para o exercício 2016.

Valor: R\$ R\$ 10.340,25 (Dez mil trezentos e quarenta reais e vinte e cinco centavos).

Vigência: 04 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016.

Assinatura: 04 de Janeiro de 2016.

Elton Henrique da Silva

Prefeito Municipal em Exercício

**CONTRATO Nº. 09/2016**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 09/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: VILSON WISNIESKI - MEI.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº. 2666/2015

Objeto: Serviços de distribuição de 800 cargas de dejetos líquidos com caminhão de capacidade mínima de 5.000 litros a ser prestado em propriedades rurais do Município no exercício 2016.

Valor: R\$ R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais).

Vigência: 04 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016.

Assinatura: 04 de Janeiro de 2016.

Elton Henrique da Silva

Prefeito Municipal em Exercício

**CONTRATO Nº. 11/2016**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 11/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: VALDENOR NASCIMENTO.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº. 2708/2015

Objeto: Locação de imóvel para instalação da biblioteca municipal no exercício de 2016.

Valor: R\$ R\$ 10.200,00 (Dez mil e duzentos reais).

Vigência: 04 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016.

Assinatura: 04 de Janeiro de 2016.

Elton Henrique da Silva

Prefeito Municipal em Exercício

**DECRETO Nº. 4794/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4794/2016 de 04 de Janeiro de 2016.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 02608/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 02608/2015, que tem por objeto Contratação de serviços médicos para atendimento a população na estratégia saúde da família (ESF) com 40 hrs semanais de Janeiro a Dezembro de 2016.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	CLINICA MEDICA SCHNEIDER E SANGALI S/S/ LTDA	Contratação de serviços ambulatoriais na área médica para atendimento à população na Estratégia Saúde da Família (ESF) do município de Bom Jesus do Oeste, compreendendo ao atendimento ambulatorial de segunda a sexta-feira nos dias úteis, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, totalizando 40 (quarenta) horas semanais por profissional no exercício de 2016.	12,00	252.000,00

Duzentos e cinquenta e dois mil reais

252.000,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 04/01/16.

Elton Henrique Da Silva

Prefeito Municipal em Exercício

**DECRETO Nº. 4795/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4795/2015 de 04 de Janeiro de 2016.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 02607/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei

nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 02607/2015, que tem por objeto Aquisição de gasolina comum, Diesel S-500 e Diesel S-10 para manutenção das atividades da municipalidade no exercício de 2016.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Comercio de Combustíveis Ideal Ltda.	Gasolina Comum	35.000,00	128.275,00
3	Comercio de Combustíveis Ideal Ltda.	Diesel S-500	65.000,00	188.825,00
2	COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU	Diesel S-10	150.000,00	459.750,00
Trezentos e dezessete mil e cem reais			317.100,00	
Quatrocentos e cinquenta e nove mil setecentos e cinquenta reais			459.750,00	

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 04/01/16.

Elton Henrique Da Silva

Prefeito Municipal em Exercício

## DECRETO Nº. 4796/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4796/2015 de 04 de Janeiro de 2016

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 02667/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 02667/2015, que tem por objeto Aquisição de produtos de higiene e limpeza para o exercício de 2016..

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Comercial Ambrósio Ltda	Agua Sanitária com cloro ativo 1 lt	350,00	840,00
4	Comercial Ambrósio Ltda	Desinfetante de Uso Sanitário 1 LT	335,00	2.244,50
5	Comercial Ambrósio Ltda	Esponja de lã de aço c/ 8 unidades	20,00	32,00
7	Comercial Ambrósio Ltda	Esponja para lavar louças dupla face c/ 3 unidades	150,00	427,50
9	Comercial Ambrósio Ltda	Papel higiênico folha simples 4 rolos c/ 30 metros	490,00	1.249,50
12	Comercial Ambrósio Ltda	Rodo de espuma dupla face 30 cm	20,00	144,00
14	Comercial Ambrósio Ltda	Saponáceo liquido 300 ml	50,00	122,50
15	Comercial Ambrósio Ltda	Vassoura plástica com cabo	50,00	370,00
17	Comercial Ambrósio Ltda	Pedra sanitária 35 gr	450,00	378,00

19	Comercial Ambrósio Ltda	Toalha felpuda de rosto 75cm*45 cm com no mínimo 90 % algodão	37,00	247,90
21	Comercial Ambrósio Ltda	Toalha de banho 130cm * 60 cm com no mínimo 90 % algodão	50,00	775,00
23	Comercial Ambrósio Ltda	Pano de prato 70 cm * 40 cm 100% algodão	40,00	216,00
25	Comercial Ambrósio Ltda	Escova de lavar roupas	12,00	23,76
27	Comercial Ambrósio Ltda	Escova sanitária com cerdas flexíveis	30,00	100,50
28	Comercial Ambrósio Ltda	Sabonete 150g	20,00	29,60
2	SCS COMÉRCIO LTDA	Álcool Etílico 70% INPM 1.000 ml	330,00	1.947,00
3	SCS COMÉRCIO LTDA	Desodorizador de ambientes aerossol 360ml	20,00	138,00
6	SCS COMÉRCIO LTDA	Detergente liquido para lavar louças 500 ml	295,00	463,15
8	SCS COMÉRCIO LTDA	Luva de látex para limpeza forrada com flocos de algodão vários tamanhos	140,00	525,00
10	SCS COMÉRCIO LTDA	Papel toalha branco com 2 rolos de 50 folhas cada	230,00	660,10
11	SCS COMÉRCIO LTDA	Rodo para limpeza com borracha dupla 60 cm	20,00	124,00
13	SCS COMÉRCIO LTDA	Saco de Lixo 50Lt c/10und	100,00	650,00
16	SCS COMÉRCIO LTDA	Lustra Moveis 200ml	20,00	87,00
18	SCS COMÉRCIO LTDA	Copo Para Água 180ml ABNT Transparente tiras com 100 unidades	675,00	1.957,50
20	SCS COMÉRCIO LTDA	Papel Toalha branco Entrefolhado 100% Celulose Fardo com 1000 Folhas	250,00	1.675,00
22	SCS COMÉRCIO LTDA	Sabonete Liquido 1 lt	40,00	380,00
24	SCS COMÉRCIO LTDA	Amaciante de roupas 2 litros	30,00	129,00
26	SCS COMÉRCIO LTDA	Anti Mofo 130 gr	30,00	268,50
29	SCS COMÉRCIO LTDA	Sabão em pó 1 kg	110,00	566,50
30	SCS COMÉRCIO LTDA	Palha de aço nº 2	10,00	13,50
31	SCS COMÉRCIO LTDA	Cera Liquida Incolor 750 ml	50,00	320,00
32	SCS COMÉRCIO LTDA	Naftalina Pacote com 30 gr	400,00	436,00
sete mil e duzentos reais e setenta e seis centavos			7.200,76	
dez mil trezentos e quarenta reais e vinte e cinco centavos			10.340,25	

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 04/01/16.

Elton Henrique Da Silva  
Prefeito Municipal



**DECRETO Nº. 4797/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4797/2016 de 04 de Janeiro de 2016.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 02666/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 02666/2015, que tem por objeto Contratação de empresa para prestação de serviço de distribuição de dejetos líquidos com caminhão tanque, exercício 2016.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	VILSON WISNIESKI MEI	Serviço de distribuição de dejetos líquidos com caminhão de capacidade mínima de 5.000 lts a ser prestado em propriedades do município de Bom Jesus do Oeste-SC.	800,00	28.000,00

Vinte e oito mil reais	28.000,00
------------------------	-----------

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 04/01/16.

Elton Henrique Da Silva  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 4798/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4798/2015 de 04 de Janeiro de 2016

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 02704/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 02704/2015, que tem por objeto Contratação de consultas medicas na especialidade de ginecologia para o exercício de 2016.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	CLINICA VALDIR EIRELI ME	Consultas médicas na área de ginecologia, com atendimento todas as sextas-feiras, pela parte da manhã a partir das 8:30 hrs, no centro municipal de saúde, para atendimento ao programa de gestantes e saúde da mulher, no período de Janeiro a Dezembro de 2016	750,00	39.750,00

trinta e nove mil setecentos e cinquenta reais	39.750,00
--	-----------

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as



disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 04/01/16.

Elton Henrique Da Silva  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº. 4799/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4799/2016 de 04 de Janeiro de 2016

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 02708/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 02708/2015, que tem por objeto Locação de sala comercial para instalação de biblioteca publica municipal para o exercício de 2016.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	VALDENOR NASCIMENTO	Sala comercial com mínimo de 60 M² de área, com banheiro social, teto em laje e rampa de acesso.	12,00	10.200,00
Dez mil e duzentos reais			10.200,00	

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 04/01/16.

Elton Henrique Da Silva  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº. 4800/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4800/2016 de 04 de Janeiro de 2016.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 02705/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 02705/2015, que tem por objeto Contratação de empresa para prestação de serviço de plantão médico-hospitalar, com corpo clínico especializado para o exercício de 2016.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	SOC. HOSP. BENEF. DE MODELO.	Contratação de serviços de plantão medico hospitalar de media e baixa complexidade, com atendimento de urgência e emergência 24 horas; aplicação medicamentosa básica ambulatorial; atendimento humanizado; transferência de paciente em casos graves, raio X na urgência e emergência (finais de semana e feriados o paciente será liberado do plantão com a prescrição do tratamento necessário e com referencia ao profissional medico da unidade	12,00	72.000,00
2	SOCIEDADE BENEFICIENTE HOSPITALAR MH	Contratação de serviço de plantão medico hospitalar de média e alta complexidade sendo utilizado as dependências físicas; equipamentos ambulatoriais , plantonistas, funcionários ,exames de Raio X, exames básicos de laboratório, medicação básica para realização de plantões de urgência e emergência durante todos os dias da semana incluindo sábados, domingos e feriados	12,00	108.000,00
3	SOCIEDADE BENEFICIENTE HOSPITALAR MH	Contratação de consultas médicas e cirurgias torácicas nas seguintes especialidades a saber: obstetrícia, pediatria, anestesiista, urologista, cirurgia torácica e cardiologista no período integral de segunda a segunda feira, 24 (vinte e quatro) horas por dia todos os dias do mês	200,00	44.000,00

Setenta e dois mil reais	72.000,00
Cento e cinquenta e dois mil reais	152.000,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 04/01/16.

Elton Henrique Da Silva

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº. 4801/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4801/2015 de 04 de Janeiro de 2016.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 02707/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 02707/2015, que tem por objeto Aquisição de óleos lubrificantes e aditivo para radiador para manutenção de maquinas e veículos da administração no exercício de 2016..

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Comercio de Combustíveis Ideal Ltda.	Óleo lubrificante para motores a diesel SAE 15W40 APICJ-4 índice de viscosidade de 140º, fabricado por empresa que tenha certificação ISO 9000, ISO 9001 e ISO 17000	300,00	3.690,00
2	Comercio de Combustíveis Ideal Ltda.	Óleo lubrificante para motores a gasolina 15W40 sintético com API SM ou SN	60,00	1.194,00
3	Comercio de Combustíveis Ideal Ltda.	Óleo lubrificante para hidráulicos agrícolas com ISO 68 agrícola e industrial com ISO VG 68 industrial	600,00	3.600,00
4	Comercio de Combustíveis Ideal Ltda.	Óleo multifuncional para trações e transmissões SAE 10W-30 API GL4	150,00	1.912,50
5	Comercio de Combustíveis Ideal Ltda.	Óleo lubrificante para motores a diesel 5W30 ACEA C2 sintético	100,00	3.360,00
6	Comercio de Combustíveis Ideal Ltda.	Liquido de Freio DOT4	40,00	790,00
7	Comercio de Combustíveis Ideal Ltda.	Óleo lubrificante SAE 30 TRCC4	100,00	1.250,00
9	Comercio de Combustíveis Ideal Ltda.	Óleo lubrificante para direção hidráulica ATF tipo A 20 W	60,00	672,00
10	Comercio de Combustíveis Ideal Ltda.	Aditivo para radiador composição de fluidos antifervura (+163º) , anticongelante(-33º) antiferrugem (-sópio), lubrificante e monoetilenoglicol	60,00	1.017,00

dezessete mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos

17.485,50

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 04/01/16.

Elton Henrique Da Silva

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 004/2016 DE 08 DE JANEIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 004/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA CONSELHEIROS TUTELARES POR ENCERRAMENTO DE MANDATO ELETIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELTON HENRIQUE DA SILVA, Prefeito Municipal em Exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Resolve:

Art. 1º. EXONERAR Servidores Municipais, nomeados na função de Conselheiros Tutelares, por motivo de encerramento de mandato eletivo, sendo suas exonerações a partir de 11/01/2016, conforme relação:

Nome	Função	Matrícula
Taciana Teresinha Roman Fleck	Conselheira Tutelar	706-4
Oneide Roeder Wilsmann	Conselheira Tutelar	661-0
Elisangela Trevisan	Conselheira Tutelar	646-7
Elisabete Klesner Walker	Conselheira Tutelar	608-4
Cosmo Buffon	Conselheiro Tutelar	607-6

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 08 de janeiro de 2016.

ELTON HENRIQUE DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### CHAMADA PÚBLICA SAÚDE 01.16

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

#### CHAMADA PÚBLICA N. 01/2016

O Prefeito do Município de Bom Retiro, Santa Catarina, Albino Gonçalves Padilha, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, juntamente com a Secretária Municipal de Saúde, senhora Hiede Maria Carbonera, em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa, bem como pela existência temporária de vagas para Médico – 40 horas semanais, uma vez que, mesmo após realizado Processo Seletivo 06/2015 realizado no final do ano passado, não houve candidatos interessados, tornam público, pelo presente Edital, as normas para CHAMADA PÚBLICA, nos itens a seguir:

#### 1. DAS VAGAS:

01 vaga médico 40 horas semanais.

2. Pelo presente edital, ficam convocados os interessados em assumir a vaga temporária existente de médico a contar da contratação até 31.12.2016, a comparecerem junto a Secretaria de Administração e Fazenda, na Av. Major Generoso, 19, centro Bom Retiro/SC, no dia 22/01/2016 das 9h às 11h, munidos da documentação exigida nos itens que seguem, a fim de participarem da prova de títulos, prova de tempo de serviço e prova de horas de curso, devendo para tanto cumprirem as normas abaixo descritas.

3. Considerando que não há tempo hábil para aplicação de provas objetivas e que já foi realizado Processo Seletivo, do qual não obtivemos êxito, serão classificados os candidatos que comparecerem pela avaliação de títulos, tempo de serviço e horas de curso na área da saúde, nos seguintes termos:

#### 3.1 DA PROVA DE TÍTULOS:

3.1.1. A Prova de Títulos Acadêmicos é constituída pela análise e pontuação de documentos apresentados pelos candidatos comprovando a conclusão, ou estar cursando curso de pós-graduação, mestrado e doutorado que serão avaliados de acordo com a tabela abaixo:

DISCIPLINAS ESPECÍFICAS	
Doutorado	5,00 pontos
Mestrado	3,00 pontos
Pós-Graduação na área da Saúde	1,50 pontos

3.1.2 O título deve ser apresentado original e cópia, ou cópia autenticada e ser regularmente emitido por estabelecimento de ensino, reconhecido pelo MEC ou por órgãos públicos dos governos federal, estadual ou municipal.

3.1.3. Os títulos de cursos de pós-graduação não serão avaliados cumulativamente, sendo computado, caso o candidato entregue mais de um diploma ou certificado, o de maior valor acadêmico.

#### 3.2 DA PROVA DE TEMPO DE SERVIÇO

3.2.1. A Prova de tempo de serviço é constituída pela análise e pontuação de documentos apresentados pelos candidatos comprobatórios do tempo de serviço no setor de saúde público ou particular, que serão avaliados de acordo com a tabela abaixo:

TEMPO DE SERVIÇO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	PONTUAÇÃO
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração mínima de 1 ano	0,20
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 1 ano e 1 dia a 2 anos	0,40
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 2 anos e 1 dia a 3 anos	0,60
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 3 anos e 1 dia a 4 anos	0,80
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 4 anos e 1 dia a 5 anos	1,00
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 5 anos e 1 dia a 6 anos	1,20
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 6 anos e 1 dia a 7 anos	1,40
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 7 anos e 1 dia a 8 anos	1,60
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 8 anos e 1 dia a 9 anos	1,80
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com duração superior a 9 anos e 1 dia.	2,00

3.2.2 Poderão ser apresentados para comprovação do tempo de serviço:

a) Certidão e/ou atestado de tempo de serviço emitida por órgão público dos poderes Municipal, Estadual ou Federal, em que conste a identificação do servidor e ter o beneficiário exercido o cargo de médico pelo tempo especificado em ANOS, MESES E DIAS; e ou  
b) Declaração e/ou atestado emitido pela Direção e ou Setor de Recursos Humanos de estabelecimento de saúde particular, constando a identificação do candidato e o tempo de serviço em ANOS, MESES E DIAS.

#### 3.3 DA PROVA DE HORAS DE APERFEIÇOAMENTO

3.3.1 Horas de aperfeiçoamento. A pontuação decorrente da contagem de cursos de aperfeiçoamento obedecerá aos critérios constantes da tabela abaixo.

NÚMERO DE HORAS	PONTUAÇÃO
81 A 120 HORAS	1,00
41 A 80 HORAS	0,60
40 HORAS	0,20

3.3.2 Frequência em Cursos de Formação Continuada: somente serão aceitos Certificados de Cursos de Aperfeiçoamento que estejam devidamente registrados no órgão competente, relativo aos anos de 2014 a 2015. A carga horária dos Cursos a ser computada não excederá a 120 horas.

3.3.3. Não serão pontuados os documentos que não atenderem estritamente o disposto nos itens 3.1.1, 3.2.1 e 3.3.1, não entregues no prazo e locais determinados, borrados, rasurados, riscados, incompletos ou cujo inteiro teor não seja facilmente legível ou ainda não entregues pelo próprio candidato, ou mediante procuração

pública específica para tal.

3.4. A nota da prova de títulos acadêmicos, tempo de serviço e horas de curso será o somatório dos pontos obtidos na prova de títulos acadêmicos + na prova de tempo de serviço + horas de cursos.

3.5. A nota final das provas será a soma final da pontuação obtida na prova de títulos acadêmicos + pontuação da prova de tempo de serviço + horas de cursos obtendo assim a nota final.

3.6. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de acordo com a nota final obtida.

3.7. Ocorrendo empate na pontuação obtida na nota final, terá preferência, para fins de desempate, o candidato que, sucessivamente:

- a) tiver maior idade;
- b) tiver maior número de filhos.

3.8. Os candidatos deverão comparecer no dia 22/01/2016, das 9h às 11h, munidos da seguinte documentação para efetivação de sua inscrição:

- a) Carteira de identidade (cópia);
- b) CPF (cópia);
- c) Título de Eleitor (cópia);
- d) Comprovante de habilitação mediante apresentação de certificado/Comprovante de Frequência ou histórico escolar, expedidos por órgãos competentes (original e cópia ou cópia autenticada); e registro no conselho de classe.
- e) Documento comprobatório de participação em programas de formação continuada, Aperfeiçoamento e atualização, expedidos e registrados por órgão competente, realizados em 2014 a 2015 (original e cópia ou cópia autenticada).
- f) Atestado de tempo de serviço no serviço Público de saúde na área específica de médico expresso por períodos de contratação, em ANOS, MESES E DIAS, expedido por órgão competente, (considerados até 31/12/2015) (original e cópia ou cópia autenticada);

#### 4 – DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratação dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final.

4.2. Os candidatos deverão comparecer no dia 01/02/2016, no Departamento de Pessoal na Secretaria Administração e Fazenda, munidos da seguinte documentação:

- a) Cédula de Identidade - RG (cópia).
- b) Certidão de nascimento "se solteiro" ou Certidão de casamento (cópia).
- c) CPF (cópia).
- d) Título de Eleitor (cópia).
- e) Comprovante da última votação (cópia).
- f) PIS ou PASEP (cópia).
- g) Comprovante de nível de escolaridade e demais habilitações exigidas para o cargo.
- h) Comprovante de quitação militar – Certificado de Reservista "se do sexo masculino" (cópia).
- i) Atestado médico oficial admissional de boa saúde física e mental.
- j) Preencher, no ato da entrega dos documentos acima, as seguintes declarações fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos: Declaração Negativa de Acumulação de Cargo Público e/ou Declaração de Acumulação para Cargo de Professor.
- k) Uma fotografia colorida 3x4 atual.
- l) Comprovante de registro no órgão de classe profissional.

4.3 Toda a documentação deverá ser entregue de forma reunida, não sendo aceito protocolo de parte dos documentos. O comparecimento dos candidatos sem as documentações legalmente exigidas neste edital de Chamada Pública e fora do prazo previsto ou o não comparecimento até a data prevista, implicará na desclassificação automática do candidato ora convocado, passando-se

a convocação dos demais sucessivamente, sempre respeitando a ordem de classificação.

Bom Retiro (SC), 07 de janeiro de 2016.  
Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal

Hiede Maria Carbonera  
Secretária Municipal de Saúde

## Braço do Trombudo

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº37/2015 PMBT

Página: 1/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2015**

Número do Registro de Preços: 37/2015		Data do Registro: 03/11/2015		Válido até: 03/11/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para contratações de serviços de lavação dos veículos e máquinas da frota do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviço de lavação completa de veículos linha leve (automóveis) : limpeza completa interna e externa do veículo sem motor e secagem. ( Uno, Celta, Palio, Gol, Corsa, SpaceFox, Fluence, Strada, Saveiro e Ipanema), (16956)	UND	LAVAÇÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	26,0000	1
2	Serviço de lavação completa de veículos linha leve (automóveis) : limpeza completa interna e externa do veículo com motor e secagem. ( Uno, Celta, Palio, Gol, Corsa, SpaceFox, Fluence, Strada, Saveiro e Ipanema), (16957)	UND	LAVAÇÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	36,0000	1
3	Serviço de lavação completa de veículos (Doblo, Spirm, Kangoo e Kombi) : limpeza completa interna e externa do veículo sem motor e secagem. (16958)	UND	LAVAÇÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	33,0000	1
4	Serviço de lavação completa de veículos (Doblo, Spirm, Kangoo e Kombi) : limpeza completa interna e externa do veículo com motor e secagem. (17039)	UND	LAVAÇÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	43,0000	1
5	Serviço de lavação completa de veículos (Sprinter e master) : limpeza completa interna e externa do veículo sem motor e secagem. (17040)	UND	LAVAÇÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	43,0000	1
6	Serviço de lavação completa de veículos (Sprinter e master) : limpeza completa interna e externa do veículo com motor e secagem com motor. (17041)	UND	LAVAÇÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	53,0000	1
7	Serviço de lavação completa de veículos (micro ônibus e caçamba todo) : limpeza completa interna e externa. (17042)	UND	LAVAÇÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	70,0000	1
8	Serviço de lavação completa para caminhão caçamba truck: limpeza completa interna e externa. (17043)	UND	LAVAÇÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	90,0000	1
9	Serviço de lavação completa para caminhão pipa: limpeza completa interna e externa. (17044)	UND	LAVAÇÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	80,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 37/2015**

Página: 2/3

**Número do Registro de Preços: 37/2015      Data do Registro: 03/11/2015      Válido até: 03/11/2016**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para contratações de serviços de lavação dos veículos e máquinas da frota do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Serviço de lavação completa para máquinas pesadas: limpeza completa interna e externa. (17045)	UND	LAVACÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	133,0000	1



Página: 3/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2015**

Número do Registro de Preços: 37/2015      Data do Registro: 03/11/2015      Válido até: 03/11/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para contratações de serviços de lavação dos veículos e máquinas da frota do município de Braço do Trombudo.

Item		Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2015**

**PROCESSO Nº 56/2015**

(8918) - LAVAÇÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA

Braço do Trombudo, 3 de Novembro de 2015.

# Brunópolis

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO 02/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 02/2016 – Edital de Pregão Presencial nº 02/2016

Objeto: Aquisição de combustíveis, gás de cozinha e óleos lubrificantes. Data e horário: o recebimento dos envelopes de “proposta comercial” e “documentação de habilitação” será até às 09h00min do dia 21/01/2016, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armindo Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet [www.brunopolis.sc.gov.br](http://www.brunopolis.sc.gov.br). Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa  
Prefeito Municipal.

# Caçador

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.659

DECRETO Nº 6.659, de 07 de janeiro de 2016.  
Designa Comissão Permanente de Licitações.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e suas alterações,

DECRETA :

Art. 1º Ficam designados os Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem durante o exercício de 2016, a Comissão Permanente de Licitações, da Prefeitura Municipal de Caçador, a contar desta data:

Membros Efetivos: ANTONIO CARLOS CASTILHO  
JULIANA NURILLES GARBOZZA  
ANA PAULA CARDOSO DE LIMA

Membros Suplentes: LIZIANE PRANDINI  
EDIMAR SCAMBARA

Art. 2º A Comissão Permanente de Licitações reunir-se-á sempre que houver licitações para serem analisadas e julgadas, e, desde que não tenha sido nomeada comissão especial para análise das propostas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados os Decretos nºs 6.274, de 09 de janeiro de 2015 e 6.630, de 27 de novembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de janeiro de 2016.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO Nº 6.660

DECRETO Nº 6.660, de 08 de janeiro de 2016.

Revoga dispositivo previsto no Decreto nº 6.523/2015, que Dispõe sobre ações de contenção orçamentária e financeira na Administração Direta e Indireta do Município de Caçador, objetivando o equilíbrio das contas públicas.

O Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o dispositivo abaixo especificado, constante do Decreto nº 6.523, de 28 de agosto de 2015, que Dispõe sobre ações de contenção orçamentária e financeira na Administração Direta e Indireta do Município de Caçador, objetivando o equilíbrio das contas públicas, prorrogado pelo Decreto nº 6.658, de 04 de janeiro de 2016:

“Art. 1º ... ..

IX – revogado;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de janeiro de 2016.  
Gilberto Amaro Comazzetto,  
PREFEITO MUNICIPAL.

Jovani Scremin,  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

Gilberto Nicolao Haudsch,  
SECRETÁRIO DA FAZENDA.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FISCAL nº 4/2015

NOTIFICAÇÃO nº 28/2015

16:18 HRS

Data: 9/12/2015

Sujeito Passivo: MARIA INEZ DE AZAMBUJA BUBA – ME

Endereço: R. FAUSTO MACHADO DE QUADROS, 100 BAIRRO MARTELLO

CNPJ: 05.150.218/0001-46

Inscrição Municipal: 130078001

Atividade: Limpeza em prédios e em domicílios

ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

Descrição: Apuração dos valores a recolher do ISSQN referente ao período de 1/2010 a 1/2014. Tudo conforme planilhas e demonstrativos em anexo. Atividade prevista no Subitem 7.10 da Lista de Serviços do anexo I da Lei Municipal 54/83. Incidência do imposto: Artigos 20 a 24-A; 27; 31; 35 e 36, § único, da Lei Mun. nº 54/83 - CTM. Artigo 18, §§ 1º, 3º e 5º-F da Lei Compl. Fed. 123/2006. DEMONSTRATIVO

Exercício	Base Cálculo	ISSQN	Atualização Monetária	Juros	Multa mora	Multa	Total
2010	R\$ 25.651,24	R\$ 985,00	R\$ 384,17	R\$ 860,90	R\$ 136,92	R\$ 342,29	R\$ 2.709,28
2011	R\$ 89.045,10	R\$ 3.419,34	R\$ 1.021,81	R\$ 2.125,69	R\$ 406,54	R\$ 1.110,31	R\$ 8.083,69
2012	R\$ 108.709,36	R\$ 4.174,45	R\$ 980,53	R\$ 1.985,25	R\$ 483,68	R\$ 1288,77	R\$ 8.912,68
TOTAL	R\$ 223.405,7	R\$ 8.578,79	R\$ 2.386,51	R\$ 4.971,84	R\$ 1.027,14	R\$ 2.741,37	R\$ 19.705,65

Enquadramento Legal: Atualização, juros e multa conforme Artigo 100, incisos I, II, III, IV e V, da Lei Municipal nº 54/83 – CTM.

INTIMAÇÃO: Pelo presente, o contribuinte acima qualificado fica INTIMADO a recolher ou impugnar, no prazo de 20 (vinte) dias contados a partir da ciência desta notificação (Artigo 88 do CTM), a importância de R\$ 19.705,65, cujo montante será recalculado na data do efetivo pagamento, de acordo com a legislação aplicável. A impugnação do lançamento deverá ser apresentada em petição dirigida ao titular da Fazenda Municipal. Findo o prazo sem que o presente seja atendido, o montante será cobrado judicialmente.

Gustavo Spuldaro Tanno  
Fiscal Tributalista

Av. Santa Catarina, 195 – Caçador SC – fone 49 3666 2400  
www.cacador.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 26.327**

PORTARIA Nº 26.327, de 23 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

Resolve:  
CONCEDER à Servidora Pública Municipal EDIANEZ BORTOT FAORO, Matrícula 921, cargo de Procuradora Municipal, lotada na Procuradoria Geral do Município, 14 (quatorze) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente período de aquisição de 13/10/2004 a 13/10/2009, concedida pela Portaria nº 22.841/2013 e interrompida pela Portaria nº 23.072, de 30/09/2013, com período de gozo a contar de 14 de dezembro de 2015 a 27 de dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de dezembro de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.335**

PORTARIA nº 26.335 de 28 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/11/2015 a 30/11/2015, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas	Cargo
12772	Adair das Graças Martins Cardoso	04hs02min	Auxiliar de Enfermagem
620	Ana Lucia Abdalla Ricardo	04hs	Psicóloga
13950	Anderson Luiz Ramos	14hs49min	Odontólogo ESF
13375	André Eduardo Lemos	00hs51min	Odontólogo
14057	André Giovane da Silva Domingues	02hs44min	Agente Combate Endemias
14035	Andreia Schuler da Silva	04hs	ACS
11207	Any Luiz Rodrigues de Lima	07hs	Auxiliar Saúde Bucal
1771	Aurelio Luiz Arrabar	00hs36min	Odontólogo
12038	Camila Domingues de Souza	01hs02min	Auxiliar Saúde Bucal ESF
13967	Caroline Tramontini	02hs23min	ACS
14008	Celia Aparecida Graminho	08hs	ACS
11937	Dirce Teresinha Mantovani	06hs47min	ACS
13571	Douglas Pereira Carniel	08hs59min	Médico
11855	Elaine de Fatima Voitach	03hs11min	ACS
12762	Eliane Aparecida dos Santos Correa	07hs39min	ACS
10768	Elisangela de Fatima Borges	00hs45min	Técnico em Enfermagem
7744	Elizandra Diedrich	07hs	Técnico em Enfermagem
395	Elizabeth Mary Kinceler	08hs13min	Médico
11971	Evanice Bernardina Lara de Amorim	04hs	ACS
769	Geni Aparecida dos Santos	03hs26min	Auxiliar de Serviços Gerais
4116	Graziela Debarba	04hs	Odontólogo
10949	Iseline Correia de Souza do Valle	02hs26min	Auxiliar de Enfermagem
11853	Jane Terezinha Souza Didone	02hs59min	Auxiliar de Enfermagem ESF
13985	Jessica Luana da Silva Lopes	24hs16min	ACS
13977	Jessica Padilha	08hs04min	ACS
1092	João Gomes Soares	04hs	Médico
621	José Roberto Queiroz	12hs	Médico
13972	Josiane Guadagnin	01hs47min	ACS
865	Jussara Aparecida Hirsch Pereira	03hs43min	Auxiliar de Serviços Gerais
13979	Kassia de Lima	08hs	ACS
11850	Larissa Strapasson Binder	06hs21min	Enfermeiro ESF
7981	Laurita Aparecida Faustino	06hs	Técnico em Enfermagem
9355	Leandro Souza de Matos	05hs19min	Analista de Sistemas
11939	Lindair Meireles Pereira de Oliveira	00hs30min	ACS
5635	Luciano Caregnato	01hs40min	Odontólogo
405	Luciano Coluzzi	08hs48min	Auxiliar de Serviços Gerais
10620	Luciano Fernandes Valota	15hs50min	Odontólogo
11967	Lucimar dos Santos	01hs36min	ACS
12663	Marcos Antonio Henning	01hs55min	Médico
11873	Maria Salete Moraes dos Santos	27hs17min	ACS
4741	Mariane Rafaela Seidel	04hs	Bioquímico
11965	Marilene de Cassia Favero	00hs50min	ACS
14036	Marisa Correia Antunes Moreira	04hs	ACS

14006	Marli Bonfim de Quadros	03hs01min	ACS
13958	Matheus Lobato Farinon	14hs15min	Médico
12056	Matheus Moro	07hs01min	Médico ESF
632	Miguelangelo Cury	04hs	Odontólogo
11885	Paulina Voleinik	05hs54min	Auxiliar Enfermagem ESF
13413	Rose Mari Voloche	08hs06min	Auxiliar de Serviços Gerais
3266	Roselaine Aparecida Roesener	07hs	Psicólogo
11869	Sandra de Fatima Ribeiro	08hs27min	ACS
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes	20hs	ACS
13585	Susileide Daniele Rodrigues Putti	09hs26min	Odontólogo
11871	Tatiana Moraes	04hs30min	ACS
12795	Thiago Muniz de Lima	18hs19min	Médico
11859	Vanira Santos de Moraes	01hs23min	ACS
890	Vidalmina Prado dos Santos	06hs	Auxiliar de Serviços Gerais

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de dezembro de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 26.337

PORTARIA Nº 26.337, de 28 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

Resolve:  
CONCEDER à Servidora Pública Municipal DANIELA KIST BUSNARDO, Matrícula 9701, cargo Médico, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, Licença Prêmio a que faz jus, especificando período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
06/01/2010 a 06/01/2015	11/01/2016 a 09/02/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de dezembro de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 26.338

PORTARIA Nº 26.338, de 28 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

Resolve:  
CONCEDER à Servidora Pública Municipal JUSSARA APARECIDA HIRSCH PEREIRA, Matrícula 865, cargo Auxiliar de Serviços Gerais, 44 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, Licença Prêmio a que faz jus, especificando período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
17/10/1994 a 17/10/1999	20/01/2016 a 19/03/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de dezembro de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.341**

PORTARIA Nº 26.341, de 28 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

Resolve:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 25.699, de 01 de julho de 2015, que designou a Servidora Pública Municipal LUZIA MICHELINA DOS SANTOS, Diretora Geral da Secretaria Municipal da Saúde, para responder interinamente, pelo cargo de Secretária Municipal da Saúde, com efeitos a contar de 29 de dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 28 de dezembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.379**

PORTARIA Nº 26.379, de 08 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações, e ainda, na Lei Complementar nº 151, de 23/07/2009, que Institui a Fundação Municipal do Meio Ambiente – Fundema, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, a cidadã FERNANDA ALVES, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, Referência 01, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 08 de janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 08 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.382**

PORTARIA Nº 26.382, de 11 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe

sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão NORTHON ANDRÉ FELIPE KNOBLAUCH, para ocupar o cargo de Médico – Cirurgia Geral, do Grupo Ocupacional – Superior do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal da Saúde, Referência 39, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 11 de janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.383**

PORTARIA Nº 26.383, de 11 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão CARLOS AUGUSTO ZAGO FERREIRA DE ALMEIDA, para ocupar o cargo de Agente de Serviços e Obras Especiais - PMC, do Grupo Ocupacional – Serviços Gerais do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Referência 08, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 11 de janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.384**

PORTARIA Nº 26.384, de 11 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,



**RESOLVE:**

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão GILMAR MARTINS, para ocupar o cargo de Motorista, do Grupo Ocupacional – Operacional do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal de Infraestrutura Referência 10, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 11 de janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de janeiro de 2016.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.385**

PORTARIA Nº 26.385, de 11 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações, e ainda, na Lei Complementar nº 151, de 23/07/2009, que Institui a Fundação Municipal do Meio Ambiente – Fundema, e suas alterações,

**RESOLVE:**

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, a cidadã QUEILA PRISCILA RIBEIRO, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, Referência 01, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 11 de janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de janeiro de 2016.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.386**

PORTARIA Nº 26.386, de 11 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

**Resolve:**

CONTRATAR por tempo indeterminado, a cidadã abaixo relacionada, em virtude da classificação em Processo Seletivo Público para o preenchimento do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - EACS, na Secretaria Municipal da Saúde de Caçador, conforme o Edital PM (FMS) 001/2015, de acordo com o Decreto nº 6.474,

de 21 de julho de 2015, que ratificou a homologação do resultado final do Edital nº 001/2015, especificando: nome, cargo, local de atuação, referência, carga horária e data de início da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Local de Atuação	Ref.	C. H.	A contar/A partir de:
Rosane Antunes	Agente Comunitário de Saúde - EACS	ESF Martello – Próximo CAIC	AGE-1	40hs	11/01/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de janeiro de 2016.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.387**

PORTARIA Nº 26.387, de 11 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

**Resolve:**

CONTRATAR por tempo indeterminado, a cidadã abaixo relacionada, em virtude da classificação em Processo Seletivo Público para o preenchimento do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - EACS, na Secretaria Municipal da Saúde de Caçador, conforme o Edital PM (FMS) 001/2015, de acordo com o Decreto nº 6.474, de 21 de julho de 2015, que ratificou a homologação do resultado final do Edital nº 001/2015, especificando: nome, cargo, local de atuação, referência, carga horária e data de início da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Local de Atuação	Ref.	C. H.	A contar/A partir de:
Jenifer de Lima da Silva	Agente Comunitário de Saúde - EACS	ESF Bairro Ulysses Guimarães	AGE-1	40hs	11/01/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de janeiro de 2016.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

# Camboriú

## PREFEITURA

**DECRETO N.º 3.047/2016**

DECRETO N.º 3.047/2016

Altera o Decreto Municipal n.º 3.046 de 05 de janeiro de 2016.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o equívoco ocorrido no momento em que foi redigido o caput do artigo 1º do Decreto Municipal n.º 3.046/2016;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica alterado o caput do artigo 1º do Decreto Municipal n.º 3.046/2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Ficam empossados, a partir do dia 10 de janeiro de 2016, para comporem o Conselho Tutelar de Camboriú no período de 2016 a 2020, regulado pelos artigos 32 ao 105 da Lei Municipal n.º 2.372/2011, os seguintes membros:

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 08 de janeiro de 2016.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ADITIVO 7/2015 IPRECAL

ADITIVO CONTRATUAL Nº 7/2015

Considerando a necessidade da continuação dos serviços prestados pela empresa BETHA SISTEMAS LTDA, contratada pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL, através do Contrato n.º 6/2014 (firmado através do Processo Licitatório nº 41/2014, modalidade Pregão - Prefeitura);

Considerando que o objeto contratado é caracterizado serviço contínuo;  
Considerando ainda, a previsão de prorrogação contratual no instrumento convocatório e no contrato superior,

Resolve,

Prorrogar o contrato nº 6/2014 até 31/12/2016.

QUARTO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMATICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 6/2014 até 31 de dezembro de 2016.

#### CLAUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art.57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato 6/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 10 de dezembro de 2015.

Jefferson Jean Duvoisin

Diretor Executivo

Contratante

IPRECAL BETHA SISTEMAS LTDA

Ernesto Muniz de Souza Jr

Contratada

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2015 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos cinco dias do mês de janeiro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de 91.0000 litros de óleo diesel S10 e 171.000 litros de óleo diesel S500, para manutenção da frota municipal, no exercício 2016, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, CNPJ: 75.415.075/0002-13,, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 106/2015, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	91.000	Litro	Óleo Diesel S10	2,90	263.900,00
02	171.000	Litro	Óleo Diesel S500	2,80	478.800,00
VALOR TOTAL				R\$ 742.700,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Representante legal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2015 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e três dias do mês de dezembro de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual prestação de serviços de borracharia, com conserto e troca de pneus para veículos leves, caminhões, máquinas e ônibus da frota do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa AUTO POSTO JK LTDA, CNPJ: 76.856.822/0001-30, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 109/2015, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	300	Serviço	Conserto de pneu 1000x20	30,00	9.000,00
02	150	Serviço	Conserto de pneu 1400x24	40,00	6.000,00
03	40	Serviço	Conserto de pneu 12.5x 80/18	35,00	1.400,00
04	40	Serviço	Conserto de pneu 19.5x 24	40,00	1.600,00
05	40	Serviço	Conserto de pneu 17.5x 25	35,00	1.400,00
06	60	Serviço	Conserto de pneu de veículo leve	10,00	600,00
07	60	Serviço	Conserto de pneu 900x20	30,00	1.800,00
08	12	Serviço	Conserto de pneu 215/75R 17.5	25,00	300,00
09	100	Serviço	Montagem de pneu 1000x20	25,00	2.500,00
10	40	Serviço	Montagem de pneu 1400x24	35,00	1.400,00
11	20	Serviço	Montagem de pneu 12.5x 80/18	30,00	600,00
12	20	Serviço	Montagem de pneu 19.5x 24	35,00	700,00
13	20	Serviço	Montagem de pneu 17.5x25	30,00	600,00
14	10	Serviço	Montagem de pneu de veículo leve	10,00	100,00
15	12	Serviço	Troca de pneu de veículo leve	10,00	120,00
16	30	Serviço	Troca de pneu 900x20	25,00	750,00
17	12	Serviço	Troca de pneu 215/75R 17.5	20,00	240,00
18	20	Serviço	Balanceamento automóvel	10,00	200,00
VALOR TOTAL				R\$ 29.310,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR

Pregoeiro Substituto

AUTO POSTO JK LTDA

Representante legal

**ATA SOLENIDADE DIPLOMAÇÃO E POSSE CONSELHEIROS TUTELARES**

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008

Rua Jorge Lacerda, nº 86 – Centro – Campo Alegre – Santa Catarina – 89294-000

Fone: 47 3632-1568 – Celular 9177-2401 – cmdca@campoalegre.sc.gov.br

**ATA DA SOLENIDADE DIPLOMAÇÃO E POSSE DOS CONSELHEIROS TUTELARES TITULARES 2016-2020**

Aos dez dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, às dez horas, na Sala de Reuniões do prédio sede da Prefeitura Municipal, situado à rua Coronel Bueno Franco, número 292, no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, reuniram-se para cerimônia de posse dos Conselheiros Tutelares eleitos no Processo Eleitoral, de escolha em data unificada ocorrido aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, presentes nesta solenidade o excelentíssimo Prefeito Municipal Senhor Rubens Blazskowski, ilustríssima Presidente do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Senhora Edithe Maricler Virmond, ilustríssimo Presidente da Comissão Eleitoral Senhor Sandro Luiz Friedrich, representantes da área governamental, da sociedade civil organizada, e convidados, em atenção a Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Resolução número cento e setenta do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, Lei Municipal nº 3.425 de 25 de Novembro de 2008 e suas alterações, e o Edital de Convocação nº 001/2015, expedido por este Conselho em data de trinta e um do mês de março do ano de dois mil e quinze, publicado no Diário Oficial dos Municípios aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, edição número um mil setecentos e dezesseis, folhas do número seiscentos e treze ao número seiscentos e dezessete, Edital este que Regulamenta o Processo de Escolha em Data Unificada de Conselheiros Tutelares para o Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina. Em atendimento ao que determina o artigo número cento e trinta e nove, parágrafo segundo da Lei Federal número oito mil e sessenta e nove, do dia treze do mês de julho do ano de um mil novecentos e noventa, iniciada a solenidade de Diplomação em seguida foi realizada a Posse dos novos Conselheiros Tutelares deste Município. A Diplomação foi iniciada pela Presidente do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deste Município, pela Senhora Edithe Maricler Virmond, a qual procedeu a Diplomação dos Conselheiros Tutelares Titulares e seus respectivos Suplentes, assim constituído, por ordem alfabética, os Conselheiros Tutelares Titulares para o período do ano de dois mil e dezesseis ao ano de dois mil e vinte: Senhora Arlete Schadeck, Senhora Eliana Pessoa Machado Collet, Senhora Ivanir Narloch Larson, Senhora Paula Roseliane Cordeiro da Cruz Waldmann e Senhora Pricila Greffin; Conselheiros Tutelares Suplentes para o período do ano de dois mil e dezesseis ao ano de dois mil e vinte: Senhora Bianca Rosa, Senhora Eliane de Fátima dos Santos, Senhora Lenita Aparecida Rozário Rocha, Senhora Luciane Prestes

de Souza da Cruz e Senhor Luiz Tadeu Valério Munhoz. A seguir o Excelentíssimo Prefeito Municipal Senhor Rubens Blaszkowski procedeu o ato de Posse dos Conselheiros Tutelares Titulares: Senhora Arlete Schadeck, Senhora Eliana Pessoa Machado Collet, Senhora Ivanir Narloch Larson, Senhora Paula Roseliane Cordeiro da Cruz Waldmann e Senhora Pricila Greffin, o qual declarou empossados os respectivos Conselheiros Tutelares, e fez uso da palavra o qual parabenizou os Conselheiros Tutelares ora empossados e Suplentes, a Presidente Senhora Edithe Maricler Virmond do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a solenidade foi encerrada às dez horas e quarenta minutos, esta ata foi redigida e digitada pela secretária a doc deste Conselho por mim Marilda Schadeck, que após lida e achada conforme vai assinada pelos presentes.

## **DECRETO Nº 9.525 DE 08 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.525 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, o Servidor Público Municipal CRISTIANO CUNHA, do Cargo Público de Agente Operacional I, Função de Auxiliar Operacional, Matrícula Funcional nº 000501, Registro no Sistema sob nº 954560, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, declarando vacância no respectivo Cargo Público, a partir de 08 de Janeiro de 2016.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 08 de Janeiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 11/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **DECRETO Nº 9.526 DE 08 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.526 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

DECRETA:

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial o Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Artigo nº 139 da Lei Federal nº 8.069/90, Parágrafo 2º incluído pela Lei Federal nº 12.696/12 e Lei Municipal nº 3.425 de 25 de Novembro de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 4.040 de 04 de Dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Nomear ARLETE SCHADECK, para o Cargo Público e exercer a Função de Conselheira Tutelar – Titular, Registro no Sistema sob o nº 955543, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com vencimentos mensais no valor de 2,25 (dois virgula vinte e cinco) salários mínimos nacional vigente, o qual corresponde o valor nesta data de R\$ 1.980,00 (um mil novecentos e oitenta reais), pelo período de 10 de Janeiro de 2016 a 09 de Janeiro de 2020.

Art.2º) A Nomeação desta Conselheira Tutelar em virtude da mesma ter sido eleita para o referido Cargo, no Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, Edital nº 001/2015 – CMDCA deste Município, Pleito realizado em data de 04 de Outubro do ano de 2015.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10 de Janeiro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 08 de Janeiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 11/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 9.527 DE 08 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.527 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

**DECRETA:**

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial o Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Artigo nº 139 da Lei Federal nº 8.069/90, Parágrafo 2º incluído pela Lei Federal nº 12.696/12 e Lei Municipal nº 3.425 de 25 de Novembro de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 4.040 de 04 de Dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Nomear ELIANA PESSOA MACHADO COLLET, para o Cargo Público e exercer a Função de Conselheira Tutelar – Titular, Registro no Sistema sob o nº 955544, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com vencimentos mensais no valor de 2,25 (dois virgula vinte e cinco) salários mínimos nacional vigente, o qual corresponde o valor nesta data de R\$ 1.980,00 (um mil novecentos e oitenta reais), pelo período de 10 de Janeiro de 2016 a 09 de Janeiro de 2020.

Art.2º) A Nomeação desta Conselheira Tutelar em virtude da mesma ter sido eleita para o referido Cargo, no Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, Edital nº 001/2015 – CMDCA deste Município, Pleito realizado em data de 04 de Outubro do ano de 2015.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10 de Janeiro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
08 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 11/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.528 DE 08 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.528 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

**DECRETA:**

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial o Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Artigo nº 139 da Lei Federal nº 8.069/90, Parágrafo 2º incluído pela Lei Federal nº 12.696/12 e Lei Municipal nº 3.425 de 25 de Novembro de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 4.040 de 04 de Dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Nomear IVANIR NARLOCH LARSON, para o Cargo Público e exercer a Função de Conselheira Tutelar – Titular, Registro no Sistema sob o nº 955546, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com vencimentos mensais no valor de 2,25 (dois virgula vinte e cinco) salários mínimos nacional vigente, o qual corresponde o valor nesta data de R\$ 1.980,00 (um mil novecentos e oitenta reais), pelo período de 10 de Janeiro de 2016 a 09 de Janeiro de 2020.

Art.2º) A Nomeação desta Conselheira Tutelar em virtude da mesma ter sido eleita para o referido Cargo, no Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, Edital nº 001/2015 – CMDCA deste Município, Pleito realizado em data de 04 de Outubro do ano de 2015.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10 de Janeiro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
08 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 11/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.529 DE 08 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.529 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

**DECRETA:**

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial o Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Artigo nº 139 da Lei Federal nº 8.069/90, Parágrafo 2º incluído pela Lei Federal nº 12.696/12 e Lei Municipal nº 3.425 de 25 de Novembro de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 4.040 de 04 de Dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Nomear PAULA ROSELIANE CORDEIRO DA CRUZ WALDMANN, para o Cargo Público e exercer a Função de Conselheira Tutelar – Titular, Registro no Sistema sob o nº 955545, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com vencimentos mensais no valor de 2,25 (dois virgula vinte e cinco) salários mínimos nacional vigente, o qual corresponde o valor nesta data de R\$ 1.980,00 (um mil novecentos e oitenta reais), pelo período de 10 de Janeiro de 2016 a 09 de Janeiro de 2020.

Art.2º) A Nomeação desta Conselheira Tutelar em virtude da mesma ter sido eleita para o referido Cargo, no Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, Edital nº 001/2015 – CMDCA deste Município, Pleito realizado em data de 04 de Outubro do ano de 2015.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10 de Janeiro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
08 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 11/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.530 DE 08 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.530 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

**DECRETA:**

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial o Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Artigo nº 139 da Lei Federal nº 8.069/90, Parágrafo 2º incluído pela Lei Federal nº 12.696/12 e Lei Municipal nº 3.425 de 25 de Novembro de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 4.040 de 04 de Dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Nomear PRICILA GREFFIN, para o Cargo Público e exercer a Função de Conselheira Tutelar – Titular, Registro no Sistema sob o nº 955542, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com vencimentos mensais no valor de 2,25 (dois virgula vinte e cinco) salários mínimos nacional vigente, o qual corresponde o valor nesta data de R\$ 1.980,00 (um mil novecentos e oitenta reais), pelo período de 10 de Janeiro de 2016 a 09 de Janeiro de 2020.

Art.2º) A Nomeação desta Conselheira Tutelar em virtude da mesma ter sido eleita para o referido Cargo, no Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, Edital nº 001/2015 – CMDCA deste Município, Pleito realizado em data de 04 de Outubro do ano de 2015.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10 de Janeiro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
08 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 11/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.671 DE 08 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.671 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO CHEFE DE GABINETE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias ao Chefe de Gabinete, JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA, Registro no Sistema sob nº 955159, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015, lotado no Gabinete do Prefeito.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de

2015.

Art.2º) O Chefe de Gabinete gozará as férias no período de 11 de Janeiro de 2016 a 15 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
08 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 11/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.672 DE 08 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.672 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo IV da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 08 (zero oito) dias de férias a Secretária Municipal de Administração, LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000600, Registro no Sistema sob nº 954835, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Secretária gozará as férias no período de 11 de Janeiro de 2016 a 18 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
08 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 11/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**PORTARIA Nº 12.673 DE 08 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.673 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 71 e 72, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Designar a Secretária Municipal de Finanças MARIA ELIANE FRIEDRICH, Registro no Sistema sob nº 955184, para substituir a Secretária Municipal de Administração – LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000600, Registro no Sistema sob nº 954835, pelo período de 12 de Janeiro de 2016 à 18 de Janeiro de 2016, por motivo da titular encontrar-se em gozo de férias.

Art.2º) São atribuições do cargo em substituição aquelas descritas na Subseção II da Lei Municipal nº 2.683 de 10 de Dezembro de 2002, e serão desenvolvidas concomitantemente às atribuições do cargo de Secretária Municipal de Finanças.

Art.3º) A Secretária Municipal de Finanças, não fará jus a qualquer valor pecuniário atinente ao cargo de Secretária Municipal de Administração ora em substituição.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/ SC.,

08 de Janeiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 11/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.674 DE 08 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.674 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DESIGNA ASSESSOR DE GABINETE PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELO CARGO DE CHEFE DE GABINETE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo nº 71 e Parágrafo 4º, da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Designar o Assessor de Gabinete, JOSÉ LUIS SILVA, Matrícula Funcional nº 000034, Registro no Sistema sob nº 40000, para responder interinamente pelo Cargo de Chefe de Gabinete, a partir de 11 de Janeiro de 2016 à 15 de Janeiro de 2016, por motivo do Titular encontrar-se em gozo de férias.

Art.2º) O Assessor de Gabinete não fará jus à percepção pecuniária, a qualquer título ao cargo acumulado.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/ SC.,

08 de Janeiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 11/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.675 DE 08 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.675 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ANA FLÁVIA MARCINIAC, Matrícula Funcional nº 000777, Registro no Sistema sob nº 955396, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 à 06 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de Dezembro de 2015.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 12.397 de 09 de Dezembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

08 de Janeiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 11/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.676 DE 08 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.676 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, MÁRCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH, Matrícula Funcional nº 000773, Registro no Sistema sob nº 955391, ocupante do Cargo Público de Agente Administrativo II, exercendo a Função de Chefe do Serviço do Desenvolvimento Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 14 de Dezembro de 2015 á 02 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de Dezembro de 2015.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 12.397 de 09 de Dezembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
08 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 11/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 12.677 DE 08 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 12.677 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, JOSÉ RONEI CÂNDIDO, Matrícula Funcional nº 000650, Registro no Sistema sob nº 955079, ao Cargo Público de Agente Operacional V, exercendo a Função de Pedreiro/Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de aquisitivo de 01 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 14 de Dezembro de 2015 á 05 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de Dezembro de 2015.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 12.459 de 11 de Dezembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
08 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 11/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 12.678 DE 08 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 12.678 DE 08 DE JANEIRO DE 2016  
CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo IV da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, CAROLINA DA COSTA TELMA, Registro no Sistema sob nº 955161, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2014 á 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A Secretária gozará férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 06 Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de Dezembro de 2015.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 12.483 de 14 de Dezembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
08 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 11/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 12.678 DE 08 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 12.678 DE 08 DE JANEIRO DE 2016  
CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo IV da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, CAROLINA DA COSTA TELMA,

Registro no Sistema sob nº 955161, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2014 á 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A Secretária gozará férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 06 Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de Dezembro de 2015.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 12.483 de 14 de Dezembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
08 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 11/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# Campos Novos

## PREFEITURA

### **AVISO DEPP Nº1/2016.**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

PROCESSO DE COMPRA Nº 02/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016.

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 21 de JANEIRO de 2016 às 16h00, através do site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, A FIM DE ELABORAR PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS- PPRA, PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL- PCMSO E DO LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS NO TRABALHO - LTCAT, NAS UNIDADES DA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30 às 17h30, diariamente.

Campos Novos, 08 de Janeiro de 2016.

Jairo Luft

Prefeito em exercício.

### **AVISO DISP 01/2016 ALUGUEL ESF SANTO ANTONIO - SAUDE**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Nº 06/2016

Dispensa nº 01/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 11/01/2016 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, dispensa de licitação, tendo como objeto DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA, COM ÁREA DE 128,00 M2, SITUADA NA RUA SÃO JOÃO BATISTA, Nº 1026, NESTA CIDADE, QUE SERÁ DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DE UM POSTO DO PROGRAMA ESTRATEGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - SANTO ANTONIO..O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 11 de janeiro de 2.016.

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saúde

### **AVISO PP 04/2016 EMPRESA P/ MANUTENÇÃO DE SISTEMAS - SAUDE**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 22/01/2016 às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO, SUPORTE EM FERRAMENTA EM PLATAFORMA WEB EM LINGUAGEM PHP, UTILIZANDO BANCO DE DADOS MYSQL, PARA

GERENCIAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 11 de janeiro de 2.016.

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saúde

### **AVISO TP 01\_16**

PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2016.

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 01 de fevereiro de 2016 às 17hs, na sala de reuniões da Prefeitura, Tomada de Preço do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INFORMÁTICA PARA APOIO TÉCNICO NOS LABORATÓRIOS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 18h30min às 11h30min, e das 13h30min às 17 horas diariamente.

Campos Novos, 11 de janeiro de 2016.

JAIRO LUFT

Prefeito Municipal em Exercício

### **PORTARIA Nº 02/16**

PORTARIA Nº 02/16 DE 06/01/16

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO NOMEADO PELA PORTARIA Nº 1719/15 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento da Comissão de Sindicância,

Resolve:

Art. 1º - Prorroga o prazo para a apresentação de relatório conclusivo dos trabalhos no Processo Administrativo nomeado pela Portaria nº 1719/15 de 07/12/2015, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 06 de janeiro de 2016

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 03/16**

PORTARIA Nº 03/16 DE 06/01/16

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO NOMEADO PELA PORTARIA Nº 1720/15 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento da Comissão de Sindicância,

Resolve:

Art. 1º - Prorroga o prazo para a apresentação de relatório conclusivo dos trabalhos no Processo Administrativo nomeado pela Portaria nº 1720/15 de 07/12/2015, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 06 de janeiro de 2016

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 04/16**

PORTARIA Nº 04/16 DE 06/01/16

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO NOMEADO PELA PORTARIA Nº 1721/15 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento da Comissão de Sindicância,

Resolve:

Art. 1º - Prorroga o prazo para a apresentação de relatório conclusivo dos trabalhos no Processo Administrativo nomeado pela Portaria nº 1721/15 de 07/12/2015, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 06 de janeiro de 2016

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 05/16**

PORTARIA Nº 05/16 DE 06/01/16

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO NOMEADO PELA PORTARIA Nº 1722/15 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento da Comissão de Sindicância,

Resolve:

Art. 1º - Prorroga o prazo para a apresentação de relatório conclusivo dos trabalhos no Processo Administrativo nomeado pela Portaria nº 1722/15 de 07/12/2015, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 06 de janeiro de 2016

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO Nº 01/2016**

DECRETO Nº 1/2016

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado "Ponto Facultativo" de 11/01/2016 à 15/01/2016 nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos (SC), em decorrência das festividades de final de ano.

Art. 2º. As atividades serão retomadas no dia 18/01/2016 (segunda-feira).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 08 de janeiro de 2016.

José Tadeu Guzatti
--------------------

Presidente da Mesa
--------------------

**PORTARIA Nº 01/2016**

Portaria Nº 1/2016

NOMEIA A SERVIDORA CAROLINA DA SILVA VIEIRA SCHALY PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS/SC.

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, III, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

RESOLVE:

Art. 1º. Nomeia, CAROLINA DA SILVA VIEIRA SCHALY, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/SC, sob o nº 17824, CI nº 2.817.945 - SSP/SC, CPF nº 020.095.029-06, para o cargo em Comissão de Assessora Jurídica da Câmara Municipal de Vereadores, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 07 de Janeiro de 2016.

José Tadeu Guzatti
--------------------

Presidente da Mesa
--------------------



# Canelinha

## PREFEITURA

### **EXTRATO CONTRATO Nº 041/2015 - FHC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA

CONTRATO Nº 041/2015. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS Nº 026/2015. CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA. CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do Contrato Administrativo de Fornecimento de Medicamentos nº 26/2015 fica acrescido quantitativamente em 14,98% (quatorze vírgula noventa e oito por cento). VALOR: R\$-5.147,51 (cinco mil cento e quarenta e sete reais e cinquenta e um centavos). Canelinha (SC), 10 de dezembro de 2015. MARILITA MICHELI GONÇALVES – DIRETORA ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO.

### **EXTRATO CONTRATO Nº 245/2015, Nº 254/2015 E Nº 255/2015 - PMC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº 245/2015. TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DA FROTA MOTORIZADA Nº 095/2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: Carlos Roberto Aragão Junior - me. objeto: Fica renovado o contrato nº. 095/2015, já prorrogado pelo contrato nº 249/2014 (termo aditivo nº 001), por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2016, com término em 31/12/2016. Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas nas cláusulas do contrato original, do qual este Termo Aditivo passa a fazer parte integrante. Canelinha (SC), 14 de dezembro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 254/2015. TERMO ADITIVO Nº 001 AO contrato DE LOCAÇÃO COMERCIAL Nº 159/2015. LOCADOR: ZENAIDE SCHEISTEL CIRILO. LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE CANELINHA. OBJETO: Este termo aditivo visa prorrogar a vigência do Contrato de Locação Comercial nº 159/2015, ficando o mesmo prorrogado por mais um período de 12 (doze) meses, a iniciar-se em 01 de janeiro de 2016 e findar-se em 31 de dezembro de 2016. Permanecem inalteradas todas as demais disposições estabelecidas nas cláusulas do contrato original, do qual este Termo Aditivo passa a fazer parte integrante. Canelinha (SC), 21 de dezembro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 255/2015. TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO COMERCIAL Nº 079/2013. LOCADORA: ANA CLAUDIA ORSI. LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE CANELINHA. OBJETO: Este termo aditivo visa alterar a vigência do contrato prevista na cláusula 22ª que consta do Contrato de Locação Comercial nº 079/2013, já prorrogado pelo 1º termo aditivo, contrato nº 204/2013 e pelo 2º termo aditivo, contrato nº 233/2014, ficando o mesmo prorrogado por mais um período de 12 (doze) meses, iniciando-se o prazo em 01 de janeiro de 2016 com termino em 31 de dezembro de 2016. Canelinha (SC), 21 de dezembro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.



# Canoinhas

## PREFEITURA

### EDITAL Nº. 083/2015

EDITAL Nº. 083/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2014.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 041 de 02 de março de 2015;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

#### RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional

de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do

processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 14 de dezembro de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 083/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: TÉCNICO DESPORTIVO DE FUTEBOL INTERIOR  
JAISSON SCHIESSL

CARGO: ORIENTADOR PROFISSIONAL  
MARIANE DAMASO

CARGO: FISIOTERAPEUTA  
RAQUEL GRACIETTI

CARGO: TÉCNICO DESPORTIVO DE HANDEBOL  
ADILSON RODRIGUES DE PAULA JUNIOR

CARGO: TÉCNICO DESPORTIVO DE DANÇA  
TATIANE APARECIDA GUMIERO

**PORTARIA Nº. 015/2016**

PORTARIA Nº. 015/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 66, inciso VI, bem como, art. 92 e 94 da Lei Orgânica do Município, Resolve:

**NOMEAR MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E VISTORIA**

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão de Avaliação e Vistoria, que será responsável, pela realização de todas as avaliações de interesse do Município, bem como, realizar vistoria elaborando relatórios referentes ao cumprimento dos requisitos estabelecidos em Lei de comodato ou cessão de uso de terreno pertencente ao Município de Canoinhas:

- I. Jessé Carlos Batista;
- II. Micheli Adriano Grosskopf;
- III. Bruna Grisang;
- IV. Simone Mery Adur;
- V. Vanessa Langer;
- VI. Jorge Luiz Borba.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de janeiro de 2016.

WILSON PEREIRA  
Prefeito em Exercício

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PUBLICAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO RELATIVA A CHAMADA PÚBLICA Nº 18/2015**

ATA DA REUNIÃO RELATIVA A CHAMADA PÚBLICA Nº 18/2015-PAA, QUE TEM POR OBJETIVO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS-MODALIDADE COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA DOAÇÃO SIMULTÂNEA-PAA MUNICIPAL, COM DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA DOAÇÃO A PESSOAS E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CONFORME DISPOSTO PELO ARTIGO 19 DA LEI Nº 10.696/2003 E PELO CONVÊNIO Nº 0714/2013

Aos 19 (Dezenove) dias do mês de novembro do ano de 2015, às 08h30min, no Plenário da Câmara de Vereadores do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Três de Maio, nº 150, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Sr. Claudio Mathias e José Carlos Herbst, nomeados pela Portaria nº 342/2015, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas a Chamada Pública, conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos, verificou-se a presença de 53 (cinquenta e três) pessoas, conforme lista de presença anexa ao processo. Primeiramente foram abertos os envelopes contendo a documentação e propostas, a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação. Dando continuidade aos trabalhos os Agricultores que apresentaram documentação e propostas foram classificados conforme regras constantes no edital. Participaram da classificação 49 agricultores, sendo que destes, os Senhores Marcelo Nunes Seifert e Sebastião Nunes Seifert foram desclassificados por serem do Município de Papanduva-SC. Após classificação, restaram 47 agricultores e destes 16 empatados com 08 pontos cada. Diante do empate foi efetuado o sorteio para classificação final, ficando os agricultores classificados conforme planilha abaixo:

Nome	CPF	Continuidade (10 pontos)	Grupos Especiais (9 pontos)	Grupo B Pronaf ou inseridos no CadÚnico (8 pontos)	Titulares de DAP (7 pontos)	Agricultores não inseridos em nenhum critério (1 ponto)	Total pontos
01 - Jose Benedito Soares	303.652.109-78	10	9	8	0	0	27
02 - Dorilda de Cassia Sulin Padilha	988.143.209-00	10	0	8	7	0	25
03 - Fernanda Aparecida Siqueira Pavarin	067.587.059-35	10	0	8	7	0	25
04 - Rejane Terezinha Olescovicz Ruchinski	918.355.349-53	10	0	8	7	0	25
05 - Joseli Alves Pereira	047.886.389-67	10	0	8	7	0	25
06 - Cacilda de Cassia A Davida dos Santos	921.195.909-82	10	0	8	7	0	25
07 - Maria Roseli Lopes Grosskopf	458.187.039-91	10	0	8	7	0	25
08 - José Cavalheiro	381.753.989-49	10	0	8	0	0	18
09 - Mario Eloir Voigt	075.304.609-19	10	0	8	0	0	18
10 - Paulo Bai	774.187.609-06	10	0	8	0	0	18
11 - Oneres Adenilson Niedzielski	003.890.239-73	10	0	8	0	0	18
12 - Anderson Grosskopf	063.979.769-55	10	0	8	0	0	18
13 - Omar Aquiris Niedzielski	005.663.429-36	10	0	8	0	0	18

14 - Vanderlei Miguel Fuck	918.346.279-15	10	0	8	0	0	18
15 - Paulo Henrique Bradonski	077.245.729-84	10	0	8	0	0	18
16 - Hilario Wardenski	419.784.049-72	10	0	8	0	0	18
17 - Romualdo Stein	838.555.309-63	10	0	8	0	0	18
18 - Maciel Solarski	936.914.409-91	10	0	8	0	0	18
19 - Marcoc Vinicios Szczygiel	023.517.089-59	10	0	8	0	0	18
20 - Jaime Alcir Drasfeld	530.063.569-34	10	0	8	0	0	18
21 - Josiel Busko Correia	059.452.519-50	10	0	8	0	0	18
22 - Edison Prust	008.549.039-33	10	0	8	0	0	18
23 - Alcindo Bradonski	713.030.819-20	10	0	8	0	0	18
24 - Clemente Kogut	626.424.219-53	0	9	8	0	0	17
25 - Francisco Zavaski Filho	017.312.269-85	0	9	8	0	0	17
26 - Juciane Padilha	018.613.689-76	0	0	8	7	0	15
27 - Elisabete Lima Artner	948.383.729-49	0	0	8	7	0	15
28 - Almerilda Aparecida de Freitas Gudas	006.395.889-60	0	0	8	7	0	15
29 - Janaina Padilha	085.701.639-32	0	0	8	7	0	15
30 - Silverio Padilha	024.967.509-94	10	0	0	0	0	10
31 - Jovino Schinchak (Sorteio 20/11/2015)	310.009.679-72	0	0	8	0	0	8
32 - Adilson Cavaleiro (Sorteio 20/11/2015)	057.066.559-01	0	0	8	0	0	8
Roberto Ribeiro (Sorteio 20/11/2015 08h00min)	020.664.489-23	0	0	8	0	0	8
Vanderlei Miguel Fuck (Sorteio 20/11/2015) - Duplicado na lista	791.779.569-15	0	0	8	0	0	8
33 - Lindomar Lech (Sorteio 20/11/2015)	034.506.269-81	0	0	8	0	0	8
Marcelo Eloi Voigt (Sorteio 20/11/2015 08h00min)	075.304.609-19	0	0	8	0	0	8
34 - Elcio Diomar Wardenski (Sorteio 20/11/2015)	086.258.439-64	0	0	8	0	0	8
Cleverson Luiz Tchaika (Sorteio 20/11/2015 08h00min)	022.910.529-77	0	0	8	0	0	8
35 - Edevaldo Kutacz (Sorteio 20/11/2015)	034.404.119-07	0	0	8	0	0	8
36 - Afonso Niedzielski (Sorteio 20/11/2015)	180.377.129-15	0	0	8	0	0	8
37 - Gilberto Jurkir (Sorteio 20/11/2015)	030.135.079-50	0	0	8	0	0	8
38 - Ericles de Freitas Gudas (Sorteio 20/11/2015)	119.868.509-35	0	0	8	0	0	8
Geraldo Haensch (Sorteio 20/11/2015 08h00min)	450.852.269-68	0	0	8	0	0	8
Sirlete Borges Zella (Sorteio 20/11/2015 08h00min)	018.139.829-02	0	0	8	0	0	8
Josnei Welewske (Sorteio 20/11/2015 08h00min)	039.120.079-85	0	0	8	0	0	8
Vilmar Marques dos Santos (Sorteio 20/11/2015 08h00min)	719.492.679-20	0	0	8	0	0	8
Nilson Juzak (Sorteio 20/11/2015 08h00min)	791.779.569-15	0	0	8	0	0	8
Edenilson Munhoz (Desclassificado pela pontuação)	004.650.809-01	0	0	0	0	1	1
Marcelo Nunes Seifert (Desclassificado pela pontuação)	004.302.739-32	0	0	0	0	1	1
Sebastião Nunes Seifert (Desclassificado pela pontuação)	004.302.749-04	0	0	0	0	1	1

Os valores a serem aplicados nos fornecimentos são aqueles fixados em edital.

E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação.

Paulo Cesar Safanelli  
Presidente

Claudio H. Mathias  
Secretária

José Carlos Heberst  
Membro

**PUBLICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DA CHAMADA PÚBLICA 18/2015**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 18/2015

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS-MODALIDADE COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA DOAÇÃO SIMULTÂNEA-PAA MUNICIPAL

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CNPJ 83.102.380/0001-80, torna público para conhecimento dos interessados a classificação dos interessados na Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-modalidade Compra da Agricultura Familiar (Agricultor Individual – 40 vagas) para Doação Simultânea-PAA Municipal.

01 - Jose Benedito Soares	303.652.109-78	10	9	8	0	0	27
02 - Dorilda de Cassia Sulin Padilha	988.143.209-00	10	0	8	7	0	25
03 - Fernanda Aparecida Siqueira Pavarin	067.587.059-35	10	0	8	7	0	25
04 - Rejane Terezinha Olescovicz Ruchinski	918.355.349-53	10	0	8	7	0	25
05 - Joseli Alves Pereira	047.886.389-67	10	0	8	7	0	25
06 - Cacilda de Cassia A Davida dos Santos	921.195.909-82	10	0	8	7	0	25
07 - Maria Roseli Lopes Grosskopt	458.187.039-91	10	0	8	7	0	25
08 - José Cavaleiro	381.753.989-49	10	0	8	0	0	18
09 - Mario Eloi Voigt	075.304.609-19	10	0	8	0	0	18
10 - Paulo Bai	774.187.609-06	10	0	8	0	0	18
11 - Oneres Adenilson Niedzielski	003.890.239-73	10	0	8	0	0	18
12 - Anderson Grosskopf	063.979.769-55	10	0	8	0	0	18
13 - Omar Aquiris Niedzielski	005.663.429-36	10	0	8	0	0	18
14 - Vanderlei Miguel Fuck	918.346.279-15	10	0	8	0	0	18
15 - Paulo Henrique Bradonski	077.245.729-84	10	0	8	0	0	18
16 - Hilario Wardenski	419.784.049-72	10	0	8	0	0	18
17 - Romualdo Stein	838.555.309-63	10	0	8	0	0	18
18 - Maciel Solarski	936.914.409-91	10	0	8	0	0	18
19 - Marcoc Vinicios Szczygiel	023.517.089-59	10	0	8	0	0	18
20 - Jaime Alcir Drasfeld	530.063.569-34	10	0	8	0	0	18
21 - Josiel Busko Correia	059.452.519-50	10	0	8	0	0	18
22 - Edison Prust	008.549.039-33	10	0	8	0	0	18
23 - Alcindo Bradonski	713.030.819-20	10	0	8	0	0	18
24 - Clemente Kogut	626.424.219-53	0	9	8	0	0	17
25 - Francisco Zavaski Filho	017.312.269-85	0	9	8	0	0	17
26 - Juciane Padilha	018.613.689-76	0	0	8	7	0	15
27 - Elisabete Lima Artner	948.383.729-49	0	0	8	7	0	15
28 - Almerilda Aparecida de Freitas Gudas	006.395.889-60	0	0	8	7	0	15
29 - Janaina Padilha	085.701.639-32	0	0	8	7	0	15
30 - Silverio Padilha	024.967.509-94	10	0	0	0	0	10
31 - Jovino Schinchak (Sorteio 20/11/2015)	310.009.679-72	0	0	8	0	0	8
32 - Adilson Cavaleiro (Sorteio 20/11/2015)	057.066.559-01	0	0	8	0	0	8
33 - Lindomar Lech (Sorteio 20/11/2015)	034.506.269-81	0	0	8	0	0	8
34 - Elcio Diomar Wardenski (Sorteio 20/11/2015)	086.258.439-64	0	0	8	0	0	8
35 - Edevaldo Kutacz (Sorteio 20/11/2015)	034.404.119-07	0	0	8	0	0	8
36 - Afonso Niedzielski (Sorteio 20/11/2015)	180.377.129-15	0	0	8	0	0	8
37 - Gilberto Jurkir (Sorteio 20/11/2015)	030.135.079-50	0	0	8	0	0	8
38 - Ercles de Freitas Gudas (Sorteio 20/11/2015)	119.868.509-35	0	0	8	0	0	8

Informações sobre este resultado poderão ser obtidas diretamente no Setor de Segurança Alimentar, sito a Rua Almeida Cardoso 822 – Centro, Canoinhas-SC, ou ainda pelo telefone n.º 3622 7139, de segunda a sexta-feira, no horário das 07h30min às 13h30min.

Wilson Pereira

Prefeito e.e.

**PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 142/2015 (PRESENCIAL)**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 231/15

HOMOLOGAÇÃO: 08/01/16

CONTRATADO: AUTOMECANICA EPECAS LEOLTA DA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES DESTA PREFEITURA, FUNDOSE FUNDACÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 228,50 (duzentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos)

DATA: 08/01/16 - LUIZ ALBERTO RINCOS KIFARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 231/15

HOMOLOGAÇÃO: 08/01/16

CONTRATADO: LOURIVAL PAUL - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES DESTA PREFEITURA, FUNDOSE FUNDACÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 88,00 (oitenta e oito reais)

DATA: 08/01/16 - LUIZ ALBERTO RINCOS KIFARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 231/15

HOMOLOGAÇÃO: 08/01/16

CONTRATADO: IHMA AUTOMECANICA LTDA.

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES DESTA PREFEITURA, FUNDOSE FUNDACÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 142,00 (cento e quarenta e dois reais) DATA: 08/01/16 - LUIZ ALBERTO RINCOS KIFARIA - Prefeito.



# Capinzal

## PREFEITURA

### PMC CONTRATO 0001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Contrato Nº.: 0001/2016	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSAO RURAL	
Valor ..... : 22.000,00 (vinte e dois mil reais)	
Vigência ..... : Início: 08/01/2016 Término: 31/12/2016	
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016	
Processo_Licitatório....: 00010 / 2016	
Recursos ..... : Dotação:	
Objeto ..... : Contratação de empresa para prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural. Com Recursos Próprios	
Capinzal, 8 de Janeiro de 2016	

### PMC CONTRATO 0002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Contrato Nº.: 0002/2016	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPI	
Valor ..... : 16.980,00 (dezesseis mil novecentos e oitenta reais)	
Vigência ..... : Início: 08/01/2016 Término: 31/12/2016	
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2016	
Processo_Licitatório....: 00011 / 2016	
Recursos ..... : Dotação:	
Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de publicação de Atos Oficiais expedidos pelos Órgão Públicos do Município de Capinzal no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) e Gestão Tributária, administrada pelo Consórcio de Informática na Gestão Municipal - CIGA	
Capinzal, 8 de Janeiro de 2016	

### PORTARIA 001/2016

PORTARIA Nº 001, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Reduz carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, Resolve:

Art.1º Fica reduzida a carga horária, conforme requerimento protocolado sob o nº 3733/2015, em vinte (20) horas semanais, da servidora Rejane Lourdes Bevilaqua Durigon matrícula nº 332747/01, ocupante do cargo de Escriturário, nível 153, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 04 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 04 de janeiro de 2016.

Capinzal – SC, em 04 de janeiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

### PORTARIA 002/2016

PORTARIA Nº 002, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o inciso I do artigo 35 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, e no memorando nº 0274/SMS/2015, Resolve:

Art. 1º Remove, em caráter definitivo, para a Secretaria da Saúde, a contar de 04 de janeiro de 2016, o servidor Lucimar Patrício Burile, matrícula nº 331040/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência C, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de janeiro de 2016.

Capinzal - SC, em 04 de janeiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

### PORTARIA 003/2016

PORTARIA Nº 003, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Coloca servidor à disposição, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, Resolve:

Art. 1º Fica à disposição da Secretaria da Saúde, a contar de 04 de janeiro de 2016, o servidor Pablo Vitorio Isganzella Gramazio, matrícula nº 154504/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 153, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de janeiro de 2016.

Capinzal - SC, em 04 de janeiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 004/2016**

PORTARIA Nº 004, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Coloca servidor à disposição, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, Resolve:

Art. 1º Fica à disposição da Secretaria da Assistência Social, a contar de 04 de janeiro de 2016, a servidora Ivone Salete Rosseti Chiamolera, matrícula nº 311430/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Escritório, nível 67, referência I, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de janeiro de 2016.

Capinzal - SC, em 04 de janeiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**RESOLUÇÃO Nº 028-2015 LDO CIALAR**

RESOLUÇÃO Nº 028, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias (LDO) do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR) para o exercício de 2016 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 do estatuto social e demais legislação pertinente, e;

Considerando decisão exarada pela Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR), Ata no 002/2015, de 08 de dezembro de 2015, que aprovou as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam aprovadas as metas do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR) para o exercício de 2016, com valor previsto em R\$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais), conforme detalhamento a seguir:

LDO EXERCÍCIO – 2016					
PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DO CONSÓRCIO CIALAR					
ÓRGÃO: 01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR					
UNIDADE: 01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR					
PROGRAMA					
Acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social.					
DIRETRIZ					
Oferecer proteção integral às crianças e adolescentes encaminhadas pelo Conselho Tutelar e pela Vara da Infância e da Juventude.					
OBJETIVOS					
Incentivar o fortalecimento dos vínculos familiares; fortalecer a rede pública de atendimento e proteção aos acolhidos; propiciar suporte emocional, social, educacional e cognitivo necessário ao resgate da auto-estima e o retorno aos vínculos familiares e comunitários oferecendo proteção integral aos atendidos; garantir acompanhamento social sistemático das famílias estimulando o desenvolvimento e promovendo a auto-organização gradativa à co-responsabilidade na educação dos filhos; acompanhar as crianças e suas famílias articulando com as demais ações e programas da rede do Município destinada à população em situação de risco; encaminhar familiares dos acolhidos aos serviços da rede pública para participar de oficinas sócio educativas visando promover o fortalecimento de vínculos, desenvolvimento de potenciais e a integração grupal e familiar.					
Nome do indicador estabelecido: Crianças em situação de risco e vulnerabilidade social					
Indicador (Índice) previsto no planejamento:					
Indicador (índice) pretendido no final do plano:					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
1.001 - Ampliação e adequação do CIALAR	Edificação e Equipamentos	Unidade	01	94.000,00	R.P.
2.001 – Operação e manutenção do Consórcio	Consórcio público	Unidade	01	496.000,00	R.P.
TOTAL				590.000,00	

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros e orçamentários no exercício de 2016.

Capinzal, 28 de dezembro de 2015.

VITOR JOÃO FACIN

Prefeito Municipal de Ouro

Presidente do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR



**RESOLUÇÃO Nº 029-2015 LOA CIALAR**

RESOLUÇÃO No 029, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre o orçamento do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR) para o exercício de 2016 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 do estatuto social e demais legislação pertinente, e;

Considerando decisão exarada pela Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR), conforme Ata no 002/2015, de 08 de dezembro de 2015, que aprovou o orçamento (LOA) para o exercício de 2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica aprovado o orçamento próprio do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR) para o exercício de 2016, com receita estimada em R\$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais), detalhada a seguir, que será realizada de acordo com a legislação vigente, obedecendo a seguinte classificação por categoria econômica:

**I - demonstrativo da receita:**

CÓDIGO	0100/00000	CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR (R\$)
0	0	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	590.000,00
10000000	0100/00000	RECEITAS CORRENTES	496.000,00
13000000	0100/00000	RECEITA PATRIMONIAL	0,00
13200000	0100/00000	RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00
13250000	0100/00000	RECEITA DE REMUN. DE DEPÓS. BANC.	0,00
13250200	0100/00000	REMUNERAÇÃO DE DEP. REC. NÃO VINC	0,00
13250299	0100/00000	Remuner. De outros dep. de Rec. não Vinc	0,00
17000000	0100/00000	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	496.000,00
17200000	0100/00000	TRANSFERÊNC. INTRAGOVERNAMENTAIS	496.000,00
17230000	0100/00000	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	496.000,00
17233700	0100/00000	TRANSF. A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	496.000,00
17233701	0100/00000	Transferências do Município de Capinzal	258.564,64
17233702	0100/00000	Transferências do Município de Ouro	91.512,00
17233703	0100/00000	Transferências do Município de Lacerdópolis	27.180,84
17233704	0100/00000	Transferências do Município de Piratuba	59.569,68
17233705	0100/00000	Transferências do Município de Ipira	59.172,84
20000000	0100/00000	RECEITAS DE CAPITAL	94.000,00
24000000	0100/00000	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	94.000,00
24200000	0100/00000	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	94.000,00
24230000	0100/00000	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	94.000,00
24233700	0100/00000	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	94.000,00
24233701	0100/00000	Transferências do Município de Capinzal	49.002,28
24233702	0100/00000	Transferências do Município de Ouro	17.343,00
24233703	0100/00000	Transferências do Município de Lacerdópolis	5.151,24
24233704	0100/00000	Transferências do Município de Piratuba	11.289,36
24233705	0100/00000	Transferências do Município de Ipira	11.214,12

Art. 2º A despesa é fixada em R\$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais), conforme discriminado a seguir e será realizada de acordo com as especificações constantes dos desdobramentos e demonstrativos a seguir:

**II - demonstrativo da despesa:**

Órgão:	01 – Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar
Unidade Orçamentária:	0101 – CIALAR
Função:	08 - Assistência Social
Sub Função:	243 – Assistência à criança e ao adolescente
Programa:	001 - Acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social.

Projeto/Atividade:				2.001 – Operação e Manutenção do CIALAR.			
Categ.Econ.	Grupo	Modalidade	Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	Previsão de despesa para	% Por grupo de despesa	% Sobre o Total
3	1	90	3.1.90	Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais	382.000,00	77,00	64,74
				Sub Total	382.000,00	77,00	64,74
3	3	90	3.1.90	Aplicações Diretas	100.000,00	20,17	16,94
				Sub Total	100.000,00	20,17	16,94
4	4	90	4.4.90	Aplicações Diretas	14.000,00	2,83	2,38
				Sub Total	14.000,00	2,83	2,38
				TOTAL DA META	496.000,00	100,00	84,06
Programa:				1 - Acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social.			
Projeto/Atividade:				1.001 – Ampliação e adequação do CIALAR.			
Categ.Econ.	Grupo	Modalidade	Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	Previsão de despesa para 2016	% Por grupo de despesa	% Sobre o Total
4	4	90	4.4.90	Aplicações Diretas	94.000,00	100	15,94
				Sub Total	94.000,00	100	15,94
				TOTAL DA META	94.000,00	100,00	15,94
				TOTAL GERAL	590.000,00	100,00	100,00

Art. 3o O gestor do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar, durante a execução orçamentária, tomará as medidas necessárias para ajustar a programação das despesas autorizadas ao efetivo ingresso das receitas, dentro dos limites constitucionais e legais.

Art. 4o O gestor do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar, por ato próprio, poderá remanejar, dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 5o No exercício de 2016, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320, de 1964, por ato próprio, o gestor do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar, poderá abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento da unidade gestora, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de decisões específicas aprovadas pela Assembleia Geral, no exercício.

Art. 6o Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros e orçamentários no exercício de 2016.

Capinzal, 28 de dezembro de 2015.

VITOR JOÃO FACIN

Prefeito Municipal de Ouro

Presidente do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR

## RESULTADO FINAL CHAMADA PÚBLICA 001/2016

RESULTADO FINAL DA CHAMADA PÚBLICA

EDITAL Nº 001/2016

OPERADOR DE MÁQUINA PESADA
FRANCISCO VICTOR BELOTTO
OPERADOR DE MÁQUINA LEVE
VALDELIR ANTONIO CARNIEL

Capinzal, SC, em 08 de janeiro de 2016

# Catanduvas

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2016 - DISPENSA POR LIMITE Nº 0001/2016** AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2016  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001/2016

Objeto: Contratação da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - FUNOESC para a prestação de serviços especializados para a realização de processo seletivo para admissão de servidores em caráter temporário, para as Secretarias de Educação Cultura e Desporto, Administração e Finanças, Saúde, Assistência Social e Infraestrutura.

Valor: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Informações: Maiores informações poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 08 de janeiro de 2016.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 06/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 06/2016
Pregão Presencial Nº.: 01/2016
Tipo: Menor Preço / Por Item.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS, PARA EXECUÇÃO EM APROXIMADAMENTE 200 (DUZENTOS) DIAS LETIVOS DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2016.
Entrega dos Envelopes: 13h55min do dia 26 de Janeiro de 2016.
Abertura dos Envelopes: 14h00min do dia 26 de Janeiro de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 12:00hs às 18:00hs ou pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site <a href="http://www.caxambudosul.sc.gov.br">www.caxambudosul.sc.gov.br</a> .
CAXAMBU DO SUL, 03 de Dezembro de 2015.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### HOMOLOGACAO CONCURSO EDITAL 01/2015

HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC, torna público:

O presente Edital de Homologação dos Inscritos no Concurso Público, objeto do Edital nº 01/2015, de 24 de novembro 2015, conforme Anexo Único, parte integrante deste Edital.

1. A Prova Escrita para todos os candidatos será realizada no dia 17/01/2016, das 9h às 13h, com duração mínima de 1h, na Escola de Educação Básica Otília Muller, situada na Avenida 29 de Novembro, nº 1672, Centro de Chapadão do Lageado – SC.

1.1. É obrigatória a apresentação de documento oficial com foto. Poderá ser exigido comprovante de inscrição. O candidato deverá estar munido de caneta esferográfica azul ou preta.

1.2. O portão de acesso ao local de prova será aberto às 8h15min e fechado às 9h.

Chapadão do Lageado, 11 de janeiro de 2016.

José Braulio Inácio  
Prefeito Municipal

### ANEXO ÚNICO NUTRICIONISTA

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	241438	Camila Silva Oliveira	5231529	04/12/1990
2	265629	KetlynChristyn Ramos Hennich	4203030	04/07/1986
3	259304	MariliceBoneth	58201065	14/10/1973
4	254475	Shirlei Cristine Schultz	3123422	14/10/1976

### FONOAUDIÓLOGO

Nenhum candidato inscrito neste cargo. ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	242017	Carlos Alexandre Bolsoni	1334239	07/03/1965
2	261776	Dalcionei Pazzin	2086121353	01/03/1987
3	246354	Jose Junior Souza	5279098	10/06/1991
4	268481	Katia Fernanda Dias Rodrigues	432242260	27/02/1988
5	265581	Kleber Adriano Ribeiro	55161836	08/03/1971
6	262318	Natanael Dos Santos Steinhauer	5155740	06/04/1991
7	255413	Newton Gama Netto	44497806	21/08/1988
8	267994	Ricardo Bilk	5142509	13/04/1991
9	251412	Walmir Vieira Wolff Junior	3783824	17/06/1981

### ENGENHEIRO CIVIL

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	265230	Edson Luiz Fronza	396001	16/05/1956
2	266667	Jaison Inacio	4011711	16/06/1984
3	264461	Juliano Grah	5279954	18/11/1993
4	238885	Leandro Gross	40118657	25/01/1988

### TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	259082	Allan Junior Ferreira	43790496	06/05/1991
2	241077	Fernanda Rengel	04366875394	29/04/1989
3	248575	Jhon Lucas Silva De Oliveira	4371809	26/12/1994
4	264157	Karina Mendes	5354601	20/11/1995

### MÉDICO 20H

Nenhum candidato inscrito neste cargo. MÉDICO 40H

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

**HOMOLOGACAO PROCESSO SELETIVO 01/2015/SMECE**

HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC, torna público:

O presente Edital de Homologação dos Inscritos no Processo Seletivo objeto do Edital nº 01/2015/SMECE, de 24 de novembro 2015, conforme Anexo Único, parte integrante deste Edital.

1. A Prova Escrita para todos os candidatos será realizada no dia 17/01/2016, das 9h às 12h, com duração mínima de 30 minutos, na Escola de Educação Básica Otilia Muller, situada na Avenida 29 de Novembro, nº 1672, Centro de Chapadão do Lageado – SC.

1.1. É obrigatória a apresentação de documento oficial com foto. Poderá ser exigido comprovante de inscrição. O candidato deverá estar munido de caneta esferográfica azul ou preta.

1.2. O portão de acesso ao local de prova será aberto às 8h15min e fechado às 9h.

2. A Recolha dos documentos para a Prova de Títulos e Tempo de será realizada no mesmo local da Prova Escrita. Quando o candidato encerrar a Prova Escrita, em silêncio, deverá ir até o local indicado para entrega de seus documentos.

2.1. O documentos para comprovação da habilitação mínima, prova de títulos e tempo de serviço podem ser cópias simples. Em uma eventual divergência, a empresa se resguarda no direito de solicitar a apresentação dos documentos originais em outra oportunidade.

2.2. No local de entrega dos títulos não será realizado cópias.

Chapadão do Lageado, 11 de janeiro de 2016.

José Braulio Inácio

Prefeito Municipal

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	259755	Adriane Wambomel	6257070	12/11/1993
2	256202	Andreia Doerner Sens	4724957	28/12/1985
3	248728	Andressa OtiliaManrich	5670143	05/04/1992
4	258189	Beatriz KarnoskiJasper	3674166	26/10/1976
5	257854	Camila Momm Chiquio	5142657	22/12/1994
6	247857	Catiane Aparecida Zappelini	4011758	11/10/1981
7	258351	Claudia Lopes Sypriani	3833271	30/07/1984
8	268354	Daniela Da Cruz	5081198	19/02/1994
9	257520	Deiseane Dos Santos	5670608	12/01/1993
10	259006	Denise Machado Klettenberg	4011444	01/03/1982
11	265133	Denise Pereira	50096885	03/12/1988
12	243892	DjessicaManrich	5670145	16/07/1994
13	266031	Edineia De Souza Bittencourt	4236131	11/02/1977
14	267647	Elisandra Sebold	5670778	18/11/1990
15	258391	Eloiza Da Silva Bettoly	5142831	07/06/1990
16	258362	Evilanea De Oliveira	4390872	14/08/1984
17	260576	Fernanda Cristina Medeiros	47247711	01/10/1987
18	259048	Franciele De Barros	3966044	23/08/1981
19	253976	Jaqueline Lehmkuhl Hasse	5009786	09/01/1989
20	257529	Jaqueline Maria Steinbach	4573854	17/08/1986
21	253797	Karina Kerschbaum	6257890	18/06/1996
22	265151	Katiana De Souza	4403493	24/06/1991
23	263195	Keli Regina Rengel	53544242	15/06/1992
24	240529	KelliSchiestl	4317253	20/02/1984
25	243357	Kesia Silvia Demetrio	5670707	10/09/1997
26	259186	Lais Cristine Pereira Machado	5670731	04/02/1997
27	253994	Luana Franz De Oliveira	4725876	06/04/1989
28	242971	Luciana Espindola Bittencourt	4390432	07/03/1985
29	239238	Luciane Ventura	3163165	14/03/1976
30	262571	Luciani Da Silva Adamek	6937585	19/10/1988
31	252321	Maria Luiza Goedert Jeremias	22554297	26/04/1970

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
32	258166	Marinelma Raymundo	36742872	02/07/1983
33	265206	Mary Silvia Kersbaum Medeiros	35339535	29/07/1980
34	254945	Monique Rafaela Eduardo	5670794	06/12/1993
35	259235	Nara LigiaVieira Da Silva	5354296	11/12/1986
36	259140	Patricia Machado Hinckel	4932155	11/02/1988
37	249469	PatriciaMarcirio	5142653	24/08/1991
38	257308	Patricia Pereira	50096710	27/04/1993
39	251151	Polyana Renata Weber	3741719	21/07/1990
40	266664	Rafaela Guimaraes	5279913	19/06/1992
41	239711	Renata Portes Dos Santos	51424282	07/01/1992
42	259162	Rita De Cassia Pereira	3890917	04/04/1974
43	244140	RosenildaHobus	3693417	22/07/1982
44	239502	Sabrina Cabral	45752966	20/02/1991
45	251350	Taine Rode Schröder	5670442	30/08/1993

## PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	242468	Adriana Nienkotter De Freyn	3161077	15/04/1979
2	259756	Adriane Wambomel	6257070	12/11/1993
3	252339	Aldo Jeremias	2121809	27/08/1967
4	248729	Andressa OtiliaManrich	5670143	05/04/1992
5	249214	Angelica Silveira Sypriany Pereira	5748985	07/07/1992
6	258190	Beatriz KarnoskiJasper	3674166	26/10/1976
7	257855	Camila Momm Chiquio	5142657	22/12/1994
8	258352	Claudia Lopes Sypriani	3833271	30/07/1984
9	264323	Claudinei Da Silveira	2259908	07/05/1975
10	268355	Daniela Da Cruz	5081198	19/02/1994
11	257521	Deiseane Dos Santos	5670608	12/01/1993
12	259007	Denise Machado Klettenberg	4011444	01/03/1982
13	265134	Denise Pereira	50096885	03/12/1988
14	243893	DjessicaManrich	5670145	16/07/1994
15	261771	Edineia De Souza Bittencourt	4236131	11/02/1977
16	267648	Elisandra Sebold	5670778	18/11/1990
17	258392	Eloiza Da Silva Bettoly	5142831	07/06/1990
18	258363	Evilanea De Oliveira	4390872	14/08/1984
19	260577	Fernanda Cristina Medeiros	47247711	01/10/1987
20	259049	Franciele De Barros	3966044	23/08/1981
21	257530	Jaqueline Maria Steinbach	4573854	17/08/1986
22	238675	Juliete Amaral	51428369	26/07/1989
23	240530	KelliSchiestl	4317253	20/02/1984
24	259187	Lais Cristine Pereira Machado	5670731	04/02/1997
25	242972	Luciana Espindola Bittencourt	4390432	07/03/1985
26	239239	Luciane Ventura	3163165	14/03/1976
27	253350	MarcianeLuckmann Franca	1032485	30/03/1967
28	258167	Marinelma Raymundo	36742872	02/07/1983
29	265207	Mary Silvia Kersbaum Medeiros	35339535	29/07/1980
30	254946	Monique Rafaela Eduardo	5670794	06/12/1993
31	259236	Nara LigiaVieira Da Silva	5354296	11/12/1986
32	249470	PatriciaMarcirio	5142653	24/08/1991
33	251152	Polyana Renata Weber	3741719	21/07/1990
34	266665	Rafaela Guimaraes	5279913	19/06/1992
35	259163	Rita De Cassia Pereira	3890917	04/04/1974



Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
36	244141	RosenildaHobus	3693417	22/07/1982
37	239503	Sabrina Cabral	45752966	20/02/1991
38	251351	Taine Rode Schröder	5670442	30/08/1993

## PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS - GEOGRAFIA

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	259141	Patricia Machado Hinckel	4932155	11/02/1988

## PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS – MATEMÁTICA

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	267984	Guilherme Pereira	5670810	18/08/1995
2	260311	Janderson Machado	5471963	18/05/1994
3	258712	Nayara Schneider	5670760	08/03/1994

## PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS - INGLÊS

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	260897	Djenifer Liana Xavier	6050718	10/03/1995
2	253977	Jaqueline Lehmkuhl Hasse	5009786	09/01/1989
3	266694	Juliana Maria Longen	37416073	20/07/1978
4	253995	Luana Franz De Oliveira	4725876	06/04/1989

## PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS - ARTES

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	249213	Angelica Silveira Sypriany Pereira	5748985	07/07/1992
2	258274	Debora Grach	5670444	10/03/1995
3	248552	Maira Weiss	4932829	24/06/1995
4	253349	MarcianeLuckmann Franca	1032485	30/03/1967
5	254244	Simone Cordeiro Dos Santos	4011946	07/04/1983

## PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS – EDUCAÇÃO FÍSICA

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	265953	Alisson Borges Dos Santos	5670467	20/07/1994
2	262528	Carina Sypriani	5473800	31/08/1987
3	242187	Deivid Dioni Monteiro	4573880	17/04/1992
4	246650	Hugo Filipe Klaumann	3512795	12/08/1985
5	249016	Milene Ramos	4052393	23/11/1977
6	244525	Samara Cabral	5142561	15/07/1996
7	242633	Vanessa De Souza	3674771	14/08/1982

## PROFESSOR DE INFORMÁTICA

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	260310	Janderson Machado	5471963	18/05/1994
2	268178	Jean Fabricio Paul	4932532	30/09/1993

## PROFESSOR DE LIBRAS

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	256203	Andreia Doerner Sens	4724957	28/12/1985
2	238674	Juliete Amaral	51428369	26/07/1989
3	260318	Neuza Sebold De Ameida	2253770	20/10/1967
4	257309	Patricia Pereira	50096710	27/04/1993

## PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	262527	Carina Sypriani	5473800	31/08/1987
2	264322	Claudinei Da Silveira	2259908	07/05/1975

3	258273	Debora Grach	5670444	10/03/1995
4	262239	Douglas Rafael Stupp	5987062	10/07/1989
5	268002	Guilherme Pereira	5670810	18/08/1995
6	243358	Kesia Silvia Demetrio	5670707	10/09/1997
7	239712	Renata Portes Dos Santos	51424282	07/01/1992
8	257608	Rodrigo Reis Silveira	4486020	16/06/1991
9	244524	Samara Cabral	5142561	15/07/1996
10	253192	Tatiani Becker	52795020	08/01/1989

## SEGUNDO PROFESSOR

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	252340	Aldo Jeremias	2121809	27/08/1967
2	240926	Carolina Becker	6856258	11/07/1998
3	262715	Luciani Da Silva Adamek	6937585	19/10/1988
4	248553	Maira Weiss	4932829	24/06/1995
5	252322	Maria Luiza Goedert Jeremias	22554297	26/04/1970
6	260319	Neuza Sebold De Ameida	2253770	20/10/1967

## ORIENTADOR SOCIAL

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	248573	Alexsandra Inacio	5670917	09/03/1996
2	265954	Alisson Borges Dos Santos	5670467	20/07/1994
3	240927	Carolina Becker	6856258	11/07/1998
4	247858	Catiane Aparecida Zappellini	4011758	11/10/1981
5	262240	Douglas Rafael Stupp	5987062	10/07/1989
6	251983	Elis Regina Da Rosa	4320644	07/05/1983
7	252128	Elisete De Oliveira Klettenberg	3674570	22/07/1975
8	260178	Fernanda Franz	5279854	10/01/1989
9	241402	JuceliHerdttBilk	31616240	21/10/1980
10	253798	Karina Kerschbaum	6257890	18/06/1996
11	265152	Katiana De Souza	4403493	24/06/1991
12	267555	KruistenPassig	5877552	31/05/1996
13	267397	Leonardo Martins	6682934	09/12/1995
14	258926	Lucimara Da Silva De Oliveira	24759350	12/03/1969
15	267736	Natalia Anacleto	6730978	01/12/1997
16	258713	Nayara Schneider	5670760	08/03/1994
17	241377	Raquel Francisco	3674760	18/11/1979
18	245145	Rubens Momm	5670618	21/11/1994
19	252967	Schalana De Oliveira Klettenberg	5670745	27/08/1997
20	253193	Tatiani Becker	52795020	08/01/1989
21	260285	Taynara Gabriela Damann	6050686	14/01/1998
22	262957	Vera Lucia Bittencourt	3833263	31/08/1980

## PSICÓLOGO

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	242941	Ana Paula Klaumann	4745834	25/05/1993
2	244454	Bianca Caroline Stein	52799565	17/07/1992
3	251984	Elis Regina Da Rosa	4320644	07/05/1983
4	249638	Tamara Furlan Capelin	4100109836	04/09/1993

**HOMOLOGAÇÃO EMPREGO EDITAL 02/2015**

HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC, torna público:

O presente Edital de Homologação dos Inscritos no Processo Seletivo para Emprego Público, objeto do Edital nº 02/2015, de 24 de novembro 2015, conforme Anexo Único, parte integrante deste Edital.

1. A Prova Escrita para todos os candidatos será realizada no dia 17/01/2016, das 9h às 13h, com duração mínima de 1h, na Escola de Educação Básica Otília Muller, situada na Avenida 29 de Novembro, nº 1672, Centro de Chapadão do Lageado – SC.

1.1. É obrigatória a apresentação de documento oficial com foto. Poderá ser exigido comprovante de inscrição. O candidato deverá estar munido de caneta esferográfica azul ou preta.

1.2. O portão de acesso ao local de prova será aberto às 8h15min e fechado às 9h.

Chapadão do Lageado, 11 de janeiro de 2016.

José Braulio Inácio

Prefeito Municipal

**ANEXO ÚNICO****ENFERMEIRO PADRÃO DO ESF**

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	248049	Daiana Caide Lopes	45737088	09/12/1986
2	245809	Djonatan Cesar Correa	3533385	05/04/1984
3	256050	Gabriela Helena Cabral De Souza	6151762	03/06/1993
4	267969	Gilvana Jastrombek	4071490	26/03/1983
5	247076	Julia Sebold	4573539	18/12/1985

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/PMCS/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/PMCS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/PMCS/2016

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços na área de segurança, medicina e higiene do trabalho.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 10h00min do dia 22/01/2016.

Abertura: Dia 22/01/2016, às 10h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 13h00min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 08 de janeiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

# Concórdia

## PREFEITURA

**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 173/2015 -PMC**

Contrato Nº : 173/2015  
Aditivo Nº : 1TA CTR 173/2015/2016  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : RAISA TURISMO EIRELI ME  
Licitação : Pregão Presencial 42/2015  
Objeto : contratação de empresa do ramo de transporte coletivo de passageiros, para a prestação de serviços, em regime de fretamento, para alunos e professores da Rede Municipal e Estadual de Ensino, para o ano letivo de 2015, com recursos oriundos de convênio com o Governo Federal FUNDEB, PNATE, Salário Educação, SDR e contrapartida do Município.  
Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 30/06/2016  
Assinatura : 30/12/2015  
Valor R\$: 95.000,00 (Noventa e Cinco Mil Reais)

Dotação : 57 - 06.002.2016.333903926000000.01360000

**EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 35/2014 -PMC**

Contrato Nº : 35/2014  
Aditivo Nº : 2TA Ctr 35/2014/2016  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : MARILEI PEREIRA CHURRASCARIA ME  
Licitação : Inexigibilidade 17/2014  
Objeto : Fornecimento de refeições para servidores que trabalham no interior do Município, durante o exercício de 2014.  
Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016  
Assinatura : 28/12/2015  
Valor R\$: 16.820,00 (Dezesseis Mil e Oitocentos e Vinte Reais)

Dotação : 179 - 11.001.2041.333903623000000.01000001

Dotação : 179 - 11.001.2041.333903941000000.01000001

**EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 36/2014 -PMC**

Contrato Nº : 36/2014  
Aditivo Nº : 2TA Ctr 36/2014/2016  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : EVANDRO MACAGNAN  
Licitação : Inexigibilidade 17/2014  
Objeto : Fornecimento de refeições para servidores que trabalham no interior do Município, durante o exercício de 2014.  
Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016  
Assinatura : 28/12/2015  
Valor R\$: 5.887,00 (Cinco Mil e Oitocentos e Oitenta e Sete Reais)

Dotação : 179 - 11.001.2041.333903623000000.01000001

Dotação : 179 - 11.001.2041.333903941000000.01000001

**EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 18/2013 -PMC**

Contrato Nº : 18/2013/2013  
Aditivo Nº : 3TA Ctr 18/2013/2016  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : LANCHONETE TUKE KOMES LTDA ME  
Licitação : Inexigibilidade 9/2013  
Objeto : Serviço fornecimento de refeições  
Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016  
Assinatura : 29/12/2015  
Valor R\$: 19.343,00 (Dezenove Mil e Trezentos e Quarenta e Três Reais)

Dotação : 94 - 07.001.2022.333903941000000.01000001

Dotação : 122 - 08.001.2027.333903941000000.01000001

Dotação : 179 - 11.001.2041.333903941000000.01000001

**EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 14/2013 -PMC**

Contrato Nº : 14/2013/2013  
Aditivo Nº : 4TA Ctr 14/2013/2016  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : RESTAURANTE LOSANGO LTDA - ME  
Licitação : Inexigibilidade 9/2013  
Objeto : Serviço fornecimento de refeições  
Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016  
Assinatura : 29/12/2015  
Valor R\$: 24.590,84 (Vinte e Quatro Mil, Quinhentos e Noventa Reais e Oitenta e Quatro Centavos)

Dotação : 94 - 07.001.2022.333903941000000.01000001

Dotação : 122 - 08.001.2027.333903941000000.01000001

Dotação : 179 - 11.001.2041.333903941000000.01000001

**EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 2/2013 -PMC**

Contrato Nº : 2/2013/2013  
Aditivo Nº : 6TA CT 2/2013/2016  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.  
Licitação : Pregão Presencial 117/2012  
Objeto : Contratação de empresa do ramo editorial jornalístico, para prestação de serviço de publicações legais, em jornal de circulação diária com abrangência estadual, durante o exercício de 2013.  
Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016  
Assinatura : 30/12/2015  
Valor R\$: 207.942,56 (Duzentos e Sete Mil, Novecentos e Quarenta e Dois Reais e Cinquenta e Seis Centavos)

Dotação : 21 - 04.001.2007.333903990000000.01000001

Dotação : 39 - 06.001.2012.333903990000000.01010000

Dotação : 94 - 07.001.2022.3339039900000000.01000001

Dotação : 122 - 08.001.2027.3339039900000000.01000001

Dotação : 138 - 09.001.2032.3339039900000000.01000001

Dotação : 156 - 10.001.2036.3339039900000000.01000001

Dotação : 177 - 11.001.2040.3339039900000000.01000001

Dotação : 211 - 13.001.2102.3339039900000000.01380002

Dotação : 224 - 13.001.2103.3339039900000000.01380003

Dotação : 240 - 15.001.2201.3339039900000000.01000001

Dotação : 281 - 16.001.2401.3339039900000000.01000001

Dotação : 295 - 17.001.2451.3339039900000000.01000001

Dotação : 312 - 18.001.2501.3339039900000000.01000001

#### **EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 68/2013 -PMC**

Contrato Nº : 68/2013

Aditivo Nº : 6TA CT68/2013/2016

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : EVANDRO SIEGA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 30/01/2016

Assinatura : 30/12/2015

Valor R\$ : 0,00 (Zero)

#### **EXTRATO 7º TA CONTRATO Nº 63/2013 -PMC**

Contrato Nº : 63/2013

Aditivo Nº : 7TA CT 63/2013/2016

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : VIAGENS DE TURISMO ZANETTI LTDA ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 30/01/2016

Assinatura : 30/12/2015

Valor R\$ : 0,00 (Zero)

#### **EXTRATO 9º TA CONTRATO Nº 84/2013 -PMC**

Contrato Nº : 84/2013

Aditivo Nº : 9TA CT84/2013/2016

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES HELLO LTDA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 30/01/2016

Assinatura : 30/12/2015

Valor R\$ : 0,00 (Zero)

#### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016-FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016 – FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de peças e contratação de serviços de mão de obra mecânica para conserto de veículo locado Renault Logan, placa MKJ 2331, sob chassi nº 93YLSR7UHCJ209870, ano 2012, para uso do Setor de Frotas do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 20/01/2016.

Abertura: dia 21/01/2016, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada na Atalípio Magarinos, 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

#### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2016-FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 02/2016 – FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10) para abastecimento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, quando em viagem para transporte de pacientes fora do Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 25/01/2016.

Abertura: dia 25/01/2016, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada na Atalípio Magarinos, 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

#### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2016-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2016 – PMC

Objeto: contratação de empresa através da modalidade MAIOR OFERTA POR ITEM para compra de resíduos de óleo lubrificante, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Maior Oferta Por Item.

Recebimento das propostas: até as 09h30min do dia 22/01/2016.

Abertura: dia 22/01/2016 às 10h00min.



Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 08 de janeiro de 2016.

ANTÔNIO COLUSSI

Secretário Municipal de Transportes

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016 – FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016 – FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de peças e contratação de serviços de mão de obra mecânica para conserto de veículo locado Renault Logan, placa MKJ 2331, sob chassi nº 93YLSR7UHCJ209870, ano 2012, para uso do Setor de Frotas do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 20/01/2016.

Abertura: dia 21/01/2016, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada na Atalípio Magarinos, 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL O&S Nº 2/2016-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2016- PMC

Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa do ramo de instalação e manutenção de redes de distribuição elétrica, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra) para execução da rede de distribuição de energia elétrica para o Carnaval 2016, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 25/01/2016.

Abertura: dia 26/01/2016, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 08 de janeiro de 2016.

JOSÉ ANTÔNIO SARETTA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em exercício

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 09/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 09/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do Convênio FNDE/PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola, no valor de R\$ 1.660,00 (um mil e seiscentos e sessenta reais).

Concórdia SC, 07 de janeiro de 2016.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo.

Secretário Municipal de Finanças

### **EXTRATO 10º TA CONTRATO Nº 75/2013 -PMC**

Contrato Nº : 75/2013

Aditivo Nº : 10TA CT75/2013/2016

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ODAIR CAGLIARI ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 30/01/2016

Assinatura : 30/12/2015

Valor R\$ : 0,00 (Zero)

### **EXTRATO 14º TA CONTRATO Nº 86/2013 -PMC**

Contrato Nº : 86/2013

Aditivo Nº : 14TA CT86/2013/2016

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES SIDE LA LTDA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 30/01/2016

Assinatura : 30/12/2015

Valor R\$ : 0,00 (Zero)

### **EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 7/2014 -PMC**

Contrato Nº : 7/2014

Aditivo Nº : 2TA Ctr 07/2014/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BERTA CORRETORA DE SEGUROS E IMOVEIS LTDA

Licitação : Dispensa de Licitação 6/2014

Objeto : Locação de Imóvel para ampliação de vagas do CMEI Zilda Silveira Neves.

Vigência : Início: 02/01/2016 Término: 01/01/2017

Assinatura : 23/12/2015

Valor R\$ : 16.522,80 (Dezesseis Mil, Quinhentos e Vinte e Dois Reais e Oitenta Centavos)

Dotação : 72 - 06.004.2018.333903910000000.01190000



**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 7/2015 -PMC**

Contrato Nº : 07/2015

Aditivo Nº : 1TA CT 7/2015/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES SIDE LA LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 133/2014

Objeto : Contratação de empresas do ramo de transporte coletivo de passageiros para prestação de serviços, em regime de fretamento, para alunos e professores das Redes Municipal e Estadual de Ensino, para o ano letivo de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 30/12/2015

Valor R\$ : 47.416,74 (Quarenta e Sete Mil, Quatrocentos e Dezesesseis Reais e Setenta e Quatro Centavos)

Dotação : 57 - 06.002.2016.333903926000000.01360000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01370003

**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 8/2014 -PMC**

Contrato Nº : 8/2014

Aditivo Nº : 2TA Ctr 08/2014/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ANTÔNIO CARLOS CHIUCHETTA

Licitação : Dispensa de Licitação 1/2014

Objeto : Locação de Imóvel para funcionamento do Centro Municipal de Educação Infantil Acalanto.

Vigência : Início: 02/01/2016 Término: 01/01/2017

Assinatura : 23/12/2015

Valor R\$ : 64.044,36 (Sessenta e Quatro Mil, Quarenta e Quatro Reais e Trinta e Seis Centavos)

Dotação : 72 - 06.004.2018.333903615000000.01190000

**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 8/2015 -PMC**

Contrato Nº : 08/2015

Aditivo Nº : 1TA CT 8/2015/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : EVANDRO SIEGA - ME

Licitação : Pregão Presencial 133/2014

Objeto : Contratação de empresas do ramo de transporte coletivo de passageiros para prestação de serviços, em regime de fretamento, para alunos e professores das Redes Municipal e Estadual de Ensino, para o ano letivo de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 30/12/2015

Valor R\$ : 21.794,08 (Vinte e Um Mil, Setecentos e Noventa e Quatro Reais e Oito Centavos)

Dotação : 57 - 06.002.2016.333903926000000.01360000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01370003

**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 96/2015 -PMC**

Contrato Nº : 96/2015

Aditivo Nº : 1TA CTR 96/2015/2016

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PROVIN E RAUBER LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 16/2015

Objeto : Contratação de empresa do ramo de transporte coletivo de passageiros, para a prestação de serviços, em regime de fretamento, para alunos e professores da Rede Municipal e Estadual de Ensino, para o ano letivo de 2015, com recursos oriundos de convênio com o Governo Federal FUNDEB, PNATE e contrapartida do Município.

Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 26/02/2016

Assinatura : 30/12/2015

Valor R\$ : 0,00 (Zero)

**EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 34/2014 -PMC**

Contrato Nº : 34/2014

Aditivo Nº : 2TA Ctr 34/2014/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : OTTO HIRT

Licitação : Inexigibilidade 17/2014

Objeto : Fornecimento de refeições para servidores que trabalham no interior do Município, durante o exercício de 2014.

Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 28/12/2015

Valor R\$ : 5.046,00 (Cinco Mil e Quarenta e Seis Reais)

Dotação : 179 - 11.001.2041.333903623000000.01000001

Dotação : 179 - 11.001.2041.333903941000000.01000001

**EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 11/2013 -PMC**

Contrato Nº : 11/2013/2013

Aditivo Nº : 3TA Ctr 11/2013/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ANDOGNINI &amp; CIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 9/2013

Objeto : Serviço fornecimento de refeições

Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 29/12/2015

Valor R\$ : 47.096,00 (Quarenta e Sete Mil e Noventa e Seis Reais)

Dotação : 94 - 07.001.2022.333903941000000.01000001

Dotação : 122 - 08.001.2027.333903941000000.01000001

Dotação : 179 - 11.001.2041.333903941000000.01000001

**EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 13/2013 -PMC**

Contrato Nº : 13/2013/2013

Aditivo Nº : 3TA Ctr 13/2013/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : RESTAURANTE E CHURASCARIA ESPELHO DA TRADIÇÃO LTDA - ME

Licitação : Inexigibilidade 9/2013

Objeto : Serviço fornecimento de refeições

Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 29/12/2015  
Valor R\$ : 52.142,00 (Cinquenta e Dois Mil e Cento e Quarenta e Dois Reais)

Dotação : 94 - 07.001.2022.333903941000000.01000001

Dotação : 122 - 08.001.2027.333903941000000.01000001

Dotação : 179 - 11.001.2041.333903941000000.01000001

### **EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 15/2013 -PMC**

Contrato Nº : 15/2013/2013  
Aditivo Nº : 3TA Ctr 15/2013/2016  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : MÁRIO GUGEL - ME  
Licitação : Inexigibilidade 9/2013  
Objeto : Serviço fornecimento de refeições  
Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016  
Assinatura : 29/12/2015  
Valor R\$ : 14.297,00 (Quatorze Mil e Duzentos e Noventa e Sete Reais)

Dotação : 94 - 07.001.2022.333903941000000.01000001

Dotação : 122 - 08.001.2027.333903941000000.01000001

Dotação : 179 - 11.001.2041.333903941000000.01000001

### **EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 17/2013 -PMC**

Contrato Nº : 17/2013/2013  
Aditivo Nº : 4TA Ctr 17/2013/2016  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : RESTAURANTE TIBOLA & TIBOLA LTDA ME  
Licitação : Inexigibilidade 9/2013  
Objeto : Serviço fornecimento de refeições  
Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016  
Assinatura : 29/12/2015  
Valor R\$ : 23.127,50 (Vinte e Três Mil, Cento e Vinte e Sete Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação : 94 - 07.001.2022.333903941000000.01000001

Dotação : 122 - 08.001.2027.333903941000000.01000001

Dotação : 179 - 11.001.2041.333903941000000.01000001

### **EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 3/2014 -PMC**

Contrato Nº : 3/2014  
Aditivo Nº : 3TA CT 3/2014/2016  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : TURBONET PROVEDOR LTDA ME  
Licitação : Pregão Presencial 131/2013  
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de Internet com no mínimo 1IP válido e fixo, com garantia de 50% de banda para ser utilizado nas Unidades Escolares Municipais, NTM, Almoxarifado, Sala de Fonoaudiologia e Centros Municipais de Educação Infantil- CMEI's, da sede Municipal para o exercício 2014 conforme descrições constantes dos anexos A? e B? deste edital.  
Vigência : Início: 02/01/2016 Término: 01/01/2017

Assinatura : 30/12/2015  
Valor R\$ : 44.256,24 (Quarenta e Quatro Mil, Duzentos e Cinquenta e Seis Reais e Vinte e Quatro Centavos)

Dotação : 57 - 06.002.2016.333903997000000.01360000

Dotação : 73 - 06.004.2018.333903997000000.01360000

### **EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 14/2012 -PMC**

Contrato Nº : 14/2012/2012  
Aditivo Nº : 5TA Ctr14/2012/2016  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : SUPERLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP  
Licitação : Pregão Presencial 97/2011  
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO DE INTERNET BANDA LARGA  
Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016  
Assinatura : 24/12/2015  
Valor R\$ : 11.442,24 (Onze Mil, Quatrocentos e Quarenta e Dois Reais e Vinte e Quatro Centavos)

Dotação : 177 - 11.001.2040.333903997000000.01000001

### **EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 292/2011 -PMC**

Contrato Nº : 292/2011/2012  
Aditivo Nº : 6TA CT 292/2011/2016  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
Licitação : Pregão Presencial 68/2011  
Objeto : serviços de confecção e cobrança de carnês de tributos, para o exercício de 2016.  
Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016  
Assinatura : 30/12/2015  
Valor R\$ : 190.500,00 (Cento e Noventa Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 36 - 05.001.2010.333903981000000.01000001

### **EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 69/2013 -PMC**

Contrato Nº : 69/2013  
Aditivo Nº : 6TA CT69/2013/2016  
Tipo Aditivo : Prazo  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : FAMAS TRANSPORTES COLETIVO LTDA  
Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013  
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.  
Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 30/01/2016  
Assinatura : 30/12/2015  
Valor R\$ : 0,00 (Zero)

### **EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 80/2013 -PMC**

Contrato Nº : 80/2013  
Aditivo Nº : 6TA CT80/2013/2016  
Tipo Aditivo : Prazo  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : TRANSKUNZLER-TUR LTDA ME  
Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013  
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.  
Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 30/01/2016  
Assinatura : 30/12/2015  
Valor R\$ : 0,00 (Zero)

**EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 81/2013 -PMC**

Contrato Nº : 81/2013

Aditivo Nº : 6TA CT81/2013/2016

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES 29 DE JULHO LTDA ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 30/01/2016

Assinatura : 30/12/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

**EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 01/2015 – FMAS**

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 01/2015 – FMAS

ESPÉCIE: Justificativa da dispensa de edital de chamamento público e realização do termo de Colaboração a ser celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a VOLUNTÁRIOS DA SOLIDARIEDADE, inscrita no CNPJ sob nº 05.399.549/0001-14, representada pela sua Presidente, senhora LENIR TERESINHA KOBS.

OBJETO: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social Básica, destinado ao Benefício Eventual de Vulnerabilidade Temporária

VALOR: R\$ 60,00 (sessenta reais) por benefício, podendo chegar até o valor de R\$ 25.200,00 (vinte cinco mil e duzentos reais) ano.

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2016, a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração.

**EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 02/2015 – FMAS**

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 02/2015 – FMAS

ESPÉCIE: Justificativa da dispensa de edital de chamamento público e realização do termo de Colaboração a ser celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a SOCIEDADE CONCORDIENSE DE AUXILIO FRATERNAL - SCAF, inscrita no CNPJ sob nº 83.575.167/0001-08, representada pelo seu Presidente, senhor GILMAR JOÃO DE BRITO.

OBJETO: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social Básica, destinado a realização do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos crianças e adolescentes de 5 a 17 anos.

VALOR: R\$ 95,00 (noventa e cinco reais) por criança/adolescente atendido, podendo chegar até o valor de R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais) ano.

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2016, a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração.

**EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 03/2015 – FMAS**

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 03/2015 – FMAS

ESPÉCIE: Justificativa da dispensa de edital de chamamento público e realização do termo de Colaboração a ser celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, inscrita no CNPJ sob nº 83.076.232/0001-50, representada pelo seu Presidente, senhor DARCI RODRIGUES DA SILVA.

OBJETO: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social Básica, destinado a realização do serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência mental.

VALOR: R\$ 100,00 (cem reais) por pessoa atendida, podendo chegar até o valor de R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais) ano.

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2016, a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração.

**EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 04/2015 – FMAS**

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 04/2015 – FMAS

ESPÉCIE: Justificativa da dispensa de edital de chamamento público e realização do termo de Colaboração a ser celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS - APAS, inscrita no CNPJ sob nº 08.361.094/0001-36, representada pela sua Presidente, senhora IDAMARA ARTIFON MAGNANI.

OBJETO: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social Básica, destinado a realização do serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência – outras deficiências.

VALOR: R\$ 100,00 (cem reais) por pessoa atendido, podendo chegar até o valor de R\$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais) ano.

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2016, a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração.

**EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 05/2015 – FMAS**

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 05/2015 – FMAS

ESPÉCIE: Justificativa da dispensa de edital de chamamento público e realização do termo de Colaboração a ser celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a UNIÃO MUNICIPAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE CONCÓRDIA - UMAMC, inscrita no CNPJ sob nº 80.638.216/0001-16, representada pelo seu Presidente, senhor JANIO DE OLIVEIRA

OBJETO: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para ações de assessoramento e garantia de direitos.

VALOR: R\$ 485,00 (quatrocentos e oitenta e cinco reais) por ação realizada, podendo chegar até o valor de R\$ 34.920,00 (trinta e

quatro mil e novecentos e vinte reais) ano.

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2016, a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração.

#### **EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 06/2015 – FMAS**

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 06/2015 – FMAS

ESPÉCIE: Justificativa da dispensa de edital de chamamento público e realização do termo de Colaboração a ser celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, inscrita no CNPJ sob nº 83.076.232/0001-50, representada pelo seu Presidente, senhor DARCI RODRIGUES DA SILVA.

OBJETO: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social Especial de Média Complexidade, destinado a realização do serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias – Centro Dia.

VALOR: R\$ 288,26 (duzentos e oitenta e oito reais e vinte e seis centavos) por usuário atendido por turno, podendo chegar até o valor de R\$ 69.182,40 (sessenta e nove mil cento e oitenta e dois reais e quarenta centavos) ano.

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2016, a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração.

#### **EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 07/2015 – FMAS**

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 07/2015 – FMAS

ESPÉCIE: Justificativa da dispensa de edital de chamamento público e realização do termo de Colaboração a ser celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a ASSOCIAÇÃO RECANTO DO IDOSO DE CONCÓRDIA - ARIC, inscrita no CNPJ sob nº 06.540.506/0001-70, representada pelo seu Presidente, senhor NELSO BONISSONI

OBJETO: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, destinado a realização do serviço acolhimento institucional para pessoas idosas.

VALOR: R\$ 1.380,00 (um mil trezentos e oitenta reais) por idoso atendido por mês, podendo chegar até o valor de R\$ 182.160,00 (cento e oitenta e dois mil e cento e sessenta reais) ano.

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2016, a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração.

#### **EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 08/2015 – FMAS**

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 08/2015 – FMAS

ESPÉCIE: Justificativa da dispensa de edital de chamamento público e realização do termo de Colaboração a ser celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a ASSOCIAÇÃO

COMUNITÁRIA RENOVAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO DA FAMÍLIA - ACRIF, inscrita no CNPJ sob nº 09.479.895/0001-63, representada pela sua Presidente, senhora VANIA PEDROSO

OBJETO: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, destinado a realização do serviço acolhimento institucional para adultos e famílias na modalidade de Casa de Passagem.

VALOR: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mês para até 5 vagas e R\$ 10,00 (dez reais) dia por vaga excedente, podendo chegar até o valor de R\$ 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais) ano.

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2016, a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração.

#### **EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 09/2015 – FMAS**

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 09/2015 – FMAS

ESPÉCIE: Justificativa da dispensa de edital de chamamento público e realização do termo de Colaboração a ser celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a SOCIEDADE CASA DE APOIO MÃO SOLIDÁRIA, inscrita no CNPJ sob nº 12.505.298/0001-70, representada pela sua Presidente, senhora LENIR TERESINHA KOBBS

OBJETO: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, destinado a realização do serviço acolhimento institucional para adultos e famílias na modalidade de Casa de Passagem.

VALOR: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mês para até 5 vagas e R\$ 10,00 (dez reais) dia por vaga excedente, podendo chegar até o valor de R\$ 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais) ano.

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2016, a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração.

#### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2016-FMS**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 1/2016 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde, torna público que ratificou o ato do senhor Vilson Anivo Haefliger, Diretor Administrativo, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do Inciso V, do artigo 38 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 04 de janeiro de 2016, para aquisição de combustível (gasolina comum e óleo diesel S10), em caráter emergencial, tendo em vista o abastecimento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, a favor da empresa AUTO POSTO MEDITERRANEO LTDA, no valor de R\$ de R\$ 6.180,00 (seis mil cento e oitenta reais).

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS



**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2016-FMS**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2016 - FMS**

O Fundo Municipal de Saúde, torna público que ratificou o ato do senhor Vilson Anivo Haefliger, Diretor Administrativo, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do Inciso V, do artigo 38 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 05 de janeiro de 2016, para aquisição de óleo diesel S10 para abastecimento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, quando em viagem para transporte de pacientes fora do Município de Concórdia a favor da empresa COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES SÃO JORGE LTDA, no valor de R\$ 3.079,00 (três mil e setenta e nove reais).

ALESSANDRO VERNIZE  
Gestor do FMS

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2016-FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2016 - FMS**

O Fundo Municipal de Saúde torna público que ratificou o ato do senhor Vilson Anivo Haefliger, Diretor Administrativo, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do Inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 07 de janeiro de 2016, para Contratação serviço de Coleta, Transporte, Tratamento e Disposição Final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados pelas unidades do Fundo Municipal de Saúde, a favor da empresa SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

ALESSANDRO VERNIZE  
Gestor do FMS

## PRESTAÇÃO DE CONTAS BALANCETE FINANCEIRO PERÍODO DE REFERÊNCIA: DEZEMBRO / 2015-IPRECON

Pag 1 / 2

## IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Prestação de Contas  
Balancete Financeiro  
Período de Referência: Dezembro / 2015



BALANÇO FINANCEIRO		
INGRESSOS		
	Nota	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)		29.003.082,32
Ordinária		6.000,00
Vinculada		28.997.082,32
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		4.629.416,54
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		26.782,40
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.395.623,58
Outros Recebimentos Extraorçamentários		3.207.010,56
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		78.099.688,76
Caixa e Equivalentes de Caixa		42.476,13
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.596,81
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		78.043.615,82
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		111.732.187,62
DISPÊNDIOS		
	Nota	Exercício Atual
Despesa Orçamentária (VI)		8.884.919,78
Ordinária		5.009,00
Vinculada		8.879.910,78
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		1.418.767,26
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		23.143,68
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.395.623,58
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		101.428.500,58
Caixa e Equivalentes de Caixa		27.062,89
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.596,81

Identificador: WPR1491102-1735-GHCC-189938777 - Emitido por: ONEIDE BERTOLINI

IPM - Informática Ltda

08/01/2016 08:46

**IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

Pág 2 / 2

Prestação de Contas

Balancete Financeiro

Período de Referência: Dezembro / 2015



DISPÊNDIOS		
	Nota	Exercício Atual
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		101.387.840,88
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>111.732.187,62</b>

**Notas Explicativas**

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, Data Emissão 31/12/2015, Hora emissão 08:46:43

Notas:

ONEIDE BERTOLINI  
Contadora  
CRC/SC 027.452/O-5

LUCILENE L. LAZZAROTTI  
Diretora-Presidente

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1491102-1735-GHCC-189938777 - Emitido por: ONEIDE BERTOLINI

08/01/2016 08:46



# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 01/2016  
Contratado: JURECI GOLLO GRANDO  
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR, OFICINAS DO CRAS E SALA DE CURSOS QUE SERÃO REALIZADOS DURANTE O ANO  
Valor total: R\$ 31.345,80  
Vigência: 31/12/2016  
Fundamento Legal: É dispensável a licitação Art. 24 da Lei 8.666/93  
X - para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem à sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado segundo a avaliação prévia.  
Coronel Freitas (SC) 04 de JANEIRO de 2016  
CESAR L. MARTINELLI  
Prefeito Municipal

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2016

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 03/2016  
Contratado: ANTONIO FERNANDES BARRO  
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL DE 238,88 M² PARA GUARDAR ODORNOS NATALINOS  
Valor total: R\$ 20.065,92  
Vigência: 31/12/2016  
Fundamento Legal: É dispensável a licitação Art. 24 da Lei 8.666/93  
X - para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem à sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado segundo a avaliação prévia.  
Coronel Freitas (SC) 08 de Janeiro de 2016  
CESAR L. MARTINELLI  
Prefeito Municipal

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 02/2016  
Contratado: MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ  
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DA CASA COLO-NIAL  
Valor total: R\$ 8.893,56  
Vigência: 31/12/2016  
Fundamento Legal: É dispensável a licitação Art. 24 da Lei 8.666/93  
X - para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem à sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado segundo a avaliação prévia.  
Coronel Freitas (SC) 08 de JANEIRO de 2016  
CESAR L. MARTINELLI  
Prefeito Municipal

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2016

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 05/2016  
Contratado: PAULO ZOTTIS  
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA GUARDA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
Valor total: R\$ 19.296,00  
Vigência: 31/12/2016  
Fundamento Legal: É dispensável a licitação Art. 24 da Lei 8.666/93  
X - para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem à sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado segundo a avaliação prévia.  
Coronel Freitas (SC) 08 de JANEIRO de 2016  
CESAR L. MARTINELLI  
Prefeito Municipal

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2016**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Dispensa de Licitação Nº 06/2016  
Contratado: LUIZ PROVENSI SOBRINHO  
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL DE 155 M² PARA O FUNCIONAMENTO DO BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR  
Valor total: R\$ 21.141,36  
Vigência: 31/12/2016  
Fundamento Legal: É dispensável a licitação Art. 24 da Lei 8.666/93  
X - para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem à sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado segundo a avaliação prévia.  
Coronel Freitas (SC) 08 de JANEIRO de 2016  
CESAR L. MARTINELLI  
Prefeito Municipal

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº04/2016**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Dispensa de Licitação Nº 04/2016  
Contratado: CELSO CARLOS LEITES  
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM ÁREA DE 1800 m², PROTEGIDO POR CERCA, LOCALIZADO NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, COM BARRACÃO DE ALVENARIA ANEXO COM ÁREA DE 300 m².  
Valor total: R\$ 21.141,36  
Vigência: 31/12/2016  
Fundamento Legal: É dispensável a licitação Art. 24 da Lei 8.666/93  
X - para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem à sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado segundo a avaliação prévia.  
Coronel Freitas (SC) 08 de janeiro de 2016  
Cesar L. Martinelli  
Prefeito Municipal

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 001 DE 07 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 001 DE 07 DE JANEIRO DE 2016

DECRETA PONTO FACULTATIVO PELO FALECIMENTO DO EX-SERVIDOR, SENHOR AUDELINO BELATTO.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/94,

Considerando os relevantes serviços prestados ao Município, resolve;

#### DECRETAR:

Art. 1º PONTO FACULTATIVO, no dia 07 de Janeiro de 2016, em todas repartições públicas, em virtude do falecimento do Ex-Servidor Público Municipal, Sr. Audelino Belatto.

Parágrafo único. Nas Secretarias Municipais de Saúde e de Agricultura e Meio Ambiente, deverá ser mantido os serviços de Plantão/Sobre-aviso e de Urgência/Emergência.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 07 de Janeiro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

### PORTARIA Nº. 003 DE 06 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 003 DE 06 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

#### CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora, Juliana Alves Brum, ocupante do Cargo de provimento em comissão de Assessora de Secretaria, por um período de 15(quinze) dias, a partir do dia 05 a 19 de janeiro de 2016, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 06 de janeiro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

# Curitibanos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.692/2015

DECRETO Nº 4.692/2015

ESTABELECE PRAZO DE VENCIMENTOS E DESCONTOS NO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA PARA 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, e na forma do artigo 241 e seu parágrafo único da Lei Complementar nº 028 de 17/12/2002 - Código Tributário Municipal com a nova redação da Lei Complementar n. 111/2014,

#### DECRETA

Art. 1º - Ficam fixadas em seis o número de parcelas para pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, com vencimento nas datas abaixo relacionadas, referente ao exercício financeiro de 2016:

- 1ª parcela – 11 de abril de 2016
- 2ª parcela – 11 de maio de 2016
- 3ª parcela – 13 de junho de 2016
- 4ª parcela – 11 de julho de 2016
- 5ª parcela – 11 de agosto de 2016
- 6ª parcela – 12 de setembro de 2016.

Art. 2º - Para o pagamento à vista do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU no exercício financeiro de 2016, fica fixado em 15% (quinze por cento) o desconto em parcela única, com vencimento em 11 de março de 2016 ou 10% (dez por cento) de desconto para pagamento, à vista, em 11 de abril de 2016.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 21 de dezembro de 2015.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 4.693/2015

DECRETO Nº 4.693/2015

ATUALIZA VALOR DA UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO – UFM.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, e na forma determinada pelo § 1º do artigo 396 da Lei Complementar nº 028/2002 - Código Tributário Municipal

#### DECRETA

Art. 1º - Fica fixada em R\$ 45,55 (quarenta e cinco reais, cinquenta e cinco centavos) o valor da Unidade Fiscal do Município - UFM, para o exercício de 2016, conforme índice de reajuste do IPCA

no percentual de 10,4762 %, na forma determinada pelo § 1º do artigo 396 do Código Tributário Municipal.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Curitibanos, 21 de dezembro de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 4.694/2015

DECRETO Nº 4.694/2015

SUSPENDE EXPEDIENTE DAS REPARTIÇÕES MUNICIPAIS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos.

#### DECRETA

Art. 1º - Fica suspenso o expediente em todas as repartições públicas municipais de Curitibanos, nos dias 23/12/2015 – quarta-feira ao dia 03 de janeiro de 2016, em virtude das comemorações relativas ao Natal 2015 e Ano novo.

Art. 2º - Não será facultativo o ponto nas repartições públicas municipais cujos serviços são considerados essenciais e não podem, por sua natureza, ser suspensos, mesmo que temporariamente.

Art. 3º. As secretarias Municipais ficam autorizadas a organizar suas respectivas tabelas de férias no período de dezembro/2015 e janeiro/2016.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 21 de dezembro de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 4.695/2015**

DECRETO Nº 4.695/2015

REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei n. 5.329/2014

DECRETA

Art. 1º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento do Fundo Municipal de Educação no valor de R\$ 284.000,00 (duzentos e oitenta e quatro mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.329/2014

## DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.2034 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS

3190000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 230.000,00

3350000000.00.1001 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR ..... R\$ 54.000,00

## PARA A MODALIDADE DE APLICAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.2034 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS

3390000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 284.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 21 de dezembro de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

Kleberson Luciano Lima

Secretário de Educação e Cultura

**DECRETO Nº 4.696/2015**

DECRETO Nº 4.696/2015

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba

DECRETA

Art. 1º. Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN nº 548 de 24 de setembro de 2015 os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir do ano de 2015:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 – Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	01/01/2022
1.2 – Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	01/01/2022
2 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 – Registro das obrigações e provisões por competência	01/01/2021
2.2 – Divulgação de cada classe de provisão.	01/01/2021
3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 – Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	01/01/2021
4 – Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 – Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	01/01/2021
4.2 – Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	01/01/2021
4.3 – Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	01/01/2021
5 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 – Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	01/01/2024
5.2 – Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	01/01/2024
5.3 – Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	01/01/2024
5.4 – Registro contábil dos ativos de infraestrutura	01/01/2024
6 – Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 – Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	01/01/2021
8.2 – Implementação de controle de estoque/almoxarifado.	01/01/2023

Art. 2º. Ficam automaticamente prorrogados os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º. Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto n. 4529/2014 e disposições em contrário.

Curitiba, 21 de dezembro de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal  
Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças



**EDITAL Nº 001/2016**

EDITAL nº 001/2016

CREDENCIAMENTO DE MÚSICOS/ARTISTAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE ENTRETENIMENTO PARA OS GRUPOS DE IDOSOS DA COMUNIDADE JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, obedecendo aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que devem nortear a administração pública, faz saber que, estarão abertas inscrições para a seleção de Artistas interessados em prestar serviços como Músicos para o ano de 2016, na Secretaria de Assistência Social e Habitação.

**1. DO OBJETO**

1.1 O presente edital visa o credenciamento de profissionais interessados em prestar serviços para a Municipalidade de CURITIBANOS-SC como Músicos para o ano de 2016, consistente em apresentação musical de 4 horas semanais em evento que visa o entretenimento e a inclusão social para os idosos munícipes.

0.2 O quadro abaixo ilustra os requisitos para habilitar o credenciamento do interessado conforme a necessidade da proponente:

0.3

Descrição
Artista: músico (pessoa física) ou dupla (pessoa jurídica), devidamente qualificado e habilitado para exercer a função, que possua experiência musical, que possua os instrumentos e aparelhos necessários para a execução de seu trabalho, ficando a seu critério o uso e/ou o quantitativo dos mesmos para a sua apresentação, com voz e som de qualidade, devendo no mínimo utilizar um instrumento (gaita, violão, teclado, etc.), que conheça, toque e cante músicas no estilo bandinha, música gaúcha e sertanejas atuais e mais antigas e demais ritmos dançantes próprios para o público idoso, sendo ciente que passará por apresentação classificatória para uma comissão avaliadora composta por membros da secretaria, do conselho do idoso e um profissional especializado em música em uma data previamente marcada.

**2. DAS ESPECIFICAÇÕES DA NECESSIDADE**

2.1 As apresentações acontecerão todas as quartas feiras das 14 horas até as 18 horas no espaço locado pela Prefeitura, atualmente no Clube do Deola, sito naAv. Duque de Caxias nº 291, Bairro Aparecida em Curitiba - SC onde todas as quartas acontecem atividades ao público idoso.

1.2 Os profissionais que se habilitarem deverão possuir e usar seus próprios equipamentos e instrumentos e tudo o mais pertinente ao desenvolvimento de sua apresentação conforme necessidade do mesmo.

1.3 Após classificação e contratação a apresentação de cada candidato será acompanhada por profissionais da secretaria e poderão ser canceladas e rescindidas a qualquer momento caso haja necessidade por parte da secretaria, diante do não cumprimento das condições acordadas ou em decorrência de não aprovação por parte do público destinado.

**3. DAS EXIGÊNCIAS GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO**

Serão admitidos a participar da presente seleção os candidatos que apresentarem:

3.1. Cumprimento a todas as exigências deste edital.

3.2. Comprovada qualificação e ou experiência documentada na área para o desenvolvimento da atividade proposta em questão;

3.3. Não pertencer ao quadro de funcionários da Prefeitura do Município de Curitiba.

3.4. Apresentar a documentação exigida.

3.5. Ser artista músico individual ou dupla, sendo vedado o credenciamento de bandas e conjuntos.

**4. DAS INSCRIÇÕES**

4.1 As inscrições estarão abertas a partir de 07 de janeiro

de 2016 das 13h00min às 17h00min, até o dia 07 de fevereiro de 2016 mediante a entrega, no ato da inscrição, dos documentos elencados abaixo, que deverão ser protocolizados na Secretaria de Assistência Social e Habitação, sito a Rua Marcos Gonçalves de Farias nº 427 no Bairro São José (Antigo CESEC).

4.1.1 Ficha de inscrição preenchida e assinada pelo candidato; anexo I do Edital

4.1.2 Carteira de identidade (fotocópia);

4.1.3 Cadastro de Pessoa Física (CPF) regular junto a Receita Federal (fotocópia) ou CNPJ caso pessoa jurídica;

4.1.4 Currículo Vitae, atualizado, com documentos que comprovem a qualificação e a experiência enquanto músico, demonstrando estar o proponente apto a desenvolver atividade musical na área proposta;

4.1.5 Declaração do proponente de ciência de que o seu credenciamento e possível seleção para integrar o credenciamento não gerará direito subjetivo a sua efetiva contratação e de que conhece e aceita incondicionalmente as regras do presente edital; Anexo II do Edital.

4.1.6 Declaração do proponente – sob pena da lei – de que não é funcionário público municipal de CURITIBANOS- SC; Anexo II do Edital.

**5. DA COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO**

5.1 A Comissão de credenciamento caberá à análise dos documentos apresentados pelos artistas e seus currículos, por meio de participação nas reuniões promovidas para estes fins sem, entretanto, atribuir qualquer colocação ou preferência.

5.2 A avaliação em audição seletiva será no dia 11/02/2016 para listagem final dos credenciados, sendo que estes farão uma apresentação musical onde deverão cantar três músicas nos estilos descritos anteriormente e exigidos para o credenciamento para avaliação da comissão que dará uma nota e que servirá para a classificação final.

5.3 A Comissão de credenciamento será composta por quatro membros, dois funcionários da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, um membro do Conselho do Idoso e um profissional de experiência na área musical.

5.4 Nenhum membro da Comissão de credenciamento poderá participar de forma alguma de projeto concorrente ou ter quaisquer vínculos profissionais ou empresariais com as propostas apresentadas, ou de parentesco com os proponentes.

5.5 A Comissão de credenciamento é soberana quanto ao mérito das decisões.

5.6 As apresentações para a comissão de avaliação ocorrerão no dia 11/02/2016 a partir das 13:30 horas em local a ser divulgado pela Secretaria.

**6. DA SELEÇÃO e HOMOLOGAÇÃO**

6.1 A Comissão de credenciamento será responsável pela análise e seleção dos currículos apresentados de acordo com a necessidade;

6.2 Após a análise e classificação na audição seletiva classificatória, a Comissão de credenciamento encaminhará a lista dos credenciados e fará publicação no átrio da Prefeitura Municipal, bem como no site do Município e no Diário dos Municípios.

6.3 Após devidamente credenciados, os artistas serão convocados em reunião pública onde será realizado um sorteio da ordem de apresentação.

6.4. A efetiva contratação somente ocorrerá depois de cumpridas todas as etapas classificatórias acima mencionadas.

**7. DOS RECURSOS**

7.1 No prazo de 03 dias úteis da publicação dos resultados poderão ser interpostos recursos através do protocolo junto à Comissão de credenciamento, no endereço constante no preâmbulo deste Edital.

7.2 Não serão aceitos recursos enviados pelo correio, fac-símile, correio eletrônico, ou qualquer outro meio de comunicação.



**8. DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO**

8.1 Os candidatos selecionados por este edital integrarão um banco de dados específico que terá prazo de validade até 01 (um) ano a contar da publicação dos resultados.

8.2 A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, segundo as necessidades e disponibilidade orçamentária, convocará os selecionados para contratação sempre respeitando os critérios de credenciamento e as formas de contratação aqui definidas.

8.3 Os selecionados serão convocados através do site do município ou por correspondência oficial ou telefônica e terão o prazo de até 03 dias úteis para apresentar os documentos relacionados a seguir:

- Cópia da cédula de identidade;
- Cópia do CPF(Física) e/ou CNPJ(Jurídica), caso dupla (CNPJ);
- Cópia do título de eleitor;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia do PIS/PASEP/NIT;
- Certidão Negativa de Tributos Municipais;
- Certidão Negativa estadual;
- Certidão Negativa federal e INSS;
- Certidão Negativa débitos trabalhistas;
- Documento da especialização referente – certificado e/ou declaração de experiência;
- Alvará da prefeitura;

**9. DA REMUNERAÇÃO**

8.1 Os artistas credenciados para músicos individualmente e que forem contratados receberão como contrapartida financeira pelos serviços prestados o pagamento de R\$ 200,00 (duzentos reais) por apresentação musical de 4 horas.

8.2 Os artistas credenciados como duplas e que forem contratados receberão como contrapartida financeira pelos serviços prestados o pagamento de R\$ 300,00 (trezentos reais) por apresentação musical de 4 horas e para a dupla.

8.3 O pagamento se dará mensalmente após apresentação de nota fiscal referente ao quantitativo das apresentações do mês.

**10. DAS PENALIDADES**

10.1 A inexecução parcial ou total do contrato, nos termos do disposto na Lei Federal nº 8.666/93, acarretará a aplicação,:

I - Advertência;

II - Pela inexecução parcial: multa de 20% do valor da parcela não executada do contrato;

III - Pela inexecução total: multa de 30% do valor total do contrato;

10.2 As penalidades previstas neste item serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação que rege a matéria.

**11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Os casos omissos relativos ao presente edital serão resolvidos pelo Gestor da Secretaria de Assistência Social, ouvidas as áreas competentes.

**12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Os recursos relativos às contratações que poderão advir deste credenciamento são pagos com recursos próprios do Município.

Curitiba, 06 de janeiro de 2016.

SECRETARIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO  
JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS

Anexo I

Ficha de Inscrição

Nome: \_\_\_\_\_

Nome Artístico: \_\_\_\_\_

( ) Individual ( ) Dupla

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: Rua: \_\_\_\_\_

N: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Estilo Musical: \_\_\_\_\_

Assinatura do Candidato

Curitiba, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Anexo II

Declaração

Declaro para os devidos fins de que meu credenciamento não gera direito subjetivo para efetiva contratação e que não exerço cargo ou função pública municipal na cidade de Curitiba.

Assinatura do Candidato

Curitiba, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2016**

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2016

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitiba e a empresa Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, com o valor total de R\$ 29.100,00 (Vinte e nove mil e cem reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA, GESTÃO DE OBRAS E DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SC, APROVADO PELO CIGA, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XIII DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 Inciso XIII – Na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XIII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 04 de Janeiro de 2016.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Membro

Talita Daiane Schwinden

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XIII dou como aprovada.

Curitiba, 04 de Janeiro de 2016.

Claudio Vieira França  
Procurador Geral do Município

**AUTORIZAÇÃO:**

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 04 de Janeiro de 2016.

Jose Antonio Guidi

Prefeito Municipal

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2016**

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2016

REFERENTE: Contrato de rateio firmado entre o Município de Curitiba e o COINCO, com o valor total de R\$ 634.380,00 (Seiscientos e trinta e quatro mil e trezentos e oitenta reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO TENDO EM VISTA O CONTRATO DE RATEIO COM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO - COINCO, REFERENTE A COLETA DE RESÍDUOS, OPERAÇÃO E ATERRO, CONFORME EXIGÊNCIA LEGAL, TENDO COMO AMPARO LEGAL O ART. 24 INCISO XXVI LEI 8.666/93..

**FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:**

- "Art. 24 Inciso XXVI – na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XXVI da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 06 de Janeiro de 2016.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Membro

Talita Daiane Schwinden

Membro

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XXVI dou como aprovada.

Curitibanos, 06 de Janeiro de 2016.

Claudio Vieira França  
Procurador Geral do Município

**AUTORIZAÇÃO:**

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 06 de Janeiro de 2016.

Jose Antonio Guidi

Prefeito Municipal

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2016**

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2016

REFERENTE: Contrato de rateio firmado entre o Município de Curitiba e o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, com o valor total de R\$ 59.520,00 (Cinquenta e nove mil e quinhentos e vinte reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO TENDO EM VISTA O CONTRATO DE RATEIO COM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE

- CIMCATARINA, REFERENTE AO DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS E AÇÕES DO PROGRAMA DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - PROLICITA, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, TENDO COMO AMPARO LEGAL O ART. 24, INCISO XXVI LEI 8.666/93.

**FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:**

- "Art. 24 Inciso XXVI – na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XXVI da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 06 de Janeiro de 2016.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Membro

Talita Daiane Schwinden

Membro

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XXVI dou como aprovada.

Curitibanos, 06 de Janeiro de 2016.

Claudio Vieira França  
Procurador Geral do Município

**AUTORIZAÇÃO:**

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 06 de Janeiro de 2016.

Jose Antonio Guidi

Prefeito Municipal

**LEI Nº 5.657/2015**

LEI Nº 5.657/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO BOM JESUS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Antonio Acir dos Santos, inscrito no CPF sob n. 550.345.350-68, do lote urbano no Bairro Bom Jesus, com área de 250,00m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados), situado ao lado sul da Rua Carlos Goetten, e faz esquina ao lado oeste da Rua Capitão Potiguara, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 12,50 metros com a Rua Carlos Goetten;

Ao Sul, 12,50 metros com Lennar Empreendimentos Imobiliários Ltda;

Ao Leste, 20,00 metros com a Rua Capitão Potiguara;

Ao Oeste, 20,00 metros com Terezinha Pires.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 18 de dezembro de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

### **LEI Nº 5.658/2015**

LEI Nº 5.658/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO NOSSA SRA. APARECIDA

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Maria Edite Tibes, inscrita no CPF sob n. 514.283.268-87, do lote urbano no Bairro Nossa Sra. Aparecida, com área de 628,00m<sup>2</sup> (seiscentos e vinte e oito metros quadrados), situado ao lado leste da Rua Euclides Prado, e dista 120,00m, ao norte da Rua Theodoro Agostini, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 40,00 metros com Marcio Roberto;  
Ao Sul, 40,00 metros com Moises Scolaro;  
Ao Leste, 15,70 metros com Neusa Terezinha Soares;  
Ao Oeste, 15,70 metros com Rua Euclides Prado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 18 de dezembro de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

### **LEI Nº 5.659/2015**

LEI Nº 5.659/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO BOM JESUS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Daniela da Cruz Palhano, inscrita no CPF sob n. 071.795.879-58, do lote urbano no Bairro Bom Jesus, com área de 250,56m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros cinquenta e seis decímetros quadrados), situado ao lado norte da Rua Augusto Groenner, e dista 11,00m, ao oeste da Rua Angelo Soncini, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 11,60 metros com Celso Tertuliano Dias;  
Ao Sul, 11,60 metros com a Rua Augusto Groenner;  
Ao Leste, 21,60 metros com Rodrigo Garcia de Jesus;  
Ao Oeste, 21,60 metros com Salomão da Silva Coelho.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 18 de dezembro de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

### **LEI Nº 5.660/2015**

LEI Nº 5.660/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO BOM JESUS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Maria Vilma Silvério Michel, inscrita no CPF sob n. 415.778.769-20, do lote urbano no Bairro Bom Jesus, com área de 312,00m<sup>2</sup> (trezentos e doze metros quadrados), situado ao lado oeste da Rua Pedro Ronsani, e dista 40,00m, ao sul da Rua Guerino Fontana, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 26,00 metros com Jairo Antonio Correa;  
Ao Sul, 26,00 metros com Ivete T. Souza França;  
Ao Leste, 12,00 metros com a Rua Pedro Ronsani;  
Ao Oeste, 12,00 metros com José Dinarte Mendes da Silva.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 18 de dezembro de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

### **LEI Nº 5.661/2015**

LEI Nº 5.661/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO LUIZ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Vera Lucia Alipio de Moraes de Campos, inscrita no CPF sob n. 037.726.039-80, do lote urbano no Bairro São Luiz, com área de 310,50m<sup>2</sup> (trezentos e dez metros e cinquenta decímetros quadrados), situado ao lado norte, do final da Rua Frei Justino Girardi, distando 16,60m, ao norte da Rua Virgílio Dolberth, via servidão, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 13,50 metros com a Rua Projetada, Oliveira Alves Fogaça;

Ao Sul, 13,50 metros com servidão;

Ao Leste, 23,00 metros, sendo 20,00m com Vanusa Tibes de Campos e 3,00m com servidão;

Ao Oeste, 23,00 metros, sendo 13,00m com Celso Leodoro Alves e 10,00m com patrimônio municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 18 de dezembro de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

### **LEI Nº 5.662/2015**

LEI Nº 5.662/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Zenaide Teresinha Rodrigues, inscrita no CPF sob n. 034.259.039-18, do lote urbano no Bairro Getulio Vargas, com área de 366,48m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta e seis metros e quarenta e oito decímetros quadrados), situado ao lado sul, da Rua Virgílio Alves de Moraes, distando 26,00m, da Rua Prudente Visconde de Moraes, via servidão, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 12,00 metros com a Rua Virgílio Alves de Moraes;

Ao Sul, 13,00 metros com Ewim Laurentino Schmidt;

Ao Leste, 28,10 metros com Madeiras Guthi IND. Com. Madeiras Ltda;

Ao Oeste, 31,50 metros com Marta de Souza Correa.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 18 de dezembro de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

### **LEI Nº 5.663/2015**

LEI Nº 5.663/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Marli Rodrigues, inscrita no 020.193.739-55, do lote urbano, Bairro Getulio Vargas, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), situado ao lado oeste da Rua José Rogério de Jesus, distando 38,00m ao norte da Rua Romeu Valdomiro Wordell, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 25,00 metros com o lote da mesma quadra;

Ao Sul, 25,00 metros com lote 12 da mesma quadra;

Ao Leste, 12,00 metros com a Rua José Rogério de Jesus;

Ao Oeste, 12,00 metros com o lote 06 da mesma quadra.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 18 de dezembro de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

### **LEI Nº 5.664/2015**

LEI Nº 5.664/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR TERMO ADITIVO À CONTRATO DE COMODATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Termo Aditivo ao Contrato de Comodato firmado com a Associação Agropecuária de Curitibanos, inscrita no CNPJ sob n. 83.452.854/0001-36, estabelecida neste município, objetivando a prorrogação do prazo de vigência do contrato de comodato autorizado através da Lei n. 2.462/1990 bem como a alteração de cláusulas contratuais.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 18 de dezembro de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças



# TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMODATO FIRMADO ENTRE A ASSOCIAÇÃO AGROPECUÁRIA DE CURITIBANOS E O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

ASSOCIAÇÃO AGROPECUÁRIA DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.452.854/0001-36, com sede à Rua Marechal Floriano, nº 217 – Bairro São Luiz, neste ato representada por seu Presidente, doravante denominada COMODANTE, e o MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à Rua Cel. Vidal ramos, 860, neste ato representado por seu titular, Sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, denominada COMODATÁRIA, firmam o presente instrumento, na forma autorizada pela Lei n. 5.664/2015 mediante as seguintes cláusulas e condições:

## DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato de comodato autorizado através da Lei n. 2.462/1990, bem como a alteração das Cláusulas aqui previstas como segue:

## DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

CLÁUSULA 2ª. Ficam acrescentados à Cláusulas Terceira, os parágrafos abaixo:

### Cláusula TERCEIRA . ( ...)

§ 1º. A COMODANTE poderá ceder o uso de parte da área descrita na cláusula primeira ou permitir novas construções por outras instituições sem fins lucrativos (através de instrumentos próprios de cessão ou comodato) desde que com a anuência expressa do Município junto ao instrumento respectivo e após aprovação por unanimidade da Comissão Organizadora do Parque, instituída pela Portaria 771/2015, comprometendo-se a instituição beneficiária com a conservação do imóvel e com o pagamento das taxas e impostos que recaírem sobre o imóvel objeto do comodato.

§ 2º. A instituição beneficiária contratante terá seu contrato rescindido caso altere o seu objeto social.

§ 3º. Fica vedado firmar cessão de uso ou contrato de comodato com Partidos Políticos e instituições religiosas.

CLÁUSULA 2ª. As cláusulas quinta, oitava e nona do contrato de comodato passam a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula QUINTA. Durante o prazo de vigência do contrato será permitido a realização de eventos pela COMODANTE, desde que comunicado a COMODATÁRIA com a antecedência mínima necessária.

Cláusula OITAVA. Findo o prazo contratual, não havendo renovação, as Obras e benfeitorias, necessárias e úteis, edificadas pelo COMODATÁRIO e INSTITUIÇÕES, passam a integrar o Patrimônio da COMODANTE.

Cláusula 9ª. Findo o contrato, o COMODATÁRIO e INSTITUIÇÕES que ali edificarem, deverão devolver imediatamente o imóvel à COMODANTE.

## DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

CLÁUSULA 3ª. O presente contrato tem o prazo prorrogado por mais 25 (vinte e cinco anos), vigorando a partir da data de assinatura do presente termo aditivo, com término previsto para 16/11/2040.

Parágrafo único. Caso o COMODATÁRIO não consiga edificar a arena multiuso dentro do prazo de 8 anos, prevalecerá a vigência do contrato original como termo final do comodato.

## DAS EDIFICAÇÕES A SEREM REALIZADAS PELA COMODANTE

CLÁUSULA 4º. Fica a COMODANTE desde já autorizada a realizar edificações dentro da área em questão, desde que não altere as construções já realizadas e respeite o plano diretor que será estabelecido para o parque devidamente aprovado pela Comissão Organizadora instituída pela Portaria nº 771/2015. Enquanto não for elaborado e homologado o Plano Diretor, as construções a serem realizadas deverão obter aprovação prévia da unanimidade dos membros da Comissão Organizadora.

## DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA 5ª. Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato de Comodato, firmado em 19 de outubro de 1990.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas, para que surtam os reais Direitos Jurídicos.

Curitiba/SC, 18 de novembro de 2015.

LUIZ MARCOS CRUZ

Presidente da Associação Agropecuária de Curitiba  
Comodante

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal  
Comodatário

Cláudio Vieira França

Procurador Geral do Município

## Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF/MF nº	CPF/MF:

## LEI Nº 5.665/2015

LEI Nº 5.665/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR PARCERIA COM MORADORES PARA FORNECIMENTO DE PEDRAS DE REVESTIMENTO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parceria com moradores das ruas abaixo relacionadas objetivando a conjugação de esforços para pavimentação e calçamento das vias públicas:

## I – Ruas área Total

R. Augusto Groener (rua Frederico Goetten até rua Carlos Goetten)	116 m x 10 m	1.160,00 m²
R. Alfredo Moraes Goetten	77 m X 10 m	770,00 m²
Rua Orlando Ganz	81 m X 12 m	972 m²
Rua Felipe Granemann	115m X 10 m	1.150,00 m²

Art. 2º. Caberá ao Município o fornecimento de lajotas ou paralelepípedos , bem como o nivelamento das ruas e assessoramento técnico, devendo os moradores responsabilizar-se pela execução do projeto e seus respectivos custos, dentre os quais, meio fio, pó de pedra, Mão de obra do calceteiro e tubos se necessário para a rede pluvial, devendo ainda os moradores indicar um representante para execução da obra.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de dezembro de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Hercilio Beppler

Secretário Municipal Transportes e Obras

## **LEI Nº 5.666/2015**

LEI Nº 5.666/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM A IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar termo de cessão de uso com a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, objetivando a cessão de uma sala localizada no prédio anteriormente utilizado pelo C.E.I Getúlio Vargas, Loteamento Santa Fé, praça da quadra X, entre as quadras U, S e V, nesta cidade, conforme matrícula registrada sob nº 11.671, com a finalidade de acolhimento e trabalho social junto à comunidade.

Art. 2º - O prazo da presente cessão de direito real de uso será de 05 (cinco) anos, iniciando a partir da data da publicação desta lei.

Parágrafo Único: Poderá o imóvel retornar ao Município de Curitiba, antes do prazo previsto no artigo 2º, mediante notificação prévia de, no mínimo 30 dias.

Art. 3º - É vedado à entidade gravar qualquer ônus do imóvel cedido, oferecê-lo em garantia de dívida ou obrigação de qualquer espécie.

Art. 4º - A beneficiária responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel, sem prejuízo da finalidade prevista nesta lei.

Art. 5º - Findas as razões justificadores da cessão ou extinto o prazo previsto nesta lei, sem prorrogação, o imóvel e suas benfeitorias serão restituídos ao município.

Art. 6º - Caso a área cedida seja utilizada de forma contrária à prevista nesta lei, em desvio de finalidade ou ocorrendo cessação de suas atividades a que se propõe, o bem imóvel e suas benfeitorias reverterão automaticamente ao Poder Público Municipal, independentemente de indenização.

Art. 7º - A conservação, zelo e segurança do imóvel cedido constituem obrigações permanentes e indeclináveis da beneficiária.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de dezembro de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL**

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Curitiba e a Igreja Evangélica Assembleia de Deus.

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, o MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, inscrito no CNPJ sob o nº 83.754.044/0001-34, sito à Avenida Coronel Vidal Ramos, nº 860, neste ato representado pelo Exmo. Sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, doravante denominado CEDENTE e de outro lado IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS, inscrito no CNPJ sob o nº 83.757.633/0001-76, neste ato representado pelo Excelentíssimo Pastor Presidente Breno Melo da Costa, doravante denominado CESSIONÁRIO celebram, de comum acordo, o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 5.666/2015 de 18/12/2015 e no § 1º do artigo 105 da Lei Orgânica do Município, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O MUNICÍPIO, através do presente instrumento, permite ao CESSIONÁRIO a utilização, de forma gratuita, da sala localizada no prédio anteriormente utilizado pelo C.E.I Getúlio Vargas, Loteamento Santa Fé, praça da quadra X, entre as quadras U, S e V, no Município de Curitiba/SC, conforme matrícula registrada sob nº 11.671.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES**

2.1. São obrigações do Cessionário:

- a) zelar pela limpeza e cuidado com o patrimônio público, promovendo a limpeza do local.
- b) devolver o imóvel no estado que se encontra após o termino da presente cessão.
- c) Zelar pela conservação do local, responsabilizando-se integralmente por eventuais danos por si, ou por seus equipamentos, causados na realização dos serviços.
- d) Instalar medidor de energia elétrica em seu nome e efetuar o pagamento.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – USO E ATIVIDADE**

3.1. A presente cessão destina-se ao uso exclusivo do cessionário, vedada sua utilização, a qualquer título, bem como a sua cessão ou transferência, para pessoa ou entidade estranha a este Termo.

3.2. É vedado o uso do local para a realização de serviços não ligados à atividade ou para eventos particulares.

3.3. O CESSIONÁRIO fica diretamente vinculado aos órgãos municipais, no que tange ao uso do imóvel objeto da presente Cessão.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA**

O prazo da presente cessão de uso será de 05 (cinco) anos, iniciando a partir da data da publicação da lei autoizativa, podendo ser renovada por igual período, desde que antes do vencimento do prazo acima outra entidade não manifeste interesse pelo uso do imóvel e existir interesse público que o justifique, mediante prévia anuência da Câmara Municipal.

§1º Poderá o imóvel retornar ao Município de Curitiba, antes do prazo previsto nesta cláusula, mediante notificação prévia de 30 dias.



§2º Findas as razões justificadoras da cessão ou extinto o prazo previsto nesta cláusula, sem prorrogação, o bem será restituído ao Município.

#### CLÁUSULA QUINTA – PROIBIÇÕES

5.1. É proibido ao CESSIONÁRIO:

- a) transferir, ceder, emprestar, ou locar o espaço objeto desta cessão;
- b) desenvolver, com o equipamento, atividades estranhas à permitida.

#### CLÁUSULA SEXTA - SANÇÕES

6.1. O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste Termo, confere ao MUNICÍPIO o direito de aplicar a CESSIONÁRIA as seguintes penalidades, além das já mencionadas expressamente neste instrumento:

- a) advertência;
- b) multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais)
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CESSIONÁRIA ressarça a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".
- e) revogação da Cessão de Uso;

6.2. As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, quando tal for viável, ou sucessivamente, a critério do MUNICÍPIO, facultada a prévia defesa do interessado em um prazo de 05 (cinco) dias úteis, em processo administrativo especialmente aberto para tal fim.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Os eventuais consertos e manutenções do espaço permitido correrão à conta da cessionária

7.5. Havendo uso indevido do equipamento, o MUNICÍPIO poderá exigir a imediata paralisação das atividades do Cessionário bem como a devolução do equipamento sem prejuízo das demais penalidades.

#### CLÁUSULA OITAVA - REVOGAÇÃO

8.1. Constituem motivos para a revogação da presente cessão de uso:

- a) o não cumprimento ou o cumprimento irregular das condições previstas no presente Termo, bem como o não cumprimento de legislação federal, estadual ou municipal aplicável à espécie;
- b) o atraso injustificado no cumprimento das condições previstas neste Termo ou de quaisquer outras expedidas pelo MUNICÍPIO;
- c) o cometimento reiterado de falta punida em virtude de descumprimento deste Termo;
- d) a alteração das finalidades institucionais do Cessionário sem prévia e expressa concordância do MUNICÍPIO;
- e) razões de interesse, necessidade ou utilidade públicas, devidamente justificada a conveniência do ato;
- f) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovada, absolutamente impeditiva do prosseguimento da cessão de uso;

8.2. Os casos de revogação acima descritos serão formalmente motivados em processo administrativo especialmente aberto para tal fim, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.3. Revogada a cessão de uso por qualquer dos motivos previstos neste Termo, será expedido aviso para desocupação do espaço permitido, onde será consignado um prazo máximo de 30 (trinta)

dias para a desocupação completa e entrega do espaço.

#### CLÁUSULA NONA - FORO

9.1. Fica, desde já, eleito o foro desta Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da presente cessão de uso, abrindo-se mão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

9.2 Do que, para valer e constar celebrou-se o presente Termo de Cessão de Uso que, depois de lido e achado conforme, foi assinado em três vias de igual teor, valor e eficácia.

Curitiba (SC), 21 de dezembro de 2015

José Antonio Guidi	Igreja Evangélica Assembleia de Deus
Prefeito Municipal	Cessionária

1. Testemunha

CPF:

2. Testemunha

CPF:

### RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2015

RETIFICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2015

O Fundo Municipal de Educação de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público a retificação referente ao Pregão Presencial nº 55/2015, conforme segue:

Referente ao objeto licitado e descritivo do item.

Onde se lê: Item 13.3 ..... alínea c) para cada item que o licitante vier a participar, a descrição do objeto ofertado, em conformidade com o Anexo I, contendo a marca do produto cotado, o preço unitário, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. No preço proposto deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas, tributos e custos, diretos ou indiretos, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

Leia-se: c) para cada item que o licitante vier a participar, a descrição do objeto ofertado, em conformidade com o Anexo I, contendo o lote e a linha cotada, o preço unitário, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. No preço proposto deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas, tributos e custos, diretos ou indiretos, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

Mantém-se as demais disposições e informações constantes no Edital.

Curitiba, 08 de Janeiro de 2016.

Kleberson Luciano Lima  
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 004/2016. Objeto: Aquisição de Nitrogênio, Sêmen Bovino. Luvas e bainhas para o programa de inseminação artificial da Secretaria de Agricultura do Município. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 21/01/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 08/01/2016

Flavio Berté

Prefeito Municipal Exercício

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 05/2016

DECRETO Nº. 05/2016

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei,

#### DECRETA:

ART. 1º Ficam pelo presente Decreto NOMEADOS os membros do Conselho Tutelar de Flor do Sertão, aos quais compete zelar pelo atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Edson Wagner Custódio de Lima  
Marli Sirlei Stamm Noronha  
Salete Sargente Saat Bianchet  
Eduarda Maria Poppe  
Clodimar José de Borba  
Cleusa Jeggli  
Geneci Maria Wolter  
Izelde Miranda Vasckevicz  
Adriane Berndt Ferlin  
Joceline do Nascimento

ART. 2º O mandato dos membros será de 10/01/2016 a 10/01/2020.

ART. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

ART. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 08 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário da Administração

### DECRETO Nº. 04/2016

DECRETO nº. 04/2016

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 1/2016, e dá outras providências.

NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 152/2015/2016, sobre o processo de licitação nº. 1/2016, que tem por objeto a LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL COM APROXIMADAMENTE 90m² PARA FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS SÓCIO EDUCATIVOS DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

SANTO PERIN	R\$ 6.600,00
-------------	--------------

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação

supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 04 dias do mês de janeiro de 2016.

NESTOR STORCH	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretario de Administração

### PORTARIA Nº 041/2016

PORTARIA Nº 041/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal ANGELA GIGLIOLI, ocupante do Cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 11/01/2016 a 09/02/2016, relativo ao período aquisitivo 08/14 a 08/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 11 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH  
Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

### PORTARIA Nº 042/2016

PORTARIA Nº 042/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal KARIN K. MASSINHANI VON DENTZ, ocupante do Cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 11/01/2016 a 09/02/2016, relativo ao período aquisitivo 08/14 a 08/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 11 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

### PORTARIA Nº 043/2016

PORTARIA Nº 043/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal MARCIELA REGINA FALKOSKI SCHAFFER, ocupante do Cargo de Assistente de Administração, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 11/01/2016 a 09/02/2016, relativo ao período aquisitivo 08/14 a 08/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 11 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

### PORTARIA Nº 044/2016

PORTARIA Nº 044/2015

CONCEDE FÉRIAS E CONVERTE 10 DIAS EM ABONO PECUNIÁRIO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, ocupante do Cargo de Contador, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, no período de 11/01/2016 a 30/01/2016, e converte 10 dias de férias em abono pecuniário relativo ao período aquisitivo 02/15 a 01/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 11 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

### PORTARIA Nº 045/2016

PORTARIA Nº 045/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal SILVIA CRISTINA DA SILVA, ocupante do Cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 11/01/2016 a 30/01/2016, relativo ao período aquisitivo 12/13 a 12/14.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 11 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

### PORTARIA Nº 046/2016

PORTARIA Nº 046/2015

CONCEDE FÉRIAS E CONVERTE 10 DIAS EM ABONO PECUNIÁRIO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal VANDERLEI KUHN, ocupante do Cargo de Tesoureiro, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, no período de 11/01/2016 a 30/01/2016, e converte 10 dias de férias em abono pecuniário relativo ao período aquisitivo 05/14 a 05/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 11 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

**PORTARIA Nº 047/2016**

	PORTARIA Nº 047/2016
INTERROMPE FÉRIAS REGULAMENTAR A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica pela presente Portaria INTERROMPIDO O PERIODO DE FÉRIAS REGULAMENTAR concedido à servidora Municipal FLAVIA BARCELOS MARTINS, retornando as atividades em 11/01/2016 conforme solicitação da Secretária Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 11 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH  
Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

# Forquilha

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/PMF/2015

AVISO DE LICITAÇÃO  
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 03/PMF/2015;  
OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material de expediente para atendimento as diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 21 de janeiro de 2015 às 07:30 horas.  
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 08 de janeiro de 2015.  
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

### AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 03/PMF/2015;  
OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material de expediente para atendimento as diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 22 de janeiro de 2015 às 07:30 horas.  
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 08 de janeiro de 2015.  
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

### DECRETO Nº 193, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 193, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.  
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE RAPHAEL DE ABREU BENTO, PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que o Decreto 177 de 03 de dezembro de 2015 nomeou RAPHAEL DE ABREU BENTO para exercer o cargo de Auxiliar de Educação;

CONSIDERANDO que RAPHAEL DE ABREU BENTO apresentou termo de desistência de sua nomeação,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação de RAPHAEL DE ABREU

BENTO para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 29 de dezembro de 2015.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 29 de dezembro de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 194, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 194, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.

NOMEIA, POR CONCURSO, ROSILDA DA CONCEICAO ALMEIDA HEYLMANN, PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga Auxiliar de Educação;  
CONSIDERANDO que RAPHAEL DE ABREU BENTO nomeado para exercer o cargo de Auxiliar de Educação, classificada em 67º lugar no Concurso Público, Edital n. 001/2014 apresentou termo de desistência de sua nomeação;  
CONSIDERANDO que a nomeada em questão foi classificada no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, ROSILDA DA CONCEICAO ALMEIDA HEYLMANN para exercer o cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO, classificada em 82º lugar, no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º. A servidora nomeada terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a documentação necessária para a posse

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º. A posse e o início do exercício da nomeada se dará no dia 22 de janeiro de 2016.

Art. 4º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 29 de dezembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 29 de dezembro de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº. 195 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 195 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, incisos I da Lei Municipal nº 2.025 de 12 de novembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2015, no valor de R\$ 1.363,52 (hum mil, trezentos e sessenta e três reais, cinquenta e dois centavos), distribuídos na seguinte conta:

Órgão 13 – Fundo Municipal de Assistência Social  
2.047 – Manutenção Serviço Proteção Integral a Família - PAIF  
259 – 3190.00.06.52 – Aplicações Diretas .....R\$ 1.363,52  
TOTAL .....R\$ 1.363,52

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, será utilizado como fonte de recursos, o superávit financeiro do exercício de 2014, conforme saldo da conta nº 26.615-9, do Banco do Brasil S/A.

TOTAL .....R\$ 1.363,52

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde, do exercício de 2015, no valor de R\$ 26.658,70 (vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta e oito reais, setenta centavos), distribuídos na seguinte conta:

Órgão 17 – Fundo Municipal de Saúde  
2.058 – Programa Saúde Bucal  
095 – 3190.00.06.64 – Aplicações Diretas .....R\$ 26.658,70

TOTAL .....R\$ 26.658,70

Art. 4º - Para atender aos créditos de que trata o art. 3º, será utilizado como fonte de recursos, o superávit financeiro do exercício de 2014, conforme saldo da conta nº 24-1, da caixa Econômica Federal.

TOTAL .....R\$ 26.658,70

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de dezembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de dezembro de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

### LEI Nº 2.157, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015. (REPUBLICADO)

LEI Nº 2.157, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015.

ALTERA A LEI Nº 274, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1993, DISCIPLINA O PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE FORQUILHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o § 1º e os incisos I a XXII do art. 39, o art. 45 e seu parágrafo único, acrescidos os incisos XXIII a XLVI, ao artigo 39, e os arts. 40-A, 40-B, 40-C, 49-A, 49-B, 49-C, 49-D, 49-E, 49-F, 49-G, 49-H, 49-I, 49-J, 49-K, 49-L, 49-M à Lei nº. 274, de 21 de dezembro de 1993, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39. A pessoa comete infração de natureza sanitária e está incurso nas penas discriminadas a seguir, quando:

I - constrói, instala, ou faz funcionar laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, correlatos ou quaisquer estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença e autorização dos órgãos sanitários competentes ou contrariando as normas legais pertinentes:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de autorização e de licença, e/ou multa;

II - constrói, instala, ou faz funcionar estabelecimento de dispensação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente, ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

Pena - advertência, interdição e/ou multa;

III - constrói, instala ou faz funcionar hospitais, postos ou casas de saúde, clínicas em geral, casas de repouso, comunidades terapêuticas, serviços ou unidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

IV - instala ou faz funcionar consultórios médicos, odontológicos e de quaisquer atividades paramédicas, laboratórios de análise e de pesquisas clínicas, bancos de sangue, de leite humano, de olhos e estabelecimentos de atividades afins, institutos de esteticismo, ginástica, fisioterapia e de recuperação, balneários, estâncias hidro-minerais, termas, climáticas, de repouso e congêneres, gabinetes ou serviços que utilizem aparelhos e equipamentos geradores de raio - x, substâncias radioativas ou radiações ionizantes e outras, estabelecimentos, laboratórios, oficinas e serviços de ótica, de aparelhos ou materiais óticos, de prótese dentária, de aparelhos ou materiais para uso odontológico, ou explora atividades comerciais, industriais, ou filantrópicas, com a participação de agentes que exerçam profissões ou ocupações /técnicas e auxiliares relacionadas com a saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

V - constrói, instala ou faz funcionar estabelecimentos de tatuagem e/ou piercing sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

VI - constrói, instala ou faz funcionar estabelecimentos de prestação de serviços funerários e de somatoconservação sem licença do

órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

VII - instala ou faz funcionar estabelecimentos de ensino público ou privado de qualquer natureza, tipo ou finalidade, sem autorização do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

VIII - extrai, produz, fabrica, transforma, prepara, manipula, purifica, fraciona, embala ou reembala, importa, exporta, armazena, expede, transporta, compra, venda, cede, ou usa alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

IX - faz propaganda de produtos sob vigilância sanitária, alimentos, substâncias tóxicas ou outros, contrariando a legislação sanitária:

Pena - advertência, proibição de propaganda, suspensão de venda e/ou multa;

X - deixa, aquele que tem o dever legal de fazê-lo, de notificar doença ou zoonose transmissível ao homem, agravos de notificação compulsória, de acordo com o que disponham as normas legais ou regulamentares vigentes:

Pena - advertência e/ou multa;

XI - impede ou dificulta a aplicação de medidas sanitárias relativas às doenças transmissíveis e ao sacrifício de animais domésticos considerados perigosos pelas autoridades sanitárias:

Pena - advertência e/ou multa;

XII - retém atestado de vacinação obrigatória, deixa de executar, dificulta ou opõe -se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção das doenças transmissíveis e sua disseminação, à preservação e à manutenção da saúde:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização e/ou multa;

XIII - opõe -se à exigência de provas imunológicas ou à sua execução pelas autoridades sanitárias:

Pena - advertência e/ou multa;

XIV - obsta, retarda ou dificulta a ação fiscalizadora das autoridades de saúde no exercício de suas funções:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização e/ou multa;

XV - avia receita em desacordo com prescrições médicas ou determinação expressa em lei e normas regulamentares:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização e/ou multa;

XVI - fornece, vende ou pratica atos de comércio em relação a medicamentos, drogas e correlatos, cuja venda e uso dependam de prescrição médica, odontológica ou veterinária, sem observância dessa exigência e contrariando as normas legais e regulamentares:

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

XVII - retira ou aplica sangue, procede a operações de plasmáfereze, ou desenvolve outras atividades hemoterápicas, contrariando normas legais e regulamentares:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença e registro e/ou multa;

XVIII - exporta sangue e seus derivados, placentas, órgãos, glândulas ou hormônios, bem como quaisquer substâncias ou partes do corpo humano, ou utiliza -os contrariando as disposições legais e regulamentares:

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e registro e/ou multa;

XIX - rotula alimentos e produtos alimentícios ou bebidas, bem como medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos

dietéticos, de higiene, de correção estética, cosméticos, perfumes, correlatos, saneantes, substâncias tóxicas e quaisquer outros, contrariando as normas legais e regulamentares:

Pena - advertência, inutilização, interdição e/ou multa;

XX - altera o processo de fabricação dos produtos sujeitos a controle sanitário, modifica os seus componentes básicos, nome e demais elementos objeto do registro, sem a devida autorização do órgão sanitário competente:

Pena - advertência, interdição, cancelamento do registro, da licença e autorização e/ou multa;

XXI - reaproveita vasilhames de produtos químicos industriais, e de outros produtos capazes de serem nocivos à saúde, no envasilhamento de alimentos, bebidas, refrigerantes, produtos dietéticos, medicamentos, drogas, produtos de higiene, cosméticos e perfumes:

Pena - apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

XXII - expõe à venda ou entrega ao consumo e ao uso, produtos de interesse à saúde, cujo prazo de validade tenha expirado, reste ausente ou impossível de verificação na rotulagem, ou após -lhe novas datas de validade, posteriores ao prazo expirado:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, da licença e da autorização e/ou multa;

XXIII - industrializa produtos de interesse sanitário sem a assistência de responsável técnico, legalmente habilitado:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento de registro e/ou multa;

XXIV - utiliza, na preparação de hormônios, órgãos de animais doentes, estafados ou emagrecidos ou que apresentem sinais de decomposição no momento de serem manipulados:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, da autorização e da licença e/ou multa;

XXV - comercializa produtos biológicos, imunoterápicos e outros que exijam cuidados especiais de conservação, preparação, expedição, ou transporte, sem a observância das condições necessárias à sua preservação:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

XXVI - aplica raticidas cuja ação se produza por gás ou vapor, em geladeiras, bueiros, porões, sótãos ou locais de possível comunicação com residências ou frequentados por pessoas e animais:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença e de autorização e/ou multa;

XXVII - não cumpre normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências sanitárias relativas a empresas de transportes, seus agentes e consignatários, comandantes ou responsáveis diretos por embarcações, aeronaves, ferrovias, veículos terrestres nacionais e estrangeiros:

Pena - advertência, interdição e/ou multa;

XXVIII - não cumpre as exigências sanitárias relativas a imóveis, quer seja proprietário, ou detenha legalmente a sua posse:

Pena - advertência, interdição e/ou multa;

XXIX - exerce profissão e ocupação relacionadas com a saúde sem a necessária habilitação legal:

Pena - interdição e/ou multa;

XXX - comete o exercício de encargos relacionados com a promoção, proteção e recuperação da saúde a pessoas sem a necessária habilitação legal:

Pena - interdição e/ou multa;

XXXI - procede à cremação de cadáveres, ou utiliza -os contrariando as normas sanitárias pertinentes:

Pena - advertência, interdição e/ou multa;

XXXII - fraudula, falsifica ou adultera alimentos, inclusive bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, saneantes, substâncias tóxicas, e quaisquer outros que interessem à saúde pública:

Pena - apreensão, inutilização, e/ou interdição do produto, suspensão da venda e/ou fabricação do produto, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de

licenciamento do estabelecimento e multa;

XXXIII - transgredir outras normas legais e regulamentares municipais, estaduais e federais destinadas à proteção da saúde:

Pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação de produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento, proibição de propaganda e/ou multa;

XXXIV - expor, ou entregar ao consumo humano, sal, refinado ou moído, que não contenha iodo na proporção de 10.000 (dez mil) miligramas de iodo metalóide por quilograma de produto:

Pena - advertência, apreensão e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento e multa;

XXXV - descumprir atos emanados das autoridades de saúde que visam à aplicação da legislação pertinente:

Pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento de empresa, cancelamento do alvará de licenciamento e proibição de propaganda e/ou multa;

XXXVI - transgredir normas legais e regulamentares, pertinentes ao controle da poluição das águas, do ar, do solo, sonora e das radiações:

Pena - advertência, interdição temporária ou definitiva e/ou multa;

XXXVII - inobservar as exigências de normas legais pertinentes a construções, reconstruções, reformas, loteamentos, abastecimento domiciliário de água, esgoto domiciliar, habitações em geral, coletivas ou isoladas, hortas, jardins e terrenos baldios, escolas, locais de trabalho em geral, locais de divertimentos coletivos e de reuniões, necrotérios, velórios e cemitérios, estábulos e cocheiras, saneamento urbano, periurbano, áreas urbanizadas e rurais em todas as suas formas, controle dos ruídos e seus incômodos, bem como tudo que contrarie a legislação sanitária referente a imóveis em geral e sua utilização:

Pena - advertência, interdição parcial ou total, temporária ou definitiva do estabelecimento ou atividade e/ou multa;

XXXVIII - manter, independentemente do ramo produtivo, condição, ambiente, processo e atividade que apresentem riscos ou agravos à saúde dos trabalhadores:

Pena - advertência e/ou multa, interdição parcial ou total, temporária ou definitiva do estabelecimento, processo produtivo ou atividade e/ou multa;

XXXIX - criar ou manter animais que, por sua espécie ou quantidade, sejam causa de insalubridade e periculosidade, risco à saúde de terceiros ou incômodo em zona urbana ou urbanizada e residencial:

Pena - advertência e/ou multa, interdição e apreensão;

XL - aplicar, manipular raticidas, agrotóxicos, herbicidas, inseticidas, preservantes e conservantes para o tratamento de madeira, produtos de uso veterinário, solventes, produtos químicos ou outras substâncias sem observar os procedimentos necessários à proteção da saúde das pessoas, dos animais e do meio ambiente:

Pena - advertência e/ou multa, interdição e apreensão;

XLI - descumprir normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências sanitárias pertinentes ao controle dos meios de transporte, embarcações, aeronaves, veículos terrestres, ferroviários e rodoviários, nacionais ou estrangeiros:

Pena - advertência e/ou multa, interdição e apreensão;

XLII - inobservar as normas legais e regulamentares com relação à aplicação de injetáveis e à realização de curativos simples:

Pena - advertência e/ou multa, interdição e apreensão;

XLIII - inobservar as exigências da autoridade de vigilância sanitária com relação à prestação de serviços de interesse da saúde,

estabelecimentos, locais, bens, equipamentos ou produtos interditados pela autoridade sanitária:

Pena - advertência e/ou multa, interdição e apreensão;

XLIV - distribuir, fornecer água encanada para consumo humano em desacordo com os padrões de potabilidade:

Pena - advertência e/ou multa, interdição e apreensão;

XLV - se utilizar de fontes alternativas de abastecimento de água para o consumo, mesmo sendo provido de sistema ou solução coletiva de abastecimento público de água:

Pena - advertência e/ou multa, interdição e apreensão;

XLVI - se utilizar de soluções alternativas de tratamento de efluentes sanitários, mesmo sendo provido de sistema ou solução coletiva de tratamento de efluentes:

Pena - advertência e/ou multa, interdição e apreensão.

§ 1º Os estabelecimentos integrantes da Administração Pública ou por ela instituídos ficam, também, sujeitos às exigências pertinentes à licença sanitária, às instalações, aos equipamentos, à aparelhagem adequados, à assistência e responsabilidade técnicas, mediante pessoal do quadro e sob controle hierárquico, ficando excluídos tão somente do pagamento de taxas de vigilância sanitária instituídas pela administração pública municipal.

§ 2º O desrespeito ou desacato ao servidor competente, em razão de suas atribuições legais, sujeitará o infrator à penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

[...]

Art. 40-A. A autoridade de saúde poderá, ainda, nos casos em que a infração exigir pronta ação para a proteção da saúde pública, interditar local ou bem, apreender e/ou inutilizar bens mediante auto de intimação, independente da tramitação normal do auto de infração.

Art. 40-B. As omissões ou incorreções na lavratura do auto de infração não acarretarão a nulidade do mesmo, quando do processo constarem elementos suficientes à caracterização da infração e à determinação do infrator.

Art. 40-C. Quando o autuado for analfabeto, ou fisicamente incapacitado, poderá o auto ser assinado "a rogo" na presença de duas testemunhas, ou na falta destas, deverá ser feita a devida ressalva pela autoridade autuante.

[...]

Art. 45. Recebendo a defesa ou impugnação, ou transcorrido o prazo legal sem a sua apresentação, a autoridade julgadora, antes de decidir, providenciará as informações sobre os antecedentes do infrator e o relatório da autoridade autuante, que deverá ser fornecido no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. A autoridade autuante, ao prestar as informações solicitadas pela autoridade julgadora, fornecerá e esclarecerá todos os elementos complementares necessários ao julgamento, narrando as circunstâncias do caso e da autuação, as condições e a conduta do infrator em relação à observância das normas sanitárias, assim como a sua capacidade econômica.

[...]

Art. 49-A. Quando, apesar da lavratura do auto de infração subsistir, ainda, para o infrator, obrigação a cumprir, a autoridade de saúde lavrará auto de intimação fixando prazo e condições para o seu cumprimento, ou expedido edital fixando o prazo para cumprimento, nos casos de notificação por edital referido no inciso III do artigo 19.

§ 1º O prazo para o cumprimento da obrigação subsistente poderá ser reduzido ou aumentado, em casos excepcionais, por motivos de interesse público, mediante despacho fundamentado.

§ 2º A desobediência às determinações contidas no auto de intimação ou no edital previstos no caput deste artigo, acarretará a execução forçada, além de agravar a penalidade imposta para a infração sanitária apurada em processo administrativo.

Art. 49-B. A Autoridade de saúde nos casos de perigo para a saúde pública ou no interesse desta, havendo ou não infração sanitária, poderá interditar local ou bem, ou determinar quaisquer medidas cautelares, mediante auto de intimação.

§ 1º Quando houver apreensão ou interdição de produto ou bem em caráter cautelar, na forma do “caput” deste artigo, e o responsável for idôneo, moral e financeiramente, poderá o mesmo ser designado depositário; caso contrário, a mercadoria será recolhida para outro local, sob a guarda da autoridade de saúde ou de terceiros, às custas do proprietário ou responsável.

§ 2º No caso de medida cautelar não acompanhada de auto de infração, o descumprimento do auto de intimação implicará no cometimento de infração sanitária, consoante o disposto no inciso XXXV do artigo 13 desta Lei.

Art. 49-C. No caso de prédios, equipamentos e utensílios de difícil remoção, havendo necessidade de impedir o seu uso transitório ou definitivo, a formalização legal será feita mediante a lavratura de auto respectivo, acompanhado, se for o caso, de aposição de lacres, nos locais mais indicados.

Art. 49-D. O auto de intimação de que trata este Regulamento será lavrado em três vias, destinando-se a primeira ao intimado e conterá:

I - o nome da pessoa, ou denominação da entidade intimada, especificação do seu ramo de atividade e endereço;

II - a disposição legal ou regulamentar infringida se for o caso, e/ou dispositivo que autorize a medida;

III - a medida sanitária exigida, com as instruções necessárias, se for o caso;

IV - o prazo para sua execução ou duração, ou, no caso de medidas cautelares, as condições para sua revogação;

V - nome e cargo legíveis da autoridade que expediu a intimação e sua assinatura;

VI - a assinatura do intimado, ou na sua ausência, de seu representante legal ou preposto; e, em caso de recusa, a consignação dessa circunstância e a assinatura de duas testemunhas, quando possível.

Art. 49-E. O Coordenador da Vigilância em Saúde, ao julgar o auto de infração, ordenará a lavratura do auto de imposição de penalidade, nos termos da decisão condenatória.

Art. 49-F. O auto de imposição de penalidades será lavrado em três vias, destinando -se a primeira ao infrator, e conterá:

I - o nome ou denominação da pessoa física ou jurídica autuada e seu endereço;

II - o número e a data do auto de infração respectivo;

III - a descrição legal ou regulamentar infringida;

IV - a penalidade imposta e seu fundamento legal;

V - (vetado);

VI - a assinatura da autoridade autuante;

VII - a assinatura do autuado ou, na sua ausência, de seu representante legal ou preposto, e em caso de recusa, a consignação desta circunstância pela autoridade autuante, com a assinatura de duas testemunhas, quando possível;

Art. 49-G. O auto de imposição de penalidade de multa, assinalará, além do disposto no artigo 33 desta Lei:

I - o número de UFM (unidade fiscal do município) em que consiste a multa, com a advertência de que o valor sofre reajuste automático até o dia do pagamento;

II - que o prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias a contar da notificação, sob pena de cobrança judicial, nos termos do parágrafo segundo do artigo 10 desta Lei;

III - que se o infrator efetuar o pagamento no prazo de 20 (vinte) dias contados da data da notificação, com a desistência tácita do recurso, gozará de redução de 20% (vinte por cento) do valor da multa nos termos do artigo 20 desta Lei;

IV - que o recolhimento da multa deverá ser feito exclusivamente na agência bancária autorizada pelo município mediante documento de arrecadação municipal – DARM.

Parágrafo Único. O auto de imposição de penalidade poderá ser remetido pelo correio, com aviso de recebimento (AR) ou publicado por edital, se o autuado estiver em local incerto ou não sabido nos termos do artigo 19, inciso III.

Art. 49-H. À pessoa multada incumbe, para usufruir do benefício previsto no inciso III do artigo 34 desta Lei, fazer a prova de que o pagamento está sendo feito dentro do prazo de 20 (vinte) dias quando notificado pelo correio.

Art. 49-I. O infrator poderá, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da decisão condenatória e do auto de imposição de penalidades do Coordenador da Vigilância em Saúde, interpor recurso para o Secretário de Saúde de Forquilha.

Art. 49-J. Não será admitido recurso:

I - quando interposto fora do prazo especificado no artigo 36;

II - enquanto não for cumprida a obrigação subsistente, determinada por auto de intimação, cabendo à autoridade julgadora certificar -se do fato antes do julgamento;

III - na hipótese de condenação definitiva do produto em razão de laudo laboratorial confirmado em perícia de contraprova, ou nos casos de fraude, falsificação ou adulteração.

Art. 49-K. Os recursos interpostos das decisões não-definitivas somente terão efeito suspensivo relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente na forma prevista no § 2º do artigo 27 desta Lei.

Art. 49-L. O Secretário de Saúde de Forquilha, recebendo o recurso, nos termos do artigo 38, procederá da seguinte maneira:

I - proferirá decisão que poderá ser referente à manutenção ou à reforma da decisão condenatória do Coordenador da Vigilância em Saúde, acolhendo ou rejeitando, no todo ou em parte o pedido formulado pelo recorrente, especificando os fundamentos utilizados para análise das questões de fato e de direito e o dispositivo utilizado para resolver as questões que as partes lhe submeterem. II - devolverá os autos ao Coordenador da Vigilância em Saúde para a regularização de nova decisão, se o processo padecer de irregularidade que comprometa a validade do processo ou do auto de imposição de penalidade, renovando -se, após, o prazo para recurso.

Art. 49-M. O infrator tomará ciência da decisão do recurso:

I - pessoalmente, ou por seu procurador, à vista do processo;

II - mediante notificação que poderá ser feita por AR ou através da imprensa, sendo que, neste caso, considerar -se -á efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. [...]” NR.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam -se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 09 de dezembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de dezembro de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças



# Fraiburgo

## PREFEITURA

### **AVISO DE RETIFICAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0004 - DOM**

#### **AVISO DE RETIFICAÇÃO**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0004/2015 – PMF

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 00231/2015

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

O prefeito de Fraiburgo torna público a RETIFICAÇÃO do Edital da Concorrência Pública nº 0004/2015, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na área de informática para o fornecimento, mediante locação de sistemas para a gestão pública. Modalidade: Concorrência Pública. Tipo: Técnica e Preço. Retificações: Ficam excluídos os itens 16 e 17 das tabelas 1 e 5 do Anexo III do Termo de Referência. Da mesma forma, ficam excluídos os itens: 8.2.7, 8.2.20, 8.2.34, 8.2.35, 8.2.36, 8.2.37, 8.2.41, 8.2.76, 8.11.15, 8.12.45, 8.14.3, 8.17.46, 8.17.47, 8.17.48, 8.17.49 e 8.17.50. Também, do item 8.4.2, fica removida a palavra "LDA" e do item 8.15.88 fica removida a frase "Os relatórios de férias foram alterados adicionado uma coluna onde será informado a forma de pagamento utilizada para o 1/3". Diante do exposto, fica designada a seguinte data para abertura da sessão: Protocolo dos Envelopes: Obrigatoriamente até as 14:00 horas do dia 26/02/2016; Abertura do Certame: No mesmo dia às 14:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 08 de janeiro de 2016.

Ivo Biazolo

Prefeito de Fraiburgo.

### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001\_2016-SF RP 0001**

Aviso do Pregão Presencial nº 0001/2016 – SF

Registro de Preços nº 0001/2016

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Registro de preços para aquisições em contratações futuras de produto químico para uso na eta (estação de tratamento de água) durante o período de janeiro de 2016 a 30 de maio de 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: janeiro de 2016 a maio 2016. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 14:00 horas do dia 22.01.2016 Abertura: Às 14:00 horas do mesmo dia; Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br), E-mail: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br)

Fraiburgo(SC), 08 de janeiro de 2016.

Eloi Regalin

Presidente da SANEFRAI

### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002\_2016-PMF**

Aviso de Pregão Presencial Nº 0002/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução de rede área compacta de distribuição de energia elétrica em média tensão, rede multiplexada de energia elétrica de baixa tensão e padrões monofásicos individuais completos (de acordo com as normas técnicas e devidamente homologados pela concessionária Celesc, para eletrificação do Loteamento São Miguel Fase II, Bairro São Miguel, de propriedade do município de Fraiburgo, sc., onde estão sendo construídas unidades habitacionais do programa minha casa minha vida 2 – PMCMV2, de acordo com os projetos e memoriais descritivos anexos ao presente pregão e aprovados pela concessionária Celesc. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:00 horas do dia 21.01.2016. Abertura: Às 14:00 horas do mesmo dia; Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 08 de janeiro de 2016.

Ivo Biazolo

Prefeito

### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0028\_2015-SF RP 0017**

Aviso do Pregão Presencial nº 0028/2015 – SF

Registro de Preços nº 0017/2015

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de materiais, equipamentos e serviços para manutenção dos poços artesianos, durante o período de janeiro de 2016 a maio de 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: janeiro de 2016 a maio 2016. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 16:00 horas do dia 28.01.2016 Abertura: Às 16:00 horas do mesmo dia; Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br), E-mail: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br)

Fraiburgo(SC), 08 de janeiro de 2016.

Ivo Biazolo

Prefeito

**DECRETO Nº 006/2016**

DECRETO Nº 006, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com O Art. 17 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015.

**DECRETA:**

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para o exercício de 2015 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), nas seguintes dotações:

05.00 – Secretaria de Administração de Planejamento		
05.02 – Fundo Municipal de Habitação de interesse Social		
16.482.0003.2.009 – Manutenção do Programa de Habitação		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (185)	R\$	280.000,00
Total	R\$	280.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superavit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2015, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

FRAIBURGO, 08 DE JANEIRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**PRESTAÇÃO DE CONTAS AFSC 12-2015**

**ANEXO IV**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**  
 ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ANEXO TC 28**

**BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS**

UNIDADE CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO			
ORDENADOR DA DESPESA: NILCE PINZ			
ENTIDADE BENEFICIADA: ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA		CNPJ: 17.757.127/0001-52	
ENDEREÇO: AV. JOÃO MARQUES VIEIRA , 975			
RESPONSÁVEL: FLÁVIO JOSÉ MARTINS		CPF: 133.199.739-91	
Nota de Empenho:	2440	Data: 11/12/2015	Valor Total: 305.000,00
Ordem de pagamento:	3926	Data: 28/12/2015	Valor: 120.000,00
Projeto Atividade:	2022		
Item/Fonte: 10.3.3.50.41.99.00.00.00			

**Histórico da Finalidade:** Transferência voluntária de recursos financeiros destinados a auxiliar no custeio de despesas de manutenção das atividades hospitalares, despesas operacionais dos serviços de saúde e atendimento hospitalar para toda a população fraiburguense no exercício de 2015, conforme CV14PMF0007, através de seu Termo Aditivo TACV15PMF0006.

Documento		HISTÓRICO	RECEBIMENTO	PAGAMENTO
NÚMERO	DATA			
		<b>REPASSE DA PREFEITURA</b>	<b>120.000,00</b>	
		<b>RECURSOS PRÓPRIOS</b>	<b>36,00</b>	
Folha 12/2015	28/12/2015	Adriana Tibes		1.593,97
Folha 12/2015	28/12/2015	Alice Moreira Leite		1.856,24
Folha 12/2015	28/12/2015	Aline Silveira		1.500,47
Folha 12/2015	28/12/2015	Ana Claudia Brandt		1.494,69
Folha 12/2015	28/12/2015	Antônio Irineu Vicentin		1.816,36
Folha 12/2015	28/12/2015	Ari Antônio Guindani		4.113,55
Folha 12/2015	28/12/2015	Augusto Ribeiro Antunes		1.970,41
Folha 12/2015	28/12/2015	Bruna Weirich		1.794,24
Folha 12/2015	28/12/2015	Cíntia Aparecida dos Santos		749,04
Folha 12/2015	28/12/2015	Cíntia Marcon		1.820,36
Folha 12/2015	28/12/2015	Claudemir José Olivo de Liz		1.557,78
Folha 12/2015	28/12/2015	Cleberson Castanho		2.103,93
Folha 12/2015	28/12/2015	Cristiane Felix Ribeiro		1.260,80
Folha 12/2015	28/12/2015	Cristiano Tessari		3.629,64
Folha 12/2015	28/12/2015	Daiane Bolzani		1.521,30
Folha 12/2015	28/12/2015	Diego Alisson Rosa		5.425,34
Folha 12/2015	28/12/2015	Dirceu Job Calgaro		3.024,38
Folha 12/2015	28/12/2015	Elaine Aparecida Caregnato		2.241,66
Folha 12/2015	28/12/2015	Eliane da Conceição		1.758,86
Folha 12/2015	28/12/2015	Eliane Ines Tenconi Borges		2.426,61
Folha 12/2015	28/12/2015	Elisangela Busatta		1.517,03
Folha 12/2015	28/12/2015	Emelyn Caroline Ribeiro		1.611,80
Folha 12/2015	28/12/2015	Erica Maria Franciosi		1.549,66
Folha 12/2015	28/12/2015	Flaviana Ribeiro de Deus		3.309,86

Folha 12/2015	28/12/2015	Giana Vescovi Zimmermann Candido	807,02
Folha 12/2015	28/12/2015	Gorete Maciel	1.064,55
Folha 12/2015	28/12/2015	Ironi Contti	1.619,74
Folha 12/2015	28/12/2015	Jackson Leandro Marqueviski	855,52
Folha 12/2015	28/12/2015	Janete de Melo	1.305,79
Folha 12/2015	28/12/2015	Janete Rodrigues Gonçalves	1.984,61
Folha 12/2015	28/12/2015	João Henrique Pereira	635,27
Folha 12/2015	28/12/2015	José Cesar Beher	1.761,51
Folha 12/2015	28/12/2015	Joziele Rubiane Machado da Silva	1.595,87
Folha 12/2015	28/12/2015	Jucelita Campagnaro	1.524,02
Folha 12/2015	28/12/2015	Karina Oliveira da Silva	1.075,24
Folha 12/2015	28/12/2015	Kauana Kuhn	1.247,89
Folha 12/2015	28/12/2015	Letícia Aparecida Ferreira	1.318,67
Folha 12/2015	28/12/2015	Ligia Dias de Almeida	1.622,86
Folha 12/2015	28/12/2015	Luan Carlo Vicente	1.903,11
Folha 12/2015	28/12/2015	Luciana de Assis	1.134,90
Folha 12/2015	28/12/2015	Luciane da Silva Pinto	1.509,23
Folha 12/2015	28/12/2015	Marcio Cruz	1.614,04
Folha 12/2015	28/12/2015	Marines Gomes	1.942,35
Folha 12/2015	28/12/2015	Mariza de Fátima Cluves	1.262,82
Folha 12/2015	28/12/2015	Marizete Gollo	1.972,35
Folha 12/2015	28/12/2015	Marli Terezinha Bechi Constantin	1.316,58
Folha 12/2015	28/12/2015	Maryleize Aparecida Alves	1.635,38
Folha 12/2015	28/12/2015	Mayara Souza do Amaral	1.248,67
Folha 12/2015	28/12/2015	Michele Lazari	1.347,88
Folha 12/2015	28/12/2015	Orlando Moura dos Santos	1.050,54
Folha 12/2015	28/12/2015	Patrícia Moreira de Moura	1.274,73
Folha 12/2015	28/12/2015	Patrícia Oldenburg	1.147,70
Folha 12/2015	28/12/2015	Rosana de Fátima Ribeiro	1.087,77
Folha 12/2015	28/12/2015	Rosemeri dos Santos Ferneda	1.704,34
Folha 12/2015	28/12/2015	Rosmari Dias	1.510,86
Folha 12/2015	28/12/2015	Rubiane Zago	3.364,17
Folha 12/2015	28/12/2015	Santa Munaro dos Santos	1.661,46
Folha 12/2015	28/12/2015	Silvana Claudia Giacomelli de Oliveira	3.332,02
Folha 12/2015	28/12/2015	Silvana Esser Pacheco	1.287,42
Folha 12/2015	28/12/2015	Simone Bussato	1.834,35
Folha 12/2015	28/12/2015	Solange Leite	1.958,58
Folha 12/2015	28/12/2015	Suzamara Castanho	2.897,07
Folha 12/2015	28/12/2015	Tailana Paula Tibes de Campos	1.260,54
Folha 12/2015	28/12/2015	Tatiane Ribeiro Candido Veloso	1.068,56
Folha 12/2015	28/12/2015	Thainan Bernardi Mendes	993,87
Folha 12/2015	28/12/2015	Vera Lucia Manfioleti	1.646,13
Folha 12/2015	28/12/2015	Viviane Siburski de Oliveira	1.995,93
Folha 12/2015	28/12/2015	Volnei Alves Webber	2.006,11

TOTAL GERAL	120.036,00	120.036,00
-------------	------------	------------

\_\_\_\_\_  
Cristiano Tessari - Responsável

\_\_\_\_\_  
Flávio José Martins - Presidente AFSC

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 784 /2016 "DETERMINA O SISTEMA DE CREDENCIAMENTO DE MÉDICOS PARA CONSULTAS; DE OUTROS PROFISSIONAIS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETO Nº 784 /2016 DE 07 DE JANEIRO DE 2016.

"DETERMINA O SISTEMA DE CREDENCIAMENTO DE MÉDICOS PARA CONSULTAS; DE OUTROS PROFISSIONAIS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO as decisões do Conselho Municipal de Saúde de Frei Rogério, constantes das atas anexas:

#### DECRETA:

Art.1º - Fica autorizado o sistema de credenciamento de médicos especialistas, para realização de consultas nas áreas descritas no anexo I do presente Decreto, de forma periódica, conforme ata do Conselho Municipal de Saúde de Frei Rogério, onde constam os respectivos valores a serem pagos para cada profissional.

Art. 2º - Fica autorizado o sistema de credenciamento para realização de exames nas áreas descritas no anexo II do presente Decreto, conforme ata do Conselho Municipal de Saúde de Frei Rogério, onde constam os respectivos valores a serem pagos para cada tipo de exame.

Art. 3º - O preço estabelecido pelo Conselho Municipal de Saúde para cada especialidade e tipo de exame, são aqueles constantes dos anexos I e II do presente Decreto, em conformidade com a respectiva ata e deliberações do Conselho, as quais são parte integrante deste Decreto.

Frei Rogério, 07 de janeiro de 2016.

OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito Municipal

#### ANEXO I

#### CREDENCIAMENTO DE MÉDICOS RELAÇÃO DAS ESPECIALIDADES E PREÇO POR CONSULTA REALIZADA

ESPECIALIDADE	VALOR CONSULTA	CONSULTAS MENSAIS
ANESTESIOLOGISTA	R\$ 200,00	ILIMITADO
CLÍNICO CIRURGIÃO	R\$ 140,00	ILIMITADO
OFTALMOLOGISTA	R\$ 200,00	ILIMITADO
PSIQUIATRA	R\$ 100,00	ILIMITADO
ENDOCRINOLOGISTA	R\$ 100,00	ILIMITADO
PEDIÁTRA	R\$ 100,00	ILIMITADO
UROLOGISTA	R\$ 200,00	ILIMITADO
REUMATOLOGISTA	R\$ 150,00	ILIMITADO
NEUROLOGISTA	R\$ 200,00	ILIMITADO
NEFROLOGISTA	R\$ 200,00	ILIMITADO
OTORRINOLARINGOLOGISTA	R\$ 100,00	ILIMITADO
CLINICO CIRURGIA GERAL	R\$ 140,00	ILIMITADO
ORTOPEDISTA	R\$ 133,00	ILIMITADO

OBS: O NÚMERO DE CONSULTAS MENSAIS É ILIMITADO, DEVENDO ATENDER A DEMANDA NECESSÁRIA, A CRITÉRIO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

#### ANEXO II

#### CREDENCIAMENTO PARA EXAMES RELAÇÃO DOS EXAMES E PREÇO POR EXAME REALIZADO

TIPO DO EXAME	VALOR	QUANTIDADE MENSAL
AUDIOMETRIA TONAL ADULTO/INFANTIL	R\$ 80,00	ILIMITADO
AUDIOMETRIA COMPORTAMENTAL	R\$ 80,00	ILIMITADO
IMITANCIOMETRIA	R\$ 80,00	ILIMITADO
TESTE DA ORELHINHA	R\$ 60,00	ILIMITADO
PROCESSAMENTO AUDITIVO	R\$ 250,00	ILIMITADO
ESPIROMETRIA	R\$ 150,00	ILIMITADO
DENSITOMETRIA ÓSSEA	R\$ 140,00	ILIMITADO
ENDOSCOPIA	R\$ 200,00	ILIMITADO

EXAMES LABORATORIAIS	Valor Unitário
AMILASE	R\$ 12,93
GLICOSE	R\$ 7,02
POTASSIO	R\$ 7,02
HEMOGRAMA COMPLETO	R\$ 15,59
FATOR REUMATÓIDE, TESTE DO LATEX PARA PARCIAL DE URINA	R\$ 20,92
FERRITINA	R\$ 15,01
FERRO SÉRICO	R\$ 37,36
FOSFATASE ACIDA TOTAL	R\$ 9,74
FOSFATASE ALCALINA	R\$ 12,93
FOSFORO	R\$ 12,93
GAMA-GLUTAMIL TRANSFERASE	R\$ 7,02
GLICEMIA DE JEJUM	R\$ 32,89
HEMOGLOBINA GLICOSILADA (A1c HbA1c)	R\$ 12,93
LIPASE	R\$ 12,93
LIPÍDIOS TOTAIS	R\$ 9,74
LITIO	R\$ 7,02
MAGNÉSIO	R\$ 20,92
MUCOPROTEINAS	R\$ 7,02
ACIDO URICO	R\$ 12,93
ALDOLASE	R\$ 20,92
ALFA-1-GLICOPROTEINA ÁCIDA	R\$ 7,02
CALCIO	R\$ 7,02
CALCIO (URINA DE 24 HORAS)	R\$ 19,32
CLEARENCE DE CREATININA	R\$ 9,74
COLESTEROL (HDL)	R\$ 7,02
COLESTEROL	R\$ 31,45
COLINESTERASE	R\$ 7,02
CREATININA	R\$ 7,02
SODIO	R\$ 9,74
TRIGLICERÍDEOS	R\$ 7,02
UREIA	R\$ 12,93
COLESTEROL (LDL)	R\$ 12,93
COLESTEROL (VLDL)	R\$ 12,93
FRUTOSAMINAS (PROTEÍNAS GLICOSILADAS)	R\$ 7,02
PROTEÍNAS TOTAIS	R\$ 8,14
LEUCOCITOS FECAIS, PESQUISA DE	

OXIURUS COM COLHEITA PELO SWAB ANA, PESQUISA DE	R\$ 8,14
PARASITOLÓGICO (DIRETO E ENRIQUECIDO)	R\$ 17,08
PARASITOLÓGICO (DIRETO E ENRIQUECIDO)	R\$ 17,08
PARASITOLÓGICO (DIRETO E ENRIQUECIDO)	R\$ 17,08
PARASITOLÓGICO (DIRETO E ENRIQUECIDO)	R\$ 17,08
HEMOSEDIMENTAÇÃO, DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE	R\$ 7,02
PROVA DO LAÇO	R\$ 4,95
CONTAGEM DE RETICULÓCITOS	R\$ 10,22
TEMPO DE SANGRAMENTO	R\$ 4,95
GONADOTROFINA CORIONICA (b-Hcg) (RIE ou EIE)	R\$ 36,37
ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO SUPERFÍCIE HEPATITE B (ANTI-HBs)	R\$ 32,57
FATOR ANTINÚCLEO (FAN) FIGADO DE RATO	R\$ 21,39
ANTI-ESTREPTOLISÍMICO (ASLO), DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE	R\$ 21,39
ANTIGENO AUSTRÁLIA (HBs-AG) RIE ou EIE para	R\$ 46,76
BRUCELOSE (INCLUI PESQUISA ANTICORPOS BLOQUEADORES)	R\$ 12,93
WAALER-ROSE (FACTOR REUMATÓIDE), TESTE DE	R\$ 13,41
LACTATO (ACIDO LACTICO)	R\$ 12,93
ADENOSINA DE AMINASE (ADA)	R\$ 83,81
BACILOS ALCOOL-ACIDO-RESIDENTES	R\$ 12,93
1 AMOSTRA B.A.A.R (BAR)	R\$ 12,93
2 AMOSTRA B.A.A.R (BAR)	R\$ 12,93
BACTERIOSCOPIA (GRAM, ZIEHL, ALBERT ETC) POR LAMINA, FEZES	R\$ 12,93
BACTERIOSCOPIA (GRAM, ZIEHL, ALBERT ETC) POR LAMINA, URINA	R\$ 12,93
BACTERIOSCOPIA (GRAM, ZIEHL, ALBERT ETC) P/ LAMINA, S.VAGINAL	R\$ 12,93
FEZES, PESQUISA DE ROTAVIRUS (EIE)	R\$ 32,57
FUNGOS, PESQUISA DE (A FRESCO LACTOFENOL, TINTA DA CHINA)	R\$ 12,93
HEMOCULTURA (POR AMOSTRA), ANTIBIOGRAMA INCLUIDO QDO. NECESS	R\$ 40,87
ÍNDICE DE TIROXINA LIVRE (ITL)	R\$ 45,45
ANTI-GLIADINA (GLUTEN) IgG	R\$ 32,57
ANTIMICROSSOMAL - ANTIPEROXIDASE	R\$ 44,70
ANTITIREOGLOBULINA (ANTICORPOS ANTITIREÓIDE)	R\$ 69,82
ACIDO VALPROICO	R\$ 58,12
ACIDO VANILMANDELICO	R\$ 41,49
ALDOSTERONA	R\$ 69,82
ALFA-FETOPROTEINA	R\$ 51,09
ANDROSTENEIDIONA	R\$ 85,17
ANTI-DNA	R\$ 25,70
ANTI-HCV	R\$ 44,70
ANTI-HAV IGG	R\$ 32,57
ANTI HAV IGM	R\$ 39,43
ANTI-HBC IGG	R\$ 32,57
ANTI-HBC IGM	R\$ 39,43
BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	R\$ 7,02
REACÇÃO PARA BRUCELOSE IGG	R\$ 14,36
REACÇÃO PARA BRUCELOSE IGM	R\$ 14,36
C3	R\$ 26,66
C4	R\$ 26,66
CA199	R\$ 60,03
CA125	R\$ 60,03
CA153	R\$ 60,03
CARBAMAZEPINA	R\$ 59,55
CEA	R\$ 60,03
CH50	R\$ 22,35
COBRE	R\$ 59,55

PESQUISA DE CELULAS LE	R\$ 21,39
CK-FRACAO MB	R\$ 38,79
COOMBS DIRETO	R\$ 11,34
COOMBS INDIRETO	R\$ 33,53
COPROCULTURA	R\$ 57,95
CORTISOL	R\$ 53,91
CREATININA FOSFOQUINASE	R\$ 19,32
UROCULTURA - CULTURA DE URINA	R\$ 32,57
DHEA	R\$ 69,35
S-DHEA	R\$ 53,38
DESIDROGENASE LACTICA	R\$ 12,93
ELETROFORESE DE HGB	R\$ 37,36
FENOBARBITAL	R\$ 59,55
REACAO DE WIDAL	R\$ 13,41
VITAMINA B12	R\$ 31,45
TSH	R\$ 36,37
TROPONINA T	R\$ 59,55
TRANSFERRINA	R\$ 25,23
TESTE DE FALCIZACAO	R\$ 7,02
TEMPO DE PROTROMBINA	R\$ 10,22
SORO LUES	R\$ 13,41
PESQUISA DE SANGUE OCULTO	R\$ 17,08
PSA TOTAL	R\$ 43,75
PSA LIVRE	R\$ 43,75
PROTEINA C REATIVA QUALITATIVA	R\$ 20,92
PROTEINA C REATIVA QUANTITATIVA	R\$ 38,96
PESQUISA DE CHLAMIDIA	R\$ 40,39
MICROALBUMINURIA	R\$ 32,89
KPTT	R\$ 10,22
GPT	R\$ 12,93
GOT	R\$ 12,93
CITOGRAMA NASAL	R\$ 15,48
CITOMEGALOVIRUS IGG	R\$ 32,09
CITOMEGALOVIRUS IGM	R\$ 38,96
HIV1+HIV2 PESQUISA DE ANTICORPOS	R\$ 60,03
CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DE FERRO	R\$ 11,17
CONTAGEM DE PLAQUETAS	R\$ 15,59
CULTURA DE SECREÇÃO VAGINAL	R\$ 39,44
ELETROFORESE DE PROTEINAS	R\$ 32,89
ESTRADIOL	R\$ 53,91
ESTROGÊNIOS TOTAIS (FENOESTERÓIDES)	R\$ 32,57
ACIDO FOLICO (FOLARO SERICO)	R\$ 32,89
FOLICULO ESTIMULANTE - FSH	R\$ 38,66
FTA-ABS SIFILIS	R\$ 20,92
GLOBULINA	R\$ 9,74
DETERMINAÇÃO DO HEMATÓCRITO	R\$ 7,02
HORMONIO DO CRESCIMENTO	R\$ 41,49
IGA	R\$ 20,92
IGE	R\$ 36,37
LH	R\$ 38,66
MANTOUX	R\$ 13,41
METANEFRIAS URINARIA	R\$ 59,55
REACAO PARA MONONUCLEOSE	R\$ 32,57
PROGESTERONA PLASMÁTICA	R\$ 41,49
DOSAGEM DE PROLACTINA	R\$ 49,53
RUBEOLA IGG	R\$ 32,09
RUBEOLA IGM	R\$ 38,96
SECREÇÃO OROFARINGE, BACTERIOSCOPIA	R\$ 12,45
T3	R\$ 36,37
T4	R\$ 36,37
T4L	R\$ 45,45
TESTOSTERONA	R\$ 53,91
TOXOPLASMOSE IGG	R\$ 32,09
TOXOPLASMOSE IGM	R\$ 38,96

ALBUMINA	R\$ 7,02
RENINA	R\$ 96,16
TEMPO DE COAGULAÇÃO	R\$ 4,95
17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA	R\$ 53,38
HOMOCISTEINA	R\$ 59,55
GLICOSE	R\$ 7,02
GRUPO SANGUINEO	R\$ 11,34
FATOR RH	R\$ 11,34
CLORO	R\$ 7,02
PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	R\$ 9,74
HERPES - IGG	R\$ 32,57
HERPES - IGM	R\$ 39,43
FIBRINOGENIO	R\$ 10,22
COPROLÓGICO FUNCIONAL	R\$ 28,74
HEMOGLOBINA	R\$ 59,55
LIQUOR	R\$ 54,60
CULTURA AUTOMATIZADA	R\$ 89,88
ANTIBIOGRAMA AUTOMATIZADO	R\$ 72,80
SOMATOMEDINA C	R\$ 96,15
INSULINA	R\$ 38,66
ANTI-RO	R\$ 32,57
ANTI-LA	R\$ 32,57
ANTI-SM	R\$ 32,57
IDENTIFICACAO ANTICORPOS DENGUE IGG E IGM	R\$ 52,04
INDICE DE SATURACAO TRANSFERINA	R\$ 25,23
ESPERMOGRAMA	R\$ 57,95
DOSAGEM DE ERITROPOETINA	R\$ 96,15
GLICOSE 75G	R\$ 10,22
CARDIOLIPINA IgG	R\$ 32,57
CARDIOLIPINA IgM	R\$ 44,70
ANTICOAGULANTE LÚPICO	R\$ 33,53
DIHIDROTESTOSTERONA	R\$ 85,65
MICROALBUMINURIA DE 24 HORAS	R\$ 32,89
BETA 2 MICROGLOBULINA	R\$ 60,03
IMONOGLOBULINA A	R\$ 44,70
IMONOGLOBULINA G	R\$ 20,92
IMONOGLOBULINA M	R\$ 20,92
COAGULOGRAMA	R\$ 44,23
ANTI HBC - IGM	R\$ 39,43
TESTE DO PEZINHO AMPLIADO	R\$ 168,69
ANTI-GLIADINA (GLUTEN) IgA	R\$ 32,57
HEMOCULTURA AUTOMATIZADA	R\$ 57,95
PARATORHORMONIO	R\$ 110,46
CALCIO IONICO	R\$ 19,32
AMONIA	R\$ 38,79
TESTE TOLERANCIA LACTOSE	R\$ 38,79
PROTEINA DE BENICE JONES	R\$ 15,01
CATECOLAMINAS	R\$ 36,36
LEPTOSPIROSE IGM	R\$ 44,70
BETA HCG QUANTITATIVO	R\$ 36,37
25 HIDROXIVITAMINA 3	R\$ 32,02
CALCIO IÔNICO	R\$ 19,32
CALCIO NA URINA DE 24 HORAS	R\$ 7,02
NEUTROFILOS, ANTI-ANCA	R\$ 44,70
FATOR ANTI-NUCLEAR (HEP2)	R\$ 21,39
PRO BNP	R\$ 59,55
CATECOLAMINAS - SANGUE / URINA	R\$ 36,36
ANTICOAGULANTE LUPICO	R\$ 39,43
ANTI SM	R\$ 32,57
ANTI SSA/RO	R\$ 32,57
GLICOSE DE 50	R\$ 10,22
EPSTEIN BAR - IGG	R\$ 32,57
EPSTEIN BAR - IGM	R\$ 32,57
COMB.TOTAL LIVRE FERRO	R\$ 9,74

ANTITROMBINA III	R\$ 65,46
CA 72-4	R\$ 60,03
CULTURA E ANTIBIOGRAMA - AUTOMATIZADA	R\$ 89,88
DIMERO D	R\$ 145,13
PESQUISA CLOSTRIDIUM	R\$ 44,70
FATOR V DE LEIDEN	R\$ 455,98
CARDIOLIPINA IGA	R\$ 44,70
CARDIOLIPINA IGM	R\$ 44,70
CARDIOLIPINA IGG	R\$ 32,57
CHLAMYDIA IGM	R\$ 52,04
ANTITROMBINA 3	R\$ 65,46
1,25 DIHIDROXI VITAMINA D	R\$ 96,15
MICOLOGICO	R\$ 12,93
HLAB27	R\$ 391,63
TROPONINA I	R\$ 59,55
TIREOGLOBULINA	R\$ 69,82
FATOR REUMATOIDE QUANTITATIVO	R\$ 20,92
CALCITONINA	R\$ 124,53
ANTI ENDOMISIO IGA OU IGG	R\$ 60,03
CHAGAS IGG	R\$ 32,57
CHAGAS IGM	R\$ 39,43
CHLAMYDIA IGG	R\$ 39,43
PROTEINA S, DOSAGEM	R\$ 269,48
PROTEINA C, DOSAGEM	R\$ 99,94
LIQUIDO PLEURAL	R\$ 100,22
LIQUIDO ASCITICO	R\$ 100,22
CARIOTIPO COM BANDA G	R\$ 638,73
PARVOVIRUS IGM	R\$ 102,97
PARVOVIRUS IGG	R\$ 102,97
T3 REVERSO	R\$ 124,53
PESQUISA ANTIMUSCULO LISO	R\$ 32,57
PESQUISA LKM 1	R\$ 52,04
IGG SUBCLASSES 1	R\$ 89,08
IGG SUBCLASSES 2	R\$ 89,08
IGG SUBCLASSES 3	R\$ 89,08
IGG SUBCLASSES 4	R\$ 89,08
IMUN.SUBPOP.LINFOCITARIAS CD3,CD4,CD8	R\$ 273,00
GLOBULINA LIGADORA HORM.SEXUAIS	R\$ 96,20
ANTI-GLIADINA (IGM)	R\$ 32,57

OBS: O NÚMERO DE EXAMES MENSAIS É ILIMITADO, DEVENDO ATENDER A DEMANDA NECESSÁRIA, A CRITÉRIO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.



# Garopaba

## PREFEITURA

### ERRATA Nº 01 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 17/2015

ERRATA N.º 1: Processo Seletivo Simplificado n.º 017/2015

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna público a seguinte alteração no Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado n.º 017/2015.

No item 1. DO CRONOGRAMA, nos subitens 5 e 6, onde se lê:

5.	Divulgação do Local da Entrevista dos candidatos	15/01/2016
6.	Realização da entrevista e avaliação dos candidatos	18/01/2016 até as 13h00min

Leiam-se:

5.	Divulgação do Local da Entrevista dos candidatos	11/01/2016
6.	Realização da entrevista e avaliação dos candidatos	12 e 18/01/2016 a partir das 09:00 hs

Os demais itens do edital permanecem inalterados.

Garopaba, 08 de janeiro de 2016

Honorato Timóteo Pacheco

Secretário de Administração

Publicado a presente Errata no DOM/SC em 11/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

### HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 016/2015

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 016/2015

FICA HOMOLOGADO o Resultado do Processo Seletivo, Edital n.º 016/2015, para os seguintes cargos:

#### CARGO: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Classificação	Candidato
1º	Edson Melo de Aguiar
2º	Claudio Gonçalves Sebastião
3º	Samir de Araujo
4º	Julio Cesar Lisboa Rosa
5º	Caio E. S. Passos
6º	Leandro dos Santos Ribeiro
7º	Manoel José de Souza

Garopaba, 08 de janeiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Homologação no DOM/SC em 11/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

### LISTA DOS INSCRITOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 17/2015

LISTA DOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 017/2015

DEFERIDOS E INDEFERIDOS

#### CARGO: TÉCNICO DE RAIOS-X

Diego João Pereira	DEFERIDO
Ângela Maria Gonçalves Batista	DEFERIDO
Vagner da Rosa Pires	DEFERIDO
Neylor Cravo Cardoso	INDEFERIDO
Maína Neis	DEFERIDO
Patrícia Ribeiro	DEFERIDO
Rodrigo Gomes de Vargas	DEFERIDO

#### CARGO: VIGILANTES

Aldemir Marques dos Santos	DEFERIDO
----------------------------	----------

#### CARGO: ENFERMEIRO

Lizandra Chane	DEFERIDO
----------------	----------

#### CARGO: FONOAUDIÓLOGO NASF

Luciana Brito Veiga	DEFERIDO
---------------------	----------

#### CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

Vera Lucia Fraga Virginio	DEFERIDO
Leidiane de Souza	DEFERIDO

#### CARGO: MÉDICO EMERGENCISTA 30 HORAS

Leila Andersson Westphalen de Godoy	DEFERIDO
Peter Maciel Haberlehner	DEFERIDO
Abraão Pereira Eulalio de Barros	DEFERIDO
Fabiane Battistella Nieto	DEFERIDO

#### CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Ana Cristina Almeida da Silva de Oliveira	DEFERIDO
Gizele Aparecida dos Santos Feijó	DEFERIDO
Alessandra Hofmann Allet	DEFERIDO
Raquel Ivani Mendonça	DEFERIDO
Maria Raimunda Miranda dos Santos	DEFERIDO

Garopaba, 08 de janeiro de 2016.

Publicada a presente Homologação no DOM/SC em 11/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 061/2016.**

PORTARIA N.º 061, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 017/2015

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelos servidores municipais: CÁTIA DE LOURDES FERREIRA MARCON, mat. 4301, GRAZIELA DA SILVEIRA ESTÁCIO, mat. 6060 e JOÃO DA SILVA PACHECO, mat. 6311 para, sob a presidência da primeira, efetuarem o processo de avaliação referente ao Edital de Contratação de Profissionais em Caráter Temporário n.º 017/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de janeiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Garuva

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 03/2016

PORTARIA Nº. 03 de 08 de janeiro de 2016

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA ERICA CRISTIANE DA SILVA DOS SANTOS PARA A FUNÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 1322/2007 DE 26 DE ABRIL DE 2007.

CONSIDERANDO, a realização do processo Eleitoral, quadriênio 2016-2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

CONSIDERANDO, Ata do dia 04/10/2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que homologa a eleição do Conselheiro Tutelar;

#### RESOLVE:

ART. 1o. – Nomear, a senhora ERICA CRISTIANE DA SILVA DOS SANTOS, brasileira, solteira, portadora do RG nº 4.467.063-0 e CPF nº 049.747.639-89, para a função de CONSELHEIRA TUTELAR, percebendo vencimento conforme Lei Municipal 1322/2007, de 26/04/2007.

ART. 2o – Esta Portaria entra em vigor a contar de 11 de janeiro de 2016.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 04/2016

PORTARIA Nº. 04 de 08 de janeiro de 2016.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SENHOR MARCIO ALVES DA LUZ, PARA A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 1322/2007 DE 26 DE ABRIL DE 2007.

CONSIDERANDO, a realização do processo Eleitoral, quadriênio 2016-2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

CONSIDERANDO, Ata do dia 04/10/2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que homologa a eleição do Conselheiro Tutelar;

#### RESOLVE:

ART. 1o. – Nomear, o senhor MARCIO ALVES DA LUZ, brasileiro, casado, portador do RG nº 4.295.565-3 e CPF nº 048.676.919-41, para a função de CONSELHEIRO TUTELAR, percebendo vencimento conforme Lei Municipal 1322/2007, de 26/04/2007.

ART. 2o – Esta Portaria entra em vigor a contar de 11 de janeiro de 2016.

JOSE CHAVES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 05/2016

PORTARIA Nº. 05 de 08 de janeiro de 2016.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SENHOR EDELIR SEBASTIÃO TORRES DA CUNHA JUNIOR, PARA A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 1322/2007 DE 26 DE ABRIL DE 2007.

CONSIDERANDO, a realização do processo Eleitoral, quadriênio 2016-2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

CONSIDERANDO, Ata do dia 04/10/2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que homologa a eleição do Conselheiro Tutelar;

#### RESOLVE:

ART. 1o. – Nomear, o senhor EDELIR SEBASTIÃO TORRES DA CUNHA JUNIOR, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 4.350.493-0 e CPF nº 062.832.189-97, para a função de CONSELHEIRO TUTELAR, percebendo vencimento conforme Lei Municipal 1322/2007, de 26/04/2007.

ART. 2o – Esta Portaria entra em vigor a contar de 10 de janeiro de 2016.

JOSE CHAVES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 06/2016

PORTARIA Nº. 06 de 08 de janeiro de 2016.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SENHOR DIVANILDO TOBLER, PARA A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 1322/2007 DE 26 DE ABRIL DE 2007.

CONSIDERANDO, a realização do processo Eleitoral, quadriênio 2016-2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

CONSIDERANDO, Ata do dia 04/10/2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que homologa a eleição do Conselheiro Tutelar;

#### RESOLVE:

ART. 1o. – Nomear, o senhor DIVANILDO TOBLER, brasileiro, casado, portador do RG nº 2.055.145 e CPF nº 728.141.609-15, para a função de CONSELHEIRO TUTELAR, percebendo vencimento conforme Lei Municipal 1322/2007, de 26/04/2007.

ART. 2o – Esta Portaria entra em vigor a contar de 11 de janeiro de 2016.

JOSE CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 07/2016**

PORTARIA Nº. 07 de 08 de janeiro de 2016

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SENHOR MARCO ANTONIO CHAVES PARA A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 1322/2007 DE 26 DE ABRIL DE 2007.

CONSIDERANDO, a realização do processo Eleitoral, quadriênio 2016-2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

CONSIDERANDO, Ata do dia 04/10/2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que homologa a eleição do Conselheiro Tutelar;

**RESOLVE:**

ART. 1o. – Nomear, o senhor MARCO ANTONIO CHAVES, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 5.171.625 e CPF nº 078.663.129-58, para a função de CONSELHEIRO TUTELAR, percebendo vencimento conforme Lei Municipal 1322/2007, de 26/04/2007.

ART. 2o – Esta Portaria entra em vigor a contar de 11 de janeiro de 2016.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 08/2016**

PORTARIA Nº. 008, de 08 de janeiro de 2016.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA LAYLA GRAZIELE BRASSANINI, PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 046/09 DE 16 DE OUTUBRO DE 2009.

**RESOLVE:**

ART. 1o. – Nomear a senhora LAYLA GRAZIELE BRASSANINI, brasileira, solteira, portadora do RG nº 5.515.409-3 e CPF nº 060.550.719-83, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde, com provimento de caráter efetivo, para atuar na Microárea 02, localidade do Urubuquara, cujas atribuições e responsabilidades constam dos anexos III e IV da Lei Complementar 046/2009.

ART. 2o – O padrão de vencimentos, de acordo com a referida Lei Complementar, é o da referência A, de classe I, da Carreira de Suporte, no valor de R\$ 926,74 (novecentos e vinte e seis reais e setenta e quatro centavos) mensais, para a carga horária de 220 horas/mês.

ART. 3o – A presente nomeação se dá em razão da classificação obtida pela referida nomeada no Teste Seletivo Simplificado nº 003/2015, autorizado pela Portaria Municipal nº 040 de 16/03/2015, homologado em 30/06/2015.

ART. 4o - Esta Portaria entra em vigor a contar da data de 08 de janeiro de 2016.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL RP 01/2016** AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:  
PREGÃO PRESENCIAL 01/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS DE MADEIRA PARA O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 21/01/2016 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 21/01/2016 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 08 de Janeiro de 2016.  
Mariana de Souza Fernandes  
PREGOEIRA

# Grão Pará

## PREFEITURA

### DECRETO DF 001/2016 - ORÇAMENTO

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

#### DECRETO Nº 000001/16 de 7 de Janeiro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002026/15 de 17 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(120)3.3.90.00.00.00.00.2.025-0000 - Aplicacoes Diretas

5.000,00

Total Suplementação:

5.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(121)4.4.90.00.00.00.00.2.025-0000 - Aplicacoes Diretas

5.000,00

Total Anulação:

5.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 7 de Janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 7 de Janeiro de 2016.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda



# Guaraciaba

## PREFEITURA

### EXTRATOS CONTRATOS 13 E 14.2016 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARACIABA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 13/2016

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada.: NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA

Valor ..... : 39.100,00 (trinta e nove mil e cem reais)

Vigência ..... : Início: 08/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 95/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAS NITROGÊNIO LIQUIDO (CONSERVADOR DE SEMEN BOVINO) QUE SERÁ UTILIZADO PARA FAZER A DISTRIBUIÇÃO AOS INSEMINADORES DO MUNICIPIO, ATENDENDO AO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO, COM O INTUITO DE MELHORIA DA PRODUTIVIDADE DO REBANHO.

Contrato Nº.: 14/2016

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada.: EMBRIOSEMEN - EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - EP

Valor ..... : 3.560,00 (três mil quinhentos e sessenta reais)

Vigência ..... : Início: 08/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 95/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAS ( LUVAS), QUE SERÁ UTILIZADO PARA FAZER A DISTRIBUIÇÃO AOS INSEMINADORES DO MUNICIPIO, ATENDENDO AO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO, COM O INTUITO DE MELHORIA NA PRODUTIVIDADE DO REBANHO

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 122.2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2015

PROCESSO Nº 122/2015 HOMOLOGAÇÃO: 08/01/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS ( LUVAS, BAINHAS FRANCESAS) E NITROGÊNIO LIQUIDO (CONSERVADOR DE SEMEN BOVINO) QUE SERÁ UTILIZADO PARA FAZER A DISTRIBUIÇÃO AOS INSEMINADORES DO MUNICIPIO, ATENDENDO AO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO, COM O INTUITO DE MELHORIA NA PRODUTIVIDADE DO REBANHO.

CONTRATADO: EMBRIOSEMEN - EQUIPAMENTOS

AGROPECUÁRIOS LTDA - EP

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.560,00 (três mil quinhentos e sessenta reais)

CONTRATADO: NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 39.100,00 (trinta e nove mil e cem reais)

=====

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 13.16 AQUISIÇÃO DE SEMEM BOVINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº13/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 18/16, Edital de Pregão Presencial Nº 13/16, Objeto: Aquisição de Semem Bovino; recebimento de propostas até às 14:00 horas do dia 22/01/16; a abertura do Edital será às 14:00 horas do dia 22/01/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 08 de janeiro 2016.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 14.16 CONTRATAÇÃO DE HORA MAQUINA MOTONIVELADORA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº14/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 19/16, Edital de Pregão Presencial Nº 14/16, Objeto: AQUISIÇÃO DE HORA MÁQUINA SERVIÇOS DE MOTONIVELADORA; recebimento de propostas até às 15:00 horas do dia 22/01/16; a abertura do Edital será às 15:00 horas do dia 22/01/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 08 de janeiro de 2016.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 15.16 AQUISIÇÃO SERVIÇOS DE LAVAGENS DE VEÍCULOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº15/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 20/16, Edital de Pregão Presencial Nº 15/16, Sistema de Registro de Preços - Tipo Menor Preço por Item. Objeto: Aquisição de Serviços de Lavagem de Veículos; recebimento de propostas até às 09 horas do dia 25/01/16; a abertura do Edital será às 09 horas do dia 25/01/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 08 de janeiro de 2016.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO - PREF 08

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 08/2016.

DISPENSA DE LICITAÇÃO – COMPRA DIRETA Nº. 09/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: NITROSEMEN – PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA.

OBJETO: Aquisição nitrogênio líquido para abastecimento de botijões criobiológicos que conservam o sêmen, utilizada no Programa de Inseminação Artificial do Município de Guarujá do Sul.

VALOR ANUAL: R\$ 7.937,50 ( 1.250 litros )

VIGENCIA: 31/12/2016

Guarujá do Sul, SC, 08 de janeiro de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FORNECEDORES  
Nº 001/2016

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016

#### OBJETO

O presente edital tem por objeto o recebimento das inscrições de novos fornecedores para o exercício de 2016 e promover a atualização de dados dos fornecedores já cadastrados no Cadastro de Fornecedores do Município de Herval d'Oeste, para fins de aquisição de materiais, objetos, equipamentos, prestações de serviços, habilitação em licitação ou para contratação

#### ENTREGA DOS ENVELOPES

A partir às 12:30 horas do dia 11/01/2016 até 31/12/2016

#### LOCAL DA ENTREGA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Setor de Compras e Licitações.

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo. 34 § 1º da. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

#### EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra e seus anexos estão disponíveis no site: [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional. Para aqueles que tiverem interesse o Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 18,65 (dezoito reais e sessenta e cinco centavos). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 08 de janeiro de 2016

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

### CREDENCIAMENTO Nº 001/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2016

#### OBJETO

Credenciamento de Pessoa Jurídica destinada a prestação de serviços na área de saúde de acordo nas seguintes especificações: Fornecimento de consultas médicas; Exames especializados; Medicamentos para distribuição gratuita; Órteses, próteses e materiais especiais; Serviço de residência terapêutica; Procedimentos de internações hospitalares; Serviços de próteses dentárias

#### ENTREGA DOS ENVELOPES

A partir às 12:30 horas do dia 11/01/2016 até 31/12/2016

#### LOCAL DA ENTREGA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu

Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Setor de Compras e Licitações.

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

#### EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra e seus anexos estão disponíveis no site: [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional. Para aqueles que tiverem interesse o Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 18,65 (dezoito reais e sessenta e cinco centavos). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 08 de janeiro de 2016

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2016

#### OBJETO

Contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT - para prestação de serviços de atividades postais para coleta, transporte e entrega de documentos no âmbito nacional.

#### CONTRATADO

ECT- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

#### VALOR CONTRATO

R\$ 70.000,00 ( setenta mil reais)

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 25, inciso I da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 06 de janeiro de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2016

#### OBJETO

Contratação do Fundo de Materiais e Impressos Oficiais SC para prestação de serviços de atividades publicação de matérias por meio do Diário Oficial do Estado de Santa Catarina – DOE/SC, pelo período de 12 (doze) meses,

#### CONTRATADO

Fundo de Materiais e Impressos Oficiais SC

#### VALOR CONTRATO

R\$ 15.000,00 ( quinze mil reais)

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Artigo 25, inciso I da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 06 de janeiro de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2016****AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2016

**OBJETO**

Contratação da Imprensa Nacional para prestação de serviços de atividades publicação de matérias por meio do Diário Oficial da União – DOU, pelo período de 12 (doze) meses.

**CONTRATADO**

IMPrensa NACIONAL

**VALOR CONTRATO**

R\$ 15.000,00 ( quinze mil reais)

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Artigo 25, inciso I da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 08 de janeiro de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 053/2016**

PORTARIA Nº 053/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Designar a Servidora SIMONE FERRARI (Matr. 2728), ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde - ACS, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, a conduzir veículo público do município de Herval d' Oeste, responsabilizando-se a mesma pelo veículo na sua totalidade, inclusive por multas de trânsito e danos que possa dar causa em virtude da condução do veículo, a partir de 08 de janeiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Janeiro de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 054/2016**

PORTARIA Nº 054/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 04 de janeiro de 2016, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, ao Servidor EDSON LUIZ DE SOUZA (Matr. 2704), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção, Nível/Referência – 5/C, Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Janeiro de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 055/2016**

PORTARIA Nº 055/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido conforme requerimento anexo, e DECLARAR a Vacância do cargo ocupado pela Servidora ZULEICA BARTH DAS-SI (Matr. 972), a qual exercia as funções inerentes ao Cargo de Provimento Efetivo de Médico, Nível – 10, Referência "F", Anexo V da LC Nº 280/2011, 10 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 08 de janeiro de 2016, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45, da LC Nº 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Janeiro de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

# Ibiam

## PREFEITURA

### CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2016

O Município de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação, na modalidade de Concorrência Pública, pela outorga da concessão para explorar o GINÁSIO DE ESPORTES ANTÔNIO DOMINGOS PARISE, anexo ao Centro Educacional Eliziane Titon, por um período de 5(CINCO) anos, podendo ser prorrogado por igual período, .

Entrega dos envelopes: até o dia 12/02/2016 até às 08:00 horas

Abertura dos envelopes: 12/02/2016 às 08:30 horas

Tipo de Avaliação: Melhor Oferta

Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 0147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos no site: [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br) ou, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiam, 08 de Janeiro de 2016.

Eliaz Gregório Giusti

Prefeito Municipal de Ibiam em exercício

### PREGÃO PRESENCIAL 002/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº002/2016

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, para contratação de empresa especializada prestadora de serviços, para a realização de CONCURSO PÚBLICO. Entrega dos envelopes: até 26/01/2016, até as 08hs45min. Abertura dos envelopes: 26/01/2016 às 09hs:00min. Forma de Julgamento: Menor Preço Por Lote. Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e C147/14. O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos :site [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br). Ibiam, 08 de Janeiro de 2016. Prefeito Municipal de Ibiam em exercício o Sr Eliaz Gregório Giusti .

### PREGÃO PRESENCIAL 003/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2016  
PREGÃO 003/2016

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, para contratação de serviços de transporte escolar para o ano letivo de 2016, nas linhas Santo Alécio/ Vista Alegre e Linha União, manhã e tarde. E Linha Cerro Azul somente mamã. Entrega dos envelopes: até 25/01/2016, até as 08hs30min. Abertura dos envelopes: 25/01/2016 às 09hs:00min. Forma de Julgamento: Menor Preço Global, Registro de Preço. Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e C147/14. O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos :site [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br). Ibiam, 08 de janeiro de 2016. Eliaz Gregório Giusti Prefeito Municipal de Ibiam em exercício.

### RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO

TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO DE PREFEITO  
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Aos quatro dias do Mês de janeiro de dois mil e dezesseis, às oito horas, no gabinete do Prefeito, estando presentes o Sr. Gilmar Fontana, Vice Prefeito Municipal, o Sr. Eliaz Gregório Giusti, Presidente da Câmara de Vereadores e demais servidores, foi realizado o ato de posse do Sr. Eliaz Gregório Giusti no cargo de Prefeito Municipal em Exercício em virtude da decisão judicial proferida nos autos nº 0900033-78.2015.8.24.0071 que determinou o afastamento do cargo e função pública o Sr. Clóvis José Busatto, bem como o comunicado do Sr. Gilmar Fontana que precisará ausentar-se da administração do município para tratar de assuntos particulares entre os dias quatro e treze de janeiro de dois mil e dezesseis e nos termos dos artigos oitenta e um e oitenta e dois da Lei Orgânica Municipal. Neste ato fica transmitido o cargo, do qual será dada ciência a Egrégia Câmara de Vereadores para as providências necessárias. E, para constar eu, Carmelita Chiesa Tragancin , lavei o presente termo que vai assinado por mim, pelos Senhores Eliaz Gregório Giusti – Prefeito Municipal em Exercício, Gilmar Fontana e, demais pessoas presentes neste ato. Ibiam, 04 de janeiro de 2016.

# Imarui

## PREFEITURA

**PORTARIA GP Nº 669/2015 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 669/2015, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015  
Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, Resolve:  
REVOGAR:

A Portaria GP Nº 038/2015 de ELISETE MACHADO RODRIGUES como Assessor de Direção da unidade Escolar com carga horaria de 40 horas semanais de acordo com a C.I nº 0145/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 30/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 670/2015 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 670/2015, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015  
Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, Resolve:  
REVOGAR:

A Portaria GP Nº 035/2015 de JULIANA SPECK SOUSA com o cargo de Professor II de Series Iniciais, de acordo com o requerimento partir do dia 18 de Dezembro de 2015.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 30/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 667/2015, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 667/2015, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015  
Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, Resolve:  
REVOGAR:

A Portaria GP Nº 046/2015 de PATRÍCIA AVELINO ALVES como Diretora da E.E.F.M Vereador Osvaldo de Souza Siqueira, de acordo com a C.I nº 144/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 30/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 668/2015 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 668/2015, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Motorista.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR  
JASON DA SILVA NUNES do Cargo de Motorista, com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 142/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão



# Imbituba

## PREFEITURA

### EDITAL SEAGP Nº 004/2016

EDITAL SEAGP Nº 004/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 008/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 09 de Janeiro a 08 de Fevereiro de 2016, no horário das 08h às 13h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 08 de janeiro de 2016.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 004/2016

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Motorista

Mario Sergio dos Santos Pereira

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2016 (PMI - SEAPI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

ERRATA

Onde se lê "das 13:00 às 19:00 horas", referente ao comunicado de abertura do Pregão, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 20 de janeiro de 2016, ler-se-á "das 7:00 às 13:00 horas".

Imbituba, 11 de janeiro de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 01/2016 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

ERRATA

Onde se lê "das 13:00 às 19:00 horas", referente ao comunicado de abertura do Pregão, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 20 de janeiro de 2016, ler-se-á "das 7:00 às 13:00 horas".

Imbituba, 11 de janeiro de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 02/2016 (PMI - SEMUSA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 02/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

ERRATA

Onde se lê "das 13:00 às 19:00 horas", referente ao comunicado de abertura do Pregão, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 20 de janeiro de 2016, ler-se-á "das 7:00 às 13:00 horas".

Imbituba, 11 de janeiro de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 03/2016 (PMI - SEAPI)**

PREFEITURA DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 03/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 10:00 horas, do dia 21 de Janeiro de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "Aquisição de tubos, blocos de concreto, lajota, meio-fio e calha para uso da SEAPI e Superintendências Sul, Norte e Oeste".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 11 de Janeiro de 2016.  
Rui Geraldo Rodrigues  
Secretário Municipal da SEAPI

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2016 (SEAST)**

PREFEITURA DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 02/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 9:00 horas, do dia 21 de Janeiro de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "contratação de serviço de sonorização para todos os programas e serviços da SEAST".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 11 de Janeiro de 2016.  
Célia David da Silva  
Secretária Municipal da SEAST

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2016 (PMI - SEAPI)**

PREFEITURA DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 04/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 11:00 horas do dia 21 de janeiro de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a "contratação de empresa para fornecimento de material de consumo para reposição nas roçadeiras laterais".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 11 de Janeiro de 2016.  
Rui Geraldo Rodrigues  
Secretário Municipal da SEAPI

**EXTRATO: PMI SEAGP 2015/179 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAGP 2015/179 A/00  
Contratada: VANTUTA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA  
CNPJ: 07.452.760/0001-89  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CÓPIA/IMPRESSÃO CORPORATIVA COM A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NOVOS, FORNECIMENTO DE MATERIAIS COMPLEMENTARES (TONER, CILINDRO E REVELADOR) – PARA INSTALAÇÃO NA CIDADE DE IMBITUBA/SC- ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2016  
Preço: R\$ 88.496,46 Prazo: 31/12/2016  
Fundamento: Processo nº. 107/2015 Pregão 60/2011

Imbituba, 23 de dezembro de 2015.  
Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
Contratante

Vantuta Prestação De Serviços Ltda  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEAPI 2015/164 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAPI 2015/164 A01  
Contratada: COOPERATIVA DE MÉDICOS VETERINARIOS  
CNPJ 00.724.631/0001-86  
Objeto: É OBJETO DESTES TERMOS ADITIVO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO PARA ATÉ 30 DE JUNHO DE 2016  
Valor R\$24.720,00- Prazo: 30/06/2016  
Fundamento: Processo nº103/2015 Pregão 58/2015

Imbituba, 18 de dezembro de 2015.  
Rui Geraldo Rodrigues  
Secretário municipal de  
agricultura, pesca e infraestrutura-  
SEAPI- Contratante

Cooperativa De Médicos Veterinários  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEAPI 2016/01 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAPI 2016/01 A00  
Contratada: CORINGA COMERCIO E REP. DE EQUIP. ELETRONICOS DE SEGURANÇA LTDA  
CNPJ 01.468.282/0001-19  
Objeto: EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS À DISTÂNCIA POR CIRCUITO FECHADO DE TV DIGITAL EM PROTOCOLO TCP/IP NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC  
Prazo:31/12/2016 Valor R\$ 1.764,00  
Fundamento: Processo nº 15/2015 Pregão 14/2015

Imbituba, 06 de janeiro de 2015.  
Rui Geraldo Rodrigues  
Secretario Municipal de Agricul. Pesc. E  
Infraestrutura-seapi  
Contratante

Coringa Comercio e rep. De Equip.  
Eletronicos de Segurança LtdaRepresentante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEDUC 2016/10 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEDUC 2016/10 A00  
Contratada: MARIA ROSANGELA ROCHADEL LUIZ ME  
CNPJ 06.234.279/0001-45  
Objeto: AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS DE COZINHA (GLP) DE 13KG E (GLP) DE 45KG, PARA USO DAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Valor: R\$ 68.950,00 Prazo: 31/12/2016  
Fundamento: Processo nº. 111/2015 Pregão064/2015

Imbituba, 05 de janeiro de 2015.  
Michela da Silva Freitas  
Secretária municipal de educação  
Contratante

Maria Rosangela Rochadel Luiz me  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SETEC 2016/01 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SETEC 2016/01 A/00  
Contratada: JEDSON DE MORAIS-ME  
CNPJ 08.415.380/0001-37  
PROMOVER 02(DOIS) SHOWS NACIONAIS A SEREM REALIZADOS NOS DIAS 15 E 17 DE JANEIRO DE 2016, DENTRO DA PROGRAMAÇÃO DO 17º FESTIVAL NACIONAL DO CAMARÃO, NA FORMA ESPECIFICADA NESTE EDITAL E TERMO DE REFERENCIA ANEXO VIII. VII

Valor R\$40.000,00 Prazo: 31/12/2016  
Fundamento: Processo nº.88/2015 Pregão 52/2015

Imbituba, 05 de janeiro de 2016.  
Paulo Juchem Sefton  
Secretário Municipal de Turismo  
Esporte e Cultura  
Contratante

Jedson de Moraes-me  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SETEC 2016/02 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SETEC 2016/02 A/00  
Contratada: JEDSON DE MORAIS-ME  
CNPJ 08.415.380/0001-37  
Objeto AUTORIZAÇÃO DE EMPRESA DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA GERENCIAR E EXPLORAR COMERCIAL E PUBLICITARIAMENTE ESPAÇOS NA ÁREA ONDE SERÁ REALIZADO O 17º FESTIVAL NACIONAL DO CAMARÃO, DE 15 A 17 DE JANEIRO DE 2016  
Valor R\$60.000,00 Prazo: 31/12/2016  
Fundamento: Processo nº.86/2015 Pregão 51/2015

Imbituba, 05 de janeiro de 2016.  
Paulo Juchem Sefton  
Secretário Municipal de Turismo  
Esporte e Cultura  
Contratante

Jedson de Moraes-me  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SETEC 2016/03 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SETEC 2016/03 A/00  
Contratada: JEDSON DE MORAIS-ME  
CNPJ 08.415.380/0001-37  
Objeto AUTORIZAÇÃO DE EMPRESA DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA GERENCIAR E EXPLORAR COMERCIAL E PUBLICITARIAMENTE ESPAÇOS NA ÁREA ONDE SERÁ REALIZADO O 17º FESTIVAL NACIONAL DO CAMARÃO, DE 15 A 17 DE JANEIRO DE 2016  
Valor R\$15.000,00 Prazo: 31/12/2016  
Fundamento: Processo nº.88/2015 Pregão 52/2015

Imbituba, 05 de janeiro de 2016.  
Paulo Juchem Sefton  
Secretário Municipal de Turismo  
Esporte e Cultura  
Contratante

Jedson de Moraes-me  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SETEC 2016/04 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SETEC 2016/04 A/00  
Contratada: UNIÃO SP LTDA ME  
CNPJ 19.252.213/0001-39  
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DURANTE A REALIZAÇÃO DO 17º FESTIVAL NACIONAL DO CAMARÃO DE 15 A 17 DE JANEIRO DE 2016 EM IMBITUBA/SC  
Valor R\$39.000,00 Prazo: 31/12/2016  
Fundamento: Processo nº.144/2015 Pregão 86/2015

Imbituba, 05 de janeiro de 2016.  
Paulo Juchem Sefton  
Secretário Municipal de Turismo  
Esporte e Cultura  
Contratante

Uniao SP Ltda me  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SETEC 2016/05 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SETEC 2016/05 A/00  
Contratada: MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MOVEIS LTDA  
CNPJ 08.158.856/0001-32  
Objeto OBJETOCONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS À SEREM UTILIZADOS DURANTE O 17º FESTIVAL NACIONAL DO CAMARÃO

NOS DIAS 15,16 E 17 DE JANEIRO DE 2016 EM IMBITUBA/SC

Valor R\$11.700,00 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº.143/2015 Pregão 85/2015

Imbituba, 05 de janeiro de 2016.

Paulo Juchem Sefton

Secretário Municipal de Turismo

Esporte e Cultura

Contratante

Multiban Locações de Bens Moveis Ltda

Representante Legal

Contratada

#### **EXTRATO: PMI SETEC 2016/06 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SETEC 2016/06 A/00

Contratada: LIND GUIMAR MACHADO ME

CNPJ 18.010.737/0001-50

Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DURANTE A REALIZAÇÃO DO 17º FESTIVAL NACIONAL DO CAMARÃO DE 15 A 17 DE JANEIRO DE 2016 EM IMBITUBA/SC

Valor R\$79.500,00 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº.142/2015 Pregão 84/2015

Imbituba, 05 de janeiro de 2016.

Paulo Juchem Sefton

Secretário Municipal de Turismo

Esporte e Cultura

Contratante

Lind Guimar Machado me

Representante Legal

Contratada

#### **EXTRATO: PMI SETEC 2016/07 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SETEC 2016/07 A/00

Contratada: CARDIAL STANS LTDA EPP

CNPJ 5.352.060/0001-26

Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DURANTE A REALIZAÇÃO DO 17º FESTIVAL NACIONAL DO CAMARÃO DE 15 A 17 DE JANEIRO DE 2016 EM IMBITUBA/SC

Valor R\$63.400,00 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº.131/2015 Pregão 74/2015

Imbituba, 05 de janeiro de 2016.

Paulo Juchem Sefton

Secretário Municipal de Turismo

Esporte e Cultura

Contratante

Cardial Stands Ltda epp

Representante Legal

Contratada

#### **EXTRATO: PMI SETEC 2016/08 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SETEC 2016/08 A/00

Contratada: SILVA&SILVA ESTRUTURAS METALICAS LTDA ME

CNPJ 08.380.504/0001-96

Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DURANTE A REALIZAÇÃO DO 17º FESTIVAL NACIONAL DO CAMARÃO DE 15 A 17 DE JANEIRO DE 2016 EM IMBITUBA/SC

Valor R\$ 83.500,00 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº.133/2015 Pregão 76/2015

Imbituba, 05 de janeiro de 2016.

Paulo Juchem Sefton

Secretário Municipal de Turismo

Esporte e Cultura

Contratante

Silva&Silva Estruturas Metalicas Ltda me

Representante Legal

Contratada

#### **EXTRATO: SEAST 2015/458 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAST 2015/458 A00

Contratada: RODRIGUES FERREIRA EPP

C.N.P.J 76.610.609/0001-44

Objeto AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA EVENTOS COMEMORATIVOS DOS CREAS E CRAS, PARA CONFRATERNIZAÇÃO DE FINAL DE ANO COM AS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELOS PROGRAMAS SOCIAIS.

VALOR VALOR 6.574,70 PAZO 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 47/2015 Dispensa 06/2015

Imbituba, 18 de Dezembro 2015.

Selma Elias Whestphal

Secretária Municipal da Seast

Contratante

Rodrigues Ferreira epp

Representante Legal

Contratada

# Iomerê

## PREFEITURA

### DECRETO 1647/2015

DECRETO Nº. 1647 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

Homologa inscrições referente Processo Seletivo - Edital nº 0002/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições referentes ao edital de processo seletivo nº 0002/2015:

#### ASSISTENTE DE CRECHE

NºInscrição	Nome	CPF	
52	Ana Paula Cordeiro	051.679.109-51	
18	Andreia Fantinel	035.306.349-56	
3	Carla Pelle	071.373.989-44	
40	Claudia de Bastiani	098.308.499-88	
33	Daiane Mafioletti	081.606.369-97	
58	Edenir S de Lima Ribeiro	758.002.339-34	
67	Gabryelle Pazin	080.104.859-18	
59	Giovana Manoela do Araujo	053.242.369-00	
48	Jaciara Regina Becker	047.188.769-23	
21	Jaqueline Quaglioto Pelizzari	089.934.259-06	
47	Jordana Vigolo	060.635.899-45	
35	Larissa Grifante	091.091.519-90	
30	Lourdes Fantinel	023.176.149-00	
53	Luana Viecelli	105.482.269-70	
60	Mariana Gabriela do Araujo	103.899.819-07	
19	Marina Fappi	091.769.889-45	
61	Natalia Borga	097.200.629-08	
62	Simone Ribeiro da Rosa	007.091.359-55	
63	Sirlei Maria da Fonseca	707.527.709-00	
45	Sirlei Vanusa Passoni Spricigo	015.181.209-89	

#### AGENTE COMUNITARIO

Nº Inscrição	Nome	CPF	
57	Cristiane Peretti	073.716.289-93	
24	Giovana Crestani Franco	102.217.579-37	
14	Irene Oss Barichello	645.692.509-63	
1	Iva Perosa Pelle	867.381.949-00	
13	Ivanir Perosa Pelle	658.811.259-91	
16	Leonilde Ferronato Faccin	837.758.469-72	
17	Maria Inês Colombo Oltramari	944.530.209-53	
65	Marisa Oss Cenci	019.131.889-22	
74	Shaiane Harz	072.638.579-44	
34	Vanderleia Rettore Bertelli	010.361.319-63	



## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SERIES INICIAIS - HABILITADO

Nº Inscrição	Nome	CPF	Titulos Pontuação
22	Carmem Salete Dal Santo Gaio	022.804.589-42	24
42	Carolina Sipp Zardo	051.839.219-89	18
31	Edina Nava	024.116.169-02	19
25	Fabiana Carniel Rigo	053.500.289-01	24
39	Franciele Alves de Gois	050.153.649-38	15
11	Jaine Patricio	079.710.829-75	20
27	Marcelina Falchetti Peretti	949.649.719-53	20
69	Maria Ap de Oliveira de Araujo	573.698.449-00	13
32	Rachel Simone Meneguzzi Manenti	006.829.979-60	30
10	Salete Maria Gelain Fabian	529.806.349-72	15
46	Simone Gorisch Rosinek	008.526.909-32	10
44	Sirléia Maria Passoni	047.757.979-56	30
38	Vera Lucia Gelain Vigolo	529.811.189-00	15

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SERIES INICIAIS - NÃO HABILITADO

Nº Inscrição	Nome	CPF	Titulos Pontuação
51	Cristiane Alves dos Santos	081.780.739-00	9
6	Juliana Maria Dias	088.030.459-61	0
5	Margarete Serighelli Tasca	049.409.219-05	0
73	Mariane Marcondes	086.431.009-94	1
66	Silvania de Camargo dos Santos	027.036.559-16	6
12	Vania Carla Kozlowski	058.876.209-19	15

## ARTES - HABILITADO

Nº Inscrição	Nome	CPF	Titulos Pontuação
23	Rafaella Irene Carpenedo Cavan	047.477.889-48	18
49	Sabrina Pessin	005.798.229-58	14

## HISTORIA - HABILITADO

Nº Inscrição	Nome	CPF	Titulos Pontuação
9	Angela Katia Ruaro	881.923.349-53	18
71	Michel Leobet	070.505.949-97	10

## MATEMATICA - HABILITADO

Nº Inscrição	Nome	CPF	Titulos Pontuação
8	Cesar Dacol	154.109.199-04	16
72	Silvana Quaglioto	007.067.029-30	16

## EDUCAÇÃO FISICA - HABILITADO

Nº Inscrição	Nome	CPF	Titulos Pontuação
20	Daniela Carla Bridi	049.732.279-00	30
2	Débora Turmina	078.910.269-20	30
70	Ederson Leobet	009.456.649-66	10
7	Marina Elena Buss	081.237.829-69	27

## INGLÊS - NÃO HABILITADO



Nº Inscrição	Nome	CPF	Titulos Pontuação
41	Ana Sipp	949.657.659-15	0
64	Guilherme Petry	091.154.979-09	0

## CIÊNCIAS - HABILITADO

Nº Inscrição	Nome	CPF	Titulos Pontuação
43	Aline Maria Turco	045.372.579-11	14

## CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO

Nº Inscrição	Nome	CPF	Titulos Pontuação
54	Leonardo Bottega	068.560.419-50	0

## GEOGRAFIA - HABILITADO

Nº Inscrição	Nome	CPF	Titulos Pontuação
26	Nelci Severo Dalmolin	332.437.009-49	19

## MERENDEIRA

Nº Inscrição	Nome	CPF	
36	Debora Ferreira de Souza	008.455.269-79	
37	Eva Luciane Ansiliero Pagno	015.105.039-27	
29	Marilde Toldo Bridi	649.351.759-15	
55	Zelia Maria Santini	846.797.009-04	

## AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Nº Inscrição	Nome	CPF	
50	Eliane Aparecida Rigo	063.815.589-39	
15	João Luiz Maciel	599.753.009-44	

## FAXINEIRA

Nº Inscrição	Nome	CPF	
28	Alessandra Ferreira dos Santos	063.748.449-55	
68	Ana Claudia Motta	007.370.919-08	
4	Melânia Ap Volpato Barichello	008.205.029-52	
56	Vera Lúcia Corrêa Ribeiro	032.551.149-77	

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iomerê, 08 de janeiro de 20146

MILTO LUIZ BORG

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

# Ipumirim

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 008/2016 DE 08 DE JANEIRO DE 2016.**

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR NO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DE URBANISMO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A JOSE CARLOS TECHIO, matrícula 2130 – 0, férias de 20 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015 a 2016 e gozo de 11/01/2016 a 31/01/2016 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11/01/2016.

Ipumirim - SC, 08 de janeiro de 2016.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito em Exercício

Paulo Roberto de Bortoli

Agente de Recursos Humanos.

# Itá

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATOS 01 A 03

Contrato Nº.: 1/2016

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: INFO DIGITALL-SOL. TÉCNOL. P GESTÃO DOCUMENTAL LTDA

Valor ..... : 4.288,68 (quatro mil duzentos e oitenta e oito reais e sessenta e oito centavos)

Vigência ..... : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016

Objeto ..... : O objeto do presente contrato é a locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos).

Contratada....: INFO DIGITALL-SOL. TÉCNOL. P GESTÃO

Vigência ..... : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016

JAIRO LUIZ SARTORETTO – PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Itá, 8 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: 2/2016

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES RIO UVA

Valor ..... : 60.000,00 (sessenta mil reais)

Vigência ..... : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016

Objeto ..... : Credenciamento de Associações para prestação de serviços aos agricultores do município que se habilitarem junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme Lei Municipal nº 2346 de 09 de outubro de 2014.

Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES RIO UVA

Vigência ..... : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016

JAIRO LUIZ SARTORETTO – PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Itá, 8 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: 3/2016

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: VUPT PROVEDORA DE INTERNET LTDA - ME

Valor ..... : 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)

Vigência ..... : Início: 08/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (9),  
2.006.3.3.90.00.00.00.00 (21), 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (52),  
2.012.3.3.90.00.00.00.00 (74), 2.022.3.3.90.00.00.00.00 (124),  
2.025.3.3.90.00.00.00.00 (171), 2.029.3.3.90.00.00.00.00 (204)

Objeto ..... : Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de acesso contínuo através de circuito dedicado à rede mundial de computadores (internet).

JAIRO LUIZ SARTORETTO – PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Itá, 8 de Janeiro de 2016

# Itapiranga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 259, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 259, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga – SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939, de 25 de novembro de 2014:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do município de Itapiranga, na seguinte dotação orçamentária:

06.01 – Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental  
12.361.0066.2029– Manutenção e Desenv. das Ativ. da Educ. de Ensino Fundamental  
31.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas R\$ 3.244,03

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação da seguinte dotação orçamentária:

06.01 – Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental  
12.361.0066.2029– Manutenção e Des. das Ativ. da Educação de Ensino Fundamental  
33.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas R\$ 3.244,03

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 30 de dezembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 260, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 260, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2015 do Município de Itapiranga- SC, por conta da Previsão de "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de Recurso 120 – Recursos de Impostos para Educação, no valor de R\$ 57.637,51 (cinquenta sete mil seiscientos e trinta sete reais e cinquenta um centavos):

06.01 – Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desporto – Ensino

Fundamental

12.361.0066.2029- Manutenção e Desenv. das Ativ. da Educação Ensino Fundamental

31.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas ..... R\$ 57.637,51

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 30 de dezembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 261 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 261 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga-SC, nas seguintes dotações orçamentárias, exercício de 2015:

06.01 – Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desp. – Ensino Fundamental  
12.361.0066.2029 –Manut. das Ativ. da Educação – Ensino Fundamental  
31.90.00.00.00.00.00.00107 – Aplicações Diretas ..... R\$ 11,88

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e/ou total das seguintes dotações:

06.01 – Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desp. – Ensino Fundamental  
12.361.0066.2029 –Manut. das Ativ. da Educação – Ensino Fundamental  
33.90.00.00.00.00.00.00108 – Aplicações Diretas ..... R\$ 11,88

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 30 de dezembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

**DECRETO Nº 262, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 262, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2015 do Município de Itapiranga- SC, por conta da Previsão de "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de Recurso 107 – Transferência Recursos do Fundeb, no valor de R\$ 53.683,40 (cinquenta três mil seiscientos e oitenta três reais e quarenta centavos):

06.01 – Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental  
12.361.0066.2029- Manutenção e Desenv. das Atv. da Educação Ensino Fundamental  
31.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 42.447,44  
06.02 – Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desporto – Educação Infantil  
12.365.0070.2034- Manutenção das Ativ. Da Educação Infantil  
31.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 11.235,96

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 30 de dezembro de 2015.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scaloni  
Secretaria Municipal de Administração.

**EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 093 A 098/2015 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
ATAS REGISTRO DE PREÇOS – FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2015 – FMS  
PARTES: Município de Itapiranga e Potencia Som e Informática Ltda - Me.  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 028/2015 -FMS  
OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática destinados para as unidades básicas de saúde e para as agentes comunitárias de saúde, da secretaria da saúde, desta municipalidade.  
VALOR: R\$ 10.550,00  
VIGÊNCIA: 01 de dezembro de 2016.  
Itapiranga – SC., 01 de dezembro de 2015.  
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2015 – FMS  
PARTES: Município de Itapiranga e Atual Informática e Assistência Técnica Ltda - Me  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 028/2015 - FMS.  
OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática destinados

para as unidades básicas de saúde e para as agentes comunitárias de saúde, da secretaria da saúde, desta municipalidade.  
VALOR: R\$ 25.662,00  
VIGÊNCIA: 01 de dezembro de 2016.  
Itapiranga – SC., 01 de dezembro de 2015.  
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2015 – FMS  
PARTES: Município de Itapiranga e JV-Itech Informática Tecnologia e Impressão Ltda Me.  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 028/2015 - FMS.  
OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática destinados para as unidades básicas de saúde e para as agentes comunitárias de saúde, da secretaria da saúde, desta municipalidade.  
VALOR: R\$ 11.306,00  
VIGÊNCIA: 01 de dezembro de 2016.  
Itapiranga – SC., 01 de dezembro de 2015.  
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 096/2015 – FMS  
PARTES: Município de Itapiranga e Sociedade Hospitalar Itapiranga Ltda.  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 030/2015 - FMS.  
OBJETO: Contratação de serviços de radiagnostico para pacientes do município de Itapiranga.  
VALOR: R\$ 46.457,30  
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016  
Itapiranga – SC., 22 de dezembro de 2015.  
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 097/2015 – FMS  
PARTES: Município de Itapiranga e Transportadora Turística Maravilha Ltda - Me.  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 032/2015 - FMS.  
OBJETO: Contratação de empresa para realização de transporte de pacientes para realização de tratamento e consultas especializadas em outras cidades.  
VALOR: R\$ 73.600,00  
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.  
Itapiranga – SC., 28 de dezembro de 2015.  
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 098/2015 – FMS  
PARTES: Município de Itapiranga e Reunidas Turismo S.A.  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 033/2015 - FMS.  
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, com linhas e horários diversificados, destinados aos pacientes do sus e que necessitam de acompanhante quando necessário e para servidores municipais.  
VALOR: R\$ 184.207,10  
VIGÊNCIA: 29 de dezembro de 2016  
Itapiranga – SC., 29 de dezembro de 2015.  
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

**EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 243 A 263/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS – PREFEITURA

**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 243/2015**

PARTES: Município de Itapiranga e Auto Posto Fronteira Itapiranga Tunápolis Ltda - Epp

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 175/2015.

OBJETO: Aquisição de óleo diesel S500, óleo diesel S10 e gasolina comum, destinados para abastecimento de maquinas e veículos desta municipalidade.

VALOR: R\$ 62.250,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC., 22 de dezembro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 244/2015**

PARTES: Município de Itapiranga e Abastecedora Líder Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 175/2015

OBJETO: Aquisição de óleo diesel S500, óleo diesel S10 e gasolina comum, destinados para abastecimento de maquinas e veículos desta municipalidade.

VALOR: R\$ 1.333.150,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC., 22 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 245/2015**

PARTES: Município de Itapiranga e Agropecuária Itapiranga Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 176/2015.

OBJETO: Aquisição de materiais diversos destinados para reforma do prédio do CRAS - centro de referência em assistência social, da secretaria de assistência social, desta municipalidade.

VALOR: R\$ 15.000,60

VIGÊNCIA: 22 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC., 22 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 246/2015**

PARTES: Município de Itapiranga e Conexsan Comércio de Materiais Hidráulicos e Elétricos Ltda - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 170/2015.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos para manutenção das atividades do setor de saneamento, desta municipalidade.

VALOR: R\$ 21.724,25

VIGÊNCIA: 28 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC., 28 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 247/2015**

PARTES: Município de Itapiranga e Hidroluna Materiais para Saneamento Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 170/2015.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos para manutenção das atividades do setor de saneamento, desta municipalidade.

VALOR: R\$ 24.862,90

VIGÊNCIA: 28 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC., 28 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 248/2015**

PARTES: Município de Itapiranga e Margem Comércio de Materiais Hidráulicos Eireli - Epp

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 170/2015.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais e

equipamentos para manutenção das atividades do setor de saneamento, desta municipalidade.

VALOR: R\$ 22.440,50

VIGÊNCIA: 28 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC., 28 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 249/2015**

PARTES: Município de Itapiranga e Cooperativa A1

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 170/2015.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos para manutenção das atividades do setor de saneamento, desta municipalidade.

VALOR: R\$ 842,45

VIGÊNCIA: 28 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC., 28 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 250/2015**

PARTES: Município de Itapiranga e Chico Elétrica Ltda - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 170/2015.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos para manutenção das atividades do setor de saneamento, desta municipalidade.

VALOR: R\$ 116.960,30

VIGÊNCIA: 28 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC., 28 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 251/2015**

PARTES: Município de Itapiranga e Vanderlei Melchior – Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 170/2015.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos para manutenção das atividades do setor de saneamento, desta municipalidade.

VALOR: R\$ 83.692,78

VIGÊNCIA: 28 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC., 28 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 252/2015**

PARTES: Município de Itapiranga e Agropecuária Itapiranga Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 170/2015.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos para manutenção das atividades do setor de saneamento, desta municipalidade.

VALOR: R\$ 64.130,90

VIGÊNCIA: 28 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC., 28 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 253/2015**

PARTES: Município de Itapiranga e AP de Oliveira Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 170/2015.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos para manutenção das atividades do setor de saneamento, desta municipalidade.

VALOR: R\$ 134.585,00

VIGÊNCIA: 28 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC., 28 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 254/2015**

PARTES: Município de Itapiranga e Auto Mecânica Sirimar Ltda - Epp

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 178/2015.

OBJETO: Contratação de horas de serviços mecânicos para manutenção corretiva e preventiva de veículos, caminhões, ônibus, máquinas pesadas de propriedade desta municipalidade.



VALOR: R\$ 83.000,00  
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.  
Itapiranga – SC., 28 de dezembro de 2015.  
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 255/2015  
PARTES: Município de Itapiranga e Auto Mecânica DS Ltda - Me  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 178/2015.  
OBJETO: Contratação de horas de serviços mecânicos para manutenção corretiva e preventiva de veículos, caminhões, ônibus, máquinas pesadas de propriedade desta municipalidade.  
VALOR: R\$ 63.100,00  
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.  
Itapiranga – SC., 28 de dezembro de 2015.  
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 256/2015  
PARTES: Município de Itapiranga e Auto Mecânica Junior & Cia Ltda - Me  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 178/2015.  
OBJETO: Contratação de horas de serviços mecânicos para manutenção corretiva e preventiva de veículos, caminhões, ônibus, máquinas pesadas de propriedade desta municipalidade.  
VALOR: R\$ 2.550,00  
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.  
Itapiranga – SC., 28 de dezembro de 2015.  
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 257/2015  
PARTES: Município de Itapiranga e Ecb Peças e Serviços Mecânicos Ltda - Me  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 178/2015.  
OBJETO: Contratação de horas de serviços mecânicos para manutenção corretiva e preventiva de veículos, caminhões, ônibus, máquinas pesadas de propriedade desta municipalidade.  
VALOR: R\$ 44.800,00  
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.  
Itapiranga – SC., 28 de dezembro de 2015.  
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 258/2015  
PARTES: Município de Itapiranga e Ramos Automotiva e Serviços Ltda - Me  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 178/2015.  
OBJETO: Contratação de horas de serviços mecânicos para manutenção corretiva e preventiva de veículos, caminhões, ônibus, máquinas pesadas de propriedade desta municipalidade.  
VALOR: R\$ 33.150,00  
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.  
Itapiranga – SC., 28 de dezembro de 2015.  
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 259/2015  
PARTES: Município de Itapiranga e Paloschi & Paloschi Ltda - Me  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 179/2015.  
OBJETO: Contratação de serviços de arbitragem para os jogos da 19ª edição dos JAITS - jogos abertos de Itapiranga, conforme autoriza a lei municipal Nº 2.497/2008  
VALOR: R\$ 71.200,00  
VIGÊNCIA: 29 de fevereiro de 2016.  
Itapiranga – SC., 28 de dezembro de 2015.  
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 260/2015  
PARTES: Município de Itapiranga e Relojoaria Confiança Ltda - Me  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 180/2015.  
OBJETO: Aquisição de troféus e medalhas destinadas para premiação dos vencedores dos 19º JAITS - jogos abertos de Itapiranga  
VALOR: R\$ 4.299,00

VIGÊNCIA: 28 de dezembro de 2016.  
Itapiranga – SC., 28 de dezembro de 2015.  
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 261/2015  
PARTES: Município de Itapiranga e João Henrique Demartini - Epp  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 180/2015.  
OBJETO: Aquisição de troféus e medalhas destinadas para premiação dos vencedores dos 19º JAITS - jogos abertos de Itapiranga  
VALOR: R\$ 4.188,00  
VIGÊNCIA: 28 de dezembro de 2016.  
Itapiranga – SC., 28 de dezembro de 2015.  
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 262/2015  
PARTES: Município de Itapiranga e N.R. Locações e Serviços Ltda  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 181/2015.  
OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de locação, montagem e desmontagem de estruturas para atender os eventos realizados neste município.  
VALOR: R\$ 24.600,00  
VIGÊNCIA: 28 de dezembro de 2016.  
Itapiranga – SC., 28 de dezembro de 2015.  
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 263/2015  
PARTES: Município de Itapiranga e Edevaldo Adail Valencio 00871822970  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 181/2015.  
OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de locação, montagem e desmontagem de estruturas para atender os eventos realizados neste município.  
VALOR: R\$ 46.300,00  
VIGÊNCIA: 28 de dezembro de 2016.  
Itapiranga – SC., 28 de dezembro de 2015.  
Milton Simon – Prefeito Municipal

### **EXTRATO DOS CONTRATOS 032 A 042/2015 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
CONTRATOS – FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2015 – FMS  
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 023/2014 - FMS  
PARTES: Município de Itapiranga e T.O.S. Obras E Serviços Ambientais Ltda  
ORIGEM: Pregão Presencial de nº 23/2014 - FMS  
OBJETO: Contratação de prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de saúde, conforme legislação vigente e normas técnicas aplicáveis.  
VALOR: R\$ 52.264,20  
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.  
Itapiranga – SC., 18 de dezembro de 2015.  
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2015 – FMS  
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 044/2014 – FMS  
PARTES: Município de Itapiranga e Christian Ody Weis  
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 42/2014 - FMS  
OBJETO: Contrato de locação de uma Sala Comercial, com 60,16 M², sita à Rua São José, 66, nesta cidade de Itapiranga – SC., junto ao Edifício Suzana para o funcionamento da Vigilância em Saúde (Vigilância Sanitária e Vigilância Ambiental – Dengue).  
VALOR: R\$ 18.000,00  
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.  
Itapiranga – SC., 18 de dezembro de 2015.  
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2015 – FMS  
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2014 - FMS  
PARTES: Município de Itapiranga e Inovadora Serviços Em Tecnologia Da Informação Eireli - Me  
ORIGEM: Pregão Presencial nº 40/2014 - FMS  
OBJETO: Contrato de prestação de serviços de locação e assessoria técnica de sistemas web, para a Secretaria da Saúde deste Município.  
VALOR: R\$ 55.516,80  
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.  
Itapiranga – SC, 18 de dezembro de 2015.  
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2015 – FMS  
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2015– FMS  
PARTES: Município de Itapiranga e Inviolável Itapiranga Ltda - Me  
ORIGEM: Pregão Presencial nº 02/2015 - FMS  
OBJETO: Contrato de prestação de serviços de monitoramento (sistema de alarme) para as unidades básicas de saúde do município de Itapiranga.  
VALOR: R\$ 10.800,00  
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.  
Itapiranga – SC, 18 de dezembro de 2015.  
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2015 – FMS  
PARTES: Município de Itapiranga e Maxcopy Equipamentos E Suprimentos Ltda  
OBJETO: Locação de equipamento fotocopadora, destinado suprir as necessidades administrativas do Fundo Municipal da Saúde.  
VALOR: R\$ 600,00  
VIGÊNCIA: 29 de fevereiro de 2016.  
Itapiranga – SC, 18 de dezembro de 2015.  
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2015 – FMS  
PARTES: Município de Itapiranga e Sociedade Hospitalar Itapiranga Ltda - Epp  
ORIGEM: Pregão Presencial nº 29/2015 - FMS  
OBJETO: Contratação de serviços na área da saúde para o atendimento a população do município de Itapiranga.  
VALOR: R\$ 1.303.858,32  
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.  
Itapiranga – SC, 22 de dezembro de 2015.  
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2015 – FMS  
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2015 – FMS  
PARTES: Município de Itapiranga e Vanderlei Jantsch Me  
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 007/2015 - FMS  
OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços odontológicos para confecção de próteses dentárias a pessoas necessitadas  
VALOR: R\$ 217.800,00  
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.  
Itapiranga – SC, 30 de dezembro de 2015.  
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2015 – FMS  
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2014 – FMS  
PARTES: Município de Itapiranga e Clínica Médica Soder E Lemos Ltda - Me  
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 001/2014 - FMS  
OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de clínica médica especializada em ginecologia e obstetrícia, para atendimento a pacientes do município de Itapiranga  
VALOR: R\$ 18.000,00  
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.  
Itapiranga – SC, 30 de dezembro de 2015.  
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2015 – FMS  
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2014 – FMS  
PARTES: Município de Itapiranga e G. Pasteur Laboratório De Análises Clínicas E Patologia Ltda  
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 16/2014 – FMS  
OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de exames laboratoriais a pacientes do município de Itapiranga.  
VALOR: R\$ 49.397,48  
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.  
Itapiranga – SC, 30 de dezembro de 2015.  
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2015 – FMS  
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2014 – FMS  
PARTES: Município de Itapiranga e Cdipsul – Clínica De Diagnóstico Por Imagem Do Sul Ltda - Me  
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 30/2014 - FMS  
OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de exames especializados de ressonância magnética no atendimento a pacientes do município de Itapiranga.  
VALOR: R\$ 87.062,50  
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.  
Itapiranga – SC, 30 de dezembro de 2015.  
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2015 – FMS  
PARTES: Município de Itapiranga e LR Consultoria E Assessoria Ltda - Me  
ORIGEM: Pregão Presencial nº 31/2015 - FMS  
OBJETO: contratação de empresa especializada na capacitação, treinamento e formação continuada em gestão do Sistema Único de Saúde/SUS, Agentes Comunitários de Saúde, Núcleo de Apoio Saúde da Família/NASF, Estratégia Saúde da Família e Conselho Municipal de Saúde.  
VALOR: R\$ 23.880,00  
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.  
Itapiranga – SC, 30 de dezembro de 2015.  
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

### **PREGÃO ELETRÔNICO 01/2016 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO

DE PREÇOS Nº 01/2016 FMS

Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de materiais destinados para os ambulatórios das Unidades Básicas de Saúde do Município.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:15 do dia 22/01/2016.

Início da Sessão: dia 22/01/2016, às 08:30, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília – DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Informações sobre o edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações ou no site <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 04 de janeiro de 2016.

Luis Carlos Steffenon

Adm. do FMS

**PREGÃO Nº 02/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 02/2016, cujo objeto é a aquisição, de forma parcelada, de materiais de higiene e limpeza destinados para manutenção das atividades das creches e escolas municipais. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 21 de janeiro de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga – SC., 06 de janeiro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 263, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015****DECRETO Nº 263, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.****Estabelece Cronograma Mensal de arrecadação e desembolso para o exercício de 2016.**

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e a Lei de Responsabilidade Fiscal 101 de 04 de maio de 2000;

**D e c r e t a :**

Art. 1º Ficam estabelecidas as metas mensais de arrecadação e cronograma mensal de desembolso para o exercício de 2016, conforme anexos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

ITAPIRANGA – SC., 30 de dezembro de 2015.

Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado em data supra.

Secretario Municipal de Administração



Metas Mensais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Exercício de 2016

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Meas Mensais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: ITAPIRANGA

Código	Especificação	Jan/16	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Jul/16	Ago/16	Set/16	Out/16	Nov/16	Dez/16	Total
1.2.0.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO	42.654,67	42.654,67	42.654,67	42.654,67	42.654,67	42.654,67	42.654,67	42.654,67	42.654,67	42.654,67	42.654,67	42.654,67	511.856,00
1.2.0.29.00.00.00.00	Contrib. p/ Custeio do Serviço de Ilumini	42.654,67	42.654,67	42.654,67	42.654,67	42.654,67	42.654,67	42.654,67	42.654,67	42.654,67	42.654,67	42.654,67	42.654,67	511.856,00
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	17.808,13	17.808,13	17.808,13	17.808,13	17.808,13	17.808,13	17.808,13	17.808,13	17.808,13	17.808,13	17.808,13	17.808,13	213.697,04
1.3.1.0.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	47.191,20
1.3.1.0.00.00.00.00	Taxa de Ocupação de Imóveis	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	47.191,20
1.3.1.5.00.00.01.00.00	Taxa de Ocupação de Imóveis	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	3.932,60	47.191,20
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	13.875,53	13.875,53	13.875,53	13.875,53	13.875,53	13.875,53	13.875,53	13.875,53	13.875,53	13.875,53	13.875,53	13.875,53	169.505,84
1.3.2.0.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	13.875,53	13.875,53	13.875,53	13.875,53	13.875,53	13.875,53	13.875,53	13.875,53	13.875,53	13.875,53	13.875,53	13.875,53	169.505,84
1.3.2.0.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recur	4.574,03	4.574,03	4.574,03	4.574,03	4.574,03	4.574,03	4.574,03	4.574,03	4.574,03	4.574,03	4.574,03	4.574,03	54.897,84
1.3.2.0.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vin	2.340,84	2.340,84	2.340,84	2.340,84	2.340,84	2.340,84	2.340,84	2.340,84	2.340,84	2.340,84	2.340,84	2.340,84	28.090,00
1.3.2.0.01.02.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vi	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	22.472,00
1.3.2.0.01.02.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vi	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	5.618,00
1.3.2.0.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vin	355,82	355,82	355,82	355,82	355,82	355,82	355,82	355,82	355,82	355,82	355,82	355,82	4.269,68
1.3.2.0.01.03.01.00.00	Rendimento Aplic. Conv. Saúde Buc	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	280,90
1.3.2.0.01.03.02.00.00	Rendimento Aplic. Conv. Vap. Enden	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	280,90
1.3.2.0.01.03.03.00.00	Rendimento Aplic. Conv. Família I	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	280,90
1.3.2.0.01.03.04.00.00	Rendimento Aplic. Conv. PAB PXO	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	280,90
1.3.2.0.01.03.05.00.00	Rendimento Aplic. Conv. PSF	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	280,90
1.3.2.0.01.03.06.00.00	Rendimento Aplic. Conv. PACS	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	280,90
1.3.2.0.01.03.07.00.00	Rendimento Aplic. Conv. SUS	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	280,90
1.3.2.0.01.03.08.00.00	Rendimento Aplic. Conv. SIS Fronte	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	280,90
1.3.2.0.01.03.09.00.00	Rend. Aplic. Farm. Básica Estado	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	280,90
1.3.2.0.01.03.10.00.00	Rend. Aplic. Farm. Transp. Escola	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	280,90
1.3.2.0.01.03.11.00.00	Rendimento Aplic. SAMU	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	23,41	280,90
1.3.2.0.01.03.12.00.00	Rendimento Aplic. Convênio NASF	93,63	93,63	93,63	93,63	93,63	93,63	93,63	93,63	93,63	93,63	93,63	93,63	1.123,60
1.3.2.0.01.03.13.00.00	Rendimento Aplic. Conv. Vig. Saúde	28,09	28,09	28,09	28,09	28,09	28,09	28,09	28,09	28,09	28,09	28,09	28,09	337,08
1.3.2.0.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. I	571,17	571,17	571,17	571,17	571,17	571,17	571,17	571,17	571,17	571,17	571,17	571,17	6.853,96
1.3.2.0.01.05.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. VI	93,63	93,63	93,63	93,63	93,63	93,63	93,63	93,63	93,63	93,63	93,63	93,63	1.123,60
1.3.2.0.01.05.02.00.00	Rendimento Aplic. Conv. Salário Ed	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	3.370,80
1.3.2.0.01.05.03.00.00	Rendimento Aplic. Conv. Merenda E	74,91	74,91	74,91	74,91	74,91	74,91	74,91	74,91	74,91	74,91	74,91	74,91	898,88
1.3.2.0.01.05.04.00.00	Rendimento Aplic. Financ. Conv. PN	74,91	74,91	74,91	74,91	74,91	74,91	74,91	74,91	74,91	74,91	74,91	74,91	898,88
1.3.2.0.01.05.05.00.00	Rend. Aplic. Financ. Transp. Escola	46,82	46,82	46,82	46,82	46,82	46,82	46,82	46,82	46,82	46,82	46,82	46,82	561,80
1.3.2.0.01.05.06.00.00	Rec. Remuneração Dep. Ações Serv	140,45	140,45	140,45	140,45	140,45	140,45	140,45	140,45	140,45	140,45	140,45	140,45	1.685,40
1.3.2.0.01.05.01.00.00	Rec. Remuneração Dep. Ações Ser	140,45	140,45	140,45	140,45	140,45	140,45	140,45	140,45	140,45	140,45	140,45	140,45	1.685,40
1.3.2.0.01.99.00.00.00	Receita Remuner. Outros Dep. Banc.	1.165,75	1.165,75	1.165,75	1.165,75	1.165,75	1.165,75	1.165,75	1.165,75	1.165,75	1.165,75	1.165,75	1.165,75	13.988,00
1.3.2.0.01.99.01.00.00	Rend. Apic. de Convênios Assisten	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	2.247,20
1.3.2.0.01.99.02.00.00	Rend. Apic. Financ. Alienação de B	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	5.618,00
1.3.2.0.01.99.03.00.00	Rend. Apic. Financ. Rec. Capital - C	46,82	46,82	46,82	46,82	46,82	46,82	46,82	46,82	46,82	46,82	46,82	46,82	561,80
1.3.2.0.01.99.04.00.00	Rend. Apic. Financ. Conv. União	46,82	46,82	46,82	46,82	46,82	46,82	46,82	46,82	46,82	46,82	46,82	46,82	561,80
1.3.2.0.01.99.10.00.00	Rend. Apic. Financ. - Iluminação P	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	5.000,00
1.3.2.0.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósito de Recur	9.301,50	9.301,50	9.301,50	9.301,50	9.301,50	9.301,50	9.301,50	9.301,50	9.301,50	9.301,50	9.301,50	9.301,50	111.618,00
1.3.2.0.02.00.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec.	9.301,50	9.301,50	9.301,50	9.301,50	9.301,50	9.301,50	9.301,50	9.301,50	9.301,50	9.301,50	9.301,50	9.301,50	111.618,00
1.3.2.0.02.00.00.00.00	Rentabilidade Aplicada B B	7.066,67	7.066,67	7.066,67	7.066,67	7.066,67	7.066,67	7.066,67	7.066,67	7.066,67	7.066,67	7.066,67	7.066,67	84.800,00
1.3.2.0.02.00.00.00.00	Rentabilidade Aplicada CEF	2.234,83	2.234,83	2.234,83	2.234,83	2.234,83	2.234,83	2.234,83	2.234,83	2.234,83	2.234,83	2.234,83	2.234,83	26.818,00
1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	3.370,80
1.4.1.0.00.00.00.00.00	Receita da Produção Vegetal	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	3.370,80
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	239.736,67	239.736,67	239.736,67	239.736,67	239.736,67	239.736,67	239.736,67	239.736,67	239.736,67	239.736,67	239.736,67	239.736,67	2.876.840,00
1.6.0.0.01.00.00.00.00	Serv. de Castiço/Adoção/Tráfego e	239.736,67	239.736,67	239.736,67	239.736,67	239.736,67	239.736,67	239.736,67	239.736,67	239.736,67	239.736,67	239.736,67	239.736,67	2.876.840,00





Exercício de 2016

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Metas Mensais de Arrecadação - Programado/Orcado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: ITAPIRANGA

Código	Especificação	Jan/16	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Jul/16	Ago/16	Sep/16	Out/16	Nov/16	Dez/16	Total
Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto
17.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - 16,9%	22.153,65	22.153,65	22.153,65	22.153,65	22.153,65	22.153,65	22.153,65	22.153,65	22.153,65	22.153,65	22.153,65	22.153,65	295.843,76
17.2.01.02.04.00.00	Cota-Parte do IPVA - 20,0%	26.217,33	26.217,33	26.217,33	26.217,33	26.217,33	26.217,33	26.217,33	26.217,33	26.217,33	26.217,33	26.217,33	26.217,33	314.608,00
9.17.2.01.02.00.00.00	Dedução de Recicla para Formação	-26.217,33	-26.217,33	-26.217,33	-26.217,33	-26.217,33	-26.217,33	-26.217,33	-26.217,33	-26.217,33	-26.217,33	-26.217,33	-26.217,33	-314.608,00
17.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	23.408,34	23.408,34	23.408,34	23.408,34	23.408,34	23.408,34	23.408,34	23.408,34	23.408,34	23.408,34	23.408,34	23.408,34	280.900,00
17.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	13.249,12	13.249,12	13.249,12	13.249,12	13.249,12	13.249,12	13.249,12	13.249,12	13.249,12	13.249,12	13.249,12	13.249,12	158.989,40
17.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	1.521,54	1.521,54	1.521,54	1.521,54	1.521,54	1.521,54	1.521,54	1.521,54	1.521,54	1.521,54	1.521,54	1.521,54	18.258,50
17.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	3.950,01	3.950,01	3.950,01	3.950,01	3.950,01	3.950,01	3.950,01	3.950,01	3.950,01	3.950,01	3.950,01	3.950,01	47.472,10
17.2.01.04.04.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.681,67	4.681,67	4.681,67	4.681,67	4.681,67	4.681,67	4.681,67	4.681,67	4.681,67	4.681,67	4.681,67	4.681,67	56.180,00
17.2.01.04.05.00.00	Ded. Cota-Parte IPI-Exp p/ Formação	-4.681,67	-4.681,67	-4.681,67	-4.681,67	-4.681,67	-4.681,67	-4.681,67	-4.681,67	-4.681,67	-4.681,67	-4.681,67	-4.681,67	-56.180,00
9.17.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do Contrib. Interv. no Domi	2.809,00	2.809,00	2.809,00	2.809,00	2.809,00	2.809,00	2.809,00	2.809,00	2.809,00	2.809,00	2.809,00	2.809,00	33.708,00
17.2.2.01.03.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Proj	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	5.618,00
17.2.2.03.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Proj	28.558,17	28.558,17	28.558,17	28.558,17	28.558,17	28.558,17	28.558,17	28.558,17	28.558,17	28.558,17	28.558,17	28.558,17	342.698,00
17.2.2.30.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	28.090,00	28.090,00	28.090,00	28.090,00	28.090,00	28.090,00	28.090,00	28.090,00	28.090,00	28.090,00	28.090,00	28.090,00	337.080,00
17.2.2.90.02.00.00.00	Convênio Transporte Escolar Estado	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	5.618,00
17.2.2.90.03.00.00.00	Outras Trans. Correntes de Conv. - E	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	5.618,00
17.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNA	524.346,67	524.346,67	524.346,67	524.346,67	524.346,67	524.346,67	524.346,67	524.346,67	524.346,67	524.346,67	524.346,67	524.346,67	6.292.160,00
17.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	524.346,67	524.346,67	524.346,67	524.346,67	524.346,67	524.346,67	524.346,67	524.346,67	524.346,67	524.346,67	524.346,67	524.346,67	6.292.160,00
17.2.4.01.01.00.00.00	Transferência de Recursos do FUNDO	471.912,00	471.912,00	471.912,00	471.912,00	471.912,00	471.912,00	471.912,00	471.912,00	471.912,00	471.912,00	471.912,00	471.912,00	5.692.944,00
17.2.4.01.02.00.00.00	Transferência de Recursos do FUNDO	52.434,67	52.434,67	52.434,67	52.434,67	52.434,67	52.434,67	52.434,67	52.434,67	52.434,67	52.434,67	52.434,67	52.434,67	629.216,00
17.2.4.01.03.00.00.00	Transf. de Conv.	287.454,34	287.454,34	287.454,34	287.454,34	287.454,34	287.454,34	287.454,34	287.454,34	287.454,34	287.454,34	287.454,34	287.454,34	3.449.452,00
17.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas En	268.540,41	268.540,41	268.540,41	268.540,41	268.540,41	268.540,41	268.540,41	268.540,41	268.540,41	268.540,41	268.540,41	268.540,41	3.222.484,80
17.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União para o SUS	247.379,27	247.379,27	247.379,27	247.379,27	247.379,27	247.379,27	247.379,27	247.379,27	247.379,27	247.379,27	247.379,27	247.379,27	2.968.551,20
17.6.1.01.00.00.00.00	Convênio Saúde Bucal	13.576,83	13.576,83	13.576,83	13.576,83	13.576,83	13.576,83	13.576,83	13.576,83	13.576,83	13.576,83	13.576,83	13.576,83	162.922,00
17.6.1.01.02.00.00.00	Convênio Vigilância Epidemiológica	14.045,00	14.045,00	14.045,00	14.045,00	14.045,00	14.045,00	14.045,00	14.045,00	14.045,00	14.045,00	14.045,00	14.045,00	168.540,00
17.6.1.01.03.00.00.00	Convênio Família Básica	8.427,00	8.427,00	8.427,00	8.427,00	8.427,00	8.427,00	8.427,00	8.427,00	8.427,00	8.427,00	8.427,00	8.427,00	101.124,00
17.6.1.01.04.00.00.00	Convênio PMB FIXO	32.771,67	32.771,67	32.771,67	32.771,67	32.771,67	32.771,67	32.771,67	32.771,67	32.771,67	32.771,67	32.771,67	32.771,67	393.200,00
17.6.1.01.05.00.00.00	Convênio NASF	14.606,80	14.606,80	14.606,80	14.606,80	14.606,80	14.606,80	14.606,80	14.606,80	14.606,80	14.606,80	14.606,80	14.606,80	175.281,60
17.6.1.01.06.00.00.00	Convênio Vigilância Sanitária	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	5.618,00
17.6.1.01.07.00.00.00	Convênio PSF	43.539,50	43.539,50	43.539,50	43.539,50	43.539,50	43.539,50	43.539,50	43.539,50	43.539,50	43.539,50	43.539,50	43.539,50	522.474,00
17.6.1.01.08.00.00.00	Convênio PACS	45.037,63	45.037,63	45.037,63	45.037,63	45.037,63	45.037,63	45.037,63	45.037,63	45.037,63	45.037,63	45.037,63	45.037,63	540.451,60
17.6.1.01.09.00.00.00	Convênio SUS	56.180,00	56.180,00	56.180,00	56.180,00	56.180,00	56.180,00	56.180,00	56.180,00	56.180,00	56.180,00	56.180,00	56.180,00	674.160,00
17.6.1.01.10.00.00.00	Convênio SUS Fronteira	936,33	936,33	936,33	936,33	936,33	936,33	936,33	936,33	936,33	936,33	936,33	936,33	11.236,00
17.6.1.01.11.00.00.00	Outras Transf. Conv. Saúde - União	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	22.472,00
17.6.1.01.12.00.00.00	Conv. Serv. Alim. Móvel de Urgência	15.917,67	15.917,67	15.917,67	15.917,67	15.917,67	15.917,67	15.917,67	15.917,67	15.917,67	15.917,67	15.917,67	15.917,67	191.013,00
17.6.1.01.13.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Proj	21.161,14	21.161,14	21.161,14	21.161,14	21.161,14	21.161,14	21.161,14	21.161,14	21.161,14	21.161,14	21.161,14	21.161,14	253.933,60
17.6.1.03.01.00.00.00	Programa Proteção à Infância	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	5.618,00
17.6.1.03.02.00.00.00	Programa FNDE-PNAE-PNAC Crech	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	5.618,00
17.6.1.03.03.00.00.00	Programa de Proteção Básica ao Idô	655,43	655,43	655,43	655,43	655,43	655,43	655,43	655,43	655,43	655,43	655,43	655,43	7.865,20
17.6.1.03.04.00.00.00	Programa Social de Alta Compl. - Por	2.809,00	2.809,00	2.809,00	2.809,00	2.809,00	2.809,00	2.809,00	2.809,00	2.809,00	2.809,00	2.809,00	2.809,00	33.708,00
17.6.1.03.05.00.00.00	Convênio da União Pól. Jornada	1.591,77	1.591,77	1.591,77	1.591,77	1.591,77	1.591,77	1.591,77	1.591,77	1.591,77	1.591,77	1.591,77	1.591,77	19.101,20
17.6.1.03.06.00.00.00	Conv. IGD Boia Família	9.363,33	9.363,33	9.363,33	9.363,33	9.363,33	9.363,33	9.363,33	9.363,33	9.363,33	9.363,33	9.363,33	9.363,33	112.360,00
17.6.1.03.08.00.00.00	Conv. Prot. Soc. e Criança/Idô. Vl.	4.681,67	4.681,67	4.681,67	4.681,67	4.681,67	4.681,67	4.681,67	4.681,67	4.681,67	4.681,67	4.681,67	4.681,67	56.180,00
17.6.1.03.09.00.00.00	Serv. Espec. de Proteção Soc. Espec	655,43	655,43	655,43	655,43	655,43	655,43	655,43	655,43	655,43	655,43	655,43	655,43	7.865,20
17.6.1.03.11.00.00.00	Convênio Assist. IGD SUS	655,43	655,43	655,43	655,43	655,43	655,43	655,43	655,43	655,43	655,43	655,43	655,43	7.865,20
17.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Dist/Fed e suas	18.913,93	18.913,93	18.913,93	18.913,93	18.913,93	18.913,93	18.913,93	18.913,93	18.913,93	18.913,93	18.913,93	18.913,93	224.720,00
17.6.2.01.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados p/ SUS	18.726,66	18.726,66	18.726,66	18.726,66	18.726,66	18.726,66	18.726,66	18.726,66	18.726,66	18.726,66	18.726,66	18.726,66	224.720,00
17.6.2.01.01.00.00.00	Transf. Conv. Estados p/SUS	12.172,33	12.172,33	12.172,33	12.172,33	12.172,33	12.172,33	12.172,33	12.172,33	12.172,33	12.172,33	12.172,33	12.172,33	146.068,00
17.6.2.01.03.00.00.00	Convênio Família Básica Estado	6.554,33	6.554,33	6.554,33	6.554,33	6.554,33	6.554,33	6.554,33	6.554,33	6.554,33	6.554,33	6.554,33	6.554,33	78.652,00



Exercício de 2016

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Metas Mensais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: ITAPIRANGA

Código	Especificação	Jan/16	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Jul/16	Ago/16	Sep/16	Out/16	Nov/16	Dez/16	Total
Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto
17.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio de	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	2.247,20
19.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	29.962,66	29.962,66	29.962,66	29.962,66	29.962,66	29.962,66	29.962,66	29.962,66	29.962,66	29.962,66	29.962,66	29.962,66	359.552,00
19.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	13.483,20	13.483,20	13.483,20	13.483,20	13.483,20	13.483,20	13.483,20	13.483,20	13.483,20	13.483,20	13.483,20	13.483,20	161.798,40
19.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	749,07	749,07	749,07	749,07	749,07	749,07	749,07	749,07	749,07	749,07	749,07	749,07	8.968,80
19.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	3.370,80
19.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	468,17	5.616,00
19.1.3.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa c	2.715,36	2.715,36	2.715,36	2.715,36	2.715,36	2.715,36	2.715,36	2.715,36	2.715,36	2.715,36	2.715,36	2.715,36	32.594,40
19.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	1.727,53	1.727,53	1.727,53	1.727,53	1.727,53	1.727,53	1.727,53	1.727,53	1.727,53	1.727,53	1.727,53	1.727,53	20.730,40
19.1.3.11.00.00.00.00	Dedução de Multas/Juros de Mora Div	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-5.000,00
19.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	1.821,17	1.821,17	1.821,17	1.821,17	1.821,17	1.821,17	1.821,17	1.821,17	1.821,17	1.821,17	1.821,17	1.821,17	21.854,00
19.1.3.13.00.00.00.00	Dedução de Multas/Juros de Mora Div	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-5.000,00
19.1.15.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outras F	2.059,93	2.059,93	2.059,93	2.059,93	2.059,93	2.059,93	2.059,93	2.059,93	2.059,93	2.059,93	2.059,93	2.059,93	24.719,20
19.1.15.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outras	2.059,93	2.059,93	2.059,93	2.059,93	2.059,93	2.059,93	2.059,93	2.059,93	2.059,93	2.059,93	2.059,93	2.059,93	24.719,20
19.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outr	2.476,60	2.476,60	2.476,60	2.476,60	2.476,60	2.476,60	2.476,60	2.476,60	2.476,60	2.476,60	2.476,60	2.476,60	29.719,20
19.1.5.99.00.00.00.00	Dedução Multas/Juros de Mora Div	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-416,67	-5.000,00
19.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Rece	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	44.944,00
19.1.8.00.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora - Taxa	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	44.944,00
19.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	4.213,51	4.213,51	4.213,51	4.213,51	4.213,51	4.213,51	4.213,51	4.213,51	4.213,51	4.213,51	4.213,51	4.213,51	50.562,00
19.1.9.00.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trâ	4.213,51	4.213,51	4.213,51	4.213,51	4.213,51	4.213,51	4.213,51	4.213,51	4.213,51	4.213,51	4.213,51	4.213,51	50.562,00
19.1.9.15.00.00.00.00	Multa de Trânsito - Pol. Militar	1.369,39	1.369,39	1.369,39	1.369,39	1.369,39	1.369,39	1.369,39	1.369,39	1.369,39	1.369,39	1.369,39	1.369,39	16.432,65
19.1.9.15.00.00.00.00	Multa de Trânsito - Prefeitura	1.369,39	1.369,39	1.369,39	1.369,39	1.369,39	1.369,39	1.369,39	1.369,39	1.369,39	1.369,39	1.369,39	1.369,39	16.432,65
19.1.9.15.00.00.00.00	Multa de Trânsito - Prefeitura	1.474,73	1.474,73	1.474,73	1.474,73	1.474,73	1.474,73	1.474,73	1.474,73	1.474,73	1.474,73	1.474,73	1.474,73	17.696,70
19.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.153,57	2.153,57	2.153,57	2.153,57	2.153,57	2.153,57	2.153,57	2.153,57	2.153,57	2.153,57	2.153,57	2.153,57	25.842,80
19.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	2.153,57	2.153,57	2.153,57	2.153,57	2.153,57	2.153,57	2.153,57	2.153,57	2.153,57	2.153,57	2.153,57	2.153,57	25.842,80
19.2.1.06.00.00.00.00	Indenizações por Danos Causados ao P	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	280,90	3.370,80
19.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	22.472,00
19.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	12.359,59	12.359,59	12.359,59	12.359,59	12.359,59	12.359,59	12.359,59	12.359,59	12.359,59	12.359,59	12.359,59	12.359,59	148.315,20
19.3.0.00.00.00.00.00	Reserva da Dívida Ativa Tributária	8.146,09	8.146,09	8.146,09	8.146,09	8.146,09	8.146,09	8.146,09	8.146,09	8.146,09	8.146,09	8.146,09	8.146,09	97.753,20
19.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	3.745,33	44.944,00
19.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 56,6%	2.119,86	2.119,86	2.119,86	2.119,86	2.119,86	2.119,86	2.119,86	2.119,86	2.119,86	2.119,86	2.119,86	2.119,86	25.438,30
19.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 26,5%	992,51	992,51	992,51	992,51	992,51	992,51	992,51	992,51	992,51	992,51	992,51	992,51	11.910,16
19.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 16,9%	632,96	632,96	632,96	632,96	632,96	632,96	632,96	632,96	632,96	632,96	632,96	632,96	7.595,54
19.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 56,6%	4.400,76	4.400,76	4.400,76	4.400,76	4.400,76	4.400,76	4.400,76	4.400,76	4.400,76	4.400,76	4.400,76	4.400,76	52.809,20
19.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 26,5%	2.490,83	2.490,83	2.490,83	2.490,83	2.490,83	2.490,83	2.490,83	2.490,83	2.490,83	2.490,83	2.490,83	2.490,83	29.890,01
19.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 16,9%	1.166,20	1.166,20	1.166,20	1.166,20	1.166,20	1.166,20	1.166,20	1.166,20	1.166,20	1.166,20	1.166,20	1.166,20	13.994,44
19.3.1.13.00.00.00.00	Reserva da Dívida Ativa não tributária	743,73	743,73	743,73	743,73	743,73	743,73	743,73	743,73	743,73	743,73	743,73	743,73	8.924,75
19.3.2.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outr	4.213,50	4.213,50	4.213,50	4.213,50	4.213,50	4.213,50	4.213,50	4.213,50	4.213,50	4.213,50	4.213,50	4.213,50	50.562,00
19.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outr	4.213,50	4.213,50	4.213,50	4.213,50	4.213,50	4.213,50	4.213,50	4.213,50	4.213,50	4.213,50	4.213,50	4.213,50	50.562,00
19.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	1.966,30	1.966,30	1.966,30	1.966,30	1.966,30	1.966,30	1.966,30	1.966,30	1.966,30	1.966,30	1.966,30	1.966,30	23.596,60
19.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas	1.966,30	1.966,30	1.966,30	1.966,30	1.966,30	1.966,30	1.966,30	1.966,30	1.966,30	1.966,30	1.966,30	1.966,30	23.596,60
2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	15.824,05	15.824,05	15.824,05	15.824,05	15.824,05	15.824,05	15.824,05	15.824,05	15.824,05	15.824,05	15.824,05	15.824,05	189.888,40
2.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	842,70	842,70	842,70	842,70	842,70	842,70	842,70	842,70	842,70	842,70	842,70	842,70	10.112,40
2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	842,70	842,70	842,70	842,70	842,70	842,70	842,70	842,70	842,70	842,70	842,70	842,70	10.112,40
2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	842,70	842,70	842,70	842,70	842,70	842,70	842,70	842,70	842,70	842,70	842,70	842,70	10.112,40
2.2.0.00.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS	1.685,40	1.685,40	1.685,40	1.685,40	1.685,40	1.685,40	1.685,40	1.685,40	1.685,40	1.685,40	1.685,40	1.685,40	20.224,80
2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.498,13	1.498,13	1.498,13	1.498,13	1.498,13	1.498,13	1.498,13	1.498,13	1.498,13	1.498,13	1.498,13	1.498,13	17.977,60

Exercício de 2016

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Meias Mensais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: ITAPIRANGA

Código	Especificação	Jan/16	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Jul/16	Ago/16	Sep/16	Out/16	Nov/16	Dez/16	Total
		Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto
2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	1.498,13	1.498,13	1.498,13	1.498,13	1.498,13	1.498,13	1.498,13	1.498,13	1.498,13	1.498,13	1.498,13	1.498,13	17.977,60
2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,23	2.247,20
2.2.2.5.00.00.00.00.00	Alienação de Imóveis Urbanos	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,27	187,23	2.247,20
2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,26	44.944,00
2.3.0.0.80.00.00.00.00	Amortizações de Financiamentos	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,26	44.944,00
2.3.0.0.80.01.00.00.00	Amortizações de Financiamentos de	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,34	3.745,26	44.944,00
2.3.0.0.80.01.01.00.00	Amortização de Financiamento de E	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,63	22.472,00
2.3.0.0.80.01.02.00.00	Amortização de Financiamento de E	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,67	1.872,63	22.472,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.550,61	9.550,61	9.550,61	9.550,61	9.550,61	9.550,61	9.550,61	9.550,61	9.550,61	9.550,61	9.550,61	9.550,49	114.607,20
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAM	9.550,61	9.550,61	9.550,61	9.550,61	9.550,61	9.550,61	9.550,61	9.550,61	9.550,61	9.550,61	9.550,61	9.550,49	114.607,20
2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	4.985,98	4.985,98	4.985,98	4.985,98	4.985,98	4.985,98	4.985,98	4.985,98	4.985,98	4.985,98	4.985,98	4.985,92	59.831,70
2.4.2.1.90.00.00.00.00	Outras Transferências da União	4.985,98	4.985,98	4.985,98	4.985,98	4.985,98	4.985,98	4.985,98	4.985,98	4.985,98	4.985,98	4.985,98	4.985,92	59.831,70
2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	4.564,63	4.564,63	4.564,63	4.564,63	4.564,63	4.564,63	4.564,63	4.564,63	4.564,63	4.564,63	4.564,63	4.564,57	54.775,50
2.4.2.2.90.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	4.564,63	4.564,63	4.564,63	4.564,63	4.564,63	4.564,63	4.564,63	4.564,63	4.564,63	4.564,63	4.564,63	4.564,57	54.775,50
<b>TOTAL GERAL PREVISTO:</b>		<b>3.763.168,36</b>	<b>3.763.168,36</b>	<b>3.763.168,36</b>	<b>3.763.168,36</b>	<b>3.763.168,36</b>	<b>3.763.168,36</b>	<b>3.763.168,36</b>	<b>3.763.168,36</b>	<b>3.763.168,36</b>	<b>3.763.168,36</b>	<b>3.763.168,36</b>	<b>3.763.167,34</b>	<b>45.158.019,30</b>

Exercício de 2016

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Cronograma Mensal de Desembolso por Elementos (L.R.F. - Artigo 8) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
		Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado Diferença
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	3.395.727,04	3.395.727,04	3.395.727,04	3.395.727,04	3.395.727,04	3.395.727,04	3.395.727,04	3.395.727,04	3.395.727,04	3.395.727,04	3.395.727,04	3.395.727,04	40.748.728,04
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.884.234,35	1.884.234,35	1.884.234,35	1.884.234,35	1.884.234,35	1.884.234,35	1.884.234,35	1.884.234,35	1.884.234,35	1.884.234,35	1.884.234,35	1.884.234,35	22.610.813,13
3.1.10.00.00.00.00	Transf. a Contribuintes Públicos	4.728,56	4.728,56	4.728,56	4.728,56	4.728,56	4.728,56	4.728,56	4.728,56	4.728,56	4.728,56	4.728,56	4.728,56	56.742,74
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.879.505,79	1.879.505,79	1.879.505,79	1.879.505,79	1.879.505,79	1.879.505,79	1.879.505,79	1.879.505,79	1.879.505,79	1.879.505,79	1.879.505,79	1.879.505,79	22.554.070,39
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.131,16	20.131,16	20.131,16	20.131,16	20.131,16	20.131,16	20.131,16	20.131,16	20.131,16	20.131,16	20.131,16	20.131,16	241.574,00
3.2.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	20.131,16	20.131,16	20.131,16	20.131,16	20.131,16	20.131,16	20.131,16	20.131,16	20.131,16	20.131,16	20.131,16	20.131,16	241.574,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.491.361,53	1.491.361,53	1.491.361,53	1.491.361,53	1.491.361,53	1.491.361,53	1.491.361,53	1.491.361,53	1.491.361,53	1.491.361,53	1.491.361,53	1.491.361,53	17.886.341,91
3.3.50.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas	19.416,65	19.416,65	19.416,65	19.416,65	19.416,65	19.416,65	19.416,65	19.416,65	19.416,65	19.416,65	19.416,65	19.416,65	233.000,00
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Contribuintes Públicos	15.488,12	15.488,12	15.488,12	15.488,12	15.488,12	15.488,12	15.488,12	15.488,12	15.488,12	15.488,12	15.488,12	15.488,12	185.857,54
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.454.740,10	1.454.740,10	1.454.740,10	1.454.740,10	1.454.740,10	1.454.740,10	1.454.740,10	1.454.740,10	1.454.740,10	1.454.740,10	1.454.740,10	1.454.740,10	17.456.884,37
3.4.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	222.440,40	222.440,40	222.440,40	222.440,40	222.440,40	222.440,40	222.440,40	222.440,40	222.440,40	222.440,40	222.440,40	222.440,40	2.789.290,26
4.0.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	112.506,95	112.506,95	112.506,95	112.506,95	112.506,95	112.506,95	112.506,95	112.506,95	112.506,95	112.506,95	112.506,95	112.506,95	1.350.088,83
4.4.00.00.00.00.00	Transferências a Contribuintes Públicos	289,76	289,76	289,76	289,76	289,76	289,76	289,76	289,76	289,76	289,76	289,76	289,76	3.477,12
4.4.71.00.00.00.00	Aplicações Diretas	119.217,19	119.217,19	119.217,19	119.217,19	119.217,19	119.217,19	119.217,19	119.217,19	119.217,19	119.217,19	119.217,19	119.217,19	1.346.611,71
4.4.90.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	1.439.201,43
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	1.439.201,43
4.6.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	119.933,45	1.439.201,43
9.0.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	130.000,00
9.9.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	130.000,00
9.9.90.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	130.000,00
	<b>Total Geral</b>	<b>3.639.000,77</b>	<b>3.639.000,77</b>	<b>3.639.000,77</b>	<b>3.639.000,77</b>	<b>3.639.000,77</b>	<b>3.639.000,77</b>	<b>3.639.000,77</b>	<b>3.639.000,77</b>	<b>3.639.000,77</b>	<b>3.639.000,77</b>	<b>3.639.000,77</b>	<b>3.639.000,77</b>	<b>43.868.015,30</b>

## Itapoá

## PREFEITURA

## ANEXO DM Nº 2626/2016 - HOMOLOGAÇÃO CONCURSO

CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - Edital 050/2015  
Lista Final de Classificação

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
AJUDANTE GERAL	ANA CAROLINA DE MIRANDA MORAIS SVIHGUN	410000078	04/08/1986	11	13	81,34	Não Aplicável	Não Aplicável	81,34	1
AJUDANTE GERAL	ICLESIA DA ROSA FERREIRA MACIEL	410000757	18/08/1986	13	11	78,67	Não Aplicável	Não Aplicável	78,67	2
AJUDANTE GERAL	ALINE MOREIRA DE OLIVEIRA	410000706	28/07/1980	10	12	74,67	Não Aplicável	Não Aplicável	74,67	3
AJUDANTE GERAL	LUANA BIANCA ALVES PIRES	410000451	05/08/1991	8	13	73,34	Não Aplicável	Não Aplicável	73,34	4
AJUDANTE GERAL	MARCIO FRANCISNEI DE SOUZA	410000765	04/09/1981	9	12	72,00	Não Aplicável	Não Aplicável	72,00	5
AJUDANTE GERAL	LUCIMERI DE MACENO CORDEIRO RAMOS	410000783	30/11/1957	10	10	66,67	Não Aplicável	Não Aplicável	66,67	6
AJUDANTE GERAL	REGIANE NEUNDORFF	410000074	27/04/1984	10	10	66,67	Não Aplicável	Não Aplicável	66,67	7
AJUDANTE GERAL	JOCELAINE CRISTINA DE ARAUJO SILVA	410000134	17/12/1979	11	9	65,34	Não Aplicável	Não Aplicável	65,34	8
AJUDANTE GERAL	ABATHA INGRID PVA	410000821	08/02/1992	9	10	64,00	Não Aplicável	Não Aplicável	64,00	9
AJUDANTE GERAL	JANICE LIMA	410000411	24/05/1974	10	9	62,67	Não Aplicável	Não Aplicável	62,67	10
AJUDANTE GERAL	MARINA NICOLLI FRANCA	410000501	24/02/1994	11	8	61,34	Não Aplicável	Não Aplicável	61,34	11
AJUDANTE GERAL	SEBASTIAO DEUNISIO	410000565	02/03/1962	10	8	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	12
AJUDANTE GERAL	MARIA APARECIDA PINHEIRO	410000496	09/03/1965	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	13
AJUDANTE GERAL	ANA LUCIA FAUSTINO	410000115	27/10/1975	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	14
AJUDANTE GERAL	OCIMAR ALEXSSANDRE PROST	410000255	13/08/1977	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	15
AJUDANTE GERAL	MICHEL LIMA PARIA	410000093	04/07/1996	11	7	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	16
AJUDANTE GERAL	DEIVIT MAX JONATAS MONTENEGRO PASSARIN	410000520	21/08/1980	10	7	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	17
AJUDANTE GERAL	SIRLEI NERES DO ROSARIO	410000034	28/03/1987	5	10	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	18
AJUDANTE GERAL	MARCIO LEITE BARBO	410000798	10/05/1984	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	19
AJUDANTE GERAL	MILENE CRISTINA MACIEL DOS SANTOS CARVALHO	410000746	19/11/1987	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	20
AJUDANTE GERAL	MATHEUS DE FREITAS RIBEIRO	410000559	26/04/1991	11	6	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	21
AJUDANTE GERAL	ALTAIR RAMOS DE MESQUITA	410000689	04/07/1943	9	7	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	22
AJUDANTE GERAL	VALSONIA PITZ AMARANTE	410000700	22/01/1958	6	9	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	23
AJUDANTE GERAL	MARCIA DRUM	410000712	04/06/1962	6	9	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	24
AJUDANTE GERAL	SIRLEI DA SILVA	410000515	17/02/1976	6	9	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	25
AJUDANTE GERAL	POLIANE PATRICIA DE MIRANDA	410000822	03/03/1985	6	9	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	26
AJUDANTE GERAL	PATRICIA DO ROSARIO RIEPER	410000548	10/12/1990	9	7	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	27
AJUDANTE GERAL	CESAR RAFAEL DEMICIANO	410000305	30/11/1994	9	7	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	28
AJUDANTE GERAL	MARCOS ANTONIO NICOLACHIK	410000776	20/06/1998	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	29
AJUDANTE GERAL	MIRIAN AMORIM	410000238	05/08/1961	8	7	49,34	Não Aplicável	Não Aplicável	49,34	30
AJUDANTE GERAL	GUSTAVO LEDOUX ROSSWEILER	410000371	12/03/1996	8	7	49,34	Não Aplicável	Não Aplicável	49,34	31
AJUDANTE GERAL	VASSIL VIEIRA DA SILVA	410000704	08/08/1968	11	5	49,34	Não Aplicável	Não Aplicável	49,34	32
AJUDANTE GERAL	LEIA PRESA LIMA	410000663	09/01/1967	6	8	48,00	Não Aplicável	Não Aplicável	48,00	33
AJUDANTE GERAL	NAIR DE SOUZA	410000099	31/12/1975	6	8	48,00	Não Aplicável	Não Aplicável	48,00	34
AJUDANTE GERAL	REGINA MODEL DE OLIVEIRA	410000553	31/01/1976	6	8	48,00	Não Aplicável	Não Aplicável	48,00	35
AJUDANTE GERAL	DANIEL BARBOZA	410000164	27/02/1989	9	6	48,00	Não Aplicável	Não Aplicável	48,00	36
AJUDANTE GERAL	PABLO HENRIQUE SOKOLOSKI	410000660	03/06/1997	9	6	48,00	Não Aplicável	Não Aplicável	48,00	37
AJUDANTE GERAL	WILSON PIRES DA COSTA JUNIOR	410000762	27/06/1997	9	6	48,00	Não Aplicável	Não Aplicável	48,00	38
AJUDANTE GERAL	ERENI ANTONIO PEREIRA DRUM	410000711	08/07/1954	10	5	46,67	Não Aplicável	Não Aplicável	46,67	39
AJUDANTE GERAL	MARIANE MARQUES DE SOUZA	410000228	03/08/1993	7	7	46,67	Não Aplicável	Não Aplicável	46,67	40

Página 1 de 31

Concurso Público Prefeitura Municipal de Itapoá - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação



Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
AJUDANTE GERAL	ERILANE FATIMA DA SILVA	410000551	20/02/1962	5	8	45,34	Não Aplicável	Não Aplicável	45,34	41
AJUDANTE GERAL	TEREZINHA DE FATIMA SILVA BATISTA	410000601	21/10/1965	5	8	45,34	Não Aplicável	Não Aplicável	45,34	42
AJUDANTE GERAL	GISELE APARECIDA DE OLIVEIRA	410000076	23/10/1989	5	8	45,34	Não Aplicável	Não Aplicável	45,34	43
AJUDANTE GERAL	ANDRESSA DA SILVA SANTOS	410000433	11/09/1987	8	6	45,34	Não Aplicável	Não Aplicável	45,34	44
AJUDANTE GERAL	ZAQUEU DE LIMA	410000027	12/06/1964	11	4	45,34	Não Aplicável	Não Aplicável	45,34	45
AJUDANTE GERAL	ELCIO EURICO PEREIRA RAMOS	410000739	05/02/1968	3	9	44,00	Não Aplicável	Não Aplicável	44,00	46
AJUDANTE GERAL	LUZITA FERRAZ DE SOUZA FERNANDES	410000676	31/01/1971	6	7	44,00	Não Aplicável	Não Aplicável	44,00	47
AJUDANTE GERAL	CARLOS HENRIQUE ANTUNES DA ROCHA	410000636	19/07/1997	6	7	44,00	Não Aplicável	Não Aplicável	44,00	48
AJUDANTE GERAL	JANETE SANTOS FERREIRA WOJAKEVICZ	410000579	30/07/1963	9	5	44,00	Não Aplicável	Não Aplicável	44,00	49
AJUDANTE GERAL	NADIR CORDEIRO DOS SANTOS	410000593	26/09/1966	4	8	42,67	Não Aplicável	Não Aplicável	42,67	50
AJUDANTE GERAL	ANDREIA SILVEIRA SANTANA	410000294	04/02/1979	4	8	42,67	Não Aplicável	Não Aplicável	42,67	51
AJUDANTE GERAL	IVONETE CARVALHO	410000621	01/09/1973	7	6	42,67	Não Aplicável	Não Aplicável	42,67	52
AJUDANTE GERAL	SELMA MACANEIRO	410000677	04/09/1973	7	6	42,67	Não Aplicável	Não Aplicável	42,67	53
AJUDANTE GERAL	ROSANGELA LICHESKI DOS SANTOS	410000393	17/05/1995	7	6	42,67	Não Aplicável	Não Aplicável	42,67	54
AJUDANTE GERAL	ANTONIO FIGUEIREDO DAVILA	410000313	04/12/1978	8	5	41,34	Não Aplicável	Não Aplicável	41,34	55
AJUDANTE GERAL	DURVALINO CANDIDO NETTO	410000054	15/10/1981	8	5	41,34	Não Aplicável	Não Aplicável	41,34	56
AJUDANTE GERAL	ELISANGELA ARMINDA DE OLIVEIRA	410000203	29/11/1974	6	6	40,00	Não Aplicável	Não Aplicável	40,00	57
AJUDANTE GERAL	EVELIZE CRISSANTO	410000287	25/05/1983	6	6	40,00	Não Aplicável	Não Aplicável	40,00	58
AJUDANTE GERAL	IVANANOQUEIRA PERES DO NASCIMENTO	410000544	04/06/1957	9	4	40,00	Não Aplicável	Não Aplicável	40,00	59
AJUDANTE GERAL	HELENA DA APARECIDA JAKUBOSKI PONTES TORRES	410000602	15/07/1974	9	4	40,00	Não Aplicável	Não Aplicável	40,00	60
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	MEIRE LUCINETE SOARES VIEIRA	410000811	17/04/1979	10	12	74,67	Não Aplicável	Não Aplicável	74,67	1
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	CINTHIA MARA SOARES NASCIMENTO	410000686	12/11/1980	8	11	65,34	Não Aplicável	Não Aplicável	65,34	2
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	JAQUELINE XAVIER	410000399	27/10/1977	9	10	64,00	Não Aplicável	Não Aplicável	64,00	3
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	IDINEIS BOGO TAVARES	410000072	16/07/1968	6	11	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	4
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	NADIA NEVES STOMSKI	410000425	23/11/1991	6	11	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	5
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	VANESSA DA COSTA JOAO	410000569	04/01/1980	7	10	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	6
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	LETICIA SOARES SCHWARTZ	410000005	14/05/1995	5	11	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	7
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	LEILA REGINA RIBEIRO DE MIRANDA	410000519	08/04/1974	6	8	48,00	Não Aplicável	Não Aplicável	48,00	8
MECÂNICO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS	VICENTE DOS PASSOS	410000047	02/07/1955	11	12	77,34	Não Aplicável	Não Aplicável	77,34	1
MECÂNICO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS	FELIPE DOS REIS GOMES DA COSTA	410000509	28/07/1992	11	11	73,34	Não Aplicável	Não Aplicável	73,34	2
MECÂNICO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS	RAFAEL ALVES DOS SANTOS	410000470	07/04/1993	10	9	62,67	Não Aplicável	Não Aplicável	62,67	3
MECÂNICO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS	CARLOS EDUARDO FERREIRA	410000695	23/06/1991	9	9	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	4
MECÂNICO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS	GERALDO GILBERTO LICHESKI	410000368	16/10/1959	10	8	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	5
MOTORISTA - CNH "B"	NATA JEZIEL MACHADO PIVA	410000322	20/02/1989	14	14	93,34	Não Aplicável	Não Aplicável	93,34	1
MOTORISTA - CNH "B"	ALEXANDRE SÁPORSKI	410000745	19/05/1976	15	13	92,01	Não Aplicável	Não Aplicável	92,01	2
MOTORISTA - CNH "B"	MAYCON DOUGLAS GUIMARAES	410000151	13/02/1989	13	14	90,67	Não Aplicável	Não Aplicável	90,67	3
MOTORISTA - CNH "B"	LUCAS GABRIEL TERCZYNY	410000596	09/05/1994	13	14	90,67	Não Aplicável	Não Aplicável	90,67	4
MOTORISTA - CNH "B"	EMERSON BIANCHINI DE OLIVEIRA	410000785	07/01/1973	14	13	89,34	Não Aplicável	Não Aplicável	89,34	5
MOTORISTA - CNH "B"	JOAO BATISTA DA COSTA	410000315	15/11/1959	13	13	86,67	Não Aplicável	Não Aplicável	86,67	6
MOTORISTA - CNH "B"	RONALDO LETUAN	410000599	02/09/1983	13	13	86,67	Não Aplicável	Não Aplicável	86,67	7
MOTORISTA - CNH "B"	BRUNO CAVALLI DA SILVA	410000665	19/08/1988	14	12	85,34	Não Aplicável	Não Aplicável	85,34	8
MOTORISTA - CNH "B"	PAULO ROBERTO PAULSKI	410000613	16/06/1958	12	13	84,00	Não Aplicável	Não Aplicável	84,00	9
MOTORISTA - CNH "B"	CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS JUNIOR	410000651	08/06/1991	10	14	82,67	Não Aplicável	Não Aplicável	82,67	10
MOTORISTA - CNH "B"	OTAVIO DOS ANJOS	410000743	04/05/1970	13	12	82,67	Não Aplicável	Não Aplicável	82,67	11
MOTORISTA - CNH "B"	VINICIUS FRANCO MARTINS	410000774	13/05/1982	13	12	82,67	Não Aplicável	Não Aplicável	82,67	12
MOTORISTA - CNH "B"	FLAVIO AUGUSTO RESGIS	410000003	30/12/1957	10	13	78,67	Não Aplicável	Não Aplicável	78,67	13

Concurso Público Prefeitura Municipal de Iupema - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 2 de 31

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CQE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
MOTORISTA – CNH "B"	LEONEL JOSE CHEMM	410000324	06/12/1965	13	11	78,67	Não Aplicável	Não Aplicável	78,67	14
MOTORISTA – CNH "B"	ABNER LUIZ HEMPENMAIER	410000309	27/10/1977	13	11	78,67	Não Aplicável	Não Aplicável	78,67	15
MOTORISTA – CNH "B"	JOSE CARLOS FREIGSCHADT	410000669	27/02/1959	11	12	77,34	Não Aplicável	Não Aplicável	77,34	16
MOTORISTA – CNH "B"	LEONEL ALVES DE SOUZA	410000333	26/07/1965	11	12	77,34	Não Aplicável	Não Aplicável	77,34	17
MOTORISTA – CNH "B"	CAROLINE WEBER	410000755	16/02/1994	11	12	77,34	Não Aplicável	Não Aplicável	77,34	18
MOTORISTA – CNH "B"	NOELI SOUZA DA SILVA	410000427	24/12/1968	9	13	76,00	Não Aplicável	Não Aplicável	76,00	19
MOTORISTA – CNH "B"	WILLIAN SIMAS	410000388	24/04/1990	9	13	76,00	Não Aplicável	Não Aplicável	76,00	20
MOTORISTA – CNH "B"	ELISEU FERNANDES	410000387	03/12/1976	12	11	76,00	Não Aplicável	Não Aplicável	76,00	21
MOTORISTA – CNH "B"	LEANDRO LANDEGRAFF HVA PEREIRA	410000110	11/12/1985	12	11	76,00	Não Aplicável	Não Aplicável	76,00	22
MOTORISTA – CNH "B"	VALDECIR ROBERTO LIBERMANN	410000733	04/03/1970	10	12	74,67	Não Aplicável	Não Aplicável	74,67	23
MOTORISTA – CNH "B"	RICARDO CAETANO DOS SANTOS	410000714	07/04/1976	10	12	74,67	Não Aplicável	Não Aplicável	74,67	24
MOTORISTA – CNH "B"	DANIEL MIRANDA	410000532	29/09/1988	8	13	73,34	Não Aplicável	Não Aplicável	73,34	25
MOTORISTA – CNH "B"	CLAUDIMIRO RODRIGUES BATISTA	410000492	21/07/1971	11	11	73,34	Não Aplicável	Não Aplicável	73,34	26
MOTORISTA – CNH "B"	WELDER LAERTES DE CASTRO GAMBÁ	410000508	09/09/1978	11	11	73,34	Não Aplicável	Não Aplicável	73,34	27
MOTORISTA – CNH "B"	MAURICIO LEOPOLDO	410000304	24/10/1987	11	11	73,34	Não Aplicável	Não Aplicável	73,34	28
MOTORISTA – CNH "B"	DANIEL NEVES	410000731	29/12/1991	11	11	73,34	Não Aplicável	Não Aplicável	73,34	29
MOTORISTA – CNH "B"	LUIZ FERNANDO DE FREITAS BARBARA	410000288	16/11/1992	11	11	73,34	Não Aplicável	Não Aplicável	73,34	30
MOTORISTA – CNH "B"	DORALICE APARECIDA DA ROCHA	410000239	21/10/1967	12	10	72,00	Não Aplicável	Não Aplicável	72,00	31
MOTORISTA – CNH "B"	ELIAS FEIO	410000346	10/02/1981	12	10	72,00	Não Aplicável	Não Aplicável	72,00	32
MOTORISTA – CNH "B"	ROGEL VIEIRA	410000416	12/08/1989	12	10	72,00	Não Aplicável	Não Aplicável	72,00	33
MOTORISTA – CNH "B"	LINDONOR MARCIO CORREA JUNIOR	410000749	13/01/1996	10	11	70,67	Não Aplicável	Não Aplicável	70,67	34
MOTORISTA – CNH "B"	LUCIANO JOSE CORBARI	410000730	07/07/1981	8	12	69,34	Não Aplicável	Não Aplicável	69,34	35
MOTORISTA – CNH "B"	PRISCILA ALVES DE OLIVEIRA LAZZARETTI	410000457	23/08/1991	8	12	69,34	Não Aplicável	Não Aplicável	69,34	36
MOTORISTA – CNH "B"	VANDERLEI ALBERTO BOBATO	410000586	21/06/1975	11	10	69,34	Não Aplicável	Não Aplicável	69,34	37
MOTORISTA – CNH "B"	HENRIQUE MORAES CAZARIM	410000384	05/12/1977	11	10	69,34	Não Aplicável	Não Aplicável	69,34	38
MOTORISTA – CNH "B"	ELIS MARGARIDA MIRANDA	410000512	18/07/1985	11	10	69,34	Não Aplicável	Não Aplicável	69,34	39
MOTORISTA – CNH "B"	KELLEN CRISTINA MARCONDES	410000578	15/04/1995	11	10	69,34	Não Aplicável	Não Aplicável	69,34	40
MOTORISTA – CNH "B"	EMERSON CERESOLDO SANTOS	410000394	18/02/1993	6	13	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	41
MOTORISTA – CNH "B"	ALBERTO REIS DE OLIVEIRA	410000177	14/06/1957	9	11	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	42
MOTORISTA – CNH "B"	CRISTIANO ANTONIO NAGORSKI	410000083	22/05/1982	9	11	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	43
MOTORISTA – CNH "B"	FLAVIO WILLIAN ALVES FARIA	410000522	22/12/1986	9	11	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	44
MOTORISTA – CNH "B"	JEFFERSON SCHADECK RIBAS	410000684	04/12/1987	9	11	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	45
MOTORISTA – CNH "B"	ANGELIM BONCOSKI	410000237	12/01/1977	7	12	66,67	Não Aplicável	Não Aplicável	66,67	46
MOTORISTA – CNH "B"	CILENE ROSILENE BEZERRA	410000800	03/01/1978	13	8	66,67	Não Aplicável	Não Aplicável	66,67	47
MOTORISTA – CNH "B"	ALEXANDRE SCHNEKEMBERG	410000129	24/06/1966	8	11	65,34	Não Aplicável	Não Aplicável	65,34	48
MOTORISTA – CNH "B"	LUIZ PAULO GONCALVES DE ANDRADE	410000561	22/10/1991	11	9	65,34	Não Aplicável	Não Aplicável	65,34	49
MOTORISTA – CNH "B"	NELSON PEREIRA DOS SANTOS	410000285	10/10/1959	6	12	64,00	Não Aplicável	Não Aplicável	64,00	50
MOTORISTA – CNH "B"	MARLI SILVA DE SOUZA	410000405	24/08/1970	9	10	64,00	Não Aplicável	Não Aplicável	64,00	51
MOTORISTA – CNH "B"	CLAUDIMIRO DOS SANTOS CARDOSO	410000029	23/05/1971	9	10	64,00	Não Aplicável	Não Aplicável	64,00	52
MOTORISTA – CNH "B"	JEAN RICARDO DOS SANTOS	410000724	27/11/1987	9	10	64,00	Não Aplicável	Não Aplicável	64,00	53
MOTORISTA – CNH "B"	CRISTIANE RODRIGUES DE JESUS	410000349	04/11/1981	12	8	64,00	Não Aplicável	Não Aplicável	64,00	54
MOTORISTA – CNH "B"	ARTHUR MARTINS SILVA	410000473	11/02/1990	7	11	62,67	Não Aplicável	Não Aplicável	62,67	55
MOTORISTA – CNH "B"	RHONEY GUESELER	410000414	05/03/1992	7	11	62,67	Não Aplicável	Não Aplicável	62,67	56
MOTORISTA – CNH "B"	PAULO HENRIQUE DA SILVA	410000828	30/10/1990	5	12	61,34	Não Aplicável	Não Aplicável	61,34	57
MOTORISTA – CNH "B"	EDISON LUIZ BARBOZA	410000365	27/11/1963	8	10	61,34	Não Aplicável	Não Aplicável	61,34	58
MOTORISTA – CNH "B"	CARLOS ALEXANDRE SILVA DE JESUS	410000539	03/09/1981	8	10	61,34	Não Aplicável	Não Aplicável	61,34	59

Concurso Público Prefeitura Municipal de Iupua - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 3 de 31

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CCE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
MOTORISTA – CNH "B"	CARLOS FRANCISCO SEIXAS MATIAS JUNIOR	410000017	03/01/1997	8	10	61,34	Não Aplicável	Não Aplicável	61,34	60
MOTORISTA – CNH "B"	VANDRE RIBEIRO DE ASSUNCAO	410000672	14/01/1992	11	8	61,34	Não Aplicável	Não Aplicável	61,34	61
MOTORISTA – CNH "B"	ANTONIO DOS SANTOS SILVA	410000741	21/01/1971	6	11	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	62
MOTORISTA – CNH "B"	ACIR VASNI MOREIRA JUNIOR	410000637	07/06/1992	6	11	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	63
MOTORISTA – CNH "B"	RENATO HENRIQUE DA SILVA NORONHA	410000683	26/09/1993	6	11	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	64
MOTORISTA – CNH "B"	WELLITHON DE ITOZ	410000307	17/06/1994	6	11	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	65
MOTORISTA – CNH "B"	MARIO ZENFE	410000679	04/06/1967	9	9	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	66
MOTORISTA – CNH "B"	BRUNO BAHLS GONCALVES	410000545	16/06/1993	9	9	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	67
MOTORISTA – CNH "B"	DIOGO GABRIEL PEREIRA	410000478	21/07/1994	7	10	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	68
MOTORISTA – CNH "B"	ROBERTO HAMILTON MICHAELSEN NICOLAU	410000795	10/01/1963	10	8	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	69
MOTORISTA – CNH "B"	HENRIQUE MILANO HOGENDOORN	410000415	16/04/1992	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	70
MOTORISTA – CNH "B"	CASSIANO VICENTE DE LIMA	410000317	10/10/1995	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	71
MOTORISTA – CNH "B"	JOZIEL DOS SANTOS AMARAL	410000339	10/03/1985	11	7	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	72
MOTORISTA – CNH "B"	JAME EDZIO DOS SANTOS NETO	410000732	01/11/1980	6	10	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	73
MOTORISTA – CNH "B"	JOCIMARA MICHELE FUNK RAMOS	410000658	12/11/1988	6	10	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	74
MOTORISTA – CNH "B"	REGINALDO SOUZA NUNES	410000453	13/12/1985	7	9	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	75
MOTORISTA – CNH "B"	DIEGO SOUZA MOTA	410000300	20/12/1990	7	9	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	76
MOTORISTA – CNH "B"	ANDERSON REICHARDT	410000705	11/08/1989	5	10	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	77
MOTORISTA – CNH "B"	VALFRIDO GONCALVES MARIO	410000408	10/10/1968	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	78
MOTORISTA – CNH "B"	RICARDO ALEXANDRE RIBEIRO CAMPOS	410000417	11/08/1975	6	9	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	79
MOTORISTA – CNH "B"	PAULO CEZAR DE MOURA	410000354	07/02/1972	8	7	49,34	Não Aplicável	Não Aplicável	49,34	80
MOTORISTA – CNH "B"	ROMEO FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR	410000348	09/11/1984	8	7	49,34	Não Aplicável	Não Aplicável	49,34	81
MOTORISTA – CNH "B"	GILBERTO DE SOUZA	410000464	03/07/1991	8	7	49,34	Não Aplicável	Não Aplicável	49,34	82
MOTORISTA – CNH "B"	NILTON NAZARENO DA SILVA GOMES	410000338	27/12/1979	6	8	48,00	Não Aplicável	Não Aplicável	48,00	83
MOTORISTA – CNH "B"	MAGAYVER DURLVAL DE MIRA	410000542	27/04/1986	5	8	45,34	Não Aplicável	Não Aplicável	45,34	84
MOTORISTA – CNH "B"	LEDA BERTOLI ALEXANDRINO	410000284	21/04/1972	5	7	41,34	Não Aplicável	Não Aplicável	41,34	85
MOTORISTA – CNH "B"	DAVID GONCALVES DA SILVA	410000815	01/03/1982	5	7	41,34	Não Aplicável	Não Aplicável	41,34	86
MOTORISTA – CNH "B"	OLIVIR NATALIO RIBEIRO	410000224	25/12/1959	3	8	40,00	Não Aplicável	Não Aplicável	40,00	87
MOTORISTA – CNH "D"	ODRACIR DE CAMARGO	410000289	12/07/1979	12	13	84,00	Não Aplicável	Não Aplicável	84,00	1
MOTORISTA – CNH "D"	EDUARDO GALDINO DE CASTRO	410000039	11/10/1984	12	13	84,00	Não Aplicável	Não Aplicável	84,00	2
MOTORISTA – CNH "D"	JEFFERSON PEREIRA	410000350	22/10/1978	10	14	82,67	Não Aplicável	Não Aplicável	82,67	3
MOTORISTA – CNH "D"	RAFAEL BORGES GARCIA	410000282	12/12/1980	14	11	81,34	Não Aplicável	Não Aplicável	81,34	4
MOTORISTA – CNH "D"	JUSINAR AMILTON SEBOLD	410000737	30/06/1986	14	11	81,34	Não Aplicável	Não Aplicável	81,34	5
MOTORISTA – CNH "D"	BRUNO JOSE BOLWERK	410000767	09/03/1952	12	12	80,00	Não Aplicável	Não Aplicável	80,00	6
MOTORISTA – CNH "D"	PEDRO NUNES DUARTE	410000334	18/11/1961	12	12	80,00	Não Aplicável	Não Aplicável	80,00	7
MOTORISTA – CNH "D"	ROSANA ROEDER CARDOZO	410000640	01/09/1967	12	12	80,00	Não Aplicável	Não Aplicável	80,00	8
MOTORISTA – CNH "D"	LEANDRO CESAR COELHO DALA NORA	410000533	01/11/1972	12	12	80,00	Não Aplicável	Não Aplicável	80,00	9
MOTORISTA – CNH "D"	DEYVYS DENTYR DE SOUZA FAYEL	410000588	01/09/1983	10	13	78,67	Não Aplicável	Não Aplicável	78,67	10
MOTORISTA – CNH "D"	GISELE LENI BRIDAROLLI MISKIWI	410000163	05/12/1981	11	12	77,34	Não Aplicável	Não Aplicável	77,34	11
MOTORISTA – CNH "D"	MARCIO ANTONIO MACHADO	410000690	31/05/1975	9	13	76,00	Não Aplicável	Não Aplicável	76,00	12
MOTORISTA – CNH "D"	EDVALDO ALVES DE FREITAS	410000041	09/02/1974	12	11	76,00	Não Aplicável	Não Aplicável	76,00	13
MOTORISTA – CNH "D"	JOSE LUIS SANTOS DA SILVA	410000100	11/10/1976	12	11	76,00	Não Aplicável	Não Aplicável	76,00	14
MOTORISTA – CNH "D"	JULIANO ASQUADAMINI	410000010	29/03/1979	11	8	61,34	Não Aplicável	Não Aplicável	61,34	1
OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	JOSE LUIZ DOS SANTOS	410000283	28/07/1963	10	8	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	2
OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	MARCIO RICARDO PEZZI	410000753	08/04/1979	9	8	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	3
OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	MARCOS BERNARDES DA CUNHA	410000263	15/10/1991	6	8	48,00	Não Aplicável	Não Aplicável	48,00	4

Concurso Público Prefeitura Municipal de Iupua - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 4 de 31

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
TELEFONISTA	KARINAGEA SCHMIDT	410000775	13/09/1984	15	14	96,01	Não Aplicável	Não Aplicável	96,01	1
TELEFONISTA	TICIANA REIS ABRANTES	410000217	19/04/1988	13	15	94,67	Não Aplicável	Não Aplicável	94,67	2
TELEFONISTA	ANELISA DE LIMA	410000825	30/05/1985	12	15	92,00	Não Aplicável	Não Aplicável	92,00	3
TELEFONISTA	THAYNARA STEPHANNY COSTA	410000773	03/03/1988	13	14	90,67	Não Aplicável	Não Aplicável	90,67	4
TELEFONISTA	LUANA BASEGGIO	410000493	10/04/1990	13	14	90,67	Não Aplicável	Não Aplicável	90,67	5
TELEFONISTA	CHRISTIANA SCHEIBEL	410000657	03/12/1978	12	14	88,00	Não Aplicável	Não Aplicável	88,00	6
TELEFONISTA	ZILMA GOMES DA SILVA	410000372	10/11/1983	12	14	88,00	Não Aplicável	Não Aplicável	88,00	7
TELEFONISTA	ADRIANA DA SILVA DA COSTA	410000033	03/02/1975	10	15	86,67	Não Aplicável	Não Aplicável	86,67	8
TELEFONISTA	EDNA CAVALCANTE RODRIGUES	410000266	20/06/1986	11	14	85,34	Não Aplicável	Não Aplicável	85,34	9
TELEFONISTA	JANAINA DAS	410000447	28/04/1977	11	13	81,34	Não Aplicável	Não Aplicável	81,34	10
TELEFONISTA	FERNANDA DA SILVA PERES	410000281	14/04/1981	10	13	78,67	Não Aplicável	Não Aplicável	78,67	11
TELEFONISTA	NATALIA FERNANDA BEZERRA PROLA	410000173	25/12/1995	10	13	78,67	Não Aplicável	Não Aplicável	78,67	12
TELEFONISTA	NILSEI MORMITO FREIRE	410000779	27/09/1961	11	12	77,34	Não Aplicável	Não Aplicável	77,34	13
TELEFONISTA	ANDREA AARECIDA BERTÉ	410000298	25/10/1988	11	12	77,34	Não Aplicável	Não Aplicável	77,34	14
TELEFONISTA	OSVALDINA DE BONA SARTOR	410000611	18/06/1946	6	15	76,00	Não Aplicável	Não Aplicável	76,00	15
TELEFONISTA	JULIANA CZARNECKI PEREIRA	410000352	24/05/1984	6	15	76,00	Não Aplicável	Não Aplicável	76,00	16
TELEFONISTA	KATARINFERRERA	410000062	17/03/1993	9	13	76,00	Não Aplicável	Não Aplicável	76,00	17
TELEFONISTA	ANA PAULA LINHAR	410000191	04/06/1996	9	13	76,00	Não Aplicável	Não Aplicável	76,00	18
TELEFONISTA	ANA PAULA OKAGAWA	410000175	08/01/1978	7	14	74,67	Não Aplicável	Não Aplicável	74,67	19
TELEFONISTA	PATRICIA APARECIDA PEREIRA	410000192	04/05/1981	10	12	74,67	Não Aplicável	Não Aplicável	74,67	20
TELEFONISTA	LUANNA RODRIGUES DE OLIVEIRA	410000096	10/04/1981	5	15	73,34	Não Aplicável	Não Aplicável	73,34	21
TELEFONISTA	GABRIELA MUNHOZ DA ROCHA	410000456	29/11/1987	8	13	73,34	Não Aplicável	Não Aplicável	73,34	22
TELEFONISTA	MARELICE ANTUNES DE SOUZA	410000106	22/10/1960	10	11	70,67	Não Aplicável	Não Aplicável	70,67	23
TELEFONISTA	LUCIANE BLUM	410000563	15/07/1977	10	11	70,67	Não Aplicável	Não Aplicável	70,67	24
TELEFONISTA	EDINE SOARES DE PAULA	410000607	21/08/1959	8	12	69,34	Não Aplicável	Não Aplicável	69,34	25
TELEFONISTA	AGLAE BALDAN MANCINHO	410000053	06/02/1966	8	12	69,34	Não Aplicável	Não Aplicável	69,34	26
TELEFONISTA	ROSMARY FUEKNER	410000206	17/07/1969	8	12	69,34	Não Aplicável	Não Aplicável	69,34	27
TELEFONISTA	ADRIANA MAIA E SILVA	410000477	28/02/1998	8	12	69,34	Não Aplicável	Não Aplicável	69,34	28
TELEFONISTA	LEONIR TEREZINHA	410000056	20/01/1965	9	11	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	29
TELEFONISTA	JOCIMERI BRANDINO DOS SANTOS BEIRA	410000257	12/09/1972	9	11	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	30
TELEFONISTA	FRANCIELE MARTINS NUNES	410000723	19/01/1986	9	11	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	31
TELEFONISTA	RUTILEIA DE PAULA	410000087	31/07/1973	7	12	66,67	Não Aplicável	Não Aplicável	66,67	32
TELEFONISTA	ROSANA VIEIRA	410000112	12/10/1967	10	10	66,67	Não Aplicável	Não Aplicável	66,67	33
TELEFONISTA	JOSIANE NEGRINI MELLO	410000517	06/09/1970	10	10	66,67	Não Aplicável	Não Aplicável	66,67	34
TELEFONISTA	HELOISA DAMIANI SANTOS	410000781	06/02/1995	10	10	66,67	Não Aplicável	Não Aplicável	66,67	35
TELEFONISTA	LINNEA RITA BRENNEISEN POMIM	410000097	22/02/1963	8	11	65,34	Não Aplicável	Não Aplicável	65,34	36
TELEFONISTA	LILIAN NOEMI CORREA	410000688	03/01/1972	8	11	65,34	Não Aplicável	Não Aplicável	65,34	37
TELEFONISTA	NEIDE APARECIDA GONCALVES	410000777	12/02/1972	8	11	65,34	Não Aplicável	Não Aplicável	65,34	38
TELEFONISTA	RITA DE CÁSSIA FERREIRA RODRIGUES	410000085	13/02/1983	8	11	65,34	Não Aplicável	Não Aplicável	65,34	39
TELEFONISTA	ANDREZZA CAROLINA FANTE	410000507	10/10/1986	8	11	65,34	Não Aplicável	Não Aplicável	65,34	40
TELEFONISTA	VITORIA CHIAPETTI DOS SANTOS	410000756	27/09/1996	8	11	65,34	Não Aplicável	Não Aplicável	65,34	41
TELEFONISTA	CELIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS	410000573	13/04/1956	6	12	64,00	Não Aplicável	Não Aplicável	64,00	42
TELEFONISTA	MICHELE APARECIDA VARRASCHIM DE LIMA	410000319	03/03/1996	9	10	64,00	Não Aplicável	Não Aplicável	64,00	43
TELEFONISTA	ALINE WILLRICH	410000404	04/05/1982	7	11	62,67	Não Aplicável	Não Aplicável	62,67	44
TELEFONISTA	KAMILA KAREN DA SILVA	410000060	11/12/1997	10	9	62,67	Não Aplicável	Não Aplicável	62,67	45
TELEFONISTA	ANIODETTI ROMERO AMARAL	410000600	17/11/1956	6	11	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	46

Concurso Público Prefeitura Municipal de Itapira - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 5 de 31

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
TELEFONISTA	ALEXANDRE HENRIQUE BARBOSA	410000274	27/02/1998	6	11	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	47
TELEFONISTA	CHRISTIANE APARECIDA SCHIMEKEL	410000043	24/06/1983	4	12	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	48
TELEFONISTA	ELENIR GOMES PEREIRA	4100000819	01/01/1979	7	10	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	49
TELEFONISTA	LUZIA CRISTIANE DA SILVA	410000604	10/11/1971	5	11	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	50
TELEFONISTA	EUNICE MARTINS DA SILVA	410000699	01/10/1977	5	11	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	51
TELEFONISTA	JOSIANE PAULA KELIN GOMES	410000445	26/09/1992	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	52
TELEFONISTA	ELENILSE DA SILVA CARRIEL	410000269	12/09/1983	2	13	57,33	Não Aplicável	Não Aplicável	57,33	53
TELEFONISTA	FLANCINE DA SILVA GREVENHAGEN	410000646	10/11/1978	6	10	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	54
TELEFONISTA	ERICLEIA APARECIDA HORST	410000204	03/03/1966	4	11	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	55
TELEFONISTA	AMANDA FARIAS	410000562	22/11/1996	4	11	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	56
TELEFONISTA	ANDRIELY DA SILVA MOLINA	410000635	10/10/1997	7	9	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	57
TELEFONISTA	FERNANDA CRISTINA DE OLIVEIRA	410000434	12/07/1994	2	12	53,33	Não Aplicável	Não Aplicável	53,33	58
TELEFONISTA	LINDAMIR DE SOUZA CALDEIRA	410000759	14/08/1988	3	11	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	59
TELEFONISTA	CELIA MARIA DA SILVA	410000715	21/03/1963	6	9	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	60
TELEFONISTA	ADRIANA BASTOS PEQUENO	410000272	21/07/1975	9	7	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	61
TELEFONISTA	VERA LUCIA LOURENCO FERREIRA	410000351	15/02/1959	5	9	49,34	Não Aplicável	Não Aplicável	49,34	62
TELEFONISTA	FRANCIELE COSTA DA SILVA	410000011	04/03/1991	5	9	49,34	Não Aplicável	Não Aplicável	49,34	63
TELEFONISTA	ELENITA DA SILVA	410000418	09/06/1975	3	10	48,00	Não Aplicável	Não Aplicável	48,00	64
TELEFONISTA	JOANA FERNANDES MOREIRA	410000311	15/04/1997	4	9	46,67	Não Aplicável	Não Aplicável	46,67	65
TELEFONISTA	MARINA FERNANDES DOS SANTOS	410000092	14/08/1990	5	8	45,34	Não Aplicável	Não Aplicável	45,34	66
TELEFONISTA	CARYLLE DAMBROSKI DO ROSARIO	410000344	08/09/1996	5	8	45,34	Não Aplicável	Não Aplicável	45,34	67
TELEFONISTA	VANESSA CHAIKEN GODOY	410000090	07/12/1982	2	10	45,33	Não Aplicável	Não Aplicável	45,33	68
TELEFONISTA	TAMIRES BOREA	410000667	05/10/1987	6	7	44,00	Não Aplicável	Não Aplicável	44,00	69

## CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
AGENTE ADMINISTRATIVO I	RODOLFO MIRANDA HOFFMAM	420001519	07/05/1976	15	12	88,01	Não Aplicável	Não Aplicável	88,01	1
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ARTHUR BORDIN SBRISIA	420001850	29/02/1992	12	14	88,00	Não Aplicável	Não Aplicável	88,00	2
AGENTE ADMINISTRATIVO I	FERNANDO BORGES RENGEL	420001993	18/11/1987	14	11	81,34	Não Aplicável	Não Aplicável	81,34	3
AGENTE ADMINISTRATIVO I	MARIANA MARIA WESTPHAL MAFRA	420001057	12/09/1990	12	12	80,00	Não Aplicável	Não Aplicável	80,00	4
AGENTE ADMINISTRATIVO I	PABLO ANGELO ANTUNES	420001918	11/07/1988	13	11	78,67	Não Aplicável	Não Aplicável	78,67	5
AGENTE ADMINISTRATIVO I	BEATRIZ CAMPOS VICENTE	420001056	13/04/1988	12	11	76,00	Não Aplicável	Não Aplicável	76,00	6
AGENTE ADMINISTRATIVO I	NICOLIE CANCELÁ DA CRUZ	420000073	17/06/1988	13	10	74,67	Não Aplicável	Não Aplicável	74,67	7
AGENTE ADMINISTRATIVO I	SHERON SCHOLZE ROSA	420001578	16/07/1987	11	11	73,34	Não Aplicável	Não Aplicável	73,34	8
AGENTE ADMINISTRATIVO I	JOSEEL BILAU	420000345	31/03/1987	12	10	72,00	Não Aplicável	Não Aplicável	72,00	9
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ALLAN ROGER KOUSON	420001463	02/08/1985	10	11	70,67	Não Aplicável	Não Aplicável	70,67	10
AGENTE ADMINISTRATIVO I	MARCOS RAKSA	420001698	23/03/1973	11	10	69,34	Não Aplicável	Não Aplicável	69,34	11
AGENTE ADMINISTRATIVO I	LEISA GRANEMANN FERNANDES	420002171	08/10/1980	11	10	69,34	Não Aplicável	Não Aplicável	69,34	12
AGENTE ADMINISTRATIVO I	BRUNO CESAR MEDINA TABORDA	420001946	24/05/1989	11	10	69,34	Não Aplicável	Não Aplicável	69,34	13
AGENTE ADMINISTRATIVO I	WINDSON BARROS DE PAULA	420000833	08/11/1969	14	8	69,34	Não Aplicável	Não Aplicável	69,34	14
AGENTE ADMINISTRATIVO I	GABRIEL CATALA SUPPA	420002138	18/06/1954	12	9	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	15
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ADILSON ANTONIO DALCIN	420002047	30/11/1977	9	11	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	16
AGENTE ADMINISTRATIVO I	DAVIS SILVA DE ARAUJO	420002124	18/10/1973	12	9	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	17
AGENTE ADMINISTRATIVO I	TIAGO GEORGE FERREIRA	420000284	20/01/1984	12	9	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	18

Concurso Público Prefeitura Municipal de Itapová - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 6 de 31

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ANDREA CRISTINA DA SILVA	420000037	15/01/1975	10	10	66,67	Não Aplicável	Não Aplicável	66,67	19
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ROLANDO FABIAN MIRANDA GUZMAN ZAYAS	420002269	25/04/1982	10	10	66,67	Não Aplicável	Não Aplicável	66,67	20
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ANA MARIA FURMANN COMARELLA	420001963	10/09/1982	10	10	66,67	Não Aplicável	Não Aplicável	66,67	21
AGENTE ADMINISTRATIVO I	NICOLE FOSSILE ALVES	420001851	12/11/1988	10	10	66,67	Não Aplicável	Não Aplicável	66,67	22
AGENTE ADMINISTRATIVO I	IRWING EDUARDO LOPES PEYERL	420000138	18/06/1988	13	8	66,67	Não Aplicável	Não Aplicável	66,67	23
AGENTE ADMINISTRATIVO I	GABRIEL BRASIL MACHADO	420002330	25/03/1996	13	8	66,67	Não Aplicável	Não Aplicável	66,67	24
AGENTE ADMINISTRATIVO I	VALDIR OSNI FERREIRA	420001658	02/02/1964	11	9	65,34	Não Aplicável	Não Aplicável	65,34	25
AGENTE ADMINISTRATIVO I	PAULO ROBERTO SILVA FERNANDES FILHO	420002175	20/02/1976	11	9	65,34	Não Aplicável	Não Aplicável	65,34	26
AGENTE ADMINISTRATIVO I	LUCAS EMANUEL GUTOSKI DUARTE	420002147	22/01/1992	11	9	65,34	Não Aplicável	Não Aplicável	65,34	27
AGENTE ADMINISTRATIVO I	BIANCA DA SILVA ZAGONEL	420000105	27/11/1995	11	9	65,34	Não Aplicável	Não Aplicável	65,34	28
AGENTE ADMINISTRATIVO I	CAMILA APARECIDA SALLES	420000435	12/10/1994	14	7	65,34	Não Aplicável	Não Aplicável	65,34	29
AGENTE ADMINISTRATIVO I	GILSIANE ELIAS GOMES	420001865	13/09/1972	9	10	64,00	Não Aplicável	Não Aplicável	64,00	30
AGENTE ADMINISTRATIVO I	YTORIA MARCHETTI FILLA	420000489	01/10/1997	9	10	64,00	Não Aplicável	Não Aplicável	64,00	31
AGENTE ADMINISTRATIVO I	GILVAM MENEGATTI	420000737	20/02/1960	12	8	64,00	Não Aplicável	Não Aplicável	64,00	32
AGENTE ADMINISTRATIVO I	OTAVIO AUGUSTO GIRARDI	420001303	06/05/1988	12	8	64,00	Não Aplicável	Não Aplicável	64,00	33
AGENTE ADMINISTRATIVO I	LORIVAL BENTO DE ANDRADE JUNIOR	420001121	17/02/1965	10	9	62,67	Não Aplicável	Não Aplicável	62,67	34
AGENTE ADMINISTRATIVO I	CARLA DE ASSUNCAO MACANHAO	420002271	16/06/1976	10	9	62,67	Não Aplicável	Não Aplicável	62,67	35
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ADRIANO JOSE CARVALHO	420001631	08/08/1980	10	9	62,67	Não Aplicável	Não Aplicável	62,67	36
AGENTE ADMINISTRATIVO I	JEFFERSON ROBERTO PEREIRA DE JESUS	420002253	15/04/1984	10	9	62,67	Não Aplicável	Não Aplicável	62,67	37
AGENTE ADMINISTRATIVO I	THAINARA DA CUNHA ISABEL	420002313	12/09/1996	10	9	62,67	Não Aplicável	Não Aplicável	62,67	38
AGENTE ADMINISTRATIVO I	YASMIN PORTO COSTA	420001113	06/05/1989	13	7	62,67	Não Aplicável	Não Aplicável	62,67	39
AGENTE ADMINISTRATIVO I	EDSON RIBEIRO CABRAL	420002235	27/04/1965	8	10	61,34	Não Aplicável	Não Aplicável	61,34	40
AGENTE ADMINISTRATIVO I	EDSON FERREIRA DA VEIGA	420001263	24/08/1974	8	10	61,34	Não Aplicável	Não Aplicável	61,34	41
AGENTE ADMINISTRATIVO I	YSADORA IGNACIO	420000197	04/10/1997	8	10	61,34	Não Aplicável	Não Aplicável	61,34	42
AGENTE ADMINISTRATIVO I	DIALMA BODDY JUNIOR	420001827	06/10/1960	11	8	61,34	Não Aplicável	Não Aplicável	61,34	43
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ILDENEY BREY BUENO	420000592	19/08/1962	11	8	61,34	Não Aplicável	Não Aplicável	61,34	44
AGENTE ADMINISTRATIVO I	RITA DE CÁSSIA VELEDA DEL MESTRE	420000124	07/07/1966	11	8	61,34	Não Aplicável	Não Aplicável	61,34	45
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ARIEL APOLINARIO JUNIOR	420000582	15/12/1988	11	8	61,34	Não Aplicável	Não Aplicável	61,34	46
AGENTE ADMINISTRATIVO I	MARIANA SILVA CHAGAS	420002131	27/04/1989	11	8	61,34	Não Aplicável	Não Aplicável	61,34	47
AGENTE ADMINISTRATIVO I	JULIO CESAR DE SOUZA	420000203	25/03/1956	14	6	61,34	Não Aplicável	Não Aplicável	61,34	48
AGENTE ADMINISTRATIVO I	MARELICE ANTUNES DE SOUZA	420000408	22/10/1960	9	9	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	49
AGENTE ADMINISTRATIVO I	HENRIETE MACHADO DA SILVA	420000826	14/12/1961	9	9	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	50
AGENTE ADMINISTRATIVO I	MICHELE ANE FREITAS DE SOUZA	420002001	23/07/1978	9	9	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	51
AGENTE ADMINISTRATIVO I	LUIZ FERNANDO DE FREITAS BARBARA	420000875	16/11/1992	9	9	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	52
AGENTE ADMINISTRATIVO I	OSNI LUTKE	420001398	24/08/1966	12	7	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	53
AGENTE ADMINISTRATIVO I	SUSANA APARECIDA DA CRUZ	420002332	13/11/1967	7	10	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	54
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ELAINE PROENÇA PEREIRA	420002389	04/09/1980	7	10	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	55
AGENTE ADMINISTRATIVO I	JURI BECKER	420002146	09/06/1968	10	8	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	56
AGENTE ADMINISTRATIVO I	JESSE STEPHANI	420002018	20/04/1974	10	8	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	57
AGENTE ADMINISTRATIVO I	JOSIAS GERALDO PINHEIRO	420000213	29/07/1980	10	8	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	58
AGENTE ADMINISTRATIVO I	EDUARDO MAZZUTTI MATCZAK	420002316	24/09/1982	10	8	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	59
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ALAN GIELAND	420001419	09/01/1984	10	8	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	60
AGENTE ADMINISTRATIVO I	STEPHANE MATTOZO CARRIERE	420001716	01/08/1988	10	8	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	61
AGENTE ADMINISTRATIVO I	DANIELE APARECIDA BACH	420001408	30/10/1989	10	8	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	62
AGENTE ADMINISTRATIVO I	HENRIQUE ROHDEN CORREA	420002357	08/12/1994	10	8	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	63
AGENTE ADMINISTRATIVO I										64

Concurso Público Prefeitura Municipal de Itapira - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 7 de 31



Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
AGENTE ADMINISTRATIVO I	JOSE INDALCIO DA SILVA NETO	420000251	06/12/1995	10	8	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	65
AGENTE ADMINISTRATIVO I	LUIZ HENRIQUE LOPES	4200002497	10/01/1996	10	8	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	66
AGENTE ADMINISTRATIVO I	GABRIELA ISABEL DO NASCIMENTO MACHADO KOUSON	420001462	21/07/1996	10	8	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	67
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ELENIR DE FATIMADOS SANTOS	420002205	04/04/1967	5	11	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	68
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ANABERENICE DE OLIVEIRA CORTES	420002145	23/03/1957	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	69
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ANA KARINA SCHMIDT	420001669	12/07/1983	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	70
AGENTE ADMINISTRATIVO I	PRISCILA BONI	420001690	14/10/1986	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	71
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ALINE DIAS PIKREL	420000568	14/04/1992	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	72
AGENTE ADMINISTRATIVO I	WELLINGTON WEISS CORREA	420001523	25/05/1993	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	73
AGENTE ADMINISTRATIVO I	LUCAS FERREIRA NUNES	420000310	09/08/1994	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	74
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ERIKA SPRENGEL	420001670	10/02/1995	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	75
AGENTE ADMINISTRATIVO I	LUIZ CLAUDIO FERREIRA	420001667	23/09/1963	11	7	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	76
AGENTE ADMINISTRATIVO I	GERALDO VENANCIO JUNIOR	420001133	18/06/1973	11	7	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	77
AGENTE ADMINISTRATIVO I	DEBORA MARQUES PINTO	420000956	24/01/1980	11	7	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	78
AGENTE ADMINISTRATIVO I	GERALDO VENANCIO JUNIOR	420000278	09/11/1993	11	7	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	79
AGENTE ADMINISTRATIVO I	IVANIA RUARO	420001902	06/02/1968	6	10	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	80
AGENTE ADMINISTRATIVO I	MANUELA DOMINGOS NUNES	420001027	20/05/1979	6	10	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	81
AGENTE ADMINISTRATIVO I	THYAGO LUIZ BARBETA DE PAULA	420001617	29/05/1988	6	10	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	82
AGENTE ADMINISTRATIVO I	VINICIUS PERAZZOLI DE QUEIROZ	420002031	22/01/1997	6	10	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	83
AGENTE ADMINISTRATIVO I	SILVANA ALVES TABORDA MENDES	420002190	03/03/1973	9	8	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	84
AGENTE ADMINISTRATIVO I	SIMONE ZGODA	420002188	22/11/1979	9	8	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	85
AGENTE ADMINISTRATIVO I	JOSIANE BERTHER	420001318	13/01/1980	9	8	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	86
AGENTE ADMINISTRATIVO I	HOLLY MOELLER	420001714	28/02/1981	9	8	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	87
AGENTE ADMINISTRATIVO I	FLAVIA SILVA DE SOUZA	420001552	06/12/1981	9	8	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	88
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ELAINE CRISTINA PIRES	420002246	17/12/1982	9	8	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	89
AGENTE ADMINISTRATIVO I	RAFAEL CRISTIANO MELLO	420001071	18/04/1988	9	8	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	90
AGENTE ADMINISTRATIVO I	TATIELE PADILHA LENCHINSKI	420000436	30/03/1994	9	8	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	91
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ELIDA BEATRIZ GONCALVES	420002259	20/03/1995	9	8	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	92
AGENTE ADMINISTRATIVO I	FLAVIANY BOEING	420000477	03/05/1996	9	8	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	93
AGENTE ADMINISTRATIVO I	BRUNO CAVALLI DA SILVA	420001960	19/08/1988	12	6	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	94
AGENTE ADMINISTRATIVO I	PRISCILA BORGES ALVES	420001459	23/04/1982	7	9	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	95
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ANARI DA SILVA PERERA DE OLIVEIRA	420001512	13/02/1986	7	9	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	96
AGENTE ADMINISTRATIVO I	JORGE JACOBSEN DA SILVA	420001302	04/08/1988	7	9	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	97
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ANDRE ROBERTO MICHALISZEN NICOLAU	420001202	04/07/1990	7	9	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	98
AGENTE ADMINISTRATIVO I	SCARLATH APARECIDA FAOT DEMBISKI WEISS BENENDITO	420002410	25/06/1992	7	9	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	99
AGENTE ADMINISTRATIVO I	CASSIANO DOS SANTOS CABREIRA	420000034	05/07/1994	7	9	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	100
AGENTE ADMINISTRATIVO I	LUIS AUGUSTO TAKEKAWA	420002097	19/08/1978	10	7	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	101
AGENTE ADMINISTRATIVO I	DOUGLAS SANTOS MAIA	420001100	02/09/1984	10	7	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	102
AGENTE ADMINISTRATIVO I	SUNG HOON ZADUSKI	420000927	01/03/1986	10	7	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	103
AGENTE ADMINISTRATIVO I	DIEGO ASSIS DA SILVA BORGES	420000835	14/08/1986	10	7	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	104
AGENTE ADMINISTRATIVO I	FABIO FINK DOS SANTOS	420002268	25/01/1991	10	7	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	105
AGENTE ADMINISTRATIVO I	BRUNA DE OLIVEIRA MIARA	420002257	15/11/1989	13	5	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	106
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ELTO ROSA	420001217	14/11/1964	5	10	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	107
AGENTE ADMINISTRATIVO I	TALINE BRUHN	420002249	15/06/1991	5	10	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	108
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ARMANDO MAX SPERLING	420001402	28/05/1962	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	109
AGENTE ADMINISTRATIVO I	SALETE DO ROSARIO ALBINO DA LUZ	420000495	06/05/1969	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	110

Concurso Público Prefeitura Municipal de Itapira - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 8 de 31

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
AGENTE ADMINISTRATIVO I	CARLA DELGADO PEREIRA	420002069	22/09/1974	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	111
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ELISEU FERNANDES	420001208	03/12/1976	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	112
AGENTE ADMINISTRATIVO I	RAFAELA MACHADO DE SOUZA	420001099	11/04/1982	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	113
AGENTE ADMINISTRATIVO I	FELIPE DAL NEGRO	420002232	23/10/1982	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	114
AGENTE ADMINISTRATIVO I	KARLA PATRICIA SABATKE	420001141	05/11/1982	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	115
AGENTE ADMINISTRATIVO I	THAIS GUIMARAES DE FREITAS	420001780	23/10/1985	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	116
AGENTE ADMINISTRATIVO I	RENATA ALINE AIGNER	420002201	29/12/1986	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	117
AGENTE ADMINISTRATIVO I	SILVIA COLLODEL	420000817	27/02/1987	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	118
AGENTE ADMINISTRATIVO I	THIAGO BRITO MESQUITA	420002491	06/02/1992	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	119
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ANGELICA GESSI RIPPEL	420000760	26/06/1992	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	120
AGENTE ADMINISTRATIVO I	BRAIAN FELIPE ANTUNES	420002035	01/06/1994	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	121
AGENTE ADMINISTRATIVO I	LUIZ CLAUDIO DOS SANTOS	420001134	08/03/1995	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	122
AGENTE ADMINISTRATIVO I	JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO	420001751	23/10/1996	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	123
AGENTE ADMINISTRATIVO I	LETICIA MOURA TABORDA	420000075	27/09/1982	11	6	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	124
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ANTONIO CARLOS BEDINI	420002099	27/09/1982	6	9	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	125
AGENTE ADMINISTRATIVO I	JANAINA DIAS	420001355	28/04/1977	6	9	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	126
AGENTE ADMINISTRATIVO I	GISELE CRISTIANE BONIN	420000892	25/08/1979	6	9	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	127
AGENTE ADMINISTRATIVO I	MARIANGELA TAVARES TIRAPELLI	420000109	06/10/1983	6	9	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	128
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ANA SUNARA COLIN	420001213	22/09/1991	6	9	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	129
AGENTE ADMINISTRATIVO I	JESSICA HOLZ	420000811	01/05/1992	6	9	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	130
AGENTE ADMINISTRATIVO I	PATRICK VIEL SARTORI	420000351	31/10/1995	6	9	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	131
AGENTE ADMINISTRATIVO I	SILVIA ANGELICA DE OLIVEIRA	420001688	08/10/1977	9	7	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	132
AGENTE ADMINISTRATIVO I	MANOEL FLAVIO AIRES	420000559	30/01/1978	9	7	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	133
AGENTE ADMINISTRATIVO I	CARLOS ALBERTO DE FREITAS	420000496	07/02/1979	9	7	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	134
AGENTE ADMINISTRATIVO I	CASSIO MURILO CAETANO PEREIRA	420002240	13/07/1979	9	7	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	135
AGENTE ADMINISTRATIVO I	THAMIRIS NOGUEIRA ROCHA	420000106	22/03/1988	9	7	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	136
AGENTE ADMINISTRATIVO I	FILPI EDUARDO REECK	420001749	26/10/1990	9	7	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	137
AGENTE ADMINISTRATIVO I	SAMANTHA CRISTINA SOUZA SILVA	420000855	21/02/1991	9	7	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	138
AGENTE ADMINISTRATIVO I	LARISSA PATRYCIA COELHO	420000830	09/05/1995	9	7	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	139
AGENTE ADMINISTRATIVO I	YASMIN CAROLINE DITTRICH	420000755	02/09/1995	9	7	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	140
AGENTE ADMINISTRATIVO I	GUSTAVO LENART	420001906	21/05/1997	9	7	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	141
AGENTE ADMINISTRATIVO I	GABRIEL FERREIRA DE LIMA	420002262	20/11/1997	9	7	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	142
AGENTE ADMINISTRATIVO I	CRISTIAN THOMAZ ALBRECHT	420001151	26/11/1997	9	7	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	143
AGENTE ADMINISTRATIVO I	EMANOELE DE SOUZA SILVA	420000247	21/12/1997	9	7	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	144
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ADRIELE CARINA MORAES DE QUEIROZ	420002221	12/04/1998	9	7	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	145
AGENTE ADMINISTRATIVO I	LUIZ AUGUSTO MORO	420002065	02/03/1979	12	5	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	146
AGENTE ADMINISTRATIVO I	TICIANA REIS ABRANTES	420000695	19/04/1988	12	5	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	147
AGENTE ADMINISTRATIVO I	NELMA MACHADO	420001843	09/03/1969	4	10	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	148
AGENTE ADMINISTRATIVO I	FRANCISCO JOSE MARTINS GUIMARAES FILHO	420001262	11/09/1963	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	149
AGENTE ADMINISTRATIVO I	LIANA GUASQUE STINGHEN	420000040	05/02/1972	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	150
AGENTE ADMINISTRATIVO I	LUCIMERI SAFANELLI	420001180	20/05/1972	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	151
AGENTE ADMINISTRATIVO I	CARMEN LUCIA CONSTANTINO	420000080	06/05/1974	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	152
AGENTE ADMINISTRATIVO I	FABIO HAMILTON DE SOUZA	420000543	07/07/1977	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	153
AGENTE ADMINISTRATIVO I	MARCOS AURELIO RAMOS	420002243	05/02/1979	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	154
AGENTE ADMINISTRATIVO I	PAULA VANESSA IENSJE FAUSTIN	420002186	30/08/1979	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	155
AGENTE ADMINISTRATIVO I	VANESSA DE LIMA	420001169	23/10/1979	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	156

Concurso Público Prefeitura Municipal de Iupua - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 9 de 31

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ADILSON TAVARES	420001533	14/12/1979	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	157
AGENTE ADMINISTRATIVO I	JULIANA CRISTINA SOARES SPECK	420001838	24/06/1981	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	158
AGENTE ADMINISTRATIVO I	PAULO GIOVANI VIVIAN	420000344	04/04/1985	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	159
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ANDRE LUIZ FRANZMANN PRESTES	420001713	12/12/1986	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	160
AGENTE ADMINISTRATIVO I	EMANUEL COELHO LEVINSKI	420001475	13/01/1987	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	161
AGENTE ADMINISTRATIVO I	LAIS CRISTINA DE MEDEIROS DE PAULA PANKUSH	420001317	22/05/1987	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	162
AGENTE ADMINISTRATIVO I	OLIVIA GABRIELA DIAS DE MACEDO	420000084	10/03/1988	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	163
AGENTE ADMINISTRATIVO I	CESAR AUGUSTO FLORES	420000583	21/05/1991	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	164
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ALFEU CARDOSO GONSALVES	420001557	15/10/1992	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	165
AGENTE ADMINISTRATIVO I	CARLOS ROBERTO DA MATA JUNIOR	420000692	01/08/1995	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	166
AGENTE ADMINISTRATIVO I	FABIOLA CIBELE STOKLOSA	420001470	04/12/1995	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	167
AGENTE ADMINISTRATIVO I	RENATO GABRIEL ROLIM VIEIRA	420000690	05/09/1997	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	168
AGENTE ADMINISTRATIVO I	JOAO BATISTA DA COSTA	420000993	15/11/1959	10	6	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	169
AGENTE ADMINISTRATIVO I	IZABELA DA SILVA	420000348	18/12/1977	10	6	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	170
AGENTE ADMINISTRATIVO I	RAFAEL NEU	420000276	10/01/1987	10	6	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	171
AGENTE ADMINISTRATIVO I	DIEGO DOS SANTOS FAGUNDES	420001244	12/02/1989	10	6	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	172
AGENTE ADMINISTRATIVO I	ANA PAULA GODOFREDO	420000300	13/12/1994	10	6	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	173
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	NELSON GONCALVES PINTO JUNIOR	420002162	10/03/1965	14	14	93,34	Não Aplicável	Não Aplicável	93,34	1
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	JANICE LIMA	420001280	24/05/1974	9	14	80,00	Não Aplicável	Não Aplicável	80,00	2
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	TEREZINHA DE FATIMA SILVA BATISTA	420001804	21/10/1965	7	14	74,67	Não Aplicável	Não Aplicável	74,67	3
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	SABRINA BORGES SOLLA	420002242	20/09/1985	7	14	74,67	Não Aplicável	Não Aplicável	74,67	4
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	ETHIENE CRISTINE AGE	420001364	23/10/1982	10	12	74,67	Não Aplicável	Não Aplicável	74,67	5
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	TATIANY RIBAS	420002435	14/06/1973	8	13	73,34	Não Aplicável	Não Aplicável	73,34	6
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	SILMARIA MARINA MASNEI	420000813	08/05/1970	11	11	73,34	Não Aplicável	Não Aplicável	73,34	7
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	DEVANIR JOSE FROHLICH	420001289	22/02/1960	12	10	72,00	Não Aplicável	Não Aplicável	72,00	8
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	HILARY SHELLEY BARROZA	420001155	24/10/1996	12	10	72,00	Não Aplicável	Não Aplicável	72,00	9
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	LUCAS RAMOS GONCALVES	420000533	06/06/1995	7	13	70,67	Não Aplicável	Não Aplicável	70,67	10
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	FERNANDA DA SILVA PERES	420000911	14/04/1981	10	11	70,67	Não Aplicável	Não Aplicável	70,67	11
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	JULIANA DE CARVALHO	420000603	21/06/1991	10	11	70,67	Não Aplicável	Não Aplicável	70,67	12
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	CEZAR AUGUSTUS KOJKOVSKI	420002136	21/04/1971	8	12	69,34	Não Aplicável	Não Aplicável	69,34	13
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	MONICA DEUNISIO OLKOSKI	420000250	18/02/1985	9	11	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	14
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	AMANDA CRISTINA FERRAZ	420002422	03/08/1991	9	11	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	15
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	BIANCA LUIZ SADE	420001871	04/06/1993	9	11	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	16
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	JOVIANA SCHUSTER DOS SANTOS	420001718	13/03/1980	7	12	66,67	Não Aplicável	Não Aplicável	66,67	17
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	ROBERTO DE ALMEIDA	420001627	23/02/1977	8	11	65,34	Não Aplicável	Não Aplicável	65,34	18
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	FERNANDA CARDOSO	420001708	07/04/1985	8	11	65,34	Não Aplicável	Não Aplicável	65,34	19
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	MILENE CRISTINA MACIEL DOS SANTOS CARVALHO	420002279	19/11/1987	6	12	64,00	Não Aplicável	Não Aplicável	64,00	20
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	ENO JULIANO PRESTINI	420000223	06/07/1970	7	11	62,67	Não Aplicável	Não Aplicável	62,67	21
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	ANNE CAROLINE SCHLOGL	420000056	30/01/1984	7	11	62,67	Não Aplicável	Não Aplicável	62,67	22
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	VINICIUS KAMINSKI BODDY	420002085	08/03/1987	7	11	62,67	Não Aplicável	Não Aplicável	62,67	23
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	IRA MARTINS DOS SANTOS	420002072	09/08/1963	10	9	62,67	Não Aplicável	Não Aplicável	62,67	24
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	VERA LUCIA DO PRADO	420002344	16/04/1969	5	12	61,34	Não Aplicável	Não Aplicável	61,34	25
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	KETLEN MIRANDA DA SILVA	420001662	30/12/1995	5	12	61,34	Não Aplicável	Não Aplicável	61,34	26
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	MARCELO ROGERIO LINDNER	420001489	17/10/1968	8	10	61,34	Não Aplicável	Não Aplicável	61,34	27
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	VALEDEMAR GONSALVES	420001750	13/02/1968	6	11	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	28
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	LINDAMIR DAS GRACAS BARBOSA	420000579	12/11/1975	6	11	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	29

Concurso Público Prefeitura Municipal de Iupua - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 10 de 31

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	SUZANE VENANCIO DA SILVA	420002005	22/02/1987	4	12	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	30
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	ROBERTO NIZER DOS REIS	420001624	17/02/1989	10	8	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	31
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	RITA MARIA PEISSARI MACHADO	42000269	22/05/1960	5	11	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	32
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	CRISTIANE DE AVIZ	420001539	01/06/1980	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	33
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	SIENYA ANTUNES FERREIRA OLIVEIRA	420001692	22/05/1983	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	34
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	CAROLINE PEREIRA	420000667	30/08/1983	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	35
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	AMELIA ADAMYK	420001198	08/08/1966	3	12	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	36
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	DOLORES BORSATTO	420002037	04/08/1968	6	10	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	37
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	ANTONIO DOS SANTOS SILVA	420002368	21/01/1971	6	10	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	38
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	IZABEL CRISTINA BORGES DE SOUZA	420002165	02/09/1975	6	10	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	39
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	BEATRIZ DA GRACA	420001736	01/07/1990	6	10	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	40
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	MURILLO CARVALHO ROCHA	420001444	05/06/1981	4	11	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	41
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	NEUZI TERESINHA CORDEIRO MACHADO	420000309	29/05/1961	5	10	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	42
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	IVANI FALIGURSKI SILVA	420002393	23/09/1980	5	10	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	43
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	MARCELO ALVES DA SILVA	420002382	24/07/1988	5	10	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	44
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	EDINE SOARES DE PAULA	420001821	21/08/1959	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	45
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	ANA CLAUDIA CAON SALDANHA	420002277	21/06/1990	3	11	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	46
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	ANDRESIA DA SILVA SANTOS	420001330	11/09/1987	6	9	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	47
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	PAMELLA CAROLINE DE OLIVEIRA	420000598	17/10/1990	6	9	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	48
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	ROSI MERY FALIGURSKI	420002369	05/12/1974	4	10	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	49
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	ILDO DONINI JUNIOR	420002026	02/01/1993	4	10	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	50
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	NATALY LOUISE RAMOS	420001329	20/01/1993	4	10	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	51
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	LIJANA MING DE LIMA	420000464	06/12/1996	4	10	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	52
AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS	HELEN VANESSA LIMA DA ROSA PEREIRA	420000591	24/02/1981	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	53
FACILITADOR DE OFICINA	FABIANA CARLA GUARDA	420001856	19/09/1978	11	12	77,34	Não Aplicável	Não Aplicável	77,34	1
FACILITADOR DE OFICINA	CRISTINE MEIRELLES	420001034	03/06/1968	9	11	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	2
FACILITADOR DE OFICINA	LEONARDO PERETO FRANCO DE OLIVEIRA	420001377	31/08/1992	12	9	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	3
FACILITADOR DE OFICINA	JANAINA MAYARA BITTENCOURT CARVALHO	420000027	26/11/1987	10	10	66,67	Não Aplicável	Não Aplicável	66,67	4
FACILITADOR DE OFICINA	KARLA YON DER OSTEN LEONARDO	420000490	13/09/1991	9	10	64,00	Não Aplicável	Não Aplicável	64,00	5
FACILITADOR DE OFICINA	LUCIELA MARIA PEDROSO VIDA	420000865	13/11/1957	7	11	62,67	Não Aplicável	Não Aplicável	62,67	6
FACILITADOR DE OFICINA	MARIA VITORIA ZENI MACHADO	420001702	01/10/1995	10	9	62,67	Não Aplicável	Não Aplicável	62,67	7
FACILITADOR DE OFICINA	ANDREA EUGENIA SANTANA	420001835	09/02/1975	9	9	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	8
FACILITADOR DE OFICINA	BEATRIZ DE ANDRADE	420001261	17/10/1975	9	9	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	9
FACILITADOR DE OFICINA	JOSIANE DE SOUZA SCHWARTZ	420000668	07/12/1988	7	10	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	10
FACILITADOR DE OFICINA	CLEBER JOEL HEITWER	420002057	22/12/1971	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	11
FACILITADOR DE OFICINA	SILVANE CALABAIDE KOPPE	420002241	30/01/1974	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	12
FACILITADOR DE OFICINA	ESTEPHANIE NADJA BOLWERK	420002413	29/09/1990	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	13
FACILITADOR DE OFICINA	FLAVIANE KER PINHEIRO	420001717	12/12/1982	9	8	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	14
FACILITADOR DE OFICINA	LUCIANE CALABAIDE	420001994	24/04/1972	7	9	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	15
FACILITADOR DE OFICINA	EDVAM LEAL RIBEIRO	420000723	10/10/1967	10	7	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	16
FACILITADOR DE OFICINA	MIRIAM ORTIZ DE BRITO DE MELO	420001890	23/10/1973	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	17
FACILITADOR DE OFICINA	GEANE SILVA	420000532	08/04/1969	9	7	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	18
FISCAL DE MEIO AMBIENTE	RICARDO AUGUSTO MULLECK PADILHA	420002282	17/10/1987	12	11	76,00	Não Aplicável	Não Aplicável	76,00	1
FISCAL DE MEIO AMBIENTE	ANDRESSA LUIZA CORDEIRO	420001857	12/10/1992	13	9	70,67	Não Aplicável	Não Aplicável	70,67	2
FISCAL DE MEIO AMBIENTE	CAIO BOISCHIO VOTTA	420002463	06/05/1988	9	11	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	3
FISCAL DE MEIO AMBIENTE	CAROLINE GONCALVES ULBRICH	420000041	29/11/1982	10	10	66,67	Não Aplicável	Não Aplicável	66,67	4

Concurso Público Prefeitura Municipal de Iupua - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 11 de 31

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
FISCAL DE MEIO AMBIENTE	RAFAEL RIBEIRO RECH	420001422	22/06/1990	11	9	65,34	Não Aplicável	Não Aplicável	65,34	5
FISCAL DE MEIO AMBIENTE	EWERTON PEREIRA LOPES DE LIMA	420002218	11/11/1990	11	9	65,34	Não Aplicável	Não Aplicável	65,34	6
FISCAL DE MEIO AMBIENTE	PAULO FERNANDO SIMAZINHO	420001449	17/03/1986	9	10	64,00	Não Aplicável	Não Aplicável	64,00	7
FISCAL DE MEIO AMBIENTE	TAYNARA GONCALVES PINHEIRO	420002017	10/05/1991	9	10	64,00	Não Aplicável	Não Aplicável	64,00	8
FISCAL DE MEIO AMBIENTE	TAIS MARINA DA ROSA BOLINO	420001977	25/01/1992	10	9	62,67	Não Aplicável	Não Aplicável	62,67	9
FISCAL DE MEIO AMBIENTE	RAFAEL FALVO LIBRELATO	420001369	27/07/1987	8	10	61,34	Não Aplicável	Não Aplicável	61,34	10
FISCAL DE MEIO AMBIENTE	MAYARAMAIA DE ANDRADE	420001786	08/07/1988	8	10	61,34	Não Aplicável	Não Aplicável	61,34	11
FISCAL DE MEIO AMBIENTE	DJAIR ALVES DE SOUZA	420000321	22/03/1992	9	9	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	12
FISCAL DE MEIO AMBIENTE	TELMO JOSE ARMANINI	420002032	02/07/1950	10	8	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	13
FISCAL DE MEIO AMBIENTE	MARCIO ANTONIO DA COSTA RAMOS	420002283	13/06/1974	10	8	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	14
FISCAL DE MEIO AMBIENTE	RAFAEL HERBERT BUBLITZ	420001210	19/04/1988	10	8	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	15
FISCAL DE MEIO AMBIENTE	FRANCELE CORDEIRO WANDEMURCK	420001840	22/08/1988	9	8	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	16
FISCAL DE MEIO AMBIENTE	ADILAINE MICHALOVICZ NOVAK	420001122	07/04/1980	12	6	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	17
FISCAL DE MEIO AMBIENTE	CARLA DE CONTO SCHECK	420000172	06/09/1969	7	9	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	18
FISCAL DE MEIO AMBIENTE	MARIA DANIELA FAGUNDES DE OLIVEIRA	420000206	18/08/1978	10	7	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	19
FISCAL DE MEIO AMBIENTE	ANA CAROLINA MANOEL GUIMARAES	420001626	21/03/1983	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	20
FISCAL DE MEIO AMBIENTE	ROSANE MARIA LENZI BUTZKE	420000526	10/03/1969	9	7	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	21
FISCAL DE MEIO AMBIENTE	GABRIEL EGGERT DA MAIA	420001762	01/12/1995	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	22
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	MARLON ECHINGER DE CARVALHO	420002267	02/03/1983	13	8	66,67	Não Aplicável	Não Aplicável	66,67	1
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	LEONARDO LOTERIO DE LIMA	420002060	04/05/1995	10	8	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	2
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	DECIO FURTADO DE SOUZA JUNIOR	420000574	10/08/1975	12	6	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	3
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	JONATHA DE AGUIAR	420000150	15/08/1992	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	4
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	RODRIGO FERREIRA FREITAS	420000558	09/12/1982	11	6	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	5
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	DARCIR DJALMA MORAELLI JUNIOR	420001249	22/04/1964	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	6
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	TIAGO BENTO SOARES DE SOUZA	420001301	20/12/1989	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	7
FISCAL DE TRIBUTOS	AMANDA APARECIDA SILVY	420000368	24/02/1993	12	10	72,00	Não Aplicável	Não Aplicável	72,00	1
FISCAL DE TRIBUTOS	JEAN MIGUEL GRASEL	420000644	29/09/1973	10	11	70,67	Não Aplicável	Não Aplicável	70,67	2
FISCAL DE TRIBUTOS	JOACY SIERRA CARNEIRO JUNIOR	420002110	04/04/1982	13	9	70,67	Não Aplicável	Não Aplicável	70,67	3
FISCAL DE TRIBUTOS	ANA LUCIA VENANCIO DE PAULA	420001047	04/08/1980	11	10	69,34	Não Aplicável	Não Aplicável	69,34	4
FISCAL DE TRIBUTOS	EDILSON RISCAROLLI LECZMANN	420001026	07/08/1994	11	10	69,34	Não Aplicável	Não Aplicável	69,34	5
FISCAL DE TRIBUTOS	JOANEZ FRANCISCO KOPPE	420002465	17/06/1966	10	10	66,67	Não Aplicável	Não Aplicável	66,67	6
FISCAL DE TRIBUTOS	VALERIO PACHECO	420000474	28/02/1972	11	9	65,34	Não Aplicável	Não Aplicável	65,34	7
FISCAL DE TRIBUTOS	VALDECIR NUNES VICENTE	420002281	13/03/1982	7	11	62,67	Não Aplicável	Não Aplicável	62,67	8
FISCAL DE TRIBUTOS	MARIA LETICIA SPECK OLIVEIRA	420002484	29/09/1990	7	11	62,67	Não Aplicável	Não Aplicável	62,67	9
FISCAL DE TRIBUTOS	SCEILA CRISTIANE GREIN	420002366	22/07/1994	7	11	62,67	Não Aplicável	Não Aplicável	62,67	10
FISCAL DE TRIBUTOS	THIAGO YUJI KOBAYASHI	420002466	17/10/1981	8	10	61,34	Não Aplicável	Não Aplicável	61,34	11
FISCAL DE TRIBUTOS	ENEAAS WILLIAN RODRIGUES FERRAZ	420002224	13/08/1991	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	12
FISCAL DE TRIBUTOS	ESTEVAO ALVES DA ROSA	420002376	28/11/1985	9	8	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	13
FISCAL DE TRIBUTOS	FABIANO VALORE DE SQUEIRA	420002196	08/04/1975	10	7	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	14
FISCAL DE TRIBUTOS	ANDERSON ITNER	420002034	28/02/1981	12	5	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	15
FISCAL DE TRIBUTOS	SANDRA MARA SIGNORE	420002019	22/08/1972	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	16
FISCAL SANITÁRIO	VINICIUS FRANCO MARTINS	420002361	13/05/1982	11	11	73,34	Não Aplicável	Não Aplicável	73,34	1
FISCAL SANITÁRIO	CAROLINE MARIE SUNDIN DE PAULA	420000115	07/11/1987	11	11	73,34	Não Aplicável	Não Aplicável	73,34	2
FISCAL SANITÁRIO	ALANA CHIAPETTI KALINKE	420001584	12/12/1980	12	10	72,00	Não Aplicável	Não Aplicável	72,00	3
FISCAL SANITÁRIO	JOSE CARLOS PREIGSCHADT	420001981	27/02/1959	11	10	69,34	Não Aplicável	Não Aplicável	69,34	4
FISCAL SANITÁRIO	CRISTINA BASTOS PEQUENO	420000915	21/07/1975	11	10	69,34	Não Aplicável	Não Aplicável	69,34	5

Concurso Público Prefeitura Municipal de Iupema - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 12 de 31

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
FISCAL SANITÁRIO	CRISTIANE NEUMANN HEMCKEMMER	420001407	25/11/1979	9	11	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	6
FISCAL SANITÁRIO	SIDNEI JASZUMBEK	420002140	01/10/1974	12	9	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	7
FISCAL SANITÁRIO	MONIKA FAHL RODRIGUES	420001495	26/05/1980	7	12	66,67	Não Aplicável	Não Aplicável	66,67	8
FISCAL SANITÁRIO	MONICA AZEVEDO OLIVEIRA	420002385	09/11/1991	11	9	65,34	Não Aplicável	Não Aplicável	65,34	9
FISCAL SANITÁRIO	BRAYAN BRUCE VIEIRA SILVA	420002499	24/11/1993	11	9	65,34	Não Aplicável	Não Aplicável	65,34	10
FISCAL SANITÁRIO	ACIR HANASTACIO DE OLIVEIRA	420001913	28/07/1957	10	9	62,67	Não Aplicável	Não Aplicável	62,67	11
FISCAL SANITÁRIO	ALESSANDRA FERNANDA CHINASSO NOBREGA	420002398	18/04/1985	9	9	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	12
FISCAL SANITÁRIO	NATALIA FERNANDA BEZERRA PIROLA	420000595	25/12/1995	7	10	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	13
FISCAL SANITÁRIO	PRISCILA MACIEL DA SILVA	420000204	21/08/1981	10	8	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	14
FISCAL SANITÁRIO	JADINA DAL MAGRO	420001339	27/03/1994	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	15
FISCAL SANITÁRIO	GUILHERME SCATAMBURLO MACHADO	420000370	03/11/1997	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	16
FISCAL SANITÁRIO	LUCAS GABRIEL TERCZANY	420001793	09/05/1994	9	8	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	17
FISCAL SANITÁRIO	LUCIENE APARECIDA CAVALCANTI	420000030	23/08/1975	10	7	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	18
FISCAL SANITÁRIO	ELANE LUVISOTTO	420001199	19/06/1979	10	7	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	19
FISCAL SANITÁRIO	CLENILSO ALVES	420000145	17/06/1981	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	20
FISCAL SANITÁRIO	IZABEL CRISTIAN PERES PALMAS	420000400	18/05/1983	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	21
FISCAL SANITÁRIO	THIAGO KULJACK CANDIDO	420001028	13/04/1987	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	22
FISCAL SANITÁRIO	JESSICA VITOLA DE CARVALHO	420000042	20/07/1992	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	23
FISCAL SANITÁRIO	JHONATH NUNES PAIDOSZ	420001219	12/08/1996	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	24
FISCAL SANITÁRIO	LILIAN REGINA PEREIRA	420000399	02/10/1980	6	9	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	25
FISCAL SANITÁRIO	RENATA DA ROSA SCHULTZ	420002338	08/01/1983	10	6	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	26
MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	ALEXANDRE SAPORSKI	420002261	19/05/1976	11	13	81,34	Não Aplicável	Não Aplicável	81,34	1
MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	CLEBERSON EZEQUIAS BARBOZA	420001293	04/02/1990	11	12	77,34	Não Aplicável	Não Aplicável	77,34	2
MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	ALLAN RODRIGUES SANATANA	420001837	28/11/1995	11	12	77,34	Não Aplicável	Não Aplicável	77,34	3
MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	ABNER LUIZI HEMPKEMAIER	420000969	27/10/1977	9	13	76,00	Não Aplicável	Não Aplicável	76,00	4
MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	RAFAEL ANTONIO NOGUEIRA	420002375	13/07/1985	10	11	70,67	Não Aplicável	Não Aplicável	70,67	5
MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	GUILHERME BRAGA DUTRA	420002379	05/11/1992	10	11	70,67	Não Aplicável	Não Aplicável	70,67	6
MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	BRUNO RIBEIRO	420000732	18/08/1989	8	12	69,34	Não Aplicável	Não Aplicável	69,34	7
MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	NATA JEZIEL MACHADO PIVA	420000587	20/02/1989	9	11	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	8
MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	JEONG HWA ZADUSKI	420000177	04/08/1990	11	9	65,34	Não Aplicável	Não Aplicável	65,34	9
MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	GABRIEL KLINKERFUS DE OLIVEIRA	420000934	02/01/1998	10	9	62,67	Não Aplicável	Não Aplicável	62,67	10
MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	LUIZ ELOI RIVELLIS MARTINELLI FILHO	420002227	30/07/1988	8	10	61,34	Não Aplicável	Não Aplicável	61,34	11
MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	PEDRO HENRIQUE DA SILVA CAMPOS	420000295	26/06/1990	7	10	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	12
MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	FLAVIA LETICIA MARCHIORI	420002471	02/05/1992	7	10	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	13
MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	JONI CELIO BANDEIRA FILHO	420001568	15/05/1994	10	8	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	14
MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	CHRISTIAN BORGES KOGA	420001080	01/09/1975	9	8	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	15
MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	DANIEL DIAS FERNANDES	420000853	24/02/1976	9	8	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	16
MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	GLACY TEREZINHA SCHAFAUSER DE PAULI	420000486	08/07/1962	7	9	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	17
MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	JOHNNY MONTEIRO SILVA	420000615	15/04/1983	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	18
ORIENTADOR SOCIAL	JULIANE SCHUSTER	420001723	05/01/1984	6	12	64,00	Não Aplicável	Não Aplicável	64,00	1
ORIENTADOR SOCIAL	MARIA SUELY STANKIEWICZ DITERT PINTO	420001090	15/03/1954	6	11	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	2
ORIENTADOR SOCIAL	ABATHA INGRID PIVA	420001743	08/02/1992	5	11	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	3
ORIENTADOR SOCIAL	PRISCILA MIRANDA LIMA	420001315	09/06/1986	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	4
RECEPCIONISTA	GABRIELA MUNHOZ DA ROCHA	420001352	29/11/1987	7	13	70,67	Não Aplicável	Não Aplicável	70,67	1
RECEPCIONISTA	BRUNA DE PAULI DE ALMEIDA	420001103	31/10/1986	10	11	70,67	Não Aplicável	Não Aplicável	70,67	2
RECEPCIONISTA	DORALICE APARECIDA DA ROCHA	420000773	21/10/1967	9	11	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	3

Concurso Público Prefeitura Municipal de Iupema - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 13 de 31



Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
RECEPCIONISTA	GISELE LENI BRIDAROLLI MISKIWI	420000380	05/12/1981	10	10	66,67	Não Aplicável	Não Aplicável	66,67	4
RECEPCIONISTA	MARINA BIANCA KRESSAN	420000188	24/03/1994	10	9	62,67	Não Aplicável	Não Aplicável	62,67	5
RECEPCIONISTA	ANTONIA MARIA DE OLIVEIRA LOPES	420000162	13/10/1996	6	11	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	6
RECEPCIONISTA	JOCIELE WEBER	420000443	25/05/1988	9	9	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	7
RECEPCIONISTA	MILENE FISCHER MARTINS	4200001033	11/04/1965	5	11	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	8
RECEPCIONISTA	KARINA EGEEA SCHMIDT	420002362	13/09/1984	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	9
RECEPCIONISTA	KARLA CARVALHO SOARES	420001796	21/12/1997	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	10
RECEPCIONISTA	NILSELEI MORMITTO FREIRE	420001822	27/09/1961	6	10	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	11
RECEPCIONISTA	TEREZINHA DRUCZKOSKI	420002152	13/11/1965	6	10	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	12
RECEPCIONISTA	LEA GONCALVES CORDEIRO DA SILVA	420000139	27/07/1976	6	10	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	13
RECEPCIONISTA	LUCILENE TOPOROVICZ NICHELE	420002070	26/01/1984	9	8	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	14
RECEPCIONISTA	JANAINA ABRÃO	420001950	03/05/1976	7	9	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	15
RECEPCIONISTA	LARISSA DAL MAGRO	420001341	27/02/1997	7	9	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	16
RECEPCIONISTA	DENISE DA SILVA COSTA	420002151	25/08/1992	6	9	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	17
RECEPCIONISTA	DIEGO AMILTON CZARNESCKI	420001922	09/04/1990	9	11	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	1
TÉCNICO AGRÍCOLA	MATHEUS BORSATTO RODRIGUES	420002039	07/10/1997	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	2
TÉCNICO DE ARQUIVO	VAGNER WITKOWSKI	420002348	08/12/1984	8	12	69,34	Não Aplicável	Não Aplicável	69,34	1
TÉCNICO DE CONTABILIDADE	EZEQUIEL EMERSON VIEIRA	420001396	05/11/1979	9	11	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	1
TÉCNICO DE CONTABILIDADE	PAULO CESAR NASCIMENTO	420002025	29/11/1972	12	9	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	2
TÉCNICO DE CONTABILIDADE	JANSER LEAL DA SILVA	420002420	08/07/1961	10	7	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	3
TÉCNICO DE CONTABILIDADE	MARCIANI MARIA STEIGER	420002474	13/07/1983	10	7	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	4
TÉCNICO DE INFORMÁTICA	MARLON CARL SCHULTZ	420001118	19/01/1993	9	11	68,00	Não Aplicável	Não Aplicável	68,00	1
TÉCNICO DE INFORMÁTICA	GUILHERME FELIX DANIEL	420002002	18/08/1991	9	9	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	2
TÉCNICO DE INFORMÁTICA	DAVID EDISON BARBOZA	420002445	30/10/1991	10	8	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	3
TÉCNICO DE INFORMÁTICA	LUIZ FELIPE DA SILVA ARZAO	420001661	25/12/1992	11	7	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	4
TÉCNICO DE INFORMÁTICA	FRANK WILLIAM RODRIGUES JACINTHO	420002310	13/01/1994	10	7	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	5
TÉCNICO DE INFORMÁTICA	JOAO NELSON POÇAS GONÇALVES	420001663	24/12/1989	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	6
TÉCNICO DE INFORMÁTICA	FELIPE FINSTERBUSCH	420000905	06/05/1993	9	7	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	7
TÉCNICO DE RADIOLOGIA	CARLOS EDUARDO DA SILVA ARAUJO	420002388	05/01/1982	13	6	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	1
TÉCNICO DE RADIOLOGIA	PRISCILA DE CARVALHO GOGOLA	420001555	23/01/1993	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	2
TÉCNICO DE RADIOLOGIA	PATRICIA CASTELHANO BOZZA	420002395	28/01/1989	11	7	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	3
TÉCNICO DE RADIOLOGIA	CARLOS EDUARDO FLORIANI	420001466	23/05/1988	12	6	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	4
TÉCNICO DE RADIOLOGIA	FRANCIELE JOYCE FICKNER LEONEL	420002223	05/06/1985	10	7	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	5
TÉCNICO DE RADIOLOGIA	ANA TEREZA LOPES FERREIRA	420001589	31/01/1988	10	7	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	6
TÉCNICO DE RADIOLOGIA	GRACIELE YUMI KASHIMA DI LASCIO	420000975	31/03/1982	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	7
TÉCNICO DE RADIOLOGIA	FERNANDO FAGUNDES DE OLIVEIRA	420001304	09/06/1983	10	6	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	8
TÉCNICO DE RADIOLOGIA	RODRIGO JOAO NUNES	420002236	02/12/1994	10	6	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	9
TÉCNICO DE RADIOLOGIA	ELIZABETH ALINE DOS SANTOS	420002295	16/03/1995	10	6	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	10
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	CHIRLEI FOSTERS CARNEIRO	420001777	19/08/1974	8	11	65,34	Não Aplicável	Não Aplicável	65,34	1
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	DIEFFERSON DOUGLAS ROHLER	420000100	24/11/1984	9	10	64,00	Não Aplicável	Não Aplicável	64,00	2
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	KARYN PIAZZETTA DOS SANTOS CHAVES	420000740	18/07/1979	8	10	61,34	Não Aplicável	Não Aplicável	61,34	3
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MARIA ANGELA FERREIRA	420001226	29/03/1964	11	8	61,34	Não Aplicável	Não Aplicável	61,34	4
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	DENISE ROSA SALES	420000328	15/07/1977	9	9	60,00	Não Aplicável	Não Aplicável	60,00	5
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	FRANCINE WOCHÉ	420000181	27/05/1978	7	10	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	6
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	TANICIA MORAIS DO NASCIMENTO FERREIRA	420002302	09/08/1983	7	10	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	7
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	RODRIGO HENRIQUE DE SOUZA	420001754	09/12/1986	7	10	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	8

Concurso Público Prefeitura Municipal de Iupema - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 14 de 31

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	IVO NATAR GREIN RAMOS	420001886	26/03/1983	10	8	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	9
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LILIANE DA SILVA SANTOS	420001340	07/08/1986	10	8	58,67	Não Aplicável	Não Aplicável	58,67	10
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ANGELA LETICIA ALBERTI	420000774	10/03/1981	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	11
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ISRAEL CARLOS BINGA	420000085	03/02/1986	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	12
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LIDIA MATILDE PEREIRA	420000540	29/08/1989	8	9	57,34	Não Aplicável	Não Aplicável	57,34	13
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LIDIANE AFORNALI	420002180	06/12/1977	9	8	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	14
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	CRISTIANE RODRIGUES DE JESUS	420000864	04/11/1981	9	8	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	15
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MICHEL CRISTINA SOUZA DE AMORIM	420000277	04/07/1988	9	8	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	16
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	PRISCILA ALVES DE OLIVEIRA LAZZARETTI	420000651	23/08/1991	9	8	56,00	Não Aplicável	Não Aplicável	56,00	17
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	NOELI SOUZA DA SILVA	420000715	24/12/1968	7	9	54,67	Não Aplicável	Não Aplicável	54,67	18
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	TANIA MARA DELPONTE VIDAL SABATKE	420001021	08/04/1960	5	10	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	19
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	CLEIDE CORREA	420001592	08/05/1984	5	10	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	20
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ANDREA MARIA DE OLIVEIRA	420001608	18/01/1987	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	21
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	TEREZINHA DE JESUS DOS SANTOS	420000601	09/05/1990	8	8	53,34	Não Aplicável	Não Aplicável	53,34	22
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ELIS REGINA KREMER	420001637	10/06/1973	6	9	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	23
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MARCOS EDILSON CASSEMIRO DE OLIVEIRA	420001628	08/01/1968	9	7	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	24
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	NOA BRYKCYNSKI	420000355	22/02/1982	9	7	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	25
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	HAMANDA WALLERIA LEITE TEIXEIRA	420001905	26/08/1985	9	7	52,00	Não Aplicável	Não Aplicável	52,00	26
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	VALDRIENE PERES CRISANTO	420001248	01/03/1980	4	10	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	27
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	DANIELE CARRARO COELHO	420001309	14/08/1977	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	28
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EDICLEIA FREITAS BATISTA	420000095	06/06/1981	7	8	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	29
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	JOANA DARC APARECIDA PEREIRA	420000196	07/10/1966	10	6	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	30
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	KATIA APARECIDA DE SOUZA DOS SANTOS	420001420	24/03/1980	10	6	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	31
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	NADIA CORREA LEDOUX SILVA	420001636	02/07/1983	10	6	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	32
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	DEBORA SOARES GOMES	420000236	22/03/1988	10	6	50,67	Não Aplicável	Não Aplicável	50,67	33
TOPOGRAFO	JOSE ADOLFO CADAVERA GARCIA	420001342	08/01/1960	11	13	81,34	Não Aplicável	Não Aplicável	81,34	34

## CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
ADMINISTRADOR	MARCOS RAKSA	430000870	23/03/1973	12	11	76,00	Não Aplicável	10,00	86,00	1
ADMINISTRADOR	EDUARDO FONTANA	430000618	06/04/1970	10	12	74,67	Não Aplicável	10,00	84,67	2
ADMINISTRADOR	EDSON LUIZ RIGO	430000679	26/02/1968	9	11	68,00	Não Aplicável	10,00	78,00	3
ADMINISTRADOR	MARIA JOANA DAMOVICH CALVO	430000674	09/06/1980	10	10	66,67	Não Aplicável	10,00	76,67	4
ADMINISTRADOR	MARIA EMILIA SILVA BRAGANCA MARTINS	430000734	10/06/1981	11	11	73,34	Não Aplicável	0,00	73,34	5
ADMINISTRADOR	GUSTAVO PINHEIRO LIMA	430000170	14/11/1977	14	9	73,34	Não Aplicável	0,00	73,34	6
ADMINISTRADOR	EDSON PINTO MORAIS	430001145	18/04/1972	10	9	62,67	Não Aplicável	10,00	72,67	7
ADMINISTRADOR	AMARILDO SEIGO	430000453	23/02/1967	9	12	72,00	Não Aplicável	0,00	72,00	8
ADMINISTRADOR	THIAGO CRYSTIAN MATOZO	430000801	04/08/1987	12	10	72,00	Não Aplicável	0,00	72,00	9
ADMINISTRADOR	VALQUIRIA DE FATIMA PINTO PEREIRA	430000642	05/02/1988	13	9	70,67	Não Aplicável	0,00	70,67	10
ADMINISTRADOR	PATRICIA DE ANDRADE	430000929	03/09/1988	13	9	70,67	Não Aplicável	0,00	70,67	11
ADMINISTRADOR	MAURO CESAR KRICHENDORF	430000935	06/01/1982	11	10	69,34	Não Aplicável	0,00	69,34	12
ADMINISTRADOR	WAGNER BUDAL ARINS	430000705	16/04/1993	11	10	69,34	Não Aplicável	0,00	69,34	13
ADMINISTRADOR	ADILSO CARLOS ALVES FERREIRA	430000441	04/07/1977	14	8	69,34	Não Aplicável	0,00	69,34	14

Concurso Público Prefeitura Municipal de Itapová - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 15 de 31

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
ADMINISTRADOR	GEISELY VICENTE	430000108	01/01/1989	10	8	58,67	Não Aplicável	10,00	68,67	15
ADMINISTRADOR	ANDRE SIGNORELLI	430000134	11/04/1978	12	9	68,00	Não Aplicável	0,00	68,00	16
ADMINISTRADOR	RAMON VIANE DE SOUZA	430000171	09/07/1983	12	9	68,00	Não Aplicável	0,00	68,00	17
ADMINISTRADOR	RODRIGO SEFFELD	430000273	25/03/1988	12	9	68,00	Não Aplicável	0,00	68,00	18
ADMINISTRADOR	JULIANE FERREIRA DA SILVA DE LARAS	430000130	06/03/1986	10	10	66,67	Não Aplicável	0,00	66,67	19
ADMINISTRADOR	NUBIA CRISTINA POLICARPO	430000152	04/12/1988	11	9	65,34	Não Aplicável	0,00	65,34	20
ADMINISTRADOR	DAIANA CORREIA DA SILVA	430000583	17/12/1984	9	10	64,00	Não Aplicável	0,00	64,00	21
ADMINISTRADOR	ANDRE VICENTE DELGADO	430000336	01/08/1984	8	8	53,34	Não Aplicável	10,00	63,34	22
ADMINISTRADOR	ANGELA MARIA PUERARI	430000996	07/09/1971	6	9	52,00	Não Aplicável	10,00	62,00	23
ADMINISTRADOR	JURACI INES ZALEVSKI	430001284	22/06/1979	8	10	61,34	Não Aplicável	0,00	61,34	24
ADMINISTRADOR	CASSIA MARQUES PINTO	430000644	02/06/1982	11	8	61,34	Não Aplicável	0,00	61,34	25
ADMINISTRADOR	EDUARDO LUIS DE BORBA	430000760	04/08/1986	12	7	60,00	Não Aplicável	0,00	60,00	26
ADMINISTRADOR	LUIS FELIPE CANETTI	430000592	08/07/1986	7	10	58,67	Não Aplicável	0,00	58,67	27
ADMINISTRADOR	JOEL ELIAS MEROS	430001200	25/05/1958	10	8	58,67	Não Aplicável	0,00	58,67	28
ADMINISTRADOR	CRISTIANO OSTROSKI	430000250	01/06/1988	10	8	58,67	Não Aplicável	0,00	58,67	29
ADMINISTRADOR	SAMUEL LUIS VITORIO	430000320	14/04/1992	10	8	58,67	Não Aplicável	0,00	58,67	30
ADMINISTRADOR	MARIA DAIANA MAGNUS ANDRES	430000738	27/02/1981	8	9	57,34	Não Aplicável	0,00	57,34	31
ADMINISTRADOR	NELSON ROBERTO RIBAS GONCALVES	430001238	27/06/1976	9	8	56,00	Não Aplicável	0,00	56,00	32
ADMINISTRADOR	FELIPE BERNARDINO DE MORAIS	430000820	08/02/1991	9	8	56,00	Não Aplicável	0,00	56,00	33
ADMINISTRADOR	PRISCILLA BORMANN	430000874	07/11/1983	7	9	54,67	Não Aplicável	0,00	54,67	34
ADMINISTRADOR	SCHIELA TREVISOL	430000905	06/09/1985	7	9	54,67	Não Aplicável	0,00	54,67	35
ADMINISTRADOR	ANA PAULA FOLDA RIOS NASCIMENTO	430000809	03/12/1990	6	9	52,00	Não Aplicável	0,00	52,00	36
ADMINISTRADOR	THIAGO LUY	430000103	01/06/1986	7	8	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	37
ADMINISTRADOR	EDEN GIOVANI HACKBARTH	430000520	28/12/1982	10	6	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	38
ADVOGADO	JOSE CLAUDIO GOMES BASTOS	430000988	23/05/1964	14	11	81,34	Não Aplicável	10,00	91,34	1
ADVOGADO	DIEGO ARAUJO VARGAS LEAL	430000185	04/07/1986	14	12	85,34	Não Aplicável	0,00	85,34	2
ADVOGADO	ALAN POLLI DIAS	430000572	09/11/1991	14	12	85,34	Não Aplicável	0,00	85,34	3
ADVOGADO	WINSTON BEYERSDORFF LUCCHARI	430000565	21/02/1985	14	11	81,34	Não Aplicável	0,00	81,34	4
ADVOGADO	THIAGO BIESUS BORSATTI	430000730	03/10/1980	13	9	70,67	Não Aplicável	10,00	80,67	5
ADVOGADO	CELINA NACONESKI	430001231	01/05/1985	11	10	69,34	Não Aplicável	10,00	79,34	6
ADVOGADO	RODOLFO MENDES SOCCIO	430000920	29/04/1987	10	10	66,67	Não Aplicável	10,00	76,67	7
ADVOGADO	GIOCONDA CAPALDO	430001215	27/09/1972	11	9	65,34	Não Aplicável	10,00	75,34	8
ADVOGADO	HENRIQUE FONTOURA DA ROSA	430000987	04/01/1993	13	10	74,67	Não Aplicável	0,00	74,67	9
ADVOGADO	RUY ANTONIO SOUZA DIAS SILVA	430001232	11/05/1977	14	9	73,34	Não Aplicável	0,00	73,34	10
ADVOGADO	CANDIDA BISCAINO ALVES	430001161	31/07/1989	12	10	72,00	Não Aplicável	0,00	72,00	11
ADVOGADO	ALVARO LUIS BARROS DE ALARCAO BENTO	430000699	25/06/1990	12	10	72,00	Não Aplicável	0,00	72,00	12
ADVOGADO	WILSON ORZEVALLA JUNIOR	430001058	11/10/1983	11	8	61,34	Não Aplicável	10,00	71,34	13
ADVOGADO	ELIZABETH BEZERRA LOPES MURAKAMI	430001041	05/08/1968	9	9	60,00	Não Aplicável	10,00	70,00	14
ADVOGADO	FELIPE ALBERTO KUPSKI MOREIRA	430000526	20/06/1983	7	10	58,67	Não Aplicável	10,00	68,67	15
ADVOGADO	DIOGO MARQUES DA SILVA	430000672	28/04/1980	12	9	68,00	Não Aplicável	0,00	68,00	16
ADVOGADO	CIBELE LOBERMEYER	430000759	18/04/1991	12	9	68,00	Não Aplicável	0,00	68,00	17
ADVOGADO	SERGIO ROBERTO MARCON	430001169	12/06/1972	10	10	66,67	Não Aplicável	0,00	66,67	18
ADVOGADO	FERNANDO RABE CAON	430000378	10/10/1990	13	8	66,67	Não Aplicável	0,00	66,67	19
ADVOGADO	PATRICIA ALVES CORREIA	430000482	03/03/1986	11	9	65,34	Não Aplicável	0,00	65,34	20
ADVOGADO	ELOI LECHSENBRING	430000605	18/12/1961	9	10	64,00	Não Aplicável	0,00	64,00	21
ADVOGADO	JAIR SEVERINO DE FREITAS	430000924	17/05/1962	12	8	64,00	Não Aplicável	0,00	64,00	22

Concurso Público Prefeitura Municipal de Itapira - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 16 de 31

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
ADVOGADO	BERNARDO ROBERTA MOELHER CEBINELLI AIRES	430000243	15/05/1982	10	9	62,67	Não Aplicável	0,00	62,67	23
ADVOGADO	MARCOS TONON DE SOUZA	430000665	22/02/1987	10	9	62,67	Não Aplicável	0,00	62,67	24
ADVOGADO	MAYCON TREVISAN	430000074	04/03/1993	10	9	62,67	Não Aplicável	0,00	62,67	25
ADVOGADO	PRISCILA CRISTOFOLINI	430000746	09/08/1991	13	7	62,67	Não Aplicável	0,00	62,67	26
ADVOGADO	LEONARDO HERING PEDROSO	430000457	06/04/1992	8	10	61,34	Não Aplicável	0,00	61,34	27
ADVOGADO	CARLOS EDUARDO LANGOVSKI	430001268	06/10/1979	14	6	61,34	Não Aplicável	0,00	61,34	28
ADVOGADO	ADRIANA MARIA FÁRIA DE LIMA NASCIMENTO	430000942	30/09/1982	12	7	60,00	Não Aplicável	0,00	60,00	29
ADVOGADO	EMERSON PEREIRA BELEM	430000737	14/01/1989	12	7	60,00	Não Aplicável	0,00	60,00	30
ADVOGADO	CARINA TESTONI GREFFO	430000067	23/02/1993	12	7	60,00	Não Aplicável	0,00	60,00	31
ADVOGADO	JANISER LEAL DA SILVA	430001253	08/07/1961	10	8	58,67	Não Aplicável	0,00	58,67	32
ADVOGADO	ANA PAULA LIBERALESSO	430000645	03/04/1992	8	9	57,34	Não Aplicável	0,00	57,34	33
ADVOGADO	MARIANA SILVA CHAGAS	430001078	27/04/1989	11	7	57,34	Não Aplicável	0,00	57,34	34
ADVOGADO	JERONIMO BACH BZUNEK	430000066	16/02/1976	9	8	56,00	Não Aplicável	0,00	56,00	35
ADVOGADO	RICARDO EMIR BURATTI	430000913	04/09/1977	12	6	56,00	Não Aplicável	0,00	56,00	36
ADVOGADO	SILVANA DE PAULA SIMAS	430000499	06/07/1990	8	8	53,34	Não Aplicável	0,00	53,34	37
ADVOGADO	LUIGI GIOVANI DE PAULA	430000264	25/05/1989	9	7	52,00	Não Aplicável	0,00	52,00	38
ADVOGADO	LUIZ FILIPE BRASIL OLIVEIRA	430000229	09/01/1991	9	7	52,00	Não Aplicável	0,00	52,00	39
ADVOGADO	ILDENEX BREY BUENO	430000256	19/08/1962	12	5	52,00	Não Aplicável	0,00	52,00	40
ADVOGADO	MERE LILIAN DE ARAUJO	430000500	16/06/1978	10	6	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	41
ASSISTENTE SOCIAL	CAROLINE MICHELLY DA SILVA	430000787	19/11/1990	10	15	86,67	Não Aplicável	0,00	86,67	1
ASSISTENTE SOCIAL	LUIZA SOARES GUTTERRES LIMA	430000826	12/12/1991	10	14	82,67	Não Aplicável	0,00	82,67	2
ASSISTENTE SOCIAL	ADRIANA APARECIDA FERREIRA DININ	430001083	21/04/1969	9	12	72,00	Não Aplicável	10,00	82,00	3
ASSISTENTE SOCIAL	CLAUDIA DA SILVA BARBOZA	430001269	16/09/1972	12	12	80,00	Não Aplicável	0,00	80,00	4
ASSISTENTE SOCIAL	SONIA BORKOWSKI DE SOUSA	430000858	19/01/1966	8	14	77,34	Não Aplicável	0,00	77,34	5
ASSISTENTE SOCIAL	PAOLA CARLA KLAUS	430001005	13/10/1981	9	13	76,00	Não Aplicável	0,00	76,00	6
ASSISTENTE SOCIAL	VILIANE MADALENA NUNES HAUBERT	430001144	28/12/1988	7	14	74,67	Não Aplicável	0,00	74,67	7
ASSISTENTE SOCIAL	ADRIANA RODRIGUES MACHADO THOME	430000802	03/11/1971	9	12	72,00	Não Aplicável	0,00	72,00	8
ASSISTENTE SOCIAL	ADRIANO DE LIMA	430001298	13/03/1984	9	12	72,00	Não Aplicável	0,00	72,00	9
ASSISTENTE SOCIAL	LAZARA LUANA OTTO DE OLIVEIRA	430000700	04/05/1988	9	12	72,00	Não Aplicável	0,00	72,00	10
ASSISTENTE SOCIAL	DAIANE SIMONE VARGAS	430000981	28/03/1989	8	12	69,34	Não Aplicável	0,00	69,34	11
ASSISTENTE SOCIAL	MARIANA SILVA RODRIGUES BRIANEZ	430000833	28/07/1993	8	12	69,34	Não Aplicável	0,00	69,34	12
ASSISTENTE SOCIAL	IVONETE SINIORI	430000301	19/10/1971	7	10	58,67	Não Aplicável	10,00	68,67	13
ASSISTENTE SOCIAL	EDINA MARIA AMANN PALOSCHI	430000770	02/12/1982	7	12	66,67	Não Aplicável	0,00	66,67	14
ASSISTENTE SOCIAL	BEATRIZ DE FATIMADE PAULA	430000298	29/09/1977	5	13	65,34	Não Aplicável	0,00	65,34	15
ASSISTENTE SOCIAL	MARINES GODOY LIMA	430000395	30/01/1967	10	9	62,67	Não Aplicável	0,00	62,67	16
ASSISTENTE SOCIAL	MARCIA ANGESKI BOBATO	430000875	10/08/1979	10	8	58,67	Não Aplicável	0,00	58,67	17
ASSISTENTE SOCIAL	JULIANA CRISTINA CARDOSO	430001086	04/06/1985	10	8	58,67	Não Aplicável	0,00	58,67	18
ASSISTENTE SOCIAL	DENISE DO RÓCIO GREBOS	430001079	26/08/1973	5	11	57,34	Não Aplicável	0,00	57,34	19
ASSISTENTE SOCIAL	PATRICIA DE ASSIS BASTOS	430000006	07/07/1975	6	10	56,00	Não Aplicável	0,00	56,00	20
ASSISTENTE SOCIAL	SILMARA APARECIDA DA SILVA	430000851	20/12/1982	6	10	56,00	Não Aplicável	0,00	56,00	21
ASSISTENTE SOCIAL	MARIANA PICHEK DE MELO	430000971	16/02/1984	6	10	56,00	Não Aplicável	0,00	56,00	22
ASSISTENTE SOCIAL	ANA PAULA SOUZA DE OLIVEIRA MATTOSO	430001097	18/03/1971	9	8	56,00	Não Aplicável	0,00	56,00	23
ASSISTENTE SOCIAL	CLEIDE APARECIDA MAYER	430000712	03/05/1971	7	9	54,67	Não Aplicável	0,00	54,67	24
ASSISTENTE SOCIAL	LUCIANA DA SILVA PORCINO	430000852	23/02/1967	6	9	52,00	Não Aplicável	0,00	52,00	25
ASSISTENTE SOCIAL	MARIA DENISE STINGHEN	430001082	02/10/1959	7	8	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	26
AUDITOR	FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO	430000882	21/01/1987	12	7	60,00	Não Aplicável	1,50	75,00	1

Concurso Público Prefeitura Municipal de Iupema - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 17 de 31

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
AUDITOR	EDUARDO LUIS GRACZYK	430000909	07/03/1977	8	10	61,34	Não Aplicável	10,00	71,34	2
AUDITOR	JEAN MIGUEL GRASEL	430000288	29/09/1973	12	6	56,00	Não Aplicável	0,00	56,00	3
AUDITOR	ANNA FLAVIA BITTENCOURT AUGUSTO	430000324	08/02/1994	10	6	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	4
BIÓLOGO	MARIANA CORTES DE LIMA	430001004	14/01/1989	15	12	88,01	Não Aplicável	10,00	98,01	1
BIÓLOGO	YURI BOVI MORAIS CARVALHO	430000925	15/04/1984	11	10	69,34	Não Aplicável	20,00	89,34	2
BIÓLOGO	TAINA RODRIGUES TAVARES	430000957	05/06/1985	11	11	73,34	Não Aplicável	10,00	83,34	3
BIÓLOGO	EDSON TAKESHI YAMASHIRO	430000427	23/02/1984	14	11	81,34	Não Aplicável	0,00	81,34	4
BIÓLOGO	LEANDRO JUNIO FULONE	430001276	27/04/1980	11	8	61,34	Não Aplicável	20,00	81,34	5
BIÓLOGO	ANA CLARA SANS SALOMAO BRUNOW VENTURA	430000571	01/12/1986	14	9	73,34	Não Aplicável	0,00	73,34	6
BIÓLOGO	JOSEANE BALAN DA SILVA	430000774	03/01/1969	11	6	53,34	Não Aplicável	15,00	68,34	7
BIÓLOGO	GEONILDO RODRIGO DISNER	430000651	25/09/1990	11	6	53,34	Não Aplicável	15,00	68,34	8
BIÓLOGO	AMANDA CAROLINE DUDZAK	430000982	14/04/1991	13	8	66,67	Não Aplicável	0,00	66,67	9
BIÓLOGO	DENISE MATIAS DE FARIA	430000418	19/08/1985	11	9	65,34	Não Aplicável	0,00	65,34	10
BIÓLOGO	ANDRE LUIZ CAMPOS DA SILVA	430001254	09/03/1972	14	7	65,34	Não Aplicável	0,00	65,34	11
BIÓLOGO	ANDRESSA LUIZACORDEIRO	430000780	12/10/1992	14	7	65,34	Não Aplicável	0,00	65,34	12
BIÓLOGO	CASSIO AMARAL	430000818	07/02/1981	12	8	64,00	Não Aplicável	0,00	64,00	13
BIÓLOGO	THAIS TRAMUJAS SOTO RODRIGUEZ	430000087	27/03/1988	11	8	61,34	Não Aplicável	0,00	61,34	14
BIÓLOGO	SHERON SCHOLZE ROSA	430000808	16/07/1987	15	5	60,01	Não Aplicável	0,00	60,01	15
BIÓLOGO	SIBELLE SELL SANTANA	430001003	12/04/1984	12	7	60,00	Não Aplicável	0,00	60,00	16
BIÓLOGO	JESSICA APARECIDA XAVIER	430000836	22/01/1989	12	7	60,00	Não Aplicável	0,00	60,00	17
BIÓLOGO	JESSICA HOLZ	430000377	01/05/1992	10	8	58,67	Não Aplicável	0,00	58,67	18
BIÓLOGO	NADINE IOLANDA DA CUNHA	430000353	04/05/1992	8	9	57,34	Não Aplicável	0,00	57,34	19
BIÓLOGO	ANA CAROLINA SOARES DE LIMA	430000694	30/07/1988	11	7	57,34	Não Aplicável	0,00	57,34	20
BIÓLOGO	JOSE VITOR BOTTER FASOLI	430000659	01/07/1991	11	7	57,34	Não Aplicável	0,00	57,34	21
BIÓLOGO	ARTHUR HENRIQUE RAUSCH RIBEIRO	430000187	20/09/1984	10	7	54,67	Não Aplicável	0,00	54,67	22
BIÓLOGO	RAFAEL FALVO LIBRELATO	430000719	27/07/1987	10	7	54,67	Não Aplicável	0,00	54,67	23
BIÓLOGO	JULIANA DANNA KULIK	430000727	06/11/1988	10	6	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	24
CONTADOR	KELLY CRISTIANE JUSTINO DE SOUZA	430000597	08/12/1983	10	9	62,67	Não Aplicável	0,00	62,67	1
CONTADOR	OSNEI JABLESKI	430000901	28/12/1980	13	4	50,67	Não Aplicável	10,00	60,67	2
CONTADOR	EZEQUIEL EMERSON VIEIRA	430001114	05/11/1979	8	9	57,34	Não Aplicável	0,00	57,34	3
CONTADOR	MARCIANI MARIA STEIGER	430001226	13/07/1983	11	6	53,34	Não Aplicável	0,00	53,34	4
ENFERMEIRO	ROSELINI CARDOSO REIS	430000804	08/12/1977	14	8	69,34	Não Aplicável	10,00	79,34	1
ENFERMEIRO	DAIANE SOBCHACK DA SILVA	430000680	09/01/1985	7	11	62,67	Não Aplicável	10,00	72,67	2
ENFERMEIRO	LUCIANA PIANTA DA CRUZ	430001119	28/06/1984	13	9	70,67	Não Aplicável	0,00	70,67	3
ENFERMEIRO	TATIANA REGIS SCHAUUEL	430000528	22/05/1983	14	8	69,34	Não Aplicável	0,00	69,34	4
ENFERMEIRO	JIARA CRISTINA ALGERI	430000518	19/03/1988	8	9	57,34	Não Aplicável	10,00	67,34	5
ENFERMEIRO	MARISTELA SOARES DA COSTA	430000936	04/07/1990	10	10	66,67	Não Aplicável	0,00	66,67	6
ENFERMEIRO	ANDREARA SIMONI	430000775	11/03/1979	10	7	54,67	Não Aplicável	10,00	64,67	7
ENFERMEIRO	CAROLINE BANHOS RAMOS	430000742	23/05/1982	10	7	54,67	Não Aplicável	10,00	64,67	8
ENFERMEIRO	FRANCIELE MUNIS DA SILVA BURATTI	430000944	08/03/1990	9	10	64,00	Não Aplicável	0,00	64,00	9
ENFERMEIRO	CINTIA JULIANA DA SILVA COLOTONI	430000713	12/08/1975	12	8	64,00	Não Aplicável	0,00	64,00	10
ENFERMEIRO	NELSON BRANDT	430001258	16/09/1970	9	7	52,00	Não Aplicável	10,00	62,00	11
ENFERMEIRO	FABIO KMEICK GONCALVES	430000241	17/10/1981	10	6	50,67	Não Aplicável	10,00	60,67	12
ENFERMEIRO	ARIADNE ALESSANDRA NASCIMENTO	430000587	16/10/1983	9	9	60,00	Não Aplicável	0,00	60,00	13
ENFERMEIRO	TATIANA QUEIROZ RIBEIRO DE ALMEIDA	430001121	19/11/1976	10	8	58,67	Não Aplicável	0,00	58,67	14
ENFERMEIRO	SUMAYA HILLANA SANTOS	430000485	02/04/1985	10	8	58,67	Não Aplicável	0,00	58,67	15

Concurso Público Prefeitura Municipal de Itapira - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 18 de 31

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
ENFERMEIRO	JULIANA DA SILVA SANTOS	430000860	23/12/1990	11	7	57,34	Não Aplicável	0,00	57,34	16
ENFERMEIRO	TASSIA ALINE CORTO SUYAMA	430000938	10/06/1991	6	10	56,00	Não Aplicável	0,00	56,00	17
ENFERMEIRO	ANALI FERNANDA OTTUNES	430000881	22/10/1987	9	8	56,00	Não Aplicável	0,00	56,00	18
ENFERMEIRO	BARBARA KULIK ALLEMAN	430001032	08/11/1987	9	8	56,00	Não Aplicável	0,00	56,00	19
ENFERMEIRO	DANIELA BORGES	430000030	27/09/1981	8	8	53,34	Não Aplicável	0,00	53,34	20
ENFERMEIRO	NHAIANE CECILIA RODINI DO NASCIMENTO	430000631	15/05/1984	11	6	53,34	Não Aplicável	0,00	53,34	21
ENFERMEIRO	ALAN REGIS RAMOS DA SILVA	430000620	05/03/1969	9	7	52,00	Não Aplicável	0,00	52,00	22
ENFERMEIRO	ALINE ARINS DA SILVA	430001165	14/03/1994	9	7	52,00	Não Aplicável	0,00	52,00	23
ENFERMEIRO	CAROLINA CORDOVA TESSARI	430001095	06/03/1988	10	6	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	24
ENFERMEIRO	FRANCINE LAIZ DOS SANTOS LOPES LEAL	430000420	21/06/1988	10	6	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	25
ENFERMEIRO	CAMILADANY COGROSSI ANASTACIO	430000768	12/02/1990	10	6	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	26
ENGENHEIRO CIVIL	SANDRO SCHMITZ COLARES	430000777	10/09/1986	9	12	72,00	Não Aplicável	10,00	82,00	1
ENGENHEIRO CIVIL	RODRIGO SELEME CARVALHO	430000627	10/01/1987	14	10	77,34	Não Aplicável	0,00	77,34	2
ENGENHEIRO CIVIL	JOSE ALEXANDRE NOVAK	430000562	13/08/1975	12	11	76,00	Não Aplicável	0,00	76,00	3
ENGENHEIRO CIVIL	DIEGO MENDONCA DOMINGUES	430001055	07/02/1992	13	10	74,67	Não Aplicável	0,00	74,67	4
ENGENHEIRO CIVIL	ALLISSON AUGUSTO ZAMBONI	430001164	23/12/1991	14	9	73,34	Não Aplicável	0,00	73,34	5
ENGENHEIRO CIVIL	PAULO EDUARDO ZAGURSKI	430000094	27/11/1984	11	10	69,34	Não Aplicável	0,00	69,34	6
ENGENHEIRO CIVIL	YASMIN APARECIDA DE PAULA LIMA	430000889	13/04/1993	11	10	69,34	Não Aplicável	0,00	69,34	7
ENGENHEIRO CIVIL	FELIPE RUSCHEL HORN	430000771	29/12/1987	12	9	68,00	Não Aplicável	0,00	68,00	8
ENGENHEIRO CIVIL	CARLOS FABRICIO MACHADO	430001220	21/01/1976	10	10	66,67	Não Aplicável	0,00	66,67	9
ENGENHEIRO CIVIL	DIOCE ZANETTI FERNANDES	430000887	20/02/1994	13	8	66,67	Não Aplicável	0,00	66,67	10
ENGENHEIRO CIVIL	RODRIGO FERREIRA FREITAS	430000245	09/12/1982	11	9	65,34	Não Aplicável	0,00	65,34	11
ENGENHEIRO CIVIL	MARIANA MAZZOCHI PADILHA	430000670	21/03/1992	14	7	65,34	Não Aplicável	0,00	65,34	12
ENGENHEIRO CIVIL	LEONARDO BOSCHI	430000124	28/04/1992	14	7	65,34	Não Aplicável	0,00	65,34	13
ENGENHEIRO CIVIL	LUCRECIA NOIMANN DE LARA	430000029	30/07/1978	12	8	64,00	Não Aplicável	0,00	64,00	14
ENGENHEIRO CIVIL	MAYRA DE FREITAS SZPISJAK	430001030	04/04/1979	13	7	62,67	Não Aplicável	0,00	62,67	15
ENGENHEIRO CIVIL	ELISA RIBEIRO CUNHA ARMOND LOPES	430000622	11/06/1966	11	8	61,34	Não Aplicável	0,00	61,34	16
ENGENHEIRO CIVIL	RENATA PAOLA NOVAES	430000223	22/11/1982	14	6	61,34	Não Aplicável	0,00	61,34	17
ENGENHEIRO CIVIL	EDDY ROGER DALSSOTO	430000474	31/05/1984	12	7	60,00	Não Aplicável	0,00	60,00	18
ENGENHEIRO CIVIL	FELIPE BORKOWSKI DE SOUSA	430000974	04/05/1987	11	7	57,34	Não Aplicável	0,00	57,34	19
ENGENHEIRO CIVIL	MARCO ANTONIO PEREIRA	430000515	12/04/1969	9	8	56,00	Não Aplicável	0,00	56,00	20
ENGENHEIRO CIVIL	REGINALDO PAIVA DA SILVA	430001059	31/07/1972	9	8	56,00	Não Aplicável	0,00	56,00	21
ENGENHEIRO CIVIL	DIFANARO MACELAY	430001245	17/09/1985	9	8	56,00	Não Aplicável	0,00	56,00	22
ENGENHEIRO CIVIL	DANIELLE DALDIN PALAORO	430000577	01/11/1977	12	6	56,00	Não Aplicável	0,00	56,00	23
ENGENHEIRO CIVIL	EDUARDO BATTAGLIN	430001281	02/12/1985	12	6	56,00	Não Aplicável	0,00	56,00	24
ENGENHEIRO CIVIL	JOAO GABRIEL GONZATTO ARALDI	430001107	02/10/1987	10	7	54,67	Não Aplicável	0,00	54,67	25
ENGENHEIRO CIVIL	CHARLES ANDERSON PRIM	430000807	05/07/1992	10	7	54,67	Não Aplicável	0,00	54,67	26
ENGENHEIRO CIVIL	JOELMIR DAVIFREIBERGER	430000406	01/05/1986	9	7	52,00	Não Aplicável	0,00	52,00	27
ENGENHEIRO CIVIL	THIAGO LICHESKI DOS SANTOS	430000613	07/07/1988	12	5	52,00	Não Aplicável	0,00	52,00	28
ENGENHEIRO CIVIL	RAFAEL SILOMP	430001067	01/05/1989	10	6	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	29
ENGENHEIRO FLORESTAL	FLAVIO CUNHA LAUREANO DA SILVA	430001022	11/09/1988	13	12	82,67	Não Aplicável	15,00	97,67	1
ENGENHEIRO FLORESTAL	FRANCIEL PSCHIEDT	430000791	14/04/1989	13	12	82,67	Não Aplicável	15,00	97,67	2
ENGENHEIRO FLORESTAL	MARINA PISSATTO	430001274	04/05/1986	11	11	73,34	Não Aplicável	15,00	88,34	3
ENGENHEIRO FLORESTAL	JOAO MAURICIO PACHECO	430000424	28/09/1987	10	11	70,67	Não Aplicável	15,00	85,67	4
ENGENHEIRO FLORESTAL	LIVIA MARIA ROCHA	430000452	09/03/1989	14	12	85,34	Não Aplicável	0,00	85,34	5
ENGENHEIRO FLORESTAL	THAIS RIBEIRO LIMA	430001031	15/04/1979	11	13	81,34	Não Aplicável	0,00	81,34	6

Concurso Público Prefeitura Municipal de Inupá - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 19 de 31



Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CCE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
ENGENHEIRO FLORESTAL	DIMAS FOGIATTO ROSSI	430000758	21/07/1993	15	10	80,01	Não Aplicável	0,00	80,01	7
ENGENHEIRO FLORESTAL	LEANDRO FRANCISCO LENCHINSKI	430000079	12/06/1983	11	12	77,34	Não Aplicável	0,00	77,34	8
ENGENHEIRO FLORESTAL	TIAGO SOUZA KRETZER	430000915	18/04/1989	14	10	77,34	Não Aplicável	0,00	77,34	9
ENGENHEIRO FLORESTAL	DIEGO LIMA MONTEIRO	430000796	23/12/1988	12	11	76,00	Não Aplicável	0,00	76,00	10
ENGENHEIRO FLORESTAL	RODRIGO WACHHOIZ	430001077	26/10/1978	10	12	74,67	Não Aplicável	0,00	74,67	11
ENGENHEIRO FLORESTAL	GUILHERME HENRIQUE DO NASCIMENTO	430000555	12/02/1989	13	10	74,67	Não Aplicável	0,00	74,67	12
ENGENHEIRO FLORESTAL	ERICK ATONSO AGNES DE LIMA	430000861	04/08/1993	13	10	74,67	Não Aplicável	0,00	74,67	13
ENGENHEIRO FLORESTAL	JEREMIAS DAMIAN NUNES	430001180	16/02/1983	11	11	73,34	Não Aplicável	0,00	73,34	14
ENGENHEIRO FLORESTAL	HILBERT BLUM	430000785	09/01/1984	11	11	73,34	Não Aplicável	0,00	73,34	15
ENGENHEIRO FLORESTAL	DANIEL AUGUSTO DA SILVA	430000709	10/06/1988	11	11	73,34	Não Aplicável	0,00	73,34	16
ENGENHEIRO FLORESTAL	FABRICIO ALVES ESTEPIANIO DE MOURA	430001182	25/11/1972	13	9	70,67	Não Aplicável	0,00	70,67	17
ENGENHEIRO FLORESTAL	DEISE ROTHBARTH	430001222	23/01/1989	7	12	66,67	Não Aplicável	0,00	66,67	18
ENGENHEIRO FLORESTAL	KEY SAN IMAGUIRE	430000053	19/07/1984	13	8	66,67	Não Aplicável	0,00	66,67	19
ENGENHEIRO FLORESTAL	VINICIUS BARBOSA	430001290	27/01/1988	11	9	65,34	Não Aplicável	0,00	65,34	20
ENGENHEIRO FLORESTAL	ALEXANDRE AMILTON DE OLIVEIRA	430000965	03/08/1987	9	10	64,00	Não Aplicável	0,00	64,00	21
ENGENHEIRO FLORESTAL	YURY VASHICHENKO	430000328	01/06/1977	12	8	64,00	Não Aplicável	0,00	64,00	22
ENGENHEIRO FLORESTAL	IRIS DE FREITAS MEDEIROS	430001007	08/11/1989	12	8	64,00	Não Aplicável	0,00	64,00	23
ENGENHEIRO FLORESTAL	BRUNA ELLEN RICARDO	430000721	28/05/1990	12	8	64,00	Não Aplicável	0,00	64,00	24
ENGENHEIRO FLORESTAL	KARINA MARQUES WOLF	430000093	11/11/1991	10	9	62,67	Não Aplicável	0,00	62,67	25
ENGENHEIRO FLORESTAL	DAIANE CRISTINA DALLAGNOL CENU	430000992	06/07/1987	9	9	60,00	Não Aplicável	0,00	60,00	26
ENGENHEIRO FLORESTAL	ISLA FOLCHINI PEREIRA	430000149	17/08/1984	12	7	60,00	Não Aplicável	0,00	60,00	27
ENGENHEIRO FLORESTAL	RAFAEL MORIBE LOPES	430000138	28/06/1982	8	8	53,34	Não Aplicável	0,00	53,34	28
ENGENHEIRO FLORESTAL	JESSICA MANFROI	430000739	08/08/1988	8	8	53,34	Não Aplicável	0,00	53,34	29
ENGENHEIRO FLORESTAL	ANDREAS INGEBERT RASCHKE	430000198	06/06/1989	6	9	52,00	Não Aplicável	0,00	52,00	30
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	SCHIELA APARECIDA KZIOZEK PASTUCHAKI	430000869	06/06/1987	13	6	58,67	Não Aplicável	10,00	68,67	1
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	DESIREE SCOTTINI	430000995	13/05/1992	12	9	68,00	Não Aplicável	0,00	68,00	2
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	ANA JULIA HOFFMANN VIEIRA	430000806	24/06/1993	12	9	68,00	Não Aplicável	0,00	68,00	3
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	JOSIAS DITTRICH	430000412	05/09/1972	10	6	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	4
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	SAMIRA PIETROBOM IBRAHIM KOBAYASHI	430001291	10/01/1988	13	4	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	5
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	ANDRE JOSE SANTOS	430001163	25/08/1991	13	4	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	6
FISIOTERAPEUTA	SIMONE MASSANEIRO SILVA	430000168	12/12/1987	11	12	77,34	Não Aplicável	15,00	92,34	1
FISIOTERAPEUTA	MARLON RICARDO LOPES	430001017	04/06/1985	12	10	72,00	Não Aplicável	10,00	82,00	2
FISIOTERAPEUTA	SILVANA ESTER GIACOMINI GRANJA	430000041	24/02/1982	11	10	69,34	Não Aplicável	10,00	79,34	3
FISIOTERAPEUTA	ADRIANE ESTER HUCH	430000439	05/08/1989	11	10	69,34	Não Aplicável	10,00	79,34	4
FISIOTERAPEUTA	FLAVIO ROSA MARTELOZO	430000046	02/01/1976	12	9	68,00	Não Aplicável	10,00	78,00	5
FISIOTERAPEUTA	GUSTAVO DOS SANTOS PINTO MARION	430000268	29/07/1974	11	11	73,34	Não Aplicável	0,00	73,34	6
FISIOTERAPEUTA	CARLA TATIANE DO AMARAL DALLAGO	430001009	31/01/1989	12	10	72,00	Não Aplicável	0,00	72,00	7
FISIOTERAPEUTA	SORAIA KOPPE	430000490	19/08/1988	8	10	61,34	Não Aplicável	10,00	71,34	8
FISIOTERAPEUTA	CAROLINA DE MORAES OLIVEIRA LEANDRO	430001189	27/11/1990	11	10	69,34	Não Aplicável	0,00	69,34	9
FISIOTERAPEUTA	KATREN PEDROSO CORREA	430000309	28/09/1978	12	9	68,00	Não Aplicável	0,00	68,00	10
FISIOTERAPEUTA	DILZA MIRANDA PRES TOSI	430000930	19/05/1968	8	11	65,34	Não Aplicável	0,00	65,34	11
FISIOTERAPEUTA	LUCIANACARVALHO DE OLIVEIRA	430000972	15/11/1986	11	9	65,34	Não Aplicável	0,00	65,34	12
FISIOTERAPEUTA	BARBARA MICHELE MORETTO	430000903	25/09/1987	11	9	65,34	Não Aplicável	0,00	65,34	13
FISIOTERAPEUTA	ADRIANO ZANARDI DA SILVA	430000793	08/08/1993	11	9	65,34	Não Aplicável	0,00	65,34	14
FISIOTERAPEUTA	PATRICIA SANTIAN	430000658	06/01/1986	10	7	54,67	Não Aplicável	10,00	64,67	15
FISIOTERAPEUTA	FABIOLA HIRT BITENCOURT	430000549	03/11/1986	10	9	62,67	Não Aplicável	0,00	62,67	16

Concurso Público Prefeitura Municipal de Ituporã - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 20 de 31

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
FISIOTERAPEUTA	BRUNA WALTRIN PADILHA	430000896	21/05/1992	10	9	62,67	Não Aplicável	0,00	62,67	17
FISIOTERAPEUTA	ANA ROSA SHIBATA MOLINARI	430000983	18/12/1991	13	7	62,67	Não Aplicável	0,00	62,67	18
FISIOTERAPEUTA	SERGIO LUIZ LIMA GUIMARAES	430000648	13/11/1960	9	7	52,00	Não Aplicável	10,00	62,00	19
FISIOTERAPEUTA	CRISTIANO VARGAS BATISTA	430000125	25/09/1991	11	8	61,34	Não Aplicável	0,00	61,34	20
FISIOTERAPEUTA	GUSTAVO MENDES	430000946	25/04/1981	12	7	60,00	Não Aplicável	0,00	60,00	21
FISIOTERAPEUTA	FRANCINE GAVIOSKI	430000764	04/07/1987	7	10	58,67	Não Aplicável	0,00	58,67	22
FISIOTERAPEUTA	NEIDE CRISTINA DOS SANTOS	430000805	26/07/1989	7	10	58,67	Não Aplicável	0,00	58,67	23
FISIOTERAPEUTA	CUSTODIO NUNES SOARES	430000951	21/12/1978	8	9	57,34	Não Aplicável	0,00	57,34	24
FISIOTERAPEUTA	MONIKA FAHL RODRIGUES	430000111	26/05/1980	8	8	53,34	Não Aplicável	0,00	53,34	25
FISIOTERAPEUTA	FRANCINE GOETZ	430001194	15/01/1984	8	8	53,34	Não Aplicável	0,00	53,34	26
FISIOTERAPEUTA	JANQUELE TEIXEIRA DUARTE	430000969	10/11/1989	8	8	53,34	Não Aplicável	0,00	53,34	27
FISIOTERAPEUTA	MARLISE PINHEIRO DA CUNHA	430000732	11/05/1967	9	7	52,00	Não Aplicável	0,00	52,00	28
FISIOTERAPEUTA	SIDNEI LUIS ALVES	430000608	18/06/1980	9	7	52,00	Não Aplicável	0,00	52,00	29
FISIOTERAPEUTA	JESSICA SPECK DOS SANTOS	430000257	25/03/1995	9	7	52,00	Não Aplicável	0,00	52,00	30
FISIOTERAPEUTA	SUELLEN ROBBARD CARVALHO	430000765	17/12/1988	7	8	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	31
FISIOTERAPEUTA	JOSIANE APARECIDA OLIVEIRA DE SOUZA	430000970	10/02/1989	7	8	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	32
FISIOTERAPEUTA	GABRIELLA DIBAX CWIKLINSKI	430000928	07/03/1989	10	6	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	33
FISIOTERAPEUTA	LETICIA FUJIMAKI DE PAULA	430000017	06/03/1992	10	6	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	34
FISIOTERAPEUTA	ALEXIA LUISA NETZEL	430000609	08/07/1992	10	6	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	35
FISIOTERAPEUTA	NADIA APARECIDA LAZARINITEIXEIRA DA CRUZ	430000115	09/01/1993	10	6	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	36
FONOAUDIÓLOGO	KEVERLINN MARIA ANTUNES DOS SANTOS	430000161	23/07/1993	11	12	77,34	Não Aplicável	0,00	77,34	1
FONOAUDIÓLOGO	MAIRA THAIS DOS SANTOS	430001171	28/02/1990	8	11	65,34	Não Aplicável	0,00	65,34	2
FONOAUDIÓLOGO	RENATA HENRIQUE PETRECA	430000574	27/10/1980	8	9	57,34	Não Aplicável	0,00	57,34	3
FONOAUDIÓLOGO	LUCIANE DE OLIVEIRA	430000037	08/03/1967	10	7	54,67	Não Aplicável	0,00	54,67	4
FONOAUDIÓLOGO	FERNANDA SCHEFFER FROSI	430001092	05/04/1981	7	8	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	5
MÉDICO CARDIOLOGISTA	RUBENS MAURICIO DALL'AGASSA STELMACHUK	430001006	05/10/1975	14	12	85,34	Não Aplicável	0,00	85,34	1
MÉDICO CLÍNICO GERAL	GILBERTO ANTONIO VALERIO	430000864	14/02/1983	11	11	73,34	Não Aplicável	0,00	73,34	1
MÉDICO CLÍNICO GERAL	THAIS MELO CERQUEIRA	430000271	25/04/1982	10	9	62,67	Não Aplicável	0,00	62,67	2
MÉDICO CLÍNICO GERAL	RICARDO ARAUJO ALVES	430000011	08/10/1977	13	7	62,67	Não Aplicável	0,00	62,67	3
MÉDICO CLÍNICO GERAL	DANIELE MASSUQUETO DE MORAES YOSHITOMI	430000724	13/09/1980	9	9	60,00	Não Aplicável	0,00	60,00	4
MÉDICO CLÍNICO GERAL	ANDREA LUCIA GRAZIOZI VALERIO	430000866	13/04/1970	8	8	53,34	Não Aplicável	0,00	53,34	5
MÉDICO CLÍNICO GERAL	FERNANDO AVELAR	430000451	13/05/1958	10	6	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	6
MÉDICO DO TRABALHO	CARLOS AUGUSTO PEREIRA WALGER	430000445	27/04/1955	10	12	74,67	Não Aplicável	0,00	74,67	1
MÉDICO GINECOLOGISTA	IVANILDO FERREIRA DOS SANTOS	430000159	16/01/1971	12	9	68,00	Não Aplicável	0,00	68,00	1
MÉDICO ORTOPEDISTA	ALBERTO VINICIUS GIRALDELI	430000219	06/09/1983	14	5	57,34	Não Aplicável	0,00	57,34	1
MÉDICO P.S.F.	FRANCISCO JOSE CARVALHO VIEIRA	430000024	12/07/1961	9	7	52,00	Não Aplicável	0,00	52,00	2
MÉDICO P.S.F.	VITOR HUGO FELIPE KNOBLAUCH	430000202	22/08/1977	12	11	76,00	Não Aplicável	10,00	86,00	1
MÉDICO P.S.F.	WERLEY MAGALHAES DE CARVALHO	430000803	09/06/1975	12	10	72,00	Não Aplicável	10,00	82,00	2
MÉDICO P.S.F.	GUSTAVO ARAUJO DE ALMEIDA	430000980	08/05/1977	15	9	76,01	Não Aplicável	0,00	76,01	3
MÉDICO P.S.F.	ANDREA SAYURI YAMAGUCHI	430001113	03/12/1983	12	11	76,00	Não Aplicável	0,00	76,00	4
MÉDICO P.S.F.	JOAO ADOLFO OSW ALD SCHARAN	430000877	23/08/1990	13	10	74,67	Não Aplicável	0,00	74,67	5
MÉDICO P.S.F.	CRISTIANE SCHWOCHOW FISSMER	430000056	29/11/1989	12	7	60,00	Não Aplicável	0,00	60,00	6
MÉDICO P.S.F.	LUCILENE SARTI RAAB	430000753	27/12/1986	10	8	58,67	Não Aplicável	0,00	58,67	7
MÉDICO P.S.F.	RAPHAEL LUIZ GIOPTO TOLEDO MIRA	430000028	23/06/1981	13	6	58,67	Não Aplicável	0,00	58,67	8
MÉDICO P.S.F.	IGOR MORELLE PINHEIRO OLIVEIRA	430000440	19/02/1984	8	9	57,34	Não Aplicável	0,00	57,34	9
MÉDICO P.S.F.	OLIVIA VIAL GREIN	430001106	31/08/1982	8	8	53,34	Não Aplicável	0,00	53,34	10

Concurso Público Prefeitura Municipal de Itapira - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 21 de 31

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CCE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
MÉDICO PSIQUIATRA	MAYCON JOSE PALOSCHI	430001103	13/08/1983	15	12	88,01	Não Aplicável	0,00	88,01	1
MÉDICO PSIQUIATRA	MARCIO LOHMANN	430001028	02/12/1966	14	9	73,34	Não Aplicável	0,00	73,34	2
NUTRICIONISTA	FABULA DO ROASARIO MAULEPES FERNANDES	430000933	16/01/1976	13	8	66,67	Não Aplicável	0,00	66,67	1
NUTRICIONISTA	JANAINA BUENO HOOG	430000976	03/01/1980	12	6	56,00	Não Aplicável	10,00	66,00	2
NUTRICIONISTA	EMANUELE SEEFELD	430000127	25/09/1990	10	8	58,67	Não Aplicável	0,00	58,67	3
NUTRICIONISTA	THAIANY DE PAULI JAROS	430001288	06/02/1983	9	7	52,00	Não Aplicável	0,00	52,00	4
NUTRICIONISTA	IONARA DOS SANTOS ZIMERMANN BRAZ	430000848	07/11/1986	10	6	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	5
NUTRICIONISTA	PERSILLA FUECKNER SCHNEIDER	430000142	28/11/1993	10	6	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	6
ODONTÓLOGO	THAYS RIBEIRO DA SILVA	430000260	27/04/1990	15	14	96,01	Não Aplicável	0,00	96,01	1
ODONTÓLOGO	FLAVIA DANIELE CIPRIANI	430001090	05/04/1986	12	12	80,00	Não Aplicável	10,00	90,00	2
ODONTÓLOGO	JAQUELINE LEONARDI PAZINATO	430000126	23/02/1994	12	13	84,00	Não Aplicável	0,00	84,00	3
ODONTÓLOGO	GABRIELA SOARES WESTRUP	430000743	26/09/1986	11	13	81,34	Não Aplicável	0,00	81,34	4
ODONTÓLOGO	FRANCIANE LORETI MARTINS DE PAULA SANTOS LIMA	430001173	14/05/1980	10	11	70,67	Não Aplicável	10,00	80,67	5
ODONTÓLOGO	MONICA CREPALDI BUENO COSTA	430001037	17/03/1992	12	12	80,00	Não Aplicável	0,00	80,00	6
ODONTÓLOGO	FRANKLIN ADEMAR DORN	430000529	08/07/1986	10	13	78,67	Não Aplicável	0,00	78,67	7
ODONTÓLOGO	ELISANGELA GRANDE GUHOTI	430001015	01/05/1976	13	11	78,67	Não Aplicável	0,00	78,67	8
ODONTÓLOGO	CAROLINA DE AMORIM CALDAS	430001247	28/11/1987	13	11	78,67	Não Aplicável	0,00	78,67	9
ODONTÓLOGO	SIDNEI DAVI RISKOWSKI	430000295	09/07/1971	9	13	76,00	Não Aplicável	0,00	76,00	10
ODONTÓLOGO	VICTOR MARCIO DOS SANTOS	430000220	07/12/1991	12	11	76,00	Não Aplicável	0,00	76,00	11
ODONTÓLOGO	MARCELA CALMON DE ARAUJO GOES CORREA	430000408	08/07/1983	10	12	74,67	Não Aplicável	0,00	74,67	12
ODONTÓLOGO	MARIA CLAUDIA BRESSAN	430000664	06/03/1988	10	12	74,67	Não Aplicável	0,00	74,67	13
ODONTÓLOGO	SHEILA GONCALVES ANACLETO	430001112	17/01/1974	11	11	73,34	Não Aplicável	0,00	73,34	14
ODONTÓLOGO	IRACILIA PERAR	430000786	14/01/1961	10	11	70,67	Não Aplicável	0,00	70,67	15
ODONTÓLOGO	JEFFERSON DE AZEVEDO	430001069	19/07/1979	9	11	68,00	Não Aplicável	0,00	68,00	16
ODONTÓLOGO	VANESSA PIASSA OTTO	430000201	22/02/1991	12	9	68,00	Não Aplicável	0,00	68,00	17
ODONTÓLOGO	FERNANDA BESEN	430000501	02/11/1991	10	10	66,67	Não Aplicável	0,00	66,67	18
ODONTÓLOGO	HELOISA EVANGELISTA FERREIRA	430001131	15/06/1994	10	10	66,67	Não Aplicável	0,00	66,67	19
ODONTÓLOGO	RAFAEL ADELMO PERDIZ	430000728	22/02/1983	9	8	56,00	Não Aplicável	10,00	66,00	20
ODONTÓLOGO	RENAN SANTANA DO NASCIMENTO	430000516	10/08/1984	8	11	65,34	Não Aplicável	0,00	65,34	21
ODONTÓLOGO	ANTONIO PIZZAMIGLIO NETO	430000038	06/05/1989	11	9	65,34	Não Aplicável	0,00	65,34	22
ODONTÓLOGO	FRANCINY SCHARF PATEL	430001154	27/02/1991	14	7	65,34	Não Aplicável	0,00	65,34	23
ODONTÓLOGO	PAULO HENRIQUE MANOEL XERRI	430000207	23/10/1972	7	9	54,67	Não Aplicável	10,00	64,67	24
ODONTÓLOGO	JACKSON LUIZ FIALKOSKI FILHO	430001117	14/12/1987	12	8	64,00	Não Aplicável	0,00	64,00	25
ODONTÓLOGO	MANUELLA BOSCARDIN SCHUHLI	430000525	15/09/1982	10	9	62,67	Não Aplicável	0,00	62,67	26
ODONTÓLOGO	SHEILA FOPPA ARZE TAMES	430001196	15/08/1988	11	8	61,34	Não Aplicável	0,00	61,34	27
ODONTÓLOGO	TATIANE COSTA DE OLIVEIRA TAKEUCHI	430000033	08/01/1977	9	9	60,00	Não Aplicável	0,00	60,00	28
ODONTÓLOGO	MARIA FERNANDA COSTA SCHOLZ	430000581	15/02/1990	9	9	60,00	Não Aplicável	0,00	60,00	29
ODONTÓLOGO	MARIA CAROLINA VALEIRO	430000296	30/04/1994	9	9	60,00	Não Aplicável	0,00	60,00	30
ODONTÓLOGO	JULIANA ROYER HEIDMANN	430001286	02/08/1989	12	7	60,00	Não Aplicável	0,00	60,00	31
ODONTÓLOGO	FLAVIO BORGES ARRUDA	430000521	13/06/1983	10	8	58,67	Não Aplicável	0,00	58,67	32
ODONTÓLOGO	ANDRIELI KOBREN	430001025	01/10/1993	10	8	58,67	Não Aplicável	0,00	58,67	33
ODONTÓLOGO	FERNANDA IOPPI	430000372	05/03/1981	7	9	54,67	Não Aplicável	0,00	54,67	34
ODONTÓLOGO	LAYNARA KARINA BUENO	430000668	26/05/1989	10	6	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	35
PEDAGOGO	LUCIANA DA CRUZ MALAQUIAS	430000884	28/01/1975	11	7	57,34	Não Aplicável	0,00	57,34	1
PEDAGOGO	MARILETE CAYE	430001279	19/04/1980	9	8	56,00	Não Aplicável	0,00	56,00	2
PEDAGOGO	FRANCIANA REGINA NARDELLI	430000590	27/10/1976	8	8	53,34	Não Aplicável	0,00	53,34	3

Curso Público Prefeitura Municipal de Itapira - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 22 de 31

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CCE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
PEDAGOGO	ANA PAULA MANES JOAQUIM	430001243	23/06/1990	9	7	52,00	Não Aplicável	0,00	52,00	4
PEDAGOGO	SABRINA DA GRACA PIRES	430001250	17/09/1989	10	6	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	5
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	MARCO ANTONIO ANGELO LEVIEN JUNIOR	430001183	08/01/1980	9	11	68,00	Não Aplicável	10,00	78,00	1
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ARY ISRAEL JUNIOR	430001013	25/10/1980	9	11	68,00	Não Aplicável	10,00	78,00	2
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	FLAVIO CESAR TESSARO	430001217	26/02/1987	11	11	73,34	Não Aplicável	0,00	73,34	3
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	FLAVIA CRISTINA PROENÇA PERETO FRANCO DE OLIVEIRA	430000729	05/04/1986	10	11	70,67	Não Aplicável	0,00	70,67	4
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	LUIZ AUGUSTO MORO	430001048	02/03/1979	11	10	69,34	Não Aplicável	0,00	69,34	5
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	BARBARA MACEDO	430000624	16/02/1988	7	8	50,67	Não Aplicável	10,00	60,67	6
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	LEANDRO PIMENTEL	430000813	03/05/1983	6	11	60,00	Não Aplicável	0,00	60,00	7
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	CLEON JORGE SPIJORIN	430001124	20/10/1963	11	7	57,34	Não Aplicável	0,00	57,34	8
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	JOSE RAFAEL FRANCO PEDROSO	430000776	24/11/1980	9	7	52,00	Não Aplicável	0,00	52,00	9
PSICÓLOGO	ANNE VOSS	430000098	11/04/1988	11	11	73,34	Não Aplicável	15,00	88,34	1
PSICÓLOGO	DANIELA VARGAS DA ROSA	430000215	16/09/1976	10	12	74,67	Não Aplicável	10,00	84,67	2
PSICÓLOGO	ELANE CRISTINA PIRES	430001138	17/12/1982	11	13	81,34	Não Aplicável	0,00	81,34	3
PSICÓLOGO	DENIZE SOUZA STOEVER	430001240	10/04/1965	10	11	70,67	Não Aplicável	10,00	80,67	4
PSICÓLOGO	ANNE CRISTINE DE MELO	430001266	13/11/1985	12	12	80,00	Não Aplicável	0,00	80,00	5
PSICÓLOGO	ADRIANA MARIA ALVES	430000844	21/10/1976	11	10	69,34	Não Aplicável	10,00	79,34	6
PSICÓLOGO	FABIANO POPOVISK	430000316	01/10/1983	11	10	69,34	Não Aplicável	10,00	79,34	7
PSICÓLOGO	ADRIANE FELICIO	430000568	16/11/1982	11	12	77,34	Não Aplicável	0,00	77,34	8
PSICÓLOGO	ANA PAULA POERSCH	430001227	01/03/1993	11	11	73,34	Não Aplicável	0,00	73,34	9
PSICÓLOGO	THALES HENRIQUE PADILHA WENDPAP	430000834	29/05/1989	14	9	73,34	Não Aplicável	0,00	73,34	10
PSICÓLOGO	GIOVANNA AMANDA PRESA	430000426	23/11/1990	9	12	72,00	Não Aplicável	0,00	72,00	11
PSICÓLOGO	LEONARDO FERRAZ NOGUEIRA	430001303	24/02/1986	12	10	72,00	Não Aplicável	0,00	72,00	12
PSICÓLOGO	LUISA CARINA CESSI RIPPEL	430000507	31/01/1989	8	12	69,34	Não Aplicável	0,00	69,34	13
PSICÓLOGO	BRUNO RICARDO DE SOUZA COELHO	430000607	13/06/1978	11	10	69,34	Não Aplicável	0,00	69,34	14
PSICÓLOGO	CASSIO HEIDEN MAOSKI	430000578	09/08/1989	11	10	69,34	Não Aplicável	0,00	69,34	15
PSICÓLOGO	JESSICA CRISTINA SANTANA REINERT	430000196	07/12/1990	9	11	68,00	Não Aplicável	0,00	68,00	16
PSICÓLOGO	SILVANA FRIESEN	430000795	29/04/1986	8	9	57,34	Não Aplicável	10,00	67,34	17
PSICÓLOGO	JULIANA TESTONI DOS SANTOS RENGEL	430001018	08/11/1987	10	10	66,67	Não Aplicável	0,00	66,67	18
PSICÓLOGO	DEBORA LAYLA ZAGONEL	430001011	04/09/1992	10	10	66,67	Não Aplicável	0,00	66,67	19
PSICÓLOGO	SINARA BERNER DE SOUZA	430000548	28/04/1974	11	9	65,34	Não Aplicável	0,00	65,34	20
PSICÓLOGO	FABIO CIPULLO	430000329	26/02/1982	11	9	65,34	Não Aplicável	0,00	65,34	21
PSICÓLOGO	PATRICIA LARA SANTOS CAMPOS FRANCISCO	430000885	24/06/1974	6	12	64,00	Não Aplicável	0,00	64,00	22
PSICÓLOGO	MONICA INAJARA OLIVEIRA	430000667	21/04/1971	9	10	64,00	Não Aplicável	0,00	64,00	23
PSICÓLOGO	SOLANGE BAGGENSTOSS	430000757	28/06/1963	10	9	62,67	Não Aplicável	0,00	62,67	24
PSICÓLOGO	RAFAELA BALADELLI CHIARAMONTI	430001265	21/12/1978	10	9	62,67	Não Aplicável	0,00	62,67	25
PSICÓLOGO	LUIZ HENRIQUE SALLES ALMEIDA	430000527	18/08/1984	10	9	62,67	Não Aplicável	0,00	62,67	26
PSICÓLOGO	CEZAR AUGUSTUS KOIKOVSKI	430000610	21/04/1971	11	8	61,34	Não Aplicável	0,00	61,34	27
PSICÓLOGO	KARINA FABRIS	430001039	26/04/1989	11	8	61,34	Não Aplicável	0,00	61,34	28
PSICÓLOGO	ADRIANA COGONI DE FREITAS	430000689	16/05/1990	11	8	61,34	Não Aplicável	0,00	61,34	29
PSICÓLOGO	GISELE PEREIRA	430000042	03/04/1980	9	9	60,00	Não Aplicável	0,00	60,00	30
PSICÓLOGO	NATALY SCHROEDER BRUNNQUELL	430000280	03/10/1987	9	9	60,00	Não Aplicável	0,00	60,00	31
PSICÓLOGO	ADRIANA KARLA CASADO SILVA DE ARAUJO	430000279	07/03/1974	7	10	58,67	Não Aplicável	0,00	58,67	32
PSICÓLOGO	KELLY CHRISTINA GIMENEZ	430000856	20/03/1976	8	9	57,34	Não Aplicável	0,00	57,34	33
PSICÓLOGO	EMANUELL FRANCISCO BAHU	430001259	08/09/1991	8	9	57,34	Não Aplicável	0,00	57,34	34
PSICÓLOGO	DAIANI ZUCHI PETRY	430000708	08/05/1986	9	8	56,00	Não Aplicável	0,00	56,00	35

Concurso Público Prefeitura Municipal de Ituporã - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 23 de 31

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
PSICÓLOGO	NAIR CAROLINA WOTEXEN	43000007	03/09/1988	9	8	56,00	Não Aplicável	0,00	56,00	36
PSICÓLOGO	BRUNA RAFAELA CORREA GONCALVES	43000091	07/02/1990	9	8	56,00	Não Aplicável	0,00	56,00	37
PSICÓLOGO	MARIA CLAUDIA CORREA	430000586	24/10/1989	10	7	54,67	Não Aplicável	0,00	54,67	38
PSICÓLOGO	NAIARA CRISTINA BATISTA	430000579	25/01/2015	8	8	53,34	Não Aplicável	0,00	53,34	39
PSICÓLOGO	MARCO ANTONIO ORTIZ AVRECHACK	430000014	27/03/1955	10	6	50,67	Não Aplicável	0,00	50,67	40
TERAPEUTA OCUPACIONAL	CAMILA AMANDA DOS SANTOS	430000646	06/09/1990	12	12	80,00	Não Aplicável	0,00	80,00	1
TERAPEUTA OCUPACIONAL	MICHELLE FERREIRA	430000798	17/02/1992	11	12	77,34	Não Aplicável	0,00	77,34	2
TERAPEUTA OCUPACIONAL	ANA PAULA KRELLING	430000504	21/04/1992	11	9	65,34	Não Aplicável	0,00	65,34	3
TERAPEUTA OCUPACIONAL	CARLA BEATRIZ DE SOUZA	430001014	12/07/1992	11	9	65,34	Não Aplicável	0,00	65,34	4
TERAPEUTA OCUPACIONAL	LUANA SARTI RAAB	430000999	27/07/1991	8	10	61,34	Não Aplicável	0,00	61,34	5
TERAPEUTA OCUPACIONAL	ANA RAFAELA KOVALSKI GOMES DA SILVA	430000410	01/04/1977	8	9	57,34	Não Aplicável	0,00	57,34	6
TERAPEUTA OCUPACIONAL	SINTIA DOS SANTOS	430000953	24/05/1978	6	9	52,00	Não Aplicável	0,00	52,00	7
TERAPEUTA OCUPACIONAL	TATIANE PONICK	430000423	14/04/1993	6	9	52,00	Não Aplicável	0,00	52,00	8
TERAPEUTA OCUPACIONAL	MORGANA PAULA KOMKIEWICZ LANZZARIN	430000034	15/05/1993	9	7	52,00	Não Aplicável	0,00	52,00	9
VETERINÁRIO	DANIEL MARQUES DA SILVA	430000323	20/12/1982	12	14	88,00	Não Aplicável	0,00	88,00	1
VETERINÁRIO	FERNANDO STAUDE KLOSTER	430001188	05/11/1986	12	12	80,00	Não Aplicável	0,00	80,00	2
VETERINÁRIO	CAROLINE MARIE SUNDIN DE PAULA	430000048	02/11/1987	12	12	80,00	Não Aplicável	0,00	80,00	3
VETERINÁRIO	HENRIQUE LARSEN BRUNOW VENTURA	430001219	05/08/1987	12	11	76,00	Não Aplicável	0,00	76,00	4
VETERINÁRIO	RICARDO BERVIAN	430001085	06/05/1988	12	10	72,00	Não Aplicável	0,00	72,00	5
VETERINÁRIO	DIOGO DE PAULA DUARTE	430001068	06/09/1981	10	11	70,67	Não Aplicável	0,00	70,67	6
VETERINÁRIO	PRISCILA KEDA	430001190	21/02/1992	11	10	69,34	Não Aplicável	0,00	69,34	7
VETERINÁRIO	RANIERI BOM	430000347	06/10/1992	12	8	64,00	Não Aplicável	0,00	64,00	8
VETERINÁRIO	FRANCIELLI SPEROTTO	430001023	01/02/1979	10	9	62,67	Não Aplicável	0,00	62,67	9
VETERINÁRIO	MARCOS FELIPE WAGNER RAUTH	430000550	10/07/1984	10	9	62,67	Não Aplicável	0,00	62,67	10
VETERINÁRIO	KARINA CARNEIRO MONTELOS	430001157	08/11/1985	10	9	62,67	Não Aplicável	0,00	62,67	11
VETERINÁRIO	VIVIAN BECKER	430000783	18/07/1972	11	8	61,34	Não Aplicável	0,00	61,34	12
VETERINÁRIO	CAROLINA CONTIN PILATI	430001115	27/11/1991	11	8	61,34	Não Aplicável	0,00	61,34	13
VETERINÁRIO	VERONICA MAY PHILLIPPI	430000199	19/07/1987	9	9	60,00	Não Aplicável	0,00	60,00	14
VETERINÁRIO	VALDEMAR ANTONIO VALENTINI JUNIOR	430001176	21/08/1988	6	10	56,00	Não Aplicável	0,00	56,00	15

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR GESTÃO MAGISTÉRIO

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
ADMINISTRADOR ESCOLAR	FRANCIELLI MACHADO	450000038	19/02/1983	9	13	76,00	12,00	10,00	98,00	1
ADMINISTRADOR ESCOLAR	CATIA MARIA BUDAL FEHRMANN	450000049	17/02/1965	8	11	65,34	9,00	10,00	84,34	2
ADMINISTRADOR ESCOLAR	MAYARA SUTIL DE OLIVEIRA	450000017	24/07/1989	10	11	70,67	10,00	0,00	80,67	3
ADMINISTRADOR ESCOLAR	ADILSON RODRIGUES DE MARAFIJO	450000028	14/07/1979	11	9	65,34	5,00	10,00	80,34	4
ADMINISTRADOR ESCOLAR	MICHELE PEREIRA DOS SANTOS	450000010	05/05/1985	8	12	69,34	9,00	0,00	78,34	5
ADMINISTRADOR ESCOLAR	TATIANE CANESTRARO	450000041	12/03/1981	9	8	56,00	8,00	0,00	64,00	6
ADMINISTRADOR ESCOLAR	NADIRLAINE PEPPE DOS SANTOS	450000009	04/04/1980	9	8	56,00	4,00	0,00	60,00	7
ADMINISTRADOR ESCOLAR	ANDRE FELIPE BOREA DA SILVA	450000057	05/04/1985	8	9	57,34	1,00	0,00	58,34	8
ORIENTADOR EDUCACIONAL	CRISTIANE DO Rocio VENSKI SCARPM	450000027	11/08/1966	8	13	73,34	11,00	10,00	94,34	1
ORIENTADOR EDUCACIONAL	WELLINGTON RUTILIO KULLACK	450000012	25/11/1988	10	10	66,67	12,00	0,00	78,67	2
ORIENTADOR EDUCACIONAL	DORIS MACHADO DOS SANTOS	450000040	22/09/1965	10	11	70,67	7,00	0,00	77,67	3
ORIENTADOR EDUCACIONAL	DAIANE JUNKES AYRSO	450000036	13/04/1988	9	11	68,00	8,00	0,00	76,00	4

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
ORIENTADOR EDUCACIONAL	ANGELICA DA SILVA GOLL	450000050	10/06/1990	8	11	65,34	3,00	0,00	68,34	5
ORIENTADOR EDUCACIONAL	AFRANIO CRISTIAN DO NASCIMENTO	450000046	08/12/1987	9	9	60,00	6,00	0,00	66,00	6
SUPERVISOR ESCOLAR	RENATA CRISTINA PILOTTI	450000019	08/08/1975	9	12	72,00	16,00	10,00	98,00	1
SUPERVISOR ESCOLAR	SANDRA LEOMAR KLACZEK DALLAGO	450000053	02/03/1970	9	14	80,00	4,00	10,00	94,00	2
SUPERVISOR ESCOLAR	MAURO SERGIO DE MATOS	450000045	14/02/1965	13	10	74,67	10,00	0,00	84,67	3
SUPERVISOR ESCOLAR	ROSANGELA APARECIDA GEPFRIE COELHO	450000021	06/02/1983	7	13	70,67	9,00	0,00	79,67	4
SUPERVISOR ESCOLAR	ALINE DE SOUZA RODRIGUES	450000055	23/08/1979	8	11	65,34	14,00	0,00	79,34	5
SUPERVISOR ESCOLAR	DAIANNE FERREIRA DE SOUSA	450000025	13/03/1985	10	11	70,67	6,00	0,00	76,67	6
SUPERVISOR ESCOLAR	VANILMEXKO BELEM PADILHA	450000052	23/07/1968	7	11	62,67	0,00	10,00	72,67	7
SUPERVISOR ESCOLAR	ADRYEL PAEST	450000056	17/06/1984	9	9	60,00	1,00	0,00	61,00	8
SUPERVISOR ESCOLAR	ROSELI ANTI DE BRITO	450000022	29/11/1970	6	9	52,00	1,00	0,00	53,00	9

## CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR MAGISTÉRIO

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	MARCIA DENISE KAMPMANN LECH DE SOUZA	440000381	18/12/1972	8	11	65,34	4,00	10,00	79,34	1
PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	DANIELE RODRIGUES PADILHA	440000090	06/05/1989	11	8	61,34	14,00	0,00	75,34	2
PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	ADRIELE PEREIRA	440000791	19/07/1990	9	10	64,00	9,00	0,00	73,00	3
PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	MAIRA KARINE ALFLEN	440000170	02/04/1993	9	9	60,00	12,00	0,00	72,00	4
PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	ANACRISTINA SOARES ALMEIDANA	440000562	17/06/1978	9	9	60,00	10,00	0,00	70,00	5
PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	BRUNA SABIE BOLW ERK	440000781	19/11/1987	9	9	60,00	8,00	0,00	68,00	6
PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	ANACRISTINA DE ABREU	440000144	05/11/1956	6	10	56,00	0,00	10,00	66,00	7
PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	KARINA EGEEA SCHMIDT	440000815	13/09/1984	9	9	60,00	6,00	0,00	66,00	8
PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	MARIA LAIDIA DE LAVOR	440000830	26/03/1973	9	10	64,00	1,00	0,00	65,00	9
PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	ELIZANGELA REGINA DA SILVA WROBEL	440000628	21/11/1979	9	10	64,00	0,00	0,00	64,00	10
PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	REGINA GLORIA DOS SANTOS MARTINS	440000491	10/04/1989	7	9	54,67	8,00	0,00	62,67	11
PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	FABIOLA MORAES FORBECK	440000589	31/12/1971	9	7	52,00	10,00	0,00	62,00	12
PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	JESSICA MARTINS XAVIER	440000788	23/06/1992	11	7	57,34	4,00	0,00	61,34	13
PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	CLEITON LUIZ BELICIO	440000322	21/04/1989	9	8	56,00	5,00	0,00	61,00	14
PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	GISELE CRISTIANE BONIN	440000255	25/08/1979	8	8	53,34	7,00	0,00	60,34	15
PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	ANA PAULA APARECIDA LOPES	440000064	29/10/1991	7	10	58,67	0,00	0,00	58,67	16
PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	LUCIANE DE FATIMA CHINKIEWICZ DE SOUZA	440000277	11/05/1978	8	8	53,34	4,00	0,00	57,34	17
PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	CAMILA KUNZE	440000530	28/03/1990	10	6	50,67	6,00	0,00	56,67	18
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	ANGELA MARY DOLINSKI ARANHA	440000210	02/04/1977	11	11	73,34	14,00	10,00	97,34	1
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	KATIA VEIGA	440000694	13/06/1989	7	13	70,67	9,00	10,00	89,67	2
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	PRISCILLA TELLES DE ARAUJO	440000229	06/11/1988	11	10	69,34	9,00	10,00	88,34	3
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	CAMILA MASCARELLO MACHADO	440000753	12/09/1985	8	11	65,34	8,00	10,00	83,34	4
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	RAFAEL HENRIQUE DE PAULA	440000232	14/02/1988	12	9	68,00	15,00	0,00	83,00	5
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	JUCELIO LUIZ PEREIRA	440000128	14/11/1985	8	10	61,34	11,00	10,00	82,34	6
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	NAIE HARA	440000742	03/10/1956	9	12	72,00	10,00	0,00	82,00	7
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	DANISE CRISTIANE RIOS ARAUJO	440000660	10/02/1977	8	9	57,34	9,00	15,00	81,34	8
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	ROSEMERI CASSATTI DA SILVA	440000818	29/06/1984	7	11	62,67	7,00	10,00	79,67	9
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	DAIANE DE MELO	440000075	17/12/1990	8	11	65,34	14,00	0,00	79,34	10
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	FLAVIA FERNANDA WOLFF PAES	440000572	15/04/1986	11	10	69,34	10,00	0,00	79,34	11
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	CRISTIANE DO ROCIO VENSKI SCARPIM	440000400	11/08/1966	9	8	56,00	13,00	10,00	79,00	12

Concurso Público Prefeitura Municipal de Itapira - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 25 de 31



Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CCE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	CLEONICE DE FATIMA GLEVINSKI ALVES DE LIMA	440000496	15/12/1976	7	11	62,67	14,00	0,00	76,67	13
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	JANAINA SANDRI DE VASCONCELOS	440000411	14/06/1988	10	11	70,67	6,00	0,00	76,67	14
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	RICARDO AGOSTINHO DIER	440000743	28/08/1964	10	10	66,67	9,00	0,00	75,67	15
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	THAIS ANDRESSA TOME	440000832	19/07/1982	10	9	62,67	12,00	0,00	74,67	16
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	JULIANE ALVES	440000088	15/04/1983	6	10	56,00	8,00	10,00	74,00	17
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	ROSANA DOS SANTOS	440000490	11/07/1987	8	10	61,34	12,00	0,00	73,34	18
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	DALVA BORRA	440000453	14/04/1978	11	10	69,34	4,00	0,00	73,34	19
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	LILEANA APARECIDA GARCIA	440000684	27/01/1981	6	12	64,00	9,00	0,00	73,00	20
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	GISLAINE DA SILVEIRA RAUEN	440000726	11/02/1980	9	10	64,00	9,00	0,00	73,00	21
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	MARTA DO ROSARIO SILVEIRA	440000551	10/02/1981	4	11	54,67	7,00	10,00	71,67	22
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	MARINES GALOR NOGUEIRA DA FARIA	440000760	28/04/1986	8	10	61,34	9,00	0,00	70,34	23
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	CARINA ZWIERZ	440000270	10/10/1979	6	9	52,00	8,00	10,00	70,00	24
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	DEBORA CAROLINE STEVENS	440000152	07/04/1986	7	8	50,67	9,00	10,00	69,67	25
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	ELOIZA BOECHAT CAMARGO	440000737	09/01/1966	10	9	62,67	6,00	0,00	68,67	26
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	NAYSA CORREA LEDOUX	440000403	06/06/1982	8	10	61,34	7,00	0,00	68,34	27
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	JAQUELINE DA SILVA	440000763	03/11/1977	6	10	56,00	10,00	0,00	66,00	28
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	LIVIA CHUEIRE CALDAS ZOCOLLI	440000608	12/01/1985	9	9	60,00	6,00	0,00	66,00	29
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	VANIA DE FATIMA PAULA CARDOSO	440000307	05/12/1971	9	8	56,00	10,00	0,00	66,00	30
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	MARINEZ ENDO TAKATA	440000105	12/11/1975	9	8	56,00	9,00	0,00	65,00	31
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	MARCIA REGINA DE SOUZA RIBEIRO	440000826	08/01/1977	8	9	57,34	7,00	0,00	64,34	32
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	ELISANGELA XAVIER DA ROCHA CARDOSO	440000250	20/01/1979	8	9	57,34	7,00	0,00	64,34	33
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	SIRLETE DO ROCIO PIAZZETTA	440000465	03/01/1966	9	9	60,00	4,00	0,00	64,00	34
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	ADRIANA APARECIDA HORN DA SILVA	440000205	12/12/1970	6	9	52,00	10,00	0,00	62,00	35
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	ANGELICA DA SILVA GOLL	440000735	10/06/1990	8	10	61,34	0,00	0,00	61,34	36
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	SILVANE CALABADE KOPPE	440000745	30/01/1974	8	8	53,34	8,00	0,00	61,34	37
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	ODNEIA DA SILVA AZEVEDO FEGHERA	440000247	05/11/1981	7	8	50,67	10,00	0,00	60,67	38
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	ANDREA DA SILVA OLIVEIRA COELHO	440000246	21/10/1970	6	10	56,00	4,00	0,00	60,00	39
PROFESSOR DE ARTES - MUSICA	SIMONE FERREIRA DE MELLO SEIXAS	440000358	29/06/1972	12	13	84,00	11,00	0,00	95,00	1
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	JORGE FERNANDO DE ALMEIDA BARROS	440000208	03/02/1972	8	8	53,34	8,00	0,00	61,34	2
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	JANICE MARIZA RODRIGUES	440000573	02/06/1980	11	11	73,34	13,00	10,00	96,34	1
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	LUCIMARA APARECIDA SARTI RAAB SZIRMAI	440000365	07/10/1980	13	11	78,67	15,00	0,00	93,67	2
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	JOSE CESAR PEICHO FILHO	440000082	21/07/1988	13	12	82,67	9,00	0,00	91,67	3
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	CINTIA BEATRIZ MACHADO PEREIRA	440000673	09/08/1972	10	13	78,67	12,00	0,00	90,67	4
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	JOCELIA TELES DOS SANTOS	440000265	05/11/1963	11	12	77,34	12,00	0,00	89,34	5
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	VANDERLEI VIEIRA	440000457	01/05/1966	11	11	73,34	14,00	0,00	87,34	6
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	CAMILA DALRI DE BORBA	440000211	29/12/1990	11	11	73,34	13,00	0,00	86,34	7
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	SORAYA JURGENSEN	440000473	21/06/1981	9	12	72,00	13,00	0,00	85,00	8
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	LETICIA TADRA DO CARMO	440000183	12/12/1991	11	9	65,34	18,00	0,00	83,34	9
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	LUCIANE DOS SANTOS SILVA	440000618	08/02/1973	6	11	60,00	7,00	10,00	77,00	10
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	WILLIAN KLEINSCHMIDT	440000227	25/07/1982	8	9	57,34	8,00	10,00	75,34	11
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	MACON FRANCA FERNANDES VIEIRA	440000594	30/03/1986	8	9	57,34	7,00	10,00	74,34	12
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	MARCIA SOLANGE BUREI	440000179	30/10/1977	5	10	53,34	10,00	10,00	73,34	13
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	KELIN DE PAULA FARIAS	440000837	16/01/1991	7	11	62,67	9,00	0,00	71,67	14
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	FATIMA APARECIDA DE JESUS TCHORNEI	440000513	13/05/1983	7	10	58,67	12,00	0,00	70,67	15
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	KARINE COCO	440000773	15/03/1988	7	10	58,67	12,00	0,00	70,67	16
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	GABRIELA INES KUMMER	440000646	20/05/1990	10	7	54,67	16,00	0,00	70,67	17

Concurso Público Prefeitura Municipal de Inupá - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 26 de 31

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CQE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	SHAYANNE CAROLINE ROSA	440000071	13/12/1989	8	9	57,34	11,00	0,00	68,34	18
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	ADRIANA RIBEIRO SCHULTZ	440000200	30/10/1979	8	8	53,34	14,00	0,00	67,34	19
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	TANIA KEROLIM DZIEDZIC	440000387	14/10/1992	7	9	54,67	12,00	0,00	66,67	20
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	MARINA APARECIDA SCHPANSKI	440000025	13/12/1991	6	10	56,00	10,00	0,00	66,00	21
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	AKINANDRA ALMAHARA MARTINDAL	440000694	02/04/1992	7	9	54,67	8,00	0,00	62,67	22
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	VALMIRIA LAFFIN	440000539	13/12/1977	7	9	54,67	4,00	0,00	58,67	23
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	CRISTIANE RUBIA NASCIMENTO	440000371	30/07/1973	7	8	50,67	8,00	0,00	58,67	24
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	FRANCESCA CONCEICAO	440000312	08/06/1986	5	11	57,34	0,00	0,00	57,34	25
PROFESSOR DE ARTES VISUAIS	CAROLINE RAMOS MATOS	440000824	05/08/1979	9	7	52,00	5,00	0,00	57,00	26
PROFESSOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	LIDIANE DE ANDRADE PEREIRA	440000632	02/09/1987	12	11	76,00	13,00	0,00	89,00	1
PROFESSOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	TASSIA MOREIRA ALVES	440000207	20/05/1986	9	10	64,00	15,00	10,00	89,00	2
PROFESSOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MOEMA DE GREGORIO RODRIGUES	440000718	21/03/1983	7	11	62,67	18,00	0,00	80,67	3
PROFESSOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	JESSICA APARECIDA XAVIER	440000549	22/01/1989	11	8	61,34	18,00	0,00	79,34	4
PROFESSOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MARCELA BEREHULKA	440000079	15/03/1984	11	9	65,34	13,00	0,00	78,34	5
PROFESSOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	JESSICA COCCO	440000574	15/12/1990	9	10	64,00	13,00	0,00	77,00	6
PROFESSOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	AMANDA CAROLINE DUDCZAK	440000639	14/04/1991	10	10	66,67	7,00	0,00	73,67	7
PROFESSOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	PAMELA CASAGRANDE	440000797	12/01/1990	8	9	57,34	13,00	0,00	70,34	8
PROFESSOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	JESSICA HOLZ	440000228	01/05/1992	10	8	58,67	10,00	0,00	68,67	9
PROFESSOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	ANA CAROLINA MANOEL GUMARAES	440000548	21/03/1983	10	8	58,67	7,00	0,00	65,67	10
PROFESSOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	GABRIELA DE PAULA NASCIMENTO	440000451	01/11/1985	10	7	54,67	11,00	0,00	65,67	11
PROFESSOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	LETICIA ANGELICA PEREIRA	440000173	01/08/1983	10	7	54,67	10,00	0,00	64,67	12
PROFESSOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DENISE MATIAS DE FARIA	440000256	19/08/1985	9	8	56,00	0,00	0,00	56,00	13
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - AEE	PATRICIA CRISTINA TOALDO	440000469	27/06/1980	11	12	77,34	16,00	10,00	103,34	1
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - AEE	DANUSA IUNG DA SILVA	440000710	28/11/1987	9	11	68,00	10,00	10,00	88,00	2
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - AEE	ADILSON RODRIGUES DE MARAFIGO	440000407	14/07/1979	7	11	62,67	7,00	10,00	79,67	3
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - AEE	RENATA MARIA MILDEMBERGER	440000443	11/08/1986	10	8	58,67	7,00	10,00	75,67	4
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - AEE	VERGINIA LAURINDA RISSI	440000245	12/01/1981	6	9	52,00	13,00	10,00	75,00	5
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	MILENA ENGELS DE CAMARGO	440000218	26/07/1985	11	12	77,34	10,00	10,00	97,34	1
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	CLOVIS CORREA LUIZ JUNIOR	440000303	08/06/1988	11	10	69,34	13,00	15,00	97,34	2
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	LEONARDO BERTONI CORREA PONTALTI	440000404	24/02/1984	10	11	70,67	8,00	10,00	88,67	3
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	BARBARA MACEDO	440000386	16/02/1988	7	12	66,67	10,00	10,00	86,67	4
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	DAIANNE FERREIRA DE SOUSA	440000362	13/03/1985	10	11	70,67	12,00	0,00	82,67	5
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	JULIA MELZ	440000719	28/09/1988	10	10	66,67	14,00	0,00	80,67	6
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	BRENON NADOLNY PARTALA	440000481	01/04/1992	8	12	69,34	11,00	0,00	80,34	7
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ALINE SABINO DA SILVA	440000712	15/01/1986	12	10	72,00	8,00	0,00	80,00	8
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ROSANA CRISTINA DA ROCHA	440000706	29/05/1981	10	11	70,67	9,00	0,00	79,67	9
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	TATIANE APARECIDA COCHINSKI	440000762	19/03/1988	10	10	66,67	13,00	0,00	79,67	10
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ALAN JOSE REZENDE DA SILVA	440000647	11/11/1987	10	7	54,67	15,00	10,00	79,67	11
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	JOSE DOS SANTOS GUEDES	440000410	16/02/1959	10	9	62,67	6,00	10,00	78,67	12
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	MURILO FERNANDES	440000708	07/09/1988	8	10	61,34	7,00	10,00	78,34	13
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ADRICIA NEUMANN	440000021	22/07/1982	9	9	60,00	8,00	10,00	78,00	14
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	JULIO CESAR MENDES RIBAS	440000333	06/02/1967	10	9	62,67	5,00	10,00	77,67	15
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ANDERSON DOS SANTOS SILVERIO	440000533	14/01/1987	9	9	60,00	7,00	10,00	77,00	16
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	SILAS SCHAFFHAUSER	440000680	06/10/1978	9	8	56,00	11,00	10,00	77,00	17
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	GIUZA MENDES PASSOS	440000162	23/06/1981	13	5	54,67	12,00	10,00	76,67	18
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	DENIS AUGUSTO DE CAMARGO	440000217	08/11/1984	10	8	58,67	7,00	10,00	75,67	19

Concurso Público Prefeitura Municipal de Iupema - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 27 de 31

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ANAHÍ RIEGO	440000139	22/10/1993	8	12	69,34	6,00	0,00	75,34	20
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	LIGIA PANHOZI DE CAMARGO NOGUEIRA	440000758	23/02/1987	8	8	53,34	11,00	10,00	74,34	21
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	DENISE BOLSAN	440000354	20/04/1984	7	8	50,67	13,00	10,00	73,67	22
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	RENAN LUIZ LORA TOLDO	440000759	22/04/1988	10	8	58,67	5,00	10,00	73,67	23
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	VALQUIRIA VASCONCELOS DA PIEDADE	440000633	26/02/1982	11	8	61,34	12,00	0,00	73,34	24
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	THAIRAN SILVA DE CARVALHO	440000299	26/07/1992	9	11	68,00	5,00	0,00	73,00	25
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ANA PAULA GONCALVES	440000429	17/04/1990	9	10	64,00	8,00	0,00	72,00	26
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	TICIANA SCHUTZ	440000730	08/05/1982	10	9	62,67	9,00	0,00	71,67	27
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	JOAO CARLOS DA SILVA	440000230	15/12/1991	10	7	54,67	7,00	10,00	71,67	28
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	MARCO ANTONIO CARREIRA	440000087	08/02/1961	7	10	58,67	12,00	0,00	70,67	29
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	FERNANDO PETER SCHEFFER MOREIRA	440000565	27/04/1981	10	8	58,67	12,00	0,00	70,67	30
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	WELLINGTON RUTILIO KULIACK	440000143	25/11/1988	8	8	53,34	7,00	10,00	70,34	31
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ROBSON ANTONIO GONCALVES	440000536	07/07/1985	6	9	52,00	8,00	10,00	70,00	32
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	REGIANE NOVAES SOARES DE ARAUJO	440000123	10/11/1988	8	10	61,34	8,00	0,00	69,34	33
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	GREGORY DUCAT	440000348	24/09/1992	8	10	61,34	8,00	0,00	69,34	34
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	MARCELO DA SILVA	440000523	09/10/1987	10	9	62,67	6,00	0,00	68,67	35
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	FERNANDO BORGES DE SOUZA	440000188	05/02/1970	8	8	53,34	5,00	10,00	68,34	36
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ANNIE EVELYN DE LIMA	440000311	16/01/1991	7	8	50,67	7,00	10,00	67,67	37
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	DAVID LASS	440000663	01/10/1986	9	9	60,00	6,00	0,00	66,00	38
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	THAINA ZANETTI DA SILVA	440000553	30/07/1988	9	7	52,00	4,00	10,00	66,00	39
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	GIANCARLO GIANNOCARO DO PRADO	440000546	21/11/1991	11	7	57,34	8,00	0,00	65,34	40
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ELIANABANDERO	440000766	21/01/1981	9	9	60,00	5,00	0,00	65,00	41
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ANELISE NEUMANN	440000196	17/01/1994	7	9	54,67	10,00	0,00	64,67	42
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ILMO ALEXANDRE JUNIOR	440000454	24/04/1989	10	8	58,67	6,00	0,00	64,67	43
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	MARCO ANTONIO ANGELO LEVIEN JUNIOR	440000775	08/01/1980	10	7	54,67	10,00	0,00	64,67	44
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	FRANCIS JORGE CARDOSO DA SILVA	440000796	23/12/1978	8	8	53,34	10,00	0,00	63,34	45
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	BIANCA LUZ SADE	440000623	04/06/1993	11	6	53,34	10,00	0,00	63,34	46
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	GABRIEL RADZINSKI DA SILVA	440000085	06/03/1992	8	8	53,34	9,00	0,00	62,34	47
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	JAQUELYNE THAYSA KUFTA	440000550	05/07/1993	8	8	53,34	9,00	0,00	62,34	48
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ELIANE CRISTINA PIETRASKO	440000427	05/04/1985	7	8	50,67	11,00	0,00	61,67	49
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	RAPHAEL FERNANDES GARCIA ALFERI	440000339	22/10/1983	7	8	50,67	9,00	0,00	59,67	50
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	TATHIANE REGINA KULIACK CANDIDO	440000578	09/01/1986	10	6	50,67	9,00	0,00	59,67	51
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	LEONARDO ISRAEL TOSO	440000839	22/09/1995	8	8	53,34	6,00	0,00	59,34	52
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	DHILLYE COPATTI HARTWIG	440000733	11/04/1994	10	6	50,67	8,00	0,00	58,67	53
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	RODRIGO MEDEIROS	440000649	19/05/1983	9	7	52,00	4,00	0,00	56,00	54
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	FABIANO PALANDI	440000675	15/03/1977	7	8	50,67	4,00	0,00	54,67	55
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	LUIZ MARCOS VIEIRA CEZAR	440000499	16/02/1988	7	8	50,67	3,00	0,00	53,67	56
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	GEORDANNO LEOPOLDO DE SOUZA PEREIRA	440000068	10/07/1990	8	8	53,34	0,00	0,00	53,34	57
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	NEAIANE CECILIA RODINI DO NASCIMENTO	440000389	15/05/1984	11	9	65,34	16,00	0,00	81,34	1
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	EDNA SANTO DO NASCIMENTO	440000659	06/09/1989	9	8	56,00	13,00	10,00	79,00	2
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	JAQUELINE LOTZ DE MIRANDA	440000297	06/07/1993	10	9	62,67	16,00	0,00	78,67	3
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	SIRLENE CALDEIRA SANTIN	440000636	01/10/1969	8	10	61,34	7,00	10,00	78,34	4
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	PAULINE RAFAELA SYNDERSKI	440000308	27/07/1988	11	9	65,34	13,00	0,00	78,34	5
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DAIANI JARECKI FERREIRA	440000656	25/08/1990	9	9	60,00	8,00	10,00	78,00	6
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	ROMILDA DA CONCEICAO MASSANEIRO	440000698	14/06/1979	9	8	56,00	12,00	10,00	78,00	7
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	EDNA RAFAELA DA SILVA VASCONCELOS	440000099	06/11/1983	10	8	58,67	9,00	10,00	77,67	8

Concurso Público Prefeitura Municipal de Iupema - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 28 de 31

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CCE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	ANA PAULA ERDMANN VAZ	440000263	19/12/1990	10	9	62,67	12,00	0,00	74,67	9
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	KATIA CRISTINA SOMMER SCHMIDT	440000413	18/08/1992	11	8	61,34	13,00	0,00	74,34	10
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	CILMARA ROSA DOS SANTOS ALVES KRUEGER	440000417	16/08/1982	8	8	53,34	11,00	10,00	74,34	11
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	HELOISA DO ROSARIO	440000056	13/05/1992	9	7	52,00	12,00	10,00	74,00	12
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	ANDRESSA NEGRELLI CAMARGO GASSNER	440000650	26/11/1983	9	8	56,00	17,00	0,00	73,00	13
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	ADRIANA MARILZE MARTINS DA SILVA REZENDE	440000609	16/11/1977	10	8	58,67	14,00	0,00	72,67	14
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	MARIA ZENAIDE PRUSSAKI	440000424	09/01/1969	7	8	50,67	12,00	10,00	72,67	15
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	CAMILA DE SOUZA VICENTE	440000212	29/04/1987	9	7	52,00	10,00	10,00	72,00	16
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	GISELLE SANTOS LOPES	440000379	30/09/1980	10	8	58,67	13,00	0,00	71,67	17
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	JOSE ELITON DUTRA	440000393	29/01/1990	8	11	65,34	6,00	0,00	71,34	18
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	ELINETE DO CARMO BUHRER	440000193	16/07/1960	8	10	61,34	0,00	10,00	71,34	19
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	RENATA MICHELLE DOS SANTOS	440000603	10/04/1988	8	9	57,34	14,00	0,00	71,34	20
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	CLEUSA DE CASTRO	440000433	20/09/1981	10	7	54,67	6,00	10,00	70,67	21
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	MIRIAN ROSE TEIXEIRA	440000165	07/05/1981	8	10	61,34	9,00	0,00	70,34	22
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	MARCIA MACHADO	440000666	07/03/1966	7	8	50,67	8,00	10,00	68,67	23
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DANIELA SOARES	440000083	16/08/1981	7	8	50,67	8,00	10,00	68,67	24
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	JESSICA EVARISTO	440000463	07/05/1992	10	7	54,67	4,00	10,00	68,67	25
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	GRACE KELLISOKOLOSKI	440000512	31/12/1991	8	8	53,34	15,00	0,00	68,34	26
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DAIANE JUNKES AYROSIO	440000474	13/04/1988	10	7	54,67	13,00	0,00	67,67	27
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	ROSANE KOMINKIEWICZ	440000019	30/05/1969	11	6	53,34	4,00	10,00	67,34	28
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	JULIANA CORDEIRO DA SILVA	440000619	08/09/1982	9	9	60,00	7,00	0,00	67,00	29
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	RENAN GUILHERME MARTIOLI	440000835	23/11/1990	9	7	52,00	15,00	0,00	67,00	30
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	LISANDRA SCHUSTER	440000789	08/03/1993	9	7	52,00	15,00	0,00	67,00	31
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	JOELMA DUTRA DE ALMEIDA	440000432	04/11/1977	8	8	53,34	13,00	0,00	66,34	32
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	MARCELA DEUNISIO OLKOSKI	440000004	04/02/1982	8	8	53,34	13,00	0,00	66,34	33
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	CINTIA CIUNEK	440000620	29/06/1976	9	8	56,00	9,00	0,00	65,00	34
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	ALINE DE SOUZA RODRIGUES	440000754	23/08/1979	7	10	58,67	6,00	0,00	64,67	35
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	SILVANA MEGLIARO DALLAGNOL	440000709	11/03/1972	11	6	53,34	11,00	0,00	64,34	36
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	GILVANI REGINIS SCHIESSL	440000580	30/06/1974	7	9	54,67	10,00	0,00	64,67	37
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	FABIANA HELENA PRADO DA SILVA	440000547	02/10/1980	11	6	53,34	1,00	10,00	64,34	38
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DEBORAH KARMSALLES DE OLIVEIRA	440000092	15/06/1975	9	7	52,00	12,00	0,00	64,00	39
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	ADRIANA SANTANA	440000142	14/05/1974	8	8	53,34	10,00	0,00	63,34	40
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	SIMONE DE JESUS GARCIA	440000402	14/03/1985	6	9	52,00	11,00	0,00	63,00	41
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	JANAINA MORGEM DA ROSA	440000372	14/10/1992	10	9	62,67	0,00	0,00	62,67	42
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	ANGELITA DE LIMA PONCIO	440000765	07/12/1980	7	8	50,67	12,00	0,00	62,67	43
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	CASSIANA KUSZNERIK	440000521	16/12/1994	7	8	50,67	12,00	0,00	62,67	44
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	MARILIA RUTENSKI	440000321	04/09/1983	9	8	56,00	6,00	0,00	62,00	45
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	SINEIDE CASTORINA DE FREITAS DEZIRO	440000485	04/03/1971	7	8	50,67	1,00	10,00	61,67	46
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	LIZIANE MACHADO MORENO	440000053	09/03/1982	8	9	57,34	4,00	0,00	61,34	47
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	RENATA CRISTINA PILOTTI	440000268	08/08/1975	8	8	53,34	8,00	0,00	61,34	48
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	KEYLLA LHEHUM	440000693	22/07/1976	9	7	52,00	9,00	0,00	61,00	49
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	IZAURA DE SOUZA VICENTE ALVES	440000214	13/03/1984	9	7	52,00	8,00	0,00	60,00	50
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	MARINALDA DUARTE	440000132	27/11/1985	7	9	54,67	5,00	0,00	59,67	51
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DHIONE APARECIDA DE PAULA CORREA	440000744	15/08/1982	7	8	50,67	9,00	0,00	59,67	52
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	ANDREIA CRISTINA DA SILVA FERREIRA	440000805	03/07/1982	8	9	57,34	2,00	0,00	59,34	53
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DANIELE RODRIGUES DA SILVEIRA	440000792	02/08/1987	9	7	52,00	3,00	0,00	55,00	54

Concurso Público Prefeitura Municipal de Iupema - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 29 de 31

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CCE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	LUCIANE ALVES WOLLINGER AMARANTE	440000487	20/09/1983	7	8	50,67	4,00	0,00	54,67	55
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	TATIANA BONADIMAN ALEXANDRE	440000195	09/11/1984	7	8	50,67	3,00	0,00	53,67	56
PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO	TERESA CRAVEZ BACHER	440000638	16/03/1963	8	8	53,34	7,00	0,00	60,34	1
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	ALESSANDRA FERNANDA BASSANI	440000468	28/10/1990	10	12	74,67	18,00	15,00	107,67	1
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	ANDRE DE OLIVEIRA	440000137	27/10/1985	11	13	81,34	9,00	10,00	100,34	2
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	RAFAEL ANTONIO FAVERO	440000184	21/09/1970	11	12	77,34	12,00	10,00	99,34	3
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	JUNIOR PEDRINHO FERNANDES	440000421	31/03/1972	11	12	77,34	3,00	10,00	90,34	4
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	ELIS MODENA	440000614	06/08/1988	8	9	57,34	16,00	15,00	88,34	5
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	HELGA KRAUSS	440000522	10/01/1985	8	9	57,34	11,00	10,00	78,34	6
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	CAMILA CRISTINA DE LIMA	440000160	02/03/1992	8	10	61,34	12,00	0,00	73,34	7
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	TULIANO STOEBERL	440000462	08/01/1981	11	9	65,34	8,00	0,00	73,34	8
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	RICARDO BUENO	440000093	06/09/1976	10	9	62,67	9,00	0,00	71,67	9
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	MARCIA CRISTINA WAGNER	440000739	17/04/1973	10	7	54,67	8,00	0,00	62,67	10
PROFESSOR DE HISTÓRIA	MARCOS ALFREDO CORREA	440000114	28/02/1961	13	11	78,67	11,00	0,00	89,67	1
PROFESSOR DE HISTÓRIA	TALITA JULIANA ORACZ	440000534	11/07/1987	9	9	60,00	8,00	10,00	78,00	2
PROFESSOR DE HISTÓRIA	EDSON FERREIRA DA VEIGA	440000406	24/08/1974	9	11	68,00	9,00	0,00	77,00	3
PROFESSOR DE HISTÓRIA	WILLIAN FRANCISCO ECKSTEIN	440000225	10/10/1990	10	10	66,67	8,00	0,00	74,67	4
PROFESSOR DE HISTÓRIA	DENISE TOME DE OLIVEIRA	440000405	09/07/1981	8	10	61,34	5,00	0,00	66,34	5
PROFESSOR DE HISTÓRIA	LUIS CARLOS OLIVETTE	440000057	18/09/1972	7	8	50,67	7,00	0,00	57,67	6
PROFESSOR DE HISTÓRIA	NELSON PEREIRA	440000431	24/12/1962	6	9	52,00	4,00	0,00	56,00	7
PROFESSOR DE INGLÊS	LUIZ HENRIQUE STEPHAN FILHO	440000192	26/03/1981	12	12	80,00	14,00	0,00	94,00	1
PROFESSOR DE INGLÊS	HANFLEY DMYTERKO DALLAGNOL	440000707	29/07/1977	10	11	70,67	15,00	0,00	85,67	2
PROFESSOR DE INGLÊS	FLAVIANA MAIA FELCHACK	440000080	29/03/1993	8	11	65,34	19,00	0,00	84,34	3
PROFESSOR DE INGLÊS	LIDIANE MENDONÇA BERTHOLO	440000751	22/11/1985	11	10	69,34	14,00	0,00	83,34	4
PROFESSOR DE INGLÊS	FRANCIS MARA VIEIRA SCHUSTER PNTO	440000601	31/05/1984	11	9	65,34	14,00	0,00	79,34	5
PROFESSOR DE INGLÊS	JAQUELINE CERZOLI	440000325	22/11/1984	11	9	65,34	14,00	0,00	79,34	6
PROFESSOR DE INGLÊS	ANA MARY APARECIDA PINHEIRO	440000428	16/08/1969	9	10	64,00	15,00	0,00	79,00	7
PROFESSOR DE INGLÊS	ELAINE CRISTINA NEMOTO	440000575	21/11/1979	8	10	61,34	16,00	0,00	77,34	8
PROFESSOR DE INGLÊS	DIOGO EDILTON BERNARDINO	440000213	19/09/1984	7	11	62,67	14,00	0,00	76,67	9
PROFESSOR DE INGLÊS	RENATA BONTORIN CHAVES	440000089	16/08/1990	10	7	54,67	12,00	10,00	76,67	10
PROFESSOR DE INGLÊS	ANTONIO FERNANDO SILVEIRA DE SOUZA	440000507	13/06/1980	8	8	53,34	13,00	10,00	76,34	11
PROFESSOR DE INGLÊS	ANDRIELI APARECIDA DENK	440000388	24/11/1992	8	9	57,34	11,00	0,00	68,34	12
PROFESSOR DE INGLÊS	VANESSA DELFINO DOS SANTOS	440000850	05/10/1984	10	8	58,67	9,00	0,00	67,67	13
PROFESSOR DE INGLÊS	MERE BUENO DE OLIVEIRA	440000667	24/07/1988	7	10	58,67	8,00	0,00	66,67	14
PROFESSOR DE INGLÊS	ANTHONY BERNARDINO	440000215	14/03/1970	8	9	57,34	3,00	0,00	60,34	15
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA	JULIANA RODRIGUEZ VILLAR	440000538	26/12/1977	10	10	66,67	16,00	10,00	92,67	1
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA	RENATO BARBOSA CAPELLA	440000051	28/02/1986	12	10	72,00	17,00	0,00	89,00	2
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA	GUILHERME MATHIAS NETTO GALVAN	440000147	12/03/1988	13	6	58,67	13,00	15,00	86,67	3
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA	BRUNA SILVA PETRECA DE SOUZA	440000588	16/03/1983	12	10	72,00	14,00	0,00	86,00	4
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA	KARINA DE FATIMA LAROCCA FRACARO	440000331	08/04/1984	9	9	60,00	17,00	0,00	77,00	5
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA	MARIANA DE LIMA NEHRER BITTENCOURT	440000558	25/07/1988	7	10	58,67	17,00	0,00	75,67	6
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA	JUCELIA COELHO BUENO	440000375	03/03/1971	10	8	58,67	13,00	0,00	71,67	7
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	ANDRESSA DAMBROS	440000108	09/06/1992	13	13	86,67	12,00	0,00	98,67	1
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	RIAN PETRICK CASTRO	440000097	21/01/1987	10	12	74,67	10,00	10,00	94,67	2
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	ALCINDO RAUEN	440000728	13/04/1971	12	13	84,00	8,00	0,00	92,00	3
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	JULIO CESAR DE SOUZA	440000040	25/03/1956	9	13	76,00	15,00	0,00	91,00	4

Concurso Público Prefeitura Municipal de Iupia - Edital 050/2015 - Lista Final de Classificação

Página 30 de 31

Cargo	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Nº Acertos CGE	Nº Acertos CES	Pontos da Prova Objetiva	Pontos da Prova de Redação	Pontos da Prova de Títulos	Pontuação Final	Classificação
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	JULIANA MARILETE BASSANI	440000748	15/05/1988	9	13	76,00	14,00	0,00	90,00	5
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	DEVIDE SPAUTZ	440000821	14/01/1982	10	10	66,67	11,00	10,00	87,67	6
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	GIOMAR LEITE	440000502	10/04/1991	10	12	74,67	11,00	0,00	85,67	7
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	YARA MARIA LEGAT RIBEIRO	440000206	28/12/1970	7	10	58,67	12,00	10,00	80,67	8
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	ELIZANDRA BESTEL	440000683	02/03/1987	10	9	62,67	13,00	0,00	75,67	9
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	NELMA REGINA DE OLIVEIRA	440000282	19/07/1970	9	8	56,00	9,00	10,00	75,00	10

**Legenda:**

CES - Conhecimentos Específicos  
CGE - Conhecimentos Gerais

Itapoa, 06 de janeiro de 2016.

Comissão Organizadora  
Concurso Público Prefeitura Municipal de Itapoa



**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº01/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2016

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratante: SIEG EVENTOS EIRELLI-ME, com sede á Rua Cuiabá, nº1668,casa nº 03, Bairro: Cajuru, na cidade de Curitiba/PR, CEP: 82.930-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 17.664.599/0001-60 e Inscrição Estadual: isento, representada neste ato pelo Sr. FABIANO CARLON DA SILVA, portador do CNPF/MF nº 022.769.539-93 e do CI.RG nº 6.766.375-6 SESP/PR.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº59/2015 - PROCESSO Nº 92/2015

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação e montagem de equipamentos para eventos, a fim de atender o Projeto verão ano 2015/2016 do Município de Itapoá, conforme constantes anexos partes integrantes do edital.

Valor total: R\$ 14.208,00 (quatorze mil duzentos e oitenta reais)

Data da assinatura: 08/01/2016;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data de assinatura, e o seu término está condicionado á entrega do total do objeto, ou até 19/02/2016.

Itapoá, 08 de janeiro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO MUNICIPAL Nº 2626/2016 – HOMOLOGA CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ/SC – EDITAL Nº 050/2015**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2626/2016

Data: 08 de janeiro de 2016.

HOMOLOGA CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ/SC – EDITAL Nº 050/2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o concurso público da Prefeitura Municipal de Itapoá/SC – Edital nº 050/2015, conforme lista final de classificação – UNISOCIESC.

Art. 2º A lista final de classificação – UNISOCIESC, contendo 31 (trinta e uma) páginas, é parte integrante deste Decreto.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 08 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

# Ituporanga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 486

DECRETO Nº 486, de 18 de dezembro de 2015

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e na forma da Lei nº 561 de 20.12.74 e demais legislações pertinentes.

DECRETA:

Art. 1º - Nomeia GEISON KURTZ como PRESIDENTE da 23ª edição da EXPOFEIRA NACIONAL DA CEBOLA, no período de 07 a 10 de abril de 2016, neste município, formada pelos Senhores:

Art. 2º - As receitas e despesas provenientes das atividades da "23ª edição da EXPOFEIRA NACIONAL DA CEBOLA", que se enquadrarem como funções de Governo, serão realizadas e contabilizadas, diretamente, pelos órgãos próprios da Secretaria da Fazenda do Município.

Art. 3º - As realizações dos eventos que não atenderam as funções de Governo, serão administradas por entidades ou consórcio de entidades, que serão responsáveis pela geração de receitas e despesas necessárias ao custeio dos mesmos, prestando contas a C.C.O, que no caso de apresentar resultado financeiro positivo, recolherá aos cofres da municipalidade.

Art. 4º - O trabalho da Comissão será prestado de forma gratuita e considerado serviço público relevante, com início em 16.12.2015 e concluindo na entrega, ao Chefe do Poder Executivo Municipal, de um relatório final, sobre as atividades executadas.

Art. 5º - A Comissão Central Organizadora, nomeará através de Resolução, Comissões, com atribuições para atender setores específicos da EXPOFEIRA NACIONAL DA CEBOLA.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Ituporanga, 18 de dezembro de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

### DECRETO Nº 487

DECRETO Nº 487, de 22 de dezembro de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de acordo com a Lei nº 2.638, de 22 de dezembro de 2015 que autoriza o Poder Executivo a efetuar abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências", que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sancionei e Lei e promulgo o seguinte Decreto:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2015 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.584, de 24 de novembro de 2014 e LEI Nº 2.588, de 17 de dezembro de 2014) de um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 438.768,00 (quatrocentos e trinta e oito mil e setessentos e sessenta e oito reais), nas dotações orçamentárias conforme relatório constante do ANEXO I,

Art. 2º. Fica alterada as dotações Orçamentárias constantes da Lei nº 2.588 de 17 de dezembro de 2014 – Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I, da presente Lei, do qual passará a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura de Crédito Adicional Suplementar, ficarão por conta da anulação parcial de dotações orçamentárias, nos termos do artigo 43, §1º - III da Lei 4.320/64.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 22 de dezembro de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

# Joaçaba

## PREFEITURA

### 210/2015 PMJ TA 01

CONTRATO Nº 210/2015/PMJ – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio da Gerência de Meio Ambiente, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa H2O AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.815.559/0001-81, estabelecida na Rua Romano Anselmo Fontana, 511 - Centro, no Município de Concórdia - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. Gustavo Lopes do Amaral Plieski, portador da C. I. nº 3.691.161-5 e inscrito no CPF sob o nº 007.083.849-60, residente e domiciliado na cidade de Concórdia - SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 210/2015/PMJ, firmado em 06/01/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 76/2014/PMJ – Convite nº 6/2014/PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, dos serviços de monitoramento da área do entorno e do sistema de tratamento de efluentes do aterro sanitário situado na Linha Duas Casas, interior do Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 (doze) meses, a contar de 16 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo para a execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor total do contrato fica reajustado em 10,3308%, relativos à variação do INPC/IBGE no período de 01/11/2014 a 31/10/2015, passando de R\$ 40.486,64 para R\$ 44.668,00 (quarenta e quatro mil seiscientos e sessenta e oito reais), correspondentes aos seguintes itens:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTDE/ANO	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
1	Monitoramento do sistema de tratamento de efluentes contendo análises laboratoriais da água coletada na entrada (lagoa anaeróbia), de acordo com os seguintes parâmetros:  • CROMO TOTAL • PH • DBO • DQO • COLIFORMES TOTAIS • COLIFORMES FECAIS • SÓLIDOS TOTAIS • NITROGÊNIO TOTAL • FOSFATO TOTAL  Ø Quantidade de locais coletados: 01 (um)	SV	04	323,00	1.292,00

2	<p>Monitoramento do sistema de tratamento de efluentes contendo análises laboratoriais da água coletada na saída (lagoa anaeróbia), de acordo com os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PH</li> <li>• DBO</li> <li>• DQO</li> <li>• COLIFORMES TOTAIS</li> <li>• COLIFORMES FECAIS</li> <li>• NITROGÊNIO TOTAL</li> <li>• NITROGÊNIO AMONIACAL</li> <li>• ÓLEOS E GRAXAS TOTAIS</li> <li>• FERRO TOTAL</li> <li>• MANGANÊS TOTAL</li> <li>• FOSFATO TOTAL</li> <li>• CLORETOS TOTAIS</li> <li>• ALUMÍNIO</li> <li>• SULFETOS</li> <li>• SÓLIDOS TOTAIS</li> <li>• MERCÚRIO</li> <li>• CHUMBO</li> <li>• CIANETOS</li> <li>• CROMO TOTAL</li> <li>• NÍQUEL TOTAL</li> <li>• COBRE TOTAL</li> <li>• ZINCO</li> </ul> <p>Ø Quantidade de locais coletados: 06 (seis), sendo 6 a serem coletados e analisados.</p> <p>Os locais de coleta se referem à saída do tratamento de efluentes (caixa de inspeção após filtro), nos três poços de monitoramento e dois pontos de águas superficiais, sendo um a montante e um a jusante da área de influência do depósito de resíduos.</p>	SV	04	5.314,00	21.256,00
3	<p>Monitoramento do sistema de tratamento de efluentes contendo análises laboratoriais da água coletada na saída (lagoa anaeróbia), de acordo com os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• NITRITO</li> <li>• NITRATO</li> <li>• HIDROCARBONETOS (2 – METILNAFTELENO, ACENAFTELENO, ACENAFTELENO, ANTRACENO, BENZO(A)PIRENO, BENZO(A)ANTRACENO, BENZO(B)+(K)FLUORANTENO, BENZO(G, H, I)PERILENO, CRISENO, DIBENZO(A, H)ANTRACENO, FENANTRENO, FLUORANTENO, FLUORENO, INDENO(1, 2, 3 – C, D)PIRENO, NAFTELENO, PIRENO).</li> </ul> <p>Ø Quantidade de locais coletados: 03 (três), sendo 03 amostras a serem coletadas e analisadas.</p> <p>Os locais de coleta se referem à saída do tratamento de efluentes (caixa de inspeção após filtro), nos três poços de monitoramento e dois pontos de águas superficiais, sendo um a montante e um a jusante da área de influência do depósito de resíduos.</p>	SV	04	584,00	2.336,00
4	Relatório de Monitoramento da Área do Entorno, contendo todas as informações previstas no subitem 2.1.1 do contrato.	SV	04	2.473,00	9.892,00
5	Relatório de Monitoramento do Sistema de Tratamento de Efluentes, contendo todas as informações previstas no subitem 2.1.2 do contrato.	SV	04	2.473,00	9.892,00
TOTAL R\$					44.668,00

## CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 06 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
CONTRATANTE

Rafael Laske - Prefeito

H2O AMBIENTAL LTDA

CONTRATADA

Gustavo Lopes do Amaral Plieski

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

## **252/2015 PMJ TA 02**

CONTRATO Nº 252/2015/PMJ – TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Secretário Sr. VENILTON ROGÉRIO TELES, e a Empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, com sede administrativa na Rua AV. BEIRA RIO, 333 - CENTRO, na cidade de HERVAL D'OESTE/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.377.072/0001-40, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. SIMAR JOSE ROSA, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1. 079.721 e CPF nº 437.061.009-59, residente e domiciliado na RUA TIRADENTES, 104, cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 252/2015/PMJ, firmado em 11/06/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 63/2015 - PMJ – Edital TP nº 12/2015 - PMJ, homologado em 11/06/2015, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação em lajotas sextavadas da Rua Herve Celant, bairro Santa Tereza, no Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

Diante da prorrogação da vigência constante na cláusula segunda deste Termo, o subitem 1.2 do contrato original passa a ter a seguinte redação:

1.2. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço Inicial (18/08/2015) e executar completamente o objeto no prazo de até 210 (duzentos e dez) dias contados da mesma data.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada em 60 (sessenta) dias, a contar de 02 de fevereiro de 2016, em conformidade com o disposto no § 1º, II, do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 08 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - CONTRATANTE

VENILTON ROGÉRIO TELES - Secretário

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA – CONTRATADA

SIMAR JOSE ROSA

Testemunhas: 1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

**AVISO CREDENCIAMENTOS 8, 9 E 10 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

NOTA CREDENCIAMENTOS 8/2012/FMS, 9/2012/FMS e 10/2012/FMS

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, TORNA PÚBLICO que permanecem abertos, os Editais de Credenciamento 8/2012/FMS, 9/2012/FMS e 10/2012/FMS, junto à Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Licitações, na Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, em dias úteis, no horário das 8h30min às 11h30min e das 13 às 17 horas. OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra dos Editais poderá ser obtida no endereço supracitado, ou no site do Município, [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br). INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Licitações, na Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, ou pelo telefone 049 3521-1555 – ramal 236, no horário das 8h30min às 11h30min e das 13 às 17 horas

Joaçaba (SC), janeiro de 2016.

PAULA GIOVANA KLEBER  
Secretária de Saúde**AVISO CREDENCIAMENTOS 8, 9 E 10/2012/FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

NOTA CREDENCIAMENTOS 8/2012/FMS, 9/2012/FMS e 10/2014/FMS

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, TORNA PÚBLICO que permanecem abertos, os Editais de Credenciamento 8/2012/FMS, 9/2012/FMS e 10/2012/FMS, junto à Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Licitações, na Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, em dias úteis, no horário das 8h30min às 11h30min e das 13 às 17 horas. OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra dos Editais poderá ser obtida no endereço supracitado, ou no site do Município, [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br). INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Licitações, na Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, ou pelo telefone 049 3521-1555 – ramal 236, no horário das 8h30min às 11h30min e das 13 às 17 horas

Joaçaba (SC), janeiro de 2016.

PAULA GIOVANA KLEBER  
Secretária de Saúde**LEI COMPLEMENTAR N º 321 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.**

LEI COMPLEMENTAR N º 321 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

INSTITUI O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS PARA OS SERVIDORES DO PODER legislativo e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba SC,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR :

TÍTULO I  
INTRODUÇÃOCAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos para os servidores públicos do Quadro Permanente do Poder Legislativo de Joaçaba, abrangidos na forma desta Lei Complementar e seus Anexos.

§ 1º O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Poder Legislativo obedece ao regime do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Joaçaba - Lei Complementar 76/2003, e estrutura-se em Quadro Permanente de Pessoal, com os respectivos grupos ocupacionais e classes de cargos.

§ 2º Os dispositivos desta Lei Complementar estarão fundados nos princípios constitucionais da legalidade, igualdade, impessoalidade, moralidade e eficiência, na valorização do servidor público e na eficácia das ações institucionais e das políticas públicas.

Art. 2º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - os requisitos para a investidura;



III - as peculiaridades dos cargos.

Parágrafo Único - As normas e dispositivos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais serão aplicadas em consonância com a presente Lei Complementar.

Art. 3º A remuneração dos servidores em carreira poderá ser fixada na forma de vencimentos, conforme dispuser a Lei Complementar.

Art. 4º A estrutura administrativa da Câmara de Vereadores, é composta somente da Secretaria Administrativa, vinculada a Mesa Diretora, para a qual responde o Presidente do Poder Legislativo.

## CAPÍTULO II DA CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

Art. 5º O Poder Legislativo deverá possibilitar a participação dos servidores públicos em programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, cursos de capacitação, qualificação, requalificação, congressos, seminários, palestras ou encontros que visem a modernização, reaparelhamento e racionalização dos serviços públicos, bem como, o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores.

Art. 6º A participação nos cursos poderá ser estipulada como requisito para a progressão na carreira, nos termos desta Lei Complementar, especialmente para aqueles que não tiveram acesso em época oportuna.

Art. 7º As condições de acesso dos servidores à capacitação e demais procedimentos pertinentes serão fixados em Regulamento, em que a Mesa Diretora, no sentido de aperfeiçoar seu quadro funcional, promoverá a sua capacitação através de convênios nas áreas específicas de Direito, Ciências Contábeis, Secretariado, Jornalismo, Administração, Informática e em outras áreas correlatas.

## TÍTULO II NORMAS ESPECÍFICAS

### CAPÍTULO I DO PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO LEGISLATIVO MUNICIPAL

#### Seção I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 8º Fica instituído o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores públicos do Poder Legislativo de Joaçaba, destinado a organizar a carreira, os cargos e os vencimentos, bem como, os demais componentes da remuneração de seus ocupantes, conforme previsto nos Anexos desta Lei Complementar.

Art. 9º Os cargos de provimento efetivo estão reunidos nos seguintes grupos profissionais, vinculados a Secretaria Administrativa do Poder Legislativo:

I - Serviços Legislativos - SLE;

II - Serviços Administrativos – SAD.

Parágrafo Único - A descrição das atribuições dos cargos de que trata este artigo, regime de trabalho, carga horária, condições para ingresso e habilitação profissional constam nos Anexos desta Lei Complementar.

Art. 10. Para os efeitos desta Lei Complementar entende-se por:

I - Presidente: é o representante do Poder Legislativo, quando ele se pronuncia coletivamente, e o supervisor dos seus trabalhos e da sua ordem, nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno.

II - Mesa Diretora: é o órgão dirigente da Câmara de Vereadores e, através de seu Presidente, coordena e orienta as atividades da Secretaria Administrativa.

III - Secretaria Administrativa: corresponde a todos os cargos a ela vinculados que são responsáveis pelos trabalhos de consultoria, assessoria e a execução das atividades de suporte legislativo, administrativo e atendimento à população.

IV - Cargo: é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas a um servidor.

#### Seção II DO INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO

Art. 11. Os cargos de provimento efetivo são acessíveis aos que preenchem os requisitos básicos para investidura previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, após aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 12. O concurso público, de caráter eliminatório e classificatório, será composto das seguintes etapas:

I - de caráter obrigatório:

a) prova escrita de conhecimentos;

b) exame médico ocupacional, que poderá abranger todos os exames pertinentes à aferição das condições de saúde física e mental dos candidatos.

II - de caráter facultativo:

a) prova prática;

b) prova de títulos;

c) prova de aptidão física;

d) avaliação psicológica, com análise de perfil para o cargo.

Art. 13. O edital do concurso público definirá as regras para a participação e aprovação, contendo, obrigatoriamente:

I - a fixação das etapas previstas no artigo anterior, bem como, as respectivas fases distintas;

II - o limite de candidatos classificados em cada etapa que poderão participar das etapas posteriores;

III - o cronograma com as datas de execução de cada etapa do concurso público;

IV - o direito das pessoas com deficiência em se inscreverem em concurso público para provimento de cargo de carreira cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras:

a) consideram-se deficiências aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que constituam limitação que implique grau acentuado de dificuldade para o desempenho de atividades;

b) os editais de abertura de concurso público deverão reservar às pessoas com deficiência pelo menos cinco por cento das vagas por cargo nele oferecidas, ou das que vierem a surgir no prazo de validade do concurso;

c) na definição do número de vagas decorrente da aplicação do percentual a que se refere o caput, utilizar-se-á arredondamento para o número inteiro imediatamente superior à fração decimal obtida;

d) os editais de abertura de concursos deverão explicitar as condições para a inscrição das pessoas com deficiência e indicar onde poderão obter a lista de atribuições do cargo para o qual pretendam se inscrever;

e) por ocasião da inscrição o candidato deficiente deverá declarar que conhece os termos do edital e que é portador de deficiência para fins de reserva de vaga;

f) a necessidade de intermediários permanentes para auxiliar na execução das atribuições do cargo pelo portador de deficiência é impeditiva à inscrição no concurso;

g) não impede a inscrição ou o exercício do cargo a utilização de material tecnológico de uso habitual ou a necessidade de preparação do ambiente físico;

h) a pessoa com deficiência deverá submeter-se à avaliação realizada por equipe multidisciplinar com o objetivo de ser verificada a compatibilidade ou não da deficiência de que é portadora com o exercício do cargo que pretende ocupar;

i) na inexistência de candidatos habilitados para todas as vagas destinadas às pessoas com deficiência, as remanescentes serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, observada a ordem de classificação.

Art. 14. Além da aprovação em concurso público são requisitos indispensáveis para a investidura em cargo público aqueles previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Joaçaba e em outras normas pertinentes.

Art. 15. Os cargos públicos classificam-se em cargos de carreira de provimento efetivo, cargos de provimento em comissão e contratos temporários.

### Seção III DOS CARGOS DE CARREIRA

Art. 16. Os cargos de carreira de provimento efetivo, constantes do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo serão preenchidos:

I - por nomeação, precedida de concurso público, nos termos do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal;

II - pelo enquadramento dos atuais servidores, conforme as normas estabelecidas nesta Lei Complementar;

III - pelas demais formas de provimento previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Joaçaba.

Parágrafo Único - O provimento dos cargos de carreira no âmbito do Poder Legislativo dar-se-á por ato do Presidente do Poder Legislativo.

Art. 17. Os valores dos padrões de vencimento iniciais dos cargos de carreira são os constantes no Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 18. É vedada a passagem do servidor de um cargo para outro, salvo aprovação em novo concurso público.

#### Seção IV DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 19. Os cargos de provimento em comissão, nas quantidades, denominações, subsídios e vencimentos, são os constantes nesta Lei Complementar, sendo os mesmos de livre nomeação e exoneração pelo Presidente do Poder Legislativo.

Art. 20. A nomeação de servidor para exercício de cargo de provimento em comissão determina o afastamento do servidor do cargo efetivo de que for titular, ressalvados os casos de acumulação legal, hipótese em que poderá optar pela remuneração.

#### Seção V DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Art. 21. As funções de confiança serão exercidas exclusivamente por servidor público efetivo e a nomeação e exoneração para a referida função dar-se-ão através de ato expedido pelo Presidente do Poder Legislativo.

§ 1º A gratificação de função será devida somente enquanto o servidor estiver ocupando a função de confiança para a qual foi designado, cessando imediatamente no ato de sua exoneração.

§ 2º Não é permitido o acúmulo de mais de uma função de confiança no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

§ 3º O servidor que receber a gratificação de que trata o caput deste artigo não poderá receber adicional pela prestação de serviço extraordinário.

#### Seção VI DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS

Art. 22. As denominações das funções objetos de contratos temporários, que correspondam a cargos existentes no quadro de pessoal, são as definidas nos Anexos desta Lei Complementar.

Parágrafo Único – Não se aplicam aos contratos temporários as regras de progressão na carreira e sim, as normas constantes na Lei Complementar 97/2005.

#### Seção VII DA CARREIRA DO SERVIDOR PÚBLICO

Art. 23. O ingresso do servidor público na carreira dar-se-á no padrão inicial de vencimento "A I" do cargo para o qual o mesmo prestou concurso e foi nomeado.

Art. 24. O desenvolvimento na carreira do servidor dar-se-á por meio da progressão horizontal.

#### Seção VIII DA PROGRESSÃO DO SERVIDOR NA CARREIRA

##### Subseção I Da progressão horizontal

Art. 25. Progressão horizontal é a passagem do servidor estável, de seu padrão de vencimento para outro imediatamente superior, dentro da mesma classe, observados os seguintes requisitos, cumulativamente:

I – o período de 12 meses e percentuais previstos no Anexo V desta Lei Complementar;

II - a obtenção de no mínimo 21 pontos na média das avaliações ocorridas no período de 12 meses;

III - a participação em cursos de formação continuada afim ao cargo que ocupa.

§ 1º Não alcançada à pontuação mínima prevista no inciso II, o servidor não terá direito a progressão horizontal.

§ 2º Para efeito da progressão de que trata o caput, será considerada a participação do servidor em cursos de formação continuada com carga horária mínima total de vinte horas anuais.

§ 3º O servidor deverá encaminhar cópia dos títulos imediatamente à conclusão dos respectivos cursos, juntamente com os originais, à Comissão de Avaliação Funcional para autenticação e instrução do processo de progressão.

§ 4º Os títulos originais serão devolvidos ao servidor e os respectivos cursos registrados em sua ficha funcional.

§ 5º Do indeferimento dos títulos, caberá pedido de reconsideração para a Comissão de Avaliação Funcional, no prazo de três dias úteis, contados da ciência do servidor.

§ 6º No caso do Poder Legislativo de Joaçaba não possibilitar a realização de cursos de aperfeiçoamento profissional, conforme disposto no parágrafo segundo deste artigo, fica dispensada a referida contagem para a obtenção da progressão horizontal.

Art. 26. O acréscimo pecuniário decorrente da progressão horizontal, que será de 2% (dois por cento), será pago a partir do mês de janeiro do ano subsequente ao período aquisitivo.

§ 1º A Comissão de Avaliação Funcional se reunirá no último trimestre de cada ano para avaliar o desempenho dos servidores estáveis para fins de progressão horizontal.

§ 2º Terá direito a ser avaliado, para fins de progressão horizontal, o servidor aprovado no estágio probatório.

§ 3º Para a primeira avaliação do servidor para fins de concessão de progressão por mérito faz-se necessário que o mesmo tenha sido aprovado no estágio probatório até o dia trinta de novembro do ano correspondente, sendo que os servidores aprovados no estágio probatório após esta data somente terão direito à avaliação no exercício subsequente.

Art. 27. Serão consideradas para fins da progressão horizontal as titulações apresentadas após o estágio probatório, assegurando-se dez progressões por titulação, até o limite máximo de trinta, nos termos do artigo 31.

Art. 28. Será considerado como de exercício para efeito da progressão horizontal, durante o interstício, as licenças previstas no artigo 76 incisos IV, VI, VII, VIII e IX do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Joaçaba.

Parágrafo Único: Não serão considerados como tempo de efetivo exercício para efeito da progressão horizontal os afastamentos previstos no capítulo V, sessões II e III do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Joaçaba.

Art. 29. Suspendem o período aquisitivo exigido para fins da progressão horizontal:

I - as licenças e afastamentos, sem remuneração, ressalvados o disposto no artigo 28;

II - os afastamentos ininterruptos do exercício do cargo previsto no inciso VI, de que trata o artigo 28 que excederem a um mandato;

III - os afastamentos ininterruptos do exercício do cargo previsto no inciso VIII de que trata o artigo 28 que excederem a 180 dias, corridos ou intercalados.

Parágrafo Único - No que tange ao afastamento para servir a outro órgão ou entidade, com remuneração do Poder Legislativo, o referido tempo de afastamento será considerado como tempo de efetivo exercício para efeito da progressão horizontal, condicionado à aprovação em Avaliação de Desempenho realizada pelo órgão em que o servidor atua.

#### Subseção II

##### Da progressão por titulação

Art. 30. O servidor do Poder Legislativo que apresentar comprovação de nova habilitação além daquela exigida para o seu cargo de provimento efetivo, após o cumprimento do estágio probatório, terá direito a progressão por titulação na forma do Anexo V desta Lei Complementar.

§ 1º A concessão da progressão far-se-á por Resolução exarada pelo Presidente do Poder Legislativo, atendidos os requisitos desta Lei Complementar.

§ 2º A progressão por titulação dar-se-á a qualquer tempo, de forma simplificada, a contar da data do protocolo de requerimento, pelo servidor, ao Departamento de Recursos Humanos, do respectivo Certificado e/ou Diploma da nova habilitação.

§ 3º A progressão por titulação é uma vantagem pecuniária permanente, calculada na forma do Anexo V, incorporando-se ao salário base do servidor.

§ 4º É vedada a acumulação de progressões por titulação.

Art. 31. A progressão horizontal por titulação a ser concedida aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo é limitada a trinta progressões, a contar da data da vigência desta Lei Complementar, observados os requisitos previstos no artigo 25.

#### Subseção III

##### Do adicional por tempo de serviço

Art. 32. O servidor que completar vinte e cinco anos de serviço público ao Município de Joaçaba fará jus ao adicional de 25% (vinte e cinco por cento), calculado sobre o salário-base, a ser pago no mês em que implementou tal condição.

§ 1º Para fins de apuração do tempo de serviço de que trata o caput, não serão computados os períodos referentes à licença para tratamento de saúde superiores a 180 dias, corridos ou intercalados.

§ 2º Para efeitos do adicional, será contado o tempo de serviço prestado em cargo de provimento efetivo junto ao Município de Joaçaba.

#### Subseção IV

##### Do adicional por triênio

Art. 33. Serão concedidos aos servidores efetivos, a cada três anos, adicional a razão de 6% (seis por cento) sobre o salário-base.

Parágrafo Único - Para efeitos do adicional, será contado o tempo de serviço prestado em cargo de provimento efetivo junto ao Município de Joaçaba.

#### Seção IX

##### DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 34. A avaliação de desempenho para fins da progressão horizontal será realizada anualmente, a partir da autoavaliação do servidor, conjuntamente à análise da Comissão de Avaliação de Desempenho instituída em conformidade com o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, observados os seguintes fatores, contidos no Anexo X desta Lei Complementar:

I – Dimensão Institucional: características que agregam valor e contribuem para o desenvolvimento da Instituição;

II – Dimensão Funcional: características que geram impacto nos processos e formas de trabalho;

III – Dimensão Individual: características que aparecem nas atitudes, comportamentos e são um diferencial do servidor.

Parágrafo Único - A avaliação não será realizada se no ano o servidor permanecer afastado do exercício do cargo por período igual ou superior a sete meses, ressalvados os casos previstos no artigo 28 desta lei.

Art. 35. O processo de avaliação do servidor compreenderá as seguintes etapas:

I - Autoavaliação do servidor;

II – Avaliação da Comissão de Avaliação de Desempenho.

Art. 36. Serão adotados os seguintes conceitos finais na avaliação de desempenho:

I - Ótimo: pontuação final igual ou superior a trinta e um pontos;

II - Bom: pontuação final entre vinte e um e trinta pontos;

III - Regular: pontuação final entre onze e vinte pontos;

IV - Insuficiente: pontuação final inferior ou igual a dez pontos.

Parágrafo Único - A avaliação de desempenho será considerada positiva e ensejará a progressão horizontal se o servidor obtiver os conceitos "Bom" ou "Ótimo".

Art. 37. Da avaliação cabe recurso à Comissão de Avaliação de Desempenho, dentro de cinco dias úteis a partir da comunicação escrita feita ao servidor pelo Presidente da Comissão de Avaliação, acompanhada de cópia da ficha de avaliação.

§ 1º A comunicação a que se refere o caput poderá ser substituída pela ciência do servidor lançada na própria ficha individual de avaliação.

§ 2º A Comissão apreciará o recurso e o decidirá em até dez dias úteis.

#### CAPÍTULO II

##### DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 38. A remuneração dos servidores públicos do Poder Legislativo somente poderá ser fixada ou alterada por lei, observada a iniciativa privativa do Presidente, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Art. 39. A fixação dos padrões de vencimento e demais componentes do sistema de remuneração dos servidores do Poder Legislativo observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos que compõem o respectivo Quadro Permanente de Pessoal;

II - os requisitos para a investidura nos cargos;

III - as peculiaridades dos cargos.

Art. 40. Salvo por imposição legal ou ordem judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento, exceto os descontos legais e aqueles autorizados pelo servidor ou realizados mediante convênio, sendo:

- I – Pagamento de contribuição ou mensalidade a favor de entidade associativa e/ou sindical de representação da categoria;
- II – PLASS – Plano de Assistência a Saúde do Servidor;
- III – Financiamentos Bancários consignados em folha;
- IV – Convênio com Mercados;
- V – Convênios com Farmácias;
- VI – Outros que vierem a serem realizados.

§ 1º O Poder Legislativo realizará convênios a fim de normatizar os descontos previstos nos incisos III, IV e V do caput deste artigo, realizados na folha de pagamento do servidor.

§ 2º Os descontos previstos nos incisos II a V do caput deste artigo, serão disciplinados por meio de resolução da Presidente do Poder Legislativo.

### CAPITULO III DO VALE ALIMENTAÇÃO

Art. 41. Fica o Poder Legislativo autorizado a conceder auxílio-alimentação aos seus servidores efetivos no valor atual de R\$ 330,60 (trezentos e trinta reais e sessenta centavos) mensais, reajustados anualmente, a partir de 1º de janeiro de 2016, na data-base do funcionalismo público municipal e de acordo com o INPC apurado nos 12 meses anteriores.

Parágrafo Único - Para aqueles servidores cuja carga horária seja diferenciada a menor da carga normal oficial, será concedido auxílio na ordem de 50% (cinquenta por cento) do valor fixado no caput deste artigo.

### CAPÍTULO IV DA LOTAÇÃO

Art. 42. Todos os servidores ficarão lotados na Secretaria Administrativa para a qual responde o Presidente do Poder Legislativo.

### CAPÍTULO V DA MANUTENÇÃO DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL

Art. 43. Novos cargos poderão ser criados no Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo.

§ 1º Da proposta de criação deverão constar:

- a) denominação, quantitativo, padrão de vencimento, jornada semanal de trabalho, atribuições e requisitos de instrução para provimento dos cargos;
- b) justificativa de sua criação;
- c) estudo de impacto financeiro na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º O padrão de vencimento dos cargos será definido observadas as disposições do artigo 39 desta Lei Complementar.

Art. 44. O Poder Legislativo analisará as respectivas propostas e verificará a existência de dotação orçamentária para a criação dos cargos, bem como, o atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal e outros dispositivos legais vigentes.

Parágrafo Único - Aprovadas ou não pelos agentes de que trata o caput, as propostas serão enviadas ao Chefe do Poder Legislativo para decisão e encaminhamento.

### CAPITULO VI DA JORNADA DE TRABALHO E DO CONTROLE DE FREQUENCIA

Art. 45. A jornada de trabalho dos servidores efetivos e comissionados do Poder Legislativo será de trinta horas semanais, em turno único de seis horas diárias ininterruptas, em observância ao Princípio da Economicidade.

Art. 46. O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se ao regime integral, podendo ser convocado sempre que houver interesse do Poder Legislativo.

Art. 47. O registro eletrônico de frequência é medida obrigatória para todos os servidores como meio de aferir o comparecimento ao trabalho.



§ 1º Os registros eletrônicos de frequência serão efetuados no momento de chegada e saída dos servidores, diariamente, sendo respeitada sua carga horária semanal.

§ 2º Serão tolerados para fins de cômputo de horas o equivalente a dez minutos na entrada e dez minutos na saída para todos os servidores, sendo os mesmos desconsiderados.

§ 3º No caso de descumprimento da carga horária semanal, a quantidade de horas faltantes deverá ser compensada até o final do mês, e, não sendo cumprida a compensação, a quantidade de horas faltantes será descontada em folha de pagamento.

§ 4º O servidor somente poderá se ausentar das dependências da Câmara de Vereadores durante o horário de expediente para exercer atividades expressamente relacionadas às suas atribuições e função legislativa, além das exceções previstas na Lei Complementar nº 76/2003, devendo apresentar relatório escrito ao Departamento Pessoal no prazo de vinte e quatro horas.

§ 5º As horas excedentes à jornada de trabalho deverão ser compensadas em sessenta dias, não se caracterizando como serviço extraordinário.

§ 6º Não será permitida a compensação de horários para servidores comissionados ou de função de confiança, conforme artigo 17, inciso I da Lei Complementar nº 76/2003.

§ 7º Somente estão dispensados do registro de frequência os Vereadores e o Assessor Jurídico.

Art. 48. A frequência será apurada entre o dia dezesseis do mês do anterior e dia quinze do mês corrente.

§ 1º Apurada a frequência dos servidores efetivos e comissionados pelo Departamento de Pessoal, o pagamento dos salários e subsídio dos Vereadores será realizado no dia vinte de cada mês.

§ 2º Caso o dia vinte recaia em finais de semana ou feriados, o pagamento será realizado no primeiro dia útil subsequente.

#### CAPÍTULO VII DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 49. Fica instituído como atividade permanente no Poder Legislativo o estímulo à formação continuada de seus servidores, tendo como objetivos:

I - criar e desenvolver hábitos, valores e comportamentos adequados ao digno exercício da função pública;

II - capacitar o servidor para o desempenho de suas atribuições específicas, orientando-o no sentido de obter os resultados desejados pela Administração;

III - estimular o desenvolvimento funcional, criando condições propícias ao constante aperfeiçoamento dos servidores;

IV - integrar os objetivos pessoais de cada servidor, no exercício de suas atribuições, às finalidades da Administração como um todo.

Art. 50. Serão três os tipos de formação:

I - de integração, tendo como finalidade integrar o servidor no ambiente de trabalho, por meio de informações sobre a organização e o funcionamento do Poder Legislativo;

II - de capacitação, objetivando dotar o servidor de conhecimentos e técnicas referentes às atribuições que desempenha, mantendo-o permanentemente capacitado;

III - de atualização, com a finalidade de preparar o servidor para o exercício de novas funções quando a tecnologia absorver ou tornar obsoletas àquelas que vinham exercendo até o momento.

Art. 51. A formação continuada terá caráter objetivo e prático e poderá ser oferecida, direta ou indiretamente, pelo Poder Legislativo, mediante o encaminhamento de servidores para cursos e estágios realizados por instituições especializadas, sediadas ou não no Município.

#### CAPÍTULO VIII DAS FÉRIAS COLETIVAS

Art. 52. As férias coletivas dos servidores do Poder Legislativo serão realizadas juntamente com o período de recesso parlamentar, fixado entre os dias dois e trinta e um de janeiro, ficando a cargo do Presidente convocar antes do término previsto o retorno antecipado do servidor às suas atividades, nos casos de superior interesse público.

Parágrafo Único – O servidor convocado a retornar antecipadamente às suas atividades compensará posteriormente os dias trabalhados, protocolando junto ao Departamento de Pessoal documento informando os dias a serem compensados.

#### TÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

## CAPÍTULO I DAS NORMAS GERAIS DE ENQUADRAMENTO

Art. 53. Os atuais servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Poder Legislativo serão enquadrados conforme Anexo VII desta Lei Complementar.

Parágrafo Único - Para efeito de enquadramento do servidor será considerado o seu salário-base atual, permanecendo também inalterados as progressões por mérito e adicionais de titulação.

Art. 54. Do enquadramento não poderá resultar redução de vencimentos, ressalvadas as hipóteses previstas no artigo 37, XV da Constituição Federal.

Art. 55. Os atos de enquadramento dos atuais servidores serão expedidos pelo Presidente do Poder Legislativo, mantidas as situações funcionais e respeitados os direitos adquiridos.

Art. 56. O período aquisitivo para a obtenção da progressão horizontal iniciar-se-á tendo por base o enquadramento dos atuais servidores dispostos no anexo VIII desta Lei Complementar.

## CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 57. Os vencimentos constantes dos anexos da presente Lei serão revistos, anualmente a partir de 2016, no mês de janeiro, nos termos do artigo 37, inciso X da Constituição Federal, em negociação coletiva com a participação do sindicato da categoria.

Parágrafo Único - Os vencimentos, a remuneração e quaisquer vantagens previstas nesta Lei Complementar serão sempre proporcionais à carga horária semanal do servidor.

Art. 58. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se na íntegra as Leis Complementares nº 209/2011, 234/2013, 237/2013, 290/2014 e a Lei Ordinária nº 3.473/2006.

Art. 59. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta de dotações próprias do Poder Legislativo, constantes do Orçamento Fiscal do Município de Joaçaba.

Art. 60. Os casos omissos desta Lei Complementar serão recepcionados pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Joaçaba, Lei Complementar nº 76/2003 e suas alterações, bem como o disposto em decretos regulamentares adicionais.

Art. 61. Esta Lei Complementar recepcionará na íntegra o que dispõe a Lei Complementar nº 296/2015.

Art. 62. São partes integrantes desta Lei Complementar:

I - Anexo I: Quadro Permanente de Pessoal Efetivo do Poder Legislativo;

II - Anexo II: Quadro Permanente de Pessoal Comissionado do Poder Legislativo;

III – Anexo III: Manual de Ocupações dos Servidores Efetivos;

IV – Anexo IV: Manual de Ocupações dos Servidores Comissionados;

V - Anexo V: Tabela de Progressões para fins de enquadramento e Progressão dos Servidores Efetivos;

VI – Anexo VI: Subsídio Função de Confiança;

VII – Anexo VII: Enquadramento dos Servidores Efetivos;

VIII- Anexo VIII: Enquadramento Período Aquisitivo Progressão Por Mérito;

IX – Anexo IX: Tabela relativa à Progressão por Titulação;

X – Anexo X: Ficha de Avaliação Estágio Probatório e de Progressão Horizontal.

Joaçaba (SC), em 04 de janeiro de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

## ANEXO I QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL EFETIVO DO PODER LEGISLATIVO

LOTAÇÃO: SECRETARIA ADMINISTRATIVA

CARGOS:	N.º vagas	Carga horária semanal	Vencimento Inicial	Requisitos para o Cargo
I - GRUPO FUNCIONAL SERVIÇOS LEGISLATIVOS (SLE)				
Analista Legislativo	01	30	R\$ 3.822,14	Nível Superior
Jornalista	01	30	R\$ 3.822,14	Curso superior em Jornalismo e registro no órgão competente
Auxiliar Legislativo	01	30	R\$ 3.503,62	Nível Superior
II - GRUPO FUNCIONAL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS (SAD)				
Advogado	01	30	R\$ 3.923,36	Curso superior em Direito e registro no órgão competente – OAB/SC
Contador	01	30	R\$ 4.213,06	Curso superior em Ciências Contábeis com registro no CRC/SC
Analista de Compras e Licitações	01	30	R\$ 4.459,16	Nível Superior
Técnico em Informática	01	30	R\$ 1.968,29	Nível Médio - Técnico em Informática
Secretário Recepcionista	01	30	R\$ 1.335,97	Nível Médio
Office Boy	01	30	R\$ 1.146,64	Nível Médio e carteira de motorista AB

## ANEXO II

## QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL COMISSIONADO DO PODER LEGISLATIVO

CARGO	N.º vagas	Carga horária semanal	Vencimento	Requisitos para o Cargo	Código
Assessor Parlamentar	01 Assessor por Vereador, limitado ao número de servidores efetivos <sup>1</sup> .	30	R\$ 1.852,88	-	CC-2
Assessor Jurídico	01	30	R\$ 3.871,24	Curso superior em Direito e registro no órgão competente – OAB/SC	CC-1

<sup>1</sup> Havendo maior quantidade de assessores em relação ao número de servidores efetivos, perderá a vaga a bancada partidária com maior número de Vereadores. Ocorrendo empate, a bancada com menor número de votos nas eleições municipais abdicará de uma vaga de Assessor Parlamentar.

## ANEXO III

## MANUAL DE OCUPAÇÕES SERVIDORES EFETIVOS

## ADVOGADO

- Elaborar os atos dos contratos e licitações;
- Acompanhar os contratos pertinentes à Câmara de Vereadores;
- Verificar a legalidade dos atos e dos projetos legislativos antes da apreciação pelo Plenário;
- Orientar a Mesa Diretora sobre eventuais medidas a serem tomadas;
- Orientar os demais vereadores nas atribuições de seus cargos;
- Representar o Poder Legislativo Municipal em todo e qualquer litígio no Poder Judiciário, em qualquer grau de jurisdição;
- Representar os Vereadores, no exercício de sua legislatura em todo e qualquer litígio no Poder Judiciário, em qualquer grau de jurisdição;
- Examinar e opinar em questões relativas a direitos, vantagens, deveres e obrigações dos servidores;
- Acompanhar e orientar os trabalhos do Assessor Jurídico;
- Auxiliar em outras tarefas quando solicitado.

## CONTADOR

- Elaborar planos de contas e preparar normas de trabalho de contabilidade;
- Elaborar os balancetes mensais, orçamentários, financeiro e patrimonial com os respectivos demonstrativos;
- Elaborar balanços gerais com os respectivos demonstrativos;
- Elaborar registros de operações contábeis;
- Organizar dados para a proposta orçamentária;
- Elaborar certificados de exatidão de balanços e outras peças contábeis;
- Acompanhar a legislação sobre execução orçamentária;
- Controlar empenhos, liquidação, ordens de pagamento e suas respectivas anulações;
- Orientar na organização de processo de tomada de prestação de contas;
- Assinar balanços e balancetes;

- k) Fazer registros sistemáticos da legislação pertinente às atividades de contabilidade e de administração financeira;
- l) Preparar relatórios informativos sobre a situação financeira e patrimonial quando solicitado;
- m) Opinar a respeito de consultas formuladas sobre matéria de natureza técnica, jurídico-contábil financeira e orçamentária, propondo se for o caso, as soluções cabíveis em tese;
- n) Emitir pareceres, laudos e informações sobre assuntos contábeis, financeiros e orçamentários;
- o) Salvar o patrimônio do Legislativo;
- p) Desempenhar outras tarefas afins.
- q) Auxiliar em outras tarefas quando solicitado.

#### ANALISTA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- a) Movimentar, em conjunto com o Presidente da Câmara contas bancárias, zelando por suas regularidades;
- b) Elaborar folha de pagamento dos vereadores, servidores e efetivos, assessores em comissão, e demais atos e obrigações assessórias pertinentes ao setor pessoal;
- c) Apoiar a Comissão de Licitação nas atividades inerentes à instrução do Processo Licitatório;
- d) Compras de expediente e material em geral;
- e) Manter arquivo do setor;
- f) Auxiliar em outras tarefas, quando solicitado.

#### ANALISTA LEGISLATIVO

- a) Elaborar projetos de leis legislativos;
- b) Elaborar indicações, requerimentos, pedidos de informações, moções, projetos de resolução, solicitados pela Presidência e/ou vereadores;
- c) Elaborar toda e qualquer correspondência solicitada pela Presidência e/ou vereadores;
- d) Acompanhar a tramitação de todos os documentos oficiais da Câmara, processando-os, promovendo o cumprimento dos despachos e o encaminhamento ao Executivo;
- e) Alimentar página da Câmara no site oficial com todos os atos legislativos;
- f) Elaborar a pauta das Sessões, sempre com a supervisão da Presidência;
- g) Auxiliar em outras tarefas, quando solicitado.

#### JORNALISTA

- a) Coordenar e executar atividades compreendida pela área de comunicação escrita e falada dos atos da Câmara de Vereadores e nos trabalhos desenvolvidos pela TV Câmara;
- b) Prestar serviços de assessoria de imprensa à Presidência da Câmara e aos Vereadores;
- c) Elaborar resumos dos fatos e atividades da Câmara para distribuição à imprensa em geral;
- d) Manter atualizada página na web com fatos e eventos que dizem respeito à divulgação dos atos legislativos em geral;
- e) Elaborar informativos e demais publicações da Câmara de Vereadores;
- f) Cuidar do Protocolo das Sessões Solenes e dos eventos produzidos pela Câmara de Vereadores;
- g) Elaborar relatórios das atividades de imprensa e divulgação;
- h) Acompanhar as sessões da Câmara;
- i) Acompanhar o Presidente nos eventos e registrá-los;
- j) Acompanhar, quando solicitado, vereadores em eventos e registrá-los.
- k) Orientar o técnico em informática para operacionalizar os equipamentos da TV Câmara;
- l) Auxiliar em outras tarefas quando solicitado

#### AUXILIAR LEGISLATIVO

- a) Auxiliar o Analista Legislativo;
- b) Auxiliar o Presidente da Câmara, acompanhar as sessões e lavrar suas atas;
- c) Organizar o arquivo geral do Setor Legislativo;
- d) Todos os serviços de mala direta;
- e) Agendar todos os eventos oficiais, comunitários ou sociais, e comunicar, em tempo hábil ao Presidente e aos Vereadores;
- f) Comunicar os Vereadores dos eventos e convocações da Presidência;
- g) Organizar e distribuir as matérias para os Vereadores e encaminhar os originais para pauta da Sessão;
- h) Auxiliar em outras tarefas quando solicitado.

#### TÉCNICO EM INFORMÁTICA

- a) Manutenção de todos os computadores, notebooks, impressoras e demais equipamentos de informática;
- b) Manutenção da rede de computadores e notebooks;
- c) Manutenção da internet;
- d) Instalação e configuração de softwares e hardwares, orientando os usuários nas especificações e comandos necessários para sua utilização;
- e) Execução do suporte técnico necessário para garantir o bom funcionamento dos equipamentos, com substituição, configuração e instalação de módulos, partes e componentes;
- f) Participação em programas de treinamento, quando convocado;
- g) Auxiliar o jornalista operacionalizando os equipamentos da TV Câmara para divulgação das sessões ao vivo e demais programas;
- h) Auxiliar o jornalista na edição do programa semanal de rádio;
- i) Auxiliar o funcionário responsável pelo controle de patrimônio no levantamento e cadastramento no sistema de informática;
- j) Auxiliar a instalação e operacionalização dos equipamentos de sonorização do plenário com o acompanhamento das sessões da Câmara;
- k) Controlar e zelar pela correta utilização dos equipamentos de informática;
- l) Auxiliar em outras tarefas quando solicitado.

**SECRETÁRIO RECEPCIONISTA**

- a) Protocolo de documentos;
- b) Atendimento ao público;
- c) Atendimento telefônico;
- d) Responsável pela abertura e fechamento do plenário, no horário normal de funcionamento da Câmara Municipal;
- e) Recepção e processamento das correspondências dos Parlamentares;
- f) Fotocopiar e digitar documentos quando solicitado;
- g) Desempenhar outras tarefas afins, quando solicitado;
- h) Elaboração, confecção e digitação de ata, quando solicitado.
- i) Auxiliar em outras tarefas quando solicitado.

**OFFICE BOY**

- a) Serviços diversos fora da sede da casa legislativa,
- b) Realizar serviços bancários;
- c) Apoio operacional às áreas administrativas, financeiras e legislativas;
- d) Conduzir qualquer meio de transporte do Poder Legislativo ou próprio, quando habilitado e autorizado, para o exercício das funções;
- e) Auxiliar em outras tarefas quando solicitado.

**ANEXO IV****MANUAL DE OCUPAÇÕES SERVIDORES COMISSIONADOS****ASSESSOR PARLAMENTAR**

- a) Assistir e colaborar com o vereador em todas as atividades do Processo Legislativo;
- b) Acompanhar as sessões do legislativo;
- c) Proceder a pesquisa de materiais para possíveis projetos legislativos;
- d) Proceder a elaboração de qualquer proposição legislativa, quando solicitado;
- e) Recepcionar e encaminhar as correspondências do Vereador;
- f) Agendar os eventos do Vereador;
- g) Responsável pela abertura e fechamento das dependências do Poder Legislativo em dias de sessões, caso este seja nomeado pelo Vereador Presidente;
- h) Auxiliar em outras tarefas quando solicitado.

**ASSESSOR JURIDICO**

- a) Fornecer pareceres por escrito de todas as matérias que derem entrada na Casa Legislativa;
- b) Prestar consultoria e assessoria jurídica à Presidência da Casa;
- c) Acompanhar as reuniões e auxiliar as Comissões Permanentes e Temporárias;
- d) Acompanhar as Sessões da Câmara;
- e) Verificar a legalidade das proposições e dos projetos oriundos do Executivo, antes da apreciação pelo Plenário e orientar a Mesa Diretora sobre eventuais medidas a serem tomadas;
- f) Auxiliar em outras tarefas, quando solicitado.

**ANEXO V****TABELA DE PROGRESSÕES PARA FINS DE ENQUADRAMENTO E PROGRESSÃO DOS SERVIDORES**

			I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
	GRUPO											
Advogado	SAD	A	3.923,36	4.001,81	4.080,30	4.158,76	4.237,23	4.315,68	4.394,15	4.472,63	4.551,10	4.629,55
		B	4.708,01	4.802,17	4.896,32	4.990,49	5.084,64	5.178,80	5.272,97	5.367,12	5.461,29	5.555,45
		C	5.649,61	5.762,61	5.875,59	5.988,60	6.101,59	6.214,57	6.327,56	6.440,56	6.553,56	6.666,55
		D	6.779,54	6.915,13	7.053,43	7.194,50	7.338,39	7.485,16	7.634,86	7.787,56	7.943,31	8.102,17
		E	8.135,44	8.298,15	8.464,12	8.633,40	8.806,07	8.982,19	9.161,83	9.345,07	9.531,97	9.722,61
		F	9.762,53	9.957,78	10.156,94	10.360,08	10.567,28	10.778,63	10.994,20	11.214,08	11.438,36	11.667,13
		G	11.715,04	11.949,34	12.188,33	12.432,09	12.680,74	12.934,35	13.193,04	13.456,90	13.726,04	14.000,56
		H	14.058,05	14.339,21	14.625,99	14.918,51	15.216,88	15.521,22	15.831,65	16.148,28	16.471,24	16.800,67
Contador	SAD	A	4.213,06	4.297,33	4.381,58	4.465,84	4.550,11	4.634,36	4.718,62	4.802,89	4.887,14	4.971,41
		B	5.055,68	5.156,78	5.257,90	5.359,00	5.460,03	5.561,24	5.662,35	5.763,46	5.864,57	5.965,70
		C	6.066,80	6.188,14	6.309,47	6.430,81	6.552,14	6.673,48	6.794,82	6.916,16	7.037,51	7.158,81
		D	7.280,16	7.425,76	7.574,28	7.725,76	7.880,28	8.037,88	8.198,64	8.362,61	8.529,87	8.700,46
		E	8.736,19	8.910,91	9.089,13	9.270,91	9.456,33	9.645,46	9.838,37	10.035,14	10.235,84	10.440,56
		F	10.483,43	10.693,10	10.906,96	11.125,10	11.347,60	11.574,55	11.806,04	12.042,16	12.283,01	12.528,67
		G	12.580,11	12.831,72	13.088,35	13.350,12	13.617,12	13.889,46	14.167,25	14.450,60	14.739,61	15.034,40
		H	15.096,14	15.398,06	15.706,02	16.020,14	16.340,54	16.667,35	17.000,70	17.340,71	17.687,53	18.041,28

Analista de Compras e Licitações	SAD	A	4.459,16	4.548,34	4.637,52	4.726,70	4.815,89	4.905,07	4.994,26	5.083,43	5.172,63	5.261,80
		B	5.350,98	5.458,02	5.565,03	5.672,04	5.779,07	5.886,09	5.993,10	6.100,13	6.207,14	6.314,17
		C	6.421,18	6.549,61	6.678,03	6.806,45	6.934,87	7.063,30	7.191,72	7.320,15	7.448,58	7.576,99
		D	7.705,41	7.859,52	8.016,71	8.177,05	8.340,59	8.507,40	8.677,55	8.851,10	9.028,12	9.208,68
		E	9.246,50	9.431,43	9.620,06	9.812,46	10.008,71	10.208,88	10.413,06	10.621,32	10.833,74	11.050,42
		F	11.095,80	11.317,71	11.544,07	11.774,95	12.010,45	12.250,66	12.495,67	12.745,58	13.000,49	13.260,50
		G	13.314,96	13.581,25	13.852,88	14.129,94	14.412,54	14.700,79	14.994,80	15.294,70	15.600,59	15.912,60
		H	15.977,95	16.297,51	16.623,46	16.955,92	17.295,04	17.640,94	17.993,76	18.353,64	18.720,71	19.095,13
Analista Legislativo	SEL	A	3.822,14	3.898,58	3.975,03	4.051,46	4.127,90	4.204,35	4.280,79	4.357,23	4.433,67	4.510,11
		B	4.586,56	4.678,29	4.770,02	4.861,75	4.953,49	5.045,22	5.136,95	5.228,68	5.320,40	5.412,13
		C	5.503,88	5.613,96	5.724,03	5.834,11	5.944,18	6.054,26	6.164,34	6.274,42	6.384,50	6.494,57
		D	6.604,66	6.736,75	6.871,48	7.008,91	7.149,09	7.292,07	7.437,91	7.586,67	7.738,41	7.893,17
		E	7.925,59	8.084,10	8.245,78	8.410,70	8.578,91	8.750,49	8.925,50	9.104,01	9.286,09	9.471,81
		F	9.510,70	9.700,92	9.894,94	10.092,84	10.294,69	10.500,59	10.710,60	10.924,81	11.143,31	11.366,17
		G	11.412,84	11.641,10	11.873,92	12.111,40	12.353,63	12.600,70	12.852,72	13.109,77	13.371,97	13.639,41
		H	13.695,41	13.969,32	14.248,71	14.533,68	14.824,36	15.120,84	15.423,26	15.731,73	16.046,36	16.367,29
Jornalista	SEL	A	3.822,14	3.898,58	3.975,03	4.051,46	4.127,90	4.204,35	4.280,79	4.357,23	4.433,67	4.510,11
		B	4.586,56	4.678,29	4.770,02	4.861,75	4.953,49	5.045,22	5.136,95	5.228,68	5.320,40	5.412,13
		C	5.503,88	5.613,96	5.724,03	5.834,11	5.944,18	6.054,26	6.164,34	6.274,42	6.384,50	6.494,57
		D	6.604,66	6.736,75	6.871,48	7.008,91	7.149,09	7.292,07	7.437,91	7.586,67	7.738,41	7.893,17
		E	7.925,59	8.084,10	8.245,78	8.410,70	8.578,91	8.750,49	8.925,50	9.104,01	9.286,09	9.471,81
		F	9.510,70	9.700,92	9.894,94	10.092,84	10.294,69	10.500,59	10.710,60	10.924,81	11.143,31	11.366,17
		G	11.412,84	11.641,10	11.873,92	12.111,40	12.353,63	12.600,70	12.852,72	13.109,77	13.371,97	13.639,41
		H	13.695,41	13.969,32	14.248,71	14.533,68	14.824,36	15.120,84	15.423,26	15.731,73	16.046,36	16.367,29
Auxiliar Legislativo	SEL	A	3.503,62	3.573,69	3.643,77	3.713,84	3.783,92	3.853,99	3.924,05	3.994,13	4.064,20	4.134,28
		B	4.204,35	4.288,43	4.372,52	4.456,60	4.540,69	4.624,78	4.708,87	4.792,95	4.877,05	4.961,13
		C	5.045,22	5.146,12	5.247,03	5.347,93	5.448,82	5.549,75	5.650,64	5.751,55	5.852,45	5.953,35
		D	6.054,27	6.175,36	6.298,86	6.424,84	6.553,34	6.684,40	6.818,09	6.954,45	7.093,54	7.235,41
		E	7.265,12	7.410,43	7.558,63	7.709,81	7.864,00	8.021,28	8.181,71	8.345,34	8.512,25	8.682,50
		F	8.718,15	8.892,51	9.070,36	9.251,77	9.436,80	9.625,54	9.818,05	10.014,41	10.214,70	10.418,99
		G	10.461,78	10.671,01	10.884,43	11.102,12	11.324,17	11.550,65	11.781,66	12.017,29	12.257,64	12.502,79
		H	12.554,13	12.805,22	13.061,32	13.322,55	13.589,00	13.860,78	14.137,99	14.420,75	14.709,17	15.003,35
Técnico em Informática	SAD	A	1.968,29	2.007,66	2.047,00	2.086,38	2.125,74	2.165,10	2.204,48	2.243,85	2.283,23	2.322,58
		B	2.361,94	2.409,18	2.456,41	2.503,65	2.550,89	2.598,13	2.645,36	2.692,60	2.739,85	2.787,09
		C	2.834,34	2.891,02	2.947,71	3.004,39	3.061,08	3.117,76	3.174,45	3.231,14	3.287,82	3.344,52
		D	3.401,21	3.469,24	3.538,62	3.609,39	3.681,58	3.755,21	3.830,32	3.906,92	3.985,06	4.064,76
		E	4.081,47	4.163,09	4.246,36	4.331,28	4.417,91	4.506,27	4.596,39	4.688,32	4.782,09	4.877,73
		F	4.897,77	4.995,72	5.095,64	5.197,55	5.301,50	5.407,53	5.515,68	5.626,00	5.738,52	5.853,29
		G	5.877,33	5.994,88	6.114,78	6.237,07	6.361,81	6.489,05	6.618,83	6.751,21	6.886,23	7.023,96
		H	7.052,81	7.193,86	7.337,74	7.484,50	7.634,19	7.786,87	7.942,61	8.101,46	8.263,49	8.428,76
Recepcionista/Secretário	SAD	A	1.335,97	1.362,70	1.389,40	1.416,13	1.442,86	1.469,57	1.496,28	1.523,00	1.549,72	1.576,45
		B	1.603,16	1.635,23	1.667,27	1.699,35	1.731,42	1.763,47	1.795,53	1.827,60	1.859,66	1.891,73
		C	1.923,80	1.962,27	2.000,75	2.039,22	2.077,70	2.116,18	2.154,65	2.193,14	2.231,60	2.270,08
		D	2.308,56	2.354,73	2.401,82	2.449,86	2.498,86	2.548,83	2.599,81	2.651,81	2.704,84	2.758,94
		E	2.770,27	2.825,67	2.882,19	2.939,83	2.998,63	3.058,60	3.119,77	3.182,17	3.245,81	3.310,73
		F	3.324,32	3.390,81	3.458,62	3.527,80	3.598,35	3.670,32	3.743,73	3.818,60	3.894,97	3.972,87
		G	3.989,19	4.068,97	4.150,35	4.233,36	4.318,02	4.404,38	4.492,47	4.582,32	4.673,97	4.767,45
		H	4.787,02	4.882,76	4.980,42	5.080,03	5.181,63	5.285,26	5.390,96	5.498,78	5.608,76	5.720,93



Office-Boy	SAD	A	1.146,64	1.169,57	1.192,50	1.215,43	1.238,36	1.261,30	1.284,24	1.307,16	1.330,10	1.353,04
		B	1.375,98	1.403,49	1.431,01	1.458,54	1.486,06	1.513,57	1.541,08	1.568,62	1.596,13	1.623,65
		C	1.651,16	1.683,41	1.717,20	1.750,23	1.783,26	1.816,27	1.849,30	1.882,33	1.915,34	1.948,36
		D	1.981,40	2.021,02	2.061,44	2.102,67	2.144,73	2.187,62	2.231,37	2.276,00	2.321,52	2.367,95
		E	2.377,68	2.425,23	2.473,73	2.523,21	2.573,67	2.625,15	2.677,65	2.731,20	2.785,83	2.841,54
		F	2.853,21	2.910,27	2.968,48	3.027,85	3.088,41	3.150,18	3.213,18	3.277,44	3.342,99	3.409,85
		G	3.423,85	3.492,33	3.562,18	3.633,42	3.706,09	3.780,21	3.855,81	3.932,93	4.011,59	4.091,82
		H	4.108,62	4.190,80	4.274,61	4.360,10	4.447,31	4.536,25	4.626,98	4.719,52	4.813,91	4.910,19

## ANEXO SUBSIDIO FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Função de Confiança Código Qtd Valor  
 Controle Interno C-1 01 1.520,00

## ANEXO VII

## ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES EFETIVOS ATUAIS

	Grupo	Novo Enquadramento	Vencimentos
Analista Legislativo	SEL	A I	3.822,14
Jornalista	SEL	B III	4.770,02
Auxiliar Legislativo	SEL	B V	4.540,69
Advogado	SAD	A I	3.923,36
Contador	SAD	B V	5.460,03
Analista de Compras e Licitações	SAD	B III	5.565,03
Técnico em Informática	SAD	A II	2.007,66
Recepcionista/Secretário	SAD	B III	1.667,27
Office-Boy	SAD	A I	1.146,64

## ANEXO VIII

## ENQUADRAMENTO PROGRESSÃO POR MÉRITO

	Grupo	Data de Admissão	Estável/Estágio Probatório	Início da Progressão
Analista Legislativo	SEL	15/08/2014	Estágio Probatório	01/01/2018
Jornalista	SEL	01/03/2012	Estável	01/01/2016
Auxiliar Legislativo	SEL	06/03/1991	Estável	01/01/2016
Advogado	SAD	02/02/2015	Estágio Probatório	01/01/2019
Contador	SAD	28/11/2007	Estável	01/01/2016
Analista de Compras e Licitações	SAD	02/08/2013	Estágio Probatório	01/01/2016
Técnico em Informática	SAD	08/10/2013	Estágio Probatório	01/01/2017
Recepcionista/Secretário	SAD	16/08/2010	Estável	01/01/2016
Office-Boy	SAD	-	-	-

## ANEXO IX

## TABELA RELATIVA À PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO

GRUPO DE CARGOS	NOVA TITULAÇÃO	PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO
Serviços Legislativos (SEL)	Curso superior completo na área de atuação mais pós- graduação completa na área específica ou afim*, dispensada a apresentação de monografia ou artigo.	Progressão 10 referências
Serviços Legislativos (SEL)	Curso superior completo na área de atuação mais pós- graduação completa na área específica ou afim*, a nível de mestrado, dispensada a apresentação da dissertação.	Progressão 10 referências
Serviços Legislativos (SEL)	Curso superior completo na área de atuação mais pós- graduação completa na área específica ou afim*, a nível de doutorado, dispensada a apresentação da tese.	Progressão 10 referências

Serviços Administrativos (SAD)	Ensino médio, mais curso superior completo na área específica ou a fim*, dispensada a apresentação de monografia ou artigo.	Progressão 10 referências
Serviços Administrativos (SAD)	Curso superior completo na área de atuação mais pós-graduação completa na área específica ou afim*, dispensada a apresentação de monografia ou artigo.	Progressão 10 referências
Serviços Administrativos (SAD)	Curso superior completo na área de atuação mais pós-graduação completa na área específica ou afim*, a nível de mestrado, dispensada a apresentação da dissertação.	Progressão 10 referências
Serviços Administrativos (SAD)	Curso superior completo na área de atuação mais pós-graduação completa na área específica ou afim*, a nível de doutorado, dispensada a apresentação da tese.	Progressão 10 referências

\*Áreas afins são aquelas apresentadas no artigo 7º desta Lei Complementar.

# ANEXO X

## FICHA DE AVALIAÇÃO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DE PROGRESSÃO HORIZONTAL

CONCEITOS	
1 - INSUFICIENTE	3 - BOM
2 - REGULAR	4 - OTIMO

CONCEITO	1	2	3	4
DIMENSÃO INSTITUCIONAL - Características que agregam valor e contribuem para o desenvolvimento da Instituição	X	X	X	X
ENGAJAMENTO INSTITUCIONAL Responsabilidade e cuidado no tratamento do patrimônio do órgão.				
DIMENSÃO FUNCIONAL – Características que geram impacto nos processos e formas de trabalho.	X	X	X	X
QUALIDADE E PRODUTIVIDADE Realiza suas atividades de forma completa, precisa e criteriosa, atendendo aos padrões de qualidade esperados.				
HABILIDADE TÉCNICA Nível de conhecimento sobre os procedimentos, normas e padrões internos necessários para exercer a função.				
ENERGIA E DISPOSIÇÃO PARA O TRABALHO Demonstra interesse, entusiasmo e determinação na execução de suas atividades. É proativo.				
PONTUALIDADE / ASSIDUIDADE Cumprir a jornada de trabalho pré-estabelecida tanto no aspecto horário como em frequência.				
TRABALHO EM EQUIPE Habilidade de interagir com os demais membros da equipe e saber ouvir posições contrárias. Busca alternativas e contribui para a atuação positiva dos demais. Está sempre pronto a cooperar.				
DIMENSÃO INDIVIDUAL – Características que aparecem nas atitudes, comportamentos e são um diferencial do servidor.	X	X	X	X
ATUALIZAÇÃO É preocupado com seu desenvolvimento profissional. Toma para si a responsabilidade de manter-se atualizado. Procura prover os meios de preencher as lacunas de competências técnico-funcionais, solicitando, quando necessário, apoio institucional.				
ORIENTAÇÃO PARA O USUÁRIO Estabelece contatos pessoais, independentes de nível hierárquico, de forma assertiva, buscando atender às expectativas e necessidades dos usuários internos e/ou externos.				
FLEXIBILIDADE / ADAPTABILIDADE Reage bem a mudanças. Tem facilidade para utilizar novos métodos, procedimentos e ferramentas, adaptando-se rapidamente às necessidades e mudanças na rotina de seu trabalho.				
RELACIONAMENTO INTERPESSOAL Habilidade no relacionamento com seus pares, superiores, subordinados (se houver) e usuários.				
Total de Pontos				
Pontos totalizados:				

GRAU OBTIDO		
Até 10 pontos	Insuficiente	Menor Contribuidor Na maioria das vezes, contribui pouco para os resultados de sua Área.
De 11 à 20 pontos	Regular	Contribuidor Parcial Em geral, contribui de forma parcial para os resultados de sua Área.
De 21 à 30 pontos	Bom	Bom Contribuidor Em geral, alcança os objetivos de forma adequada contribuindo para os resultados de sua Área.
Acima de 31 pontos	Ótimo	Excelente Contribuidor Na maioria das vezes, supera o esperado. Seu desempenho é reconhecido por todos com destaque.

Comentários (opcional)

Avaliado

Avaliador

--	--

NUMERO DE PONTOS TOTALIZADOS APÓS PONDERAÇÕES

--

Assinaturas

Avaliadores	Avaliado
1.	
2.	
3.	

**PORTARIA N.º 5210**

PORTARIA N.º 5.210 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO POR PERMUTA a(o) Sr(a). QUELI CRISTINA BITTENCOURT ZANELLA, Professor Nível I (Licenciatura), do Centro educacional Roberto Trompowsky, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso III, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, conforme requerimento n.º 140.799 de 04 de dezembro de 2015, permuta com a servidora Liane Orsatto Perosa.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO POR PERMUTA a(o) Sr(a). QUELI CRISTINA BITTENCOURT ZANELLA, Professor Nível I (Licenciatura), no Centro Educacional Frei Bruno, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso III, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, conforme requerimento n.º 140.799 de 04 de dezembro de 2015, permuta com a servidora Liane Orsatto Perosa, sendo que tal lotação efetiva-se a partir do ano letivo de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de janeiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5211**

PORTARIA N.º 5.211 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO POR PERMUTA a(o) Sr(a). LIANE ORSATTO PEROSA, Professor Nível I (Licenciatura), do Centro Educacional Frei Bruno, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso III, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, conforme requerimento n.º 140.799 de 04 de dezembro de 2015, permuta com a servidora Queli Cristina Bittencourt Zanella.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO POR PERMUTA a(o) Sr(a). LIANE ORSATTO PEROSA, Professor Nível I (Licenciatura), no Centro Educacional

Roberto Trompowsky, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso III, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, conforme requerimento n.º 140.799 de 04 de dezembro de 2015, permuta com a servidora Queli Cristina Bittencout Zanella, sendo que tal lotação efetiva-se a partir do ano letivo de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de janeiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 5212**

PORTARIA Nº 5.212 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JANA TERESINHA PINTO PILGER, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada de memorando da Gerencia de Recursos Humanos, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 04 de janeiro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 04 de janeiro de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 08 de janeiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 5213**

PORTARIA Nº 5.213 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

“TRANSFERIR SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE

Art. 1º - TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. MARCIA MARIANA COLUSSO, Técnico de Administração, lotada na Secretaria Municipal de Educação para o Gabinete do Prefeito Municipal, para atendimento do TAC – Termo de Ajustamento de Conduta de 19 de junho de 1997, procedimento administrativo SIG n.º 09.2011.00000001-8 e ofício n.º 0396/2015/01/PJ/JOA do Ministério Público de Santa Catarina.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 12 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 08 de janeiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PREGÃO 0057/2015 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0078/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0057/2015

PROTOCOLO JHL 3402/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0057/2015 – Licitação 0078/2015, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Contratação de órgão de imprensa escrita, de grande circulação estadual, para publicação dos avisos de licitação do SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 14h00m do dia 21/01/2016 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 21/01/2016 às 14h:10m, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 11/01/2016 a 21/01/2016.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 08 de janeiro de 2015.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE.

**RESUMO CONTRATO JHL 0001/2016 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0001/2016

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0046/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0063/2015

PROTOCOLO Nº 3124/2015

Data assinatura: 06/01/2016

Objeto: Contratação de seguros para os veículos da frota do SIMAE.

Contratado: GENTE SEGURADORA S/A.

Valor Contratado: R\$ 3.990,00 (três mil, novecentos e noventa reais).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.061/2.062

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.69.00.00.00

Prazo de vigência: 07/01/2016 a 07/01/2017.

Paulo César Lamin – Diretor Adjunto do SIMAE

# Lages

## PREFEITURA

### PP 03 E 04-2016 PML

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 03-2016 PML  
Objeto: Aquisição de Arla 32  
Tipo: Menor Preço Por Item  
Abertura: 19/02/2016 às 16:30  
Valor Estimado: R\$ 19.360,00

Modalidade: PP 04-2016 PML  
Objeto: Aquisição de Produtos Lubrificantes  
Tipo: Menor Preço Por Item  
Abertura: 19/02/2016 às 13:30  
Valor Estimado: R\$ 187.012,25

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br) sem ônus.  
Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 11 de janeiro de 2016.  
Pedro Marcos Ortiz  
Secretário de Administração

### RERRATIFICAÇÃO PP 157-2015 PML

#### RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2015 PML  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS "POR HORA CHEIA TRABALHADA," DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, COM MOTORISTA E/OU OPERADOR DEVIDAMENTE HABILITADO(S), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a solicitação da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II – Planilha Orçamentária do Edital em comento, conforme segue abaixo:

- No valor estimado do item 06, leia-se: R\$ 128,58

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 13:30 horas do dia 12/01/2016, para às 13:30 do dia 18/02/2016. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 08 de janeiro de 2016.  
Pedro Marcos Ortiz  
Secretário de Administração



# Lebon Régis

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº: 39/2015 LICITAÇÃO: TP01/2015.**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Contrato Nº: 39/2015 licitação: TP01/2015.

Objeto: Renovação do contrato em epígrafe por 03 (três) meses passando a vigência até 31/03/2016 referente a LOCAÇÃO DE IMÓVEL para instalação e funcionamento de empresa Trivero Industria e Comercio de Alumínios Ltda. conforme autorizado pela Lei Municipal n. 1.491/2014. Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS. Contratado: CLECI APRECIDA MAITELLI RIBEIRO DE DEUS - 579.240.749-53. Alterando a cláusula terceira passando a vigorar o Valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensais de acordo com o salário mínimo vigente. Vigência: 01/01/2016. Término: 31/03/2016.

Lebon Régis, 22/12/2015.

CENERI FERLIN-Prefeito Municipal em exercício.

**DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2016 - PROCESSO LICITATÓRIO 05/2016**

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2016 - PROCESSO LICITATÓRIO 05/2016

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto n. 072/2015, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a instauração de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal n.º 8.666/93; e bem como a Legislação Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMARP, Lei Municipal nº 1.293, de 23 de abril de 2009, bem como as cláusulas do Contrato de Programa 09/2010. Objeto: - Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Lebon Régis ao CISAMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 09/2010. Valor total de R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais) divididos em 12 parcelas mensais de R\$1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais).

objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Lebon Régis ao CISAMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 09/2010. A importância é variável de acordo com a utilização dos serviços mensais, expressa em relatório de gastos encaminhado mensalmente pelo CISAMARP e disponível no programa informatizado ao Município. A cota anual máxima prevista do município é de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), sendo a média mensal de R\$ 27.272,72 (Vinte e sete mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e dois centavos) podendo ser utilizada fracionando-se o valor anual nos meses do ano conforme for conveniente ao município.

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CISAMARP –CNPJ: 11.023.771/0001-10.

Lebon Régis, 08 de janeiro de 2016.

José Vanderlei de Campos - Presidente.

**Leoberto Leal****PREFEITURA****DECRETO N.º 002/2016**

DECRETO Nº 002, DE 07 DE JANEIRO DE 2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso III da Lei nº 1.200, de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, no valor de R\$ 3.404,26 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	3.404,26
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	3.404,26
Função	12	Educação	3.404,26
Sub-função	361	Ensino Fundamental	3.404,26
Programa	04	Educação é Tudo	3.404,26
Atividade	2.006	Remun. De Profissionais do Magistério – Ens. Fundamental (60% FUNDEB)	3.404,26
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	3.404,26
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	3.404,26
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	3.404,26
Fonte de Recursos	0.3.0018.0	Transferências do FUNDEB - Superávit	3.404,26
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR .....			3.404,26

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior na seguinte fonte:

Fonte	Código Fonte	Valor
Transferências do FUNDEB	0.1.0018	3.404,26
TOTAL DO SUPERAVIT .....		3.404,26

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 07 de janeiro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 - PMLL**

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

TIPO: "Menor Preço por Item". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de expediente para a Secretaria da Educação, Cultura e Desporto do Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 002/2016. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 21 de janeiro de 2016. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site [www.leobertoleal.sc.gov.br](http://www.leobertoleal.sc.gov.br). Informações fone: (48) 3268 1212. Em 08/01/2016. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA- Prefeita Municipal.

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATOS ASSINADOS EM DEZEMBRO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 186/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA  
Licitação: PREGÃO Nº 46/2015  
Objeto: Aquisição de equipamentos de informática, aparelhos telefônicos, e GPS.  
Valor: R\$ 11.973,00  
Vigência: 01 dezembro de 2016.  
Assinatura: 01 dezembro de 2015.  
Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 187/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: TENDÊNCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA  
Licitação: PREGÃO Nº 46/2015  
Objeto: Aquisição de cadeiras, equipamentos e materiais de informática, cartuchos e toners para impressoras.  
Valor: R\$ 6.091,00  
Vigência: 01 dezembro de 2016.  
Assinatura: 01 dezembro de 2015.  
Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 188/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA  
Licitação: PREGÃO Nº 46/2015  
Objeto: Aquisição de equipamentos de informática.  
Valor: R\$ 20.550,00  
Vigência: 01 dezembro de 2016.  
Assinatura: 01 dezembro de 2015.  
Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 189/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: JUCEMAR CASON ME  
Licitação: PREGÃO Nº 46/2015  
Objeto: Aquisição de móveis sob medida.  
Valor: R\$ 2.010,00  
Vigência: 01 dezembro de 2016.  
Assinatura: 01 dezembro de 2015.  
Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 190/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA  
Licitação: PREGÃO Nº 46/2015  
Objeto: Aquisição de bancos para jardim, microfones profissionais, discos para tacógrafos e câmera digital.  
Valor: R\$ 10.311,00  
Vigência: 01 dezembro de 2016.  
Assinatura: 01 dezembro de 2015.  
Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 191/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: FRANCIELI HAIDUK RIGO ME  
Licitação: PREGÃO Nº 46/2015  
Objeto: Aquisição de caixas térmicas, aparelho de DVD, tapete, nichos em MDF, mouses e teclados para microcomputadores.  
Valor: R\$ 2.526,00  
Vigência: 01 dezembro de 2016.  
Assinatura: 01 dezembro de 2015.  
Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 192/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: JORGE LUIS PEDROTTI MACHADO 56125844072  
Objeto: Serviços de sonorização e serviços musicais, compreendendo equipamentos, instrumentos e músicos, para apresentação no evento "Festa da Polenta e do Queijo".  
Valor: R\$ 1.150,00  
Vigência: 11 de dezembro de 2015.  
Assinatura: 03 de dezembro de 2015.  
Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 193/2015 - TA 17/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: CONSTRUTORA UNIÃO LTDA  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2014  
Objeto: Realização de mais 52 horas de serviços com trator de esteiras e 25 horas de serviços com escavadeira hidráulica.  
Valor: R\$ 15.423,00  
Vigência: 01 dezembro de 2016.  
Assinatura: 31 dezembro de 2015.  
Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 194/2015 - 3º TA 241/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS  
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contratual.  
Valor estimado para o exercício 2016: R\$ 6.000,00  
Vigência: 03 janeiro de 2017.  
Assinatura: 07 dezembro de 2015.  
Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 195/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: TOTAL OESTE LTDA  
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de inspeção, higienização e manutenção de equipamentos de climatização e ar condicionado.  
Valor: R\$ 2.090,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2015.  
Assinatura: 09 de dezembro de 2015.  
Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 196/2015 – 1º TA 71/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: SBM – SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA  
Licitação: PREGÃO Nº 20/2015  
Objeto: Fornecimento de 20 m³ de areia industrial.  
Valor: R\$ 1.190,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2015.  
Assinatura: 10 de dezembro de 2015.  
Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 197/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: JACUTINGA AMBIENTAL LTDA  
Objeto: Prestação de serviços de engenharia sanitária, para coleta no reservatório, transporte, tratamento e destinação final de efluentes oriundos de lavagem de máquinas pesadas e veículos.  
Valor: R\$ 1.680,00  
Vigência: 180 dias consecutivos, contados a partir da data da assinatura.  
Assinatura: 10 de dezembro de 2015.  
Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 198/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: BABINSKI BOLSAS EIRELI  
Licitação: PREGÃO Nº 49/2015  
Objeto: Aquisição de squeeses e mochilas.  
Valor: R\$ 5.194,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2015.  
Assinatura: 10 de dezembro de 2015.  
Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 199/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: CORDIAL DISTRIBUIDORA DE AUTOMÓVEIS LTDA  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2015  
Objeto: Aquisição um veículo novo tipo camionete cabine estendida zero km.  
Valor: até R\$ 400.000,00  
Vigência: 14 de janeiro de 2017.  
Assinatura: 14 de dezembro de 2015.  
Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 200/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: ABATEDOURO LOSS LTDA  
Licitação: CONCORRÊNCIA 03/2015  
Objeto: Outorga de incentivos econômicos a empresa do ramo de atividade de abatedouro, para abate de médios e grandes animais (especialmente bovinos e suínos).  
Valor: até R\$ 400.000,00  
Vigência: 16 de dezembro de 2025.

Assinatura: 16 de dezembro de 2.015.  
Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 202/2015 - 1º TA 179/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: CRI – COLETA, RECICLAGEM E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LIXO LTDA ME

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2014

Objeto: Prorrogação da vigência contratual por mais 12 meses consecutivos.

Valor: R\$ 59.500,00

Vigência: 18 de janeiro de 2.017.

Assinatura: 18 de dezembro de 2.015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 202/2015 - 1º TA 179/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: CRI – COLETA, RECICLAGEM E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LIXO LTDA ME

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2014

Objeto: Prorrogação da vigência do contrato de coleta de lixo por mais 12 meses consecutivos.

Vigência: 31 de dezembro de 2.016.

Assinatura: 21 de dezembro de 2.015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 203/2015 - 6º TA 116/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2013

Objeto: Prorrogação do contrato de locação, atualização e manutenção dos sistemas de informática nas áreas de contabilidade pública, planejamento, compras e licitações, folha de pagamento, tributação municipal, patrimônio público, sistema de atendimento ao cidadão via internet, tesouraria e portal da transparência, por mais 12 meses consecutivos.

Valor Total para 2016: R\$ 47.141,04

Vigência: 31 de dezembro de 2.016.

Assinatura: 21 de dezembro de 2.015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 204/2015 - 1º TA 25/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: EMPRESA EDITORA CONCÓRDIA LTDA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2014

Objeto: Prorrogação da vigência do contrato de publicação de atos oficiais, por mais 12 meses consecutivos.

Vigência: 31 de dezembro de 2.016.

Assinatura: 21 de dezembro de 2.015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 205/2015 - 3º TA 223/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: CONECT TURBO PROVEDOR DE INTERNET LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 66/2013

Objeto: Prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços de acesso a internet via radiofrequência.

Vigência: 31 de dezembro de 2.016.

Assinatura: 22 de dezembro de 2.015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 206/2015 - 2º TA 43/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: Cooperativa de crédito de livre admissão de associados do alto Uruguai catarinense – Sicoob Crediauc

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014

Objeto: Prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviço de cobrança de boletos, relativos a tributos (IPTU, ISSQN e TLLF, contribuição de melhorias, taxas, dívida ativa e itbi e outros), por mais 12 meses consecutivos.

Vigência: 31 de dezembro de 2.016.

Assinatura: 22 de dezembro de 2.015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 208/2015 - 4º TA 19/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

CONTRATADA: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2014

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de execução da obra de pavimentação asfáltica com c.b.u.q., nas Ruas Getúlio Vargas, Anita Garibaldi, e Ricardo Frare, por mais 90 dias.

Vigência: 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 22 de dezembro de 2.015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 209/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:



CONTRATADA: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2015

Objeto: Contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos:

I - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

II – REGIN;

III – Simples Nacional.

Valor para 2016: R\$ 8.520,00

Vigência: 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 23 de dezembro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 210/2015 – 1º TA 132/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

CONTRATADA: JACUTINGA AMBIENTAL LTDA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2015

Objeto: Prorrogação da vigência contratual, para prestação dos serviços de coleta no reservatório, transporte, tratamento e destinação final de esgotos sanitários.

Valor estimado para 2016: até R\$ 18.000,00

Vigência: 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 24 de dezembro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 211/2015 – 2º TA 15/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

CONTRATADA: ALTO URUGUAI SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA - ME

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual e do prazo de entrega do Estudo de Conformidade Ambiental – ECA, e dos Relatórios de Análise de Água e Solo.

Vigência: 30 de junho de 2016.

Assinatura: 24 de dezembro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 212/2015 – 1º TA 06/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

CONTRATADA: EDITORA POSITIVO LTDA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2014

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual e do prazo de entrega do Estudo de Conformidade Ambiental – ECA, e dos Relatórios de Análise de Água e Solo.

Valor estimado para 2016: Até R\$ 110.428,80

Vigência: 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 24 de dezembro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 213/2015 – 5º TA 221/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

CONTRATADA: REALMAC MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2012

Objeto: Recomposição de preços e a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviço de locação, manutenção e assistência técnica de máquinas impressora e copiadoras.

Valor estimado para 2016: Até R\$ 36.720,00

Vigência: 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 24 de dezembro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 214/2015 – 7º TA 48/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

CONTRATADA: VIAGENS E TURISMO ARABUTÃ LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2012

Objeto: Prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviço de transporte coletivo, de alunos de cursos técnicos, até as instituições de ensino localizadas na cidade de Concórdia – SC, por mais doze meses.

Vigência: 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 28 de dezembro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 215/2015 – 8º TA 71/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

CONTRATADA: BALBINOT – TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2014

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de pavimentação asfáltica com C.B.U.Q. nas Ruas Victorio Dalmora, Urbano Nicolau, e Capitão Zorzi, por mais 120 dias consecutivos.

Vigência: 26 de abril de 2016.

Assinatura: 28 de dezembro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 216/2015 – 5º TA 23/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

CONTRATADA: CESAR SANTO BENELLI & CIA LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 69/2013

Objeto: Prorrogação da vigência do contrato de prestação de



serviço de transporte coletivo, em regime de fretamento, de alunos da rede de ensino fundamental do município de Lindóia do Sul.  
Vigência: 31 de dezembro de 2016.  
Assinatura: 28 de dezembro de 2015.  
Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 217/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

CONTRATADA: INFO DIGITALL - SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA ME  
Objeto: Locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização de documentos administrativos.  
Valor: R\$ 1.699,38  
Vigência: 30 de junho de 2016.  
Assinatura: 28 de dezembro de 2015.  
Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 218/2015 – 4º TA 115/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

CONTRATADA: RBS – ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A  
Licitação: PREGÃO Nº 34/2012  
Objeto: Prorrogação da vigência do contrato de publicação de atos oficiais em jornal de circulação estadual, por mais 12 meses.  
Vigência: 31 de dezembro de 2016.  
Assinatura: 28 de dezembro de 2015.  
Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 219/2015 – 12º TA 61/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

CONTRATADA: TRANSPORTES ARI BARBIERI LTDA. - ME  
Licitação: PREGÃO Nº 19/2012  
Objeto: Prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços de transporte escolar, por mais 12 meses consecutivos.  
Vigência: 31 de dezembro de 2016.  
Assinatura: 28 de dezembro de 2015.  
Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 220/2015 – 6º TA 61/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

CONTRATADA: VIAGENS ZONTA LTDA ME  
Licitação: PREGÃO Nº 35/2014  
Objeto: Prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços de transporte escolar, por mais 12 meses consecutivos, e alteração do itinerário com conseqüente acréscimo do valor contratado.  
Valor Acrescido: R\$ 1.016,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2016.  
Assinatura: 29 de dezembro de 2015.  
Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 221/2015 – 2º TA 98/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

CONTRATADA: VIAGENS ZONTA LTDA ME  
Licitação: PREGÃO Nº 28/2015  
Objeto: Prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços de transporte de alunos universitários e de cursos técnicos profissionalizantes, até as instituições de ensino localizadas na cidade de Concórdia, SC, por mais 12 meses consecutivos.  
Vigência: 31 de dezembro de 2016.  
Assinatura: 29 de dezembro de 2015.  
Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 222/2015 – 7º TA 03/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

CONTRATADA: MITRA DIOCESANA DE JOACABA - PARÓQUIA PURÍSSIMO CORAÇÃO DE MARIA  
Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2013  
Objeto: Prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços de transporte de alunos universitários e de cursos técnicos profissionalizantes, até as instituições de ensino localizadas na cidade de Concórdia, SC, por mais 12 meses consecutivos.  
Vigência: 31 de dezembro de 2016.  
Assinatura: 29 de dezembro de 2015.  
Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 223/2015 – 1º TA 63/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

CONTRATADA: FABIO DA ROSA CASTANHO & CIA LTDA  
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2015  
Objeto: Prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços profissionais nas áreas de assessoria, consultoria, elaboração de projetos e busca de programas de captação de recursos, por mais 12 meses consecutivos.  
Vigência: 31 de dezembro de 2016.  
Assinatura: 30 de dezembro de 2015.  
Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

## EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 224/2015 – 2 º TA 29/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

CONTRATADA: TRANSPORTES ARI BARBIERI LTDA. - ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 04/2015

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto, a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços de transporte escolar, por mais doze meses, e a diminuição da quilometragem do itinerário.

Valor reduzido: R\$ 1.276,00

Vigência: 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 30 de dezembro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

## EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 225/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO NÚCLEO DE PROFISSIONAIS AMIGOS DOS IDOSOS - NUPAI

Licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 03/2015

Objeto: Prestação de serviços de internamento de longa permanência, a munícipe idoso judicialmente interditado, em domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem vínculo familiar, em condições de liberdade, dignidade e cidadania, em conformidade com o que estabelece a Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.

Valor Mensal: R\$ 2.640,00

Vigência: 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 31 de dezembro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2015**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2015

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2015**

O Município de Lindóia do Sul - SC,- Prefeitura, localizada na Rua Tamandaré, 98, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Pedro Ari Parizotto, e a empresa Auto Posto Atena Ltda, inscrita no CNPJ nº 16.978.540/0001-84, com sede na Rod. SC 473 KM 31, s/nº, na cidade de Lindóia do Sul, SC, nesta Ata representada por seu sócio administrador Sr. Daniel Zonta, brasileiro, solteiro, empresário, portador do CPF nº 005.036.029-90, residente e domiciliado a Rua Dom Pedro, nº 43, Centro, na cidade de Lindóia do Sul, SC nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 52/2015, Ata de julgamento de Preços e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços de combustíveis para abastecimento da frota municipal, objeto do Pregão acima citado, que passa a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos objetos abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

Item	Quant	Unid	Marca	Descrição	Vi. Unit	Vi. Total
03	45.000	litros	Potencial	Gasolina Comum	3,70	R\$ 166.500,00

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal de Lindóia do Sul não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 52/2015 - PMLS e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Ipumirim - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e demais normas aplicáveis.

Lindóia do Sul, SC 30 de dezembro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

Daniel Zonta

Auto Posto Atena Ltda

Detentora da Ata

Nério Antonio Cason

Secretario de Infra Estrutura

Fiscal do Contrato

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2015**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2015

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2015**

O Município de Lindóia do Sul - SC,- Prefeitura, localizada na Rua Tamandaré, 98, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Pedro Ari Parizotto, e a empresa Safra Diesel Ltda, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 76.578.202/0001-87, com sede na Rod Acesso SC

480 Chapecó/Goio-EN, nº 941E, Bairro Quedas do Palmital, no município de Chapecó, SC, nesta Ata representada pelo seu procurador, Sr. Adilson Luiz Nicolini, portador do CPF nº 018.339.749/56, residente e domiciliado a Rua Martins Girardi 280, Bairro Parque das Palmeiras, na cidade de Chapecó – SC, na cidade de Lindóia do Sul, SC nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 52/2015, Ata de julgamento de Preços e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços de combustíveis para abastecimento da frota municipal, objeto do Pregão acima citado, que passa a fazer parte desta, nos seguintes termos:

#### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos objetos abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

Item	Quant	Unid	Marca	Descrição	Vi. Unit	Vi. Total
01	250.000	litros	PETROBRÁS DISTRI-BUIDORA	Óleo diesel S-10	2,87	717.500,00
02	120	galão	ACQUA BLUE	ARLA, Agente Redutor Líquido Automotivo de NOx, composto por 32,5% de ureia pura dissolvida e misturada em água deionizada. Galão de 20 litros.	37,50	4.500,00
TOTAL						R\$722.000,00

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal de Lindóia do Sul não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 52/2015 - PMLS e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Ipumirim - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e demais normas aplicáveis.

Lindóia do Sul, SC 30 de dezembro de 2015.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

Adilson Luiz Nicolini  
Safra Diesel Ltda  
Detentora da Ata

Nério Antonio Cason  
Secretario de Infra Estrutura  
Fiscal do Contrato

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2015

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2015

O Município de Lindóia do Sul - SC,- Prefeitura, localizada na Rua Tamandaré, 98, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Pedro Ari Parizotto, e a empresa Air Liquide Brasil Ltda, inscrita no CNPJ nº 00.331.788/0050-05, Av. Leopoldo, Sander, nº 240 E, Bairro Eldorado, na cidade de Chapecó, SC, nesta Ata representada por seu procurador Sr. Masao Bueno Nishimatsu, brasileiro, casado, Coordenador Comercial, inscrito no CPF nº192.473.478-82, e portador da cédula de identidade RG 267117541, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para

Registro de Preços nº. 52/2015, Ata de julgamento de Preços e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços de combustíveis para abastecimento da frota municipal, objeto do Pregão acima citado, que passa a fazer parte desta, nos seguintes termos:

#### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos objetos abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

Item	Quant	Unid	Marca	Descrição	Vi. Unit	Vi. Total
7	08	recarga	ALB	Gás Oxigênio O2 industrial 7m³, 40 litros.	85,00	680,00
8	03	recarga	ALB	Gás acetileno C2H2 industrial 7,5m³, 40 litros.	375,00	1.125,00
9	10	recarga	ALB	Mistura de gases CO2/argonio 10 m³, 50 litros.	185,00	1.850,00
10	10	recarga	ALB	Gás oxigênio O2 medicinal 7m³, 40 litros.	65,00	650,00
11	10	recarga	ALB	Gás oxigênio O2 medicinal 3m³, 20 litros.	45,00	450,00
12	10	recarga	ALB	Gás oxigênio O2 medicinal 1m³, 7 litros.	35,00	350,00
TOTAL						R\$ 5.105,00

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal de Lindóia do Sul não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 52/2015 - PMLS e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Ipumirim - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e demais normas aplicáveis.

Lindóia do Sul, SC 30 de dezembro de 2015.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

Masao Bueno Nishimatsu  
Air Liquide Brasil Ltda  
Detentora da Ata

Nério Antonio Cason  
Secretario de Infra Estrutura  
Fiscal do Contrato

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2015  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2015

O Município de Lindóia do Sul - SC, - Prefeitura, localizada na Rua Tamandaré, 98, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Pedro Ari Parizotto, e a empresa Base – Gás Regional Ltda, inscrita no CNPJ nº 06.983.577/0001-47, com sede na Rua Tancredo de Almeida Neves, nº4131, Bairro São Cristóvão, na cidade de Concórdia, SC, nesta Ata representada por seu sócio administrador Sr. Matheus Patzlaff, brasileiro, solteiro, economista, inscrito no CPF nº067.501.819-61, e portador da cédula de identidade RG 3.781.256, residente e domiciliado em Concórdia, SC, à Rua Guilherme Lorenzetti, nº 15 – Apto 201, centro, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 52/2015, Ata de julgamento de Preços e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços de combustíveis para abastecimento da frota municipal, objeto do Pregão acima citado, que passa a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos objetos abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

Item	Quant	Unid	Marca	Descrição	VI. Unit	VI. Total
05	70	recarga	Supergasbras	Gás de cozinha de 13kg	45,10	3.157,00
06	48	recarga	Supergasbras	Gás de cozinha de 45kg	207,50	9.960,00
TOTAL						R\$ 13.117,00

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal de Lindóia do Sul não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 52/2015 - PMLS e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Ipumirim - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e demais normas aplicáveis.

Lindóia do Sul, SC 30 de dezembro de 2015.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

Matheus Patzlaff  
Base – Gás Regional Ltda  
Detentora da Ata

Nério Antonio Cason  
Secretario de Infra Estrutura  
Fiscal do Contrato

**EXTRATO DE DISTRATO AMIGÁVEL Nº 02/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE DISTRATO

RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATO Nº 02/2015  
REFERENTE CONTRATO 07/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que rescindiu de forma amigável o seguinte contrato:

Nº de Contrato: 07/2015  
Contratada: MATTÉ ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S

Objeto: Prestação de serviços técnicos profissionais especializados na área jurídica.

A CONTRATANTE e a CONTRATADA resolvem, de forma amigável, por acordo entre as partes, e conveniência para a administração, rescindir, a partir de 04 de dezembro de 2015, o Contrato nº 07/2015, de 21 de janeiro de 2015.

Lindóia do Sul/SC, 07 de dezembro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE



**EXTRATO DO CONVÊNIO 32/2015**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL**EXTRATO DE CONVÊNIO**  
CONVÊNIO Nº 32/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE LINHA MARIA GUINTHER

Lei: Lei nº 1.314/2015 de 10 de dezembro de 2015.

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação técnico financeiro, visando o repasse a CONVENIENTE, de recursos necessários para manutenção das atividades da entidade.

Valor do Repasse: R\$ R\$ 4.000,00

Valor da Contrapartida: R\$ 4.600,00

Vigência: 31 de dezembro de 2015

Assinatura: 15 de dezembro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONVÊNIO 33/2015**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL**EXTRATO DE CONVÊNIO**  
CONVÊNIO Nº 33/2015 - 1º TA 57/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Lei: 1.079/2012 de 09 de março de 2012.

Objeto: O presente aditivo tem por objetivo a prorrogação da vigência do convênio que visa o funcionamento de órgão de defesa do consumidor PROCON, por mais 12 meses.

Vigência: 31 de dezembro de 2016

Assinatura: 29 de dezembro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

**EXTRATO INEXIGIBILIDADE 01/2016 FMS**  
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL – SC  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

Ronaldo Piscini Secretário do Fundo Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do responsável pelas Licitações e Contratos, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93, serviços médicos especializados em Concentração em Psiquiatria e Psicoterapia

Valor estimado: até R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

Beneficiada: Hospital Lindóia Ltda ME

Vigência: 31/12/2016.

Lindóia do Sul, SC, 08 de janeiro de 2016.

Ronaldo Piscini

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

**EXTRATOS DOS CONTRATOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ASSINADOS EM DEZEMBRO DE 2015**  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**EXTRATO DE CONTRATO**  
CONTRATO Nº 06/2015 - 7º TA 13/2012

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA LTDA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2012

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de fornecimento mediante locação, atualização e manutenção de sistemas de informática na área de saúde e social, por mais seis meses consecutivos.

Vigência: 30 de junho de 2016

Assinatura: 28 de dezembro de 2015.

Ronaldo Piscini

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****EXTRATO DE CONTRATO**  
CONTRATO Nº 07/2015

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: HOSPITAL LINDOIA LTDA ME

Licitação: CONCORRÊNCIA Nº 01/2015

Objeto: Prestação de serviços de saúde na área hospitalar, ambulatoriais e diagnósticos junto ao Município de Lindóia do Sul SC, com o fornecimento e disponibilização de toda a estrutura física (prédio e equipamentos) e pessoal necessário.

Valor: R\$ 1.152.000,00

Vigência: 31 de dezembro de 2016

Assinatura: 30 de dezembro de 2015.

Ronaldo Piscini

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****EXTRATO DE CONTRATO**  
CONTRATO Nº 08/2015

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: HOSPITAL LINDOIA LTDA ME

Licitação: PREGÃO Nº 05/2015

Objeto: Realização de serviços Laboratoriais com posto de coleta no perímetro urbano do Município de Lindóia do Sul.

Valor: R\$ 124.965,50

Vigência: 31 de dezembro de 2016

Assinatura: 30 de dezembro de 2015.

Ronaldo Piscini

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 09/2015

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FARMÁCIA LINDÓIA LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015

Objeto: Aquisição de medicamentos em farmácia conforme normas da anvisa, mediante necessidade do fundo municipal de saúde, para distribuição à população..

Valor: R\$ 30.000,00

Vigência: 31 de dezembro de 2016

Assinatura: 30 de dezembro de 2015.

Ronaldo Piscini

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

# Luzerna

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML 0167.14

Contrato pml.0167.14  
Primeiro Termo Aditivo

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE EDUCACIONAL (ESPAÇO EDUCATIVO II – 6 SALAS DE AULA) CONTENDO 3 (TRÊS) BLOCOS DISTINTOS, PEDAGÓGICO, ADMINISTRATIVO E DE SERVIÇO, COM ÁREA TOTAL DE 853,20M², NA RUA VIGÁRIO FREI JOÃO, CENTRO, LUZERNA/SC CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, CADERNO DE ENCARGOS, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA EM ANEXO.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado residente à Rua Beno Dresch, s/n, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609000, de ora em diante denominado CONTRATANTE e ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.377.072/0001-40, com endereço na Rua Antônio Bevilacqua, 30, em Herval d'Oeste/SC, CEP 89610-000, representada por seu sócio administrador, SIMAR JOSÉ ROSA brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade nº 1.079.721 e inscrito no CPF/MF sob nº 437.061.009-59, doravante denominada CONTRATADA, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores e na Cláusula Sexta do Contrato pml.0167.14, ajustam entre si o presente o têm entre si justo o presente termo aditivo ao CONTRATO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE EDUCACIONAL (ESPAÇO EDUCATIVO II – 6 SALAS DE AULA) CONTENDO 3 (TRÊS) BLOCOS DISTINTOS, PEDAGÓGICO, ADMINISTRATIVO E DE SERVIÇO, COM ÁREA TOTAL DE 853,20M², NA RUA VIGÁRIO FREI JOÃO, CENTRO, LUZERNA/SC CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, CADERNO DE ENCARGOS, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA EM ANEXO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, prorrogar o prazo do Contrato PML 167.2014, passando a vigência da execução da obra para 23 de março de 2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato original permanecem inalteradas.  
E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 24 de novembro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

SIMAR JOSÉ ROSA  
ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML 094.2014

Contrato pml.094.14  
Primeiro Termo Aditivo

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE REDE DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS, E REPOSIÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM C.A.U.Q, NAS RUAS: RUA BOM JESUS, RUA RUI BARBOSA E RUA DAS LIMEIRA; COMPREENDENDO 129,00 METROS DE ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO 09 UNIDADES DE BOCA DE LOBO COM GRADE, 01 UNIDADE DE BOCA B.S.T.C. (BUEIRO DE GREIDE), 2,00M³ DE MURRO DE CONTENÇÃO EM CORTINA DE CONCRETO ARMADO 15 MPA E, EXECUÇÃO DE 787,70M² DE PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade nº 11/R 227.997, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, s/n, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000, de ora em diante denominado CONTRATANTE e PLANATERRA – TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.743.832/0001-62, com endereço a Rua Blumenau, nº 20, letra D, Bairro Líder em Chapecó/SC, CEP 89.805-430 representada por IZAIR JOSÉ GAMBATTO, portador da cédula de identidade nº 505.781-7 e inscrito no CPF/MF sob nº 021.565.479.04, doravante denominada CONTRATADA, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores e na Cláusula Sexta do Contrato PML.094.14, ajustam entre si o presente o têm entre si justo o presente termo aditivo ao CONTRATO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE REDE DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS, E REPOSIÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM C.A.U.Q, NAS RUAS: RUA BOM JESUS, RUA RUI BARBOSA E RUA DAS LIMEIRA; COMPREENDENDO 129,00 METROS DE ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO 09 UNIDADES DE BOCA DE LOBO COM GRADE, 01 UNIDADE DE BOCA B.S.T.C. (BUEIRO DE GREIDE), 2,00M³ DE MURRO DE CONTENÇÃO EM CORTINA DE CONCRETO ARMADO 15 MPA E, EXECUÇÃO DE 787,70M² DE PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

**DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, prorrogar o prazo do Contrato PML 094.2014, passando a vigência para a conclusão da obra para 15 de março de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA  
DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato original permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 08 de janeiro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	IZAIR JOSÉ GAMBATTO PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA CONTRATADA
---	---

**TESTEMUNHAS:**

1. _____	2. _____
----------	----------

**CONTRATO 01/2016/CPIMMOC****CONTRATO DE RATEIO 01/2016**

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO - CPIMMOC

Os Municípios integrantes do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CATARINENSE - CPIMMOC, Consórcio Público constituído nos termos da Lei Federal 11.107, inscrito no CNPJ nº 19.678.109/0001-00, com sede na Rua: Roberto Trompowski, 68 2º andar – centro Joaçaba/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Vitor João Faccin, Prefeito do Município de Ouro, e de acordo com o Estatuto Social e com a Resolução 02/2014, celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

CLAUSULA PRIMEIRA – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e das respectivas leis municipais de ratificação do Protocolo de Intenções do CPIMMOC, e resolução 10/2015 que estima a receita e fixa a despesa do Consórcio CPIMMOC para o exercício 2016.

**DO OBJETO**

CLAUSULA SEGUNDA – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelos Municípios Consorciados, para custear as despesas de administração, pessoal, custeio e investimentos dos serviços do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CATARINENSE - CPIMMOC.

**DO RATEIO**

CLAUSULA TERCEIRA – Para a execução do objeto deste contrato, cada Município repassará durante o exercício de 2016 ao Consórcio a importância de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais) em Doze parcelas, mensais, no valor de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais) cada, a serem pagas até dia 20 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 20/01/2016:

Município	Valor Mensal	Total no Ano
-----------	--------------	--------------

Água Doce 1.500,00 18.000,00

Capinzal 1.500,00 18.000,00

Catanduvas 1.500,00 18.000,00

Erval Velho 1.500,00 18.000,00  
Herval d Oeste 1.500,00 18.000,00  
Ibicaré 1.500,00 18.000,00  
Joaçaba 1.500,00 18.000,00  
Lacerdópolis 1.500,00 18.000,00  
Luzerna 1.500,00 18.000,00  
Ouro 1.500,00 18.000,00  
Tangará 1.500,00 18.000,00  
Trezé Tilias 1.500,00 18.000,00  
Vargem Bonita 1.500,00 18.000,00  
TOTAL 19.500,00 234.000,00

Paragrafo Primeiro: No decorrer do exercício 2016, através de assembleia ordinária do consórcio os valores do repasse de cada Município poderão ser alterados para atenderes as despesas do consórcio conforme a execução orçamentária.

**DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA**

CLAUSULA QUARTA – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual de cada um dos Municípios consorciados.

CLAUSULA QUINTA – Poderá ser excluído do CPIMMOC, após prévia suspensão e obedecido o devido processo legal, o Município consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

**DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

CLAUSULA SEXTA – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o CPIMMOC deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

A prestação de contas mensal aos Municípios consorciados será efetuada através de balancetes contendo os anexos da Lei 4.320/1964, disponibilizados no site do Consórcio para download do Município.

**DAS PENALIDADES**

CLAUSULA SÉTIMA – O Consorciado inadimplente com o CPIMMOC será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

CLAUSULA OITAVA – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

CLAUSULA NONA – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**DA VIGÊNCIA**

CLAUSULA DECIMA – O presente contrato de rateio entra em vigor em 01/01/2016 a 31/12/2016.

**DO FORO**

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba/ Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Joaçaba, 10 de Dezembro de 2015.

NOVELLI SGANZERLA Prefeito Municipal de Água Doce	ANDEVIR ISGANZERLLA Prefeito Municipal de Capinzal
GISA APª GIACOMIN Prefeita Municipal de Catanduvas	WALTER KUCHER JUNIOR Prefeito Municipal de Erval Velho
NELSON GUINDANI Prefeito Municipal Herval d Oeste	ARI FERRARI Prefeito Municipal de Ibicaré
RAFAEL LASKE Prefeito Municipal de Joaçaba	HILÁRIO CHIAMOLERA Prefeito Municipal de Lacerdópolis
MOIÉS DIERSMANN Prefeito Municipal de Luzerna	VITOR JOÃO FACCIN Prefeito Municipal de Ouro
EUCLIDES CRUZ Prefeito Municipal de Tangará	MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias
MEÂNIA APª ROMAN MENECHINI Prefeito Municipal de Vargem Bonita	Roberto Kurtz Pereira Assessor Jurídico OAB/SC 22.519

Vanderlei Roberto Picinini  
Contador CRC/SC 023.918

Marize Coletti  
Diretora Executiva

# Macieira

## PREFEITURA

### decreto 1539

DECRETO Nº1539, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

Emerson Zanella, Prefeito Municipal de Macieira, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 58, VIII e XXXV da Lei Orgânica, c/c Lei Complementar 007/96 e Lei Complementar nº74, de 17/03/2015,

#### DECRETA:

Art. 1º. – A alteração dos valores das taxas para a concessão de licenças, visando sua adequação aos reais valores praticados no mercado, bem como corrigir a defasagem das taxas da Tabela I, anexo do Código Tributário, com as seguintes modificações:

#### 1) LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO POR ESTABELECIMENTO E POR CLASSE DE ÁREA (M2) EFETIVAMENTE OCUPADA NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE:

##### 1.1 – Industriais e produtores

Até 100 .....	R\$ 110,71
de 101 a 250 .....	R\$ 199,27
de 250 a 400 .....	R\$ 221,72
acima de 400 .....	R\$ 276,77

##### 1.2 – comerciais

Até 50 .....	R\$ 110,71
de 50 a 100 .....	R\$ 166,06
de 101 a 250 .....	R\$ 221,72
acima de 250 .....	R\$ 276,77

##### 1.3 – prestadores de serviços (empresas, profissionais, sociedades de profissionais e demais entidades com fins lucrativos ou não)

Até 50 .....	R\$ 110,71
de 50 a 100 .....	R\$ 166,06
de 101 a 250 .....	R\$ 221,72
acima de 250 .....	R\$ 276,77

#### 2) LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARTICULARES:

##### 2.1 – construções:

- aprovação do projeto .....	R\$ 110,71
- concessão de alvarás de construção .....	R\$ 110,71
- concessão de habite-se, inclusive numeração do imóvel .....	R\$ 110,71

##### 2.2 – modificação e ampliação:

- aprovação do projeto .....	R\$ 55,35
- concessão de alvará de modificação .....	R\$ 88,56

##### 2.3 – demolições e alterações .....

R\$ 88,56

##### 2.4 – execução de loteamento:

- aprovação do projeto .....	R\$ 55,35
- modificação do projeto aprovado .....	R\$ 55,35

##### 2.5 – autorização para desmembramento e remembramento .....

R\$ 55,35

#### 3) LICENÇA PARA PUBLICIDADE:

3.1 – painel, cartaz ou anúncio, inclusive letreiros e semelhantes, luminosos ou não, colocados em muros, madeiramento, painéis especiais, cercados, tapumes, tabuletas ou em qualquer outro lugar permitido, por unidade ..... R\$ 22,14

3.2 – mostruários, inclusive letreiros e semelhantes, luminosos ou não, colocados fora do estabelecimento, ainda que em galerias, estações, abrigos, veículos, ou em qualquer outro local permitido, por unidade ..... R\$ 22,14

3.3 – publicidade, feita com a utilização de veículos, pessoas, músicas, animais (circo etc), alto falantes ou qualquer outro aparelho sonoro ou de projeção fotográfica, por dia ..... R\$ 55,35

#### 4) LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS:

##### a) em caráter intermitente (por dia)

4.1 – barracas e semelhantes de feira livre .....	R\$ 33,21
4.2 – veículos onde se vendem mercadorias .....	R\$ 33,21
4.3 – circos, parques de diversões, feiras, exposições, sem prejuízo do pagamento do imposto devido .....	R\$ 33,21
4.4 – outras formas de ocupação não enquadradas nos itens anteriores .....	R\$ 33,21

##### b) em caráter permanente (por ano)

4.5 – bancas de jornal .....	R\$ 55,35
4.6 – bares, lanchonetes, restaurantes e semelhantes, por m2 .....	R\$ 12,17
4.7 – outras formas de ocupação não enquadradas nos itens anteriores, por m2 .....	R\$ 12,17

#### 5) LICENÇA PARA COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE (DIA, MÊS E ANO):

##### 5.1 – comerciantes residentes no Município:

###### - com veículo motorizado:

Dia .....	R\$ 22,14
Mês .....	R\$ 110,71
Ano .....	R\$ 276,77

##### 5.2 – comerciantes não residentes no Município:

###### - com veículo motorizado:

###### - gêneros alimentícios e outros produtos:

Dia .....	R\$ 44,28
Mês .....	R\$ 343,20
Ano .....	R\$ 686,40

###### - outros comerciantes:

###### - gêneros alimentícios e outros produtos:

Dia .....	R\$ 44,28
Mês .....	R\$ 343,20
Ano .....	R\$ 686,40

Art. 2º. –Para os gêneros não descritos nos itens deste Decreto, bem como os não comercializados no Município de Macieira, será



cobrada uma taxa diária no valor de R\$ 33,21.

Art. 3º. –Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto nº 1263ª, de 18/12/12.

Prefeitura Municipal de Macieira SC, 05/01/2016.

Emerson Zanella  
Prefeito Municipal

### **decreto 1540**

DECRETO Nº 1540, DE 06 DE JANEIRO DE 2016.

ATUALIZA A TABELA DOS VALORES VENAIIS DOS IMÓVEIS URBANOS PARA FINS DE CÁLCULO DO IPTU, EXERCÍCIO DE 2016.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base Na Lei Complementar Nº 007/96, de 18 de dezembro de 1996 (Código Tributário de Macieira), e suas alterações posteriores, e, na Lei Complementar nº 74, de 17/03/2015

CONSIDERANDO, que o índice acumulado do IPCA no ano de 2015 foi de 10,67%;

DECRETA:

Art. 1º. Fica reajustada, nos termos da Lei Complementar nº 74, de 17/03/2015, em 10,67% (dez vírgula sessenta e sete por cento) a tabela dos valores venais dos imóveis urbanos no município, para fins de cálculo do IPTU no exercício de 2016.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
em 06 de janeiro de 2016.

EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### **decreto 1541**

DECRETO Nº 1541, de 06 de janeiro de 2016.

"ESTABELECE O CALENDÁRIO DOS PONTOS FACULTATIVOS E FERIADOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2016 NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 58, VIII, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO, a necessidade de um melhor planejamento das atividades da administração pública municipal;

CONSIDERANDO, que no dia 30 de março comemora-se o aniversário de emancipação político-administrativa do município;

CONSIDERANDO, já ser uma praxe em todo o país o estabelecimento de ponto facultativo em todas as esferas da administração pública, quando ocorrer apenas um dia útil entre um feriado e o final de semana;

CONSIDERANDO, por fim, tornar-se improdutivo a realização de expediente nestes dias;

DECRETA:

Art.1º. Fica estabelecido o calendário dos PONTOS FACULTATIVOS e FERIADOS MUNICIPAIS para o exercício de 2016, em todos os órgãos da administração pública municipal, sem prejuízo

da manutenção das atividades públicas essenciais e o atendimento das situações de emergência.

I – Dias 08 e (10 até às 12:00 horas), de fevereiro (Ponto Facultativo - Feriadão de Carnaval);

II – Dia 30 de março (Feriado Municipal, Aniversário do Município);

III – Dia 22 de abril(ponto facultativo – Feriadão de Tiradentes);

IV – Dia 27 de maio (Ponto Facultativo– Feriadão Corpus Christi);

V – Dia 13 de Junho (Ponto Facultativo – dia de Santo Antonio Padroeiro do Município);

VI – Dia 28 de outubro (Ponto Facultativo – Dia do Funcionário Público);

VII – Dia 14 de novembro (Ponto Facultativo– Feriadão Proclamação da República)

VIII – Dia 26 de dezembro ( Ponto Facultativo – Feriadão de Natal);

IX - Dia 02 de janeiro/17 (Ponto Facultativo – Feriadão de Ano Novo);

Art. 2º. Ficam os Secretários Municipais, nos dias declarados como ponto facultativo, autorizados a determinar expediente normal de trabalho por necessidade de serviço.

Art. 3º. O atendimento dos serviços públicos essenciais nos dias declarados como ponto facultativo deverão ser garantidos por meio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Macieira, SC, 06 de janeiro de 2016.

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

**decreto 1542**

DECRETO Nº 1542, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

Reajusta valores de Diárias, DA LEI Nº639, DE 19/02/2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 639, de 19/02/2013;

## DECRETA

Art. 1º. – Fica reajustado o valor das diárias, de acordo com a LEI Nº 639, de 19 de fevereiro de 2013, sob índice de inflação IPCA, que no ano de 2015 fechou em 10.67%, conforme segue:

## ANEXO I

(LEI nº 639, de 19/02/2013.)

GRUPOS	CARGO/FUNÇÃO	VALOR DIÁRIAS		
		Capital Federal	Cidade com mais de 200 mil habitantes	Demais Cidades
01	Prefeito, Vice-Prefeito	748,06	530,12	471,22
02	Secretários Municipais, Procurador Geral do Município e Diretor Geral Contabilidade	466,33	412,31	353,41
03	Demais cargos comissionados e Funções Gratificadas	412,31	412,31	353,41
04	Servidor nível superior	466,33	412,31	353,41
05	Demais servidores	373,43	235,61	188,48

Art. 2º. – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 08 de janeiro de 2016.

EMERSON ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

**portaria 3429**

PORTARIA Nº 3429/2016

"Conceder Avanço de uma referencia."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 27, da Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público Municipal,

Considerando a avaliação de desempenho realizada em 03/12/2015;

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Avanço de Uma Referência, para as Servidoras Públicas Municipais, Lotadas na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Marlene Aparecida dos Santos Cesca, Marylucy Setti e Cristiane Turmina, ascendendo uma Referência, a partir do próximo pagamento.

Art. 2º - Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 04 de janeiro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**portaria 3430**

PORTARIA N.º 3430/2015

Conceder Conversão de Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 68/13 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER CONVERSÃO DE 10 DIAS DE FÉRIAS, aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, para pagamento no mês 01/2015.

IANA SPANHOLI ABRAÃO Auxiliar Administrativo  
PAULO SERGIO PEDROSO Motorista II  
VALDIR MORAES Op Maq Med e Pesadas.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 04 de janeiro de 2015.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**portaria 3432**

PORTARIA N.º 3432, DE 06 DE JANEIRO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição ao servidor que especifica, e declara a vacância de cargo público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, nos termos do art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal, e, do art. 1º da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004 c/c o art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 050, de 01 de ABRIL de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo FUPEM nº 001/2016

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição, de acordo com o art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal, e, do art. 1º da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004 c/c a Lei Complementar Municipal nº 050, de 01 de abril de 2013, ao Servidor Público Municipal EDEMAR NICOLAU KUHN, brasileiro, casado, portador do CPF nº285.323.179-87, e da CI nº 3680704/SSP/SC, inscrito no PIS/PASEP nº1070612669-3, detento da matrícula funcional nº.55, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 2º. Autorizo o pagamento dos proventos de aposentadoria por idade e tempo de contribuição, de forma integral referente a remuneração do cargo efetivo, observado o disposto no art. 1º, c/c seu 5º da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, e da Lei Complementar Municipal nº 50, de 01 de abril de 2013, perfazendo o total de R\$ 5012,10 (cinco mil e doze reais e dez centavos), que será pago mensalmente pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Macieira – FUPEM/RPPS.

Art. 3º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, com base no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 6 de janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 06 de janeiro de 2016.

Emerson Zanella  
Prefeito Municipal

**portaria 3433**

PORTARIA N.3433, de 06 de janeiro de 2016.

“INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E AVALIAÇÕES, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, NOMEIA SEUS MEMBROS, DESIGNA O PREGOEIRO OFICIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal c/c Artigo 51, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, e, de conformidade com a Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituída Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações, para o exercício de 2015, composta pelos seguintes membros:

I —EDEMAR NICOLAU KUHN Presidente  
II – LUCILA CARMEN SERIGHELLI Secretário  
III – SEVERINO DE OLIVEIRA Membro

Parágrafo único – A investidura na Comissão ora instituída não poderá exceder a 31/12/2015, vedada a recondução da totalidade de seus membros no período subsequente.

Art. 2º. Compete à Comissão Municipal Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações:

I – Processar, julgar e aprovar o registro cadastral de fornecedores do município, bem como fornecer Certificado de Registro Cadastral;

II – Publicar edital de chamamento para atualização e registro de novos fornecedores, no mínimo uma vez por ano;

III – Processar e julgar os processos licitatórios em todas suas modalidades;

IV – Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis que compõem o patrimônio público municipal;

V – Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis de terceiros, desde que haja interesse do município;

VI – Processar e julgar, todos os processos e avaliações necessárias para o cumprimento da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações;

Parágrafo Único – Das sessões, a Comissão deverá lavrar ata circunstanciada para cada caso, expondo o objeto do julgamento e as considerações pertinentes.

Art. 3º. Para fins de processar e julgar as Licitações da Modalidade Convite, nos termos do § 1º, art. 51, da Lei 8.666/93, a Comissão ora nomeada, excepcionalmente, poderá ser substituída pelo Servidor Edemar Nicolau Kuhn.

Art. 4º. Os membros da presente Comissão responderão solidariamente por todos os atos praticados no exercício das atribuições que ora lhe são conferidas.

Art. 5º. Fica, ainda, designado, para desempenhar as funções de

Pregoeiro Oficial, o Servidor Edemar Nicolau Kuhn com as atribuições previstas na Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002, tendo como equipe de apoio os demais membros da Comissão Municipal de Licitações.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Fica revogada as disposições em contrário.

Macieira, SC, 06 de janeiro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

#### **portaria 3434**

PORTARIA N.º 3434/2016

"Designa servidor que especifica, e dá outras providências."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 71, de 24/12/2014;

Considerando, a necessidade de designação de servidor responsável pela função de Tesoureiro dos Fundos Municipais de Saúde, Assistência Social, Criança e do Adolescente e da Previdência dos Servidores Municipais –FUPEM, e para exercer a função de membro da comissão de licitação, conforme portaria nº 3433/16;

#### **RESOLVE:**

DESIGNAR, o servidor SEVERINO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Tesoureiro, lotado na Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento, para exercer além da função de Tesoureiro da Prefeitura Municipal, a função de Tesoureiro dos Fundos Municipais de Saúde, Assistência Social, Criança e do Adolescente e da Previdência dos Servidores Municipais –FUPEM, e para exercer a função de membro da comissão de licitação;

Para o desempenho da atribuição ora designada, o servidor fará jus, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 71, de 24 de dezembro de 2014, a um adicional de gratificação de função (Função Gratificada), equivalente de Ensino Médio FG-2, e valor fixado na Lei, sem direito a incorporação.

A gratificação concedida tem efeitos enquanto durar o exercício da função designada, podendo cessar a qualquer tempo por ato do Poder Executivo Municipal.

Esta portaria entra em vigor a partir deste mês, cessando os efeitos da portaria nº3279/2015.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 06 de janeiro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

#### **portaria 3435**

PORTARIA N.º 3435/2015

"Altera portaria que especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar nº36, de 18/06/2009.

#### **RESOLVE:**

ALTERA carga horário do Procurador Jurídico, o Sr Ocimar Carlos Pioli, de 20 horas, para 40 horas semanais, a contar de 04/01/16, alterando a portaria nº3405/15. Os demais itens referente a portaria permanecem inalterados.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 06 de janeiro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

#### **PUBLICAÇÃO RESUMIDA \_ TERMO ADITIVO Nº 01/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0009/2015

Pregão Presencial nº 0007/2015

2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0017/2015

ADITIVO Nº 01/2016

ADITIVO DE ACRESCIMO

Objeto: Contratação de serviços de seguro de veículos, compreendendo responsabilidade civil (RCF), APP e total para a frota de veículos do Município de Macieira com coberturas mínimas descritas no contrato administrativo, com vigência prevista para 12 meses contada da emissão da apólice.

Contratada: GENTE SEGURADORA S.A.

Valor: Fica acrescido ao valor do contrato R\$ 533,56 (quinhentos e trinta e três reais com cinquenta e seis centavos).

Pagamento e Vigência: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0017/2015.

Macieira, 04 de janeiro de 2016 .

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

#### **PUBLICAÇÃO RESUMIDA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0003/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Contrato Administrativo nº 0003/2016. Objeto: Prestação de Serviço as disposições da Legislação Federal de Licitações, Lei nº 8.666/93, e de Consórcios Públicos, Lei 11.107/05, bem como a Legislação Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMARP, Lei Municipal nº 406, de 02 de abril de 2009, bem como as cláusulas do Contrato de Programa 10/2010.

Contratada: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP

Vigência: 31/12/2016.

Valor mensal: R\$ 5.454,54 (cinco mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais com cinquenta e quatro centavos).

Pagamento: Até o 15º (décimo quinto) dia útil subsequente a prestação dos serviços.

Macieira, 04 de janeiro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0004/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA  
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Prefeitura Municipal de Macieira. Contrato Administrativo nº 0004/2016. Objeto: Entrega entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO para atendimento do objeto do Contrato de Programa especificado na cláusula primeira, relativo ao Rateio Fixo das Despesas para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, previamente aprovado em Assembléia Geral do Consórcio, para o exercício de 2016, na ação: Desenvolvimento e Gestão de Contratações Compartilhadas. Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIM-CATARINA.

Valor de despesas fixas: R\$ 24.960,00 (vinte e quatro mil novecentos e sessenta reais), sendo o valor de R\$ 2.080,00 (dois mil e oitenta reais) mensais.

Prazo: 31/12/2016

Macieira, 05 de janeiro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO N° 01/2016 A ATA DE RP N° 01/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC  
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0012/2015

PREGÃO PRESENCIAL N° 0009/2015

REGISTO DE PREÇO N° 0001/2015

TERMO ADITIVO DE ATA – Reequilíbrio econômico financeiro.

Objeto: Registro de Preço para a contratação futura de empresa especializada para o fornecimento de combustível – tipo gasolina comum – destinado ao abastecimento dos veículos e máquinas da Frota Municipal Município de Macieira, conforme quantidades e especificações constantes no Edital.

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 01/2015.

Contratada: AUTO POSTO ARAUCÁRIA LTDA.

Valor registrado: O valor do litro da gasolina comum passa de R\$ 3,42 (três reais e quarenta e dois centavos) para o valor de R\$ 3,63 (três reais e sessenta e três centavos) sofrendo um acréscimo de 6% (seis por cento), de acordo com as justificativas do Termo Aditivo e Cláusula Terceira, item 3.1. da Ata de Registros de Preços nº 01/2015.

Macieira – SC, 05 de janeiro de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira



# Maracajá

## PREFEITURA

### AVISO DA LICITAÇÃO 01/2016 - DL - FMS

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Maracajá  
Fundo Municipal de Saúde

Processo Licitatório nº 01/2016 - Dispensa de Licitação  
Do objeto: Prestação de serviços médicos especializados e exames complementares não prestados no município, para atendimento a população local, durante o exercício de 2016.  
Do fornecedor: Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC, inscrito no CNPJ sob nº 01.356.308/0001-37.  
Do valor: O valor global estimado dos serviços importa em R\$ 595.671,00 (quinhentos e noventa e cinco mil, seiscentos e setenta e um reais).  
Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré-julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.  
Da justificativa: Por ser o Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade constituída sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.  
Maracajá/SC, 04 de janeiro de 2016.  
Karine dos Santos Marques  
Presidente da Comissão de Licitação.

### AVISO DA LICITAÇÃO 02/2016 - DL - FMS

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Maracajá  
Fundo Municipal de Saúde

Processo Licitatório nº 02/2016 - Dispensa de Licitação  
Do objeto: Aquisição de medicamentos para hipertensos e diabéticos, medicamentos controlados e da farmácia básica para atender as necessidades dos munícipes de Maracajá para o primeiro semestre de 2016.  
Do fornecedor: Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC, inscrito no CNPJ sob nº 01.356.308/0001-37.  
Do valor: O valor global estimado dos serviços importa em R\$ 224.885,15 (duzentos e vinte e quatro mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e quinze centavos).  
Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré-julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.  
Da justificativa: A Dispensa de Licitação para aquisição de medicamentos se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.  
Maracajá/SC, 04 de janeiro de 2016.  
Karine dos Santos Marques  
Presidente da Comissão de Licitação

### EXTRATO DO CONTRATO 04/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 04/2016  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.  
Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – AMESC  
Objeto: Prestação de serviços médicos especializados e exames complementares não prestados no município, para atendimento a população local, durante o exercício de 2016, conforme relação anexa.  
Valor: R\$ 595.671,00 (quinhentos e noventa e cinco mil seiscentos e setenta e um mil reais).  
Vigência: 04/01/2016 a 31/12/2016  
Maracajá, 04 de janeiro de 2016.  
Vilmar Leandro  
Contratante.  
Ricardo Ghelere  
Contratado.

### EXTRATO DO CONTRATO 05/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 05/2016  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.  
Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – AMESC  
Objeto: Aquisição de medicamentos para hipertensos e diabéticos, medicamentos controlados e da farmácia básica para atender as necessidades dos munícipes de Maracajá para o primeiro semestre de 2016.  
Valor: R\$ 224.885,15 (duzentos e vinte e quatro mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e quinze centavos)  
Vigência: 04/01/2016 a 31/12/2016  
Maracajá, 04 de janeiro de 2016.  
Vilmar Leandro  
Contratante.  
Ricardo Ghelere  
Contratado.

### EXTRATO DO CONTRATO 06/2016

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 06/2016  
Contratante: Município de Maracajá,  
Contratado: Prestadora de Serviços de Informática Eireli - ME.  
Objeto: Prestação de serviços técnico especializado para manutenção, hospedagem e suporte técnico do sistema de gerenciamento e protocolos e processos on line, conforme especificações e funcionalidades descritas no Anexo Único do contrato.  
Valor: R\$ 3.025,92 (três mil e vinte e cinco reais e noventa e dois centavos)  
Vigência: 04/01/2016 a 31/12/2016  
Maracajá - SC, 04 de janeiro de 2016



# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 19/2016

DECRETO Nº 19, DE 8 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia os Conselheiros Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Maravilha/SC e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Lei Municipal nº 3.755, de 30 de abril de 2014,

CONSIDERANDO,

O Edital nº 01/2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que disciplinou o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares do Município de Maravilha/SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada RITA FÁTIMA SIGNOR, brasileira, inscrita no CPF sob nº 928.564.469-49, para exercer a função pública de Conselheiro Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, com carga horária de 40 horas semanais, durante o período de 4 anos.

Art. 2º A remuneração será percebida conforme disciplinado no artigo 33, da Lei Municipal nº 3.755, de 30 de abril de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 8 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 20/2016

DECRETO Nº 20, DE 8 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia os Conselheiros Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Maravilha/SC e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Lei Municipal nº 3.755, de 30 de abril de 2014,

CONSIDERANDO,

O Edital nº 01/2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que disciplinou o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares do Município de Maravilha/SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeado MARÇAL PICCOLI HOFFMANN, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 589.783.309-59, para

exercer a função pública de Conselheiro Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, com carga horária de 40 horas semanais, durante o período de 4 anos.

Art. 2º A remuneração será percebida conforme disciplinado no artigo 33, da Lei Municipal nº 3.755, de 30 de abril de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 8 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 21/2016

DECRETO Nº 21, DE 8 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia os Conselheiros Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Maravilha/SC e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Lei Municipal nº 3.755, de 30 de abril de 2014,

CONSIDERANDO,

O Edital nº 01/2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que disciplinou o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares do Município de Maravilha/SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada ROSILENE RADAELLI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 423.725.189-68, para exercer a função pública de Conselheiro Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, com carga horária de 40 horas semanais, durante o período de 4 anos.

Art. 2º A remuneração será percebida conforme disciplinado no artigo 33, da Lei Municipal nº 3.755, de 30 de abril de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 8 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 22/2016**

DECRETO Nº 22, DE 8 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia os Conselheiros Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Maravilha/SC e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Lei Municipal nº 3.755, de 30 de abril de 2014,

CONSIDERANDO,

O Edital nº 01/2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que disciplinou o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares do Município de Maravilha/SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada VANILDE JOANA GUARNIERI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 008.439.569-92, para exercer a função pública de Conselheiro Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, com carga horária de 40 horas semanais, durante o período de 4 anos.

Art. 2º A remuneração será percebida conforme disciplinado no artigo 33, da Lei Municipal nº 3.755, de 30 de abril de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 8 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 23/2016**

DECRETO Nº 23, DE 8 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia os Conselheiros Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Maravilha/SC e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Lei Municipal nº 3.755, de 30 de abril de 2014,

CONSIDERANDO,

O Edital nº 01/2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que disciplinou o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares do Município de Maravilha/SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada MÁRCIA ROSELI BARON SPIER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 939.187.639-00, para exercer a função pública de Conselheiro Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, com carga horária de 40 horas semanais, durante o período de 4 anos.

Art. 2º A remuneração será percebida conforme disciplinado no artigo 33, da Lei Municipal nº 3.755, de 30 de abril de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 8 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

# Modelo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 006/2016

DECRETO Nº 006/2016 DE 08.01.2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GRACIELI BOSING PARA O CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.216/2015, 2.249/2015, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria, Considerando em especial os arts. 10 e 26 da Lei Municipal nº 2.216/2015 de 29 de setembro de 2015, Considerando a Resolução CMDCA nº 18/2015, que dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Modelo/SC, Considerando a Resolução CMDCA nº 01/2016,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. GRACIELI BOSING, portadora do CPF nº 081.941.059-43, RG nº 5.770.510 para desempenho das funções do cargo de Conselheiro Tutelar Titular do município de Modelo/SC, para o mandato de 10.01.2016 a 09.01.2020.

Art. 2º - A Conselheira nomeada através deste decreto perceberá a remuneração do cargo de conformidade com o art. 50 da Lei Municipal nº 2.216/2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de janeiro de 2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 08 de janeiro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

VALTER RUBENS CESCO  
PRESIDENTE DO CMDCA – MODELO/SC

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MODELO/SC

TERMO DE POSSE CMDCA Nº 01/2016

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO CMDCA Nº 01/2016

CONSELHEIRO TUTELAR: GRACIELI BOSING

Aos dez dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, na Sede do Conselho Tutelar do município de Modelo/SC, compareceu a Senhora GRACIELI BOSING, portadora do CPF nº 081.941.059-43, RG nº 5.770.510, a fim de tomar posse no cargo de Conselheiro Tutelar, conforme nomeação de que dispõe a Resolução CMDCA nº 01/2016 e Decreto Municipal nº 006/2016.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições da Lei do Conselho Tutelar do município de Modelo/SC - Lei Municipal nº 2.216/2015 de 29 de setembro de 2015, e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

“Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeado, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, ao bem do Município e dos meus concidadãos”.

Na ocasião, declarou ter compatibilidade de horário e carga horária para o exercício do cargo, bem como ter apresentado a documentação solicitada pelo Departamento de Pessoal do município de Modelo/SC e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo – SC, aos 10 de janeiro de 2016.

GRACIELI BOSING  
Conselheiro Tutelar empossado

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

VALTER RUBENS CESCO  
Presidente do CMDCA

### **DECRETO Nº 007/2016**

DECRETO Nº 007/2016 DE 08.01.2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CLEILAMAR BIAZEBETTI PARA O CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.216/2015, 2.249/2015, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria, Considerando em especial os arts. 10 e 26 da Lei Municipal nº 2.216/2015 de 29 de setembro de 2015, Considerando a Resolução CMDCA nº 18/2015, que dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Modelo/SC, Considerando a Resolução CMDCA nº 02/2016,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. CLEILAMAR BIAZEBETTI, portadora do CPF nº 036.567.039-14, RG nº 3.990.373 para desempenho das funções do cargo de Conselheiro Tutelar Titular do município de Modelo/SC, para o mandato de 10.01.2016 a 09.01.2020.

Art. 2º - A Conselheira nomeada através deste decreto perceberá a remuneração do cargo de conformidade com o art. 50 da Lei Municipal nº 2.216/2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de janeiro de 2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 08 de janeiro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

VALTER RUBENS CESCO  
PRESIDENTE DO CMDCA – MODELO/SC

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MODELO/SC

TERMO DE POSSE CMDCA Nº 02/2016

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO CMDCA Nº 02/2016

CONSELHEIRO TUTELAR: CLEILAMAR BIAZEBETTI

Aos dez dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, na Sede do Conselho Tutelar do município de Modelo/SC, compareceu a Senhora CLEILAMAR BIAZEBETTI, portadora do CPF nº 036.567.039-14, RG nº 3.990.373, a fim de tomar posse no cargo de Conselheiro Tutelar, conforme nomeação de que dispõe a Resolução CMDCA nº 02/2016 e Decreto Municipal nº 007/2016.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições da Lei do Conselho Tutelar do município de Modelo/SC - Lei Municipal nº 2.216/2015 de 29 de setembro de 2015, e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

“Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeado, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, ao bem do Município e dos meus concidadãos”.

Na ocasião, declarou ter compatibilidade de horário e carga horária para o exercício do cargo, bem como ter apresentado a documentação solicitada pelo Departamento de Pessoal do município de Modelo/SC e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo – SC, aos 10 de janeiro de 2016.

CLEILAMAR BIAZEBETTI  
Conselheiro Tutelar empossado

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

VALTER RUBENS CESCO  
Presidente do CMDCA

### **DECRETO Nº 008/2016**

DECRETO Nº 008/2016 DE 08.01.2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE TALITA VITÓRIA ROSA FARFUS PARA O CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.216/2015, 2.249/2015, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria, Considerando em especial os arts. 10 e 26 da Lei Municipal nº 2.216/2015 de 29 de setembro de 2015, Considerando a Resolução CMDCA nº 18/2015, que dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Modelo/SC, Considerando a Resolução CMDCA nº 03/2016,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. TALITA VITÓRIA ROSA FARFUS, portadora do CPF nº 074.740.869-64, RG nº 5.177.406 para desempenho das funções do cargo de Conselheiro Tutelar Titular do município de Modelo/SC, para o mandato de 10.01.2016 a 09.01.2020.

Art. 2º - A Conselheira nomeada através deste decreto perceberá a remuneração do cargo de conformidade com o art. 50 da Lei Municipal nº 2.216/2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de janeiro de 2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 08 de janeiro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

VALTER RUBENS CESCO  
PRESIDENTE DO CMDCA – MODELO/SC

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MODELO/SC

TERMO DE POSSE CMDCA Nº 03/2016

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO CMDCA Nº 03/2016

CONSELHEIRO TUTELAR: TALITA VITÓRIA ROSA FARFUS

Aos dez dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, na Sede do Conselho Tutelar do município de Modelo/SC, compareceu a Senhora TALITA VITÓRIA ROSA FARFUS, portadora do CPF nº 074.740.869-64, RG nº 5.177.406, a fim de tomar posse no cargo de Conselheiro Tutelar, conforme nomeação de que dispõe a Resolução CMDCA nº 03/2016 e Decreto Municipal nº 008/2016.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições da Lei do Conselho Tutelar do município de Modelo/SC - Lei Municipal nº 2.216/2015 de 29 de setembro de 2015, e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

“Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeado, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, ao bem do Município e dos meus concidadãos”.

Na ocasião, declarou ter compatibilidade de horário e carga horária para o exercício do cargo, bem como ter apresentado a documentação solicitada pelo Departamento de Pessoal do município de Modelo/SC e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo – SC, aos 10 de janeiro de 2016.

TALITA VITÓRIA ROSA FARFUS  
Conselheiro Tutelar empossado

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

VALTER RUBENS CESCO  
Presidente do CMDCA

### **DECRETO Nº 009/2016**

DECRETO Nº 009/2016 DE 08.01.2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ANTONIO DOS SANTOS PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.216/2015, 2.249/2015, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria, Considerando em especial os arts. 10 e 26 da Lei Municipal nº 2.216/2015 de 29 de setembro de 2015, Considerando a Resolução CMDCA nº 18/2015, que dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Modelo/SC, Considerando a Resolução CMDCA nº 04/2016,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. ANTONIO DOS SANTOS, portador do CPF nº 073.955.009-89, RG nº 5.137.587 para desempenho das funções do cargo de Conselheiro Tutelar Titular do município de Modelo/SC, para o mandato de 10.01.2016 a 09.01.2020.

Art. 2º - O Conselheiro nomeado através deste decreto perceberá a remuneração do cargo de conformidade com o art. 50 da Lei Municipal nº 2.216/2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de janeiro de 2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 08 de janeiro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

VALTER RUBENS CESCO  
PRESIDENTE DO CMDCA – MODELO/SC

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MODELO/SC

TERMO DE POSSE CMDCA Nº 04/2016

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO CMDCA Nº 04/2016

CONSELHEIRO TUTELAR: ANTONIO DOS SANTOS

Aos dez dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, na Sede do Conselho Tutelar do município de Modelo/SC, compareceu o Senhor ANTONIO DOS SANTOS, portador do CPF nº 073.955.009-89, RG nº 5.137.587, a fim de tomar posse no cargo de Conselheiro Tutelar, conforme nomeação de que dispõe a Resolução CMDCA nº 04/2016 e Decreto Municipal nº 009/2016.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições da Lei do Conselho Tutelar do município de Modelo/SC - Lei Municipal nº 2.216/2015 de 29 de setembro de 2015, e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:



“Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeado, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, ao bem do Município e dos meus concidadãos”.

Na ocasião, declarou ter compatibilidade de horário e carga horária para o exercício do cargo, bem como ter apresentado a documentação solicitada pelo Departamento de Pessoal do município de Modelo/SC e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo – SC, aos 10 de janeiro de 2016.

ANTONIO DOS SANTOS  
Conselheiro Tutelar empossado

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

VALTER RUBENS CESCO  
Presidente do CMDCA

### **DECRETO Nº 010/2016**

DECRETO Nº 010/2016 DE 08.01.2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SANDRA MAURA DA SILVA BRAUN PARA O CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.216/2015, 2.249/2015, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria, Considerando em especial os arts. 10 e 26 da Lei Municipal nº 2.216/2015 de 29 de setembro de 2015, Considerando a Resolução CMDCA nº 18/2015, que dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Modelo/SC, Considerando a Resolução CMDCA nº 05/2016,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. SANDRA MAURA DA SILVA BRAUN, portadora do CPF nº 041.170.529-69, RG nº 3.261.574 para desempenho das funções do cargo de Conselheiro Tutelar Titular do município de Modelo/SC, para o mandato de 10.01.2016 a 09.01.2020.

Art. 2º - A Conselheira nomeada através deste decreto perceberá a remuneração do cargo de conformidade com o art. 50 da Lei Municipal nº 2.216/2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de janeiro de 2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 08 de janeiro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

VALTER RUBENS CESCO  
PRESIDENTE DO CMDCA – MODELO/SC

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MODELO/SC

TERMO DE POSSE CMDCA Nº 05/2016

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO CMDCA Nº 05/2016

CONSELHEIRO TUTELAR: SANDRA MAURA DA SILVA BRAUN

Aos dez dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, na Sede do Conselho Tutelar do município de Modelo/SC, compareceu a Senhora SANDRA MAURA DA SILVA BRAUN, portadora do CPF nº 041.170.529-69, RG nº 3.261.574, a fim de tomar posse no cargo de Conselheiro Tutelar, conforme nomeação de que dispõe a Resolução CMDCA nº 05/2016 e Decreto Municipal nº 010/2016.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições da Lei do Conselho Tutelar do município de Modelo/SC - Lei Municipal nº 2.216/2015 de 29 de setembro de 2015, e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

"Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeado, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, ao bem do Município e dos meus concidadãos".

Na ocasião, declarou ter compatibilidade de horário e carga horária para o exercício do cargo, bem como ter apresentado a documentação solicitada pelo Departamento de Pessoal do município de Modelo/SC e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo – SC, aos 10 de janeiro de 2016.

SANDRA MAURA DA SILVA BRAUN  
Conselheiro Tutelar empossado

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

VALTER RUBENS CESCO  
Presidente do CMDCA

### DECRETO Nº 011/2016

DECRETO Nº 011/2016 DE 08.01.2016.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS RELATIVO AO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria, Considerando que não houve recursos relativos ao Deferimento e Indeferimento das inscrições,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições dos candidatos, relativo ao Concurso Público nº 002/2015 do município de Modelo/SC, na forma do Anexo I integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 08 de janeiro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

### ANEXO I

### CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 002/2015

Nos termos do Edital nº 002/2015, O ICAP – Instituto de Consultoria em Administração pública e a comissão de acompanhamento do concurso público tornam público a HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, conforme abaixo:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE		
Inscrição	Candidato	Situação
64	ADRIANE EDINEIA JUNG TESCHE	DEFERIDO(A)
49	DANIELA SKIERZINSKI	DEFERIDO(A)
50	DANIELI SCHNEIDER	DEFERIDO(A)
30	EDIANE BORBA	DEFERIDO(A)
38	ELIANI BRUXEL	DEFERIDO(A)

48	HENRIQUE GABRIEL SAREMBA	DEFERIDO(A)
66	MARIA CLENIR FERREIRA EICHLER	DEFERIDO(A)
52	SILVIA FATIMA SPEGIORIN	DEFERIDO(A)
MÉDICO		
Inscrição	Candidato	Situação
53	ALOÍSIO HOFER BEGROW	DEFERIDO(A)
45	DOUGLAS NUNES DA ROSA	DEFERIDO(A)
36	MARCOS LUIZ BASSO VENDRUSCOLO	DEFERIDO(A)
PSICÓLOGO		
Inscrição	Candidato	Situação
31	ANY FRANCINY SCHMITT	DEFERIDO(A)
23	CAMILA BACH	DEFERIDO(A)
57	CAMILA VIER	DEFERIDO(A)
46	CAMILE HASLINGER	DEFERIDO(A)
61	CAMILLE KUHN	DEFERIDO(A)
29	CARINE BRUNETO	DEFERIDO(A)
15	CARINE DE ASSIS	DEFERIDO(A)
51	CARLA ANDREZA ZENI BAU	DEFERIDO(A)
13	CRISTIANE MARTINI	DEFERIDO(A)
16	DAIANE KLUGE	DEFERIDO(A)
58	DANIELI CRISTINA METDLER	DEFERIDO(A)
4	DIANES MOCELIN	DEFERIDO(A)
55	DOUGLAS HENRIQUE CASTANHA	DEFERIDO(A)
63	EDIANI DA CRUZ	DEFERIDO(A)
43	ELIANE ZAMARCHI	DEFERIDO(A)
20	FLAVIO NARDON	DEFERIDO(A)
12	FRANCIELE TUMELERO MARTINOTTO	DEFERIDO(A)
56	GIANA CARLA SCARATTI	DEFERIDO(A)
42	JHENIFER CRISTINA FEDERIZZI	DEFERIDO(A)
54	JULIANO SANTIN	DEFERIDO(A)
62	KARLA CARDOSO MIALSKI	DEFERIDO(A)
17	KELIN FRANCISCA DIAS	DEFERIDO(A)
1	KERLY MARIA MONTIEL	DEFERIDO(A)
2	MAIÉLICA ALVES PINTO STACZAK	DEFERIDO(A)
9	MARLI TERESINHA FILIMBERTI	DEFERIDO(A)
14	NOELI FATIMA WILLENS SANTOLIN	DEFERIDO(A)
19	PAMELA KOCH	DEFERIDO(A)
65	RAFAELA LAÍS KLAUS	DEFERIDO(A)
27	RENATA LAIS SOLIVO	DEFERIDO(A)
3	ROSANA MORAIS DA SILVA HARLOS	DEFERIDO(A)
24	SHEILA CARINE BACH	DEFERIDO(A)
40	TAMANDRA CRISTINA LAZAROTO	DEFERIDO(A)
34	VALQUÍRIA FARIAS KIST	DEFERIDO(A)
41	VANESSA FICAGNA	DEFERIDO(A)

Modelo, SC, 08 de janeiro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

**HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES CONCURSO PÚBLICO 002/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MODELO

**CONCURSO PÚBLICO EDITAL N° 002/2015**

Nos termos do Edital n° 002/2015, O ICAP – Instituto de Consultoria em Administração pública e a comissão de acompanhamento do concurso público tornam público a HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, conforme abaixo:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE		
Inscrição	Candidato	Situação
64	ADRIANE EDINEIA JUNG TESCHE	DEFERIDO(A)
49	DANIELA SKIERZINSKI	DEFERIDO(A)
50	DANIELI SCHNEIDER	DEFERIDO(A)
30	EDIANE BORBA	DEFERIDO(A)
38	ELIANI BRUXEL	DEFERIDO(A)
48	HENRIQUE GABRIEL SAREMBA	DEFERIDO(A)
66	MARIA CLENIR FERREIRA EICHLER	DEFERIDO(A)
52	SILVIA FATIMA SPEGIORIN	DEFERIDO(A)
MÉDICO		
Inscrição	Candidato	Situação
53	ALOÍSIO HOFER BEGROW	DEFERIDO(A)
45	DOUGLAS NUNES DA ROSA	DEFERIDO(A)
36	MARCOS LUIZ BASSO VENDRUSCOLO	DEFERIDO(A)
PSICÓLOGO		
Inscrição	Candidato	Situação
31	ANY FRANCINY SCHMITT	DEFERIDO(A)
23	CAMILA BACH	DEFERIDO(A)
57	CAMILA VIER	DEFERIDO(A)
46	CAMILE HASLINGER	DEFERIDO(A)
61	CAMILLE KUHN	DEFERIDO(A)
29	CARINE BRUNETO	DEFERIDO(A)
15	CARINE DE ASSIS	DEFERIDO(A)
51	CARLA ANDREZA ZENI BAU	DEFERIDO(A)
13	CRISTIANE MARTINI	DEFERIDO(A)
16	DAIANE KLUGE	DEFERIDO(A)
58	DANIELI CRISTINA METDLER	DEFERIDO(A)
4	DIANES MOCELIN	DEFERIDO(A)
55	DOUGLAS HENRIQUE CASTANHA	DEFERIDO(A)
63	EDIANI DA CRUZ	DEFERIDO(A)
43	ELIANE ZAMARCHI	DEFERIDO(A)
20	FLAVIO NARDON	DEFERIDO(A)
12	FRANCIELE TUMELERO MARTINOTTO	DEFERIDO(A)
56	GIANA CARLA SCARATTI	DEFERIDO(A)
42	JHENIFER CRISTINA FEDERIZZI	DEFERIDO(A)

54	JULIANO SANTIN	DEFERIDO(A)
62	KARLA CARDOSO MIALSKI	DEFERIDO(A)
17	KELIN FRANCISCA DIAS	DEFERIDO(A)
1	KERLY MARIA MONTIEL	DEFERIDO(A)
2	MAIÉLICA ALVES PINTO STACZAK	DEFERIDO(A)
9	MARLI TERESINHA FILIMBERTI	DEFERIDO(A)
14	NOELI FATIMA WILLENS SANTOLIN	DEFERIDO(A)
19	PAMELA KOCH	DEFERIDO(A)
65	RAFAELA LAÍS KLAUS	DEFERIDO(A)
27	RENATA LAIS SOLIVO	DEFERIDO(A)
3	ROSANA MORAIS DA SILVA HARLOS	DEFERIDO(A)
24	SHEILA CARINE BACH	DEFERIDO(A)
40	TAMANDRA CRISTINA LAZAROTO	DEFERIDO(A)
34	VALQUÍRIA FARIAS KIST	DEFERIDO(A)
41	VANESSA FICAGNA	DEFERIDO(A)

Modelo, SC, 08 de janeiro de 2016.

### **PORTARIA Nº 003/2016**

PORTARIA Nº 003/2016 de 05.01.2016.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA GESTANTE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DANIELA FRANDOLOSO MARINS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com as Leis Municipais nºs 971/90, 2.029/2012, 2.198/2015, em especial Art. nº 211, Seção IV da Lei Municipal nº 1.513/2002 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando laudo médico emitido nesta data, atestando a necessidade de afastamento para fins de Licença Gestante a partir de 05.01.2016,

#### **RESOLVE:**

Art.1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal DANIELA FRANDOLOSO MARINS, matrículas nº 1880-5 e 2188-1, ocupante do cargo efetivo de Professora, conforme nomeações de que dispõe o Decreto nº 025/2012 de 13.02.2012 e Decreto nº 127/2015 de 04.05.2015, lotada no Departamento Municipal de Educação, 180 (cento e oitenta) dias consecutivos de Licença Gestante, sem prejuízo da remuneração, no período de 05.01.2016 a 02.07.2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 05 de janeiro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

**RELAÇÃO DE ENSALAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA E LOCAL DA PROVA - CONCURSO PÚBLICO 002/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 002/2015

Nos termos do Edital nº 002/2015, O Instituto de Consultoria em Administração Pública – ICAP e a Comissão de Acompanhamento tornam público a RELAÇÃO DE ENSALAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA E LOCAL DA PROVA, conforme abaixo:

PROVA: DIA 10 DE JANEIRO DE 2016.

ABERTURA DOS PORTÕES ÀS 08h20min.

FECHAMENTO DOS PORTÕES ÀS 08h50min.

PROVA ESCRITA DAS 09H ÀS 12H.

PROVA ESCRITA:

Local: ESCOLA REUNIDA MUNICIPAL PROFESSORA GRISELDI MARIA MULLER

Endereço: RUA CRISTÓVÃO COLOMBO, S/N, Modelo – SC.

PROVA DE TÍTULOS:

Local: ESCOLA REUNIDA MUNICIPAL PROFESSORA GRISELDI MARIA MULLER

Endereço: RUA CRISTÓVÃO COLOMBO, S/N, Modelo – SC.

IMEDIATAMENTE APÓS A REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA, NÃO ULTRAPASSANDO 30 MINUTOS DA REALIZAÇÃO DA MESMA, NA SALA DE COORDENAÇÃO.

**SALA 01**

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE		
Inscrição	Candidato	Situação
64	ADRIANE EDINEIA JUNG TESCHE	HOMOLOGADO(A)
49	DANIELA SKIERZINSKI	HOMOLOGADO(A)
50	DANIELI SCHNEIDER	HOMOLOGADO(A)
30	EDIANE BORBA	HOMOLOGADO(A)
38	ELIANI BRUXEL	HOMOLOGADO(A)
48	HENRIQUE GABRIEL SAREMBA	HOMOLOGADO(A)
66	MARIA CLENIR FERREIRA EICHLER	HOMOLOGADO(A)
52	SÍLVIA FATIMA SPEGIORIN	HOMOLOGADO(A)
MÉDICO		
Inscrição	Candidato	Situação
53	ALOÍSIO HOFER BEGROW	HOMOLOGADO(A)
45	DOUGLAS NUNES DA ROSA	HOMOLOGADO(A)
36	MARCOS LUIZ BASSO VENDRUSCOLO	HOMOLOGADO(A)
PSICÓLOGO		
Inscrição	Candidato	Situação
31	ANY FRANCINY SCHMITT	HOMOLOGADO(A)
23	CAMILA BACH	HOMOLOGADO(A)
57	CAMILA VIER	HOMOLOGADO(A)
46	CAMILE HASLINGER	HOMOLOGADO(A)
61	CAMILLE KUHN	HOMOLOGADO(A)
29	CARINE BRUNETO	HOMOLOGADO(A)
15	CARINE DE ASSIS	HOMOLOGADO(A)
51	CARLA ANDREZA ZENI BAU	HOMOLOGADO(A)
13	CRISTIANE MARTINI	HOMOLOGADO(A)
16	DAIANE KLUGE	HOMOLOGADO(A)



58	DANIELI CRISTINA METDLER	HOMOLOGADO(A)
4	DIANES MOCELIN	HOMOLOGADO(A)
PSICÓLOGO	TOTAL: 23 SALA 02 PSICÓLOGO	
55	DOUGLAS HENRIQUE CASTANHA	HOMOLOGADO(A)
63	EDIANI DA CRUZ	HOMOLOGADO(A)
43	ELIANE ZAMARCHI	HOMOLOGADO(A)
20	FLAVIO NARDON	HOMOLOGADO(A)
12	FRANCIELE TUMELERO MARTINOTTO	HOMOLOGADO(A)
56	GIANA CARLA SCARATTI	HOMOLOGADO(A)
42	JHENIFER CRISTINA FEDERIZZI	HOMOLOGADO(A)
54	JULIANO SANTIN	HOMOLOGADO(A)
62	KARLA CARDOSO MIALSKI	HOMOLOGADO(A)
17	KELIN FRANCISCA DIAS	HOMOLOGADO(A)
1	KERLY MARIA MONTIEL	HOMOLOGADO(A)
2	MAIÉLICA ALVES PINTO STACZAK	HOMOLOGADO(A)
9	MARLI TERESINHA FILIMBERTI	HOMOLOGADO(A)
14	NOELI FATIMA WILLENS SANTOLIN	HOMOLOGADO(A)
19	PAMELA KOCH	HOMOLOGADO(A)
65	RAFAELA LAÍS KLAUS	HOMOLOGADO(A)
27	RENATA LAIS SOLIVO	HOMOLOGADO(A)
3	ROSANA MORAIS DA SILVA HARLOS	HOMOLOGADO(A)
24	SHEILA CARINE BACH	HOMOLOGADO(A)
40	TAMANDRA CRISTINA LAZAROTO	HOMOLOGADO(A)
34	VALQUÍRIA FARIAS KIST	HOMOLOGADO(A)
41	VANESSA FICAGNA	HOMOLOGADO(A)

TOTAL: 22

## 5.1.7. Normas para a realização da prova escrita:

5.1.7.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização da prova no horário e data estabelecidos pelo Edital, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o início das provas, munidos de documento de identificação original (com fotografia).

5.1.7.1.1. É indispensável aos candidatos que tenham consigo no dia da realização da prova o Comprovante de Inscrição, o qual servirá para solucionar qualquer pendência.

5.1.7.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2 (8h50min), mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.1.7.3. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

Modelo, SC, 08 de janeiro de 2016.

RICARDO LUIZ MALDANER

Prefeito do Município de Modelo

**RESULTADO DE RECURSO AO DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES CONCURSO PÚBLICO 002/2015**

RESULTADO DOS RECURSOS RELATIVOS AO DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES.

O Instituto de Consultoria em Administração Pública – ICAP e a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Modelo/SC TORNAPÚBLICO, a inexistência de recursos relativos ao Deferimento e Indeferimento das inscrições.

Modelo, SC, 08 de janeiro de 2016.

# Mondaí

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA REG. PREÇOS Nº 001/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

EMPRESAS REGISTRADAS: WALMOR ERTTEL – ME - VALOR REGISTRADO R\$ 6.000,00 e EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS MARAVILHA LTDA - VALOR REGISTRADO R\$ 5.460,00.

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de produtos químicos destinados para manutenção estações de tratamento de água nas comunidades do interior do Município de Mondaí - SC.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 135/2015

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 07 de janeiro de 2017.

Mondaí – SC, 08 de janeiro de 2016.

VALMOR CEMIN

Prefeito Municipal em exercício

### EXTRATO CONTRATO Nº 002/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: CPNET COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME.

OBJETO: Contratação, para o exercício de 2016 e/ou subsequentes, de Pessoa Jurídica para prestação de serviço de acesso à internet, de acordo com o Anexo I, para o Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina.

ORIGEM: Pregão nº 133/2015.

VALOR: R\$ 15.600,00 (Quinze mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 05 de janeiro de 2016.

VALMOR CEMIN

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO CREDENCIAMENTO 002/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ

AVISO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 03/2016

Inexigibilidade de Licitação nº. 02/2016

Credenciamento nº. 002/2016

O Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para ciência dos interessados que iniciará, a partir das 8:00 horas do dia 12 de janeiro de 2016, o processo de credenciamento para Entidades Privadas, Filantrópicas e/ou Sem Fins Lucrativos, Prestadoras de Serviços de Assistência à Saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde (SUS), para efeitos do art. 25, caput, da Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações. As informações completas poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação – CPL, pelo telefone (049)-3674-3125, pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal, pelo e-mail [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br) ou através do site do município [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br).

Mondaí, 08 de janeiro de 2016.

VALMOR CEMIN

Prefeito Municipal em exercício

### EXTRATO DISPENSA LICITAÇÃO Nº 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MONDAÍ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2016

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016.

O Município de Mondaí – SC, a partir do seu Prefeito em Exercício, torna público a Dispensa de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 02/2016 e, com fulcro no art. 24, inciso XXVI, da Lei nº. 8.666/1993, conforme abaixo:

OBJETO: Constitui-se como objeto do presente Termo, contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária (PGT) aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes programas: REGIN e Simples Nacional. Constitui-se como objeto do presente Termo, ainda, a contratação dos serviços de tecnologia da informação, disponibilizando o programa do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), destinado à publicação dos atos oficiais expedidos pelo Município de Mondaí-SC.

CONTRATADA: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, CNPJ nº. 09.427.503/0001-12.

VALOR: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Mondaí – SC, 08 de janeiro de 2016.

Valmor Cemin

Prefeito Municipal em Exercício

### TERMO DISTRATO CONTRATO Nº 033/2011

EXTRATO TERMO DISTRATO CONTRATO Nº 033/2011

DISTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

DISTRATADO: BENTO MARTINS DE MENEZES BISNETO

OBJETO: distratar as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato nº 033/2011e seus aditivos a partir do dia 04 de janeiro de 2016.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 002/2010.

Mondaí – SC, 04 de janeiro de 2016.

VALMOR CEMIN

Prefeito Municipal em exercício

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 002/2016**

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial 002/2016. Objeto: Contratação de empresa para efetuar o SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ESCOLARES. Data: 20/01/2016 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

FERNANDO D. TEIXEIRA  
Secretário de Finanças.

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA ABERTURA DE PROPOSTAS CONCORRÊNCIA 142/2015 PMN

Ata abertura de Propostas Concorrência 142/2015 PMN

REABERTA A SESSÃO, CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, ESTANDO PRESENTES OS REPRESENTANTES DAS LICITANTES RECICLE (ANDRE LUIS MAFRA) E LIMA ENTULHOS (JULIANA B. MULLER) AMBOS JA CREDENCIADOS, DEU-SE INICIO A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS, FICANDO CONSTATADO OS VALORES ABAIXO:

RECICLE R\$ 1.108.800,00, LIMA ENTULHOS R\$ 1.108.800,00, BALTT R\$ 1.707.552,00, COMO O LICITANTE LIMA ENTULHOS ERA BENEFICIÁRIO DA LEI 123/2006 (ME/EPP) A REPRESENTANTE PRESENTE SRA JULIANA COBRIU O VALOR DE SUA CONCORRENTE QUE ESTAVA EMPATADA, DESTA FORMA A LIMA ENTULHOS TORNA-SE VENCEDORA DA PRESENTE LICITAÇÃO COM O VALOR GLOBAL DE R\$ 1.106.280,00, valor unitário R\$ 21,95 MOMENTO EM QUE ENCERRA A PRESENTE E ENCAMINHA OS AUTOS A AUTORIDADE COMPETENTE.

Presidente Comissão de Licitação

Douglas Lemos

### ATA II DE APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO AMOSTRA 140/2015 PMN

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC, APÓS ANALISAR AS AMOSTRAS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2015 INFORMA QUE FORAM APROVADOS/REPROVADOS, CONFORME SEGUE:

WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME - Itens reprovados: 01,02,12,

"Não apresentou amostras", repassar para Procedimento Administrativo.

DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP- Itens reprovados: 3,9

"Não apresentou amostras", repassar para Procedimento Administrativo.

TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA- Itens reprovados: 5,16

"Não apresentou amostras", repassar para Procedimento Administrativo.

PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA -ME- Itens reprovados: 18

"Não apresentou amostras", repassar para Procedimento Administrativo.

Navegantes/SC 06 de Janeiro de 2016.

### ATA II PREGÃO PRESENCIAL 15/2015 FUMREBOM

Ata Pregão 15/2015 FUNREBOM

Reaberto o certame conforme agendado anteriormente em sessão pública, não havia interessados presente, deu-se inicio a abertura do envelope complementar conforme publicação de ata anterior, sendo constatado que o licitante Someval atendeu com as exigências do edital, ao apresentar os documentos CND municipal e certidão de falência e concordata, momento em que encerra a presente e encaminha os autos á autoridade competente.

### ATA INTIMAÇÃO APRESENTAÇÃO ENDEREÇO CONCORRÊNCIA 142/2015 PMN

Ata intimação apresentação endereço Concorrência 142/2015 PMN

A Comissão Permanente de Licitação e seu Presidente intima o licitante vencedor da licitação 142/2015 PMN – LIMA ENTULHOS CNPJ 09.192.651/0001-03- A apresentar no prazo de 24 horas desta publicação, o endereço do aterro, conforme item 1.1 do edital.

O Aterro deverá estar localizado em um raio máximo de 40 km (quarenta quilômetros da Secretaria de Obras do Município de Navegantes) Rua Arnaldo Passos nº 379 centro de Navegantes. Tal exigência se justifica pelo fato de o transporte do material (resíduos) até o depósito final ser realizado pelo Município, o que em longas distâncias oneraria os cofres públicos e inviabilizaria a contratação dos serviços.

Navegantes 08 de janeiro de 2016

### ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2015 FMS

ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2015 FMS

Aos 23 dias do mês de dezembro de 2015 eu Silvio de Souza Neves responsável pela análise das amostras referente o pregão nº 76/2015 FMS, objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (CONSULTÓRIOS DE ODONTOLOGIA COM COMODATO DE INCUBADORA) E CEO - CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, verificou e deu o parecer - aprovação/reprovação dos produtos apresentados conforme segue:

ITENS	Licitantes 1º colocados	Aprovação/reprovação	LICITANTES 2º COLOCADOS CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CON- STANTE NO EDITAL
01	Cointer	aprovado	-----
02	Althis	aprovado	-----
03	Althis	aprovado	-----
04	Althis	aprovado	-----

Dr SILVIO DE SOUZA NEVES  
CRO/SC 11563

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 171/2015 PMN ---RETIFICADO---**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 171/2015 PMN  
---retificado---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SANITÁRIOS QUÍMICOS, SEGURANÇA PRIVADA, SONORIZAÇÃO/ILUMINAÇÃO, TENDAS, TRIO ELÉTRICO, GRADES DE PROTEÇÃO E PAINEL DE LED, PARA ATENDER A PROGRAMAÇÃO DOS EVENTOS RELACIONADOS NO CALENDÁRIO DO MUNICÍPIO NOS ANOS 2015/2016, EXCETO OS ITENS CONSTANTES NO PREGÃO PRESENCIAL-REG.DE PREÇOS Nº 102/2015, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 21/01/2016 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 21/01/2016 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 8 de janeiro de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

## CHAMAMENTO 3 º COLOCADOS PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO 140/2015 PMN

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE NAVEGANTE
--	--

ASSUNTO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/S

CONVOCA PARA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS.- 3º COLOCADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2015 -PMN, CONFORME SEGUE.																			
ITENS		COLOCADO																	
1		DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP																	
2		PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA -ME																	
9		WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME																	
12		DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP																	
18		PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA -ME																	

NAVEGANTES/SC 06 DE JANEIRO DE 2016.



**DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO DE PREÇOS- INDEFERIMENTO EMPRESA: CATARINA COM DE COMBUSTIVEIS LTDA**

DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO DE PREÇOS- INDEFERIMENTO  
EMPRESA: CATARINA COM DE COMBUSTIVEIS LTDA  
CNPJ : 19.512.778/0001-08

Aos 08 (oito) dias, do mês de janeiro de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº.006/2015, Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE indeferir o pedido de reequilíbrio do presente registro de preços, tendo em vista que o pedido foi protocolado formalmente em 20/11/2015, porém o valor requerido/solicitado pela empresa ( R\$ 3,7628) torna-se abusivo aos cofres públicos.

Josezite dos santos  
Depto de Compras

Corroborando

Silvana M. Francisco  
Secretária de Administração

**EXTRATO - HOMOLOGAÇÃO CC FME 12/2015.**

EXTRATO - HOMOLOGAÇÃO CC12/2015 FME.

CONCORRÊNCIA Nº 12/2015 FME.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA VISANDO A CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA FINS DE VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE NA ARENA DE FUTEBOL DE AREIA, DURANTE O CAMPEONATO TEMPORADA DE VERÃO 2015 EXTENSIVO AO ANO DE 2016, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE NAVEGANTES/SC.

EMPRESA: SUPERMERCADO E.L.W JANGADA LTDA

CNPJ sob o nº 01.272.964/0001-51

VALOR: R\$ 2.000,00.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Roberto Carlos de Souza.

Prefeito do Município.

**EXTRATO CONTRATUAL PMN Nº 270/2015.**

Extrato Contratual PMN 270/2015.

Contrato Nº.: 270/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada....: SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S.A.

CNPJ: 83.483.230/0001-86.

Vigência ..... : Início: 01/01/2016 Término: 30/06/2016\*

Licitação ..... : PP150/2013 3.3.90.00

Recursos ..... : Dotação: 2015 / 2.060 / 2.059 / 2.035 / 2.038 / 2.115/ 2.144 / 2.064 / 2.075 / 2.068 / 2.094 / 2.070 / 2.116 3.3.90.00.00.

Objeto ..... : Segundo Termo Aditivo visando a Prorrogação/ Renovação do Contrato nº 017/2014, referente à Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de equipamentos de reprodução, impressão, digitalização de documento e envio/recebimento de fax (com software de bilhetagem gestão operacional) para atendimento à Prefeitura Municipal de Navegantes, conforme Pregão Presencial nº 150/2013.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

**LEI COMPLEMENTAR 280 ALTERA LC 007**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

**LEI COMPLEMENTAR Nº 280 DE 8 DE JANEIRO DE 2016**

ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 7 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003 – ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1 º O Parágrafo Único do artigo 49 da lei complementar nº 7 de 11 de novembro de 2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49 .....

Parágrafo Único: A revisão geral anual da remuneração dos servidores ativos, inativos e pensionistas ocorrerá sempre no mês de janeiro e sem distinção de índices.”

Art. 2 º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**LEI COMPLEMENTAR 281 CONSOLIDA ALTERAÇÕES LC 223**

LEI COMPLEMENTAR Nº 281 DE 8 DE JANEIRO DE 2016

CONSOLIDA AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 223 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES IRREGULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art.1º A regularização das construções irregulares e clandestinas, autorizada pela Lei nº 223 de 23 de Outubro de 2014, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 233 de 19 de Janeiro de 2015, passa a reger-se por esta Lei, que consolida e dá nova redação à legislação referida neste artigo.

Art. 2º Fica, o Município de Navegantes, autorizado a regularizar as edificações irregulares e clandestinas edificadas em desconformidade com os limites urbanísticos estabelecidos em lei, desde que apresentem condições mínimas de higiene, segurança, estabilidade, salubridade e habitabilidade, e, obedecidas as regras desta Lei Complementar.

Art. 3º Para a regularização prevista nesta Lei Complementar, o Poder Público dispensará ou reduzirá as limitações administrativas estabelecidas nas leis complementares 055/2008 e 056/2008, sem óbice à exigência de cumprimento de medidas mitigatórias.

§ 1º - Para efeitos do que trata esta Lei Complementar, considera-se:

I - construção irregular antiga: aquela cuja licença foi expedida pelo Município, porém executada total ou parcialmente em desacordo com o projeto aprovado, e que tenha sido iniciada até a data de 23 de outubro de 2009;

II - construção clandestina antiga: aquela executada sem prévia autorização do Município, ou seja, sem projetos aprovados e sem a correspondente licença, e que tenha sido iniciada até a data de 23 de outubro de 2009; e

III - construção clandestina parcial antiga: aquela correspondente à ampliação de construção legalmente autorizada, porém sem licença do Município, e que tenha sido iniciada até a data de 23 de outubro de 2009.

IV - construção irregular: aquela cuja licença foi expedida pelo Município, porém executada total ou parcialmente em desacordo com o projeto aprovado, e que tenha sido iniciada após a data de 23 de outubro de 2009;

V - construção clandestina: aquela executada sem prévia autorização do Município, ou seja, sem projetos aprovados e sem a correspondente licença, e que tenha sido iniciada após a data de 23 de outubro de 2009; e

VI - construção clandestina parcial: aquela correspondente à ampliação de construção legalmente autorizada, porém sem licença do Município, e que tenha sido iniciada após a data de 23 de outubro de 2009.

§ 2º - Para o devido enquadramento em relação à data de início e conclusão da construção, o requerente deverá juntar as provas que julgar necessário, as quais serão analisadas pela equipe da Secretaria de Governo, responsável pelo parecer conclusivo sobre a data de início e fim da obra.

§ 3º - Para efeitos de aplicação da presente lei, considerar-se-á obra concluída a edificação que estiver em condições de habitabilidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º O Poder Executivo, através de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), estipulará as medidas mitigatórias e/ou compensatórias correspondentes à regularização requerida, com o propósito de garantir a inclusão social e a sustentabilidade do Município de Navegantes.

Parágrafo Único - O interessado em regularizar o imóvel, construção ou benfeitoria, com base no disposto nesta Lei Complementar, apresentará requerimento solicitando regularização, acompanhado dos projetos e documentações previstas na presente lei e no plano diretor, e o cumprimento das medidas mitigatórias e/ou compensatórias apontadas pelo Poder Público, com o cronograma de obra, quando necessário.

Art. 5º Não serão passíveis de regularização, para os efeitos desta Lei Complementar, as edificações que:

I - apresentarem irregularidades não previstas nesta Lei Complementar;

II - estejam localizadas em logradouros, terrenos públicos, e faixas destinadas a alargamento de vias públicas;

III - estejam localizadas em faixas não edificáveis junto a faixas de domínio de rodovias estaduais e federais, a lagos, rios, córregos, fundo de vale, faixas de escoamento de águas pluviais, galerias, canalizações e linhas de transmissão de energia de alta tensão, bem como nas vias públicas municipais que contenham essa restrição;

IV - causem danos ao meio ambiente e/ou ao patrimônio histórico ou cultural; e

V - desrespeite o Zoneamento, quanto ao padrão de incomodidade estabelecido para a macrozona onde está situada a edificação.

VI - estejam localizadas em Áreas de Preservação Permanente, salvo anuência do órgão estadual ou municipal competente;

§ 1º Todas as obras irregulares ou clandestinas que, por suas características construtivas, resultem em comprometimento da estrutura restante, ou sistemas construtivos de baixo custo e fácil demolição, não serão regularizadas e não poderão receber adequações ou ampliações.

§ 2º As características construtivas de que trata o § 1º do caput serão determinadas através de parecer técnico elaborado por engenheiro civil do quadro efetivo do Município.

§ 3º Caberá ao Secretário de Governo, após elaborado parecer técnico, determinar a regularização originada da aplicação desta Lei.

§ 4º Os passeios públicos realizados em desacordo com a legislação referente à acessibilidade, deverão, dentro das possibilidades da situação fática do local, ser corrigidos para fins de regularização das construções.

Art. 6º São apenas passíveis de regularização, com base nesta Lei Complementar, as edificações que possuírem irregularidades atreladas com os seguintes parâmetros urbanísticos:

I - recuos;

II - afastamentos;

III - taxa de ocupação;

IV - coeficiente de aproveitamento;

V - projeção de sacadas e pavimentos sobre recuo e passeio público;

VI - número de vagas de estacionamento disponibilizadas inferior à exigida;

**VII – taxa de permeabilidade**

§ 1º Sempre que a regularização tratar de afastamento lateral e de fundos inferior a 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) nas faces que possuem aberturas, o proprietário deverá apresentar acordo extrajudicial dos vizinhos lindeiros, onde estes, seus herdeiros e/ou sucessores não se opõem à irregularidade apresentada na edificação, isentando o Município de qualquer responsabilização futura relativa ao direito de afastamento, ventilação e iluminação da edificação.

§ 2º Na análise dos referidos projetos arquitetônicos a iluminação e ventilação mínima dos compartimentos habitáveis poderão sofrer uma tolerância de até 50% (cinquenta por cento) a menos do que o especificado no código de obras, e os não habitáveis de até 100% (cem por cento), e, não serão analisadas as áreas mínimas e dimensões mínimas destes compartimentos, com exceção das vagas de garagem, que deverão atender integralmente o código de obras.

§ 3º As vagas de estacionamento poderão sofrer uma tolerância de até 50% para salas comerciais.

Art. 7º A regularização das construções de que trata esta Lei Complementar dependerá da apresentação pelo proprietário ou responsável pelo imóvel dos seguintes documentos:

I - requerimento do interessado contendo:

- a) qualificação do requerente;
- b) localização da construção irregular; e
- c) solicitação de regularização da obra edificada;

II - cópia da Notificação emitida por fiscal municipal, quando houver;

III - declaração do interessado, responsabilizando-se sob as penas da lei, pela veracidade das informações prestadas;

IV - cópia de documento que indique a titularidade do imóvel, tais como matrícula atualizada do Cartório de Registro de Imóveis e/ou Compromisso ou Promessa de Compra e Venda, com a devida anuência do proprietário, ou outro documento equivalente a ser analisado pela Secretaria de Governo;

V - certidão negativa de tributos municipais relativo ao imóvel;

VI - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente à regularização da obra, com laudo técnico, informando as condições da edificação;

VII - projeto arquitetônico da edificação, constando:

- a) planta de situação;
- b) planta de localização contendo, no mínimo, as cotas da situação real da edificação sobre o lote e planilha de áreas da mesma;
- c) planta baixa de todos os pavimentos da edificação;
- d) dois (02) cortes, passando por locais que melhor identifiquem toda a edificação;
- e) uma fachada frontal
- f) no selo de identificação de cada prancha: "REGULARIZAÇÃO DE OBRA, NOS TERMOS DA LEI";
- g) para edificações que não sejam unifamiliares, cópia dos projetos de prevenção contra incêndio aprovados junto ao Corpo de Bombeiros;
- VIII - comprovante dos recolhimentos das taxas exigidas quando da aprovação de projetos e concessão de licença, bem como da contrapartida financeira correspondente à regularização da obra, prevista nesta Lei Complementar; e
- IX - anuência da sociedade condominial, quando for o caso.

§ 1º - Constatadas, a qualquer tempo, divergências nas informações ou discrepância nos valores recolhidos, o interessado será notificado a saná-los ou a prestar esclarecimentos no prazo de trinta (30) dias, sob pena de ser indeferido seu pedido e aplicadas às sanções cabíveis.

§ 2º - A expedição do alvará de regularização e habite-se serão concomitantes e ficarão condicionadas à apresentação do Habite-se do Corpo de Bombeiros, Licenciamento Ambiental e Habite-se Sanitário, expedido pelos órgãos competentes, quando exigidos em função das características e uso da edificação.

Art. 8º As regularizações, para qualquer tipo de edificação, que dizem respeito às hipóteses previstas no art. 6º, somente serão efetivadas mediante o pagamento de uma contrapartida financeira, conforme estabelecido nesta lei.

Art. 9º O Poder Público emitirá o valor da contrapartida financeira, para os casos de edificações antigas, classificadas conforme inciso I, II e III do art. 3º da presente lei, sobre a área a regularizar, calculada pela seguinte fórmula:

I - Cf = Contrapartida Financeira;

II - Fc = Fator de Contrapartida - UFM - (Unidade Fiscal Municipal);

III - Ac = Adicional Construtivo sobre a área invadida - em m<sup>2</sup> (metros quadrados);

IV - Fr = Fator de redução.

§ 1º - Obras construídas não respeitando os recuos e afastamentos laterais serão calculadas da seguinte forma:  $Cf = 0,5 \times UFM \times Ac \times Fr$ .

§ 2º - A construção que exceder ao coeficiente de aproveitamento ou taxa de ocupação será calculada da seguinte forma:  $Cf = 0,25 \times UFM \times Ac \times Fr$ .

§ 3º - A ausência do número mínimo de vagas de garagens e de estacionamento, que são aqueles previstos no código de obras, será calculada da seguinte forma:

I - o número de vagas que faltarem ao empreendimento e/ou edificação será multiplicado por 2 (duas) UFM por vaga;

§ 4º - Demais casos serão calculados da seguinte forma:  $Cf = 0,25 \times UFM \times Ac \times Fr$ .

§ 5º - O valor referente à contrapartida financeira deverá ser pago a vista, sendo condicionante para a obtenção do alvará de regularização.

§ 6º - Os casos de isenção estão previstos no art. 16 desta Lei.

§ 7º - Quando da elaboração dos cálculos acima mencionados, aplica-se o correspondente fator de correção, seguindo-se a tabela constante do Anexo 1.

Art. 10 O Poder Público emitirá o valor da contrapartida financeira, para os casos de edificações irregulares, classificadas conforme inciso IV, V e VI do art. 3º da presente lei, sobre a área a regularizar, calculada pelas fórmulas previstas no Art. 9º, multiplicando o resultado por dois e meio (2,5).

Art. 11 As demandas judiciais promovidas pelo Município visando à demolição, paralisação ou interdição de construção irregular ou

clandestina, que tenham sido definitivamente regularizadas com base nesta Lei Complementar, e devidamente atestada sua regularidade pela Secretaria de Governo, serão extintas, devendo o proprietário ou responsável pela obra promover antecipadamente o pagamento das custas judiciais, emolumentos e honorários advocatícios.

Art. 12 As regularizações das construções localizadas em vias não oficializadas, loteamentos ou desmembramentos não aprovados pelo Poder Público Municipal dependerão de deliberação por parte de Secretaria de Governo, observando-se a situação consolidada do local e o interesse público.

Art. 13 A regularização da edificação não dispensa o interessado do cumprimento das demais exigências previstas em Lei para a utilização do imóvel.

Art. 14 O Poder Público poderá negar a legalização a qualquer obra ou construção indevidamente executada, sempre que esta, em função das transgressões, afete o conjunto urbanístico local, não apresente condições mínimas de habitabilidade, uso, segurança, higiene, estética, bem como afete as condições de trânsito, transporte, estacionamento e outros serviços públicos.

Art. 15 A regularização de que trata esta Lei não implica no reconhecimento, pelo município da propriedade, posse ou domínio útil, a qualquer título, das dimensões e da regularidade do lote, nem exime os proprietários de glebas parceladas ou os seus responsáveis das obrigações e responsabilidades decorrentes da aplicação da legislação de parcelamento do solo.

Art. 16 Os interessados ficarão isentos do pagamento da contrapartida financeira para regularização da construção quando:

I – o imóvel, quando de sua construção, tiver sido edificado em local situado fora do perímetro urbano vigente a época;

II – o imóvel possuir área construída de até 69,00 m<sup>2</sup> (sessenta e nove metros quadrados), destinado exclusivamente à residência unifamiliar, edificada em terrenos de até 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados).

§ 1º - A isenção prevista nos incisos I e II do caput será solicitada em requerimento escrito, instruído com as provas do cumprimento das exigências necessárias à sua concessão.

§ 2º - Verificada, a qualquer tempo, a inobservância dos requisitos exigidos para sua concessão, ou o desaparecimento das condições que a motivaram, a isenção será cancelada, por despacho da autoridade competente, ficando o contribuinte obrigado a recolher a contrapartida financeira devida, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação da decisão.

Art. 17 Os recursos provenientes das contrapartidas financeiras previstas nesta Lei Complementar serão destinados à área de infraestrutura urbana e viária.

Art. 18 A presente legislação será aplicável exclusivamente às obras irregulares ou clandestinas que estejam concluídas até a data de 23 de outubro de 2014, e, cujos projetos de regularização sejam protocolados junto a Secretaria de Governo até a data de 31 de dezembro de 2016.

Art. 19 As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento do Município de Navegantes.

Art. 20 Aplicam-se as disposições da presente Lei a todos os Projetos de regularização de construções irregulares e clandestinas regulados pela Lei nº 223 de 23 de Outubro de 2014 que já se encontrem em tramitação perante a Secretaria de Governo.

Art. 21 As disposições desta lei complementar serão objeto de regulamentação, no que couber.

Art. 22 Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis referidas no artigo 1º desta lei complementar.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR N º 281 DE 8 DE JANEIRO DE 2016  
TABELA DE CORREÇÃO

Uso	Coeficiente (Fr)
Residencial Unifamiliar (até 70,00m²)	0,01
Residencial Unifamiliar (até 100,00m²)	0,3
Residencial Unifamiliar (acima 100,00m²)	0,4
Residencial Multifamiliar (até 350,00 m²)	0,5
Residencial Multifamiliar (acima 350,00 m²)	0,6
Comercial	0,7
Misto	0,65
Demais usos	0,8

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza      Silvana Maria Mendes Francisco  
PREFEITO                              SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

# Nova Trento

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO Nº 001/2016

RESOLUÇÃO Nº 001/2016

Dispõe sobre o a posse dos Conselheiros Tutelares do município de Nova Trento eleitos para a gestão 2016/2020

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 1.284/93

RESOLVE:

Art. 1 Convoca os Conselheiros Tutelares eleitos no dia 04 de outubro de 2015, para tomar posse de seus cargos de conselheiro tutelar do município de Nova Trento para a gestão 2016/2020;

Art. 2 A posse dar-se-á no dia 10 de Janeiro de 2016, às 9h no Auditório da Casa da Cidadania, localizada na Rua Salvador Gessele, no centro de Nova Trento;

Art. 3 A presente resolução entra em vigor a partir de sua data de publicação.

Nova Trento, 5 de Janeiro de 2016

Samanta Lazzarotto Franzoi

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Trento



# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### **AVISO DO RESULTADO DO PL Nº 060/2015-PR Nº 030/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2015

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 030/2015 – que tem como objeto a A presente licitação tem como objeto a Aquisição parcelada de Materiais de Consumo e Limpeza utilizados na manutenção das Escolas Municipais da Rede Municipal de Ensino Novo Horizonte/SC, para o ano de 2.016, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.. Que na data de sua realização: Dia 08/01/2016 às 09:00 hs, que teve como participantes as empresas AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (2492), SCS COMÉRCIO LTDA ME (2493), CLEBER TADEU BRIDI ME (2573), NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (2699).Sendo que a empresa AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (2492), foi vencedora dos itens 3-7-9-10-11-13 e 14, com valor total de 2.344,40 (Dois mil, trezentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos). A empresa SCS COMÉRCIO LTDA ME (2493), foi vencedora dos itens 1-12-15-19-20-21-25-26-27 e 29, com valor total de 2.503,90 ( Dois mil, quinhentos e três reais e noventa centavos). A empresa CLEBER TADEU BRIDI ME (2573) foi vencedora dos itens 4-16-23 e 24 com valor total de 2.033,20 ( Dois mil, trinta e três reais e vinte centavos) e a empresa NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (2699) foi vencedora dos itens 2-5-6-8-17-18-22 e 28 com valor total de 2.201,10 ( dois mil, duzentos e um real e dez centavos. Totalizando o valor da licitação em R\$ 9.082,60 (Nove mil, oitenta e dois reais e sessenta centavos). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: as propostas das empresas vencedoras satisfazem as exigências do edital; as empresas vencedoras encontram-se devidamente habilitadas quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro as empresas acima mencionadas como Vencedoras do Pregão Presencial Nº 030/2015.

Novo Horizonte/SC, em 08 de Janeiro de 2.016.

ARNO GOLDSCHMIDT

Pregoeiro

# Otacílio Costa

## PREFEITURA

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

EXTRATO DE DISPENSA

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 002/2016

Fundamento Legal: art. 24, XX, da Lei 8.666/96

Objetivo: Contratação dos serviços prestados pela APAE no atendimento e acompanhamento de pacientes.

Valor do Contrato: R\$ 15.565,20 mensais

Vigência: 06/01/2016 à 31/12/2016

Contratado: APAE de Otacílio Costa

Contratante: Prefeitura Municipal de Otacílio Costa. Informações Prefeitura Municipal de Otacílio Costa /SC, situada na Avenida Vidal Ramos Júnior nº 228, Centro Administrativo, das 13:00 hs. às 17:30 hs. Fone: 32218000 – e-mail [licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br](mailto:licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br) Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal.

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

EXTRATO DE DISPENSA

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 005/2016

Fundamento Legal: art. 24, II, da Lei 8.666/96

Objetivo: Contratação de Empresa para transportes de professores para a participação de curso nos dias 06/01/2016 à 10/01/2016..

Contratados: Daiane Hang & Rech ME.

Valor da Contratação: R\$ 5.950,00

Contratante: Prefeitura Municipal de Otacílio Costa. Informações Prefeitura Municipal de Otacílio Costa /SC, situada na Avenida Vidal Ramos Júnior nº 228, Centro Administrativo, das 13:00 hs. às 17:30 hs. Fone: 32218000 – e-mail [licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br](mailto:licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br) Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal.

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### EXTRATO ADITIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO III DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 0096/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: MAP SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES LTDA

Objeto: Contratação de Serviços Médicos especializados na área de Pediatria, a ser prestado junto à Unidade Básica de Saúde, 4 ( quatro) horas semanais, visando o atendimento de crianças do Município de Ouro Verde – SC.Vigência:01/01/2016 á 31/01/2016.Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 30 de dezembro de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO IV DE REAJUSTE DE PREÇOS AO CONTRATO Nº. 0096/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: MAP SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES LTDA

Objeto: Contratação de Serviços Médicos especializados na área de Pediatria, a ser prestado junto à Unidade Básica de Saúde, 4 ( quatro) horas semanais, visando o atendimento de crianças do Município de Ouro Verde – SC.Valor certo e ajustado de R\$:63.671,04 (sessenta e três mil seiscentos e setenta e um reais e quatro centavos).Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 06 de janeiro de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO I DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº. 002/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: INTELLIBR SISTEMAS LTDA

Objeto: Contratação de serviço especializado na área de informática, para licença de uso de softwares para gestão escolar integrado, compreendendo sistemas de: cadastro de unidades escolar; matriz curricular; fórmulas de avaliação; calendário escolar; ensino infantil; ensino regular; gestão de recursos humanos; consulta, estatístico e gerencial (web); e portal do aluno (web), bem como serviços de implantação e treinamento nos referidos sistemas.Vigência: 01/01/2016 á 31/12/2016.Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 30 de dezembro de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

# Palhoça

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 284/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º284/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MARCONI KIRCH EPP. OBJETO: Fica alterada a troca da marca do item 1 do lote 22 – Saponáceo cremoso da marca SAUBA para a marca NOBRE em virtude da paralisação momentânea da produção da empresa SAUBA, em decorrência de mudança de endereço. A troca de marca diz respeito somente a ordem de compra 1164/2015, as demais ordens de compra emitidas deverão obedecer ao que ficou acordado no certame. Permanecendo inalterados os preços registrados em ata. Data: 01/12/2015.

# Penha

## PREFEITURA

**05/2016**

PORTARIA Nº 05/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei nº 1.268/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros abaixo para compor o CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no período de 10/01/2016 a 09/01/2019, em conformidade com a homologação do resultado final do Edital nº 03/2015 COMCAD:

Eduardo Mauro Vicente,  
Luciana Maria da Silva,  
Rita Antônia de Cássia Laudário,  
Wilson Mistura,  
Matheus Marcondes Romeiro Sobrinho.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 10/01/2016, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portarias nº 243/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 08 de janeiro de 2016.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

**1º TERMO ADITIVO Nº 237/2015- PMP**

1º TERMO ADITIVO Nº 237/2015 PMP  
AO CONTRATO Nº 146/2015 PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 68/2014-PMP, modalidade presença presencial nº 36/2014-PMP.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NA ÁREA MECÂNICA, COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS EM ESTADO NOVO, TODOS ORIGINAIS DOS FABRICANTES DAS MARCAS DOS VEÍCULOS.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 237/2015-PMP ao Contrato Administrativo nº 146/2015-PMP, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por intermédio da PREFEITURA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a empresa MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, com endereço na cidade de Blumenau/SC, na Rua Dr. Pedro Zimmermann, nº 5571, Bairro: Itoupava Central, CEP 89068-000, FONE (47) 3337-4733, inscrita no CNPJ sob o nº 85.104.289/0001-41, neste ato representada por Renaldo Manske, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm

entre si ajustada a execução de serviços manutenção dos veículos com fornecimento de peças, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula oitava do contrato administrativo nº 146/2015- PMP fica prorrogada até o dia 30.06.2016, a contar de 30.12.2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de Dezembro de 2015.

PREFEITURA      CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME : GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**2481/2016**

DECRETO Nº 2481/2016

ESTABELECE A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art.1º - De acordo com a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016 – LOA nº 2.795/15, de 18 de dezembro de 2015 e em cumprimento aos artigos 8º e 13 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e o artigo 7º e seus parágrafos da Lei Municipal 2.788/15 de 16 de outubro de 2015 – Lei de diretrizes orçamentárias para o exercício de 2016 - LDO, são elaborados os Quadros da Programação das Metas bimestrais de Arrecadação e Cronograma Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2016, anexos I e II respectivamente, sendo os mesmos parte integrante deste Decreto.

Art.2º - A programação Financeira e o Cronograma de Desembolso de que tratam o artigo anterior poderão ser revistos no decorrer do exercício financeiro a que se referirem, conforme os resultados apurados em função da Execução Orçamentária e a Realização da Receita.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.  
Prefeitura Municipal de Penha/SC, 07 de janeiro de 2016.  
Evandro Eredos dos Navegantes  
Prefeito Municipal  
Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis.

Daniele Schweger de Souza Lunge  
Secretária da Administração

## 2º TERMO ADITIVO Nº 02/2016-PMP

2º TERMO ADITIVO Nº 02/2016 PMP  
AO CONTRATO Nº 56/2015 PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 12/2015 - PMP, modalidade Convite nº 02/2015 - PMP

OBJETO: Contratação de assessoria e consultoria para auxiliar no departamento de pessoal (SISTEMA BETHA, GFIP, E-SFINGE, RAIS, DIRF, CONECTIVIDADE SOCIAL) e na prestação de contas dos convênios (CEF, SINCOV, SIGEF, SDR) do Município de Penha/SC

Pelo presente instrumento do 2º Termo aditivo nº 02/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 56/2015-PMP, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, n 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa RAFAEL MURILO CELESTINO-ME, com endereço na cidade de Penha/SC, na Rua: Maria Gonzaga Cunha, nº 165, Bairro Armação, inscrita no CNPJ nº 21.067.968/0001-05, neste ato representada pelo Sr.ª Rafael Muriilo Celestino, CPF nº 051.083.799-94, RG: 5.068.684-4, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustada a execução de serviço público, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

O valor prevista na cláusula primeira do contrato administrativo 56/2015-PMP, fica realizado o aditivo de acréscimo de 25% no valor de R\$:9.900 (nove mil e novecentos reais), conforme parecer jurídico de nossa procuradoria.

### CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
Unidade: 05.02 – DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS  
Funcional: 04.122.0004- Administração Geral  
Projeto/Atividade: 2.024 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Recursos Humanos  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas  
Código reduzido: 000024

### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 08 de janeiro de 2016.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME :GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

## ADITIVO 174/2015 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 174/2015 FMS  
AO CONTRATO Nº 135/2015 FMS

LICITAÇÃO: Licitatório nº 47/2014 - FMS, modalidade Pregão Presencial nº 30/2014 - FMS

OBJETO: Aquisição de Medicamentos para uso na rede municipal de saúde de Penha/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 174/2015-FMS ao Contrato Administrativo nº 135/2015, para fornecimento de Medicamentos para pacientes nas Unidades de Saúde do município de Penha, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa FARMÁCIA SOPHARMA LTDA – EPP, com sede na cidade de Penha/SC, na Avenida Nereu Ramos, nº 1360, bairro Praia Alegre, CEP: 88385-000, inscrita sobre o CNPJ nº 07.292.254/0001-70, neste ato representada FARMÁCIA SOPHARMA LTDA – EPP, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o fornecimento de medicamentos não padronizados, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 174/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.06.2016, a contar de 30.12.2015.

### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2015.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO



**ADITIVO 175/2015 FMS**

1º TERMO ADITIVO Nº 175/2015 FMS

AO CONTRATO Nº 108/2015 FMS

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 28/2015 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 17/2015 -FMS

OBJETO: Fornecer veículos para a PREFEITURA, por meio da Secretaria de Saúde.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 175/2015-FMS ao Contrato Administrativo nº 108/2015, para aquisição de veículos, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa BARIGUI VEICULOS LTDA, com sede na cidade de Itajaí/SC, Rodovia Osvaldo Reis, Bairro: Praia Brava, nº 2700, CEP: 88306-002, Telefone: (47) – 9997-5733/3045-4500, Email: licitacoeskiel@gmail.com – mjkiel@hotmail.com, inscrita no CNPJ sob o nº 79.763.884/0002-77, neste ato representada Marcos José Kiel Martins, RG: 5.809.571-sspsc, CPF: 726.767.969.04, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 175/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2015.

PREFEITURA      CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PP01/2016 - FUMTUR**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016– FUMTUR

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de organização e realização da 20ª edição da festa nacional do marisco a ser realizada na cidade de Penha/SC, conforme especificações e condições estabelecidas neste edital e seus anexos inclusive o anexo I – termo de referência.

Recebimento dos Envelopes até: 21/01/2016 até 13:00 horas.

Abertura do Processo: 21/01/2016 às 15:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento das 13h:00m às 17h:00m.

Penha/SC, 08 de Janeiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****ATO Nº 017**

ATO 017/CMP/ED001/2015

CORRIGE CLASSIFICAÇÃO FINAL DO ANEXO II DO CERTAME  
EDITAL Nº 001/2015 DE CONCURSO PÚBLICO DA  
CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente a Comissão de acompanhamento do Concurso e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. A Classificação do candidato que solicitou vaga para deficiente consta divulgada no Anexo II deste ato.

2. A homologação do resultado final se dará através de ato oficial.

Penha, 06 de Janeiro de 2016.

Felipe Rebello Schmidt  
Presidente

**ANEXO II**  
**CLASSIFICAÇÃO CANDIDATO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA**

Cargo: Motorista

Insc.	Candidato	Nasc.	Nota Final	Class. Deficiente	Class. Geral
107083	Nelson Vicente De Souza Neto	03/02/1988	6,10	1º lugar 10ª (décima) vaga que abrir	54º lugar

O candidato deverá ocupar a 10ª vaga que abrir neste cargo.

**PORTARIA Nº 01/2016**

PORTARIA Nº 01/2016

Exonera funcionário efetivo de função específica da Câmara de Vereadores de Penha

FELIPE REBELLO SCHMIDT, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 29, inciso XIX do Regimento Interno:

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública TATIANE DA SILVA WILLEM das funções específicas constantes na Portaria nº 12/2015, a contar de 08 de janeiro de 2016.

Art. 2º As funções inerentes ao seu cargo permanecem inalteradas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 08 de janeiro de 2016.

Felipe Rebello Schmidt  
Presidente

**PORTARIA Nº 02/2016**

PORTARIA Nº 02/2016

Exonera funcionário efetivo de função específica da Câmara de Vereadores de Penha

FELIPE REBELLO SCHMIDT, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 29, inciso XIX do Regimento Interno:

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública GLAUCIA COSTA DOS SANTOS FRANCISCO das funções específicas constantes na Portaria nº 13/2015,

a contar de 08 de janeiro de 2016.

Art. 2º As funções inerentes ao seu cargo permanecem inalteradas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 08 de janeiro de 2016.

Felipe Rebello Schmidt
------------------------

Presidente
------------

### **PORTARIA Nº 03/2016**

PORTARIA Nº 03/2016

Exonera funcionário efetivo de função específica da Câmara de Vereadores de Penha

FELIPE REBELLO SCHMIDT, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 29, inciso XIX do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública IVANA DA COSTA das funções específicas constantes na Portaria nº 14/2015, a contar de 08 de janeiro de 2016.

Art. 2º As funções inerentes ao seu cargo permanecem inalteradas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 08 de janeiro de 2016.

Felipe Rebello Schmidt
------------------------

Presidente
------------

### **PORTARIA Nº 04/2016**

PORTARIA Nº 04/2016

Exonera funcionário efetivo de função específica da Câmara de Vereadores de Penha

FELIPE REBELLO SCHMIDT, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 29, inciso XIX do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública ZAIRA CRISTINA DA SILVA HANEMANN das funções específicas constantes na Portaria nº 15/2015, a contar de 08 de janeiro de 2016.

Art. 2º As funções inerentes ao seu cargo permanecem inalteradas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 08 de janeiro de 2016.

Felipe Rebello Schmidt
------------------------

Presidente
------------

**PORTARIA Nº 05/2016**

PORTARIA Nº 05/2016

Exonera funcionário efetivo de função específica da Câmara de Vereadores de Penha

FELIPE REBELLO SCHMIDT, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 29, inciso XIX do Regimento Interno:

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública DAYSE CRISTIANE DE SOUZA GERMANO das funções específicas constantes na Portaria nº 16/2015, a contar de 08 de janeiro de 2016.

Art. 2º As funções inerentes ao seu cargo permanecem inalteradas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 08 de janeiro de 2016.

Felipe Rebello Schmidt
------------------------

Presidente
------------

**PORTARIA Nº 06/2016**

PORTARIA Nº 06/2016

Exonera funcionário efetivo de função específica da Câmara de Vereadores de Penha

FELIPE REBELLO SCHMIDT, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 29, inciso XIX do Regimento Interno:

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública SEDENIR NATÁLIA DOS SANTOS ALVES das funções específicas constantes na Portaria nº 17/2015, a contar de 08 de janeiro de 2016.

Art. 2º As funções inerentes ao seu cargo permanecem inalteradas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 08 de janeiro de 2016.

Felipe Rebello Schmidt
------------------------

Presidente
------------

**PORTARIA Nº 07/2016**

PORTARIA Nº 07/2016

Exonera funcionário efetivo de função específica da Câmara de Vereadores de Penha

FELIPE REBELLO SCHMIDT, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 29, inciso XIX do Regimento Interno:

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública LUZIA ESPÍNDOLA CORREIA das funções específicas constantes na Portaria nº 18/2015, a contar de 08 de janeiro de 2016.

Art. 2º As funções inerentes ao seu cargo permanecem inalteradas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 08 de janeiro de 2016.

Felipe Rebello Schmidt
------------------------

Presidente
------------

**PORTARIA Nº 08/2016**

PORTARIA Nº 8/2016

Corrige Homologação do resultado final do Anexo II do Concurso Público instituído pelo Edital Nº 001/2015

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Penha, Estado de Santa Catarina, Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Corriga a homologação do resultado final do Anexo II do Concurso Público atendendo os dispositivos e normas estabelecidas no edital 001/2015 conforme segue:

ANEXO II  
CLASSIFICAÇÃO CANDIDATO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

Cargo: Motorista

Insc.	Candidato	Nasc.	Nota Final	Class. Deficiente	Class. Geral
107083	Nelson Vicente de Souza Neto	03/02/1988	6,10	1º lugar 10ª (décima) vaga que abrir	54º lugar

O candidato deverá ocupar a 10ª vaga que abrir neste cargo.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 08 de janeiro de 2016.

Felipe Rebello Schmidt
Presidente

# Peritiba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 01/2016

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 55/2015 Pregão Presencial nº 26/2015

Objeto: Aquisição de uniformes escolares (Camisetas, regatas, agasalhos completos, calças e bermudas) para alunos da Rede Municipal de Ensino de Peritiba e do Projeto Aquarela, para o ano letivo de 2016

Dados do Contrato: Contrato nº 01/2016

Contratado: HARMONIZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO TÊXTIL LTDA EPP

CNPJ: 04.489.202/0001-08

Valor do contrato: R\$ 24.508,00 (Vinte e quatro mil e quinhentos e oito reais)

Data de Vigência: 04/01/2016 à 31/12/2016

Município de Peritiba – SC em 04 de Janeiro de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 02/2016

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 54/2015, Pregão Presencial nº 25/2015

Objeto: Aquisição de material escolar para o ano letivo de 2016

Dados do Contrato: Contrato nº 02/2016

Contratado: TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMATICA E ES-CRITORIO LTDA - EPP

CNPJ: 01.010.272/0001-35

Valor do contrato: R\$ 9.200,36 (Nove mil e duzentos reais e trinta e seis centavos)

Data de Vigência: 04/01/2016 à 31/12/2016

Município de Peritiba – SC em 04 de Janeiro de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 03/2016

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 54/2015, Pregão Presencial nº 25/2015

Objeto: Aquisição de material escolar para o ano letivo de 2016

Dados do Contrato: Contrato nº 03/2016

Contratado: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – ME LTDA - EPP

CNPJ: 11.499.653/0001-83

Valor do contrato: R\$ 6.203,80 (Seis mil, duzentos e três reais e oitenta centavos)

Data de Vigência: 04/01/2016 à 31/12/2016

Município de Peritiba – SC em 04 de Janeiro de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 04/2016

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 54/2015, Pregão Presencial nº 25/2015

Objeto: Aquisição de material escolar para o ano letivo de 2016

Dados do Contrato: Contrato nº 04/2016

Contratado: e MERCADO MUNARI LTDA ME

CNPJ: 10.878.273/0001-97

Valor do contrato: R\$ 2.365,48 (Dois mil, trezentos e sessenta e cinco reais e quarenta e oito centavos)

Data de Vigência: 04/01/2016 à 31/12/2016

Município de Peritiba – SC em 04 de Janeiro de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 05/2016

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 54/2015, Pregão Presencial nº 25/2015

Objeto: Aquisição de material escolar para o ano letivo de 2016

Dados do Contrato: Contrato nº 05/2016

Contratado: CP1 INFORMATICA LTDA - ME

CNPJ: 14.449.773/0001-64

Valor do contrato: R\$ 460,50 (Quatrocentos e sessenta reais e cinquenta centavos)

Data de Vigência: 04/01/2016 à 31/12/2016

Município de Peritiba – SC em 04 de Janeiro de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 06/2016

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: Contratação de empresa de para supervisão da manutenção mensal do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) em 15 (quinze) climatizadores instalados nas dependências da Prefeitura municipal de Peritiba.

Dados do Contrato: Contrato nº 06/2016

Contratado: RODRIGO PETTER 01914266951

CNPJ: 21.502.681/0001-66

Valor do contrato: R\$ 4.560,00 (Quatro mil e quinhentos e sessenta reais)

Data de Vigência: 04/01/2016 à 31/12/2016

Município de Peritiba – SC em 04 de Janeiro de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal



**EXTRATO DE CONTRATO 07/2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:  
Processo Licitatório nº 59/2015, Pregão Presencial nº 30/2015  
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 1º quadrimestre de 2016  
Dados do Contrato: Contrato nº 07/2016  
Contratado: PADARIA E LANCHERIA PERITIBA LTDA ME  
CNPJ: 85.102.986/0001-63  
Valor do contrato: R\$ 2.068,95 (Dois mil e sessenta e oito reais e noventa e cinco centavos)  
Data de Vigência: 04/01/2016 à 05/05/2016  
Município de Peritiba – SC em 04 de Janeiro de 2016.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 08/2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:  
Processo Licitatório nº 59/2015, Pregão Presencial nº 30/2015  
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 1º quadrimestre de 2016  
Dados do Contrato: Contrato nº 08/2016  
Contratado: COOPERATIVA DE PRODUCAO E CONSUMO CONCORDIA  
CNPJ: 85.102.986/0001-63  
Valor do contrato: R\$ 19.322,59 (Dezenove mil, trezentos e vinte e dois reais e cinquenta e nove centavos)  
Data de Vigência: 04/01/2016 à 05/05/2016  
Município de Peritiba – SC em 04 de Janeiro de 2016.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 09/2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:  
Processo Licitatório nº 59/2015, Pregão Presencial nº 30/2015  
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 1º quadrimestre de 2016  
Dados do Contrato: Contrato nº 09/2016  
Contratado: ELOI FRANCISCO BERVIAN & CIA LTDA EPP  
CNPJ: 03.536.050/0001-86  
Valor do contrato: R\$ 15.617,84 (Quinze mil, seiscentos e dezesseite reais e oitenta e quatro centavos)  
Data de Vigência: 04/01/2016 à 05/05/2016  
Município de Peritiba – SC em 04 de Janeiro de 2016.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 10/2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:  
Processo Licitatório nº 59/2015, Pregão Presencial nº 30/2015

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 1º quadrimestre de 2016  
Dados do Contrato: Contrato nº 10/2016  
Contratado: MERCADO POLIANE LTDA - EPP  
CNPJ: 03.536.050/0001-86  
Valor do contrato: R\$ 14.676,53 (Catorze mil, seiscentos e setenta e seis reais e cinquenta e três centavos)  
Data de Vigência: 04/01/2016 à 05/05/2016  
Município de Peritiba – SC em 04 de Janeiro de 2016.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 11/2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:  
Chamada Pública nº 03/2015 – Processo Licitatório nº 60/2015  
Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na Rede Municipal de Ensino de Peritiba, a ser adquirido com recursos do FNDE/PNAE, para o 1º quadrimestre de 2016  
Dados do Contrato: Contrato nº 11/2016  
Contratado: Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Peritiba - COPAFAPER  
CNPJ: 08.845.351/0001-05  
Valor do contrato: R\$ 12.042,25 (Doze mil e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos)  
Data de Vigência: 04/01/2016 à 31/12/2016  
Município de Peritiba – SC em 04 de Janeiro de 2016.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 12/2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:  
Chamada Pública nº 03/2015 – Processo Licitatório nº 60/2015  
Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na Rede Municipal de Ensino de Peritiba, a ser adquirido com recursos do FNDE/PNAE, para o 1º quadrimestre de 2016  
Dados do Contrato: Contrato nº 12/2016  
Contratado: Cooperativa dos Prdutores Agroindustriais do Município de Ipira- CPAMI  
CNPJ: 07.224.04/0001-44  
Valor do contrato: R\$ 6.295,75 (Seis mil, duzentos e noventa e cinco reais e setenta e cinco centavos)  
Data de Vigência: 04/01/2016 à 31/12/2016  
Município de Peritiba – SC em 04 de Janeiro de 2016.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 13/2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:  
Processo Licitatório nº 56/2015, Pregão Presencial nº 27/2015

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços para atualização física e contábil do patrimônio público  
Dados do Contrato: Contrato nº 13/2016  
Contratado: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME  
CNPJ: 08.640.413/0001-42  
Valor do contrato: R\$ 20.500,00 (Vinte mil e quinhentos reais)  
Data de Vigência: 08/01/2016 à 31/12/2016  
Município de Peritiba – SC em 08 de Janeiro de 2016.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO 14/2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:  
Processo Licitatório nº 73/2015, Pregão Presencial nº 40/2015  
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peças e serviços para conserto do TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D41E-6 série nº B3516, ano 2006, Motor modelo 3676128RX série nº M30382637, de propriedade do Município de Peritiba, patrimônio nº 1509.  
Dados do Contrato: Contrato nº 14/2016  
Contratado: COSTA & CIA LTDA – EPP (REMAVE)  
CNPJ: 85.284.214/0001-90  
Valor do contrato: R\$ 16.900,00 (Dezesseis mil e novecentos reais)  
Data de Vigência: 08/01/2016 à 31/12/2016  
Município de Peritiba – SC em 08 de Janeiro de 2016.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO 32/2015 - FMS**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS  
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: Prestação de serviços de Manutenção do Software para gerenciamento da distribuição de medicamentos na Unidade Sanitária Gilberto Luiz Dallegrove  
Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32/2015 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2015  
Contratado: DREAM TECNOLOGIA LTDA – EPP  
Valor do contrato: R\$ 1.793,16 (Um mil setecentos e noventa e três reais e dezesseis centavos)  
CNPJ: 73759417000106  
Data de vigência: 29/12/2015 até 31/12/2016.  
Município de Peritiba – SC em 29 de Dezembro de 2015.

ADRIANO JOSÉ KRINDGES  
Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social

#### **EXTRATO DE CONTRATO 33/2015 - FMS**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS  
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: Prestação de serviços de locação e assessoria técnica do sistema GEMUS – Gestão Municipal de Saúde  
Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33/2015 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2015  
Contratado: INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA  
Valor do contrato: R\$ 7.560,00 (Sete mil e quinhentos e sessenta reais)  
CNPJ: 12.234.834/0001-40  
Data de vigência: 29/12/2015 até 31/12/2016.  
Município de Peritiba – SC em 29 de Dezembro de 2015.

ADRIANO JOSÉ KRINDGES  
Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social

#### **EXTRATO DE CONTRATO 34/2015 - FMS**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do processo:  
Processo Licitatório nº 01/2013, Modalidade Tomada de Preços nº 01/2013  
Objeto: Contratação de empresa especializada para coleta, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final de resíduos de saúde dos grupos "A", "B" e "E" oriundos das instalações do Posto de Saúde do município  
Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34/2015 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 06/2013  
Contratado: ATITUDE AMBIENTAL LTDA  
Valor do contrato: R\$ 1.090,47 (Um mil e noventa reais e quarenta e sete centavos)  
CNPJ: 07.075.504/0001-10  
Data de vigência: 29/12/2015 até 31/12/2016.  
Município de Peritiba – SC em 29 de Dezembro de 2015.

ADRIANO JOSÉ KRINDGES  
Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº. 01/2016

CONTRATO DE RATEIO

Contrato nº. 01/2016

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções e do Contrato de Programa, de um lado, o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº82.827.148/0001-69, com sede na Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111, na cidade de Pinheiro Preto - SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Euzebio Calisto Viecei, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Pinheiro Preto - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua Nereu Ramos, 761, 1º andar, sala 1, Centro, no Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, Prefeito Municipal de Caçador, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CIMCATARINA, as seguintes cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Aplicam-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, do Decreto nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Lei nº 1750/2014, e do Contrato de Programa CTP/PROLICITA/CIMCATARINA/2014–198.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO para atendimento do objeto do Contrato de Programa especificado na cláusula primeira, relativo ao Rateio Fixo das Despesas para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, previamente aprovado em Assembléia Geral do Consórcio, para o exercício de 2016, na ação: Desenvolvimento e Gestão de Contratações Compartilhadas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES

3.1. O CONTRATANTE transferirá ao CONTRATADO o valor total de R\$ 24.960,00 (vinte e quatro mil, novecentos e sessenta reais), divididos em 12 parcelas mensais de R\$2.080,00 (dois mil e oitenta reais).

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O CONTRATANTE deverá pagar mensalmente a parcela do mês de referência até o dia 10 (dez) do respectivo mês, através de boleto bancário ou depósito em conta do PROLICITA.

4.2. O valor das parcelas serão devidos integralmente a partir do mês de assinatura do Contrato de Programa.

4.2.1 – Quando a data de assinatura do Contrato de Programa for menor que 15 (quinze) dias no mês, o valor será devido somente no mês seguinte.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA será responsável pela execução do objeto deste contrato, seguindo suas disposições legais, contratuais e estatutárias, vinculando as partes nos termos do contrato de programa.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

6.1. A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Contrato de Programa.

6.2. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do Consórcio Público, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.3. Quanto ao presente contrato o CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

6.4. O CONTRATADO deve fornecer ao CONTRATANTE as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude deste contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

7.1. São direitos e deveres do CONTRATANTE:

- a) Acompanhar os trabalhos do consórcio, mediante recebimento de informações previamente solicitadas;
- b) Acompanhar a prestação dos serviços disponibilizados;
- c) Transferir os recursos financeiros decorrentes dos serviços contratados, conforme estabelecido neste Contrato de Rateio;

e) Acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas, em especial no Contrato de Rateio.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio terão as seguintes classificações orçamentárias:

Classificação	Denominação/Valor		
2002	Secretaria de Administração e Finanças		
4	Administração		
122	Administração Geral		
3	Administração Geral		
2.22	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças		
3.1.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	18.252,00
3.3.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	5.772,00
4.4.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	936,00
TOTAL		R\$	24.960,00

#### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1. O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLENCIA

10.1. O CONTRATANTE inadimplente com o Consórcio Público será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

10.2. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o CONTRATANTE poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembléia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 – O presente contrato programa poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexecutável;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Em caso de descumprimento das obrigações ajustadas pelas partes neste contrato de rateio, a parte que der causa ao descumprimento ficará obrigada a pagar, a outra, o percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela ou sobre o total da obrigação descumprida, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Fraiburgo, do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que foi devidamente aprovado pela Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA.

Pinheiro Preto - SC, 04 de Janeiro de 2016.

Município de Pinheiro Preto - SC Sr. EUZÉBIO CALISTO VIECELI Prefeito Municipal	Consórcio Intermunicipal Catarinense-CIMCATARINA GILBERTO AMARO COMAZZETTO. Presidente do CIMCATARINA
---	--

Testemunhas: Assessoria Jurídica:

1ª –
2ª –

**CONTRATO Nº. 02/2016****CONTRATO DE RATEIO**

Contrato nº. 02/2016

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções e do Contrato de Programa, de um lado, o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº82.827.148/0001-69, com sede na Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111, na cidade de Pinheiro Preto - SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Euzebio Calisto Viecei, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Pinheiro Preto - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua Nereu Ramos, 761, 1º andar, sala 1, Centro, no Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, Prefeito Municipal de Caçador, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CIMCATARINA, as seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

1.1. Aplicam-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, do Decreto nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Lei nº 1750/2014, e do Contrato de Programa CTP2/CINCO/2013-198

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1. O contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO para atendimento do objeto do Contrato de Programa especificado na cláusula primeira, relativo ao Rateio Fixo das Despesas do "Programa Integrado de Ações de Proteção e Gestão do Meio Ambiente – PROAMA", previamente aprovado em Assembléia Geral do Consórcio, para o exercício de 2016, na ação: Manutenção do Desenvolvimento da Preservação e Conservação Ambiental.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES**

3.1. O CONTRATANTE transferirá ao CONTRATADO o valor total de R\$ 11.856,00 (onze mil, oitocentos e cinquenta e seis reais), divididos em 12 parcelas mensais de R\$988,00 (novecentos e oitenta e oito reais).

**CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO**

4.1. O CONTRATANTE deverá pagar mensalmente a parcela do mês de referência até o dia 10 (dez) do respectivo mês, através de boleto bancário ou depósito em conta do PROAMA.

4.2. O valor das parcelas serão devidos integralmente a partir do mês de assinatura do Contrato de Programa.

4.2.1 – Quando a data de assinatura do Contrato de Programa for menor que 15 (quinze) dias no mês, o valor será devido somente no mês seguinte.

**CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1. O Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA será responsável pela execução do objeto deste contrato, seguindo suas disposições legais, contratuais e estatutárias, vinculando as partes nos termos do contrato de programa.

**CLÁUSULA SEXTA – DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA**

6.1. A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Contrato de Programa.

6.2. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do Consórcio Público, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.3. Quanto ao presente contrato o CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

6.4. O CONTRATADO deve fornecer ao CONTRATANTE as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude deste contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE**

7.1. São direitos e deveres do CONTRATANTE:

- a) Acompanhar os trabalhos do consórcio, mediante recebimento de informações previamente solicitadas;
- b) Acompanhar a prestação dos serviços disponibilizados;
- c) Transferir os recursos financeiros decorrentes dos serviços contratados, conforme estabelecido neste Contrato de Rateio;
- e) Acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas, em especial no Contrato de Rateio.

**CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio terão as seguintes classificações orçamentárias:



Classificação	Denominação/Valor		
2002	Secretaria de Administração e Finanças		
4	Administração		
122	Administração Geral		
3	Administração Geral		
2.22	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças		
3.1.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	7.800,00
3.3.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	3.276,00
4.4.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	780,00
TOTAL		R\$	11.856,00

**CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

9.1. O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLENCIA**

10.1. O CONTRATANTE inadimplente com o Consórcio Público será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

10.2. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o CONTRATANTE poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembléia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

11.1 – O presente contrato programa poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexequível;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES**

12.1. Em caso de descumprimento das obrigações ajustadas pelas partes neste contrato de rateio, a parte que der causa ao descumprimento ficará obrigada a pagar, a outra, o percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela ou sobre o total da obrigação descumprida, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Fraiburgo, do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Programa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que foi devidamente aprovado pela Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA.

Pinheiro Preto - SC, 04 de Janeiro de 2016.

Município de Pinheiro Preto - SC Sr. EUZEBIO CALISTO VIECELI Prefeito Municipal	Consórcio Intermunicipal Catarinense-CIMCATARINA GILBERTO AMARO COMAZZETTO Presidente do CIMCATARINA
---	---

Testemunhas: Assessoria Jurídica:

1ª –
2ª –



**DECRETO Nº 4.331, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

DECRETO Nº 4.331, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

FIXA VALORES VENAIIS DAS CONSTRUÇÕES E DOS TERRENOS URBANOS E RURAIS PARA EFEITO DO ITBI IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS (INTER-VIVOS), PARA SEREM APLICADOS NO EXERCÍCIO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

## DECRETA

Art. 1º - Ficam fixados os valores venais das construções, dos terrenos urbanos e rurais, para efeito da cobrança do ITBI - Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis (Inter-Vivos), conforme os Anexos I, II e III, respectivamente, para serem aplicados no exercício de 2016.

Parágrafo único – O valor fixado foi reajustado em 10,54% (dez inteiros e cinquenta e quatro centésimos percentuais), correspondente ao IGPM (Índice geral de Preços de Mercado – Fundação Getúlio Vargas), acumulado, no ano de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor em 01 de janeiro de 2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto,  
em 30 de dezembro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ANGELA NATIELI PERDONCINI  
Secretária de Administração

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Fone/Fax: (49) 3562-2000 - Fax: (49) 3562-1460 - E-mail: tributos@ppreto.com.br  
89570-000 – PINHEIRO PRETO – SC.

# Pomerode

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 3.044, DE 07 DE JANEIRO DE 2016.**

DECRETO Nº 3.044, DE 07 DE JANEIRO DE 2016.

FIXA O CALENDÁRIO DOS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016 NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município

**DECRETA:**

Art. 1º Fica fixado o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016 nas repartições públicas municipais de Pomerode, conforme segue:

- I - 1º de janeiro, sexta-feira, Confraternização Universal (Feriado Nacional);
- II - 08 de fevereiro, segunda-feira, Carnaval (Ponto Facultativo);
- III - 09 de fevereiro, terça-feira, Carnaval (Ponto Facultativo);
- IV - 25 de março, sexta-feira, Paixão de Cristo (Feriado Municipal);
- V - 27 de março, domingo, Páscoa;
- VI - 28 de março, segunda-feira, Segunda-Feira de Páscoa (Feriado Municipal);
- VII - 21 de abril, quinta-feira, Tiradentes (Feriado Municipal);
- VIII - 22 de abril, sexta-feira, Tiradentes (Emenda de Feriado);
- IX - 1º de maio, Domingo, Dia do Trabalho (Feriado Nacional);
- X - 26 de maio, quinta-feira, Corpus Christi (Feriado Municipal);
- XI - 27 de maio, sexta-feira, Corpus Christi (Ponto Facultativo);
- XII - 07 de setembro, quarta-feira, Independência do Brasil (Feriado Nacional);
- XIII - 12 de outubro, quarta-feira, Nossa Senhora Aparecida (Feriado Nacional);
- XIV - 31 de outubro, segunda-feira, Dia da Reforma (Feriado Municipal);
- XV - 01 de novembro, terça-feira, Transferência do feriado do Dia do Servidor Público;
- XVI - 02 de novembro, quarta-feira, Finados (Feriado Nacional);
- XVII - 14 de novembro, segunda-feira, Proclamação da República (Ponto Facultativo);
- XVIII - 15 de novembro, terça-feira, Proclamação da República (Feriado Nacional); e
- XIX - 25 de dezembro, sexta-feira, Natal (Feriado Nacional).

Parágrafo Único. Ficam excetuados da vantagem de que trata o "caput" deste artigo os serviços de coleta de resíduos sólidos realizados pelos servidores da Autarquia SAMAE.

Art. 2º O disposto no Artigo 1º deste Decreto não se aplica à Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a qual deverá obedecer o Calendário Escolar.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 07 de janeiro de 2016.

Rolf Nicolodelli  
Prefeito Municipal

**DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 012 / 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 012 / 2015

Processo Administrativo n.º 108 / 2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, NO ÂMBITO DA GESTÃO ASSOCIADA PARCIAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO (MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS), PARA A DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM ATERRO SANITÁRIO E TRATAMENTO DO LÍQUIDO PERCOLADO (CHORUME).

Valor Unitário p/ Tonelada – R\$50,00 (CINQUENTA REAIS).

Valor Total estimado 2016 – R\$228.000,00 (DUZENTOS E VINTE E OITO MIL REAIS).

Prazo de vigência: 12 meses – Prazo Final – 31/12/2016.

Base legal da Dispensa: Art. 24, Inciso XXVI da Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 22 de Dezembro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

**EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 056 / 2015 – REGISTRO DE PREÇOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL N.º 056 / 2015 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 109 / 2015.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO À LASER DOS CARNÊS DE IPTU, ALVARÁ, LICENÇA E LOCALIZAÇÃO, ISS FIXO E CARNÊS DE ALVARÁ SANITÁRIO, EXERCÍCIO DE 2016, REALIZANDO CORREÇÕES, AJUSTES, EMISSÃO DE RELATÓRIOS E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 09:00 horas do dia 22/01/2016.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 09:00 horas do dia 22/01/2016.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@

pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 08 de Janeiro de 2016.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

#### **EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2015 – 33FP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

#### **EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2015 – 33FP**

Processo Administrativo n.º 002 / 2015.  
Convite p/ Compras e Serviços n.º 001 / 2015.  
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.  
Contratada: ANITA MARIA FAEZ SAGAZ - ME.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE LONAS DE DIVERSOS TAMANHOS PARA A 33ª FESTA POMERANA, A REALIZAR-SE DE 14 A 24 DE JANEIRO DE 2016, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total Contratado: R\$79.818,95 (setenta e nove mil, oitocentos e dezoito reais e noventa e cinco centavos).  
Prazo de vigência – Durante a realização da 33ª Festa Pomerana, de 14 a 24 de Janeiro de 2016.  
Ass.: Darli Bahr Bernadino – Presidente da Fundação Cultural - Contratante; Valdir Francisco Sagaz – Anita Maria Faez Sagaz – ME – Contratada.

Pomerode/SC, 16 de Dezembro de 2015.  
DARLI BAHR BERNADINO  
Presidente da Fundação Cultural

#### **EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002 / 2015 – 33FP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

#### **EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002 / 2015 – 33FP**

Processo Administrativo n.º 003 / 2015.  
Convite p/ Compras e Serviços n.º 002 / 2015.  
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.  
Contratada: ANITA MARIA FAEZ SAGAZ - ME.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PISTA DE DANÇA, PALCOS, TABLADOS, DIVISÓRIAS E ESTRUTURAS MONTADAS EM TS PARA A 33ª FESTA POMERANA, A REALIZAR-SE DE 14 A 24 DE JANEIRO DE 2016, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total Contratado: R\$55.151,65 (cinquenta e cinco mil, cento e cinquenta e um reais e sessenta e cinco centavos).  
Prazo de vigência – Durante a realização da 33ª Festa Pomerana, de 14 a 24 de Janeiro de 2016.  
Ass.: Darli Bahr Bernadino – Presidente da Fundação Cultural - Contratante; Valdir Francisco Sagaz – Anita Maria Faez Sagaz – ME – Contratada.

Pomerode/SC, 16 de Dezembro de 2015.  
DARLI BAHR BERNADINO  
Presidente da Fundação Cultural

#### **EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 055 / 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### **EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 055 / 2015**

Processo Administrativo n.º 095 / 2015.  
Dispensa de Licitação n.º 011 / 2015.  
Adquirente: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Alienantes: NELSON LUIZ FANTINI e CIRLENE LOPES FANTINI.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PARTE DA ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE NELSON LUIZ FANTINI E CIRLENE LOPES FANTINI, MEDIANTE COMPRA OU DESAPROPRIAÇÃO, PARA ATENDER O INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL COM A FINALIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE VIRADOURO NO FINAL DA RUA ERNESTO VOLKMANN, BAIRRO TESTO REGA, POMERODE/SC, COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL N.º 2.728 DE 26/08/2015 E DECRETO N.º 2.963 DE 31/07/2015.  
Valor total da parte do imóvel adquirido: R\$10.000,00 (dez mil reais), conforme § 2º da Lei Complementar n.º 2.728/2015, obedecendo avaliação e anuência dos proprietários.

Pomerode/SC, 01 de Dezembro de 2015.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

#### **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 001 / 2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE  
33ª FESTA POMERANA

#### **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 001 / 2016**

Processo Administrativo n.º 002 / 2016.  
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.  
Contratada: ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE, REPRESENTANTE DE DIVERSOS GRUPOS ARTÍSTICOS QUE SE APRESENTARÃO ENTRE OS DIAS 14 E 24 DE JANEIRO DE 2016, NA EDIÇÃO DA 33ª FESTA POMERANA, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO.  
Valor total contratado: R\$287.000,00 (duzentos e oitenta e sete mil reais).  
Prazo de vigência: 11 dias durante a 33ª Festa Pomerana – 14 a 24/01/2016.  
Base Legal: Artigo 25, III da Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 06 de Janeiro de 2016.  
DARLI BAHR BERNADINO  
Presidente da Fundação Cultural

# Porto Belo

## PREFEITURA

### **PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 001/2016 FMEDUCA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço - 001/2016 FMEDUCA

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de material de higiene, limpeza, copa e cozinha com fornecimento parcelado para atender as necessidades das Escolas da Rede Municipal de Ensino, dos Núcleos de Desenvolvimento Infantil e da Secretaria de Educação do Município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 13:00 horas do dia 20/01/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:01 horas do dia 20/01/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 07 de janeiro de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

**PROCESSO 001 2016 CC 001 2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 01/2016

CONCORRÊNCIA P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 001/2016

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, fica aberto até as 10:00 Horas do dia 12.02.2016, para Contratação de empresa do ramo, com fornecimento de mão de obra e materiais, para construção de estrutura em concreto armado pré-fabricado do quartel Corpo de Bombeiros Militar de Pouso Redondo, com área de 314,75m, a ser construído na BR470, bairro Arroio Grande, Pouso Redondo/SC . Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133.

Pouso Redondo, em 08 de Janeiro de 2016.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### GABARITOS PRELIMINARES PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC

PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015

PUBLICAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES  
DA PROVA ESCRITA

1. O caderno de prova digitalizado está disponível na área do candidato, opção minhas inscrições, ver edital, arquivo “Prova – Cargo”.

2. Estará disponível link para recurso nos dias 11/01 e 12/01/2016, na área do candidato, opção minhas inscrições, solicitar recurso.

2.1. - O candidato deverá utilizar um formulário para cada questão;

2.2. O recurso deverá conter obrigatoriamente:

- Número da Questão;
- Pedido de Anulação ou Troca de Gabarito;
- Justificativa;
- Referência bibliográfica que ampare a justificativa do candidato.

#### PEDAGOGO

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. D	17. B	18. A	19. C	20. A
21. A	22. B	23. A	24. C	25. C	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

#### PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. A	17. A	18. D	19. A	20. B
21. B	22. D	23. C	24. A	25. D	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

#### PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. B	17. C	18. D	19. C	20. C
21. A	22. C	23. B	24. B	25. D	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

#### PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – INGLÊS

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. D	17. B	18. A	19. D	20. B
21. C	22. D	23. B	24. A	25. D	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

#### PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. D	17. A	18. B	19. A	20. A
21. B	22. A	23. B	24. C	25. D	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

#### PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – HISTÓRIA

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. D	17. A	18. B	19. C	20. A
21. A	22. B	23. B	24. A	25. B	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

#### PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – GEOGRAFIA

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. B	17. A	18. C	19. C	20. D
21. D	22. A	23. D	24. D	25. C	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

#### PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. D	17. B	18. B	19. D	20. B
21. A	22. A	23. D	24. A	25. A	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

#### PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA



01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. C	17. A	18. C	19. D	20. A
21. B	22. A	23. C	24. C	25. D	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

**PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ARTES**

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. D	17. C	18. D	19. A	20. C
21. B	22. A	23. A	24. C	25. A	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

**PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ENSINO RELIGIOSO**

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. C	17. B	18. B	19. D	20. C
21. C	22. D	23. D	24. C	25. D	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

**PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL**

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. B	17. D	18. B	19. A	20. B
21. B	22. A	23. B	24. D	25. B	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

**PROFESSOR EMPREENDEDORISMO**

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. D	17. A	18. C	19. B	20. D
21. C	22. B	23. A	24. C	25. D	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

**PROFESSOR INFORMÁTICA**

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. C	17. D	18. B	19. C	20. A
21. B	22. A	23. B	24. C	25. B	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

**PROFESSOR FILOSOFIA**

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. B	17. C	18. B	19. A	20. B
21. D	22. A	23. B	24. C	25. B	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

**PROFESSOR ORIENTADOR DE EDUCAÇÃO INTEGRAL**

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. C	17. B	18. D	19. C	20. B
21. A	22. D	23. B	24. D	25. B	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

Rio do Sul, 10 de Janeiro de 2016.

**Portaria Nº. 0004/2016**

PORTARIA Nº. 0004/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora JANAINA WILLEMANN DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo da função de Enfermeiro Obstétrico (40 h), conforme certidão de nascimento n.º 0045784 50 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de Gael Willemann de Souza.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de janeiro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Papf

**Portaria Nº. 0005/2016**

PORTARIA Nº. 0005/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora JEANE MAS-SAROLO NETO, ocupante do cargo de provimento efetivo da função de Fonoaudiólogo (40 h), conforme certidão de nascimento n.º 0045764 50 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de Joaquim Neto Senem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de janeiro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Papf

**Portaria Nº. 0006/2016**

PORTARIA Nº. 0006/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder auxílio-funeral, a SELITA TERESINHA SOCREP-PA, (Protocolo 156913/2015), em virtude do falecimento ocorrido no dia 26/11/2015, do servidor público municipal inativo, ZELITO AUGUSTO ERCKMANN, conforme Certidão de óbito Nº 0017285 05, do Cartório de Registro Civil do município e comarca de Rio do Sul, de acordo com o Art. 262, da Lei Complementar nº. 207/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de janeiro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Papf

**ROL DOS INSCRITOS - PNE - PROCESSO SELETIVO Nº 004/2015**

ROL DOS INSCRITOS - PNE

INSCRIÇÕES DEFERIDAS MONITOR ESCOLAR

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	261733	Monica Ariane De Paula	48927156	15/01/1993

Rio do Sul, 11 de janeiro de 2016.

**ROL DOS INSCRITOS - PROCESSO SELETIVO Nº 004/2015**

ROL DOS INSCRITOS

INSCRIÇÕES DEFERIDAS MONITOR ESCOLAR

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	260144	Adriana Aparecida Soares	44311389	05/05/1987
2	270982	Adriana Becker	43061265	04/10/1986
3	274213	Adriana Costa	3905786	15/07/1976
4	260055	Alexandra Barbosa	4496003	30/04/1989
5	260718	Alexandre Cani	3211772	19/09/1976
6	260665	Alice Cristine Becker Redel	5261117	16/11/1995
7	261420	Alice Regina Lehmann	5815894	11/03/1996
8	264460	Aline Kuchler	6033735	17/11/1990
9	270568	Allan Rodrigo Caetano	5354893	07/11/1990
10	260637	Amanda Regina Dos Santos	5888828	18/05/1995
11	261035	Ana Carolina Nilsen	4475521	11/04/1995
12	262535	Ana Caroline Wernke	4690807	20/11/1996
13	264778	Ana Claudia Hilbert	5815098	11/04/1991
14	270110	Ana Karoline Rudolf	6814669	12/10/1998
15	260806	Ana Paula Augusto Da Silva	5888663	27/06/1980
16	261722	Ana Paula Cardoso	5261645	22/09/1994
17	259901	Ana Paula Dos Santos Camargo	6675523	07/09/1997
18	262646	Ana Paula Petris Crispim	4431454	28/05/1988
19	273537	Andiara Vargas	4486009	04/10/1990
20	267151	Andre Luis De Lana Foureaux	12971869	01/02/1986

21	261361	Andressa Giacomozzi	4280775	18/05/1996
22	274371	Andressa Regina Da Silva De Freitas	337898315	24/03/1983
23	268968	Ane Caroline Fronza	4740065	29/03/1994
24	264749	Ane Caroline Steinbach	53549201	18/09/1988
25	274104	Anna Cristina Schwarz Goulart Salles	5578527	30/01/1997
26	260356	Ariane Cristina De Oliveira	5614473	05/10/1994
27	260632	Bernardete Candido Nunes	71679934	22/10/1967
28	259911	Bianca Da Silva Orso	53792424	09/04/1995
29	268389	Bruna Cestonaro Do Nascimento	4745484	13/05/1986
30	274744	Bruna Cristina Back	5379846	30/09/1996
31	267673	Bruna De Oliveira Fernandes	5088369	27/12/1997
32	274868	Bruna Leticia Lopes	55780504	11/07/1998
33	265200	Bruna Marinheiro	5412337	18/09/1995
34	271607	Bruna Sibeles Soares	6613680	16/06/1995
35	264927	Camila Do Amaral	4719500	10/12/1990
36	267343	Camila Santana Do Amaral	4859897	13/07/1988
37	267194	Camila Varela Buttner	6230139	05/07/1994
38	275112	Carina Lichtenfels	5155684	12/05/1989
39	260126	Carla Fuck Wollinger	5142437	07/06/1988
40	267806	Carla Nauila Goedert Schiestl	5009238	04/08/1988
41	260332	Carla Roberta Zanini	7073678	15/04/1997
42	267347	Carla Tatiana Pieritz	4203815	16/04/1989
43	260419	Carolina Schroder Da Silva	5815132	22/12/1994
44	263237	Caroline Kieser	4280426	06/03/1986
45	274277	Cassia Lizandra Dos Santos Pereira	5888799	28/05/1996
46	268522	Chaiany Cristina Nogueira	6050931	23/04/1996
47	273152	Clarice Cunha Berto	2626156	02/09/1975
48	270529	Claudia Janaina Hermann	6843728	07/05/1997
49	263651	Claudia Prust Wessner	4528350	28/07/1988
50	270432	Cleia Demarchi	1891538	27/02/1968
51	273710	Cleusa De Souza Batista	2916136	09/12/1975
52	274731	Crisleia Goncalves	4234862	16/04/1984
53	261262	Cristiane Kirchein Sosa	7024246	19/06/1986
54	262252	Cristiane Schweppe	4154525	09/01/1983
55	274026	Cristiano Da Silva Garcia	4210541	29/08/1987
56	264333	Cristiano Stringari	3718337	10/10/1979
57	261759	Cristilane Tuon	3453599	17/09/1977
58	263881	Cristina Navarro Lins	4740591	23/04/1992
59	259867	Cristina Visentin	44865139	17/07/1983
60	271842	Daiana Ramos Da Silva	4085017	12/01/1985
61	273114	Daiane Eger	5456580	31/08/1992
62	261531	Daiane Mariano Rode	4725692	30/11/1984
63	259865	Daiane Mauricio	6133826	04/11/1996
64	259964	Dandhara Caroline Schneider	6307271	14/03/1997
65	268532	Daniela Bianchet	4068364	02/04/1985
66	275045	Daniela Caroline Minatti Dos Santos	54651930	06/10/1996
67	261699	Daniela Ferreira Marques Ribas	1061560601	21/06/1978
68	260171	Daniele Luisa Schneider	5088246	09/01/1998
69	267087	Dara Luene Da Silva	6423366	31/03/1997
70	273255	Darciele Buscoscky Perkovski	1093578043	13/11/1988
71	265536	Debora Cristina Veneri	52321630	24/07/1986
72	274386	Deize Araujo Gross	6072034	23/05/1987
73	261275	Diane Cibele Dos Santos Do Nascimento	6072036	15/12/1989

74	273230	Diego Dela Justina	6005230	22/07/1991
75	265870	Dulce Kusters	4024278	03/01/1989
76	270520	Elena Valim Filagrana	5797117	13/09/1996
77	260826	Eliane Nunes	4233786	11/01/1984
78	273788	Eliete Cruz	4085789	11/09/1980
79	264952	Elisa Floriano	44752253	19/05/1989
80	274801	Elisabeth Carolina Coninck	5815570	01/04/1997
81	272633	Elizete Martendal Dolsan	3395197	21/03/1978
82	260267	Eloisa Lucia Sabino	6072057	25/04/1994
83	260734	Estela Isabel Franca Pereira	6072255	08/01/1996
84	269790	Evanilde Demetrio	3458873	14/10/1978
85	263407	Fabiola De Espindola	5465564	11/02/1995
86	274032	Fernanda Back Amorim	6005945	01/06/1998
87	272411	Fernanda Da Rocha	5578605	16/12/1991
88	261066	Fernanda Stephanie Scheffer	4150592	16/01/1988
89	274340	Franciane Lopes Do Amaral	5376565	08/10/1985
90	260530	Gabrielle Pereira	6774531	18/02/1998
91	272792	Geciomar Jose Ferreira De Souza	24932477	24/12/1972
92	273803	Geziane Vitorino Dos Santos	4705944	03/07/1980
93	274773	Gilvaniokülkamp	44045611	05/01/1982
94	268213	Gisele Flores	6307227	24/07/1995
95	261656	Gisele Pacheco Da Rosa Sandor	44869894	13/02/1990
96	273079	Giseli Duarte	1062960586	03/03/1980
97	274758	Glauce Regina Gerber	3499458	03/11/1976
98	260173	Graziele Aparecida Sabino	4719807	23/03/1985
99	273660	Graziele Dos Santos	4068537	03/07/1983
100	273313	Greice Kely Kraemer	46053093	11/05/1987
101	262570	Hellen Da Silva Fraron	6940565	14/03/1998
102	264380	Iraci Symczacka	6766751	04/11/1995
103	263515	Iraneide Lima De Matos	4189551	01/10/1982
104	263024	Ivone Kohls	1678080	18/10/1964
105	261111	Ivonete Do Prado	6784981	26/10/1968
106	271089	Ivonete Horacio Laurindo Raitz	2628167	13/11/1972
107	265166	Janaina Brignoli	43474667	02/01/1982
108	260254	Janaina Duarte	5750370	22/05/1997
109	275008	Janaina Ferreira	4268250	09/11/1990
110	261517	Janaina Sens Eichholz	4317943	11/03/1984
111	275067	Jaqueline Moreira Da Veiga	5663405	06/11/1991
112	261344	Jeane Antonia Da Silva Savi	5987606	16/10/1997
113	272146	Jennifer De Novais	5888078	30/12/1994
114	273855	Jessica Patricia Alves	6292786	15/06/1998
115	271300	Joao Norberto Da Costa	1842993	10/04/1966
116	273166	Joice Cintia Damori	5888796	14/02/1996
117	261907	Joice Da Silva Prim	3833438	01/05/1982
118	260048	Jonatas Marcson Wecolovis	2628995	05/12/1974
119	272828	Joraci Silverio Lemos Pollheim	2913001	16/06/1973
120	261881	Joseane De Assis	5173634	07/11/1986
121	273323	Josiane Mondini Boss	4475740	04/11/1983
122	274011	Josiane Parma	5578374	04/07/1996
123	260021	Jucelia De Souza Bueno	4740985	18/07/1985
124	261223	Julia Candido	50882740	27/06/1993
125	265862	Julia Graciela Neuhaus Emke	4403636	13/04/1989
126	268071	Juliana Aparecida Faust	44037562	02/11/1983

127	263074	Juliana Aparecida Grah Da Rocha	41182499	09/11/1981
128	273830	Juliana Januario Alves Heinz	5633397	21/05/1990
129	259912	Juliana Roth Wahlbrinck	6005279	28/07/1995
130	275080	Juliano De Almeida Volpato	5294059	27/07/1991
131	273767	Karina Brito	43473024	08/09/1986
132	271117	Katia Regina Jeremias Krambeck	543765556	03/07/1972
133	273765	Lais Coelho	52794393	24/03/1994
134	273961	Larissa Lozeyko	5193396	03/04/1995
135	272706	Larissa Moretti	6711069	12/11/1995
136	263725	Leticia Do Amaral	4719499	03/03/1997
137	270812	Leticia Marzall Lippel	6133403	04/03/1997
138	273069	Liane Caroline Perroni	6479349	14/07/1999
139	272113	Lidiane Muller Basilio	5888250	18/11/1995
140	274098	Liliane Seraphim	3458678	07/08/1977
141	261832	Lionete Aparecida Prates Dias	7478203	16/01/1969
142	260759	Loredana Priscila Costa	6072946	22/04/1994
143	267655	Luan Gustavo Bogo	5181139	02/03/1990
144	260301	Luana Caroline Avi	6133151	18/06/1996
145	273982	Luana Girardi Rossa	4404152	21/10/1993
146	274443	Lucas Gabriel	6189839	30/08/1995
147	272670	Lucelia Baggio	4085300	30/06/1983
148	273945	Lucia Ediles Lima Da Silva	6230977	11/07/1992
149	267915	Luciana Simoes Biachi	0308958545	30/06/1970
150	269955	Luciana Stockchneider Pirhardt	5670545	26/07/1984
151	274427	Luciara Julia Avi	4085872	09/10/1981
152	273342	Lucimara Dos Santos Koch	7410756	13/01/1988
153	270848	Maiko Giovani Bertencelo	7585040	01/11/1985
154	272418	Maisa Fernanda Marciano	5088878	18/12/1997
155	268731	Marcela Costa Sales	410533555	21/02/1983
156	260822	Marcia Aparecida Rizzo	3393797	29/01/1979
157	273434	Marcia Regina Kunth	2816665	22/08/1972
158	260933	Marco Aurelio Schlemper	4085852	25/09/1981
159	273978	Marcos Antonio Hillesheim Junior	4719357	29/09/1992
160	274810	Maria Cristina Dos Santos	6794122	26/07/1964
161	262777	Maria Helena Da Silva	3989375	27/06/1976
162	260277	Maria Julia Deucher	7065267	12/07/1996
163	275054	Maria Luciana Cordeiro	4654782	26/10/1982
164	264872	Maria Luiza Ruck	5442593	01/09/1997
165	275100	Maria Melania Cunha Stock	1229392	11/06/1965
166	274099	Mariana Caetano Macedo	4117002	17/09/1985
167	265828	Mariane Hugen	5767804	12/06/1992
168	268770	Marina Guckert	4403362	03/05/1990
169	260906	Marise Wuerges	2175781	29/03/1971
170	259890	Marlla Suellyn Zanis	54658373	07/12/1994
171	274025	Mauro Gunther	5654850	05/09/1997
172	273744	Mericleia Munarin Petry	5379660	17/07/1992
173	273411	Michele Batista	5654290	28/07/1998
174	263161	Midia Paola Batschauer	55298435	19/05/1991
175	273675	Milena Aline Stock	4740038	03/02/1994
176	262195	Miriam Stadnick	3638122	21/01/1978
177	263072	Mirian Brodwolf	2251984	12/04/1969
178	261733	Monica Arianne De Paula	48927156	15/01/1993
179	260944	Natasha Da Cruz Dos Santos	6133531	08/05/1996

180	260508	Nayara Rodrigues Alves	5066848	16/03/1990
181	267716	Neide Aparecida Agostinho	3579039	12/10/1976
182	274123	Noeli Rassweiler Bachmann	4311819	23/06/1969
183	266311	Paloma Laurete Kneidl	5654266	23/09/1994
184	259900	Pamela Aparecida Cardoso	6709126	12/05/1998
185	260900	Pamela Regina Degenhardt	4347498	01/11/1995
186	260363	Patricia Demiranda Santa Na De Souza	4118692	27/01/1982
187	263693	Poliany Albertina Buss	5797620	07/03/1998
188	260238	Priscila Gisele Fernandes	5654380	03/08/1993
189	261557	Queli Cristina Da Silva Oliveira	6135001	28/10/1995
190	263146	Rafaela Hammes Depine	5412138	12/11/1993
191	259987	Ramon Jose Ferreira De Souza	5087174	22/07/1995
192	273391	Raquel Schmidt	4691280	27/01/1989
193	260568	Regina Catia Kelim Thiel	3590756	18/06/1975
194	272232	Rejane Rosa Da Silva	198314	11/04/1982
195	272714	Roberta Teixeira Karsten	4286970	10/03/1982
196	268451	Roberta Vandresen	53792858	09/11/1989
197	260509	Rosana De Fatima Pires Dos Santos	4627961	13/07/1977
198	259999	Rosane Bruggmann	3458942	21/06/1978
199	265507	Roseline Rosa	5087710	04/02/1990
200	262092	Rosemary Lehmkuhl	2122132	26/10/1968
201	262566	Rosilene Aparecida Petris Machado	33527806	03/12/1977
202	261359	Rosimeri Batista Dos Santos	4289762	23/09/1981
203	274543	Sabrina Amorim Blanck	3731502	08/05/1980
204	261739	Sabrina Loffagen Tobias	5860665	23/06/1994
205	273319	Saionara Comper Brandalize	5548918	08/10/1994
206	261480	Salvia Aparecida Schneider	10386505	25/10/1963
207	263601	Samara Dalagnelo	4706407	19/12/1989
208	271707	Sandra Herbst	3930852	31/01/1978
209	262725	Sandra Machado De Souza.	4118742	28/09/1981
210	270571	Sara Arcanjo Dos Santos Caetano	6062121	10/08/1993
211	273806	Saunara Vambommel	5888334	08/04/1996
212	263356	Scheila Mara Bressan	4403515	26/04/1991
213	259888	Sheena Carla Parma	4724847	25/11/1989
214	266184	Silvana Mello	3210469	03/11/1974
215	262436	Simone Fanton	4056946	12/08/1988
216	261367	Simone Filandiani	6292774	18/07/1995
217	273932	Sofia Caroline Boeing	5748940	30/06/1992
218	263362	Stefanie De Novais	6072596	11/11/1997
219	261081	Stephanie Borba	5379273	09/07/1991
220	260486	Stephanie Klehm Krieger	5088850	19/09/1988
221	262063	Taciane Kantovick	4475577	01/04/1985
222	263506	Taina Arseno Barboza	6133066	11/08/1995
223	274072	Taina Camargo Da Silva	5668431	06/11/1997
224	262695	Taina Cristina Gabe	4833407	05/02/1998
225	271957	Tainara De Souza	6132274	04/08/1998
226	273349	Taiza Fernanda Weiss	5456891	12/05/1992
227	261534	Talita Aparecida Mazzini Conzatti	5815314	12/10/1993
228	272437	Talita Harbs	4118836	01/03/1984
229	274542	Tamires Madalena	55291880	22/08/1993
230	274163	Tatiane Maciel Dos Santos	46915885	05/12/1983
231	260353	Thainara Thayse Steinbach De Lima	4271621	18/05/1994
232	263860	Therezia Goetten De Souza	5613045	03/12/1987



233	274324	Vanderleia Baldo	5088544	20/04/1993
234	261032	Vanessa Cristina Antonio Bertencelo	4347173	29/12/1992
235	274374	Vanessa De Souza	44035126	23/02/1986
236	263148	Vanessa Stüpp	5872297	22/01/1991
237	264746	Victoria Bonfanti Prust	5815141	02/04/1997
238	265406	Vinicius Andre Guckert Marquez	5379917	15/08/1994
239	272773	Vinicius Lange	6670680	18/12/1998
240	273672	Vitor Jose Nagel Junior	5578820	23/03/1998
241	263448	Wagner Silveira	4068194	29/07/1989
242	268677	Walter Eduardo Kaufmann	4740180	21/10/1991
243	274596	Yara Miranda	6517441	12/12/1997

Rio do Sul, 11 de janeiro de 2016.

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 77/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

#### EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº: 37/2015 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Espécie: contrato de prestação de serviços Nº 77/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Contratada: Lupi Associados Pesquisa e Marketing LTDA - EPP

Objeto: Contratação de empresa especializada em capacitação e treinamento, para elaboração de treinamento para os servidores da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul.

Amparo Legal: Lei Federal nºs. 8.666 , de 21/06/1993

Valor Global: Pela prestação dos serviços constantes do objeto do presente contrato o Município pagará ao Contratado o valor total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Data da Assinatura: 11/12/2015

Signatários: Rodrigo Duarte, pela contratante, e Paulo Ricardo Borges Pedroso, pela contratada.

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 37/2015 - FMS

Prefeitura de Rio do Sul  
Secretaria Municipal de Saúde  
Divisão de Suprimentos – Setor de Compras

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 37/2015 - FMS

OBJETO: Contratação de empresa especializada em capacitação e treinamento, para elaboração de treinamento para os servidores da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul.

JUSTIFICATIVA: Único fornecedor, com base no artigo 25, inciso II da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, que estabelece " Para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 da Lei 8.666/93, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização ".

VALOR DO OBJETO: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

FORNECEDOR:

NOME: Lupi Associados Pesquisa e Marketing LTDA - EPP  
ENDEREÇO: Rua João Celestino Pacheco, nº 69 Bairro Trindade –  
Cidade: Florianópolis  
CNPJ: 00.189.806/0001-70

Rio do Sul (SC), 08 de dezembro de 2015  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE  
Secretário Municipal de Saúde

# Romelândia

## PREFEITURA

### 05/2016 CONCESSÃO DAS TORRES MHNET CONTRATO DE CONCESSÃO Nº. 05/2016

CONTRATO DE CONCESSÃO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA E A EMPRESA MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI - EPP, OBJETIVANDO A OUTORGA DE CONCESSÃO DO DIREITO À EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE INTERNET E TELEFONIA NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua 12 de Outubro nº 242, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.821.182/0001-26, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor VALDOCI SAUL, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 789.420.989-91, RG 1.851.230, SSP/SC, residente e domiciliado em Romelândia-SC doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI - EPP, com sede em Maravilha-SC, na Av. Anita Garibaldi, nº 340, sala 04, Edifício IP, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.245.502/0001-04, neste ato representada por seu representante legal Senhor PATRICK CANTON, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 023.318.,399-05, RG 3.124.647, SSP/SC, residente em Maravilha, na Av. Anita Garibaldi, nº 340, apto 302, Centro, doravante denominada simplesmente de CONCESSIONÁRIA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo de Licitação Nº 1590/2015, CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2015, homologado em 15.12.2015, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais a seguir enunciadas:

#### 1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

1.1. O presente contrato tem como objeto a outorga de Concessão de Uso de Torres e Equipamentos instalados na área rural do município de Romelândia/SC, para exploração dos serviços de internet banda larga e de telefonia, utilizando a estrutura física e os equipamentos integrantes do patrimônio municipal.

Parágrafo único. A exploração do serviço de internet e telefonia poderá se estender a todas as residências do município atingidas pelas antenas instaladas pelo município.

1.2. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital da Licitação modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2015, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

1.3 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dos termos do Edital Licitatório e deste contrato.

Cláusula 2ª - O prazo de vigência da concessão, objeto deste Contrato, é de 10 (dez) anos consecutivos, contados a partir da data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado por igual ou inferior período.

#### II – FORMA E CONDIÇÕES DA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO

Cláusula 3ª - Para a prestação dos serviços a empresa deverá

instalar os equipamentos necessários e licitados nos locais solicitados pelos usuários, podendo cobrar dos usuários por eventuais despesas com instalação e equipamentos além dos licitados, conforme proposta vencedora.

Cláusula 4ª - Os equipamentos necessários ao funcionamento dos serviços deverão ser novos e com garantia estabelecida pelo fabricante.

Parágrafo único. A substituição de quaisquer equipamentos será de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

Cláusula 5ª- A prestação dos serviços deverá observar rigorosamente as normas previstas neste Contrato, no Edital da CONCORRÊNCIA Nº 002/2015 e seus Anexos, as quais passam a integrar este instrumento contratual como se transcritas estivessem.

Cláusula 6ª - A CONCESSIONÁRIA deverá observar todas as disposições legais aplicáveis e as normas regulamentares baixadas pelo PODER CONCEDENTE, relativas ao objeto deste Contrato.

Cláusula 7ª- A CONCESSIONÁRIA não poderá subcontratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares do serviço concedido, assumindo a responsabilidade integral pela prestação do serviço e por prejuízos que eventualmente vier a causar ao PODER CONCEDENTE, usuários e terceiros, em razão da exploração do serviço.

Cláusula 8ª - Enquanto prestar o serviço obriga-se a CONCESSIONÁRIA a manter todas as condições de habilitação exigidas na celebração do presente contrato.

Cláusula 9ª - Os serviços deverão ter início num prazo de 30 (trinta) dias da assinatura do contrato e conclusão da instalação dos aparelhos nas torres no prazo de 90 (noventa) dias, também contados da assinatura do termo contratual.

#### III – DA MENSALIDADE E DOS REAJUSTES

Cláusula 10ª – Os valores a serem repassados aos usuários interessados nos serviços, com o percentual de desconto já aplicado, são os seguintes:

Serviço	Instalação	Mensalidade
Internet Banda Larga 1Mb/s	R\$ 148,50	R\$ 49,90
Internet Banda Larga 2Mb/s	R\$ 148,50	R\$ 59,30
Telefone	R\$ 297,00	R\$ 24,75
Telefone + Internet Banda Larga 1Mb/s	R\$ 297,00	R\$ 59,30
Telefone + Internet Banda Larga 2Mb/s	R\$ 297,00	R\$ 69,20

Valores das Ligações	
Fixo Local	R\$ 0,14
Fixo Brasil	R\$ 0,27
Móvel 49	R\$ 0,91
Móvel Brasil	R\$ 1,24

§ 1º. Estes planos terão garantia de 100% de funcionalidade.

§ 2º - Os preços das mensalidades somente sofrerão reajuste, se houver necessidade, após um ano da assinatura do contrato, adotando-se como índice IGPM.

**IV – DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE**

Cláusula 11ª - Sem prejuízo das demais disposições desse instrumento, incumbe ao PODER CONCEDENTE:

I. Regularizar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a prestação dos serviços;

II. Aplicar as penalidades legais, regulamentares e contratuais;

III. Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em Lei;

IV. Extinguir a concessão, nos casos e nas formas previstos neste contrato e na Lei;

V. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais;

VI. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, observando as disposições deste instrumento;

Parágrafo único- A fiscalização da concessão será realizada pelo PODER CONCEDENTE, através do Setor responsável, com a colaboração do representante legal da CONCESSIONÁRIA, cabendo a este o direito de assistir às visitas e atividades de fiscalização.

**V – DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA:**

Cláusula 12ª- Sem prejuízo das demais disposições desse instrumento, incumbe à CONCESSIONÁRIA:

I. Prestar o serviço adequado, na forma prevista neste contrato, nas disposições legais e normas regulamentares;

II. Manter em dia o inventário e o registro do(s) bem (ns) vinculado(s) na prestação dos serviços;

III. Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

IV. Permitir aos encarregados da fiscalização da concessão, em qualquer época, livre acesso às instalações da CONCESSIONÁRIA, bem como aos seus registros contábeis, mantido o devido sigilo;

V. Submeter-se anualmente à vistoria do PODER CONCEDENTE, se houver necessidade;

VI. Cobrar mensalidades dos interessados nos serviços da CONCESSIONÁRIA, respeitados os termos da proposta apresentada na licitação e as condições previstas no Edital deste certame e neste Contrato;

VII. Indicar representante para acompanhar a atividade de fiscalização do PODER CONCEDENTE;

VIII. Receber e solucionar, quando procedentes, as queixas e reclamações dos usuários;

IX. Zelar pela manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

X. Suportar todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado;

XI. Indenizar terceiros e o PODER CONCEDENTE por todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, ou após o seu término, em conformidade com previsto no Código Civil Brasileiro;

XII. Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

XIII. Atribuir os serviços a profissionais legalmente habilitados e idôneos;

XIV. Corrigir, reparar e/ou efetuar a substituição de serviço inadequado, sem qualquer ônus ao PODER CONCEDENTE.

XV. Indicar por escrito, ao PODER CONCEDENTE, os profissionais habilitados responsáveis diretos pela execução dos serviços;

XVI. Afastar do serviço, qualquer empregado cuja permanência seja julgada inconveniente pela fiscalização;

XVII. Fornecer todos os equipamentos, materiais e serviços necessários à execução do objeto deste contrato, bem como, material de segurança, uniformes e acessórios que se fizerem necessários;

XVIII. Suportar as despesas com pessoal, encargos sociais, impostos, taxas, obrigações trabalhistas, seguro de vida e oriundas de quaisquer irregularidades;

XIX. Reparar os danos que possam afetar o PODER CONCEDENTE ou municípios, em qualquer caso, durante a execução de todos os serviços permitidos, sem ônus para o município;

XX. Efetuar pagamentos de indenizações oriundas de erros ou imperícias praticadas na execução dos serviços ora contratados;

XXI. Respeitar as normas previstas na Legislação Municipal e Federal que regem a concessão de serviços públicos;

XXII. Manter, durante todo o período contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XXIII. Comunicar o PODER CONCEDENTE, através de ofício devidamente protocolado, alterações de endereços, números de telefones, de fax ou de outros que vier a ocorrer.

XXIV. Instalar os equipamentos necessários nos locais solicitados pelos usuários, podendo cobrar dos usuários por eventuais despesas com instalação e equipamentos, conforme for acordado entre a CONCESSIONÁRIA e usuários.

XXV. Responsabilizar-se pelas substituições e manutenção das torres e dos equipamentos devendo substituí-los no prazo de 02 dias, em qualquer caso que vir a acontecer.

XXVI. Responsabilizar-se pela perfeita e contínua prestação dos serviços, devendo imediatamente resolver os problemas de sinal e outros eventuais defeitos técnicos que venham por ventura ocorrer, mesmo que no final de semana, quando for acionada por quaisquer dos usuários.

**VI – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS**

Cláusula 13ª - Além da observância das disposições legais referentes aos direitos dos usuários, deverá a CONCESSIONÁRIA, na prestação dos serviços, respeitar os seguintes direitos dos usuários:

I. Receber serviço adequado;

II. Receber da CONCESSIONÁRIA informações previstas em leis e no contrato de concessão;

III. Obter e utilizar os serviços, com liberdade de escolha, observadas as cláusulas do contrato e normas do PODER CONCEDENTE;

IV. Reclamar soluções da CONCESSIONÁRIA para as falhas dos

serviços por ventura identificadas, recebendo informações quanto às providências adotadas, quando cabíveis;

#### VII – DA RESCISÃO DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

Cláusula 14ª – Este Contrato de Concessão poderá ser rescindido unilateralmente pelo PODER CONCEDENTE, no todo ou em parte, de pleno direito, a qualquer tempo, isento de qualquer ônus ou responsabilidade, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial, quando a CONCESSIONÁRIA:

1. Falir, entrar em concordata, tiver sua firma dissolvida ou deixar de existir;

2. Transferir no todo ou em parte este Contrato, sem prévia e expressa autorização do PODER CONCEDENTE;

3. Paralisar os serviços sem justa causa ou motivos de força maior.

§ 1º – Poderá ainda ser rescindido nos demais casos em que couber, o previsto nos Artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

§ 2º – A Concessão de que trata este Contrato, poderá ser extinta na ocorrência das seguintes hipóteses:

1. Término do prazo contratual;
2. Encampação;
3. Caducidade, nos termos da Lei 8.987/95;
4. Rescisão amigável ou judicial;
5. Falência ou extinção da empresa CONCESSIONÁRIA.

#### VIII – DA INTERVENÇÃO

Cláusula 15ª - Com o fim de assegurar a adequada prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, o PODER CONCEDENTE poderá intervir na concessão.

§ 1º – A intervenção far-se-á por ato motivado do Sr. Prefeito Municipal, que conterà a designação do interventor.

§ 2º – O prazo da intervenção será de 90 (noventa) dias, prorrogáveis uma única vez por igual período, mediante adequada justificativa e os objetivos e limites da medida.

Cláusula 16ª - Declarada a intervenção, o procedimento deverá observar a forma e prazos estabelecidos.

#### IX – DAS PENALIDADES

Cláusula 17ª - O cumprimento das obrigações assumidas em desacordo com o pactuado acarretará a CONCESSIONÁRIA às seguintes penalidades, conforme a gravidade da infração:

I. Advertência por escrito, nos casos em que os serviços não estejam sendo executados conforme especificações editalícias e/ou normas pertinentes;

II. Multa, com valor a ser definido de acordo com a gravidade da infração em que a CONCESSIONÁRIA incorrer;

III. Suspensão pelo período de 24 (vinte e quatro) meses para licitar ou contratar com o PODER CONCEDENTE, pela recusa em executar, parcial ou totalmente, os serviços objeto deste contrato, ou quando evidenciada a incapacidade de cumprir os serviços ora contratados;

IV. Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 87, inc. IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Parágrafo Único – A pena de multa prevista nesta cláusula não tem caráter compensatório, porém moratório, e, consequentemente, o pagamento dela não exime a CONCESSIONÁRIA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao PODER CONCEDENTE ou a terceiros.

#### X – DA VIGÊNCIA

Cláusula 18ª - A presente concessão de serviço público tem prazo de vigência de 10 (dez) anos consecutivos, a contar da data da assinatura deste Contrato, podendo ser prorrogado por igual ou inferior prazo.

#### XI – DO FORO

Cláusula 19ª - As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Anchieta SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas por ventura emergentes da presente contratação.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Romelândia/SC, 05 de janeiro de 2016.

VALDOCI SAUL MHNET

Prefeito Municipal

TELECOMUNICAÇÕES EIRELI – EPP

Patrick Canton

Testemunhas:

Cloves Antonio Rafe

CPF: 423 468 439 - 20

Valdinei Gregol

CPF: 045 179 079 - 02

### DECRETO 3667/2016

DECRETO Nº 3.667/2016

HOMOLOGA A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS TITULARES DO CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os componentes do Conselho Tutelar de Romelândia - SC, conforme eleição realizada dia 04/10/2015, para o mandato no período de 10/01/2016 09/01/2020, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.866/2009, a saber:

CONSELHEIROS TITULARES:

- 1 – ELIANE APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS
- 2 – JAIRA DA CONCEIÇÃO SERRES DE ARAÚJO
- 3 – JUCELIA TERESINHA ZANON
- 4 – TERESINHA LUCIA KOTZ SCHMITT
- 5 – MARIA JANETE ARNETE SAUL

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia - SC, 08 de janeiro de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Cloves Antonio Rafe

Secretário da Administração e Fazenda



# Salto Veloso

## PREFEITURA

### LEI Nº 1564, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

LEI Nº 1564, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 113.000,00 (Cento e Treze Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2036 – MANUT. DAS ATIV. DO ENS. FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 3190.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 25.000,00

Fonte: 1101.00000

RED: 33

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2036 – MANUT. DAS ATIV. DO ENS. FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 28.000,00

Fonte: 1101.00000

RED: 38

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2036 – MANUT. DAS ATIV. DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Modalidade de Aplicação: 3190.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 1101.00000

RED: 52

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2026 – MANUT. DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 116

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação das seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 05 - FUNDO MUNIC. DA SAUDE DO SERV. PUBLICO

Projeto/Atividade: 2026 – MANUT. DA SAÚDE DO SERV. PUBLICO

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 113.000,00

Fonte: 110.00000

RED: 1

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso-SC, 08 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

José Carlos Oneda

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### LEI Nº 1565, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

LEI Nº 1565, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 82.000,00 (Oitenta e Dois Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2022 – MANUT. DAS ATIV. ADM. E FINANCEIRAS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 11

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2051 – MANUT. PROG. DA MERENDA ESCOLAR

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 25

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2042 – MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 42.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 102

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação das seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1010 – OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA

Modalidade de Aplicação: 4490.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 22.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 95

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1009 – PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS

Modalidade de Aplicação: 4490.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 15.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 92

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2024 – MANUT. DO FUNDO DE ASSIST. SOCIAL

Modalidade de Aplicação: 3190.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 67

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 2024 – MANUT. DO FUNDO DE ASSIST. SOCIAL  
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 5.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 70

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 2044 – MANUT. SEC AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Modalidade de Aplicação: 3190.00. – APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 10.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 79

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Salto Veloso-SC, 08 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

José Carlos Oneda  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº. 105/2016**

PORTARIA Nº. 105/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerada, a partir de 09 de Janeiro de 2016, a Sra. MARLI ANGÉLICA BORGES, da função de Conselheira Tutelar – 40 horas.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 08 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 106/2016**

PORTARIA Nº. 106/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado, a partir de 09 de Janeiro de 2016, o Sr. JANI CARLOS CONTE, da função de Conselheira Tutelar – 40 horas.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 08 de Janeiro de 2016.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 107/2016**

PORTARIA Nº. 107/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerada, a partir de 09 de Janeiro de 2016, a Sra. MERYELI DONADEL, da função de Conselheira Tutelar – 40 horas.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 08 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 108/2016**

PORTARIA Nº. 108/2016

NOMEIA CONSELHEIRA TUTELAR DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada, MARLI ANGÉLICA BORGES, Conselheira Tutelar do Município de Salto Veloso, eleita em 04 de outubro de 2015 pelo processo de escolha unificado, obtendo 80 (oitenta) votos, pelo período de 04 (quatro) anos a contar de 10 de janeiro de 2016.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 08 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 109/2016**

PORTARIA Nº. 109/2016

NOMEIA CONSELHEIRA TUTELAR DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada, MERYELI DONADEL, Conselheira Tutelar do Município de Salto Veloso, eleita em 04 de outubro de 2015



pelo processo de escolha unificado, obtendo 113 (cento e treze) votos, pelo período de 04 (quatro) anos a contar de 10 de janeiro de 2016.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 08 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 110/2016**

PORTARIA Nº. 110/2016

NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado, JANI CARLOS CONTE, Conselheiro Tutelar do Município de Salto Veloso, eleito em 04 de outubro de 2015 pelo processo de escolha unificado, obtendo 117 (cento e dezessete) votos, pelo período de 04 (quatro) anos a contar de 10 de janeiro de 2016.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 08 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 111/2016**

PORTARIA Nº. 111/2016

NOMEIA CONSELHEIRA TUTELAR DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada, ANDRÉIA SCHWANTZ DOS SANTOS, Conselheira Tutelar do Município de Salto Veloso, eleita em 04 de outubro de 2015 pelo processo de escolha unificado, obtendo 80 (oitenta) votos, pelo período de 04 (quatro) anos a contar de 10 de janeiro de 2016.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 08 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 112/2016**

PORTARIA Nº. 112/2016

NOMEIA CONSELHEIRA TUTELAR DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada, MARTINA CELZLEIN, Conselheira Tutelar do Município de Salto Veloso, eleita em 04 de outubro de 2015 pelo processo de escolha unificado, obtendo 80 (oitenta) votos, pelo período de 04 (quatro) anos a contar de 10 de janeiro de 2016.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 08 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### **ALTERAÇÃO DE ABERTURA DE EDITAL DE PREGÃO Nº 05\_2015 SAMAE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE

Aviso de Alteração abertura de Edital

Publicação de 31/12/2015- Edição 1901- página 356

Licitação nº 05/2015 – PR nº 05/2015

Fica alterado o prazo de entrega dos envelopes-habilitação e proposta e credenciamento de até as 13h:45min do dia 13 de janeiro de 2016, com abertura dos envelopes 15 minutos depois.

Para dia 19 de janeiro de 2016 das 13h:00min. até às 13h:45min. Horário de abertura dos envelopes às 14h:00min. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp Nº 400, Centro, Fone: (0xx48) 534-1113 e E-mail: [licitacao@santarosadosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@santarosadosul.sc.gov.br), das 13:00h às 19:00h.

Santa Rosa do Sul, 08 de janeiro de 2016.

Nelson Cardoso de Oliveira.

Prefeito Municipal

### **ALTERAÇÃO DE ABERTURA DE EDITAL Nº 103/2015 PR**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Aviso de Alteração abertura de Edital

Publicação de 29/12/2015- Edição 1899- página 248

Licitação nº 103/2015 – PR nº 103/2015

Fica alterado o prazo de entrega dos envelopes-habilitação e proposta e credenciamento de até as 13h:30min do dia 12 de janeiro de 2016 e abertura às 13h:45min.

Para dia 18 de janeiro de 2016 das 13h:00min. até às 13h:30min. Horário de abertura dos envelopes às 13h:45min. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp Nº 400, Centro, Fone: (0xx48) 534-1113 e E-mail: [licitacao@santarosadosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@santarosadosul.sc.gov.br), das 13:00h às 17:00h.

Santa Rosa do Sul, 08 de janeiro de 2016.

Nelson Cardoso de Oliveira.

Prefeito Municipal

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE LANÇAMENTO DE EMPREENDIMENTO

#### EDITAL DE LANÇAMENTO DE EMPREENDIMENTO

A EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL/SC - EMHAB, inscrita no CNPJ sob o nº 04.927953/0001-50, com sede à Rua Benjamin Constant, 120, centro, neste município, neste ato representado pelo diretor Presidente, Sr. LUIZ CARLOS PEDROZO, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 56, de 18 de maio de 2001 e nos termos da Lei 1.714 de 20 de novembro de 2006 alterada pela Lei 3.480 de 10 de março de 2015, TORNA PÚBLICO que esta construindo 12 (doze) unidades habitacionais no Condomínio Residencial Luan Fabricio Celeski no bairro Serra Alta, que estas unidades habitacionais serão destinadas as famílias que se enquadrem no FAIXA II da referida Lei 1.714/2006 (Art.1º, § 3º).

Para fins de seleção de famílias, somente serão aceitos cadastros que estejam devidamente atualizados até o dia 29 de janeiro de 2016.

São Bento do Sul, 08 de janeiro de 2016.  
LUIZ CARLOS PEDROZO  
Diretor Presidente EMHAB

### PORTARIA Nº 10727/2016

PORTARIA Nº 10727, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

Revoga Portaria nº 10704/2016

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e

Considerado que é necessário primeiro o ato de exoneração do atual ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar,

#### RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 04 de janeiro de 2016, a Portaria nº 10704/2016 que nomeou CÉLIA TEREZINHA GOMES no cargo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 08 de janeiro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 10728/2016

PORTARIA Nº 10728, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

Revoga Portaria nº 10705/2016

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e

Considerado que é necessário primeiro o ato de exoneração do atual ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar,

#### RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 04 de janeiro de 2016, a Portaria nº 10705/2016 que nomeou LUCIANE STAWNY SAMPAIO no cargo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 08 de janeiro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 10729/2016

PORTARIA Nº 10729, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

Revoga Portaria nº 10706/2016

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e

Considerado que é necessário primeiro o ato de exoneração do atual ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar,

#### RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 04 de janeiro de 2016, a Portaria nº 10706/2016 que nomeou SANDRO TSCHOKE no cargo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 08 de janeiro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 10730/2016

PORTARIA Nº 10730, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

Revoga Portaria nº 10707/2016

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e

Considerado que é necessário primeiro o ato de exoneração do atual ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar,

#### RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 04 de janeiro de 2016, a Portaria nº 10707/2016 que nomeou ROSEMEIRE APARECIDA ALEXANDRE MARQUES no cargo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 08 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 10731/2016**

PORTARIA Nº 10731, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

Revoga Portaria nº 10708/2016

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e

Considerado que é necessário primeiro o ato de exoneração do atual ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 04 de janeiro de 2016, a Portaria nº 10708/2016 que nomeou FILIPE WEIHERMANN no cargo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 08 de janeiro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 10732/2016**

PORTARIA Nº 10732, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

Exonera Conselheiro Tutelar

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Exonerar, a partir de 10 de janeiro de 2016, ANADIR MOREIRA SPERANDIO, do cargo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 08 de janeiro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 10733/2016**

PORTARIA Nº 10733, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

Exonera Conselheiro Tutelar

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Exonerar, a partir de 10 de janeiro de 2016, ANDREI MARCELO BRIXI, do cargo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 08 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 10734/2016**

PORTARIA Nº 10734, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

Exonera Conselheiro Tutelar

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Exonerar, a partir de 10 de janeiro de 2016, CÉLIA TEREZINHA GOMES, do cargo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 08 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 10735/2016**

PORTARIA Nº 10735, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

Exonera Conselheiro Tutelar

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Exonerar, a partir de 10 de janeiro de 2016, ENERILDA DE FÁTIMA MARINHO WEISS, do cargo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 08 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 10736/2015**

PORTARIA Nº 10736, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

Exonera Conselheiro Tutelar

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Exonerar, a partir de 10 de janeiro de 2016, SELIANA CHAPIEWSKI PONTES, do cargo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 08 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 10737/2016**

PORTARIA Nº 10737, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia Conselheiro Tutelar

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 3540, de 27 de maio de 2015, resolve,  
NOMEAR:

A partir de 10 de janeiro de 2016, CÉLIA TEREZINHA GOMES, para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 08 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 10738/2016**

PORTARIA Nº 10738, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia Conselheiro Tutelar

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 3540, de 27 de maio de 2015, resolve,  
NOMEAR:

A partir de 10 de janeiro de 2016, LUCIANE STAWNY SAMPAIO, para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 08 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 10739/2016**

PORTARIA Nº 10739, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia Conselheiro Tutelar

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 3540, de 27 de maio de 2015, resolve,  
NOMEAR:

A partir de 10 de janeiro de 2016, SANDRO TSCHOKE, para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 08 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 10740/2016**

PORTARIA Nº 10740, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia Conselheiro Tutelar

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 3540, de 27 de maio de 2015, resolve,  
NOMEAR:

A partir de 10 de janeiro de 2016, ROSEMEIRE APARECIDA ALEXANDRE MARQUES, para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 08 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 10741/2016**

PORTARIA Nº 10741, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia Conselheiro Tutelar

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 3540, de 27 de maio de 2015, resolve,  
NOMEAR:

A partir de 10 de janeiro de 2016, FILIPE WEIHERMANN, para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 08 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

## São Carlos

## PREFEITURA

## RELATORIO CONT/ADIT ADM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

Folha: 1/12

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Demétrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SCMês/Ano da Assinatura:  
Dezembro/2015.Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: GLOBAL CONCURSOS - ORGANIZACAO EM CONCURSOS PUBLIC

CNPJ: 19.119.187/0001-75

Modalidade: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 90/2015

Número do Processo: 90/2015

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 042/2015

Fundamento Legal:

Objeto: Contratação de empresa especializada, para a coordenação e operacionalização das fases do processo seletivo destinado ao preenchimento de vagas temporárias, em caráter cadastro reserva,

Data da Assinatura: 02/12/2015

Data da Publicação no Diário Oficial: 08/12/2015

Vigência: 02/12/2015 a 02/03/2016

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 7.200,00

Forma de Pagamento: parcelado

Contratado: LEANDRO PAGLIARI - ME

CNPJ: 12.421.679/0001-71

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 81/2014

Número do Processo: 81/2014

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 5ºTA-CONT05/15

Fundamento Legal:

Objeto: EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO E CONCLUSÃO DE PAVILHÃO -EM ESTRUTURA PRÉ FABRICADA

Data da Assinatura: 09/12/2015

Data da Publicação no Diário Oficial: 15/12/2015

Vigência: 09/12/2015 a 31/12/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 25.280,07

Forma de Pagamento:



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

Folha: 2/12

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Demétrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Dezembro/2015.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** ARMANDO WATTE - ME  
**CNPJ:** 06.247.663/0001-91  
**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL  
**Número da Licitação:** 96/2015 **Número do Processo:** 96/2015 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 043/2015  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2016

**Data da Assinatura:** 17/12/2015  
**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/12/2015  
**Vigência:** 17/12/2015 a 31/12/2016  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:**  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 15.246,00 **Forma de Pagamento:** mensal

**Contratado:** ASELI WILLMS SCHEID - ME  
**CNPJ:** 06.139.767/0001-82  
**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL  
**Número da Licitação:** 96/2015 **Número do Processo:** 96/2015 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 044/2015  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2016

**Data da Assinatura:** 17/12/2015  
**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/12/2015  
**Vigência:** 17/12/2015 a 31/12/2016  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:**  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 109.487,40 **Forma de Pagamento:** mensal

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

Folha: 3/12

**CNPJ:** 82.945.718/0001-15  
**Rua** Demétrio Lorenz, 747  
**C.E.P.:** 89885-000 - São Carlos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Dezembro/2015.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** AUTO MECANICA SAO JOAO LTDA - ME

**CNPJ:** 83.514.760/0001-44

**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL

**Número da Licitação:** 96/2015

**Número do Processo:** 96/2015

**Outra Entidade:** Não

**Número do Contrato ou Aditivo:** 045/2015

**Fundamento Legal:**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2016

**Data da Assinatura:** 17/12/2015

**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/12/2015

**Vigência:** 17/12/2015 a 31/12/2016

**Programa de Trabalho:**

**Unidade Gestora / Número:**

**Gestão / Número:**

**Número do Empenho:**

**Valor:** 118.800,00

**Forma de Pagamento:** mensal

**Contratado:** J.N.A TRANSPORTES EIRELI - ME

**CNPJ:** 05.425.922/0001-64

**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL

**Número da Licitação:** 96/2015

**Número do Processo:** 96/2015

**Outra Entidade:** Não

**Número do Contrato ou Aditivo:** 046/2015

**Fundamento Legal:**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2016

**Data da Assinatura:** 17/12/2015

**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/12/2015

**Vigência:** 17/12/2015 a 31/12/2016

**Programa de Trabalho:**

**Unidade Gestora / Número:**

**Gestão / Número:**

**Número do Empenho:**

**Valor:** 73.326,00

**Forma de Pagamento:** mensal

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

Folha: 4/12

**CNPJ:** 82.945.718/0001-15  
**Rua** Demétrio Lorenz, 747  
**C.E.P.:** 89885-000 - São Carlos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Dezembro/2015.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** JOSE HOSS - ME  
**CNPJ:** 76.569.987/0001-21  
**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL  
**Número da Licitação:** 96/2015 **Número do Processo:** 96/2015 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 047/2015  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2016

**Data da Assinatura:** 17/12/2015  
**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/12/2015  
**Vigência:** 17/12/2015 a 31/12/2016  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:**  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 60.984,00 **Forma de Pagamento:** MENSAL

**Contratado:** SAN DIEGO TRANSPORTES LTDA - ME  
**CNPJ:** 01.240.071/0001-24  
**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL  
**Número da Licitação:** 96/2015 **Número do Processo:** 96/2015 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 048/2015  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2016

**Data da Assinatura:** 17/12/2015  
**Data da Publicação no Diário Oficial:**  
**Vigência:** 17/12/2015 a 31/12/2016  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:**  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 120.912,00 **Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

Folha: 5/12

**CNPJ:** 82.945.718/0001-15  
**Rua** Demétrio Lorenz, 747  
**C.E.P.:** 89885-000 - São Carlos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Dezembro/2015.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** SAO CARLOS TUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME  
**CNPJ:** 86.943.040/0001-92  
**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL  
**Número da Licitação:** 96/2015 **Número do Processo:** 96/2015 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 049/2015  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2016

**Data da Assinatura:** 17/12/2015  
**Data da Publicação no Diário Oficial:**  
**Vigência:** 17/12/2015 a 31/12/2016  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:**  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 63.360,00 **Forma de Pagamento:** MENSAL

**Contratado:** TRANSPORTES A.I.R. LTDA - ME  
**CNPJ:** 04.252.121/0001-81  
**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL  
**Número da Licitação:** 96/2015 **Número do Processo:** 96/2015 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 050/2015  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2016

**Data da Assinatura:** 17/12/2015  
**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/12/2015  
**Vigência:** 17/12/2015 a 31/12/2016  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:**  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 58.806,00 **Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

Folha: 6/12

**CNPJ:** 82.945.718/0001-15  
**Rua** Demétrio Lorenz, 747  
**C.E.P.:** 89885-000 - São Carlos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Dezembro/2015.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** FABIO DA ROSA CASTANHO & CIA LTDA**CNPJ:** 11.575.000/0001-36**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 15/2014**Número do Processo:** 15/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 2ºTA-CONT 12-14**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NAS ÁREA DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E ELABORAÇÃO DE PROJETOS**Data da Assinatura:** 30/12/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/01/2016**Vigência:** 30/12/2015 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 46.603,20**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** LEANDRO PAGLIARI - ME**CNPJ:** 12.421.679/0001-71**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 81/2014**Número do Processo:** 81/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 6ºTA-CONT05-15**Fundamento Legal:****Objeto:** EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO E CONCLUSÃO DE PAVILHÃO -EM ESTRUTURA PRÉ FABRICADA**Data da Assinatura:** 30/12/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/12/2015 a 31/01/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

Folha: 7/12

**CNPJ:** 82.945.718/0001-15  
**Rua** Demétrio Lorenz, 747  
**C.E.P.:** 89885-000 - São Carlos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Dezembro/2015.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** EMPRESA JORNALISTICA FONTE LTDA - ME

**CNPJ:** 07.990.520/0001-38

**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL

**Número da Licitação:** 9/2012

**Número do Processo:** 9/2012

**Outra Entidade:** Não

**Número do Contrato ou Aditivo:** 5ªTA CONT14-12

**Fundamento Legal:**

**Objeto:** PUBLICAÇÃO DE EDITAIS AVISOS E ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS

**Data da Assinatura:** 30/12/2015

**Data da Publicação no Diário Oficial:**

**Vigência:** 30/12/2015 a 30/12/2016

**Programa de Trabalho:**

**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS / Nr.:

**Gestão / Número:**

**Número do Empenho:**

**Valor:** 34.700,88

**Forma de Pagamento:** À Vista

**Contratado:** PALOMA CONSTRUCOES EIRELI

**CNPJ:** 09.656.330/0001-04

**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia

**Número da Licitação:** 68/2015

**Número do Processo:** 68/2015

**Outra Entidade:** Não

**Número do Contrato ou Aditivo:** 1ªTA CONT34-14

**Fundamento Legal:**

**Objeto:** CONSTRUÇÃO CIVIL E ENGENHARIA PARA FINALIZAÇÃO PISCINA MASTER E INFRAESTRUTURAS-OBRA CIVIS -PARTE 1-DO PARQUE AQUATICO MUNICIPAL

**Data da Assinatura:** 30/12/2015

**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/01/2016

**Vigência:** 30/12/2015 a 31/03/2016

**Programa de Trabalho:**

**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS / Nr.:

**Gestão / Número:**

**Número do Empenho:**

**Valor:** 0,00

**Forma de Pagamento:**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

Folha: 8/12

**CNPJ:** 82.945.718/0001-15  
**Rua** Demétrio Lorenz, 747  
**C.E.P.:** 89885-000 - São Carlos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Dezembro/2015.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** L S W SERVICOS LTDA - EPP  
**CNPJ:** 01.614.299/0001-37  
**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
**Número da Licitação:** 46/2015 **Número do Processo:** 46/2015 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 1ª TA CONT-026-15  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** CONSTRUÇÃO DA 1ª ETAPA DO GINÁSIO DO BAIRRO OLARIA - CFME CONTRATO DE REPASSE N.1007077-53/2013

**Data da Assinatura:** 30/12/2015  
**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/01/2016  
**Vigência:** 30/12/2015 a 30/06/2016  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS / Nr.:  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 0,00 **Forma de Pagamento:**

**Contratado:** L S W SERVICOS LTDA - EPP  
**CNPJ:** 01.614.299/0001-37  
**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
**Número da Licitação:** 87/2014 **Número do Processo:** 87/2014 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 2º TA-CONT040-14  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS ANITA GARIBALDI-COSTA E SILVA, PE. JOÃO BERTHIER E SILVENIO PICCOLI - C/3.681M² CFME PROJETO

**Data da Assinatura:** 30/12/2015  
**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/01/2016  
**Vigência:** 30/12/2015 a 31/03/2016  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS / Nr.:  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 0,00 **Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

Folha: 9/12

**CNPJ:** 82.945.718/0001-15  
**Rua** Demétrio Lorenz, 747  
**C.E.P.:** 89885-000 - São Carlos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Dezembro/2015.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** CONTAPLAN CONTABILIDADE LTDA - ME

**CNPJ:** 07.729.937/0001-41

**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL

**Número da Licitação:** 11/2013

**Número do Processo:** 11/2013

**Outra Entidade:** Não

**Número do Contrato ou Aditivo:** 6º TA-CONT 06/13

**Fundamento Legal:**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA/TECNICO CONTABIL E CONSULTORIA

**Data da Assinatura:** 30/12/2015

**Data da Publicação no Diário Oficial:** 06/01/2016

**Vigência:** 30/12/2015 a 31/12/2016

**Programa de Trabalho:**

**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS / Nr.:

**Gestão / Número:**

**Número do Empenho:**

**Valor:** 75.778,00

**Forma de Pagamento:** MENSAL

**Contratado:** RADIO SAO CARLOS LTDA - EPP

**CNPJ:** 83.845.735/0001-43

**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL

**Número da Licitação:** 16/2014

**Número do Processo:** 16/2014

**Outra Entidade:** Não

**Número do Contrato ou Aditivo:** 2ºTA-CONT13/14

**Fundamento Legal:**

**Objeto:** DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO

**Data da Assinatura:** 30/12/2015

**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/01/2016

**Vigência:** 30/12/2015 a 31/12/2016

**Programa de Trabalho:**

**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS / Nr.:

**Gestão / Número:**

**Número do Empenho:**

**Valor:** 55.800,00

**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

Folha: 10/12

**CNPJ:** 82.945.718/0001-15  
**Rua** Demétrio Lorenz, 747  
**C.E.P.:** 89885-000 - São Carlos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Dezembro/2015.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** LEANDRO PAGLIARI - ME  
**CNPJ:** 12.421.679/0001-71  
**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
**Número da Licitação:** 88/2014 **Número do Processo:** 88/2014 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 3º TA-CONT041-14  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** CONSTRUÇÃO DO PÓRTICO MUNICIPAL C/28,90 M² - CFME PROJETO - MANUTENÇÃO DO CONVENIO -CONTRATO DE REPASSE N.1.006.135-87/2013 - MTUR/CAIXA

**Data da Assinatura:** 30/12/2015  
**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/01/2016  
**Vigência:** 30/12/2015 a 30/03/2016  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS / Nr.:  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 0,00 **Forma de Pagamento:**

**Contratado:** RUVER ADVOGADOS ASSOCIADOS  
**CNPJ:** 07.264.516/0001-92  
**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL  
**Número da Licitação:** 11/2013 **Número do Processo:** 11/2013 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 6º TA-CONT05/13  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA/TECNICO CONTABIL E CONSULTORIA

**Data da Assinatura:** 30/12/2015  
**Data da Publicação no Diário Oficial:** 06/01/2016  
**Vigência:** 30/12/2015 a 31/12/2016  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS / Nr.:  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 90.663,12 **Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

Folha: 11/12

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Demétrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Dezembro/2015.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** MAISATIVO INTERMEDIACAO DE ATIVOS LTDA  
**CNPJ:** 03.836.739/0001-26  
**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Compras e Serviços  
**Número da Licitação:** 75/2014 **Número do Processo:** 75/2014 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 2ºTA-CONT037-14  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ESTRUTURAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS

**Data da Assinatura:** 30/12/2015  
**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/01/2016  
**Vigência:** 30/12/2015 a 31/12/2016  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS / Nr.:  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 0,00 **Forma de Pagamento:**

**Contratado:** T.O.S. OBRAS E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA  
**CNPJ:** 72.332.778/0001-09  
**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Compras e Serviços  
**Número da Licitação:** 100/2015 **Número do Processo:** 100/2015 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 051/2015  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO NO PERÍMETRO URBANO

**Data da Assinatura:** 30/12/2015  
**Data da Publicação no Diário Oficial:** 06/01/2016  
**Vigência:** 30/12/2015 a 31/12/2016  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:**  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 424.032,12 **Forma de Pagamento:** mensal

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

Folha: 12/12

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Demétrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Dezembro/2015.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** TRANSPORTES KUNZ LTDA - ME**CNPJ:** 05.399.352/0001-85**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 44/2015**Número do Processo:** 44/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1º TA-CONT-22/15**Fundamento Legal:****Objeto:** TRANSPORTE DE PESSOAS**Data da Assinatura:** 30/12/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/01/2016**Vigência:** 30/12/2015 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 42.458,00**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** RQ INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTDA**CNPJ:** 18.650.225/0001-59**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 99/2015**Número do Processo:** 99/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 052/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** CONCESSÃO DE USO DE BEM PUBLICO COM ENCARGOS**Data da Assinatura:** 31/12/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/01/2016**Vigência:** 31/12/2015 a 31/12/2025**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 11.220,00**Forma de Pagamento:** mensal

**RELATORIO CONT/ADIT FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS**

Folha: 1/2

CNPJ: 11.553.540/0001-19

RUA CONCORDIA N.100

C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Dezembro/2015.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** L S W SERVICOS LTDA - EPP**CNPJ:** 01.614.299/0001-37**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 17/2014**Número do Processo:** 17/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 4ºTA-CONT016/14**Fundamento Legal:****Objeto:** AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE - CENTRO COM 119,32 M² CMFE PROJETO**Data da Assinatura:** 10/12/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 14/12/2015**Vigência:** 10/12/2015 a 10/02/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** ANFERMED - PRESTADORA DE SERVICOS MEDICOS LTDA - M**CNPJ:** 11.407.730/0001-28**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 4/2015**Número do Processo:** 4/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1ºTA-CONT09-15**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SAÚDE - MEDICO PSF - OBSTERA E P/CIRURGIAS ELETIVAS**Data da Assinatura:** 30/12/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/01/2016**Vigência:** 30/12/2015 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 252.000,00**Forma de Pagamento:**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS**

Folha: 2/2

CNPJ: 11.553.540/0001-19  
RUA CONCORDIA N.100  
C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Dezembro/2015.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** SAO CARLOS TUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME  
**CNP J:** 86.943.040/0001-92  
**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL  
**Número da Licitação:** 10/2015  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 1ºTA CONT12-15  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** TRANSPORTE DE PACIENTES PARA TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE  
**Número do Processo:** 10/2015  
**Outra Entidade:** Não

**Data da Assinatura:** 30/12/2015  
**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/01/2016  
**Vigência:** 30/12/2015 a 31/12/2016  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS / Nr.:  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 31.500,00  
**Forma de Pagamento:**

## RELATORIO DE COMPRAS ADM

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
 Rua Demétrio Lorenz, 747  
 C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 1/9

**RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS**

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Dezembro/2015**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	OLEO P/ MOTOR A GASOLINA 15W40 - SEMI SINTÉTICO	AUTO POSTO IPICENTRO LTDA - EPP	04.029.348/0001-73	4,00	fr	20,00	80,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/ PROCESSO SELETIVO	GLOBAL CONCURSOS - ORGANIZACAO EM CONCURSOS PUBLIC	19.119.187/0001-75	1,00	un	7.200,00	7.200,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO - REEMPENHAMENTO DE VALOR	CONTINENTAL OBRA E SERVIÇOS LTDA	04.328.816/0001-08	1,00	S	10.000,00	10.000,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CÂMERA DIGITAL T550 + BOLSA PARA DIGITAL	FOTO ESTUDIO VIGNATTI LTDA - ME - c	02.840.208/0004-06	1,00	un	677,00	677,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TINTA BRANCA P/ PINTURA DE FAIXA DE PEDESTRES	ERILDO LUIZ CORTINA & CIA LTDA - ME	83.003.426/0001-26	6,00	bl	299,00	1.794,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PREGO 25X72	LEONIR SESTRON SCHERER - ME c	04.655.418/0001-98	20,00	kg	9,90	198,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS E ATOS OFICIAIS DA ADM	EMPRESA JORNALISTICA SUL BRASIL LTDA	73.405.136/0001-55	1,00	un	130,00	130,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS E ATOS OFICIAIS DA ADM	FUNDO DE MATERIAIS PUB E IMPRESSOS OFICIAIS	82.951.351/0003-04	1,00	un	139,87	139,87
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS E ATOS OFICIAIS DA ADM	ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A	92.821.701/0002-90	1,00	un	362,41	362,41
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CALÇA JEANS	LEOCLIDES BARBIERI - ME	82.093.634/0001-09	2,00	un	72,90	145,80
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CAMISA	LEOCLIDES BARBIERI - ME	82.093.634/0001-09	1,00	pc	28,50	28,50
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CAMISA	LEOCLIDES BARBIERI - ME	82.093.634/0001-09	1,00	pc	28,90	28,90
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CAMISETA REGATA	LEOCLIDES BARBIERI - ME	82.093.634/0001-09	1,00	un	20,00	20,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CALÇÃO	LEOCLIDES BARBIERI - ME	82.093.634/0001-09	1,00	pc	13,50	13,50
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CALÇA JEANS	LEOCLIDES BARBIERI - ME	82.093.634/0001-09	1,00	un	70,75	70,75
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	BERMUDA	LEOCLIDES BARBIERI - ME	82.093.634/0001-09	1,00	un	52,90	52,90
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	MEIAS	LEOCLIDES BARBIERI - ME	82.093.634/0001-09	4,00	un	9,50	38,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	TENIS ADULTO	LEOCLIDES BARBIERI - ME	82.093.634/0001-09	1,00	pr	53,90	53,90

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Demétrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 2/9

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	BERMUDA	LEOCLIDES BARBIERI - ME	82.093.634/0001-09	1,00	un	28,00	28,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CUECA KIT	LEOCLIDES BARBIERI - ME	82.093.634/0001-09	2,00	un	18,90	37,80
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CAMISETA REGATA	LEOCLIDES BARBIERI - ME	82.093.634/0001-09	1,00	un	23,75	23,75
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CAMISETA REGATA	LEOCLIDES BARBIERI - ME	82.093.634/0001-09	1,00	un	21,50	21,50
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	BLUSA	LEOCLIDES BARBIERI - ME	82.093.634/0001-09	1,00	pc	20,90	20,90
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE	AUTO POSTO IPICENTRO LTDA - EPP	04.029.346/0001-73	1,00	un	25,00	25,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - VOLTA CHAPECÓ	ARMANDO WATTE - ME	06.247.663/0001-91	105,00	km	3,08	323,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - BELA VISTA	ASELI WILLMS SCHEID - ME	08.139.767/0001-82	1.584,00	km	2,13	3.373,92
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	PORTÃO DE ELEVAÇÃO C/ FECHAMENTO ALUZINCO	PAULO RENE DIEL & CIA LTDA - ME	03.346.022/0001-04	2,00	un	2.800,00	5.600,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PRANCHA DE MADEIRA 6 CM	IRMAOS GERHARDT LTDA - ME	82.810.227/0001-67	1.513	un	1.250,00	1.891,25
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ENGATE RÁPIDO	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	213,00	213,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DIVERSOS	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	80,00	80,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONEXÃO	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	238,00	238,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ABRAÇADEIRA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	pc	24,00	24,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CRUZETA CC - 36	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	67,00	67,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE AFIÇÃO DE NAVALHAS	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	140,00	140,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TERMINAL CC-21	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	83,00	83,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FLUIDO	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	4,00	un	18,50	74,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CARDÁ COMPLETO	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	734,00	734,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CORREIA C 136	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	3,00	un	95,00	285,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	RENTOR PRIMARIO	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	2,00	un	35,00	70,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	200,00	200,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BUCHA GUIA ROLAMENTO	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	185,00	185,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	GRAXA ESPECIAL 10 KG	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	gl	170,00	170,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Demétrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 3/9

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANGUEIRA DE SUÇÃO 4"	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	6,00	m	70,00	420,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANGUEIRA 2"	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	8,00	pc	34,00	272,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ANEL DE VEDAÇÃO	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	38,60	38,60
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	250,00	250,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	POLIA 400 MM	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	700,00	700,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ABRAÇADEIRA 4"	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	18,00	18,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLAMENTO	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	2,00	pc	89,00	178,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	EMENDA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	pc	95,00	95,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANGUEIRA DE SUÇÃO 2"	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	10,00	m	25,00	250,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE REFORMA PINTURA DE BANCOS PRAÇA	CIMMA - INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	18.310.850/0001-51	13,00	un	350,00	4.550,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TUBO MACHO	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	114,00	114,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	255,00	255,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	DISCO ATUAÇÃO	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	40,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TUBO FEMEA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	118,00	118,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO ELASTICO	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	6,00	6,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CRUZETA R 36	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	63,00	63,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TERMINAL CC -21	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	69,00	69,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	100,00	100,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TERMINAL CC 26	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	146,00	146,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	45,00	45,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	140,00	140,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO ELASTICO 8 MM	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	pc	7,30	7,30
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CRUZETA CC - 36	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	63,00	63,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TERMINAL CC - 22	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	76,00	76,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Demétrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 4/9

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO COMBUSTÍVEL	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	pc	20,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO DE COMBUSTÍVEL 01	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	2,00	un	10,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 6 X 20 MM	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	3,00	pc	1,666	5,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CORDA DO ARRANQUE	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	5,00	5,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANGUEIRA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	10,00	10,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	160,00	160,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ÓCULOS DE PROTEÇÃO	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	7,00	7,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	130,00	130,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ENGRAXADEIRA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	4,00	4,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	NÍVEL DO CARRETEL	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	5,00	5,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CORDA DO ARRANQUE	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	2,50	2,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANGUEIRA GASOLINA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	17,00	17,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANGUEIRA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	10,00	10,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PONTEIRA ENGRAXADEIRA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	2,00	un	15,00	30,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MOLA CARRETEL	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	4,00	4,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	INTERRUPTOR 01 TECLA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	pc	65,00	65,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS ELÉTRICOS EM VEÍCULOS	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	3,00	S	46,50	139,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOCORRO	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	4,00	S	30,00	120,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CHAVE DE LUZ	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	70,00	70,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	RELÊ AUXILIAR	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	pc	20,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LANTERNA PISCA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	60,00	60,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BATERIA 170 AH	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	652,00	652,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LENTE TRASEIRA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	25,00	25,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOCORRO	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	S	20,00	20,00

Folha: 5/9

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Demétrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVICOS ELETRICOS -INSTALAÇÃO	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	70,00	70,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA H7	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	2,00	un	4,00	8,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVICOS ELETRICOS -INSTALAÇÃO	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	150,00	150,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BUCHA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	2,00	pc	10,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORTA ESCOVA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	45,00	45,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	KIT REPARO	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	28,00	28,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVICOS ELÉTRICOS EM VEÍCULOS	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	S	210,00	210,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TERMINAL DE BATERIA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	20,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	RELÊ DO PISCA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	40,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA 12 V	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	6,00	un	4,50	27,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVICOS ELÉTRICOS EM VEÍCULOS	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	S	130,00	130,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA H1 - 24V	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	30,00	30,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	INDICADOR DE TEMPERATURA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	pc	180,00	180,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA 41	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	8,00	8,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	RELÊ	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	pc	20,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	RELÊ DO PISCA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	24,00	24,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA H 4	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	pc	20,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LÂMPADA H 1	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	18,00	18,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SOQUETE	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	3,00	un	5,00	15,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVICOS DE SOCORRO	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	S	85,00	85,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CARGA EM BATERIA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	15,00	15,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CHAVE LIGAVDES LIGA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	20,00	20,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Demétrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 6/9

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CHAVE	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	10,00	10,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO ALLEN RK	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	3,00	3,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	147,00	147,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PEÇAS	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	80,00	80,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	258,40	258,40
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CORDA DO ARRANQUE	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	10,00	10,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO CORRENTE MOTOSSERA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	18,00	18,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CRUZETA CC - 36	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	73,40	73,40
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANGUEIRA DE SUÇÃO 2"	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	10,00	m	25,00	250,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	OLEO 90	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	30,00	30,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	GAXETA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	pc	38,00	38,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BOMBA DE GRAXA - 08 KG	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	278,00	278,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	123,00	123,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PEÇAS	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	80,00	80,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LIMA 3/8	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	7,00	7,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CORRENTE 34 DENTES 3/8	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	74,80	74,80
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	80,00	80,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PEÇAS	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	180,00	180,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CHAVE ESTICADOR 3 DENTES	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	3,00	3,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO EST. CORRENTE	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	15,00	15,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FLUIDO DE FREIO	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	74,00	74,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	133,00	133,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVIÇOS DE CONCERTOS DIVERSOS	IRMÃOS HERBERT LTDA	81.539.843/0001-62	1,00	S	450,00	450,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CABO DE AÇO 3/4	IRMÃOS HERBERT LTDA	81.539.843/0001-62	1,00	un	350,00	350,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Demétrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 7/9

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CABO DE AÇO 4"	IRMÃOS HERBERT LTDA	81.539.843/0001-62	14,00	un	115,00	1.610,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CORREIA 128	IRMÃOS HERBERT LTDA	81.539.843/0001-62	3,00	pc	70,00	210,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MOLAS DY	IRMÃOS HERBERT LTDA	81.539.843/0001-62	2,00	un	185,00	370,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO DE AÇO	IRMÃOS HERBERT LTDA	81.539.843/0001-62	1,00	un	15,00	15,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DIVERSOS	IRMÃOS HERBERT LTDA	81.539.843/0001-62	1,00	un	280,00	280,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CALÇO DY - 333145700	IRMÃOS HERBERT LTDA	81.539.843/0001-62	4,00	un	130,00	520,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA C/ FORNECIMENTO MATERIAL	IRMÃOS HERBERT LTDA	81.539.843/0001-62	1,00	un	780,00	780,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	20,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	140,00	140,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	130,00	130,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS FLEXIVEL	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	280,00	280,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TERMINAL DE BATERIA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	2,00	un	12,00	24,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROTOR	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	pc	270,00	270,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLAMENTO GRANDE	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	88,00	88,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLAMENTO PEQUENO	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BUCHA LM	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	3,00	un	12,00	36,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORTA ESCOVA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	AUTOMATICO	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	156,00	156,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	90,00	90,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	S	25,00	25,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA H3	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	32,00	32,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	7,00	7,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CARGA EM BATERIA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	15,00	15,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

Folha: 8/9

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
 Rua Demétrio Lorenz, 747  
 C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	S	15,00	15,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	S	40,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SOLDA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	90,00	90,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	RECARGA GÁS REFRIGERANTE	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	180,00	180,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	S	15,00	15,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	85,00	85,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA 12 V	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	3,00	un	5,00	15,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LANTERNA TRASEIRA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	pc	62,00	62,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TERMINAL DE BATERIA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	12,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	4,00	un	5,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BUCHA LM	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	3,00	un	12,00	36,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORTA ESCOVA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	AUTOMATICO	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	156,00	156,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	S	140,00	140,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	130,00	130,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	S	150,00	150,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	S	130,00	130,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TERMINAL DE BATERIA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	2,00	un	12,00	24,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROTOR	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	pc	270,00	270,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLAMENTO PEQUENO	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLAMENTO GRANDE	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	88,00	88,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	SERVIÇOS DIVERSOS DE HORA TÉCNICA/ INFORMATICA NO SETOR	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	31,45	h	37,00	1.163,65
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVIÇOS DE HORA/TECNICA EM INFORMATICA	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	21,20	h	37,00	784,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	FONTE ATX	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	1,00	un	55,00	55,00

Folha: 9/9

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15

Rua Demétrio Lorenz, 747

C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇOS DE HORA/TECNICA EM INFORMATICA	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	2,00	h	37,00	86,30
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	SERVIÇOS DE HORA/TECNICA EM INFORMATICA	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	8,75	h	37,00	323,75
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	FONTE ATX	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	1,00	un	55,00	55,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PLACA DE REDE	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	1,00	un	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE HORA/TECNICA EM INFORMATICA	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	2,07	h	37,00	76,59
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL MÊS DE DEZEMBRO	TRANSPORTES A.I.R. LTDA - ME	04.252.121/0001-81	1,00	un	6.726,72	6.726,72
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO MÊS DE DEZEMBRO	ASELI WILLMS SCHEID - ME	06.139.767/0001-82	693,00	un	2,10	1.455,30
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE ALUNOS ENSINO FUNDAMENTAL MÊS DE DEZEMBRO	ASELI WILLMS SCHEID - ME	06.139.767/0001-82	1.144,00	un	2,13	2.436,72
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENS. FUND. VOLTA DO CHAPECO	APS-ARMANDO PACELLO SINALIZAÇÕES LTDA	01.081.279/0001-48	231,00	un	3,08	711,48
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS ENSINO FUNDAMENTAL MÊS DE DEZEMBRO 2015	J.N.A TRANSPORTES EIRELI - ME	05.425.922/0001-64	1.515,00	un	3,08	4.666,20
	SHOW PIROTECNICO REVEILLON LUZ 2016	JOSE DAVI SOBRINHO - EPP	75.334.888/0001-06	1,00	un	15.700,00	15.700,00
	CONCESSÃO USO BEM PUBLICO 1487M²	RO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA	18.650.225/0001-59	12,00	ms	935,00	11.220,00
						<b>Total Geral ----&gt;</b>	<b>100.992,66</b>

RELATORIO DE COMPRAS FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS

CNPJ: 11.553.540/0001-19  
RUA CONCORDIA N.100  
C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Folha: 1/7

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Dezembro/2015**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE ACESSO INTERNET - CAPS	CPNET COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA	06.349.207/0001-52	2,00	un	100,00	200,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE ACESSO INTERNET - UNIDADE DE SAUDE	CPNET COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA	06.349.207/0001-52	10,00	un	100,00	1.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	COLETA, TRANSPORTE COM TRATAMENTO FINAL DE RESÍDUOS	CONTINENTAL OBRA E SERVIÇOS LTDA	04.328.816/0001-08	1,00	un	1.542,06	1.542,06
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	EXAMES LABORATORIAIS CFME RELATORIO MENSAL EM ANEXO	JUSTINA INES WICKERT ROHR - ME	09.389.607/0001-80	1,00	un	3.671,82	3.671,82
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE COLETA E PREPARO DE MATERIAL BIOLÓGICO	JUSTINA INES WICKERT ROHR - ME	09.389.607/0001-80	3,00	S	633,333	1.900,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE CARPINTEIRO	MILTON LEAL DE VARGAS	13.996.777/0001-08	30,00	h	5,50	165,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PEDREIRO	MILTON LEAL DE VARGAS	13.996.777/0001-08	74,00	h	8,30	614,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE SERVENTE	MILTON LEAL DE VARGAS	13.996.777/0001-08	114,00	h	5,00	570,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CALHA GALVANIZADA COLOCADA	ELMOR ALOISIOUS TROJACK - ME	83.693.077/0001-11	23,50	m	30,00	705,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DISPLAY EVAPORADORA CONDICIONADOR DE AR SPLIT CONSUL	OESTE ELETRO MOVEIS LTDA ME	76.872.514/0001-07	1,00	un	95,00	95,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BALANCEAMENTO DAS RODAS	JK PNEUS LTDA	78.663.946/0001-44	13,00	un	7,50	97,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ALINHAMENTO DAS RODAS	JK PNEUS LTDA	78.663.946/0001-44	4,00	un	40,00	160,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DIVERSOS DE HORA TÉCNICA/ INFORMÁTICA NO SETOR	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	14,20	h	37,00	525,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BUCHA FIXAÇÃO 8 MM	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	50,00	un	0,12	6,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LUVA PVC ROSCÁVEL 1/2	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	pc	1,00	1,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PLUG ROSCÁVEL 1/2	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	pc	1,00	1,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ARRUELA LISA 5/16	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	4,00	un	0,16	0,64
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	NIPLE ROSCÁVEL 1	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	pc	2,00	2,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	TORNEIRA LAVATORIO BRANCA 1/2 1195-1 HERC	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	pc	9,00	9,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	TORNEIRA DE JARDIM 1/2 1128-1	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	pc	3,00	3,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	JOELHO ROSCÁVEL 1	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	pc	2,30	2,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ARRUELA LISA 3/16	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	50,00	un	0,12	6,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAO CARLOS**

Folha: 2/7

CNPJ: 11.553.540/0001-19  
 RUA CONCORDIA N.100  
 C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PARAFUSO DE MADEIRA CABEÇA CHATA 5,0 X 50	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	50,00	pc	0,18	9,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PARAFUSO SEXTAVADO NC 5/16X2	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	4,00	pc	0,70	2,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TORNEIRA BOIA ECOLÓGICA 1/2 E 3/4 C/PLA	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	pc	7,00	7,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PORCA SEXTAVADA UNC 5/16	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	4,00	pc	0,20	0,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ENGATE FLEXÍVEL 40 CM	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	2,50	2,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	125,00	125,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	JOGO DE PASTILHA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	198,00	198,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	JOGO DE PASTILHA DE FREIO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	lg	75,00	75,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	JOGO DE PASTILHAS DE FREIO TRASEIRO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	lg	75,00	75,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	JOGO DE PASTILHA DE FREIO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	lg	85,00	85,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	S	40,00	80,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	130,00	130,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	55,00	55,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AMORTECEDOR DIANTEIRO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	un	213,00	426,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MECANICO P/REPOSIÇÃO DE PEÇAS	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	160,00	160,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE GEOMETRIA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	30,00	30,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BOBINA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	cx	138,00	138,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AMORTECEDOR TRASEIRO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	un	149,50	299,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	KIT AMORTECEDOR TRASEIRO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	un	18,20	36,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	KIT AMORTECEDOR DIANTEIRO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	un	18,00	36,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CONSRTO DE MAÇANETA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	30,00	30,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BICO INJETOR	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	160,00	160,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AMORTECEDOR DIANTEIRO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	un	349,00	698,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	KIT AMORTECEDOR TRASEIRO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	un	89,00	178,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AMORTECEDOR TRASEIRO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	un	189,00	378,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BUCHA BANDEJA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	4,00	un	28,00	112,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MECANICO P/REPOSIÇÃO DE PEÇAS	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	252,00	252,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	COXIM	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	un	99,00	198,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	179,00	179,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	KIT AMORTECEDOR DIANTEIRO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	un	49,00	98,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LAMPADA 1141	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	5,00	5,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	KIT DE MONTAGEM	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	70,00	70,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	REGULADOR BOSCH	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	176,00	176,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	190,00	190,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS**

CNPJ: 11.553.540/0001-19  
 RUA CONCORDIA N.100  
 C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Folha: 3/7

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETTRICA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	10,00	10,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LAMPADA H 12	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	44,00	44,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PALHETA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	pc	70,54	70,54
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETTRICA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	140,00	140,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LAMPADA PINGO AGUA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	pc	3,00	3,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BATERIA 60 AH	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	286,00	286,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LAMPADA H3	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	17,38	17,38
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LAMPADA H7	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	25,00	25,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BUZINA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	pc	38,50	38,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	185,00	185,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AUTOMATICO ZM6860	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	140,38	140,38
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	IMPULSOR	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	pc	116,00	116,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LAMPADA H11 8220	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	44,00	44,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	120,00	120,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE CABINE	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	42,00	42,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO COMBUSTIVEL	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	pc	23,00	23,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE AR	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	44,00	44,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	JOGO DE VELA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	101,56	101,56
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	JOGO DE CABOS DE VELAS	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	lg	210,00	210,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LAMPADA 02 POLOS	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	2,00	un	3,50	7,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	85,00	85,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	200,00	200,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	43,00	43,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	KIT MONTAGEM	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	50,00	50,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	REGULADOR	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	pc	197,00	197,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	85,00	85,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	JOGO DE VELA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	131,00	131,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	150,00	150,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO COMBUSTIVEL	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	pc	22,50	22,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE CABINE	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	32,55	32,55
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SANFONA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	32,50	32,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BARRA AXIAL	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	85,60	85,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	250,00	250,00

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAUDE DE SAO CARLOS

CNPJ: 11.553.540/0001-19

RUA CONCORDIA N.100

C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Folha: 4/7

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	OLEO SETOR TIPO A 1361	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	13,50	54,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	260,00	260,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	REPARO SETOR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	175,90	175,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ABRAÇADEIRA PLÁSTICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	6,00	un	1,00	6,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PARAFUSO 113	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	1,30	5,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	120,00	120,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	50,00	50,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	45,00	45,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ATENDIMENTO	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	50,00	50,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LAMPADA PINGO	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	5,00	5,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CABO DE VELA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	pc	52,00	52,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BOTÃO DE PARTIDA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	pc	46,00	46,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BUZINA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	pc	38,50	38,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	320,00	320,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GRAXA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	lt	16,80	16,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	RETENTOR CUBO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	15,10	15,10
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PORCA CUBO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	21,10	42,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TRAVA CUBO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	pc	3,50	7,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALAVANCA FREIO DE MÃO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	31,20	31,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	JOGO DE MOLA PATIM TZ	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	23,20	46,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLAMENTO TENSOR CORREIA DENTADA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	85,80	85,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	REBITES PARA LONA DE FREIO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	44,00	un	0,09	3,96
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LONA DE FREIO TRASEIRO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	93,90	93,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PASTILHA DE FREIO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	85,60	85,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PARAFUSO 121	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	7,15	28,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VALVULA	CHICÃO BOMBAS INJETORAS LTDA	72.305.105/0001-60	4,00	pc	454,24	1.816,96
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	CHICÃO BOMBAS INJETORAS LTDA	72.305.105/0001-60	1,00	S	400,00	400,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	REPARO	CHICÃO BOMBAS INJETORAS LTDA	72.305.105/0001-60	4,00	pc	25,00	100,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS**

CNPJ: 11.553.540/0001-19  
 RUA CONCORDIA N.100  
 C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Folha: 5/7

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESFERA	CHICÃO BOMBAS INJETORAS LTDA	72.305.105/0001-60	4,00	pc	13,38	53,52
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BICO INJETOR	CHICÃO BOMBAS INJETORAS LTDA	72.305.105/0001-60	4,00	un	393,30	1.573,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PORCA 10MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	12,00	un	0,30	3,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	JOGO CALÇO VIRABREQUIM 2264RO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	65,30	65,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	380,00	380,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SPRAY	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	9,30	9,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PARAFUSO 10	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	1,15	4,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LIXA 220	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	1,80	7,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	THINNER	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	l	52,60	52,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	JOGO BRONZINA BIELA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	197,60	197,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	JOGO BRONZINA DE MANCAL	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	365,30	365,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VÁLVULA TERMOSTÁTICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	72,00	72,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLAMENTO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	197,60	197,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	JOGO JUNTA OM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	lg	236,60	236,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	RETENTOR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	79,90	79,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PRISIONEIRO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	6,00	un	6,30	37,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	COLA SILICONE	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	31,20	31,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	COLA JUNTA LIQUIDA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	6,30	6,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ANTI-CHAMA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	48,90	48,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ABRAÇADEIRA MANGA 14X22	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	6,00	un	2,50	15,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	JUNTA DA TAMPA DO CARTER	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	35,60	35,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FLEXÍVEL TURBINA 3242900	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	59,60	59,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO COMBUSTIVEL	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	65,60	65,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO PSL 340	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	77,90	77,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BOMBA DE ÓLEO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	472,60	472,60

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS**

CNPJ: 11.553.540/0001-19  
 RUA CONCORDIA N.100  
 C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Folha: 6/7

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CORREIA ALTERNADOR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	55,60	55,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ABRAÇADEIRA MANGA 19X27	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	3,00	un	2,00	6,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	215,00	215,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DIVERSOS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	220,00	220,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	POLIA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	75,00	75,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CORREIA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	pc	85,00	85,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	EXTRA TURBO 15 W40	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	7,00	un	12,00	84,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO INTERNO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	60,00	60,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO EXTERNO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	76,00	76,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO LUBRIFICANTE	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	pc	68,00	68,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BUCHA AMORTECEDOR TRASEIRO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	17,00	34,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BUCHA AMORTECEDOR DIANTEIRO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	pc	23,00	46,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	JOGO DE PASTILHA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	90,00	180,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TAMBOR DO FREIO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	pc	430,00	430,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PATIN DO FREIO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	58,00	116,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	REBITE	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	24,00	pc	0,125	3,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LONA DE FREIO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	0,50	pc	88,00	44,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE AR 203	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	66,00	66,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE AR 3003	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	76,00	76,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PARAFUSO 8 X 50	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	2,50	5,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CORREIA ALTERNADOR	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	55,00	55,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	OLEO EXTRA TURBO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	7,00	l	13,00	91,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO PSL 340	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	70,00	70,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PASTILHA DE FREIO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	88,00	88,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PEÇAS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	154,00	154,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE LUBRIFICAÇÃO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	191,00	191,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO TECFIL PSL 340	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	5,00	un	17,00	85,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE AR 203	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	65,00	65,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE AR 3003	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	73,00	73,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO PSL 340	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	85,00	85,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DOT 4	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	75,00	75,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DISCO DE FREIO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	19,00	38,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	JOGO DE PASTILHA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	332,50	665,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				2,00	un	88,00	176,00

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAO CARLOS							Folha: 7/7
CNPJ: 11.553.540/0001-19 RUA CONCORDIA N.100 C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC							
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	100,00	100,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	COXIM AMORTECEDOR LADO DIREITO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	310,00	310,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO PSL 657	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	42,00	42,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DIVERSOS	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	45,00	45,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LAMPADA 12 V	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	4,00	4,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TERMINAL SAPÃO	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	pc	12,00	12,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TERMINAL DE BATERIA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	9,00	9,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ADAPTADOR TRIPOLAR	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	1,00	un	10,00	10,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CABO DE REDE	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	1,20	m	5,00	6,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CONECTOR RJ45	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	1,00	un	4,00	4,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HUB 5 PORTAS	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	1,00	un	55,00	55,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PEN DRIVE 8 GB	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	1,00	un	30,00	30,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESTABILIZADOR 300 V.A.	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	1,00	un	90,00	90,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE HORA/TECNICA EM INFORMATICA	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	13,30	h	37,00	492,10
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FONTE ATX	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	1,00	un	70,00	70,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GASOLINA COMUM	AUTO POSTO IPICENTRO LTDA - EPP	04.029.346/0001-73	707,679	l	3,77	2.667,95
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DIESEL S10	POSTO DA COLINA LTDA	77.910.370/0001-90	501,594	l	3,07	1.539,89
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ÓLEO DIESEL COMUM	AUTO POSTO CAMPO VERDE LTDA - EPP	04.524.238/0001-77	364,318	l	2,99	1.089,31
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ÓLEO DIESEL COMUM	AUTO POSTO CAMPO VERDE LTDA - EPP	04.524.238/0001-77	479,358	l	2,99	1.433,28
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DIESEL S10	POSTO DA COLINA LTDA	77.910.370/0001-90	76,086	l	3,07	233,58
Total Geral ---->							39.251,58

RELATORIO DE COMPRAS FUNDAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDACAO CULTURAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 19.498.254/0001-00  
Rua Demétrio Lorenz  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 1/1

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Dezembro/2015**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS	SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET	CPNET COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA	06.349.207/0001-52	2,00	un	100,00	200,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS	SERVIÇOS DE HORA/TECNICA EM INFORMATICA	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	9,00	h	37,00	333,00
						Total Geral ---->	533,00



**RELATORIO DE CONT/ADIT FUNDAÇÃO****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS**

Folha: 1/2

**CNPJ:** 19.498.254/0001-00**Rua** Demétrio Lorenz**C.E.P.:** 89885-000 - São Carlos - SC**Mês/Ano da Assinatura:****Dezembro/2015.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ANDREIA FERLA 05424210970**CNPJ:** 14.251.872/0001-37**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2015**Número do Processo:** 1/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1ªTA CONT01-15**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE INSTRUTORES DE DANÇA E MÚSICA**Data da Assinatura:** 30/12/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/01/2016**Vigência:** 30/12/2015 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 15.760,08**Forma de Pagamento:****Contratado:** HELIA TERNUS ME**CNPJ:** 20.226.807/0001-54**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2015**Número do Processo:** 1/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1ªTA -CONT02-15**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE INSTRUTORES DE DANÇA E MÚSICA**Data da Assinatura:** 30/12/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/01/2016**Vigência:** 30/12/2015 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 23.640,12**Forma de Pagamento:** MENSAL

Folha: 2/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO CULTURAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 19.498.254/0001-00  
 Rua Demétrio Lorenz  
 C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Dezembro/2015.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

Contratado: JEFERSON DE QUADROS MOREIRA ME  
 CNPJ: 17.774.132/0001-73  
 Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
 Número da Licitação: 1/2015  
 Número do Contrato ou Aditivo: 1ºTA-CONT04-15  
 Fundamento Legal:  
 Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTRUTORES DE DANÇA E MÚSICA

Número do Processo: 1/2015  
 Outra Entidade: Não

Data da Assinatura: 30/12/2015  
 Data da Publicação no Diário Oficial: 05/01/2016  
 Vigência: 30/12/2015 a 31/12/2016  
 Programa de Trabalho:  
 Unidade Gestora / Número: FUNDACAO CULTURAL DE SAO CARLOS / Nr.:  
 Gestão / Número:  
 Número do Empenho:  
 Valor: 15.760,08  
 Forma de Pagamento: MENSAL

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### CONT.01.16.HOSPITAL.CAMARA

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016 E CONTRATO 01/2016  
PARTES: Camara Municipal de Vereadores de São João do Oeste e Instituto de Assistência e Educação São João  
ORIGEM: Dispensa de licitação nº 001/2016  
OBJETO: "Locação de sala para funcionamento da Camara Municipal de Vereadores."  
VALOR TOTAL: 12.000,00  
VIGÊNCIA: 04.01.2016 até 31.12.2016  
São João do Oeste – 04 de janeiro de 2016  
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em exercício.

### CONT.01.16.HOSPITAL.CRAS

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016 E CONTRATO 01/2016  
PARTES: Fundo Municipal da Assistência Social de São João do Oeste e Instituto de Assistência e Educação São João  
ORIGEM: Dispensa de licitação nº 001/2016  
OBJETO: "Locação de imóvel para funcionamento do CRAS e do Conselho Tutelar."  
VALOR TOTAL: 16.800,00  
VIGÊNCIA: 04.01.2016 até 31.12.2016  
São João do Oeste – 04 de janeiro de 2016  
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em exercício.

### CONT.01.16.HOSPITAL.SAUDE

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016 E CONTRATO 01/2016  
PARTES: Fundo Municipal da Saúde de São João do Oeste e Instituto de Assistência e Educação São João  
ORIGEM: Dispensa de licitação nº 001/2016  
OBJETO: "Locação de sala para funcionamento de consultório dentário do programa ESF."  
VALOR TOTAL: 9.000,00  
VIGÊNCIA: 04.01.2016 até 31.12.2016  
São João do Oeste – 04 de janeiro de 2016  
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em exercício.

### CONT.02.16.HOSPITAL

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016 E CONTRATO 02/2016  
PARTES: Município de São João do Oeste e Instituto de Assistência e Educação São João  
ORIGEM: Dispensa de licitação nº 001/2016  
OBJETO: "Locação de imóvel para funcionamento da prefeitura municipal."  
VALOR TOTAL: 64.332,00  
VIGÊNCIA: 04.01.2016 até 31.12.2016  
São João do Oeste – 04 de janeiro de 2016  
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em exercício.

### CONT.05.16.LEILARHODEN

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016 E CONTRATO 005/2016  
PARTES: Município de São João do Oeste e Leila S. Rhoden  
ORIGEM: Inexigibilidade de licitação nº 001/2016  
OBJETO: "Locação de área de terra para retirada de agua para a ETA da Linha Cristo Rei, conforme LEI nº 1.577/14."  
VALOR TOTAL: 12.000,00  
VIGÊNCIA: 04.01.2016 até 31.12.2016  
São João do Oeste – 04 de janeiro de 2016  
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em exercício.

### CONT.10.16.AFONSOSEHN

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2016 E CONTRATO 010/2016  
PARTES: Município de São João do Oeste e Afonso Sehn  
ORIGEM: Inexigibilidade de licitação nº 002/2016  
OBJETO: "Locação de área de terra para retirada de agua para a ETA da Linha Beato Roque, conforme LEI nº 1.526/13."  
VALOR TOTAL: 8.436,00  
VIGÊNCIA: 04.01.2016 até 31.12.2016  
São João do Oeste – 04 de janeiro de 2016  
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em exercício.

### CONT.11.16.ZILDO

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2016 E CONTRATO 011/2016  
PARTES: Município de São João do Oeste e Zildo Baumgarten  
ORIGEM: Dispensa de licitação nº 003/2016  
OBJETO: "Locação de sala para funcionamento da EPAGRI."  
VALOR TOTAL: 8.085,00  
VIGÊNCIA: 04.01.2016 até 31.12.2016  
São João do Oeste – 04 de janeiro de 2016  
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em exercício.

### PP 08/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016 – exclusivo para empresas MPES  
OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços, nº 008/2016, conforme descrito a seguir:  
OBJETO: Aquisição de lanches para coffe break em reuniões e encontros realizados pelas diversas secretarias do município de São João do Oeste.  
Tipo: menor preço por lote.  
ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 21 de janeiro de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 21 de janeiro de 2016 no setor de compras e licitações da Prefeitura

Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 08 de janeiro de 2.016. ERNANI MIGUEL HOFF – PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

**PP 09/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016 – exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços, nº 009/2016, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de materiais de construção em geral e contratação de serviços para confecção de muros para o setor de obras do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 horas do dia 21 de janeiro de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 21 de janeiro de 2016 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 08 de janeiro de 2.016. ERNANI MIGUEL HOFF – PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

# São Joaquim

## PREFEITURA

**TP 01/2016 PMSJ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº03/2016 -  
TOMADA DE PREÇO 01/2016

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de obra de Adequação e Reforma do Parque Nacional da Maçã em São Joaquim SC. em conformidade com o convênio nº 809898/2014 Sincov celebrado entre esta Prefeitura e o Ministério do Turismo do Programa Infraestrutura Turística

Tipo: Menor Preço Global  
Abertura: 25/01/2016 às 14:00 horas  
Valor estimado: R\$ 337.801,49

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail [pmsj\\_licitacao@hotmail.com](mailto:pmsj_licitacao@hotmail.com) inf. (49)3233-0411. Edital: <http://www.saojoaquim.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMapaItem/5088>

São Joaquim, 08 de janeiro de 2016.  
Humberto Luiz Brighenti  
Prefeito Municipal

# São José

## PREFEITURA

### LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - LAP 045/2015

Prefeitura Municipal de São José, CNPJ: 82.892.274/0001-05, torna público que obteve Licença Ambiental Prévia - LAP 045/2015, através do processo nº 20823/2015, em 26/10/2015, e requereu Licença Ambiental de Instalação - LAI para Estrutura de Apoio Náutico (trapiche), a ser implantado na Rua Assis Brasil, Praia de Guararema, Ponta de Baixo, junto a Fundação do Meio Ambiente de São José - FMADS.

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2015 – PROCESSO Nº 328/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2015 – Processo nº 328/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PELA FARMÁCIA ESPECIALIZADA MEDIANTE PROCESSOS JUDICIAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 11 de janeiro de 2016 às 18h00min até dia 22 de janeiro de 2016, às 13h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 13h30min do dia 22 de janeiro de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 172/2015 – PROCESSO Nº 536/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 172/2015 – Processo nº 536/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AÇÚCAR PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES, PERTENCENTES A PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC. (ITEM RESTOU FRUSTRADO PARA O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 391/15, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/15). RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 11 de janeiro de 2016 às 18h00min até dia 22 de janeiro de 2016, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 22 de janeiro de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

### PREGÃO PRESENCIAL 135/2015 – PROCESSO Nº 452/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 135/2015 – Processo nº 452/2015: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 26/01/2016 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 26/01/2016 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

### RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2015 - Processo nº 197/2015. Fornecedores: RACINE COMERCIAL LTDA – EPP; INFOTRIZ COMERCIAL LTDA – EPP; MILENIUM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME; MARCONI KIRCH – EPP; ALEXANDRA DOS PASSOS e L.M. – COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, MATERIAIS ELÉTRICOS, FERRAMENTAS, UTENSÍLIOS PARA COPA E COZINHA DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 323.385,97 – trezentos e vinte e três mil, trezentos e oitenta e cinco reais e noventa e sete centavos. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

### RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2015 - Processo nº 379/2015. Fornecedores: ALEXANDRA DOS PASSOS; HAMILTON MACHADO – ME; AQUINPEL SUPRIM. P/ ESCRITÓRIO, INF. E PAPEL LTDA; MAYCON WILL – ME; L & M COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA – ME; L.M. – COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA – ME e VALDECIR TEIXEIRA MOTA - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EXPEDIENTE DESTINADOS AS UNIDADES ESCOLARES E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 499.277,16 – quatrocentos e noventa e nove mil, duzentos e setenta e sete reais e dezesseis centavos. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.



**CÂMARA MUNICIPAL****RELATÓRIO DE REENQUADRAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL, CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR Nº 068/2015.**

Relatório de reenquadramento do Quadro de pessoal, cargos, funções e vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de São José com base na lei complementar nº 068/2015.

A partir da criação da Portaria nº 196/2015 que constituiu a Comissão Especial para promover a realização dos atos de enquadramento, tendo como base a legislação e obedecendo a Lei Complementar nº 068/2015, que dispõe sobre o quadro de pessoal, cargos, funções e vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de São José, foram realizadas as seguintes modificações:

Aos funcionários efetivos que recebem adicional de pós-graduação, o cálculo de incidência será efetuado sobre o padrão de vencimento.

Padrão de vencimento é o vencimento do cargo do servidor conforme seu enquadramento na tabela referencial de vencimento.

Segundo o Art. 18, o adicional de pós-graduação referido no Art.17, integra os proventos da aposentadoria, incidindo sobre ele o adicional por tempo de serviço.

I - 15 % para os servidores com Pós-Graduação ao nível de especialização.

II - 20 % para os servidores com Pós-Graduação ao nível de mestrado.

III - 25 % para os servidores com Pós-Graduação ao nível de doutorado.

O auxílio alimentação será pago em pecúnia (dinheiro) vedada a sua incorporação aos proventos da aposentadoria e a incidência de descontos previdenciários (INSS, IR) e demais consignações.

Aos servidores do quadro de pessoal da Câmara Municipal de São José que executam atividades penosas ou que trabalhe com habitualidade em locais insalubres e em contato com substâncias tóxicas ou com risco de vida, corresponderá aos percentuais abaixo discriminado:

I - 10 % para atividades insalubres de grau mínimo;

II - 20 % para atividades insalubres de grau médio;

III - 40 % para atividades insalubres de grau máximo;

IV - 30 % para atividades perigosas.

Segundo o Art. 37, ao servidor que em decorrência do disposto no Art. 17 desta Lei Complementar passar a perceber remuneração mensal inferior a que vinha recebendo, é assegurado o pagamento da diferença como vantagem pessoal nominalmente identificável (VPNI), devendo sobre ela incidir contribuição previdenciária para integrar os proventos da aposentadoria.

Transformação dos cargos e do enquadramento.

Segundo o Art. 11, os cargos efetivos de nível superior denominados Contador, Agente Administrativo e Oficial Legislativo existentes no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de São José na data da publicação desta Lei Complementar ficam transformados nos cargos de Analista Contábil, Analista de Administração Pública e Analista legislativo, respectivamente, e os cargos efetivos de nível médio denominados Agente administrativo auxiliar, Almoхарife e Agente Operacional de serviços Auxiliares ficam transformados em Auxiliar de atividades Administrativas.

O piso de vencimento correspondente ao nível I, referência A, da tabela referencial de vencimentos da Câmara Municipal de São José, é fixado em R\$ 1.081,49.

Os atos de enquadramento, tendo por base a legislação (Lei Complementar nº 068/2015), deverão ser realizados na forma que segue:

**SITUAÇÃO ATUAL**

NOME	CARGO	PADRÃO VENCIMENTO
Adilane C. Ávila Roecker	Oficial Legislativo	6.612,75
Antonio A. de Oliveira	Almoхарife	4.120,71
Cátia Cilene de Souza	Telefonista	4.120,71
Cristiane Pereira	telefonista	4.120,71
Denise A. de Lima	Agente Adm.Auxiliar	4.120,71
Elenir M. de A. de Melo	Telefonista	4.120,71
Elizia Coelho de Ávila	Oficial Legislativo	6.612,75
Georges I.F. Camargo	Agente Op. Serv. Auxiliares	4.120,71
Gilmar Correa	Agente Op. Serv. Auxiliares	4.120,71
Lindinalva S. C. Castro	Agente de Serviços Gerais	2.420,47
Paulo Roberto Correa	Agente Administrativo	8.001,42
Romeu Erckemann	Agente Op. Serv. Auxiliares	4.120,71
Sandra Regina Mikulski	Oficial Legislativo	7.274,00
Tânia Regina Kremer	Agente Adm. Auxiliar	4.986,07

**SITUAÇÃO APÓS EDIÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 068/2015**

NOME	CARGO	NÍVEL	REF.	PADRÃO VENCIMENTO
Adilane C. Ávila Roecker	Analista Legislativo	11	C	6.687,11
Antonio A. de Oliveira	Aux. Atividades Adm	8	F	4.157,51
Cátia Cilene de Souza	Telefonista	8	F	4.157,51

Cristiane Pereira	Telefonista	8	F	4.157,51
Denise A. de Lima	Aux. Atividades Adm	8	F	4.157,51
Elenir M. de A. de Melo	Telefonista	8	F	4.157,51
Elizia Coelho de Ávila	Analista Legislativo	11	C	6.687,11
Georges I.F. Camargo	Aux. Atividades Adm	8	F	4.157,51
Gilmar Correa	Aux. Atividades Adm	8	F	4.157,51
Lindinalva S. C. Castro	Agente Serv. Gerais	4	I	2.420,47
Paulo Roberto Correa	Analista Adm. Pública	12	D	8.151,54
Romeu Erckemann	Aux. Atividades Adm	8	F	4.157,51
Sandra Regina Mikulski	Analista Legislativo	11	H	7.383,10
Tânia Regina Kremer	Aux. Atividades Adm	8	I	4.986,07

## CONCLUSÃO

Diante do estudo feito com base na Lei Complementar nº 068/2015, que dispõe sobre o quadro de pessoal, cargos, funções e vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de São José, concluímos a indispensável necessidade deste processo de reequadramento em função da nova realidade introduzida pela Lei Complementar nº 068/2015, que promoveu algumas alterações no quadro de pessoal da Câmara Municipal de São José. Finalizando, o uso de novas tecnologias e o foco em transparência devem ser apontadas como metas prioritárias no Poder Legislativo Municipal para uma gestão legislativa mais eficiente.

São José, 07 de janeiro de 2016.

Georges Iesus Fleury Camargo.

Membro Comissão Especial de enquadramento.

Elenir Maria de Aguiar de Melo.

Membro Comissão Especial de enquadramento

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **TERMO DE RETOMADA DE OBRA DO CONTRATO Nº 009/2015.**

TERMO DE RETOMADA DE OBRA DO CONTRATO Nº 009/2015.

Solicito, na presente data, que a empresa GAIA RODOVIAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.257.777/0001-24, vencedora do Processo Licitatório nº 143/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 010/2014, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE PARTE DAS RUAS PREFEITO ZENO GERMANO ETGES E TRAVESSA SÃO PEDRO, COM ÁREA TOTAL DE 4.860,21M<sup>2</sup>, CONFORME PROJETOS ANEXOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 1.006.192-75/2013 MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, CONVÊNIO Nº 786729, em virtude de que, assinou o Contrato nº 009/2015, de 21 de janeiro de 2015, RETOME DE IMEDIATO a execução do mesmo.

Tal solicitação se faz necessária em razão de que o objeto contratado é proveniente do Contrato de Repasse nº. 1.013.902-41/2013, assinado com o Ministério das Cidades, com intermediação da Caixa Econômica Federal, que emitiu a autorização para o início da execução da obra, por meio de Ofício nº. 1759/2015/SR Oeste de SC/GIGOV/CH.

São Lourenço do Oeste, SC, 08 de janeiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### CONTRATO N.º 011/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) – [gabinete@pmspa.sc.gov.br](mailto:gabinete@pmspa.sc.gov.br)

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE

TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 011/2016

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor MILTON MIDIO EHARDT, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 771.040.999-72, residente e domiciliado a Rua Geral Rio Forquilhas, s/nº, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de OPERADOR DE MÁQUINA II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 11/01/2016, findando no dia 08/07/2016, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo

em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

#### CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

MILTON MIDIO EHARDT

CONTRATADO

Testemunhas:

#### **DECRETO Nº 001/2016**

DECRETO nº 001/2016

Designa a Comissão de Profissionais da educação para análise do Material Didático e Sistema de Ensino.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto da Lei 771/2013,

#### DECRETA:

Art. 1º - Designa o Conselho Municipal de Educação do Município de São Pedro de Alcântara para análise do Material Didático Pedagógico e do Sistema de Ensino apresentado pelo Setor de Licitações, consoante prevê o item 04, do anexo I do Edital de Pregão – Registro de Preços n. 167/2015.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 04 de janeiro de 2016.

Edson José da Silva Filho

Prefeito Municipal e.e

**ERRATA IV - PROCESSO SELETIVO Nº 01/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**ERRATA IV - PROCESSO SELETIVO Nº 01/2015**

CONSIDERANDO o equívoco publicado no Resultado Final do Processo Seletivo 01/2015, EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, altera:

**ONDE SE LÊ:**

Classif.	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - CR	NOTA
1º	DÉBORA HAMES	9,2
2º	LUCINEIA VIEIRA	8,8
3º	JANAINA DE PINHO	8,4
4º	INES ANGELITA HACK	2,8
Reprovada	SUZANA JUNCKES	0

--	--	--	--	--

**LEIA-SE:**

Classif.	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - CR	NOTA
1º	DÉBORA HAMES	9,2
2º	LUCINEIA VIEIRA	8,8
3º	JANAINA DE PINHO	8,4
Reprovada	INES ANGELITA HACK	2,8
Reprovada	SUZANA JUNCKES	0

São Pedro de Alcântara, 07 de janeiro de 2015.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

**PORTARIA N.º 019/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**PORTARIA n.º 019/2016**

Concede Licença Gestação a servidora DIELI HOFFMANN, ocupante do cargo de Professora II Ensino Fundamental, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 103 e suas alterações da Lei Complementar nº 05/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder licença gestação a servidora DIELI HOFFMANN, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de 29/12/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29/12/2015.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de janeiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.



**PORTARIA N.º 020/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 020/2016

Admite em Caráter Temporário MILTON MIDIO EHARDT para o cargo de Operador de Máquina II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, MILTON MIDIO EHARDT para o cargo de Operador de Máquina II, contrato de trabalho nº. 011/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de janeiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

**PORTARIA N.º 021/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 021/2016

CONCEDE AJUDA DE CUSTO AO SERVIDOR MILTON MIDIO EHARDT.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na lei Complementar 95/2014,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor MILTON MIDIO EHARDT ocupante do cargo de Operador de Máquina II, ajuda de custo de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de janeiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

# Seara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1011

DECRETO Nº 1011, de 08 de janeiro de 2016

Majora valor de nível de vencimentos de Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em Exercício, de Seara, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 108, X da Lei Orgânica Municipal e nos termos do art. 28, § 2º, I da mesma Lei Orgânica, art. 61, parágrafo único da Lei Complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do Município de Seara, das fundações municipais e dá outras providências e artigo 7º, IV da Constituição Federal,

#### DECRETA

Art. 1º Até a revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos de 2016, estabelecido pelo art. 62, § 5º da Lei complementar nº 18/2003, o Nível "10" do Anexo IV da Lei Complementar nº 27/2008, que dispõe sobre o plano de cargos e o sistema de evolução funcional dos servidores públicos da administração direta do Município de Seara, e dá outras providências, passa a vigorar com o vencimento inicial igual ao valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), equivalente ao Salário Mínimo, estabelecido pelo Decreto Federal nº 8.618, de 29 de dezembro de 2015, que regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2016.

Seara-SC, 08 de janeiro de 2016.

Henrique Joacir Carlos Fabrin  
Prefeito Municipal em exercício

Registra-se e Publica-se  
Em 08 de janeiro de 2016.

Vanderci Almeida Ramos  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 1012

DECRETO Nº 1012, de 08 de janeiro de 2016

Dispõe sobre a nomeação da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público nº 001/2015 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em Exercício, de Seara, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 108, X da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de acompanhamento do Concurso Público nos termos do Edital nº 001/2015, conforme segue:

- I – Marlene Manorov – Professora – Presidente;
- II – Claudia Regina Nardi – Agente de Atividades Gerais – Secretária;
- III – Maickon Felipe Wolff Pereira – Fiscal de Obras e Posturas – Membro;

- IV – Katia Magri Tecchio – Técnico de Enfermagem – Membro;
- V – Tatiane Mara Puntel – Enfermeira – Membro;
- VI – Julia Graciele Bourscheidt – Enfermeira – Membro.

Art. 2º A Comissão, no exercício de suas atividades terá poderes de acompanhar as atividades da empresa responsável pela execução do concurso, analisar as inscrições, realizar a indicação dos locais das provas, acompanhar a realização das provas, abrir os envelopes e divulgar os resultados, receber e expedir requerimentos e petições e demais atos para o pleno e total desenvolvimento do concurso público para preenchimento de vagas do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Seara, tudo em obediência ao disposto do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Art. 3º Os membros desta Comissão não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestarão serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 08 de janeiro de 2016

Henrique Joacir Carlos Fabrin  
Prefeito Municipal em exercício

Registra-se e Publica-se  
Em 08 de janeiro de 2016

Vanderci Almeida Ramos  
Secretário de Administração

### PORTARIA Nº. 013/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA – SC.

Portaria nº. 013/2016. O Prefeito Municipal em Exercício, de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,

Exonerar a pedido, Taísa Indira Cosmann, do cargo de provimento em comissão de Auxiliar de Secretaria, da Secretaria Municipal da Educação, anexo I-E da Lei Complementar 024/2006, a partir de 08 de janeiro de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Seara - SC, 08 de janeiro de 2016.

Henrique Joacir Carlos Fabrin  
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se  
Em 08 de janeiro de 2016.

Vanderci Almeida Ramos  
Secretário de Administração

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 001/2016

DECRETO Nº 001/2016 DE 09 DE JANEIRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DAS SERVIDORAS PUBLICAS MUNICIPAIS NEUSA GIRELLI GHIDINI, JUCIELI HANAUER, ROSELI TAUFFER DOS SANTOS MOCELIN e LUCELIA BARBOSA, DO CARGO DE CONSELHEIRAS TUTELARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º. Ficam exoneradas as Servidoras Publicas Municipais NEUSA GIRELLI GHIDINI, JUCIELI HANAUER, ROSELI TAUFFER DOS SANTOS MOCELIN e LUCELIA BARBOSA, do Cargo de Conselheiras Tutelares, conforme Decreto de Nomeação nº 092/2014 de 02 de maio de 2014, e Decreto Nº 014 de 15 de janeiro de 2014, percebendo o vencimento constante na lei municipal nº 684/2005 de 13/12/2005, e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3 Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de Janeiro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

# Sombrio

## PREFEITURA

### DECRETO N. 004/2016

DECRETO Nº. 004, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

CONSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições e de conformidade com os termos do inciso VI, do artigo 66 da Lei Orgânica do Município, de 06 de Abril de 1990, combinado com o parágrafo 4º, artigo 51, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação para o exercício de 2016, composta dos seguintes membros:

Camile da Silva Coelho, CPF nº 071.736.759-28, Mak Joel Colares, CPF nº 636.702.919 – 20, Maria Regina Quartieiro de Matos, CPF nº 520.607.059-91, que será presidida pelo primeiro e secretariada pelo segundo, tendo como suplente, Paulo Humberto Borges, CPF nº 579.559.999-91

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 001, de 05 de janeiro de 2016 e demais disposições em contrário

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 05 de Janeiro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL URBANO, MATRICULA Nº 71.647, MEDINDO 630M², NA RUA ANTÔNIO INÁCIO DA ROSA, PARQUE DAS AVENIDAS, SOMBRIO-SC, PARA INSTALAÇÃO DO 2º PELOTÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA. IMÓVEL ESTE CONSTITUÍDO DO LOTE 24(VINTE E QUATRO) DA QUADRA 59-A (CINQUENTA E NOVE A), QUARTEIRÃO FORMADO PELA RUA JOÃO INÁCIO DA ROSA, AVENIDA LL, RUA F E RUA MM.

CONTRATADO: MARINA KRÁS BORGES TUON

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO

VIGÊNCIA: 05/01/2016 Á 31/12/2016

VALOR DO OBJETO: R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso X, da lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Sombrio - SC, em 05 de janeiro de 2016.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

**PORTARIA N. 004/2016**

PORTARIA Nº 004 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÀ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores públicos Municipais, conforme quadro de escala que segue:

CÓD.	NOME	PERIODO AQUISITIVO			PERIODO DE GOZO		
2863	Ailton Gonçalves	10/03/2014	à	09/03/2015	12/01/2016	à	11/02/2016
3043	Anselmo Pagani	05/01/2014	à	04/01/2015	12/01/2016	à	11/02/2016
6903	Alessandro Martins dos Santos	07/05/2014	à	06/05/2015	12/01/2016	à	11/02/2016
4567	Carlos Tadeu Colares	01/12/2014	à	30/11/2015	12/01/2016	à	11/02/2016
6090	Derotide José Gonzaga	02/01/2014	à	01/01/2015	12/01/2016	à	11/02/2016
7055	Gouglas Maciel Martins	01/12/2014	à	30/11/2015	12/01/2016	à	11/02/2016
6923	Ednei Réus Elias	15/05/2014	à	14/05/2015	12/01/2016	à	11/02/2016
4343	Enedir Pereira Brigido	03/03/2013	à	02/03/2014	12/01/2016	à	11/02/2016
2562	Erival Luiz Nichele	01/03/2014	à	28/02/2015	12/01/2016	à	11/02/2016
1092	Flavio Felinto Raupp	01/01/2015	à	31/12/2015	12/01/2016	à	11/02/2016
1300	Gean Natal Pereira da Silva	03/04/2011	à	02/04/2012	12/01/2016	à	11/02/2016
3614	Jair da Rosa Albino	08/02/2013	à	07/02/2014	12/01/2016	à	11/02/2016
933	Jair Daboit	22/10/2013	à	21/10/2014	12/01/2016	à	11/02/2016
2564	João Carlos Rocha da Silva	01/03/2014	à	28/02/2015	12/01/2016	à	11/02/2016
4808	José Alencar Macedo	23/03/2013	à	22/03/2014	12/01/2016	à	11/02/2016
4226	José Alex Martins	01/02/2014	à	31/01/2015	12/01/2016	à	11/02/2016
5269	José Giovane de S. Silveira	01/10/2014	à	30/09/2015	12/01/2016	à	11/02/2016
5202	Joelcio Cardoso Colares	07/07/2014	à	06/07/2015	12/01/2016	à	11/02/2016
4454	Joelcio Minato	02/05/2014	à	01/05/2015	12/01/2016	à	11/02/2016
2847	Joelmo Silveira	18/02/2012	à	17/02/2013	12/01/2016	à	11/02/2016
6984	Josilene Gomes	22/05/2014	à	21/05/2015	12/01/2016	à	11/02/2016
7016	Joacir Magnus Matias	01/07/2014	à	30/06/2015	12/01/2016	à	11/02/2016
2872	Luiz Carlos Santos Teixeira	10/03/2013	à	09/03/2014	12/01/2016	à	11/02/2016
7044	Luiz Renato Possamai	02/09/2014	à	01/09/2015	12/01/2016	à	11/02/2016
3827	Marino da Silva	27/11/2013	à	26/11/2014	12/01/2016	à	11/02/2016
1234	Milton Cesar Raupp Coelho	01/02/2014	à	31/01/2015	12/01/2016	à	11/02/2016
3831	Nilton da Silva Fermiano	27/11/2013	à	26/11/2014	12/01/2016	à	11/02/2016
893	Osvanir Nagel	01/12/2014	à	30/11/2015	12/01/2016	à	11/02/2016
5266	Paulo Roberto Nunes de Matos	01/10/2013	à	30/09/2014	12/01/2016	à	11/02/2016
6925	Ricardo Daboit Possamai	19/05/2014	à	18/05/2015	12/01/2016	à	11/02/2016
3603	Sandro Maciel Silveira	01/02/2013	à	31/01/2014	12/01/2016	à	11/02/2016
6086	Sergio Luiz Abatti	02/01/2014	à	01/01/2015	12/01/2016	à	11/02/2016
3562	Silvio Maciel Silveira	17/01/2015	à	16/01/2016	12/01/2016	à	11/02/2016
696	Valmir Coelho Pereira	05/01/2015	à	04/01/2016	12/01/2016	à	11/02/2016
2560	Vilmar de Andrade	01/03/2003	à	29/02/2004	12/01/2016	à	11/02/2016
3832	Zilberto de Araujo Generoso	27/11/2013	à	26/11/2014	12/01/2016	à	11/02/2016

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio, 04 de janeiro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO 008/2016

DECRETO Nº. 008 DE 08 DE JANEIRO DE 2016  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADRIANE RAMOS HAMMERSCHMITT PARA OCUPAR O CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 13º, inciso II, da Lei Municipal nº 885/2013 de 31/01/2013 e Lei nº 868/2012.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada, ADRIANE RAMOS HAMMERSCHMITT portadora do CPF nº 069.970.969-56 e RG 7.485.938, Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, para ocupar o cargo de Membro do Conselho Tutelar, com lotação no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando vinculado ao DOM, CONFORME Lei Municipal 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 08 de janeiro de 2016.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

### DECRETO 009/2016

DECRETO Nº. 009 DE 08 DE JANEIRO DE 2016  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DAIANE VALMORBIDA PARA OCUPAR O CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 13º, inciso II, da Lei Municipal nº 885/2013 de 31/01/2013 e Lei nº 868/2012.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada, DAIANE VALMORBIDA portadora do CPF nº 093.316.769-56 e RG 5.625.118, Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, para ocupar o cargo de Membro do Conselho Tutelar, com lotação no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando vinculado ao DOM, CONFORME Lei Municipal 1.027 de 06

de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 08 de janeiro de 2016.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

### DECRETO 010/2016

DECRETO Nº. 010 DE 08 DE JANEIRO DE 2016  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GIAN CARLOS GORCZEVESKI PARA OCUPAR O CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 13º, inciso II, da Lei Municipal nº 885/2013 de 31/01/2013 e Lei nº 868/2012.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado GIAN CARLOS GORCZEVESKI portador do CPF nº 094.273.639-75 e RG 5.770.100, Servidor Público Municipal de Sul Brasil-SC, para ocupar o cargo de Membro do Conselho Tutelar, com lotação no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando vinculado ao DOM, CONFORME Lei Municipal 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 08 de janeiro de 2016.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração



**DECRETO 011/2016**

DECRETO Nº. 011 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARGARETE ASSIS DE ALMEIDA SOUZA PARA OCUPAR O CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 13º, inciso II, da Lei Municipal nº 885/2013 de 31/01/2013 e Lei nº 868/2012.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada, MARGARETE ASSIS DE ALMEIDA SOUZA portadora do CPF nº 033.215.649-47 e RG 3.539.986-4, Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, para ocupar o cargo de Membro do Conselho Tutelar, com lotação no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando vinculado ao DOM, CONFORME Lei Municipal 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 08 de janeiro de 2016.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

**DECRETO 012/2016**

DECRETO Nº. 012 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SANDRA MAI MARMITT PARA OCUPAR O CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 13º, inciso II, da Lei Municipal nº 885/2013 de 31/01/2013 e Lei nº 868/2012.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada, SANDRA MAI portadora do CPF nº 054.794.699-67 e RG 4.734.565, Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, para ocupar o cargo de Membro do Conselho Tutelar, com lotação no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando vinculado ao DOM, CONFORME Lei Municipal 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 08 de janeiro de 2016.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 002-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 002/2016.  
Convite nº. 002/2016

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade CONVITE, do tipo MENOR PREÇO para: Contratação de Pessoa Jurídica Prestadora de Serviço/Horas Técnicas para Manutenção de Equipamentos de Informática junto aos setores da Prefeitura Municipal de Tigrinhos e Centro Municipal de Saúde, nas condições e especificações descritas no edital, durante o exercício de 2016. O recebimento das propostas e documentação será até as 08h30min do dia 19/01/2016, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 09h00min do mesmo dia. Maiores informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Bacinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064. Tigrinhos (SC), 11 de Janeiro de 2016.

NERI ARNOLDO NEU

Prefeito Municipal em Exercício

### PORTARIA 007/2016

PORTARIA Nº. 007/2016.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal Sr. ALDERI PAULO SCHAFER, Fiscal Tributário, efetivo, Matrícula nº. 288/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro 2015 a Janeiro de 2016, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 11 de Janeiro à 09 de Fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE JANEIRO DE 2016.

NERI ARNOLDO NEU

Prefeito Municipal em Exercício

### PORTARIA 008/2016

PORTARIA Nº. 008/2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. ESTELA REGINA DE LIMA SCHAFER, Auxiliar de Serviços Gerais, efetiva, Matrícula nº. 369/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro 2015 a Janeiro de 2016, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 11 de Janeiro à 09 de Fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE JANEIRO DE 2016.

NERI ARNOLDO NEU

Prefeito Municipal em Exercício

### PORTARIA 009/2016

PORTARIA Nº. 009/2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. LILIAN SANTIN, contadora, Efetiva, Matrícula nº. 357/01, relativo ao período aquisitivo de Fevereiro a Dezembro de 2015, pelo período de 17 (dezessete) dias, a partir de 11 à 27 de Janeiro de 2016, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE JANEIRO DE 2016.

NERI ARNOLDO NEU

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA 010/2016**

PORTARIA Nº. 010/2016.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal Sr. MATHEUS LUIZ CHITOLINA, Fisioterapeuta, efetivo, Matrícula nº. 400/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2015, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 11 de Janeiro à 09 de Fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE JANEIRO DE 2016.  
NERI ARNOLDO NEU  
Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA 011/2016**

PORTARIA Nº. 011/2016. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E POSSE DA SRA. CRISTIANE ANTUNES DA SILVA GRASS PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando o Processo de Eleitoral do Conselho Tutelar de Tigrinhos, mandato 2016/2020, conforme Ata nº 08/2015 e Edital nº 04/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a Nomeação e Posse dos 05 (cinco) Conselheiros (as) Tutelares mais votados, conforme Ata nº 01/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR a Sra. CRISTIANE ANTUNES DA SILVA GRASS, inscrita sob CPF nº 077.051.369-70, para exercer o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR no Município de Tigrinhos, a partir de 10 DE JANEIRO DE 2016, conforme Ata do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente, percebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 11 DE JANEIRO DE 2016.  
NERI ARNOLDO NEU  
Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA 012/2016**

PORTARIA Nº. 012/2016. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E POSSE DA SRA. DILVA MARIA HONNEF PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando o Processo de Eleitoral do Conselho Tutelar de Tigrinhos, mandato 2016/2020, conforme Ata nº 08/2015 e Edital nº 04/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a Nomeação e Posse dos 05 (cinco) Conselheiros (as) Tutelares mais votados, conforme Ata nº 01/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR a Sra. DILVA MARIA HONNEF, inscrita sob CPF nº 924.211.569-04, para exercer o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR no Município de Tigrinhos, a partir de 10 DE JANEIRO DE 2016, conforme Ata do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente, percebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 11 DE JANEIRO DE 2016.  
NERI ARNOLDO NEU  
Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA 013/2016**

PORTARIA Nº. 013/2016. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E POSSE DA SRA. KELLEN ZAMAI PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando o Processo de Eleitoral do Conselho Tutelar de Tigrinhos, mandato 2016/2020, conforme Ata nº 08/2015 e Edital nº 04/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a Nomeação e Posse dos 05 (cinco) Conselheiros (as) Tutelares mais votados, conforme Ata nº 01/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR a Sra. KELLEN ZAMAI, inscrita sob CPF nº 060.010.599-77, para exercer o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR no Município de Tigrinhos, a partir de 10 DE JANEIRO DE 2016, conforme Ata do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente, percebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 11 DE JANEIRO DE 2016.  
NERI ARNOLDO NEU  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA 014/2016**

PORTARIA Nº. 014/2016. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E POSSE DA SRA. MICHELLY HONNEF PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando o Processo de Eleitoral do Conselho Tutelar de Tigrinhos, mandato 2016/2020, conforme Ata nº 08/2015 e Edital nº 04/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a Nomeação e Posse dos 05 (cinco) Conselheiros (as) Tutelares mais votados, conforme Ata nº 01/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR a Sra. MICHELLY HONNEF, inscrita sob CPF nº 088.729.649-11, para exercer o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR no Município de Tigrinhos, a partir de 10 DE JANEIRO DE 2016, conforme Ata do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente, percebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 11 DE JANEIRO DE 2016.  
NERI ARNOLDO NEU  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA 015/2016**

PORTARIA Nº. 015/2016. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E POSSE DA SRA. SIMONE LAMB NEU PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando o Processo de Eleitoral do Conselho Tutelar de Tigrinhos, mandato 2016/2020, conforme Ata nº 08/2015 e Edital nº 04/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a Nomeação e Posse dos 05 (cinco) Conselheiros (as) Tutelares mais votados, conforme Ata nº 01/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR a Sra. SIMONE LAMB NEU, inscrita sob CPF nº 062.526.439-80, para exercer o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR no Município de Tigrinhos, a partir de 10 DE JANEIRO DE 2016, conforme Ata do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente, percebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 11 DE JANEIRO DE 2016.  
NERI ARNOLDO NEU  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA 016/2016**

PORTARIA Nº. 016/2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. SOLANGE MARGARETE TESKE, Técnica em Enfermagem, Efetiva, Matrícula nº. 249/02, relativo ao período aquisitivo de Janeiro 2015 a Janeiro de 2016, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 14 de Janeiro à 12 de Fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE JANEIRO DE 2016.  
NERI ARNOLDO NEU  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA 017/2016**

PORTARIA Nº. 017/2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARI ADRIANA OGLIARI PERONDI, Enfermeira, Efetiva, Matrícula nº. 338/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro 2015 a Janeiro de 2016, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 14 de Janeiro à 12 de Fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE JANEIRO DE 2016.  
NERI ARNOLDO NEU  
Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA 018/2016**

PORTARIA Nº. 018/2016.  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal Sr. CELSO PAULO WOLMANN, Operador, Efetivo, Matrícula nº. 495/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2015, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 20 de Janeiro à 18 de Fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE JANEIRO DE 2016.  
NERI ARNOLDO NEU  
Prefeito Municipal em Exercício

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DA LICITAÇÃO 03/2016 PP

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 03/2016 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: aquisição parcelada de gás de cozinha para as unidades escolares da rede municipal de ensino, Peti, manutenção das atividades CRÁS – Centro de Referência da Assistência Social e das atividades da Melhor Idade e manutenção da Administração Municipal para o ano de 2016.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 14h do dia 21/01/2016.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 14h do dia 21/01/2016.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 – Centro, no município de Timbé do Sul/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h as 17h, em dias úteis, ou através do e-mail [licita@timbedosul.sc.gov.br](mailto:licita@timbedosul.sc.gov.br). Fone/fax (48) 3536-1133. Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

### DECRETO 04/2015

DECRETO Nº. 04, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR NOMEADO INTERINAMENTE NA FUNÇÃO DE DIRETOR DO SAMAE

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado da função interina de Diretor do SAMAE de Timbé do Sul, o Senhor Ricardo Stecanella, matrícula nº 04.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 05 de janeiro de 2016.

Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 05/2015

DECRETO Nº. 05, DE 07 DE JANEIRO DE 2016.

ATUALIZA O VALOR DA UFM - UNIDADE FISCAL MONETÁRIA E DE OUTROS VALORES EXPRESSOS NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul -SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 583, de 28 de dezembro de 1990 (Código Tributário Municipal),

#### DECRETA:

Art. 1º A UFM – Unidade Fiscal Monetária fica reajustada em 10.5443%, correspondente à variação do IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado, verificado no exercício de 2015, tendo o valor fixado em R\$ 19,09(dezenove reais e nove centavos), conforme o art. 412, da Lei nº 583, de 28 de dezembro de 1990 (Código Tributário Municipal).

Art. 2º A Planta Genérica de Valores, para efeito de apuração do Valor Venal do metro quadrado do terreno e da construção, fica reajustado em 10.5443%, correspondente à variação do IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado, verificado no exercício de 2015, conforme o art. 414, da Lei nº 583, de 28 de dezembro de 1990 (Código Tributário Municipal).

Art. 3º Os demais valores expressos em reais e corrigíveis ficam reajustados em 10.5443%, correspondente à variação do IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado, verificado no exercício de 2015, conforme o art. 413, da Lei nº 583, de 28 de dezembro de 1990 (Código Tributário Municipal).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 07 DE JANEIRO DE 2016.

Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças



**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO 01/2016**

RESOLUÇÃO Nº 01/2016 DE 01 DE JANEIRO DE 2016.

NOMEIA A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÉ DO SUL PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

O presidente da Câmara Municipal de Timbé do Sul, no uso suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a mesa Diretora da Câmara Municipal de Timbé do Sul para o exercício de 2016, obedecido o que dispõe os artigos 24 e 25 da Lei Orgânica Municipal, fica assim constituída:

Presidente: Ver. Marlon Arcaro Panatta (PSD)

Vice-Presidente: Ver. Antônio Carminatti (PMDB)

Primeiro Secretário: Ver. Walmor Grigio (PP)

Segundo Secretario Ver. Maria de Fátima L. Alexandre (PSDB)

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a contar de 01 de janeiro de 2016.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrario.

Timbé do Sul, 01 de janeiro de 2016.

Ver. Marlon Arcaro Panatta

Presidente

Publicada a presente Resolução na Secretaria Geral da Câmara na data Supra.

Luiz José Warnier

Agente Legislativo

# Três Barras

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 801 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 801 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

EXONERAR a senhora ROSILENE DOS PASSOS IURKIV, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIO ADJUNTO – PC 05. Lotada na Secretaria de Saúde deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de Dezembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 802 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 802 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

SUSPENDER a Gratificação de 30% (trinta por cento) sobre a remuneração da servidora SUELI MARIA DOS SANTOS, por responder pela Direção do CMEI Vera Lucia Karvat Dumas no ano letivo de 2015. Retornando ao cargo de PROFESSOR, 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

04- IGNES POSSEBON SCHERER

Assistente Pedagógica

Responsável pela direção da Escola Francisco Rocha

**PORTARIA Nº. 803 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 803 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

SUSPENDER a Gratificação de 30% (trinta por cento) sobre a remuneração da servidora TEODOSIA BILESKE SPROTTE, por responder pela Direção do Jardim Mehry B. Seleme no ano letivo de 2015. Retornando ao cargo de PROFESSOR, 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 804 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 804 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

SUSPENDER a Gratificação de 30% (trinta por cento) sobre a remuneração da servidora JOCIANE ADUR MACEDO, por responder pela Direção da Escola João Pedro de Oliveira no ano letivo de 2015. Retornando ao cargo de PROFESSOR, 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 805 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 805 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

SUSPENDER a Gratificação de 30% (trinta por cento) sobre a remuneração da servidora MARISA MIRIAN DE SOUZA CARLOS DE MARIA, por responder pela Direção da Escola João Pacheco de Miranda Lima – Extensão I, no ano letivo de 2015. Retornando ao cargo de PROFESSOR, 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 806 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 806 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

EXONERAR, a servidora, VERA LUCIA NUNES VOIGT, do quadro de funcionários efetivos desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de RECREADORA, carga horária 220:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Vera Lucia Karvat Dumas. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18 de dezembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### PORTARIA 07/2016

PORTARIA Nº 007/16 DE 07 DE JANEIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a partir do dia 11 de janeiro de 2016, o Sr. IVO PAULO HARTMANN, CPF nº 221.124.139-53, residente e domiciliado neste município, para ocupar o cargo comissionado de DIRETOR DE GESTÃO DE RECEITAS.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 07 DE JANEIRO DE 2016.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária Mun. de Administração e Fazenda

### PORTARIA 08/2016

PORTARIA Nº 008/16 DE 07 DE JANEIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR o Sr. MARCELO ENDLER, CPF nº 032.183.269-82, residente e domiciliado neste município, do cargo em comissão de DIRETOR DE ENSINO, conforme Portaria de nomeação nº 080/15 de 13 de agosto de 2015.

Artigo 2º - NOMEAR a partir do dia 08 de janeiro de 2016 o Sr. MARCELO ENDLER, CPF nº 032.183.269-82, residente e domiciliado neste município ao cargo em comissão de DIRETOR DE MANUTENÇÃO.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 07 DE JANEIRO DE 2015.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

# Tunápolis

## PREFEITURA

### DECRETO 1746/2016

DECRETO Nº 1746/2016.

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE ANUAL DAS TAXAS E TRIBUTOS MUNICIPAIS COM SEUS RESPECTIVOS VENCIMENTOS

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e artigo 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF),

DECRETA:

Art. 1º Ficam reajustados todas as taxas e tributos municipais para o ano de 2015 com base na variação do IGPM de 2014 fixada em 10,5443% (dez vírgula cinquenta e quatro quarenta e três por cento).

Art. 2º Os prazos de vencimento das referidas taxas e tributos será a seguinte:

Alvará de Localização e Funcionamento – dia 29.02.2016;

Alvará Sanitário – dia 31.03.2016;

ISSQN Fixo – dia 31.03.2016;

Alvará de Localização e Taxa de funcionamento em horário especial – dia 29.04.2016;

IPTU pagamento em parcela única (desconto de 9,53%) – dia 29.04.2016; em 4 parcelas sem desconto com vencimento em 29.04.2016, 31.05.2016; 30.06.2016 e 29.07.2016.

Art. 3º O valor da UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), para 2016 passa de R\$ 219,85 (duzentos e dezenove reais e oitenta e cinco centavos) para R\$ 243,03 (duzentos e quarenta e três reais e três centavos).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,  
em 11 de janeiro de 2016.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna.

### DECRETO 1747/2015

DECRETO Nº 1747/2016 DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e da Lei Complementar 025/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica reajustado o valor do piso municipal, em conformidade com o artigo 18 da Lei Complementar 025/2010, pela variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acumulado nos últimos doze meses em 11,28% (onze vírgula vinte e oito por cento), passando assim o valor do piso municipal de R\$ 297,35 (duzentos e noventa e sete reais e trinta e cinco centavos), para o valor de R\$ 330,89 (trezentos e trinta reais e oitenta e nove centavos).

Art. 2º A revisão que trata o caput do artigo anterior será também aplicada para os subsídios mensais do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais do Município de Tunápolis, conforme previsto no artigo 8º da Lei Municipal nº 1085/2012 de 28 de junho de 2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,  
em 11 de janeiro de 2016.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE ATIVIDADE ECONÔMICA EXERCÍCIO 2016**

EDITAL DE LANÇAMENTO n.º 001/2016

TRIBUTOS SOBRE ATIVIDADE ECONÔMICA

Pelo presente Edital, o Chefe do Poder Executivo, ENOÍ SCHERER, Prefeito do Município de Tunápolis – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, para os fins previstos no artigo 145, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988, dos Artigos 32 a 34 da Lei 5.172, de 26.10.1966, Código Tributário Nacional, artigos 9º à 31 do Código Tributário Municipal de Tunápolis – Lei n.º 097/1990 de 14 de dezembro de 1990, divulga o presente Edital, demonstrando os lançamentos da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento; Taxa de Fiscalização e Vistoria; Taxa de Alvará Sanitário; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – Fixo; Taxa para Funcionamento em Horário Especial para o exercício financeiro de 2016.

**1 Do Fato Gerador**

O fato gerador é a fiscalização e/ou vistoria ao ordenamento público, ao zoneamento, a higiene, a segurança e ao sossego público, bem como as diligências efetuadas em estabelecimento de qualquer natureza, visando ao exame das condições iniciais de concessão de licença para localização e funcionamento de estabelecimentos de qualquer natureza localizados no perímetro urbano e rural do município, em face da legislação em vigor.

**2 Sujeito Passivo**

Contribuinte dos tributos sobre atividade econômica é por pessoa física ou jurídica que tenha se instalado no município para exercer as atividades comerciais, industriais ou de prestação de serviços de caráter permanente, eventual ou transitório.

**3 Relação de cadastros econômicos, com respectivo valor lançado**

Os tributos serão lançados em nome do contribuinte que constar do cadastro econômico municipal, levando em conta a situação da unidade econômica, a atividade desenvolvida conforme o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ junto à Receita Federal do Brasil. Para tributos lançados para pessoa física, é levado em conta o cadastro efetuado junto ao Setor de Tributos, bem como a vistoria e fiscalização anual.

**4 Dos prazos e condições de pagamento**

Conforme Decreto 1.746/2016 de 11 de janeiro de 2016, que dispõe sobre o reajuste anual das taxas e tributos Municipais, e seus respectivos vencimentos:

Os impostos e taxas constantes no presente Edital têm vencimento conforme segue:

Taxa de Fiscalização e Vistoria em 29/02/2016 – cota única.

Taxa de Alvará Sanitário em 31/03/2016 – cota única.

Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza alíquota Fixa: 31/03/2016 – cota única.

Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza alíquota Fixa – Serviços Contábeis: 10/02/2016; 10/03/2016; 11/04/2016; 10/05/2016; 10/06/2016; 11/07/2016; 10/08/2016; 12/09/2016; 10/10/2016; 10/11/2016; 12/12/2016 e 10/01/2017.

Taxa de Funcionamento em Horário Especial: 29/04/2016 – cota única.

**5 Classificação contábil de receita**

As receitas provenientes da arrecadação, encargos e cobrança da Taxa de Fiscalização e Vistoria serão classificadas, contabilmente 4.1.1.2.1.25.00.00.00.00; Taxa de Alvará Sanitário: 4.1.1.2.1.17.00.00.00.00; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza: 4.1.1.1.3.05.00.00.00.00; Taxa de Funcionamento em Horário Especial: 4.1.1.2.1.25.00.00.00.00 do Balanço Geral do Município de Tunápolis, de acordo com a Lei 4.320, de 17.03.1964, e demais legislações complementares.

**6 Impugnação do lançamento**

O sujeito passivo poderá impugnar a exigência fiscal, independente do prévio depósito, dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da publicação do presente edital de lançamento, mediante defesa por escrito, alegando, de uma só vez, toda a matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição fundamentada, devidamente protocolada, que servirá para o início do processo administrativo fiscal, na qual o sócio administrador e/ou profissional autônomo poderá reclamar contra eventuais erros de cálculo sobre a atividade econômica, endereço de localização e funcionamento da atividade, e não terá efeito suspensivo da cobrança dos Tributos sobre a Atividade Econômica.

**7 Da entrega das guias para respectivo pagamento**

As guias para pagamento poderão ser emitidas no site do Município [www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br), na opção Serviços ao Cidadão ou retiradas pelo contribuinte junto ao Banco Sicoob Creditapiranga, Agência de Tunápolis, localizado na Avenida Cerro Largo, 615, Sala 02, Centro, Tunápolis – SC.



## 8 Do local de pagamento

O pagamento dos Tributos sobre Atividade Econômica – Exercício 2016, até o vencimento poderá ser realizado em qualquer Instituição Financeira. Após o vencimento o pagamento é exclusivo no Banco Sicoob Creditapiranga, Agência de Tunápolis, localizado na Avenida Cerro Largo, 615, Sala 02, Centro, Tunápolis – SC.

## 9 Da inadimplência

O contribuinte que não efetuar o pagamento no prazo especificado, fica sujeito a incidência de juro e multa conforme Art 185 do Código Tributário Municipal Lei n.º 097/1990 de 14/12/1990 como também desde já notificado do débito que a partir do vencimento do tributo sendo Inscrição em Dívida Ativa conforme Art 186 e posterior cobrança judicial conforme Art 244.

Podendo o Poder Público Municipal realizar o protesto extrajudicial de Certidão de Dívida Ativa (CDA), sendo este autorizado pela Lei Municipal n.º 1.206/2014 de 15/12/2014, como também pela Lei Federal n.º 9.492/97 alterada pela Lei Federal n.º 12.767/2012.

## 10 Da Emissão do Alvará de Fiscalização e Vistoria para Licença e Funcionamento

Após o pagamento dos tributos inerentes a atividade econômica o contribuinte deverá protocolar requerimento junto ao Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Tunápolis, solicitando a emissão do Alvará de Licença e Funcionamento para o Exercício de 2016, anexando o Atestado de Vistoria para Funcionamento válido para o Exercício 2016, emitido pelo Corpo de Bombeiros – Unidade de Iporã do Oeste. A cobrança da taxa independente da concessão da licença.

## 11 Dos Microempreendedores Individuais

Conforme Lei Complementar Federal 147/2014, de 07 de agosto de 2014 na qual altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências, especialmente em seu artigo 4º § 3º “ficam reduzidos a 0 (zero) todos os custos, inclusive prévios, relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao alvará, à licença, ao cadastro, às alterações e procedimentos de baixa e encerramento e aos demais itens relativos ao Microempreendedor Individual, incluindo os valores referentes a taxas, a emolumentos e a demais contribuições relativas aos órgãos de registro, de licenciamento, sindicais, de regulamentação, de anotação de responsabilidade técnica, de vistoria e de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas”.

Os Microempreendedores Individuais deverão protocolar requerimento junto ao Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Tunápolis, solicitando a emissão do Alvará de Licença e Funcionamento para o Exercício de 2016, anexando o Atestado de Vistoria para Funcionamento válido para o Exercício 2016, emitido pelo Corpo de Bombeiros – Unidade de Iporã do Oeste, para os casos em que a atividade assim o exigir.

## 12 Disposições Finais

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento no Centro Administrativo Municipal, Setor de Tributos.

Tunápolis, 11 de janeiro de 2016.

Lílian Maria Ritter Eidt Fiscal de Tributos Portaria n.º 1.965/2007	ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER Secretária de Administração Finanças e Planejamento	ENOÍ SCHERER Prefeito Municipal
---	--	------------------------------------

O presente Edital foi publicado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna  
Portaria n.º 1.062/2002

# Turvo

## PREFEITURA

### PORTARIA 001/2016

PORTARIA Nº 001/16, de 04 de Janeiro de 2016.

DEMITE A PEDIDO TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SAMU, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

#### RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido o Servidor abaixo relacionado, ocupante da função pública de Técnico em Enfermagem - SAMU, nomeado temporariamente através do Processo Seletivo nº 002-2015 - SMS, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME	CPF	MATRICULA
Alini Vieira Fischer	074.785.989-27	3193

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de janeiro de 2016.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 003/2016

PORTARIA Nº 003/16, de 04 de Janeiro de 2016.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO E CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 90, da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995,

Considerado, que a servidora se encontra em Período Gestacional,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar a contratação e conceder Licença Maternidade a servidora ROSIMERI SOARES CPF nº 908.953.399-20, matrícula nº 3265, nomeada temporariamente pelo Processo Seletivo nº 001/2014 – SME, exercendo a função pública de Agente Administrativa Escolar, até o dia 02 de Maio de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de janeiro de 2016.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 004/2016

PORTARIA Nº 004/16, de 04 de Janeiro de 2016.

ADMITE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

Considerando a necessidade de abrir a Creche Maria M. Sartor durante o mês de Janeiro,

#### RESOLVE

Art. 1º - Admitir as servidoras abaixo relacionadas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercerem a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
Rosa Lidia Silveira Giusti	015.427.689-85
Vanessa F. Caetano Ribeiro	039.964.439-35
Luciana Carla de Jesus	011.707.415-25
Vera Lucia Lazzarin	769.768.079-34

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 04 de Janeiro de 2016 e encerrará em 31 de Janeiro de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de janeiro de 2016.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 005/2016

PORTARIA Nº 005/16, de 04 de Janeiro de 2016.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORA NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que a servidora se encontra em Auxílio Doença resolve,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 31 de Maio de 2016 a contratação da servidora DAIANA MOSER CPF nº 051.389.559-00, matrícula nº 3377, nomeada através do Processo Seletivo 001-2014-SME, exercendo a função pública de Professor IV, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de janeiro de 2016.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 006/2016

PORTARIA Nº 006/16, de 04 de Janeiro de 2016.  
ADMITE AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

Considerando a necessidade de abrir a Creche Maria M. Sartor durante o mês de Janeiro,

#### RESOLVE

Art. 1º - Admitir as servidoras abaixo relacionadas, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercerem a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
Teodolinda Marlene Bendo Gabriel	019.431.989-00
Mayara Possamai Pagnan	071.771.899-98
Jadna Salvador da Silva	048.842.909-92
Odila da Silva Machado	713.311.319-87
Christiane Flores Fernandes	989.391.220-20
Claudia Gianizzella	828.382.679-49
Andresa Adoíl Soares Giusti	035.306.409-21
Arcângela de Aguiar Fabris	051.389.439-01

Art. 2º - Admitir as servidoras abaixo relacionadas, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercerem a função pública de Agente Administrativo Escolar, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

#### NOME CPF

Roberta Anelli 094.442889-43  
Patricia Dal toe Ferreira 098.548.139-08  
Nathani Suellen Claas 082.803.499-01  
Mariane Semprebom Bardini 082.770.839-47  
Jucinéia Januario Pereira 064.937.889-00  
Daniela Américo Favaro 029.552.939-38  
Beatriz Visentin 035.066.329-73  
Bruna da Silva Gonçalves 109.013.439-86

Art. 3º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado

no art. 1º e 2º desta Portaria, iniciará em 04 de Janeiro de 2016 e encerrará em 31 de Janeiro de 2016.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de janeiro de 2016.  
RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 007/2016

PORTARIA Nº 007/16, de 04 de Janeiro de 2016.  
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo especificados, no período de 04.01.2016 a 02.02.2016, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO  
3069 Monia Bardini Pietsch 17.02.2014 a 16.02.2015  
0108 Agenor Antonio Simon 02.05.2013 a 01.05.2014  
2146 Selair Lino Ferreira Tramontin 23.07.2014 a 22.07.2015  
1154 Leila Fascin 09.05.2013 a 08.05.2014  
2945 Ranielli Zilli Souza 08.07.2014 a 07.07.2015  
2750 Barbara Gabriel Simon 02.01.2014 a 01.01.2015  
2136 Carla Cadorin Arcaro Michels 07.07.2014 a 06.07.2015  
2137 Vanessa Fornaza Silvestre 23.07.2014 a 22.07.2015  
2497 Rosa Maria Patrício Tonetto 06.06.2014 a 05.06.2015  
2937 Regina Prates Triches 08.07.2014 a 07.07.2015  
1246 Cassia Panato Dagostin 23.06.2007 a 22.06.2008  
2952 Neuza Cadorin 01.08.2014 a 31.07.2015  
2943 Elisangela Fagundes Policarpo 08.07.2014 a 07.07.2015  
0155 Saudi Caetano 08.02.2007 a 07.02.2008  
2143 Dalva Meister Possamai 23.07.2014 a 22.07.2015  
3174 Joselir Luiz 01.04.2014 a 31.03.2015  
1250 Anadir Miranda Bardini 30.06.2014 a 29.06.2015  
2976 Nilson Severino Mota 02.12.2014 a 31.10.2015  
0963 Giane Michele Frare Peck 01.02.2013 a 31.01.2014  
1897 Maria Rosa Schons 14.05.2013 a 13.05.2014  
1048 Patricia Manfredini 20.02.2013 a 19.02.2014  
2866 Marta Elizabete Ribeiro Avila 25.02.2014 a 24.02.2015  
1435 Maria do Carmo de Aguiar 16.01.2013 a 15.01.2014  
1890 Berci Ademar Salvador 09.05.2013 a 08.05.2014  
1029 Claudionor Venceslau Custódio 03.09.2014 a 02.09.2015  
0676 Valdir Carlessi Ferreira 01.04.2014 a 31.03.2015  
0097 Antonio Carlos Teixeira 19.01.2012 a 18.01.2013  
0988 João de Toledo 01.03.2014 a 29.02.2015  
1436 Natalina Berti 16.01.2014 a 15.01.2015  
2980 Augusto Gabriel Simon 02.01.2014 a 01.01.2015  
1109 Valmir Parol 16.10.2014 a 15.10.2015

1151 Adão Reduzino Pinto 02.05.2014 a 01.05.2015  
0272 João da Silva Tomé 04.01.2013 a 03.01.2014  
1934 Joanderson Morgerot Farias 22.07.2014 a 21.07.2015  
1044 Sandra Maria Farias Figueredo 18.01.2011 a 17.01.2012  
3001 Priscila Tramontin Bianchini 03.02.2014 a 02.02.2015  
2999 Everton Marcon 03.02.2014 a 02.02.2015  
0672 Bernardete Biz Souza 06.03.2013 a 05.03.2014  
1086 Luiz Carlos de Santa Helena 01.04.2014 a 31.03.2015  
0799 José Dalcione Casteller 01.07.2013 a 30.06.2014

1860 Santos da Silva Rocha 06.05.2014 a 05.05.2015  
1164 Sidnei Lopes 16.06.2012 a 15.06.2 13  
1019 José de Oliveira Pinguello 01.08.2013 a 31.07.2014  
1920 Braz Leandro de Melo 05.06.2014 a 04.06.2015  
1060 Nivaldo Miranda 02.01.2013 a 01.01.2014  
1020 Ronaldo dos Santos 14.02.2014 a 13.02.2015  
0027 Rogério Vieira 02.01.2014 a 01.01.2015  
1434 Eloi Lazari 16.01.2014 a 15.01.2015  
0599 Ivanor Miranda 02.06.2014 a 01.06.2015  
1020 Adilio Severino 01.01.2012 a 31.12.2012  
1859 Maximo Cirico da Silva 06.05.2014 a 05.05.2015  
0314 Nelci Jose Borges 01.05.2014 a 30.04.2015  
1114 Mauro Cesar dos Reis 02.12.2014 a 01.12.2015  
1900 Antonio Perera 09.05.2014 a 08.05.2015  
1098 Dino Rogério P. Candido 31.05.2014 a 30.05.2015  
1215 Janete Silveira Custodio 01.03.2014 a 28.02.2015  
0763 Maria de Lourdes Matilde 02.01.2015 a 01.01.2016  
1260 Maria Isolete Alexandre 01.07.2014 a 30.06.2015  
0760 Valmir Rodrigues 01.03.2012 a 28.02.2013  
1878 Elisangela Pagnan P. Machado 07.05.2014 a 06.05.2015  
1057 Marlene da Silva Ferreira 21.02.2013 a 20.02.2014  
1877 Roseni Salvador Tonetto 07.05.2014 a 06.05.2015  
0034 Maria Jose Teixeira Rocha 01.07.2014 a 30.06.2015  
1219 Alessandra Triches 16.03.2014 a 15.03.2015  
0724 Susana Barbosa de Oliveira 18.02.2014 a 17.02.2015  
0971 Sonia Beatriz Gava Martignago 01.03.2013 a 28.02.2014  
1205 Maribel Maragno 01.03.2014 a 28.02.2015  
0747 Adriana Cadorin 18.02.2014 a 17.02.2015  
0492 Rosangela Teixeira 14.05.2014 a 13.05.2015  
0744 Maria Ines Rosso da Rocha 18.02.2014 a 17.02.2015  
0204 Carmen Marina Scarabelot Bordini 01.01.2014 a 31.12.2014  
0044 Angela Maria Velho Marcon 20.02.2013 a 19.02.2014  
0041 Maria Cladir Dal Pont Favaro 28.02.2014 a 27.02.2015  
0453 Roseli Aparecida Figueredo 18.10.2014 a 17.10.2015  
1207 Graziela Gabriel Pezente 01.03.2014 a 28.02.2015  
1090 Marieti Monteiro Rodrigues 01.04.2014 a 31.03.2015  
0081 Olindina Pereira dos Reis 01.01.2013 a 31.12.2013  
  
0120 Bernardete Girardi Warmiling 28.12.2013 a 27.12.2014  
1052 Neusa Manfioleti 04.02.2014 a 03.02.2015  
0733 Elaine Maria Fassini 18.02.2014 a 17.02.2015  
1310 Lucilena Zavariz 21.02.2014 a 20.02.2015  
1055 Zélia de Lima Boeira 21.02.2014 a 20.02.2015  
1145 Marisete Osório Monteiro 01.04.2014 a 31.03.2015  
0751 Veronice Gabriel da Silva 18.02.2013 a 17.02.2014  
1951 Dione Maria Ricken 16.09.2014 a 15.09.2015  
1883 Vanilda de Aguiar Warmiling 07.05.2014 a 06.05.2015  
0122 Rosangela Serafim Menegaro 01.01.2014 a 31.12.2014  
0288 Edilia Dal Toé Nazário 01.02.2013 a 31.01.2014  
1211 Roseli Carmen Santa Helena 01.03.2014 a 28.02.2015  
0087 Valdete Bordignon 01.01.2015 a 31.12.2015  
0789 Sandra Regina Pescador de Souza 27.05.2014 a 26.05.2015  
0121 Ivanir Fermo Carvalho 27.12.2013 a 26.12.2014  
1257 Edina Constante Simão 30.06.2014 a 29.06.2015  
0100 Marizete da Silva Giusti 01.01.2015 a 31.12.2015  
1216 Elisabete Ferreira Londero 10.03.2013 a 09.03.2014  
1208 Ediana Pizzolo Bordignon 21.01.2013 a 20.01.2014  
1978 Elenita Scarabelot Pazini 01.12.2014 a 30.11.2015  
0048 Valdete Cordeiro 01.03.2013 a 28.02.2014  
1252 Cristina Ranacoski da Rosa Toretto 02.07.2014 a 01.07.2015  
1868 Maria Eliane da Silva 02.01.2015 a 01.01.2016  
1058 Maria Ivete F. Pescador 21.02.2014 a 20.02.2015  
0187 Roberta Ferreira 14.11.2014 a 13.11.2015  
0061 Faustino Smielewski 02.01.2013 a 01.01.2014

Turvo (SC), 04 de janeiro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Revogam-se as disposições em contrário.

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### PROCESSO 003/2016 IL 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 003/2016  
INEXIGIBILIDADE FMS Nº 001/2016

O Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à Rua Coronel Vitório, nº 966 - Centro – Vargem Bonita - SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ nº 10.536.938/0001-84, representado por sua Gestora Sra. LENIR RADAPELLI, no uso de suas atribuições torna público a realização do Processo Licitatório em epígrafe, na forma de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

Objeto: Prestação de serviços de saúde, para atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuro-psicomotor aos usuários do SUS – Sistema Único de Saúde, de acordo com as normas do SUS, procedimento 03.01.07.007-5.

> Os serviços ora licitados estão referidos na base territorial populacional de Vargem Bonita.

> O preço referente à prestação dos serviços ambulatoriais, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.080/90, será aquele constante na Tabela Unificada de Procedimentos do SUS do Ministério da Saúde, bem como, seus reajustes.

Data do Recebimento da Proposta: 20 de Janeiro de 2016 às 09:00 horas.

Valores Estimados – Mensal: R\$ 3.845,52

Anual: R\$ 46.146,24

Contratado: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VARGEM BONITA – SC – APAE, entidade beneficente sem fins lucrativos, constituída sob a forma de pessoa jurídica de direito privado, declarada de utilidade pública através da Lei Municipal nº 782/2009, inscrita no CNPJ sob o nº 10.324.639/0001-86, estabelecida na Rua José de Alencar, nesta cidade de Vargem Bonita – SC.

Recursos: SIA/SUS – Ministério da Saúde

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC., Rua Coronel Vitório, 966 – Centro – Fone 49 3548-3000; e-mail [compras@vargembonita.sc.gov.br](mailto:compras@vargembonita.sc.gov.br)

Vargem Bonita, 08 de Janeiro de 2016.

LENIR RADAPELLI

Gestora do FMS



# Videira

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 004/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/16  
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 001/2015:

CONVOCADAS	CARGO
1. DAYANE DEICKE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 08 de Janeiro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

### OFÍCIO N.º 33

Ofício n.º 33

Videira, 07 de janeiro de 2016.

Ref. Licitação – Pregão Presencial nº 08/2015-FMS

### NOTIFICAÇÃO

Prezados Senhores,

Tendo em vista o disposto no item 4.1 do Contrato de Fornecimento nº 65/2015, firmado pela empresa Elevadores Craisfelt Ltda., segundo o qual "Os itens deverão ser entregues e instalados em até 240 (duzentos e quarenta) dias após o recebimento da Ordem de

Serviços emitida pela Secretaria de Planejamento", vimos por meio desta NOTIFICAR Vossas Senhorias para que deem continuidade e concluem os serviços de instalação dos elevadores na UPA – Unidade de Pronto Atendimento no prazo de 03 (três) dias corridos contados do recebimento desta, sob pena de serem aplicadas as sanções legais cabíveis.

Solicitamos ato seguinte ao recebimento, seja enviado retorno com data e assinatura pelo responsável da empresa.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente,

LUCÉLIA FEDRIGO

Pregoeira

Recebido em  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

Assinatura e carimbo (nome legível)

DESTINATÁRIO:  
ELEVADORES CRAISFELT LTDA.  
Avenida Londrina, nº 4229, Zona II  
CEP: 87.502-250– Umuarama/PR

### TERMO ADITIVO Nº 01/2015

Termo Aditivo nº 01/2016  
Contrato/Ata nº: CT nº 07/2015  
Processo: IL nº 01/2015-PMV  
Contratado: A.G.F. Anti-Granizo Fraiburgo Ltda –ME.  
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 08 de janeiro de 2016 até o dia 07 de janeiro de 2017 e Reajustar os preços dos serviços, aplicando-se o IPC-A (IBGE) acumulado dos últimos doze meses (dezembro/2014 a novembro/2015), no percentual de 10,47618%  
Valor Total: R\$ 135.804,40.  
Data: 07/01/2016.

### TERMO ADITIVO Nº 02/2016

Termo Aditivo nº 02/2016  
Contrato/Ata nº: CT nº 262/2015  
Processo: PR nº 161/2015-PMV  
Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA.  
Objeto: Suprimir parcialmente o valor do item 28 do lote 01, tendo em vista que os sistemas já estavam implantados na data da contratação, com exceção do item 12 do lote 01, sendo necessária a implantação do sistema referido, no valor de R\$ 473,97 (quatrocentos e setenta e três reais e noventa e sete centavos), por se tratar de um módulo novo.  
Valor: R\$ 42.506,03.  
Data: 08/01/2016.

**TERMO DE RESCISÃO Nº 01/2016**

TERMO DE RESCISÃO Nº 01/2016

Termo de Rescisão nº 01/2016.

Ata de Registro de Preços nº 57/2015.

Pregão Presencial nº 31/2015-PMV.

Contratado: GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS LTDA.

Objeto: Rescindir a Ata de Registro de Preços nº 57/2015, oriunda do Pregão Presencial nº 31/2015-PMV, tendo em vista o indeferimento pedido de revisão pleiteada para os itens, cessando a partir de 07/01/2016 para ambas as partes quaisquer obrigações, inclusive futuras, relativas ao objeto contratado, independentemente de qualquer pagamento ou indenização.

Valor: R\$ 97.950,00

Data: 08/01/2016.



# Xavantina

## PREFEITURA

PP 002/2016 FMS



**Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE XAVANTINA  
Fundo Municipal de Saúde**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016 FMS**

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 FMS**

**LICITAÇÃO DESTINADA EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICRO  
EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:**

### 1 - PREÂMBULO

1.1 - O Município de Xavantina, através do Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Centro, Xavantina/SC, representado pelo seu gestor Sr. Osmar Dervanóski, inscrito sob o CPF nº 463.673.499-87, torna publico que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **PRESENCIAL**, para a contratação do objeto indicado no **item 2** deste instrumento. A presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações e legislação aplicável.

1.2 - O recebimento do Credenciamento, dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, o Credenciamento, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às **08:30 horas** do dia **21 de janeiro de 2016**, no Departamento de Compras da Prefeitura, situado no 2º andar do Centro Administrativo Municipal, localizado na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das **09:00 horas** do dia **21 de janeiro de 2016**, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Xavantina, situada no endereço citado no **item 1.2**.

### 2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de locação de software para gestão na saúde, para atender as necessidades do Departamento de Saúde com migração de todos os dados dos sistemas ora em uso, implantação, treinamento dos usuários e suporte técnico, já inclusas manutenções corretivas quando houverem, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

### 3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Não poderão participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções nos incisos III e IV do art. 87 d Lei nº 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

3.1.1. Com falência decretada;

3.1.2. Em consórcio.

3.1.3. Somente poderão participar desta licitação as empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/2014, que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital;

3.1.4. Os licitantes na condição de microempresas e empresas de pequeno porte, enquadradas de acordo com a Lei Complementar 123/2006, deverão apresentar fora dos envelopes, Certidão emitida da Junta Comercial ou do Registro Civil de Pessoas Jurídicas comprovando essa situação, juntamente com o credenciamento.

3.1.5. A ausência da comprovação prevista no item anterior impedirá a participação da microempresa, empresa de pequeno porte no processo licitatório.

3.1.6. Não poderão participar na condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as que se enquadram nas hipóteses do Artigo 3º §4º da Lei Complementar 123/2006, consolidada.

3.1.7. Tenham em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos, efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

3.1.8. A simples participação na presente licitação implica na aceitação irretratável de todas as normas do Edital.

#### **4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO**

4.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro inicialmente receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, **desde que protocolizados de acordo com o disposto no item 1.2**, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação:

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA - SC**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 FMS**  
**ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL**  
**PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)**  
**CNPJ:**  
**ENDEREÇO:**  
**CEP:**  
**TELEFONE:**  
**E-MAIL:**



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA - SC**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 FMS**  
**ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**  
**PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)**  
**CNPJ:**  
**ENDEREÇO:**  
**CEP:**  
**TELEFONE:**  
**E-MAIL:**

4.2 - Em seguida, realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

4.2.1 - O representante da empresa licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, através da apresentação de procuração, ou termo de credenciamento, nos termos do modelo constante do **Anexo "A"**, juntamente com um documento de identificação com foto.

4.2.2 - Nesta fase, observando as disposições do item 6.5, o representante da licitante deverá apresentar, cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou dirigente, bem como para verificar se o credenciante possui os necessários poderes de delegação.

4.3 - A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, **impedirá a licitante de ofertar lances verbais**, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

4.4. Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

4.5 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no **item 1.2** deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Administração Municipal de Xavantina e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no **item 1.2**, no Departamento de Compras desta Prefeitura. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

4.6 - No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para credenciamento Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006. **Esta(s) certidão(ões) deve(m) ter sido emitida(s) no ano de 2016. Não serão aceitas declarações emitidas pela empresa e registradas na Junta Comercial.**

4.7 – A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação de um dos documentos acima descritos, **não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006.** Este documento deverá ser apresentado obrigatoriamente junto com o Credenciamento.

## **5 - DA PROPOSTA COMERCIAL**

5.1 - O Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, **assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas**, contendo ainda:

- a) Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente;
- b) Número deste Pregão;
- c) Número do lote, descrição do Item nos termos do **Anexo “C”** deste Edital, quantidade, unidade de medida, **marca**, preço unitário e preço total por item e por lote, conforme exemplificado abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Marca	Preço Unit.	Preço Total

- d) Preço total do(s) lote(s) em algarismos e por extenso;
- e) Local, data, **assinatura e identificação do representante legal da licitante**;

5.2 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

5.3 - Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, deslocamentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, mão-



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

de-obra, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente licitação.

5.4 - Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes nº 01. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

5.5 - As propostas que tenham sido classificadas, serão verificadas pelo Pregoeiro para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão da seguinte forma:

- a) Nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá;
- b) Nos casos em que houver discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;
- c) Nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas, prevalecerá o valor somado pelo Pregoeiro.

5.5.1 - Os preços unitários apresentados no texto da proposta da licitante serão corrigidos pelo Pregoeiro de acordo com o procedimento acima e serão considerados para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.

5.6 – No caso de serem ofertados lances verbais, as licitantes vencedoras, após o encerramento da sessão, será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, apresentar nova planilha de preço, com os valores dos itens corrigidos, para refletir o novo preço global.

## **6 - DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO**

6.1 - O Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, deverá conter os seguintes documentos de habilitação:

- a) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
- c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD/EM do INSS). Tendo em vista os Decretos nº 8.302, de 04 de setembro de 2014, Portaria nº 358, de 5 de setembro de 2014 e a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, a licitante que tiver apenas uma das certidões exigidas nas alíneas “a” e “d” do item 6.1 ainda no prazo de validade, deverá apresentar a nova certidão conjunta que abrange ambas as certidões;

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011. Esta certidão poderá ser emitida através do site [www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br);

g) Declaração identificada e assinada pelo representante legal, de que a empresa **não possui emitida contra si**, Declaração de Inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei;

h) Declaração identificada e assinada pelo representante legal, que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com: Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Comissão desta Licitação, Coordenadores ou equivalentes, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o primeiro grau, ou por adoção do Município de Xavantina/SC;

6.2 - As licitantes poderão substituir os documentos referidos nas alíneas “a” a “f” do **item 6.1**, por Certificado de Registro Cadastral – CRC expedido pela Comissão de Registro Cadastral de Licitantes do Município de Xavantina.

6.2.1 - A condição de validade do Certificado de Registro Cadastral apresentado pelos licitantes está atrelada à **manutenção de sua regularidade junto ao respectivo órgão cadastrador**. Desta forma, no curso do julgamento da fase de habilitação, o Pregoeiro averiguará a situação cadastral dos licitantes junto ao Cadastro de Licitantes do Município de Xavantina, **inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou, ainda, quando toda a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência**.

6.3 - Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos elencados no **item 6.2** e, nele constando qualquer certidão com prazo de validade vencido, poderá apresentar tais documentos atualizados e regularizados dentro de seu Envelope nº 02 – DOCUMENTAÇÃO.

6.4 - Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de **30 (trinta) dias**





**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

**consecutivos**, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

6.4.1 - A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no **item 1.3** deste Edital.

6.5 - Os documentos exigidos nesta licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.5.1 - As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

6.6 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

6.6.1 - Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.6.2 - Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

6.7 - Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8 - A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no **item 6.1**, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

6.9 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no **item 6.1**, mesmo que os documentos exigidos nas alíneas **“a” a “e”**, **relativos à regularidade fiscal**, apresentem alguma restrição.

6.9.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.9.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no Item 6.9.1,



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

## **7 - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO**

7.1 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração **verbal ou escrita**, (no caso de não comparecimento, a declaração escrita, conforme modelo constante do **Anexo "B"** deverá vir **anexada ao CREDENCIAMENTO**), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (inciso VII do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002), sendo consignado em ata.

7.2 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Isto posto, serão classificadas a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

7.2.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.2.2 - Serão passíveis de **desclassificação** as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes dos **itens 5.1 a 5.5** deste Edital, bem como, quando constatada a oferta de preço manifestamente inexequível.

7.3 - No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

7.3.1 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.3.2 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços de cada item do objeto do certame.

7.3.3 - A oferta de lance deverá recair sobre o **MENOR PREÇO GLOBAL** do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.

7.3.3.1 - Os lances verbais ofertados pelas licitantes também deverão ser registrados manualmente e assinados pelos seus representantes legais em formulário próprio que será apresentado às licitantes pelo Pregoeiro, documento



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

esse que constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.

7.3.3.2 - O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.

7.3.4 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.3.5 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.3.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.4 - Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.5 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.6 - Encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 44 da Lei Complementar nº. 123 de dezembro de 2006.

7.6.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.7 - Ocorrendo o empate previsto no item 7.6.1, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da **alínea "a" deste Item**, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista no **Item 7.6.1**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no **Item 7.6.1**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

7.7.1 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no **Item 7.7**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.7.2 - O disposto no **Item 7.7** somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.7.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, após convocação verbal do pregoeiro, sob pena de preclusão.

7.8 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados no **item 9.1** deste Edital, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.9 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 6** e subitens, deste Edital.

7.10 - Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro **inabilitará** as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no **item 6 e seus subitens**, deste Edital.

7.11 - Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.11.1 - Ocorrendo a situação referida no **item 7.9**, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.12 - Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.

7.13 - Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).

7.14 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 3 (três) dias consecutivos para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.14.1 - A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.14.2 - A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.15 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

7.15.1 - A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.

7.16 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7.17 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras de qualquer item do objeto desta Licitação, **pelo prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do(s) Contrato(s)**, devendo os seus responsáveis retirá-los durante esse período, sob pena de inutilização dos mesmos.

## **8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO**

8.1 - No julgamento das propostas, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que apresentar(em) o **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, **por sorteio, que será realizado na própria Sessão**.



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

8.3 - A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pelo Pregoeiro, **PELO MENOR PREÇO GLOBAL**, à(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) seja(m) considerada(s) vencedora(s).

8.4 - O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

**9 – DOS VALORES ORÇADOS PELO MUNICÍPIO E PREÇOS MÁXIMOS**

9.1 - Os valores totais por **Item** orçados para a locação do software, objeto desta licitação, estão descritos no **Anexo “C”** deste edital e deverão ser considerados como **preços máximos por Item admitidos no presente certame, sob pena de desclassificação**.

**10 - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE FORNECIMENTO**

10.1 – A licitante obriga-se a **prestar os serviços** objeto deste certame no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento.

10.2 – O **Software deverá ser instalado** junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octavio Urbano Simon, Centro, neste Município, em dia de expediente, no horário 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda-feira a sexta-feira.

10.3. Caberá a CONTRATADA:

10.3.1. Quando contratados, conforme valores disposto no Anexo I, converter dados para uso pelos softwares, instalar os sistemas objeto deste contrato, treinar os servidores indicados na sua utilização, prestar suporte apenas aos servidores devidamente certificados pela CONTRATADA no uso dos softwares e que tenham observado, em sua solicitação, a regra disposta na cláusula 6.1.10 do presente contrato.

10.3.2. Manter operacionais todas as funcionalidades descritas no Anexo II.

10.3.3. Tratar como confidenciais, informações e dados do CONTRATANTE, guardando total sigilo em face de terceiros.

10.3.4. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

10.3.5. Avaliar, em prazo razoável, a viabilidade técnica e jurídica das solicitações de alteração específicas encaminhadas eletronicamente pelo CONTRATANTE, e repassar orçamento acompanhado de cronograma para execução dos serviços.





**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

10.3.6. Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado, em até quatro dias úteis contados da outorga de autorização expressa para execução de serviços de atendimento *in loco*.

**11 – DA DISPONIBILIDADE DOS BENS PARA EXAME**

11.1 – Os computadores onde será instalado o software encontram-se junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octavio Urbano Simon, Centro, neste Município, cabendo aos interessados a verificação da compatibilidade entre o software e o sistema operacional dos computadores do Fundo Municipal de Saúde, sendo que o software obrigatoriamente deverá ser compatível com o sistema operacional já utilizado nos computadores pela unidade de saúde.

**12 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1 - O Fundo Municipal de Saúde de Xavantina efetuará o pagamento do objeto desta licitação, à licitante vencedora, em até 30 (trinta) dias após o recebimento e conferência, mediante apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pelo servidor responsável.

12.2 - As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta licitação correrão às dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2016.

12.3 – Por força do contido no Decreto Federal nº 7.507/2011, para pagamento dos valores devidos, a empresa preferencialmente deverá manter conta corrente no Banco do Brasil, ou em caso da conta ser em outro banco, as tarifas bancárias decorrentes da transferência serão descontadas dos valores devidos ao fornecedor.

**13 – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS**

13.1. Os serviços objeto desta licitação terão garantia mínima de um (01) ano, a contar do recebimento definitivo dos serviços, sem prejuízo da garantia contra vícios ou defeitos ocultos.

**14 - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE**

14.1 – Aos preços ora contratados poderão ser reajustados pelo índice INPC, após doze meses de contrato.

**15 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

15.1 - Até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para o recebimento das propostas, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.

15.1.1 - A impugnação deverá ser protocolada em via original no Departamento de Compras da Prefeitura, que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão.

15.2 - Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

15.3 - O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão.

15.4 - As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

15.5 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

15.6 - Decididos os recursos, ao Pregoeiro fará a adjudicação do objeto do certame à licitante vencedora.

**16 - DO CONTRATO E RESPECTIVA VIGÊNCIA**

16.1 - Após a homologação do resultado, a vencedora será notificada e convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, assinar o termo de contrato (minuta constante do **Anexo "D"**), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **item 18**, deste Edital.

16.2 - No ato de formalização do contrato, a licitante vencedora deverá indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

16.3 - O contrato decorrente desta licitação terá vigência da data de assinatura até dia 31 de dezembro, podendo ser prorrogado por mais 48 meses.

16.4 - Caso o contrato, por qualquer motivo, não venha a ser assinado, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

**17 - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

17.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

17.2 - A rescisão contratual poderá ser:

17.2.1 - Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

17.2.2 - Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

**18 - DAS PENALIDADES**

18.1 - A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital, *sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento)* sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do **item 16.1** do presente instrumento convocatório.

18.1.1 - Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

18.2 - A penalidade de multa, prevista no **item 17.1** deste edital, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as demais penalidades dispostas na Lei nº 8.666/93, conforme o art. 87, § 2º do mesmo diploma legal.

18.3 - A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “*caput*”, da Lei nº 8.666/93.

18.4 - Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderá ser descredenciada do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

**19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1 - Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (0\*\*49) 3454-3100, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00.

19.2 - Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação **endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e fax**, bem como o **nome da pessoa indicada para contatos**.

19.3 – O Município de Xavantina reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.

19.4 - Informações verbais prestadas por servidores do Município de Xavantina não serão consideradas como motivos para impugnações.

19.5 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

19.6 - No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) Adiada a abertura da licitação;

b) Alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

19.7. As licitantes participantes deste processo desde já declaram, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não empregam menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvados os casos de menor a partir de quatorze anos na condição de aprendiz.

19.8 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Seara, SC, excluído qualquer outro.

**20 - DOS ANEXOS DO EDITAL**

20.1 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:



**Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE XAVANTINA  
Fundo Municipal de Saúde**

- a) **Anexo “A”** – MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO;
- b) **Anexo “B”** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. VII, DO ART. 4º, DA LEI Nº 10.520/2002;
- c) **Anexo “C”** – DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO;
- d) **Anexo “D”** - MINUTA DE CONTRATO.

Xavantina/SC, em 11 de janeiro de 2016.

**OSMAR DERVANOSKI,**  
**Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social.**



**Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE XAVANTINA  
Fundo Municipal de Saúde**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 FMS**

**ANEXO "A"**

**MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Razão Social:  
Endereço:  
Cidade/Estado:  
CNPJ:

Ao Fundo Municipal de Saúde de Xavantina/SC

Credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Xavantina/SC, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 FMS**, na qualidade de **REPRESENTANTE LEGAL**, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, **bem como formular propostas verbais, recorrer assinar contratos e distratos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)





**Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE XAVANTINA  
Fundo Municipal de Saúde**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 FMS**

**ANEXO "B"**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA  
LEI Nº 10.520/2002 (\*)**

(\*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao CREDENCIAMENTO ou poderá ser substituído por declaração verbal ao Pregoeiro no início da Sessão.

Razão Social:  
Endereço:  
Cidade/Estado:  
CNPJ:

**DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 FMS**, instaurado pela Prefeitura Municipal de Xavantina/SC.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)



**Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE XAVANTINA  
Fundo Municipal de Saúde**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 FMS**

**ANEXO "C"**

**RELAÇÃO, DESCRIÇÃO DO SOFTWARE E TERMO DE REFERÊNCIA**

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO EM R\$
01	Serviço	01,00	Serviço de implantação, treinamento dos usuários conforme a necessidade do Fundo Municipal de Saúde e suporte técnico, já inclusas manutenções corretivas quando houverem de software para gestão na área da saúde, conforme termo de referência descrito no Anexo "C" deste Edital.	10.000,00
02	Meses	12,00	Locação de software para gestão na área da saúde, conforme termo de referência descrito no Anexo "C" deste Edital.	1.500,00

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 PRAZO DA LICENÇA DE USO - EXECUÇÃO**

**1.1** A licença de uso se dará pelo prazo de 12 meses, podendo ser prorrogada, devendo ser garantida a ampla e irrestrita utilização de forma contínua e ininterrupta, a todo tempo, de todos os módulos do Sistema Integrado de Gestão Saúde Pública, obedecido o cronograma de implantação.

**1.2** Os serviços de implantação do sistema deverão contemplar instalação, configuração e treinamento.

**1.3** Estes serviços deverão ser realizados conforme demanda da Secretaria de Saúde, conforme cronograma.

**2 LOCAÇÃO DE LICENÇA DE DIREITO DE USO**

**2.1 SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA**

**2.1.1** A locação da Licença de Direito de Uso do Sistema Integrado de Gestão Saúde Pública compreende o uso sem restrição das funcionalidades, e de todos os módulos sem limitação do número de usuários.

**3 SERVIÇOS TÉCNICOS**



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

**3.1. INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA.**

3.1.1 A implantação compreende em realizar a instalação do Sistema Integrado de Gestão Saúde Pública em todos os computadores que a Secretaria de Saúde do Município determinar.

3.1.2 A configuração e parametrização visam à carga de todos os parâmetros inerentes aos processos em uso pela Secretaria de Saúde do Município e que atendam a legislação Municipal, Estadual e Federal.

**3.2. IMPORTAÇÃO DE DADOS DOS SISTEMAS EM USO (CONVERSÃO)**

3.2.1 Esta etapa compreende a importação, reorganização e reestruturação dos dados existentes no sistema gestão da saúde em uso pela Secretaria de Saúde do Município, bem como os sistemas de consulta, visando permitir a utilização plena de cada um dos módulos aplicativos. **Prazo de importação de 5 (cinco) dias úteis.**

**3.3. CAPACITAÇÃO INICIAL:**

3.3.1.1 Compreende a realização de capacitação de toda a equipe de usuários responsáveis pela operacionalização de todos os produtos adquiridos.

3.3.1.2 Ao final da capacitação inicial, os servidores da Secretaria de Saúde do Município, envolvidos no projeto, deverão ter pleno domínio da tecnologia adotada para a solução, estando aptos a executar atividades como: operação, validação, testes, controle de qualidade, entre outros.

**3.4 ASPECTOS GERAIS DA CAPACITAÇÃO:**

**3.4.1 NÍVEL DE TREINAMENTO**

Os treinamentos poderão ocorrer em três níveis para cada um dos módulos: básico, avançado e técnico.

**3.4.1.1 Treinamento Básico:** Treinamento básico visa à operação e será disponibilizado a todos os usuários de cada módulo.

**3.4.1.2 Treinamento Avançado:** Treinamento avançado terá alcance para os gestores responsáveis de cada área atendida pelo SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA. Deverá possibilitar a realização de todas as configurações e parametrizações de cada módulo.

**3.4.1.3 Treinamento Técnico:** O treinamento técnico será voltado à equipe de Tecnologia da Informação da Secretaria de Saúde do Município.

**3.5 LOCAL DE TREINAMENTO**

3.5.1 Os treinamentos serão realizados nas dependências das instalações da Secretaria de Saúde do Município, em ambiente próprio, com a infraestrutura necessária.

**3.6 SUPORTE TÉCNICO**

A Contratada deverá manter serviço de suporte técnico capacitado via telefone e chat on-line ilimitado ou local conforme a necessidade, emitindo protocolo de atendimento prestado em idioma português, disponível contato com os técnicos da sede da Contratada, em horário das 07:00hs às 17:00hs, de segunda a sexta-feira.

**3.7 MANUTENÇÕES**



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

**3.7.1** Compreende os serviços necessários para Contratada manter o Sistema Integrado de Gestão Saúde Pública sempre em perfeita operacionalização visando, garantir as características mínimas do sistema contratado.

**3.7.2** A Contratada deverá manter, em sua sede, equipe técnica alocada exclusivamente ao desenvolvimento e aprimoramento dos softwares, de novas versões e adequações às legislações: municipal, estadual e federal.

**3.7.3** A Atualização do Sistema Integrado de Gestão Saúde Pública poderá ocorrer em três níveis: manutenção corretiva, manutenção preventiva e manutenção personalizada.

**3.7.4** O Corpo técnico e os usuários, quando necessário, emitirão parecer a respeito do serviço realizado.

**3.7.5** A Contratada deverá disponibilizar novas versões/atualizações para o Sistema Integrado de Gestão Saúde Pública durante o prazo de contrato, sem ônus adicional.

**3.7.6** A Contratada deverá documentar previamente a coordenação da contratante sobre a atualização da nova versão para o Sistema Integrado de Gestão Saúde Pública.

**3.7.7** No caso de desconfigurações em massa na versão atualização do sistema, a contratada deverá encaminhar imediatamente a sede da contratante um profissional para reorganizar as configurações sem custo adicional, cabendo a contratante de notificar via ofício quando necessário;

**3.7.8** Para todo o atendimento de Suporte Técnico que não puder ser solucionado no momento, o técnico da Contratada deverá dar retorno no prazo máximo de 48 horas, para o usuário que solicitou o suporte, com a indicação da solução para o mesmo, ou fazendo o encaminhamento para uma das modalidades de Manutenção.

**3.7.9** O atendimento de Suporte Técnico deverá ser a todos os profissionais usuários do Sistema Integrado de Gestão Saúde Pública.

#### **4 MANUAIS**

**4.1** Todos os manuais relativos ao sistema aplicativo objeto desta licitação deve estar no idioma português.

**4.2** A única exceção aplicável diz respeito à documentação relativa aos produtos básicos, que poderão opcionalmente estar no idioma inglês, tais como: banco de dados, produtos de comunicação, etc.

**4.3** O sistema oferecido deve toda documentação, escrita no idioma português, em papel ou mídia eletrônica, os quais deverão ser entregues no final da implantação de cada módulo.

O sistema licitado deverá contemplar os requisitos dos **Sistemas de Gestão de Saúde Pública Municipais a seguir descritos:**

##### **1. CADASTRAMENTO**

###### **REQUISITOS**

1.Cadastro único do paciente - realização e atualização cadastral das pessoas e famílias do censo social, possibilitando a exclusão, alteração de dados e transferência dos membros entre as famílias, bem como histórico de atendimento do paciente em todos os módulos disponíveis, comportando cadastro familiar e cadastro reduzido para simples atendimento, com campos descritos no boletim



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

individualizado, programas SIAB e APAC. Inclusive a identificação de pacientes bloqueados, fora do município, falecidos e inativos. Necessariamente o sistema precisa ter todos os campos do Layout do E-SUS-AB, tanto ficha de cadastramento domiciliar, quanto ficha de cadastramento individual.

2.Cadastramento de Fornecedores – cadastramento completo dos dados dos fornecedores que a Unidade de saúde fará as aquisições de todos os materiais a serem consumidos.

3.Cadastramento de Empresas – cadastramento com todas as informações para geração do Alvará da Vigilância Sanitária. Os modelos de alvarás deverão estar disponíveis para alteração, conforme a necessidade do município.

4.Cadastramento de Profissionais/Órgãos – cadastramento com todas as informações pertinentes aos profissionais e ou órgãos que irão prestar serviço na unidade.

5.Cadastramento de Unidades – cadastramento de todas as unidades, para a digitação da produção e os referidos relatórios estatísticos.

6. Cadastramento de Centro de Custos – centro de custos para separar os consumos de materiais por departamentos.

7. Cadastramento Farmácias – cadastramento dos medicamentos que serão dispensados pelas unidades, identificando medicamentos para informação da vigilância sanitária, para controle de usuários hipertensos, diabéticos e saúde mental.

8. Cadastramento de Especialidades e Procedimentos de Consórcios – cadastramento de especialidades e procedimentos referente a possíveis consórcios que a unidade de saúde irá fazer parte.

9. Cadastramento de Prestadores de Serviços – prestadores de serviços terceirizados da unidade de saúde.

10.Cadastramento de Laboratórios – laboratórios da unidade e terceirizados, principalmente aqueles que serão encaminhados exames especializados.

11.Cadastramento de Auxílios – cadastramento de auxílios que a rede de saúde através do departamento de assistência social irá dispensar.

12.Cadastramento de Frotas – identificar todos os veículos a disposição da unidade de saúde, consistindo no controle de quilometragem, gastos com combustível e manutenção dos mesmos.

13.Cadastramento Motivos de Viagens – identificação dos motivos de viagens que os veículos irão transportar as pessoas.

14.Cadastramento Destinos e Rotas – destinos e rotas que a unidade de saúde irá encaminhar os pacientes para tratamento fora de domicílio com suas respectivas distâncias.

15.Cadastramento de Tipos de Diárias – cadastrar todos os tipos possíveis de diárias a serem reembolsadas aos servidores pertencentes a unidade de saúde.

16.Cotas de Exames por profissionais - cadastramento de cotas de exames por profissional, sendo valores determinados mensalmente pela secretaria e que restringirão a emissão de pedidos de exames laboratoriais, separando essas guias quando for para gestantes, pré-operatórios e vigilância epidemiologia. Quando a referida cota for atingida o sistema deverá impedir o profissional de emitir mais guias.

17.Cadastramento de Materiais - cadastramento de todos os tipos de materiais a serem consumidos pelas unidades de saúde.



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

**2. AMBULATÓRIO****REQUISITOS**

1.Ficha de Atendimento Médico Ambulatorial - Registro de todas as informações pertinentes ao paciente que está em observação no ambulatório, esta ficha será utilizada no pronto atendimento, o qual será registrado todas as informações prestadas por técnicos, enfermeiros e médicos, e seus respectivos procedimentos, incluindo ainda a medicação que esse paciente fez uso, ao final o paciente assinará a referente ficha.

2.Consultas de Enfermagem – relatar todas as informações pertinentes a consulta de enfermagem, tais como: consulta, prescrição, encaminhamentos, receitas, solicitações de exames, prontuário, procedimentos realizados, emissão de pedido de mamografia, laudo de citopatológico e possíveis alterações cadastrais que a enfermagem identificar, incluindo ainda os tipos de atendimentos como: puericultura, pré-natal, preventivo, diabetes, dst/aids, Hipertensos, diabéticos, hanseníase, tuberculose, saúde mental, usuário de álcool e usuário de drogas. Registrar durante a consulta o código do CID, obrigatoriamente se for um CID compatível com Doença de Notificação, o sistema irá disponibilizar esse paciente numa fila de espera para que o profissional responsável pela epidemiologia faça a referida notificação/investigação da doença relativa a Notificação.

3.Cartão de Vacinação – registrar eletronicamente todas as vacinas de campanha e fora dela a serem ministradas nos municípios e conseguindo assim identificar as pessoas que foram vacinas diferentemente daquelas que não foram, inclusive pela faixa etária e micro área.

4.Consultas de Profissionais de Nível Superior – relatar todas as informações pertinentes a consulta de profissionais de nível superior, como fisioterapeuta, psicólogo, fonoaudiólogo, odontólogo e demais profissionais de nível superior que poderão registrar procedimentos individualizados e consolidados, incluindo CID compatível com procedimento, quando se tratar de procedimento individualizado.

5.Atendimento Nível Médio - Atendimento de todos os profissionais de nível médio e registro de todas os procedimentos e atividades atribuídas a esses profissionais, recebendo o paciente, triando e encaminhando ao profissional competente para atendimento, citando os tipos de consulta e tipos de procedimento.

**3. AIH****REQUISITOS**

1.AIH – Registrar as Autorizações de Internamento Hospitalar que a unidade de saúde irá liberar, para depois confrontar com o hospital que a solicitou e fazer a conciliação.

**4. ODONTOLOGIA****REQUISITOS**

1.Arcada Dentária – cadastrar a arcada dentária dos municípios que irão ser atendidos pela odontologia, identificando todas as anomalias que os dentes apresentam, sendo que essa arcada será atualizada automaticamente de acordo com os procedimentos realizados em cada paciente, realizando assim um perfil da saúde bucal dos municípios.

2. Índices de Placas – Levantamento do índice de placas informado. A unidade



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

poderá realizar uma busca das informações e procurar a melhor forma de combater o índice.

**5. GRUPOS DE PESSOAS**

**REQUISITOS**

1. Procedimentos para Grupos de Pessoas – Todas as reuniões e palestras que os profissionais responsáveis irão realizar dentro e fora das unidades serão registradas para depois identificar as pessoas que receberam tais treinamentos, com suas respectivas instruções. O sistema deverá ter a opção de criação de grupos e a classificação de pessoas dentro desse grupo para agilizar o processo de digitação dessas atividades, sendo que o procedimento de grupo de pessoas deverá ser dividido a cada 10 pessoas que receberam a referida atividade, quando for atendimento educacional. As informações geradas deverão ser gravadas em prontuário do paciente. Constando a data, os profissionais que executaram o procedimento e a evolução.

**6. PROCEDIMENTOS COLETIVOS**

**REQUISITOS**

Todos os registros efetuados em pacientes ou grupo de pacientes que forem enquadrados como procedimentos coletivos deverão ser registrados nesse módulo, como por exemplo, procedimentos odontológicos que forem atribuídos a coletivos: Atividade de escovação, flúor e outras que se enquadrarem em atividades coletivas.

**7. SISVAN**

**REQUISITOS**

1.SISVAN – registrar todas as crianças que pertencem a faixa etária a qual merecem cuidados quanto aos percentis de baixo e sobre pesos, identificando o peso, a altura, perímetro cefálico e demonstrando em forma de gráfico esses percentis. O Gráfico dessas crianças deverá estar disponível na tela do médico e na tela da enfermeira impreterivelmente.

**8. ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE DA MULHER**

**REQUISITOS**

1. Programa contra o câncer – Registrar todas as mulheres para diagnosticar sempre que possível algum tipo de câncer que por ventura ocorrer, identificando os métodos anticoncepcionais, seus ciclos, número de gestações e todos aqueles possíveis registros pertinentes a sua saúde.

2.Acompanhamento de gestantes – identificar sempre que possível todas as gestantes e a partir daí acompanhar e orientar para que ela realize todos os exames durante o período de gestação.

**9. EACS E ESF**

**REQUISITOS**

1.Digitação da produção do Pacs – Digitar toda a produção das agentes comunitárias de saúde, identificando as crianças, gestantes, hipertensos, diabéticos, tuberculosos e hanseníase.





**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

2. Fichas de Gestantes / Hipertensos / Diabéticos / Tuberculosos - hanseníase – digitalizar as informações que as agentes comunitárias de saúde levantarem conjuntamente com os médicos e enfermeiras do ESF.

**10. PROGRAMAS ESPECIAIS**

**REQUISITOS**

1. Planejamento Familiar – Informar os grupos de planejamento familiar para a distribuição de medicamentos e materiais para uso de métodos anticoncepcionais, fazendo com isso um possível levantamento desses anticoncepcionais para compras futuras.

2. Saúde Mental – Identificar todos os portadores de doenças relacionadas com a saúde mental e acompanhamento com seus respectivos medicamentos.

**11. MOVIMENTAÇÃO DE MEDICAMENTOS**

**REQUISITOS**

1. Entrega de Medicamentos – Sempre que uma receita emitida pelo profissional lotado na unidade passar pela entrega de medicamento, essa receita deverá ser identificada com um código de barras, agilizando o processo de baixa, quando não for o caso, o processo de baixa será normal, identificando o responsável pela baixa, o médico encaminhador da receita, o medicamento, sua quantidade e quando for o caso o vencimento e o lote.

2. Outras saídas – Quando os medicamentos não forem identificados suas saídas, eles poderão ser baixados nesse módulo, mas sempre deverão ser justificados, nesses casos o registro será lançado como perda, no livro de registro específico e nos boletins trimestrais.

3. Transferências para outras unidades – quando a farmácia receber uma solicitação de medicamento para abastecer outra unidade, esse módulo deverá ser acionado, fazendo a baixa dos referidos medicamentos e ao mesmo tempo a entrada em outra unidade.

4. Entrada de Medicamentos – registrar todas as entradas de Notas Fiscais relativos a medicamentos, identificando os fornecedores, as quantidades e os respectivos valores, fazendo com que o estoque seja alimentado.

5. Posição de estoque diário e mensal - Relatório contendo o estoque, filtrando por período, diário, mensal, anual.

6. Balanços físicos e financeiros mensal - Relatório contendo o estoque e o custo dos medicamentos.

7. Controle total da distribuição de medicamentos, tanto para os usuários da Unidade Central quanto para as Unidades descentralizadas. Permitindo ao gestor da Unidade saber, a qualquer tempo, como se encontra o estoque de medicamentos.

8. Deve permitir a emissão de relatórios com medicamentos vencidos e a vencer num prazo determinado.

9. Relatório de quantos medicamentos cada munícipe recebeu e qual região do município que mais está consumindo medicamentos, tanto por médico quanto no total.

10. Possibilidade de entrega de medicamentos somente com receita do médico.



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

11. Possibilidade de entrada e saída de medicamentos através de leitor de código de barras.
12. Permitir cadastro e relatório dos medicamentos prescritos e não atendidos.
13. Emissão de Relatório para compra de medicamentos com base na média de consumo realizado em determinado período, com preço de custo e quantidades para o período solicitado.
14. Emissão de comprovante para o paciente que retirar parte da medicação receitada a fim de que o mesmo possa retirar o saldo remanescente em outra oportunidade.
15. Mostrar em tela a relação das últimas entregas realizadas para cada paciente que solicitar medicamentos.
16. Emitir mensagem em tela para todos os pacientes Diabéticos e hipertensos que não estiverem em dia com o seu cadastro no Hiperdia.
17. Emitir mensagem em tela se o paciente que estiver retirando medicamentos ou seus familiares, estiver em atraso com o esquema de vacinas.
18. Emitir mensagem em tela durante campanhas de vacinas para os pacientes que estiverem retirando medicamentos ou seus familiares, que ainda não tenha feito as vacinas.
19. Emitir mensagem em tela se o paciente que estiver retirando medicamentos ou seus familiares, estiverem a mais de um ano sem realizar o exame preventivo do colo do útero (para mulheres em idade fértil para realização do preventivo)

**12. EXAMES LABORATORIAIS**

**REQUISITOS**

1. Agenda e emissão de Laudos – Agendar todos os exames solicitados pelos profissionais da unidade e fora dela, para que seja emitidos os laudos dos resultados dos exames laboratoriais, configurados e montados de acordo com o que os profissionais do laboratório assim exigirem, respeitando os valores de referência. Esse módulo deverá obrigatoriamente ser integrado com o prontuário do paciente, para que os médicos e demais profissionais possam consultar os resultados dos exames. A emissão dos laudos deverá ter opção de assinatura digital do profissional de bioquímica.
2. Citopatológico – Registrar todas as mulheres que fazem o acompanhamento do colo uterino e emitir o laudo para acompanhar a amostra para que o laboratório autorizado tenha em mãos o cadastro dessa mulher com seus dados e possíveis observações, sendo que o retorno do resultado o mesmo será alimentado para futuras consultas.
3. Mamografia – Registrar todas as solicitações de Mamografias e emitir o Pedido do Exame.

**13. TRATAMENTO FORA DO MUNICÍPIO**

**REQUISITOS**

1. Processo – Elaboração do processo para encaminhamento de pacientes para tratamento fora do município.
2. Agendamento de Viagens – Agendar todos os processos sempre identificando o local, as pessoas, os horários e os veículos que irão transportar.
3. Roteiro de Viagem – Enumerar todas as pessoas agendadas e emitir documento



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

para que o motorista consiga identificar seu roteiro, as pessoas a serem transportadas e os locais de destinos, levando consigo sempre outro formulário para pegar a assinatura das pessoas a serem transportadas, registrando os horários e as quilometragens dos veículos, para futuros acompanhamentos e gastos dos mesmos.

**14. SOLICITAÇÕES DE ENCAMINHAMENTOS**

**REQUISITOS**

1.Registros dos pedidos não atendidos de: Consultas Especializadas, Exames, Cirurgias, óculos, próteses, etc. por procedimento e nominal por pacientes.

**15. MODULO DE CONSÓRCIOS**

**REQUISITOS**

- 1.Cadastro das Especialidades Médicas
- 2.Cadastro dos Procedimentos Credenciados
- 3.Cadastro dos Prestadores
- 4.Agendamentos
- 5.Atualização automática do saldo cumulativo a cada procedimento autorizado
- 6.Emissão de relatórios por procedimentos, profissionais, prestadores e valores
- 7.Emissão impressa de comprovante que deverá ser entrega ao paciente como comprovante do agendamento e/ou autorização do procedimento com o nome do paciente, nome do prestador, data do agendamento e horário do agendamento (o comprovante deverá ser emitido por impressora térmica).

**16. OUTROS PROCEDIMENTOS**

**REQUISITOS**

- 1.Cadastro das Especialidades Médicas
- 2.Cadastro dos Procedimentos Credenciados
- 3.Cadastro dos Prestadores
- 4.Agendamentos
- 5.Atualização automática do saldo cumulativo a cada procedimento autorizado
- 6.Emissão de relatórios por procedimentos, profissionais, prestadores e valores
- 7.Impressão de formulário que deverá ser entrega ao paciente como comprovante do agendamento e/ou autorização do procedimento com o nome do paciente, nome do prestador, data do agendamento e horário do agendamento (o comprovante deverá ser emitido por impressora térmica).
- 8.Outros procedimentos - Agendar todos os encaminhamentos de pessoas a esse tipo de prestador de serviço, identificando quando solicitado as cotas e procedimentos que cada prestador é autorizado.
- 9.Fila de Encaminhamentos – Esse módulo terá que ficar disponível para todas as unidades, e quando um paciente precisar de um procedimento especializado, entrará na fila de espera, onde deverá ser identificado o dia, a hora, o profissional



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

que registrou, o médico que encaminhou, a situação (espera, atendido, cancelado, retorno, falta, não encontrado), observação do registro, se for urgência, e quando for dado o encaminhamento, registrar o prestador, o tipo de encaminhamento (TFD, convênio, particular, PPI e não encaminhado), a data e a hora do encaminhamento, por final quando for efetuado o procedimento, a contra referência do prestador.

10.Fila de Notificação - Vinda do atendimento médico ou da enfermeira, esse módulo deverá listar todos os pacientes identificados com doenças de notificação, e o profissional da epidemiologia terá uma tela de manutenção desses pacientes, identificando-os e listando-os a qualquer momento.

#### **17. CONSULTAS MEDICAS**

##### **REQUISITOS**

1.Acompanhamento de todo atendimento do paciente com a impressão do histórico para auxiliar no diagnóstico e acompanhamento da EVOLUCAO CLÍNICA.

2.O profissional médico, através da consulta, poderá relatar todas as evoluções clínicas do paciente, os procedimentos realizados, solicitar exames, emitir receitas e atestados, atribuir o CID específico a cada doença e consultar todos os exames já realizados por cada paciente, no momento da consulta.

3.Atualização do prontuário eletrônico a cada consulta realizada para posterior análise de outros profissionais da área, ficando impossibilitada a alteração de qualquer dado no prontuário clínico após confirmada a gravação.

4.Possibilidade de consulta do estoque de medicamentos da Farmácia Municipal para prescrição médica.

5.Relatórios e gráficos por CID, faixa etária, sexo, local de residência, etc.

6.Emissão impressa da Receita Médica, solicitação de exames, atestados e encaminhamentos

7.Informar automaticamente ao Médico se o paciente é hipertenso, diabético, gestante, etc.

8.Informar automaticamente ao médico durante a consulta o resultado dos exames realizados pelo paciente

9.Mostrar automaticamente ao médico durante a consulta, o prontuário com todos os registros do paciente.

10.Registrar durante a consulta o procedimento realizado pelo Médico de conformidade com a Tabela do S I A/S U S.

11.Registrar durante a consulta o código do CID, obrigatoriamente se for um CID compatível com Doença de Notificação, o sistema irá disponibilizar esse paciente numa fila de espera para que o profissional responsável pela epidemiologia faça a referida notificação/investigação da doença relativa a Notificação.

#### **18. BENEFÍCIOS**

##### **REQUISITOS**

1.Cadastro dos benefícios disponíveis aos usuários.

2.Controle físico e financeiro dos benefícios.



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

3.Digitação dos benefícios por usuário.
4.Emissão de recibo do benefício.
5.Relatórios Estatísticos por usuário e por benefício.
6.Relatórios por paciente, idade, residência e por quantidade de benefícios concedidos no mês e ano.
7.Controle de devolução de Órteses e Próteses.

**19. AGENDAMENTO DE CONSULTAS**

**REQUISITOS**

1.Controla consultas NORMAIS, URGÊNCIA e RETORNO, conforme códigos constantes na Tabela Nacional do SIA/SUS.
2.Relatório de consultas por profissional.
3.O usuário da unidade poderá programar sua consulta no horário de expediente do dia e levará um comprovante de agendamento onde indicará o profissional de saúde que irá lhe atender, bem como o possível horário da consulta.
4.O médico poderá saber quais os pacientes que irá atender no dia, bem como os horários pré-determinados para cada consulta e procedimentos, se for o caso.
5.O sistema informará ao atendente quantas consultas o profissional de saúde já tem agendado, e quais os dias em que ele estará ausente. Os horários de atendimento de cada profissional serão pré-definidos através de um calendário, estando estas informações disponíveis na tela do sistema.
6.Emitir mensagem em tela se o paciente que estiver fazendo seu agendamento ou seus familiares, estiver em atraso com o esquema de vacinas.
7.Emitir mensagem em tela se o paciente que estiver fazendo seu agendamento ou seus familiares, estiverem a mais de um ano sem realizar o exame preventivo do colo do útero (para mulheres em idade para realização do preventivo)

**20. CONTROLE DOS VEÍCULOS E DIÁRIAS DOS MOTORISTAS**

**REQUISITOS**

1.Controle das despesas com manutenção dos veículos.
2.Controle de gastos por viagem e por veículo.
3.Emissão e controle de diárias.
4.Emissão de agenda de viagem por veículo/motorista.
5.Prestação de contas das viagens de TFD conforme orientações do Manual da Secretaria de Estado da Saúde.
6.Controle físico e orçamentário dos encaminhamentos especializados.
7.Emissão de relatórios e gráficos gerenciais.
8.Controle da Média de consumo de Combustíveis por veículos.
9.Controle dos deslocamentos por Motoristas.
10.Controle dos Pacientes transportados.
11.Controle de Viagens por destino/veículos.



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

- |  |
|--|
| 12.Emissão de Roteiros de Viagens para obtenção de Diárias.                                |
| 13.Emissão de Relatório de Viagens para prestação de Contas de Diárias.                    |
| 14.Emissão de Roteiros de Viagens com Relação nominal das pessoas que serão transportadas. |

**21. VIGILÂNCIA SANITÁRIA****REQUISITOS**

- |   |
|---|
| 1.Cadastro de estabelecimentos  |
| 2.Procedimentos em atividades educativas.                                   |
| 3.Emissão do Alvará Sanitário configurável                                  |
| 4.Emissão do Alvará de Habite-se configurável                               |
| 5.Emissão do Alvará para transporte de Produtos Alimentícios e Medicamentos |

**22. BOLETIM DE INFORMACOES****REQUISITOS**

1.Geração de informações para a produção do SIAB como os Boletins informativos do PMA2 e PMA2 complementar. Módulos de consultas médicas com pacientes atendidos dentro da área de abrangência de sua ESF, separando por faixa etária e fora da área de abrangência. Separar os tipos de atendimentos médicos e enfermeiras por área de abrangência. Solicitações de exames médicos separados por grupos. Encaminhamentos médicos separando Especialidade, Internamento e Urgência. Separar todos os procedimentos dos demais profissionais da mesma ESF. Todas as Visitas domiciliares. Geração de todos os procedimentos realizados por profissionais, separando por ESF e com possibilidade de exportação para planilhas eletrônicas ou arquivos de formato de documento.

**23. EXPORTACAO DE DADOS****REQUISITOS**

1.Geração de arquivo texto com todas os procedimentos gerados pelos profissionais das Unidades. Essas informações deverão ser separadas por período, unidade, faixa etária, procedimentos consolidados e individualizados, por profissionais e no formato (layout) de importação do BPA.

Exportação dos dados cadastrais das fichas de domicílio e ficha individual do munícipe (modelo ESUS-AB do Ministério da Saúde) na plataforma THRIFT para o centralizador do Município e centralizador do Ministério da Saúde.

Exportação das informações da Atenção Básica do Município para o centralizador municipal e centralizador do Ministério da Saúde, no formato do E-SUS-AB, usando a tecnologia THRIFT, (FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL, FICHA DE PROCEDIMENTOS, FICHA DE VISITA DOMICILIAR, FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL, CADASTRO DOMICILIAR, CADASTRO INDIVIDUAL, FICHA DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO INDIVIDUAL).

Exportação de toda a movimentação dos pacientes, incluindo os campos, data do atendimento, tipo de atendimento, profissional que atendeu, procedimento, quantidade. Essa exportação deverá ser em arquivo texto, em Layout fornecido



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

pela Secretaria Municipal de Saúde.

Exportação de toda movimentação de medicamentos gerados pelas Unidades de Saúde para o Sistema HÓRUS, do Ministério da Saúde.

**24. RELATÓRIOS**

**REQUISITOS**

1.Relatório dos Municípios cadastrados - Relatório identificando o nome do paciente, endereço, número, telefone, sexo, idade, data nascimento, cartão sus, RG, CPF e situação do cadastro (ativo, inativo, fora do município, bloqueado e falecido). Filtros: ativos, inativos, falecidos, fora do município, bloqueados, por faixa etária em meses e anos, por sexo, e por agente comunitária de saúde.

2.Relatório por bairro - Relatório identificando e quebrando por bairro, constando o nome do paciente, endereço, número, sexo, idade, data nascimento. Filtros: ativos, inativos, falecidos, fora do município, bloqueados, por faixa etária em meses e anos, por sexo, e por agente comunitária de saúde.

3.Relatório por agente comunitária de saúde - Relatório identificando e quebrando por agente de saúde, constando o nome do paciente, endereço, número, telefone, sexo, idade, data nascimento, cartão SUS, RG, CPF e situação do cadastro (ativo, inativo, fora do município, bloqueado e falecido). Filtros: ativos, inativos, falecidos, fora do município, bloqueados, por faixa etária em meses e anos, por sexo, e por agente comunitária de saúde.

4.Balanco completo de medicamentos BMPO - Relatório contendo: descrição do DCB, descrição do medicamento, apresentação, estoque inicial, entradas, saídas, transferências, perdas e estoque final. Filtrando por tipo de programa: controlados, hipertensivos, diabéticos, saúde mental.

5.Estoque de medicamentos: Relatório contendo o estoque diário de medicamentos, podendo escolher o saldo do dia da apresentação do saldo.

6.Extrato da Movimentação de Medicamentos- Relatório contendo a movimentação de todos os medicamentos por determinado período.

7.Entradas x Saídas - Relatório fazendo um comparativo de entradas e saídas de medicamentos e provisionando medicamentos para determinados meses.

8.Boletim de Produção Individualizado - Relatório com filtro de escolha de profissional com procedimentos individualizados, realizados em determinados períodos.

9.Totalizado por Procedimentos - Relatório totalizando todos os procedimentos executados em determinada Unidade de Saúde e filtrando quando necessário o profissional que executou.

10.Relatório SISVAN - Relatório contendo todos os atendimentos de determinado período das pesagens dos pacientes com possibilidade de seleção por faixa etária em meses ou anos.

11.Hipertensos - Relatório dos hipertensos filtrando por agente comunitária de saúde.

12.Diabéticos - Relatório dos Diabéticos filtrando por agente comunitária de saúde.

13. Extrato por municípios das retiradas de medicamentos

15.Livro de Registro Específico - Relatório do Livro de Registro específico, contendo toda a movimentação de medicamentos, ou seja o histórico da





**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

medicação.

16.Extrato de todos os Procedimentos e benefícios concedidos a pacientes individualmente e por família

17.Extrato de todos os atendimentos efetuados por profissionais em todas as unidades.

**25. MODULO DE COLETA DE DADOS MOVEL**

**REQUISITOS**

**25.1 O SISTEMA MÓVEL INFORMATIZADO DE AGENTES COMUNITÁRIAS E DEMAIS PROFISSIONAIS DE SAÚDE** - Deverá ser desenvolvido na tecnologia "ANDROID" em virtude do sistema operacional dos equipamentos adquiridos pela Secretaria de Saúde ser dessa natureza e apresentar resumidamente, em seus módulos, as seguintes características:

25.1.1 - Quando iniciar o sistema, deverá apresentar tela contendo o nome do usuário e sua respectiva senha. Liberando o usuário, o aplicativo deverá conter os ícones de Cadastro, Visita Domiciliar e Enviar Dados.

25.1.2 - No ícone cadastro o sistema deverá apresentar as funções de pesquisa por nome do Município, Cartão SUS, data de nascimento, nome da mãe.

25.1.3 - Quando for localizado um Município o sistema deverá trazer toda a composição familiar, definindo quem é o chefe e demais componentes desse grupo, para que o agente de saúde possa identificar todos os componentes dessa família. Deverá estar disponível para o operador a possibilidade de inclusão de novos cadastros familiares, novos componentes da família, exclusão de componentes da família, como o remanejamento de componentes para outras família e agregação de componentes de outras famílias aos novos cadastros familiares, sendo que esse manejo deverá ser de fácil acesso e compreensão pelos operadores.

25.1.4 - Para a composição da ficha de domicílio, os campos a serem apresentados para o preenchimento, deverão ser o do layout da Ficha de Domicílio do Ministério da Saúde:

25.1.5 - Para a composição da ficha individual, os campos a serem apresentados para o preenchimento, deverão ser o do layout da Ficha de Cadastro Individual do Ministério da Saúde:

25.1.6 - Para a composição da ficha de visita, os campos a serem apresentados para o preenchimento, deverão ser o do layout da Ficha de Visita Domiciliar do Ministério da Saúde:

25.1.7 - Para o envio/recebimento de dados, o aplicativo deverá ser conectado, através de rede WI-FI, previamente configurado no equipamento e na Unidade pertencente a micro área do operador, e enviar e receber as informações automaticamente para o sistema de Gestão da Unidade de Saúde, sendo que o sistema de Gestão de Saúde irá fazer a transposição para o sistema E-SUS do Ministério da Saúde, através de tecnologia THRIFT. A Secretaria de Saúde disponibilizará o layout dos campos do Sistema de Gestão de Saúde para a empresa ganhadora do certame para que proceda a comunicação e transferência dos dados coletados.



**Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE XAVANTINA  
Fundo Municipal de Saúde**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 FMS**

**ANEXO "D"**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº                   /2016 FMS**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA** E A EMPRESA \_\_\_\_\_, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA GESTÃO NA SAÚDE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE COM MIGRAÇÃO DE TODOS OS DADOS DOS SISTEMAS ORA EM USO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO DOS USUÁRIOS E SUPORTE TÉCNICO, JÁ INCLUSAS MANUTENÇÕES CORRETIVAS QUANDO HOVEREM.

O **Município de Xavantina, através do Fundo Municipal de Saúde de Xavantina**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Centro, Xavantina/SC, representado pelo seu gestor Sr. Osmar Dervanóski, inscrito sob o CPF nº 463.673.499-87, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) seu(sua) \_\_\_\_\_, Sr.(ª) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 FMS**, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. A CONTRATADA obriga-se a prestar serviços de locação de software para gestão na saúde, para atender as necessidades do Departamento de Saúde com migração de todos os dados dos sistemas ora em uso, implantação, treinamento dos usuários e suporte técnico, já inclusas manutenções corretivas quando houverem, conforme especificações constantes no Anexo "C" do Pregão Presencial nº 002/2016 FMS.



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

1.1.1. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 FMS**, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE FORNECIMENTO**

2.1. Caberá a CONTRATADA:

2.1.1. Quando contratados, conforme valores disposto no Anexo "C" do Pregão Presencial nº 002/2016 FMS, converter dados para uso pelos softwares, instalar os sistemas objeto deste contrato, treinar os servidores indicados na sua utilização, prestar suporte apenas aos servidores devidamente certificados pela CONTRATADA no uso dos softwares.

2.1.2. Manter operacionais todas as funcionalidades descritas no Anexo "C" do Pregão Presencial nº 002/2016 FMS.

2.1.3. Tratar como confidenciais, informações e dados do CONTRATANTE, guardando total sigilo em face de terceiros.

2.1.4. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

2.1.5. Avaliar, em prazo razoável, a viabilidade técnica e jurídica das solicitações de alteração específicas encaminhadas eletronicamente pelo CONTRATANTE, e repassar orçamento acompanhado de cronograma para execução dos serviços.

2.1.6. Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado, em até quatro dias úteis contados da outorga de autorização expressa para execução de serviços de atendimento *in loco*.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

3.1. O presente Contrato terá vigência da data de assinatura até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por mais 48 meses.

**CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA**

4.1. O serviço objeto desta licitação terá garantia mínima de um (01) ano, a contar da implantação, sem prejuízo da garantia contra vícios ou defeitos ocultos.

**CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR CONTRATUAL**



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

5.1. Pelo fornecimento dos serviços descrito na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto deste Contrato correrão às dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020.

5.3. Por força do contido no Decreto Federal nº 7.507/2011, para pagamento dos valores devidos, a empresa preferencialmente deverá manter conta corrente no Banco do Brasil, ou em caso da conta ser em outro banco, as tarifas bancárias decorrentes da transferência serão descontadas dos valores devidos ao fornecedor.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

6.1. O Fundo Municipal de Saúde de Xavantina efetuará o pagamento do objeto deste Contrato no prazo de até 30 (trinta) dias após a prestação do serviço, e apresentação da(s) nota(s) fiscal(is).

6.2 – Por força do contido no Decreto Federal nº 7.507/2011, para pagamento dos valores devidos, a empresa preferencialmente deverá manter conta corrente no Banco do Brasil, ou em caso da conta ser em outro banco, as tarifas bancárias decorrentes da transferência serão descontadas dos valores devidos ao fornecedor.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS REAJUSTES**

7.1. Aos preços ora contratados poderão ser reajustados conforme índices do INPC, após doze meses de contrato.

**CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO**

8.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços poderão ser exercidos pela CONTRATANTE, através de servidor designado, podendo solicitar a CONTRATADA a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 2 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

8.2. As solicitadas, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pela CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

**CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

9.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

9.2. A rescisão contratual poderá ser:

9.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.

9.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

10.1. Pelo atraso injustificado na entrega do bem, objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

10.1.1. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

10.2. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do(s) bem(ns) não entregue(s).

10.3. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

11.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO**

12.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES**



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
**Fundo Municipal de Saúde**

13.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº. 8.666/93, e posteriores alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Xavantina/SC, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

**CONTRATADA**

**OSMAR DERVANOSKI,**  
**Secretário Municipal de Saúde e Assistência**  
**Social.**  
**CONTRATANTE**

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

02. \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

**CÂMARA MUNICIPAL****ATA Nº44**

Ata da Sessão Ordinária nº044/2015. Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina – SC. No dia quatorze de dezembro do ano de dois mil e quinze as Dezessete horas e quarenta e cinco minutos e havendo número legal de Vereadores presentes, o Sr. Presidente, Vereador Hélio Domingos Sordi declarou aberta a Quadragésima Quarta Sessão Ordinária deste ano, contando com a presença dos vereadores Antoninho Brandelero, Antoninho Carlos Tortelli, Claudi Babinski, Elizandro Josuel Scalco, Eugênio João Comin, Fernando Borges, Hélio Domingos Sordi, Neri Falegurski e Orlando Marafon. Solicitou a leitura da Ata da Sessão Ordinária Nº 043/2015, a qual após lida foi submetida em votação sendo aprovada. Solicitou a leitura da Ata da Sessão Extraordinária Nº 010/2015, a qual após lida foi submetida em votação sendo aprovada. Na ordem do dia temos em primeira votação o seguinte projeto de lei: Projeto de Lei nº078/2015 que “DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2015 E 2016, EM PERÍODO DE RECESSO LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. Este projeto teve o parecer favorável pela Comissão de Constituição Justiça e Redação. Este projeto teve o parecer Rejeitado na Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira. Após o Presidente Helio D. Sordi colocou o Parecer rejeitado na Comissão em votação no plenário e foi aprovado a Rejeição por unanimidade. Neste momento o presidente solicitou a leitura da chapa para a eleição da Mesa Diretora protocolada na secretaria da Câmara Municipal as 17h17min composta pelos seguintes membros: Presidente: Claudi Babinski. Vice- Presidente: Hélio Domingos Sordi. 1ºSecretário: Eugenio João Comin. 2ºSecretário: Antoninho Brandelero. Em seguida dispensou a sessão para que fosse organizada a eleição da Nova Mesa Diretora. Voltando aos trabalhos e havendo somente uma chapa deu-se início a votação onde foi secreta contendo uma cédula em que eles votariam assinalando sim ou não respondendo a pergunta: Você é favorável a chapa nº01.Sim ou não? Realizada a votação foi escolhido os vereadores Fernando Borges e Eugênio João Comin para fazer a apuração dos votos tendo como resultado oito votos favoráveis e um voto branco a chapa nº01. Sendo eleito Presidente da Mesa Diretora para o ano de 2016 o Vereador Claudi Babinski com oito votos. Neste momento o Presidente Hélio Domingos Sordi declarou eleita a chapa nº01 composta por: Presidente: Claudi Babinski, brasileiro, casado, vereador, reside em domicílio em Linha das Palmeiras, na cidade de Xavantina-SC, CEP 89780-000, inscrito no RG, sob o número 2.322.522, e CPF sob o número 573.537.279-34. Vice- Presidente: Hélio Domingos Sordi, brasileiro, casado, vereador, reside em domicílio em Xavantina-SC, CEP 89780-000, inscrito no RG, sob o número 456.634, e CPF sob o número 347.416.079/68. 1ºSecretário: Eugenio João Comin, brasileiro, união estável, vereador, reside em domicílio em Xavantina-SC, CEP 89780-000, inscrito no RG, sob o número 2.697.681-1, e CPF sob o número 825.035.249-15. 2ºSecretário: Antoninho Brandelero. brasileiro, casado, vereador, reside em domicílio em Linha Divisa das Aguas, na cidade de Xavantina-SC, CEP 89780-000, inscrito no RG, sob o número 1.492.865-5 e CPF sob o número 460.303.449/00. Não havendo mais projeto em pauta a palavra esta livre. Os Vereadores Orlando Marafon, Antoninho Brandelero, Antoninho C. Tortelli, Fernando Borges, Eugenio J. Comin, Claudi Babinsk e o Presidente Helio D. Sordi agradeceram o ano de trabalho, desejaram Feliz Natal a todos e um Prospero Ano Novo a todos os munícipes. Retornando aos trabalhos de Presidente e não havendo mais ocupantes para a tribuna, pediu para a Coordenadora Geral ler uma mensagem. “Mais um ano de muito trabalho e grandes resultados se encerra, abrindo caminho para mais sonhos serem realizados. Que o espírito de Natal renove as nossas energias para o ano que vai nascer. Que neste Natal o amor e a esperança aqueçam seus corações e o Ano Novo traga grandes realizações e muita felicidade! A chegada de um novo ano pode nos trazer uma grande diversidade de sentimentos. Aos que tiveram um bom ano, o otimismo pode ganhar mais força, com a expectativa de que o próximo continue no mesmo caminho. Já os que atravessaram muitas dificuldades, recebem uma nova chance de deixar os problemas no passado e renovar a esperança para um futuro mais agradável. Passar por um ano difícil não é exclusividade de poucas famílias. Seja qual for o motivo, as adversidades acompanham a vida de muita gente, e não é uma tarefa muito fácil abraçar a positividade quando estamos passando por tantas adversidades. Mas talvez se pensarmos como é bom viver livre de problemas, nossas forças aumentem e o otimismo faça parte de uma porção maior do nosso tempo. Vamos entrar no ano novo com a esperança renovada, com espaço livre para a felicidade, nos afastando cada vez mais de tudo que trouxer tristeza ou atrapalhar a nossa prosperidade!”. Após a leitura o presidente convidou os Vereadores para a próxima Sessão Ordinária a realiza-se no primeiro dia do mês de Fevereiro de 2016 as 17h45m horas aqui nesta casa. Neste momento declarou encerrada a Sessão Ordinária de hoje e pediu a mim Leandro Balbinot que lavrasse a presente Ata, a qual após lida e achada conforme, vai ser assinada. Sala de Sessões, 14 de Dezembro de 2015.



# Xaxim

## PREFEITURA

### Decreto 001

DECRETO Nº. 001/2016.

Exonera servidor municipal comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 04 de janeiro de 2016, a servidora municipal JESSICA FOPPA, ocupante do cargo comissionado de COORDENADORA DE UNIDADE DE SAÚDE, portadora da matrícula 6960, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de janeiro de 2016.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás  
Secretário Municipal de Administração

### Decreto 002

DECRETO Nº. 002/2016.

Exonera servidor municipal comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 04 de janeiro de 2016, a servidora municipal VANESSA ROVANI PAVAN, ocupante do cargo comissionado de COORDENADORA DE UNIDADE DE SAÚDE, portadora da matrícula 6958, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de janeiro de 2016.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás  
Secretário Municipal de Administração

### Decreto 003

DECRETO Nº. 003/2016.

Contrata Agente de Combate a Endemias em caráter emergencial e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e:

a) Considerando que, compete ao Município, conforme inciso II, do art. 23, inciso VII, do art. 30 e art. 196, todos da Constituição Federal, prestar atendimento à saúde da população;

b) Considerando o disposto na Constituição Federal quanto à contratação em vista do excepcional caráter de interesse público, regra prevista no inciso IX do art. 37;

c) Considerando a urgência e necessidade da Secretaria Municipal de Saúde deste profissional para atuar no Programa da Dengue, junto a Vigilância Sanitária do município;

d) Considerando o elevado número de focos do mosquito *Aedes aegypti* em nosso município;

e) Considerando que conforme relatório da Secretaria Estadual de Saúde o município de Xaxim está em estado de alerta com relação a Dengue;

f) Considerando a Nota Técnica nº 08 DIVE/SUS/SES/2015, da Secretaria de Estado de Santa Catarina;

g) Considerando que a Secretaria Municipal de Saúde está realizando trabalho de campo, vistorias e visitas in loco, no intuito de conscientizar a população nos cuidados necessários para combater o mosquito;

h) Considerando que para realização de todo este trabalho demanda de uma equipe de profissionais a campo;

i) Considerando ser uma situação temporária, onde devem ser intensificados os trabalhos de combate ao mosquito, principalmente durante os períodos de calor;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica contratada em caráter emergencial a SRA. FABIANE NEGRI, CPF: 063.259.779-80 para exercer a função de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, com carga horária 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04 de janeiro de 2016 até 04 de abril de 2016, quando encerra este contrato.

Art. 2º O servidor ora contratado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de janeiro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

### **Decreto 004**

DECRETO Nº. 004/2016.

Contrata Agente de Combate a Endemias em caráter emergencial e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e:

a) Considerando que, compete ao Município, conforme inciso II, do art. 23, inciso VII, do art. 30 e art. 196, todos da Constituição Federal, prestar atendimento à saúde da população;

b) Considerando o disposto na Constituição Federal quanto à contratação em vista do excepcional caráter de interesse público, regra prevista no inciso IX do art. 37;

c) Considerando a urgência e necessidade da Secretaria Municipal de Saúde deste profissional para atuar no Programa da Dengue, junto a Vigilância Sanitária do município;

d) Considerando o elevado número de focos do mosquito *Aedes aegypti* em nosso município;

e) Considerando que conforme relatório da Secretaria Estadual de Saúde o município de Xaxim está em estado de alerta com relação a Dengue;

f) Considerando a Nota Técnica nº 08 DIVE/SUS/SES/2015, da Secretaria de Estado de Santa Catarina;

g) Considerando que a Secretaria Municipal de Saúde está realizando trabalho de campo, vistorias e visitas in loco, no intuito de conscientizar a população nos cuidados necessários para combater o mosquito;

h) Considerando que para realização de todo este trabalho demanda de uma equipe de profissionais a campo;

i) Considerando ser uma situação temporária, onde devem ser intensificados os trabalhos de combate ao mosquito, principalmente durante os períodos de calor;

DECRETA:

Art. 1º Fica contratada em caráter emergencial a SRA. PATRICIA TURATTI, CPF: 008.863.029-35 para exercer a função de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, com carga horária 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04 de janeiro de 2016 até 04 de abril de 2016, quando encerra este contrato.

Art. 2º O servidor ora contratado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de janeiro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

### **Decreto 005**

DECRETO Nº. 005/2016.

Contrata Agente de Combate a Endemias em caráter emergencial e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e:

a) Considerando que, compete ao Município, conforme inciso II, do art. 23, inciso VII, do art. 30 e art. 196, todos da Constituição Federal, prestar atendimento à saúde da população;

b) Considerando o disposto na Constituição Federal quanto à contratação em vista do excepcional caráter de interesse público, regra prevista no inciso IX do art. 37;

c) Considerando a urgência e necessidade da Secretaria Municipal de Saúde deste profissional para atuar no Programa da Dengue, junto a Vigilância Sanitária do município;

d) Considerando o elevado número de focos do mosquito *Aedes aegypti* em nosso município;

e) Considerando que conforme relatório da Secretaria Estadual de Saúde o município de Xaxim está em estado de alerta com relação a Dengue;

f) Considerando a Nota Técnica nº 08 DIVE/SUS/SES/2015, da Secretaria de Estado de Santa Catarina;

g) Considerando que a Secretaria Municipal de Saúde está realizando trabalho de campo, vistorias e visitas in loco, no intuito de conscientizar a população nos cuidados necessários para combater o mosquito;

h) Considerando que para realização de todo este trabalho demanda de uma equipe de profissionais a campo;

i) Considerando ser uma situação temporária, onde devem ser intensificados os trabalhos de combate ao mosquito, principalmente durante os períodos de calor;

DECRETA:

Art. 1º Fica contratada em caráter emergencial a SRA. PATRICIA PETRY, CPF: 904.434.469-20 para exercer a função de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, com carga horária 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04 de janeiro de 2016 até 04 de abril de 2016, quando encerra este contrato.

Art. 2º O servidor ora contratado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de janeiro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

### **Decreto 006**

DECRETO Nº. 006/2016.

Contrata Agente de Combate a Endemias em caráter emergencial e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e:

a) Considerando que, compete ao Município, conforme inciso II, do art. 23, inciso VII, do art. 30 e art. 196, todos da Constituição Federal, prestar atendimento à saúde da população;

b) Considerando o disposto na Constituição Federal quanto à contratação em vista do excepcional caráter de interesse público, regra prevista no inciso IX do art. 37;

c) Considerando a urgência e necessidade da Secretaria Municipal de Saúde deste profissional para atuar no Programa da Dengue, junto a Vigilância Sanitária do município;

d) Considerando o elevado número de focos do mosquito *Aedes aegypti* em nosso município;

e) Considerando que conforme relatório da Secretaria Estadual de Saúde o município de Xaxim está em estado de alerta com relação a Dengue;

f) Considerando a Nota Técnica nº 08 DIVE/SUS/SES/2015, da Secretaria de Estado de Santa Catarina;

g) Considerando que a Secretaria Municipal de Saúde está realizando trabalho de campo, vistorias e visitas in loco, no intuito de conscientizar a população nos cuidados necessários para combater o mosquito;

h) Considerando que para realização de todo este trabalho demanda de uma equipe de profissionais a campo;

i) Considerando ser uma situação temporária, onde devem ser intensificados os trabalhos de combate ao mosquito, principalmente durante os períodos de calor;

DECRETA:

Art. 1º Fica contratada em caráter emergencial a SRA. ANDREIA DOS SANTOS DE BARROS, CPF: 032.723.789-95 para exercer a função de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, com carga horária

40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04 de janeiro de 2016 até 04 de abril de 2016, quando encerra este contrato.

Art. 2º O servidor ora contratado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de janeiro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

### **Decreto 007**

DECRETO Nº. 007/2016.

Exonera servidor municipal efetivo a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 04 de janeiro de 2016, a servidora municipal DEIVA SIDONIA EBERHARDT, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRA, portadora da matrícula 4764, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, desta Prefeitura Municipal de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de janeiro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

### **Decreto 008**

DECRETO Nº. 008/2016.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038,

de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 001/2015, de 13 de abril de 2015, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado, pelo presente Decreto, GEISSON TOSETO ZANOTTO, CPF: 794.133.902-15, para exercer o cargo de MÉDICO, código 1047, categoria ATC (ATIVIDADES TÉCNICO CIENTÍFICO), nível 061, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 225, de 01 de julho de 2015, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 05 de janeiro de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de janeiro de 2016.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás  
Secretário Municipal de Administração

**Decreto 010**

DECRETO Nº. 010/2016.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 001/2015, de 13 de abril de 2015, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, EMANUELLE ARIENTI ORLANDIN, CPF: 065.233.919-06, para exercer o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, código 033, categoria ATC (ATIVIDADES TÉCNICO CIENTÍFICO), nível 040, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 225, de 01 de julho de 2015, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 05 de janeiro de 2016, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de janeiro de 2016.  
Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás  
Secretário Municipal de Administração

**Decreto 011**

DECRETO Nº. 011/2016.

Exonera Secretário de Infraestrutura e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 04 de janeiro de 2016, o servidor municipal EDUARDO SIMONATO, ocupante do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de janeiro de 2016.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás  
Secretário Municipal de Administração

**Decreto 012**

DECRETO Nº. 012/2016.

Exonera servidor municipal comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 04 de janeiro de 2016, o servidor municipal DILSO DAGORT, ocupante do cargo comissionado de Diretor Geral, portadora da matrícula 5999, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de janeiro de 2016.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra



Rodrigo Veriato Morás  
Secretário Municipal de Administração

Registrado e publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani  
Procurador Geral do Município

### **Decreto 014**

DECRETO Nº. 014/2016.

Exonera servidor municipal por aposentadoria e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e conforme o Benefício do INSS Nº. 1607079094.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, por aposentadoria, a partir de 04 de janeiro de 2016, a servidora municipal HELINETE SALETE PIEREZAN PIANA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, portadora da matrícula 1041, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de janeiro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás  
Secretário Municipal de Administração

### **Decreto 020**

DECRETO Nº. 020/2016.

Exonera a pedido Agente de Combate a Endemias contratada em caráter emergencial e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e considerando que a servidora desistiu da função.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido, a partir de 05 de janeiro de 2016, a servidora PATRICIA TURATTI, ocupante da função de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, contratada em caráter emergencial, com carga horária 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de janeiro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

### **Decreto 021**

DECRETO Nº. 021/2016.

Contrata Agente de Combate a Endemias em caráter emergencial e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e:

a) Considerando que, compete ao Município, conforme inciso II, do art. 23, inciso VII, do art. 30 e art. 196, todos da Constituição Federal, prestar atendimento à saúde da população;

b) Considerando o disposto na Constituição Federal quanto à contratação em vista do excepcional caráter de interesse público, regra prevista no inciso IX do art. 37;

c) Considerando a urgência e necessidade da Secretaria Municipal de Saúde deste profissional para atuar no Programa da Dengue, junto a Vigilância Sanitária do município;

d) Considerando o elevado número de focos do mosquito *Aedes aegypti* em nosso município;

e) Considerando que conforme relatório da Secretaria Estadual de Saúde o município de Xaxim está em estado de alerta com relação a Dengue;

f) Considerando a Nota Técnica nº 08 DIVE/SUS/SES/2015, da Secretaria de Estado de Santa Catarina;

g) Considerando que a Secretaria Municipal de Saúde está realizando trabalho de campo, vistorias e visitas in loco, no intuito de conscientizar a população nos cuidados necessários para combater o mosquito;

h) Considerando que para realização de todo este trabalho demanda de uma equipe de profissionais a campo;

i) Considerando ser uma situação temporária, onde devem ser intensificados os trabalhos de combate ao mosquito, principalmente durante os períodos de calor;

DECRETA:

Art. 1º Fica contratada em caráter emergencial a SRA. SANDRA DANIELA BATISTA PARIZOTTO, CPF: 027.152.789-77 para exercer a função de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, com carga horária 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 07 de janeiro de 2016 até 04 de abril de 2016, quando encerra este contrato.

Art. 2º O servidor ora contratado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 06 de janeiro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

### **Decreto013**

DECRETO Nº. 013/2016.

Nomeia Secretário Municipal de Infraestrutura e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado pelo presente Decreto, o Sr. DILSO DAGORT, CPF: 542.702.609-63, a partir de 05 de janeiro de 2016, no cargo de Secretário Municipal de Infraestrutura, deste município de Xaxim – SC, percebendo os subsídios constantes em lei vigente.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de janeiro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

## Associações

### AMAI

#### **RESOLUÇÃO 2/2016 NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA VENDA DE BENS MÓVEIS**

Estado de Santa Catarina

Associação dos Municípios do Alto Irani - AMAI

RESOLUÇÃO Nº 002/2016

NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA VENDA DE BENS MÓVEIS

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia e Presidente da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), no uso de suas atribuições estatutárias, que lhe são conferidas pelo art. 26, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Técnica que terá como atribuição a Avaliação das condições de uso, com fixação do valor aproximado de mercado da relação de bens inservíveis constatados no patrimônio da AMAI, bem como, deverá acompanhar o Edital de Venda;

Art. 2º - A Comissão será composta dos seguintes colaboradores da AMAI: Alexandre Bee Longhi, Andreza Gallas, Fernando Knoublauch e Ingrid Piovesan.

Parágrafo Único - Fica nomeada a funcionária Julia Candaten Dalpiaz como membro suplente, com a finalidade de substituir qualquer dos membros da comissão em caso de ausências ou impedimentos.

Art.3º- A comissão expedirá parecer em grupos de itens sobre o patrimônio inservível, no prazo de cinco dias, contados a partir desta data.

Art. 4º- Os membros não serão remunerados, considerando-se de relevante interesse público os serviços prestados.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê, SC, 05 de janeiro de 2015.

Ivandre Bocalon

Presidente da AMAI

Prefeito Municipal de Passos Maia

### AMAUC

#### **RESOLUÇÃO Nº 01/2016**

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 8 DE JANEIRO DE 2016.

Homologa e adjudica proposta para locação de imóvel com vistas ao funcionamento do Consórcio Abrigo Institucional.

A PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE – ABRIGO INSTITUCIONAL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, e de acordo com o Relatório elaborado pela Comissão nomeada através da Resolução nº 01, de 12 de Novembro de 2015, designada para escolha da melhor proposta locação de imóvel destinado ao funcionamento do Consórcio Abrigo Institucional, conforme Edital Público de seleção de propostas, de 27 de Outubro de 2015,

R E S O L V E:

Art. 1º Homologar a decisão da Comissão que escolheu como proposta mais adequada para atender as condições previstas no Edital Público, a apresentada por MOACIR NADIR SCHNEIDER CORRETOR DE IMÓVEIS.

Art. 2º Adjudicar a proposta vencedora e autorizar a contratação do imóvel proposto por MOACIR NADIR SCHNEIDER CORRETOR DE IMÓVEIS, nas condições estabelecidas no Relatório de Avaliação de Contraproposta – Edital Público nº 1/2015, no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) mensais, a partir de 1º de fevereiro de 2016.

Parágrafo único. A contagem do prazo para pagamento do aluguel de que trata este artigo fica vinculada a entrega do imóvel pelo contratado, nas condições estabelecidas no Relatório de Avaliação de Contraproposta.

Art. 4º A despesas para execução das despesas de que trata esta Resolução correrão por do orçamento vigente do Consórcio Abrigo Institucional.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data sua publicação.

Seara, 8 de janeiro de 2016.

LACI GRIGOLO

Presidente



# Consórcios

## CIMVI

### 8º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO PARA TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO MANTIDO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI E MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, PARA TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (MANUTENÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO).

Considerando-se que:

- a manutenção do Aterro Sanitário passou a ser de responsabilidade direta do CIMVI, a partir de 1º de janeiro de 2015, conforme Sexto Termo Aditivo a este Convênio, e este terceirizou parcialmente a operação do aterro e o tratamento do líquido percolado (chorume), conforme Licitação Tomada de Preços nº 005/2014;

- por decisão da 32ª Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio Público, realizada em 10/12/2015, foram iniciados os procedimentos para realização do Contrato de Programa que deverá suceder o Convênio firmado em 25/03/2003 e que deveria vigorar até 31/12/2018, mas que teve sua vigência reduzida pelo Sexto Termo Aditivo;

- os Municípios deverão fazer processo de dispensa de licitação previamente a assinatura do Contrato de Programa, na forma dos artigos 24, XXVI, e 26 da Lei nº 8.666/93, sem que exista tempo hábil para tal providência neste exercício em face das férias coletivas dos servidores públicos e dos procedimentos de encerramento do exercício;

- é de interesse público a manutenção do Convênio celebrado entre os Municípios em 25 de março de 2003, para tratamento e disposição final de resíduos sólidos domiciliares, já alterado pelo Primeiro Termo Aditivo firmado em 12/06/2003, Segundo Termo Aditivo firmado em 07/11/2003, Terceiro Termo Aditivo firmado em 11/11/2004, Quarto Termo Aditivo firmado em 07/12/2005, Quinto Termo Aditivo firmado em 20/01/2011, Sexto Termo Aditivo firmado em 30/12/2014 e Sétimo Termo Aditivo firmado em 13/02/2015, com estabelecimento da vigência do mesmo até a implementação do Contrato de Programa;

As partes resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio, firmado em 25 de março de 2003, para tratamento e disposição final de resíduos sólidos domiciliares, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

1.1 – O prazo de vigência de que trata a Cláusula Sétima do Convênio celebrado entre os Municípios em 25 de março de 2003, reduzido para 31 de dezembro de 2015 pelo item 1.3 do Sexto Termo Aditivo, firmado em 30 de dezembro de 2014, fica novamente alterado, passando a ser até 29 de fevereiro de 2016, inclusive, quando deverá ser sucedido por Contrato de Programa, a contar de 1º de março de 2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

2.1 - Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas do convênio original, firmado em 25 de março de 2003, com as alterações estabelecidas pelos Termos Aditivos primeiro, segundo, terceiro,

quarto, quinto, sexto e sétimo, e por este instrumento.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo Aditivo em 11 (onze) vias de igual teor e forma, junto com duas testemunhas.

Timbó - SC, em 30 de Dezembro de 2015.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI

SERGIO ALMIR DOS SANTOS – Presidente

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR - Prefeito	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE WALDIR GIRARDI – Diretor Presidente
---	--

MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC NICANOR MORRO – Prefeito	MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC MOACIR POLIDORO - Prefeito
--	---

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito	MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC HARTWIG PERSUHN - Prefeito
---	---

MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC SERGIO ALMIR DOS SANTOS – Prefeito	MUNICÍPIO DE POMERODE/SC ROLF NICOLODELLI - Prefeito
---	---

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC FERNANDO TOMASELLI – Prefeito	MUNICÍPIO DE RODEIO/SC PAULO ROBERTO WEISS - Prefeito
---	--

Testemunhas:

----- ----- Valter Conrado de Araújo CPF nº 379.549.389-72	----- ----- Luiz Claudio Kades CPF nº 693.125.329-87
---	---

### CONTRATO Nº 019/2014 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO NO TEXTO ANTERIOR

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 019/2014

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Serrana Engenharia LTDA

OBJETO: Renovação do contrato para o exercício de 2016, com reajuste do valor contratado; aditamento do prazo de execução em mais 06 (seis) meses e prorrogação do prazo de vigência até 30/06/2016.

REAJUSTE: Correspondente ao INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Íntegra em [www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos)

Timbó, 30 de dezembro de 2015.  
SERGIO ALMIR DOS SANTOS  
Presidente

Extrato republicado com alterações, substituindo integralmente a publicação ocorrida na edição 1900 de 30/12/2015 do DOM/SC

#### **CONTRATO Nº 2015-026 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIM-VI  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2015/026  
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI  
CONTRATADO: Ober S.A. Industria e Comercio  
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para 31/12/2016.

Íntegra em [www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos)  
Timbó, 30 de dezembro de 2015.  
SERGIO ALMIR DOS SANTOS  
Presidente

#### **CONTRATO Nº 2015-027 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIM-VI  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2015/027  
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI  
CONTRATADO: Dragão Industria e Comercio Ltda EPP  
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para 31/12/2016.

Íntegra em [www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos)  
Timbó, 30 de dezembro de 2015.  
SERGIO ALMIR DOS SANTOS  
Presidente

#### **CONTRATO Nº 2015-029 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIM-VI  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2015/029  
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI  
CONTRATADO: Raizes do Brasil Consultoria Ltda ME  
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para 30/06/2016.

Íntegra em [www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos)  
Timbó, 30 de dezembro de 2015.  
SERGIO ALMIR DOS SANTOS  
Presidente

#### **CONTRATO Nº 2015-030 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIM-VI  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2015/030  
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI  
CONTRATADO: Hidrobrasil Ltda EPP  
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para 30/06/2016.

Íntegra em [www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos)  
Timbó, 30 de dezembro de 2015.  
SERGIO ALMIR DOS SANTOS  
Presidente

#### **CONTRATO Nº 2015/022 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIM-VI  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2015/022  
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI  
CONTRATADO: Michel Antônio Campestrini  
OBJETO: Prorrogação do prazo de execução e vigência para 31/12/2016.

Íntegra em [www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos)  
Timbó, 30 de dezembro de 2015.  
SERGIO ALMIR DOS SANTOS  
Presidente

#### **CONTRATO Nº 2016/001 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ASSESSORIA NA GESTÃO DO SICONV**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIM-VI  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2016/001  
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI  
CONTRATADO: Marise Teresinha Heinig  
OBJETO: Prestação de serviços de assessoria para a gestão no SICONV do Convênio nº 764675/2011 entre o CIMVI e o Ministério do Meio Ambiente, compreendendo o gerenciamento dos prazos de execução do projeto, a gestão no SICONV nos módulos execução e prestação de contas e as respostas às diligências da mandatária – Caixa Econômica Federal.  
VALOR: R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).  
VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Íntegra em [www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos/prestação de serviços](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos/prestação%20de%20serviços)

Timbó, 04 de janeiro de 2016.  
HARTWIG PERSUHN  
Presidente

**CONTRATO Nº 2016/002 - LOCAÇÃO DE 01 (UM) SANITÁRIO QUÍMICO PORTÁTIL TIPO CABINE, DESTINADO À UTILIZAÇÃO PRÓXIMO À ÁREA DE DISPOSIÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DO ATERRO SANITÁRIO EM TIMBÓ/SC**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIM-VI  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2016/002  
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI  
CONTRATADO: Luzia Nascimento da Cunha - ME  
OBJETO: Locação de 01 (um) sanitário químico portátil tipo cabine, destinado à utilização próximo à área de disposição nas dependências do Aterro Sanitário em Timbó/SC, contemplando o fornecimento de materiais de higiene, serviços de limpeza e remoção periódica de dejetos.  
VALOR: R\$ 8.160,00 (oito mil e cento e sessenta reais).  
VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Íntegra em [www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos/prestação de serviços](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos/prestação-de-serviços)

Timbó, 04 de janeiro de 2016.  
HARTWIG PERSUHN  
Presidente

**CONTRATO Nº 2016/003 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DO ATERRO SANITÁRIO EM TIMBÓ/SC**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIM-VI  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2016/003  
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI  
CONTRATADO: Eloi Arno Pereira 44639180900  
OBJETO: Prestação de serviços gerais de manutenção nas dependências do Aterro Sanitário em Timbó/SC, compreendendo o fornecimento de mão de obra para conservação e limpeza dos setores do aterro por meio de varrições, lavações, recolhimento de resíduos e aparo de gramas, bem como a limpeza e manutenção das calhas e drenos instalados na área de disposição final dos resíduos sólidos.  
VALOR: R\$ 8.985,60 (oito mil, novecentos e oitenta reais e sessenta centavos).  
VIGÊNCIA: até 30 de junho de 2016.

Íntegra em [www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos/prestação de serviços](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos/prestação-de-serviços)

Timbó, 04 de janeiro de 2016.  
HARTWIG PERSUHN  
Presidente

**CONTRATO Nº 2016/004 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO ARMADO PARA ACESSO AO ATERRO SANITÁRIO**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIM-VI  
EXTRATO DE CONTRATO

LICITAÇÃO Nº 012/2015 – CARTA CONVITE

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2016/004  
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI  
CONTRATADO: Essencial Construtora e Comercio de Materiais de Construção Ltda ME  
OBJETO: Execução de pavimentação em concreto armado para acesso ao Aterro Sanitário  
VALOR: R\$ 54.067,76 (cinquenta e quatro mil, sessenta e sete reais e setenta e seis centavos).  
VIGÊNCIA: até 30 de junho de 2016.

Íntegra em [www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos/prestação de serviços](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos/prestação-de-serviços)

Timbó, 04 de janeiro de 2016.  
HARTWIG PERSUHN  
Presidente

**CONTRATO Nº 2016/005 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE TERRAPLANAGEM PARA A AMPLIAÇÃO DA ÁREA DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO ATERRO SANITÁRIO, ETAPA 2, SETOR B**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIM-VI  
EXTRATO DE CONTRATO

LICITAÇÃO Nº 011/2015 – CARTA CONVITE

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2016/005  
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI  
CONTRATADO: Ladehoff Comércio e Serviços de Terraplanagem Ltda EPP  
OBJETO: Execução de serviços especializados de terraplanagem para a ampliação da área de disposição de resíduos sólidos do aterro sanitário, etapa 2, setor B.  
VALOR: R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais).  
VIGÊNCIA: até 30 de junho de 2016.

Íntegra em [www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos/prestação de serviços](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos/prestação-de-serviços)

Timbó, 04 de janeiro de 2016.  
HARTWIG PERSUHN  
Presidente

**CIS/AMAUC****CONTRATO RATEIO CISAMAUC Nº 02/2016****CONTRATO DE RATEIO Nº 02/2016**

Os Municípios que integram o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense, neste ato representados pelos seus respectivos Prefeitos, através deste contrato de rateio estabelecem o que segue:

**CLAUSULA PRIMEIRA****DO OBJETIVO**

O presente contrato de rateio tem por objetivo fixar a despesa e estimar a receita do CIS AMAUC para o exercício de 2016, e a cota de transferência de recursos financeiros que compete a cada município consorciado, em especial, para atender as despesas com a contratação de atendimentos médico clínicos especializados e exames, nas mais diversas áreas e especificidades da saúde, junto aos profissionais credenciados ao Consórcio e para manutenção das atividades administrativas do Consórcio.

Durante o exercício os Municípios integrantes do CIS AMAUC poderão utilizar os serviços dos profissionais de saúde para atendimentos médico clínicos especializados e exames laboratoriais, sendo que o pagamento será feito pelos serviços utilizados.

Durante o decorrer do exercício o Presidente do Consórcio poderá efetuar por ato próprio o remanejamento de dotações de uma categoria de programação para outra, bem como suplementar o orçamento tendo como fontes de recursos o excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício anterior.

**CLÁUSULA SEGUNDA****DO VALOR DO CONTRATO DE RATEIO**

O valor do presente contrato de rateio é a estimativa de uso dos serviços estimados pelos Municípios, ao qual, dá-se o valor de R\$ 457.000,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil reais), além do valor do rateio dos serviços conforme cláusula terceira deste Contrato de Rateio.

O valor do presente Contrato de Rateio poderá ser alterado mediante termo aditivo conforme a necessidade de cada ente consorciado visando atender sua demanda, ou através de assembleia geral em caso de novos serviços.

**CLÁUSULA TERCEIRA****DO RATEIO**

Para realizar a receita, viabilizar a despesa prevista e possibilitar a prestação de serviços pelo Consórcio CIS AMAUC no exercício de 2016, cada Município repassará ao Consórcio os seguintes valores:

I - R\$ 1.000,00 (um mil reais), em duas parcelas, sendo a primeira no mês de março e a segunda no mês de agosto/2016.

II - O valor utilizado pelo ente consorciado em serviços médicos, clínicos e laboratoriais, em cada mês, até o dia 10 (dez) do mês subsequente a utilização dos serviços.

**CLÁUSULA QUARTA****DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio correrão por conta da rubrica orçamentária, conforme abaixo especificado

ELEMENTO			TOTAL/ANO
OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.000,00
3.3.71.39.01 – Transferência a consórcios Públicos - Outras Despesas Correntes			1.000,00
TOTAL DO MUNICÍPIO			1.000,00

**CLÁUSULA QUINTA****DA CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

O CIS AMAUC manterá os registros contábeis em conformidade ao que dispõe a Lei nº 4.320/64, e observará as instruções emitidas pelos Tribunais de Contas do Estado de Santa Catarina e da União.

O CIS AMAUC encaminhará aos Municípios associados, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, cópia do balancete e dos relatórios mensais conforme dispõe a legislação vigente.

**CLÁUSULA SEXTA****DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO CONSÓRCIO**

Todos os Municípios consorciados terão direito a utilizar os serviços prestados pelo CIS AMAUC ou os que venham a ser implementados, bastando apenas requisitar os serviços e efetuar o pagamento conforme a efetiva prestação dos serviços.

**CLÁUSULA SÉTIMA****DO RATEIO DAS DESPESAS**

Para atender as despesas previstas, cada ente consorciado repassará os valores conforme tabela abaixo:

I – Manutenção das despesas do Consórcio:

Alto Bela Vista		1.000,00
Arabutã		1.000,00
Concórdia		1.000,00
Ipira		1.000,00
Ipumirim		1.000,00
Irani		1.000,00
Itá		1.000,00
Jaborá		1.000,00
Lindoia do Sul		1.000,00
Paial		1.000,00
Peritiba		1.000,00
Piratuba		1.000,00
Pres. Castello Branco		1.000,00
Seara		1.000,00
Xavantina		1.000,00

## II – Serviços Médicos, Clínicos e laboratoriais (valores estimados)

Alto Bela Vista		75.000,00
Arabutã		12.000,00
Concórdia		5.000,00
Ipira		35.000,00
Ipumirim		45.000,00
Irani		30.000,00
Itá		20.000,00
Jaborá		20.000,00
Lindoia do Sul		20.000,00
Paial		85.000,00
Peritiba		25.000,00
Piratuba		10.000,00
Pres. Castello Branco		30.000,00
Seara		15.000,00
Xavantina		15.000,00

## CLÁUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA

O presente contrato de rateio terá vigência de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

## CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As dúvidas oriundas deste Contrato serão resolvidas em Assembleia Geral do CIS AMAUC, que poderá suprimir ou acrescentar novas cláusulas que objetivem aprimorar os serviços prestados pelo CIS AMAUC aos municípios associados.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente Contrato de Rateio em 2 (duas) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

Concórdia, 08 de dezembro de 2015.

CATIA T. REICHERT Prefeita Municipal de A. B. Vista	JACKSON LUIZ PATZLAFF Prefeito Municipal de Arabutã	JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal de Concórdia
--	--	---

VALDIR ZANELLA Prefeito Municipal de Ipumirim	EMERSON ARI REICHERT Prefeito Municipal de Ipira	LEIDE MARA BENDER Prefeita Municipal de Itá
MAURI RICARDO DE LIMA Prefeito Municipal de Irani	PEDRO ARI PARIZOTTO Prefeito Municipal de L. do Sul	KLEBER MERCIO NORA Prefeito Municipal de Jaborá
NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal de Peritiba	ALDAIR ANTONIO RIGO Prefeito Municipal de Paial	CLAUDIO SARTORI Prefeito de Pres. C. Branco
CLAUDIRLEI DORINI Prefeito Municipal de Piratuba	LACI GRIGOLO Prefeita Municipal de Seara	MAURO JUNES POLETO Prefeito Municipal de Xavantina
ROBERTO KURTZ PEREIRA OAB/SC 22.519	VANDERLEI ROBERTO PICININI Contador CRC/SC 023.918	

## CIS/AMURC

### ATA\_05/2015\_ASSEMBLEIA GERAL\_ELEICAO\_DIRETORIA

ATA Nº 005/2015 DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC – Canoinhas – 27 de novembro de 2015.

Local: Restaurante Pesque Pague Suchara- Canoinhas - SC

Horário: 10:00 horas

Municípios presentes:

Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Porto União e Três Barras.

1- Abertura dos Trabalhos: Saudação do Presidente do CISAMURC Prefeito Juliano Pozzi Pereira, dando as boas-vindas a todos, e na sequência fez breve relato das atividades desenvolvidas pelo CISAMURC durante o exercício de 2015.

2- Relatório situacional do CISAMURC e Proposta de Rateio: Apresentado pelo gerente administrativo do CISAMURC, Sr. Luiz Cesar Batista, o qual repassou para os presentes a situação para a conclusão da transferência do CDI para o Hospital Santa Cruz de Canoinhas - HSCC, destacando que neste mês (novembro/2015) todos os serviços do centro de Imagem já estão sob responsabilidade do HSCC, mas que, no entanto, o CISAMURC ainda tem algumas rescisões da equipe de técnicos em radiologia pendentes para serem concluídas. Assim sendo, destaca à necessidade de acrescentar o valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) ao valor do contrato de rateio vigente para o exercício de 2016. Após discussão e esclarecimentos aos presentes foi aprovado por unanimidade os seguintes valores para o contrato de rateio conforme tabela abaixo:

CONTRATO DE RATEIO DO CISAMURC PARA EXERCÍCIO DE 2016				
Município	População	Participação	Valor Ano R\$	Valor/Mês R\$
Bela Vista do Toldo	6.248	2,80%	14.433,70	1.202,81
Canoinhas	54.188	24,26%	125.181,35	10.431,78
Irineópolis	10.989	4,92%	25.386,02	2.115,50
Mafra	55.313	24,76%	127.780,25	10.648,35
Major Vieira	7.899	3,54%	18.247,72	1.520,64
Monte Castelo	8.475	3,79%	19.578,36	1.631,53
Papanduva	18.793	8,41%	43.414,28	3.617,86
Porto União	34.882	15,62%	80.581,97	6.715,16
Timbó Grande	7.632	3,42%	17.630,92	1.469,24
Três Barras	18.945	8,48%	43.765,42	3.647,12
TOTAL	223.364	100,00%	516.000,00	43.000,00

3 – Eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para o exercício de 2016: Em virtude da questão estatutária em relação as apresentações prévias das chapas, por consenso e depois de várias discussões foi eleita por aclamação a Diretoria Executiva para o exercício de 2016: Presidente – Juliano Pozzi Pereira, Prefeito Municipal de Irineópolis; 1º Vice-Presidente – Elói Jose Quege, Prefeito Municipal de Três Barras; 2º Vice-Presidente: Aldomir Roskamp - Prefeito Municipal de Monte Castelo; Secretário: Luiz Alberto Rincoski Faria, Prefeito Municipal de Canoinhas; Tesoureiro: Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva.

Ficando ainda para o Conselho Fiscal:

Almir Fernandes – Prefeito Municipal de Timbó Grande; Anízio de Souza - Prefeito Municipal de Porto União; e Gilberto Damaso da Silveira – Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo. Gerente Administrativo: Luiz Cesar Batista.

4 – Assuntos Gerais: Com a palavra o prefeito Juliano Pozzi Pereira, destacou a importância dos assuntos tratados nesta reunião, solicita que esta seja repassada aos prefeitos consorciados, para conhecimento e providências quanto efetivação do que foi deliberado nesta oportunidade. Nada mais havendo a tratar, eu, Luiz Cesar Batista, Gerente Administrativo do CISAMURC lavrei a presente ata, que após lida e aprovada pelos presentes, vai assinada por mim e pelo Presidente Prefeito Juliano Pozzi Pereira.

Canoinhas, SC, 27 de novembro 2015.



**CVC****CONTRATO DE RATEIO 001/2016**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2016

Contrato de Rateio Nº 001/2016

Pelo Presente instrumento de contrato de rateio que celebram entre si, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Av. Santa Catarina, nº 1022 – Centro – no município de Coronel Freitas/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, neste ato representado por seu Presidente o Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, brasileiro, união estável, comerciante, portador do CPF: 758.156.999-34 e do RG: 721.504-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua São João, 1435, Centro, no município de União do Oeste/SC, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATADO, e de outro o MUNICÍPIO DE QUILOMBO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Duque De Caxias, 165- Centro – no município de Quilombo/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.865.0001-61, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. NEURI BRUNETTO, brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF 753.605.609-59, e do RG-2.656.983, residente na Linha Salto Saudades, Interior, no município de Quilombo/SC, de ora em diante denominados simplesmente de CONTRATANTE, Com fundamento no artigo 8º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, no artigo 9º do Protocolo de Intenções do Consórcio CVC e no CONTRATO DE PROGRAMA Nº 015/2012, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO DE RATEIO DO PROGRAMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVO E PATRIMONIAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - (CVC), nos termos a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:** Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, da Lei Municipal nº 2.281, de 14/03/2012, bem como as cláusulas do Contrato de Programa do CVC nº 015/2012.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO:** É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:** Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 015/2012.

**CLÁUSULA QUARTA – DO RATEIO:** Para a execução do objeto deste contrato, o CONTRATANTE repassará mensalmente ao CONTRATADO a importância de R\$ 3.180,15 (três mil, cento e oitenta reais e quinze centavos), para pagamento das despesas com pessoal e R\$ 519,85 (quinhentos e dezenove reais e oitenta e cinco centavos), para pagamento de outras despesas relacionadas ao Contrato de Programa, totalizando o valor mensal de R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais), para efeitos deste contrato o valor total é de R\$ 44.400,00 (quarenta e quatro mil e quatrocentos reais).

**CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:** o CONTRATANTE deverá depositar na conta nº 14.503-3 da Agência 2006-0 do Banco do Brasil de Coronel Freitas até o dia 20 de cada mês o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – DA EXCLUSÃO:** Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:** Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:** O consorciado inadimplente com o CVC será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

**CLÁUSULA NONA –** Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA:** Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:** O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, e vigorará até 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ADITAMENTO:** Este contrato de rateio poderá ser alterado por decisão das partes, por meio de assinatura de termo aditivo, sendo vedado, em qualquer hipótese, a modificação de seu objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:** Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contra-propostas encaminhadas pelas partes à Assembléia Geral do contratado.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em três vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas, SC, 04 de janeiro de 2016.

CONSÓCIO - CVC

Sr. Everaldo Luis Casonatto

Presidente

MUNICÍPIO DE QUILOMBO

Sr. Neuri Brunetto

Prefeito Municipal



**CONTRATO DE RATEIO 002/2016**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2016

Contrato de Rateio Nº 002/2016

Pelo Presente instrumento de contrato de rateio que celebram entre si, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Av. Santa Catarina, nº 1022 – Centro – no município de Coronel Freitas/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, neste ato representado por seu Presidente o Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, brasileiro, união estável, comerciante, portador do CPF: 758.156.999-34 e do RG: 721.504-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua São João, 1435, Centro, no município de União do Oeste/SC, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATADO, e de outro o MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Av. Santa Catarina, nº 1022 – Centro – no município de Coronel Freitas/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício o Sr. CESAR LUIS MARTINELLI, brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF: 729.800.529-49, e do RG: 2.165.148-5 - SSP/SC, residente e domiciliado à Linha Zenaide Bertasso, Interior, no município de Coronel Freitas/SC, de ora em diante denominados simplesmente de CONTRATANTE, Com fundamento no artigo 8º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, no artigo 9º do Protocolo de Intenções do Consórcio CVC e no CONTRATO DE PROGRAMA Nº 002/2012, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO DE RATEIO DO PROGRAMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVO E PATRI-MONIAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - (CVC), nos termos a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:** Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, da Lei Municipal nº 1.827, de 24/11/2011, bem como as cláusulas do Contrato de Programa do CVC nº 002/2012.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO:** É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:** Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 002/2012.

**CLÁUSULA QUARTA – DO RATEIO:** Para a execução do objeto deste contrato, o CONTRATANTE repassará mensalmente ao CONTRATADO a importância de R\$ 3.180,15 (três mil, cento e oitenta reais e quinze centavos), para pagamento das despesas com pessoal e R\$ 519,85 (quinhentos e dezenove reais e oitenta e cinco centavos), para pagamento de outras despesas relacionadas ao Contrato de Programa, totalizando o valor mensal de R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais), para efeitos deste contrato o valor total é de R\$ 44.400,00 (quarenta e quatro mil e quatrocentos reais).

**CLÁUSULA QUINTA – DO DÉBITO:** Fica o CVC autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 20 de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – DA EXCLUSÃO:** Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:** Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações

necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:** O consorciado inadimplente com o CVC será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

**CLÁUSULA NONA –** Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA:** Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:** O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, e vigorará até 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ADITAMENTO:** Este contrato de rateio poderá ser alterado por decisão das partes, por meio de assinatura de termo aditivo, sendo vedado, em qualquer hipótese, a modificação de seu objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:** Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contra-propostas encaminhadas pelas partes à Assembléia Geral do contratado.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em três vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas, SC, 04 de janeiro de 2016.

CONSÓCIO - CVC

Sr. Everaldo Luis Casonatto  
Presidente

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Sr. Cesar Luis Martinelli  
Prefeito Municipal em Exercício

**CONTRATO DE RATEIO 003/2016**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2016

Contrato de Rateio Nº 003/2016

Pelo Presente instrumento de contrato de rateio que celebram entre si, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Av. Santa Catarina, nº 1022 – Centro – no município de Coronel Freitas/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, neste ato representado por seu Presidente o Sr. . EVERALDO LUIS CASONATTO, brasileiro, união estável, comerciante, portador do CPF: 758.156.999-34 e do RG: 721.504-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua São João, 1435, Centro, CEP 89.845-000 - no município de União do Oeste/SC, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATADO, e de outro o MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Av. São Luiz, nº 531 - Centro, CEP 89.845-000

– no município de União do Oeste/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, brasileiro, união estável, comerciante, portador do CPF: 758.156.999-34 e do RG: 721.504-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua São João, 1435, Centro, CEP 89.845-000 - no município de União do Oeste/SC, de ora em diante denominados simplesmente de CONTRATANTE, Com fundamento no artigo 8º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, no artigo 9º do Protocolo de Intenções do Consórcio CVC e no CONTRATO DE PROGRAMA Nº 004/2012, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO DE RATEIO DO PROGRAMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVO E PATRIMONIAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - (CVC), nos termos a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:** Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, da Lei Municipal nº 925, de 11/11/2011, bem como as cláusulas do Contrato de Programa do CVC nº 004/2012.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO:** É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:** Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 004/2012.

**CLÁUSULA QUARTA – DO RATEIO:** Para a execução do objeto deste contrato hora aditivado, o CONTRATANTE repassará mensalmente ao CONTRATADO a importância de R\$ 1.676,02 (um mil e seiscientos e setenta e seis reais e dois centavos), para pagamento das despesas com pessoal e R\$ 273,98 (duzentos e setenta e três reais e noventa e oito centavos, para pagamento de outras despesas relacionadas ao Contrato de Programa, totalizando o valor mensal de R\$ 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais), para efeitos deste contrato o valor total é de R\$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais).

**CLÁUSULA QUINTA – DO DÉBITO:** Fica o CVC autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 20 de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – DA EXCLUSÃO:** Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:** Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:** O consorciado inadimplente com o CVC será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

**CLÁUSULA NONA –** Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA:** Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá

ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:** O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, e vigorará até 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ADITAMENTO:** Este contrato de rateio poderá ser alterado por decisão das partes, por meio de assinatura de termo aditivo, sendo vedado, em qualquer hipótese, a modificação de seu objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:** Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contra-propostas encaminhadas pelas partes à Assembléia Geral do contratado.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em três vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas, SC, 04 de janeiro de 2016.

CONSÓCIO - CVC

Sr. Everaldo Luis Casonatto

Presidente

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

Sr. Everaldo Luis Casonatto

Prefeito Municipal

## **CONTRATO DE RATEIO 004/2016**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2016

Contrato de Rateio Nº 004/2016

Pelo Presente instrumento de contrato de rateio que celebram entre si, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Av. Santa Catarina, nº 1022 – Centro – no município de Coronel Freitas/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, neste ato representado por seu Presidente o Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, brasileiro, união estável, comerciante, portador do CPF: 758.156.999-34 e do RG: 721.504-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua São João, 1435, Centro, no município de União do Oeste/SC, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATADO, e de outro o Município de ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Porto União, 968, Centro - no Município de Águas de Chapecó - Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 82804212/0001-96, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ANDRÉ MAX TORMEN, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador do RG. nº4.791.380-0, e CPF nº 040.519.239-83, residente e domiciliado em Linha Pegoraro s/n Interior, Águas de Chapecó-SC, de ora em diante denominados simplesmente de CONTRATANTE, Com fundamento no artigo 8º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, no artigo 9º do Protocolo de Intenções do Consórcio CVC e no CONTRATO DE PROGRAMA Nº 007/2012, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO DE RATEIO DO PROGRAMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVO E PATRIMONIAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - (CVC), nos termos a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:** Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, da Lei Municipal nº 1.780, de 03/04/2012, bem como as cláusulas do Contrato de Programa do CVC nº 007/2012.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO:** É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:** Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 007/2012.

**CLÁUSULA QUARTA – DO RATEIO:** Para a execução do objeto deste contrato, o CONTRATANTE repassará mensalmente ao CONTRATADO a importância de R\$ 2.062,80 (dois mil, sessenta e dois reais e oitenta centavos), para pagamento das despesas com pessoal e R\$ 337,20 (trezentos e trinta e sete reais e vinte centavos), para pagamento de outras despesas relacionadas ao Contrato de Programa, totalizando o valor mensal de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), para efeitos deste contrato o valor total é de R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais).

**CLÁUSULA QUINTA – DO DÉBITO:** Fica o CVC autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 20 de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – DA EXCLUSÃO:** Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:** Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:** O consorciado inadimplente com o CVC será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

**CLÁUSULA NONA –** Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA:** Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:** O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, e vigorará até 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ADITAMENTO:** Este contrato de rateio poderá ser alterado por decisão das partes, por meio de assinatura de termo aditivo, sendo vedado, em qualquer hipótese, a modificação de seu objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:** Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e

contra-propostas encaminhadas pelas partes à Assembléia Geral do contratado.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em três vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas, SC, 04 de janeiro de 2016.

CONSÓCIO - CVC  
Sr. Mauri José Zucco  
Presidente

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ  
Sr. André Max Tormen  
Prefeito Municipal

### **CONTRATO DE RATEIO 005/2016**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2016

Contrato de Rateio Nº 005/2016

Pelo Presente instrumento de contrato de rateio que celebram entre si, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Av. Santa Catarina, nº 1022 – Centro – no município de Coronel Freitas/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, neste ato representado por seu Presidente o Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, brasileiro, união estável, comerciante, portador do CPF: 758.156.999-34 e do RG: 721.504-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua São João, 1435, Centro, no município de União do Oeste/SC, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATADO, e de outro o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Índio Condá nº 55 - Centro no município de Caxambu do Sul/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VILMAR FOPPA, brasileiro, casado, portador do CPF: 492.145.609-78, e do RG: 1.498.349-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Angelo Rolim de Moura, nº 45, Centro, no município de Caxambu do Sul/SC, de ora em diante denominados simplesmente de CONTRATANTE, Com fundamento no artigo 8º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, no artigo 9º do Protocolo de Intenções do Consórcio CVC e no CONTRATO DE PROGRAMA Nº 008/2012, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO DE RATEIO DO PROGRAMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVO E PATRIMONIAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - (CVC), nos termos a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:** Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, da Lei Municipal nº 1.256, de 27/03/2012, bem como as cláusulas do Contrato de Programa do CVC nº 008/2012.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO:** É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:** Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 008/2012.

**CLÁUSULA QUARTA – DO RATEIO:** Para a execução do objeto deste contrato hora aditivado, o CONTRATANTE repassará mensalmente ao CONTRATADO a importância de R\$ 1.676,02 (um mil e seiscientos e setenta e seis reais e dois centavos), para pagamento das despesas com pessoal e R\$ 273,98 (duzentos e setenta e três reais e noventa e oito centavos), para pagamento de outras despesas relacionadas ao Contrato de Programa, totalizando o valor mensal de R\$ 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais), para efeitos



deste contrato o valor total é de R\$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais).

**CLÁUSULA QUINTA – DO DÉBITO:** Fica o CVC autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 20 de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – DA EXCLUSÃO:** Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:** Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:** O consorciado inadimplente com o CVC será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

**CLÁUSULA NONA –** Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA:** Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:** O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, e vigorará até 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ADITAMENTO:** Este contrato de rateio poderá ser alterado por decisão das partes, por meio de assinatura de termo aditivo, sendo vedado, em qualquer hipótese, a modificação de seu objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:** Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contra-propostas encaminhadas pelas partes à Assembléia Geral do contratado.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em três vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas, SC, 04 de janeiro de 2016.

CONSÓCIO - CVC  
Sr. Everaldo Luis Casonatto  
Presidente

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL  
Sr. Vilmar Foppa  
Prefeito Municipal

## **CONTRATO DE RATEIO 006/2016**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2015

Contrato de Rateio Nº 009/2015

Pelo Presente instrumento de contrato de rateio que celebram entre si, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Av. Santa Catarina, nº 1022 – Centro – no município de Coronel Freitas/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, neste ato representado por seu Presidente o Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, brasileiro, união estável, comerciante, portador do CPF: 758.156.999-34 e do RG: 721.504-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua São João, 1435, Centro, no município de União do Oeste/SC, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATADO, e de outro o MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Antonio Cella, N.º 173 - Centro – no município de Formosa Do Sul/SC, inscrito no CNPJ sob o N.º 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JORGE ANTONIO COMUNELLO, brasileiro, casado, funcionário público, portador do CPF: 369.252.330-00, e do RG: 824.966-0-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Governador Ivo Silveira, N.º 162, Centro, no município de Formosa Do Sul/SC, de ora em diante denominados simplesmente de CONTRATANTE, Com fundamento no artigo 8º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, no artigo 9º do Protocolo de Intenções do Consórcio CVC e no CONTRATO DE PROGRAMA Nº 011/2012, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO DE RATEIO DO PROGRAMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVO E PATRIMONIAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - (CVC), nos termos a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:** Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, da Lei Municipal nº 540, de 27/03/2012, bem como as cláusulas do Contrato de Programa do CVC nº 011/2012.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO:** É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:** Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 011/2012.

**CLÁUSULA QUARTA – DO RATEIO:** Para a execução do objeto deste contrato hora aditivado, o CONTRATANTE repassará mensalmente ao CONTRATADO a importância de R\$ 1.031,40 (um mil e trinta e um reais e quarenta centavos), para pagamento das despesas com pessoal e R\$ 168,60 (cento e sessenta e oito reais e sessenta centavos), para pagamento de outras despesas relacionadas ao Contrato de Programa, totalizando o valor mensal de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), para efeitos deste contrato o valor total é de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e cem quatrocentos reais).

**CLÁUSULA QUINTA – DO DÉBITO:** Fica o CVC autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 20 de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – DA EXCLUSÃO:** Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:** Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações

necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:** O consorciado inadimplente com o CVC será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

**CLÁUSULA NONA –** Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA:** Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:** O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, e vigorará até 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ADITAMENTO:** Este contrato de rateio poderá ser alterado por decisão das partes, por meio de assinatura de termo aditivo, sendo vedado, em qualquer hipótese, a modificação de seu objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:** Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contra-propostas encaminhadas pelas partes à Assembléia Geral do contratado.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em três vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas, SC, 02 de janeiro de 2015.

CONSÓCIO - CVC  
Sr. Everaldo Luis Casonatto  
Presidente

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL  
Sr. Jorge Antonio Comunello  
Prefeito Municipal

### **CONTRATO DE RATEIO 007/2016**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2016  
Contrato de Rateio Nº 007/2016

Pelo Presente instrumento de contrato de rateio que celebram entre si, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Av. Santa Catarina, nº 1022 – Centro – no município de Coronel Freitas/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, neste ato representado por seu Presidente o Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, brasileiro, união estável, comerciante, portador do CPF: 758.156.999-34 e do RG: 721.504-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua São João, 1435, Centro, no município de União do Oeste/SC, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATADO, e de outro o MUNICÍPIO DE IRATI, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João

Beux Sobrinho, nº 385 - Centro – no município de Irati/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 95.990.230/0001-51, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO GRANDO, brasileiro, casado, funcionário público, portador do CPF: 469.266.409-63, e do RG: 1.128.028-0-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Rio Branco, nº 169, Centro, no município de Irati/SC, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATANTE, Com fundamento no artigo 8º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, no artigo 9º do Protocolo de Intenções do Consórcio CVC e no CONTRATO DE PROGRAMA Nº 012/2012, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO DE RATEIO DO PROGRAMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVO E PATRIMONIAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - (CVC), nos termos a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:** Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, da Lei Municipal nº 753, de 20/03/2012, bem como as cláusulas do Contrato de Programa do CVC nº 012/2012.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO:** É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:** Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 012/2012.

**CLÁUSULA QUARTA – DO RATEIO:** Para a execução do objeto deste contrato hora aditivado, o CONTRATANTE repassará mensalmente ao CONTRATADO a importância de R\$ 1.676,02 (um mil e seiscentos e setenta e seis reais e dois centavos), para pagamento das despesas com pessoal e R\$ 273,98 (duzentos e setenta e três reais e noventa e oito centavos, para pagamento de outras despesas relacionadas ao Contrato de Programa, totalizando o valor mensal de R\$ 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais), para efeitos deste contrato o valor total é de R\$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais).

**CLÁUSULA QUINTA – DO DÉBITO:** Fica o CVC autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 20 de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – DA EXCLUSÃO:** Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:** Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:** O consorciado inadimplente com o CVC será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

**CLÁUSULA NONA –** Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA:** Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de

Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:** O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, e vigorará até 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ADITAMENTO:** Este contrato de rateio poderá ser alterado por decisão das partes, por meio de assinatura de termo aditivo, sendo vedado, em qualquer hipótese, a modificação de seu objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:** Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contra-propostas encaminhadas pelas partes à Assembléia Geral do contratado.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em três vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas, SC, 04 de janeiro de 2016.

CONSÓCIO - CVC  
Sr. Everaldo Luis Casonatto  
Presidente

MUNICÍPIO DE IRATI  
Sr. Antonio Grando  
Prefeito Municipal

### **CONTRATO DE RATEIO 008/2016**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2016  
Contrato de Rateio Nº 008/2016

Pelo Presente instrumento de contrato de rateio que celebram entre si, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Av. Santa Catarina, nº 1022 – Centro – no município de Coronel Freitas/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, neste ato representado por seu Presidente o Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, brasileiro, união estável, comerciante, portador do CPF: 758.156.999-34 e do RG: 721.504-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua São João, 1435, Centro, no município de União do Oeste/SC, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATADO, e de outro o MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Ângelo Toazza, nº 600 - Centro – no município de Santiago do Sul/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.781/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VOLMIR ANTONIO SOTILLE, brasileiro, casado, funcionário público, portador do CPF: 636.489.039-34, e do RG: 2.235.204-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Jacobo Corso, nº 569, Bairro centro, no município de Santiago do sul/SC, de ora em diante denominados simplesmente de CONTRATANTE, Com fundamento no artigo 8º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, no artigo 9º do Protocolo de Intenções do Consórcio CVC e no CONTRATO DE PROGRAMA Nº 016/2012, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO DE RATEIO DO PROGRAMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVO E PATRIMONIAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - (CVC), nos termos a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:** Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, da Lei Municipal nº 617, de 09/03/2012, bem como as cláusulas do Contrato de Programa do CVC nº 016/2012.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO:** É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:** Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 016/2012.

**CLÁUSULA QUARTA – DO RATEIO:** Para a execução do objeto deste contrato hora aditivado, o CONTRATANTE repassará mensalmente ao CONTRATADO a importância de R\$ 1.676,02 (um mil e seiscentos e setenta e seis reais e dois centavos), para pagamento das despesas com pessoal e R\$ 273,98 (duzentos e setenta e três reais e noventa e oito centavos, para pagamento de outras despesas relacionadas ao Contrato de Programa, totalizando o valor mensal de R\$ 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais), para efeitos deste contrato o valor total é de R\$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais).

**CLÁUSULA QUINTA – DO DÉBITO:** Fica o CVC autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 20 de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – DA EXCLUSÃO:** Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:** Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:** O consorciado inadimplente com o CVC será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

**CLÁUSULA NONA –** Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA:** Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:** O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, e vigorará até 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ADITAMENTO:** Este contrato de rateio poderá ser alterado por decisão das partes, por meio de assinatura de termo aditivo, sendo vedado, em qualquer hipótese, a modificação de seu objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:** Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina.



Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contra-propostas encaminhadas pelas partes à Assembléia Geral do contratado.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em três vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas, SC, 04 de janeiro de 2016.

CONSÓCIO - CVC

Sr. Everaldo Luis Casonatto  
Presidente

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

Sr. Volmir Antonio Sotille  
Prefeito Municipal

do trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos da Lei federal nº 12.440/2011.

2.2 Os documentos listados no item 2.1 deverão ser apresentados em 01 (uma) via, original ou autenticada, se não for extraída da Internet.

Coronel Freitas, 07 de janeiro de 2016.

Everaldo Luís Casonatto  
Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC  
Prefeito de União do Oeste

### **EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CADASTRO 001**

EDITAL DE CHAMAMENTO AOS INTERESSADOS PARA INSCRIÇÕES NO CADASTRO DE FORNECEDORES Nº 0001/2016

O Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, torna público para conhecimento de todos os interessados, que estará recebendo, junto a sua Sede, sito a Avenida Santa Catarina, nº 1022, Centro, na cidade de Coronel Freitas - SC, inscrições para fornecedores do Consórcio Público, conforme determina a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

#### **I - DO OBJETO:**

1.1 O objeto do presente Edital é receber inscrições de fornecedores no cadastro de fornecedores do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, para efeito de habilitação para qualquer modalidade de licitação e/ou contrato.

#### **II - DA DOCUMENTAÇÃO:**

2.1 Será exigido dos interessados para que comprovem a habilitação, os seguintes documentos:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício (de acordo com as exigências do Novo Código Civil);
- b) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal (Alvará), se houver da sede da empresa proponente;
- d) Alvará Sanitário (nos casos exigidos por Lei);
- e) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS);
- g) Prova de regularidade relativa às Contribuições Previdenciárias e às de terceiros;
- h) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- i) Certidão Negativa com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor;
- j) Certidão Negativa Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;
- k) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça

**EDITAL DE CHAMAMENTO PARA QUALIFICAÇÃO 001/2016**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES

PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 001/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2016

CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por Presidente, Sr. Everaldo Luis Casonatto, no uso de suas atribuições, torna público que realizará CHAMADA PÚBLICA para PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS, com base na Resolução nº. 001 de 19 de março de 2015, conforme condições e especificações deste edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente chamada pública tem por objeto a pré-qualificação de bens para formação de um cadastro para futuras aquisições de PNEUS e Correlatos (pneus, câmaras e protetores), conforme itens relacionados no "Projeto Básico" constante do Anexo I.

1.2. Os bens aprovados serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC", contendo a marca e modelo, pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser atualizado pelo mesmo período a qualquer tempo.

1.3. As futuras aquisições dos bens pré-qualificados serão realizadas pelo Consórcio CVC ou seus Municípios Consorciados, mediante licitação prévia.

1.3.1. As futuras licitações poderão ficar restritas aos bens, cujas marcas e modelos constem no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do Consórcio CVC".

**2. DA PARTICIPAÇÃO E OBTENÇÃO DO EDITAL**

2.1. Qualquer pessoa jurídica (fabricante, fornecedor ou representante comercial) poderá participar desta chamada pública para pré-qualificação de bens.

2.2. O presente Edital estará à disposição dos interessados na sede do Consórcio CVC e ou pelo site: [www.consorciovcv.sc.gov.br](http://www.consorciovcv.sc.gov.br)

**3. DO PROCEDIMENTO – PROPOSTAS E AMOSTRAS**

3.1. A entrega das propostas e amostras com a indicação das especificações técnicas, (sem indicação de preço) dos bens a serem submetidos à avaliação terá início em 01/02/2016, na sede do Consórcio CVC, de segunda a sexta-feira das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ficará permanentemente aberto para que, nas futuras licitações para aquisições desses bens, sejam restritas àqueles das marcas e modelos previamente pré-qualificados (aprovados), em conformidade com o art. 27 da Resolução nº. 001 de 19 de março de 2015.

3.2. A proposta para pré-qualificação de bens deverá ser apresentada em conformidade com o Anexo II.

3.2.1. Todos os documentos deverão ser entregues, em envelope fechado em conformidade com o item 7 do Projeto Básico (Anexo I).

3.3. O procedimento será conduzido pela Comissão de Pré-Qualificação de Bens.

3.4. Recebidos os documentos e amostras de bens, far-se-á a análise e avaliação dos mesmos, no prazo de até 60 (sessenta) dias consecutivos, podendo ser suspenso ou prorrogado, se necessário, a critério da Comissão.

3.4.1. A avaliação dos bens será submetida a um critério objetivo, e feita pela Comissão, ficando assegurada a transparência.

3.4.2. É facultada, em qualquer fase do processo, a promoção de ampla diligência destinada a esclarecer ou complementar sua instrução e a aferir o bem a ser avaliado, bem como solicitar a Órgãos e Entidades competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

3.4.3. O procedimento de avaliação poderá contar com a participação dos interessados, os quais, inclusive, poderão indicar, as suas expensas, assistente técnico.

3.4.4. A avaliação observará a qualidade e eficiência do bem, verificando direta ou indiretamente, se os requisitos são satisfatórios, conforme critérios definidos no Projeto Básico Anexo I deste edital.

3.5. Os interessados poderão apresentar mais de uma marca e/ou modelo para um mesmo item de bem a ser pré-qualificado, que poderão ser aprovados desde que todos os requisitos do edital sejam observados para cada um deles.

3.6. Após avaliação, a Comissão, expedirá decisão contendo o resultado com as devidas justificativas e fundamentos de sua conclusão, e dará a publicidade através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

3.7. Os bens reprovados poderão ser submetidos à nova análise e avaliação, desde que o interessado comprove tecnicamente haver inconsistência técnica nos laudos de rejeição elaborados pela comissão de avaliação, ou comprove alteração em sua produção e/ou formulação,

ou apresente a documentação compatível com as causas que ensejaram sua reprovação.

3.8. A atualização da validade da pré-qualificação de bens aprovados ocorrerá nas hipóteses previstas no Art. 21 da Resolução nº. 001 de 19 de março de 2015.

3.9. Os bens aprovados serão cancelados desta pré-qualificação nas hipóteses previstas no Art. 22 da Resolução nº. 001 de 19 de março de 2015.

3.9.1. Conceder-se-á ao ato de cancelamento da aprovação de bens a mesma publicidade dada aos demais atos do processo de pré-qualificação.

3.9.2. O cancelamento da aprovação do bem será feito sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável.

3.9.3. Caberá recurso das decisões de cancelamento da aprovação do bem.

3.9.4. Os bens cancelados ficarão inativos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do Consórcio CVC".

3.10. É de responsabilidade do proponente a obrigação de informar quaisquer alterações que ocorram com o bem cadastrado, tais como mudança no processo de fabricação, características, formulação, descontinuidade de produção, etc.

#### 4. DOS RECURSOS

4.1. Da decisão do procedimento caberá recurso hierárquico à autoridade superior competente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da publicação da respectiva decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente no Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas - SC, CEP: 89.840-000.

4.2. Não serão conhecidos os recursos apresentados por intermédio de fac-símile, ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

4.3. Os recursos contra decisões da Comissão não terão efeito suspensivo.

4.4. O acolhimento do recurso invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

#### 5. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital, tanto no que pertine às regras estabelecidas quanto no tocante à descrição do bem aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para o início da apresentação das propostas e amostras dos bens para a realização da pré-qualificação, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

5.1.1. Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada em horário de expediente no Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas - SC.

5.2. Caberá ao Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

5.3. Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

#### 6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC poderá revogar a chamada pública em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, a qualquer tempo.

6.2. A pré-qualificação de bens não gera direito à contratação futura e nem implica na preclusão da faculdade legal de inabilitação às licitações.

6.3. Os bens pré-qualificados (aprovados) não serão exclusivos dos interessados que apresentaram as propostas e amostras para avaliação.

6.4. Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração e/ou apresentação de documentação e amostras relativa ao presente Edital.

6.5. Detalhes não citados referentes a apresentação dos bens para pré-qualificação, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

6.6. Quaisquer situações não previstas neste edital serão analisadas e decididas pela Comissão Especial nomeada para este processo.

6.7. As dúvidas suscitadas poderão ser esclarecidas de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou através do telefone (49) 3347-0819, ou e-mail: [compras@consorciovcv.sc.gov.br](mailto:compras@consorciovcv.sc.gov.br), ou pessoalmente (Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Coronel Freitas - SC).

6.8. Os membros da Comissão são os nomeados através da Resolução nº 003 de 04 de janeiro de 2016, para a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à pré-qualificação de bens.

## 7. DO FORO

7.1. Fica eleito o foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões oriundas desta chamada pública para pré-qualificação de bens, renunciando todos a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

## 8. DOS ANEXOS

8.1. Fazem parte do presente edital os seguintes Anexos:

Anexo I – Projeto Básico – relação dos bens a serem pré-qualificados;

Anexo II – Proposta para pré-qualificação de bens.

Coronel Freitas - SC, 07 de janeiro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Presidente do Consórcio Intermunicipal

Velho Coronel – CVC

## ANEXO I

### PROJETO BÁSICO

#### 1. INTRODUÇÃO:

1.1. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC é um Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei Federal nº 11.107/05 e de seu regulamento Decreto nº 6.017/07.

1.2. O Consórcio CVC foi constituído com a possibilidade de integrar-se com os municípios catarinenses estipulados no contrato de intenções.

1.3. O objetivo do Consórcio CVC é a união dos municípios consorciados para o desenvolvimento regional, através da formulação de projetos estruturantes, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento de ações compartilhadas nos municípios consorciados, captação de recursos financeiros para investimentos, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

1.4. O Consórcio CVC é multifinalitário, podendo executar várias ações em conformidade com o Artigo 6º do Protocolo de Intenções, entre as finalidades previstas estão os itens: "IV - realizar licitações em nome dos municípios consorciados, mediante autorização do município, viabilizando o cumprimento do Inciso III deste artigo, sendo o faturamento e o pagamento em nome dos municípios;" e "V - efetuar credenciamento e/ou licitação para contratação de serviços e insumos em nome dos municípios consorciados"; do Parágrafo Único.

1.4.1. Para alcançar esta finalidade o Consorcio CVC pode realizar licitações compartilhadas em favor dos municípios consorciados, acompanhar a execução, bem como proceder à aquisição, administração ou gestão compartilhada de bens e serviços de interesse dos municípios consorciados, inclusive para a execução de ações ou programas Federais e Estaduais transferidos ou conveniados com os municípios.

1.4.2. A previsão legal de licitação compartilhada esta contida no artigo 17, da Lei Federal n. 11.107/05, que incluiu § 1º, no artigo 112, da Lei Federal 8.666/93, estabelecendo que:

§ 1º Os consórcios públicos poderão realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados.

1.4.3. A Licitação Compartilhada ocorre quando é feita a contratação para um grupo de participantes previamente estabelecidos, na qual a responsabilidade de condução do processo licitatório e gerenciamento serão de um órgão gerenciador.

1.5. A normatização prévia e específica para a pré-qualificação, com fulcro no art. 115 da Lei nº 8.666/93, no Consórcio CVC foi instituída através da Resolução nº 001 de 19 de março de 2015, que "Institui a Possibilidade da Adoção da Pré-Qualificação de Bens e o Seu Procedimento e dá Outras Providências".

1.5.1. Entende-se por pré-qualificação de bens, o procedimento administrativo anterior a licitação do qual resultará decisão de que determinado bem apresenta qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas.

1.5.2. Os bens aprovados no processo de pré-qualificação serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do Consórcio CVC", contendo a marca e o modelo.

**2. DA FINALIDADE:**

2.1. A Pré-Qualificação de Bens, relacionados no item 4.1 deste Projeto Básico.

2.2. Para que as futuras licitações para aquisições desses bens, sejam "restritas àqueles das marcas previamente pré-qualificadas (aprova-das)" na forma e condições deste Projeto Básico e da respectiva Chamada Pública.

**3. DAS JUSTIFICATIVAS:**

3.1. O Consórcio CVC realiza licitações compartilhadas de grande vulto que amplia ganhos por meio da economia de escala e reduz os custos da contratação com a desburocratização do procedimento.

3.2. Em vários dispositivos, a Lei nº 8.666/93 aponta como vetores da atuação administrativa a possibilidade de indicar a qualidade do produto. A Administração tem o dever de indicar o objeto pretendido na licitação, inclusive com as características necessárias à qualidade satisfatória.

3.3. A utilização do procedimento da pré-qualificação busca por um padrão mínimo de qualidade e adequação dos bens a serem adquiridos para o pleno atendimento da necessidade pública (princípio da eficiência), além de proporcionar uma maior precisão na caracterização do bem, celeridade na tramitação dos procedimentos licitatórios e redução de custo (princípio da economicidade), o que, ao final, redundará na seleção da melhor proposta (princípio da seleção da proposta mais vantajosa).

3.4. Busca-se também com procedimento da pré-qualificação a efetiva otimização da aplicação de recursos públicos, na medida em que o ente público estará concentrando suas forças na aquisição de bens, cuja qualidade já fora anteriormente testada, atendendo plenamente suas necessidades. A pré-qualificação terá o condão de fazer com que a Administração se esquive de procedimentos licitatórios que levam à aquisição de bens de baixa qualidade e inaptos à satisfação da necessidade pública.

3.5. Espera-se como resultado da pré-qualificação, a adequada caracterização do bem, que se impõe, por força do art. 14, caput, da Lei nº 8.666/93, a qualquer compra feita pela Administração, haja vista que será identificado, em procedimento prévio, com maior nível de certeza, as características do bem pretendido e como ele atenderá a entidade promotora da licitação.

3.6. A adoção desse processo, por imperativo lógico, derivará a redução de custos, a espelhar o princípio da economicidade, eis que a aquisição de produtos de comprovada qualidade evitará sua precoce deterioração, além de afastar a necessidade de contínua manutenção e/ou consertos. Tais fatores culminam na própria concretização do princípio da seleção da proposta mais vantajosa (art. 3, caput, Lei nº 8.666/93), onde se aglutinaria a adequação e qualidade do bem e preço.

3.7. Ademais a adoção da pré-qualificação diminui as falhas de interpretação entre Administração Pública e os fornecedores, identificando materiais similares de fabricantes diferentes e garantindo o tratamento isonômico dos futuros participantes de uma licitação, pois irá distinguir os bens que são diferentes dos iguais.

**4. DOS BENS A PRÉ-QUALIFICAR:**

4.1. Relação de bens a pré-qualificar contemplados neste Projeto Básico:

ITEM	CÓDIGO CVC	DESCRIÇÃO DO PNEU
1	PN 002	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20
2	PN 003	CÂMARA DE AR PARA PNEU 10-16.5
3	PN 004	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100 - 20 PARA ROLO COMPACTADOR.
4	PN 005	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100.22
5	PN 006	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA
6	PN 007	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18
7	PN 008	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 AGRÍCOLA
8	PN 009	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24 AGRÍCOLA
9	PN 010	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 28 AGRÍCOLA
10	PN 011	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24
11	PN 012	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14-17.5
12	PN 501	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9 - 24
13	PN 013	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9 - 28 AGRÍCOLA
14	PN 014	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9-30 AGRÍCOLA
15	PN 015	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25
16	PN 016	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA
17	PN 017	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 34 AGRÍCOLA
18	PN 018	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24
19	PN 019	CÂMARA DE AR PARA PNEU 215/75R17.5 BICO LONGO
20	PN 506	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-26, PARA ROLO COMPACTADOR

21	PN 020	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30 AGRÍCOLA
22	PN 021	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22,5
23	PN 022	CÂMARA DE AR PARA PNEU 295/80R22,5
24	PN 023	CÂMARA DE AR PARA PNEU 700-16
25	PN 024	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16
26	PN 025	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO
27	PN 026	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO LONGO
28	PN 001	CÂMARA DE AR PARA PNEU 9.5-24 AGRÍCOLA
29	PN 027	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20
30	PN 028	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-16 AGRÍCOLA
31	PN 029	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 13 AUTOMÓVEL
32	PN 030	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 14 AUTOMÓVEL
33	PN 031	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 15 AUTOMÓVEL
34	PN 137	PNEU 10.16.5 10 LONAS PARA BOB CAT
35	PN 120	PNEU 10.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
36	PN 067	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
37	PN 046	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
38	PN 201	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
39	PN 201	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
40	PN 047	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
41	PN 048	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
42	PN 068	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
43	PN 202	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
44	PN 202	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
45	PN 069	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 24MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
46	PN 070	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
47	PN 071	PNEU 1100-22 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 13 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
48	PN 074	PNEU 1100R22 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
49	PN 072	PNEU 1100R22 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 14,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
50	PN 073	PNEU 1100R22 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 151, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 22,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
51	PN 121	PNEU 11L15 TIPO A, IMPLEMENTO 12 LONAS INDICE DE CARGA 1170 KG GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
52	PN 138	PNEU 11L-16 IMPLEMENTO COM MÍNIMO 8 LONAS



53	PN 076	PNEU 11R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
54	PN 075	PNEU 11R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
55	PN 110	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
56	PN 116	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
57	PN 122	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
58	PN 139	PNEU 12R16,5 R-4 10 LONAS RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO PARA TRACÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
59	PN 140	PNEU 12R16,5 R-4 12 LONAS RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO PARA TRACÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
60	PN 123	PNEU 1300-24 TIPO A, 10 LONAS RETROESCAVADEIRA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
61	PN 124	PNEU 1300-24 TIPO A, 8 LONAS COMPACTADOR LISO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
62	PN 125	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
63	PN 126	PNEU 14.9-28 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
64	PN 141	PNEU 1400-24 COM 24 LONAS
65	PN 142	PNEU 1400-24 COM 28 LONAS
66	PN 127	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
67	PN 117	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
68	PN 143	PNEU 1400R24 G2 16 LONAS RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO PARA TRACÇÃO DE MOTONIVELADORA ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 26 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
69	PN 128	PNEU 1400R24, TIPO A, PARA MOTONIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
70	PN 129	PNEU 14-17.5 - 14 LONAS PARA RETROESCAVADEIRA
71	PN 118	PNEU 16.00-25 TIPO A, PARA PÁ CAREGADEIRA 28 LONAS GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO
72	PN 130	PNEU 16.9-24 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
73	PN 131	PNEU 16.9-28, PARA RETROESCAVADEIRA (R4) 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
74	PN 132	PNEU 16.9-30 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 2000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
75	PN 049	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
76	PN 133	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, INDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
77	PN 032	PNEU 175/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
78	PN 050	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
79	PN 051	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA AUTOMOVÉL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
80	PN 052	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
81	PN 053	PNEU 175/80R14 TIPO A PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
82	PN 111	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
83	PN 112	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
84	PN 077	PNEU 185/55R15 TIPO A, INDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIDA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO

85	PN 078	PNEU 185/60R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
86	PN 054	PNEU 185/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
87	PN 033	PNEU 185/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
88	PN 079	PNEU 185/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
89	PN 034	PNEU 185/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
90	PN 055	PNEU 185/70R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
91	PN 081	PNEU 185R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
92	PN 113	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
93	PN 144	PNEU 19.5R24 R4 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRAÇÃO TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
94	PN 082	PNEU 195/55R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
95	PN 504	PNEU 195/55R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
96	PN 083	PNEU 195/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
97	PN 084	PNEU 195/65R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
98	PN 085	PNEU 195/70R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 104 ÍNDICE DE VELOCIDADE R APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
99	PN 086	PNEU 195/75R16, TIPO A, INDICE DE CARGA 107, INDICE DE VELOCIDADE, R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.
100	PN 035	PNEU 195/80R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
101	PN 087	PNEU 205/55R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
102	PN 088	PNEU 205/60R15 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 90, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
103	PN 508	PNEU 205/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
104	PN 056	PNEU 205/70R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
105	PN 057	PNEU 205/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
106	PN 089	PNEU 205/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE J , PROFUNDIDADE SULCO DE 10 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
107	PN 091	PNEU 215/65R16, TIPO A, INDICE DE CARGA 98 INDICE DE VELOCIDADE, H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.
108	PN 058	PNEU 215/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE R , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
109	PN 059	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
110	PN 036	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J , PROFUNDIDADE SULCO DE 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
111	PN 092	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L , PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
112	PN 093	PNEU 215/80R16 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

113	PN 037	PNEU 225/50R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
114	PN 507	PNEU 225/55R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 97, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
115	PN 505	PNEU 225/65R16C TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA VEICULO: AMBULÂNCIA MASTER).
116	PN 094	PNEU 225/65R17 TIPO A, PREDOMINANTE ASFALTO, ÍNDICE DE CARGA 101 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
117	PN 038	PNEU 225/70R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
118	PN 095	PNEU 225/70R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
119	PN 096	PNEU 225/75R15 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD) , ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
120	PN 097	PNEU 225/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
121	PN 114	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
122	PN 134	PNEU 23-1-26 COM 12 LONAS COM GARRA PARA ROLO.
123	PN 039	PNEU 235/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
124	PN 040	PNEU 235/70R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 104, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
125	PN 098	PNEU 235/75R15 TIPO A PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD) , ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
126	PN 060	PNEU 235/75R15 TIPO A, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
127	PN 099	PNEU 245/45R18 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 96, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
128	PN 100	PNEU 245/60R18 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 104 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
129	PN 041	PNEU 245/70R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
130	PN 042	PNEU 255/70R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
131	PN 101	PNEU 255/75R15 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
132	PN 102	PNEU 265/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
133	PN 061	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
134	PN 103	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
135	PN 104	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
136	PN 203	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
137	PN 203	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
138	PN 043	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

139	PN 062	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
140	PN 063	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
141	PN 044	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
142	PN 204	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
143	PN 204	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
144	PN 045	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 26 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
145	PN 145	PNEU 5.60-15 PARA FUSCA
146	PN 105	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
147	PN 064	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 9 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
148	PN 106	PNEU 750-16 TIPO A, 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
149	PN 065	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
150	PN 066	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
151	PN 135	PNEU 750-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 870KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
152	PN 119	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1230KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
153	PN 107	PNEU 750R16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
154	PN 115	PNEU 9.5-24 TIPO A, PARA TRATOR, 6 LONAS, INDICE DE CARGA 850KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
155	PN 136	PNEU 900-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1250KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
156	PN 205	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
157	PN 205	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
158	PN 109	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
159	PN 108	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
160	PN 146	PNEU AGRICOLA 5.00/6 ARO 12
161	PN 147	PNEU MOTO 110/90-17 TRASEIRO
162	PN 148	PNEU MOTO 110-80-18
163	PN 149	PNEU MOTO 120/80-18 TRASEIRO
164	PN 150	PNEU MOTO 2.50-17 DIANTEIRO
165	PN 151	PNEU MOTO 2.75-17 TRASEIRO
166	PN 152	PNEU MOTO 2.75-18 DIANTEIRO
167	PN 153	PNEU MOTO 410X18 TRASEIRO

168	PN 154	PNEU MOTO 80/100-14 TRASEIRO
169	PN 155	PNEU MOTO 80/90 - 21 DIANTEIRO
170	PN 156	PNEU MOTO 90/90 - 21 DIANTEIRO
171	PN 158	PNEU MOTO 90/90-18 TRASEIRO
172	PN 159	PNEU MOTO 90/90-19 DIANTEIRO
173	PN 503	PNEU PARA TRATORITO 15x6-00
174	PN 502	PNEU PARA TRATORITO 18x9-50
175	PN 160	PROTETOR 1000 - 20
176	PN 161	PROTETOR 1100 - 22
177	PN 162	PROTETOR 1400 - 24
178	PN 163	PROTETOR 750 -16
179	PN 164	PROTETOR 900- 20
180	PN 165	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25
181	PN 166	PROTETOR PARA PNEU 215/75R17.5

4.2. Os pneus devem ser originais de fábrica (nacionais ou importados) e de primeira linha.

4.3. Para analisar os pneus e atestar sua qualidade, de acordo com normas e padrões técnicos pertinentes, será exigida a apresentação de pelo menos 01 (um) laudo expedido por entidade competente, conforme as seguintes alternativas:

- A. Certificado de aprovação conforme ISO/TS 16949;
- B. Homologação da marca junto às montadoras automotivas;
- C. Declaração do fabricante de que a marca possui corpo técnico no Brasil para realizar possíveis análises e processos de garantia;
- D. Declaração de montadora de que a marca do pneu apresentado é utilizada em sua linha de montagem;
- E. Registro da marca junto a Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos – ANIP.

4.4. A garantia de 5 (anos) contra defeitos de Fabricação dos pneus deverá ser do fabricante, a validade iniciará na data de compra, conforme nota fiscal.

4.5. Os índices de carga considerado nas especificações dos pneus são de montagem simples.

4.6. Poderão ser apresentados pneus com quantidades de lonas, índices de carga e velocidade superiores aos solicitado nas especificações dos bens

#### 5. DAS AMOSTRAS:

5.1. As amostras para avaliação deverão ser encaminhadas através de prospectos ou ficha técnica e demais documentos, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 deste projeto Básico.

5.2. Cada bem proposto deverá estar identificado com o respectivo número do item desta chamada pública, e ser apresentado com:

a. Descrições das características que permitam a sua perfeita qualificação;

5.2.1. Poderão ser apresentados outros documentos que contribuam para a análise e avaliação da amostra, como exemplo: catálogos, certificações, selos de qualidade, termos de garantia, tabelas comparativas, testes padrões, testes de desempenho, testes de performance, testes de resistência, ensaios, materiais gráficos diversos, etc.

#### 6. DA AVALIAÇÃO DOS BENS:

6.1. Com o objetivo de constatar o atendimento dos requisitos mínimos esperados e exigidos para “Pré- Qualificação” (aprovação), as amostras serão avaliadas nos seguintes quesitos:

- a. As amostras apresentadas estão devidamente identificadas com os números do item desta Chamada Pública;
- b. A documentação apresentada atende todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e as demais exigências conforme item 4 deste projeto Básico;
- c. Foram apresentados fotos ou desenhos da imagem do bem;
- d. Foram apresentados outros documentos que contribuíram para a análise e avaliação da amostra.

#### 7. DA ENTREGA DAS PROPOSTAS E AMOSTRAS:

7.1. As propostas deverão ser emitidas, devidamente datadas e assinadas pela proponente, conforme modelo do Anexo II, e apresentada dentro de envelope fechado, contendo do lado externo as informações a seguir:

## EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS N° 001/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO 002/2016

Proponente:		
Endereço:		
Fone/Fax:		
E-mail:		

7.2. Dentro desse mesmo envelope deverá conter:

- Os documentos das amostras conforme item 5 deste projeto básico;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Novo Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

Coronel Freitas - SC, 07 de janeiro de 2016.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Presidente do Consócio Intermunicipal

Velho Coronel - CVC

## ANEXO II

## PROPOSTA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS N° 001/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO 002/2016

Vimos através desta propor a “Pré-Qualificação” dos bens abaixo relacionados, aceitando e concordando com todos os termos e condições estabelecidos no Edital de Chamada Pública e seus anexos.

## DADOS DA PESSOA JURÍDICA

Empresa (razão social):

CNPJ:

MF:

Endereço:

Fone/fax:

E-mail:

## DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome Completo:

Cargo/Função:

Identidade N°: CPF/MF N°:

Telefone para Contato:

E-mail:

## RELAÇÃO DOS BENS PROPOSTOS À “PRÉ-QUALIFICAÇÃO”

Item (*)	Descrição do Bem Proposto(**)	Marca	Modelo



(\*) Preencher com o mesmo número correspondente ao item do bem do Projeto Básico do Edital.

(\*\*) Preencher com a descrição das características do bem proposto que permitam a sua perfeita qualificação.

Local e data:

Assinatura do representante legal

## **EDITAL DE CHAMAMENTO PARA QUALIFICAÇÃO 002/2016**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES

PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 002/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2016

CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por Presidente, Sr. Everaldo Luis Casonatto, no uso de suas atribuições, torna público que realizará CHAMADA PÚBLICA para PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS, com base na Resolução nº. 001 de 19 de março de 2015, conforme condições e especificações deste edital.

### **1. DO OBJETO**

1.1. A presente chamada pública tem por objeto a pré-qualificação de bens para formação de um cadastro para futuras aquisições de lubrificantes (óleos, graxas e fluídos), conforme itens relacionados no "Projeto Básico" constante do Anexo I.

1.2. Os bens aprovados serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC", contendo a marca e modelo, pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser atualizado pelo mesmo período a qualquer tempo.

1.3. As futuras aquisições dos bens pré-qualificados serão realizadas pelo Consórcio CVC ou seus Municípios Consorciados, mediante licitação prévia.

1.3.1. As futuras licitações poderão ficar restritas aos bens, cujas marcas e modelos constem no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do Consórcio CVC".

### **2. DA PARTICIPAÇÃO E OBTENÇÃO DO EDITAL**

2.1. Qualquer pessoa jurídica (fabricante, fornecedor ou representante comercial) poderá participar desta chamada pública para pré-qualificação de bens.

2.2. O presente Edital estará à disposição dos interessados na sede do Consórcio CVC e ou pelo site: [www.consorciovcv.sc.gov.br](http://www.consorciovcv.sc.gov.br)

### **3. DO PROCEDIMENTO – PROPOSTAS E AMOSTRAS**

3.1. A entrega das propostas e amostras com a indicação das especificações técnicas, (sem indicação de preço) dos bens a serem submetidos à avaliação terá início em 01/10/2015, na sede do Consórcio CVC, de segunda a sexta-feira das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ficará permanentemente aberto para que, nas futuras licitações para aquisições desses bens, sejam restritas àqueles das marcas e modelos previamente pré-qualificados (aprovados), em conformidade com o art. 27 da Resolução nº. 001 de 19 de março de 2015.

3.2. A proposta para pré-qualificação de bens deverá ser apresentada em conformidade com o Anexo II.

3.2.1. Todos os documentos deverão ser entregues, em envelope fechado em conformidade com o item 7 do Projeto Básico (Anexo I).

3.3. O procedimento será conduzido pela Comissão de Pré-Qualificação de Bens.

3.4. Recebidos os documentos e amostras de bens, far-se-á a análise e avaliação dos mesmos, no prazo de até 60 (sessenta) dias consecutivos, podendo ser suspenso ou prorrogado, se necessário, a critério da Comissão.

3.4.1. A avaliação dos bens será submetida a um critério objetivo, e feita pela Comissão, ficando assegurada a transparência.

3.4.2. É facultada, em qualquer fase do processo, a promoção de ampla diligência destinada a esclarecer ou complementar sua instrução e a aferir o bem a ser avaliado, bem como solicitar a Órgãos e Entidades competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

3.4.3. O procedimento de avaliação poderá contar com a participação dos interessados, os quais, inclusive, poderão indicar, as suas expensas, assistente técnico.

3.4.4. A avaliação observará a qualidade e eficiência do bem, verificando direta ou indiretamente, se os requisitos são satisfatórios, conforme critérios definidos no Projeto Básico Anexo I deste edital.

3.5. Os interessados poderão apresentar mais de uma marca e/ou modelo para um mesmo item de bem a ser pré-qualificado, que poderão ser aprovados desde que todos os requisitos do edital sejam observados para cada um deles.

3.6. Após avaliação, a Comissão, expedirá decisão contendo o resultado com as devidas justificativas e fundamentos de sua conclusão, e dará a publicidade através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

3.7. Os bens reprovados poderão ser submetidos à nova análise e avaliação, desde que o interessado comprove tecnicamente haver inconsistência técnica nos laudos de rejeição elaborados pela comissão de avaliação, ou comprove alteração em sua produção e/ou formulação, ou apresente a documentação compatível com as causas que ensejaram sua reprovação.

3.8. A atualização da validade da pré-qualificação de bens aprovados ocorrerá nas hipóteses previstas no Art. 21 da Resolução nº. 001 de 19 de março de 2015.

3.9. Os bens aprovados serão cancelados desta pré-qualificação nas hipóteses previstas no Art. 22 da Resolução nº. 001 de 19 de março de 2015.

3.9.1. Conceder-se-á ao ato de cancelamento da aprovação de bens a mesma publicidade dada aos demais atos do processo de pré-qualificação.

3.9.2. O cancelamento da aprovação do bem será feito sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável.

3.9.3. Caberá recurso das decisões de cancelamento da aprovação do bem.

3.9.4. Os bens cancelados ficarão inativos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do Consórcio CVC".

3.10. É de responsabilidade do proponente a obrigação de informar quaisquer alterações que ocorram com o bem cadastrado, tais como mudança no processo de fabricação, características, formulação, descontinuidade de produção, etc.

#### 4. DOS RECURSOS

4.1. Da decisão do procedimento caberá recurso hierárquico à autoridade superior competente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da publicação da respectiva decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente no Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas - SC, CEP: 89.840-000.

4.2. Não serão conhecidos os recursos apresentado por intermédio de fac-símile, ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

4.3. Os recursos contra decisões da Comissão não terão efeito suspensivo.

4.4. O acolhimento do recurso invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

#### 5. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital, tanto no que pertine às regras estabelecidas quanto no tocante à descrição do bem aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para o início da apresentação das propostas e amostras dos bens para a realização da pré-qualificação, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

5.1.1. Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada em horário de expediente no Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas - SC.

5.2. Caberá ao Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

5.3. Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

#### 6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC poderá revogar a chamada pública em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, a qualquer tempo.

6.2. A pré-qualificação de bens não gera direito à contratação futura e nem implica na preclusão da faculdade legal de inabilitação às licitações.

6.3. Os bens pré-qualificados (aprovados) não serão exclusivos dos interessados que apresentaram as propostas e amostras para avaliação.

6.4. Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração e/ou apresentação de documentação e amostras relativa ao presente Edital.

6.5. Detalhes não citados referentes a apresentação dos bens para pré-qualificação, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

6.6. Quaisquer situações não previstas neste edital serão analisadas e decididas pela Comissão Especial nomeada para este processo.

6.7. As dúvidas suscitadas poderão ser esclarecidas de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou através do telefone (49) 3347-0819, ou e-mail: [compras@consorciovcv.sc.gov.br](mailto:compras@consorciovcv.sc.gov.br), ou pessoalmente (Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Coronel Freitas - SC).

6.8. Os membros da Comissão são os nomeados através da Resolução nº 003 de 04 de janeiro de 2016, para a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à pré-qualificação de bens.

## 7. DO FORO

7.1. Fica eleito o foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões oriundas desta chamada pública para pré-qualificação de bens, renunciando todos a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

## 8. DOS ANEXOS

8.1. Fazem parte do presente edital os seguintes Anexos:

Anexo I – Projeto Básico – relação dos bens a serem pré-qualificados;

Anexo II – Proposta para pré-qualificação de bens.

Coronel Freitas - SC, 07 de janeiro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Presidente do Consórcio Intermunicipal

Velho Coronel – CVC

## ANEXO I

### PROJETO BÁSICO

#### 1. INTRODUÇÃO:

1.1. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC é um Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei Federal nº 11.107/05 e de seu regulamento Decreto nº 6.017/07.

1.2. O Consórcio CVC foi constituído com a possibilidade de integrar-se com os municípios catarinenses estipulados no contrato de intenções.

1.3. O objetivo do Consórcio CVC é a união dos municípios consorciados para o desenvolvimento regional, através da formulação de projetos estruturantes, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento de ações compartilhadas nos municípios consorciados, captação de recursos financeiros para investimentos, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

1.4. O Consórcio CVC é multifinalitário, podendo executar várias ações em conformidade com o Artigo 6º do Protocolo de Intenções, entre as finalidades previstas estão os itens: "IV - realizar licitações em nome dos municípios consorciados, mediante autorização do município, viabilizando o cumprimento do Inciso III deste artigo, sendo o faturamento e o pagamento em nome dos municípios;" e "V - efetuar credenciamento e/ou licitação para contratação de serviços e insumos em nome dos municípios consorciados"; do Parágrafo Único.

1.4.1. Para alcançar esta finalidade o Consórcio CVC pode realizar licitações compartilhadas em favor dos municípios consorciados, acompanhar a execução, bem como proceder à aquisição, administração ou gestão compartilhada de bens e serviços de interesse dos municípios consorciados, inclusive para a execução de ações ou programas Federais e Estaduais transferidos ou conveniados com os municípios.

1.4.2. A previsão legal de licitação compartilhada esta contida no artigo 17, da Lei Federal n. 11.107/05, que incluiu § 1º, no artigo 112, da Lei Federal 8.666/93, estabelecendo que:

§ 1º Os consórcios públicos poderão realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados.

1.4.3. A Licitação Compartilhada ocorre quando é feita a contratação para um grupo de participantes previamente estabelecidos, na qual a responsabilidade de condução do processo licitatório e gerenciamento serão de um órgão gerenciador.

1.5. A normatização prévia e específica para a pré-qualificação, com fulcro no art. 115 da Lei nº 8.666/93, no Consórcio CVC foi instituída

através da Resolução nº 001 de 19 de março de 2015, que "Institui a Possibilidade da Adoção da Pré-Qualificação de Bens e o Seu Procedimento e dá Outras Providências".

1.5.1. Entende-se por pré-qualificação de bens, o procedimento administrativo anterior a licitação do qual resultará decisão de que determinado bem apresenta qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas.

1.5.2. Os bens aprovados no processo de pré-qualificação serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do Consórcio CVC", contendo a marca e o modelo.

## 2. DA FINALIDADE:

2.1. A Pré-Qualificação de Bens, relacionados no item 4.1 deste Projeto Básico.

2.2. Para que as futuras licitações para aquisições desses bens, sejam "restritas àqueles das marcas previamente pré-qualificadas (aprovadas)" na forma e condições deste Projeto Básico e da respectiva Chamada Pública.

## 3. DAS JUSTIFICATIVAS:

3.1. O Consórcio CVC realiza licitações compartilhadas de grande vulto que amplia ganhos por meio da economia de escala e reduz os custos da contratação com a desburocratização do procedimento.

3.2. Em vários dispositivos, a Lei nº 8.666/93 aponta como vetores da atuação administrativa a possibilidade de indicar a qualidade do produto. A Administração tem o dever de indicar o objeto pretendido na licitação, inclusive com as características necessárias à qualidade satisfatória.

3.3. A utilização do procedimento da pré-qualificação busca por um padrão mínimo de qualidade e adequação dos bens a serem adquiridos para o pleno atendimento da necessidade pública (princípio da eficiência), além de proporcionar uma maior precisão na caracterização do bem, celeridade na tramitação dos procedimentos licitatórios e redução de custo (princípio da economicidade), o que, ao final, redundará na seleção da melhor proposta (princípio da seleção da proposta mais vantajosa).

3.4. Busca-se também com procedimento da pré-qualificação a efetiva otimização da aplicação de recursos públicos, na medida em que o ente público estará concentrando suas forças na aquisição de bens, cuja qualidade já fora anteriormente testada, atendendo plenamente suas necessidades. A pré-qualificação terá o condão de fazer com que a Administração se esquive de procedimentos licitatórios que levam à aquisição de bens de baixa qualidade e inaptos à satisfação da necessidade pública.

3.5. Espera-se como resultado da pré-qualificação, a adequada caracterização do bem, que se impõe, por força do art. 14, caput, da Lei nº 8.666/93, a qualquer compra feita pela Administração, haja vista que será identificado, em procedimento prévio, com maior nível de certeza, as características do bem pretendido e como ele atenderá a entidade promotora da licitação.

3.6. A adoção desse processo, por imperativo lógico, derivará a redução de custos, a espelhar o princípio da economicidade, eis que a aquisição de produtos de comprovada qualidade evitará sua precoce deterioração, além de afastar a necessidade de contínua manutenção e/ou consertos. Tais fatores culminam na própria concretização do princípio da seleção da proposta mais vantajosa (art. 3, caput, Lei nº 8.666/93), onde se aglutinaria a adequação e qualidade do bem e preço.

3.7. Ademais a adoção da pré-qualificação diminui as falhas de interpretação entre Administração Pública e os fornecedores, identificando materiais similares de fabricantes diferentes e garantindo o tratamento isonômico dos futuros participantes de uma licitação, pois irá distinguir os bens que são diferentes dos iguais.

## 4. DOS BENS A PRÉ-QUALIFICAR:

4.1. Relação de bens a pré-qualificar contemplados neste Projeto Básico:

Item	Código CVC	Unidade	Descrição
01	0301	Unidade	Aditivos para o líquido de arrefecimento (solúveis em água) sem proteção anti-congelante - Embalagem 1 litro
02	0302	Unidade	Fluido de freio DOT 4 - Embalagem 500ml
03	0303	Unidade	Fluido de freio DOT 4 - Embalagem 200ml
04	0304	Unidade	Graxa de alta performance para aplicação em rolamentos sujeitos a alta velocidade e temperatura, indicado para cubo de roda de carreta. Composto de Sabão de complexo de Lítio, viscosidade de óleo 220 - Atende Norma ASTM D4950-07 LB-GC - Embalagem 18Kg
05	0305	Unidade	Graxa de alta performance para aplicação em rolamentos sujeitos a alta velocidade e temperatura, indicado para cubo de roda de carreta. Composto de Sabão de complexo de Lítio, viscosidade de óleo 220 - Atende Norma ASTM D4950-07 LB-GC - Embalagem 20Kg

06	0306	Unidade	Graxa de alta performance para aplicação em rolamentos sujeitos a alta velocidade e temperatura, indicado para cubo de roda de carreta. Composto de Sabão de complexo de Lítio, viscosidade de óleo 220 - Atende Norma ASTM D4950-07 LB-GC - Embalagem 170Kg
07	0307	Unidade	Graxa de alta performance para aplicação em rolamentos sujeitos a alta velocidade e temperatura, indicado para cubo de roda de carreta. Composto de Sabão de complexo de Lítio, Viscosidade de óleo ISO 220 - NLGI 2 - Atende Norma ASTM D4950-07 LB-GC - Embalagem 180Kg
08	0308	Unidade	Graxa de alta performance para aplicação em rolamentos com carga severas, condições de vibração e presença de água. Composta de Sabão de Cálcio/lítio - Viscosidade de óleo ISO 220 - NLGI 2 - Embalagem de 18 Kg
09	0309	Unidade	Graxa a base de sabão de cálcio para lubrificação entre superfícies. Utilizada em operações severas e presença de poeira. Resistente a água. Embalagem de 20kg.
10	0310	Unidade	Graxa a base de sabão de cálcio para lubrificação entre superfícies. Utilizada em operações severas e presença de poeira. Resistente a água. Embalagem de 170kg.
11	0311	Unidade	Graxa de alta performance para aplicação em rolamentos com carga severas, condições de vibração e presença de água. Composta de Sabão de Cálcio/lítio - Viscosidade de óleo ISO 220 - NLGI 2 - Embalagem de 180 Kg
12	0312	Unidade	Graxa de alta performance para aplicação em rolamentos com carga severas, condições de vibração e presença de água. Composta de Sabão de Cálcio/lítio, Aditivo MoS2 - Viscosidade de óleo ISO 220 - NLGI 2 - Embalagem de 18 Kg
13	0313	Unidade	Graxa à base de sabão de cálcio composta com grafite. Para utilização em serviços de lubrificação entre superfícies. Classificação NLGI 1. Embalagem de 20 kg.
14	0314	Unidade	Graxa à base de sabão de cálcio composta com grafite. Para utilização em serviços de lubrificação entre superfícies. Classificação NLGI 1. Embalagem de 170 kg.
15	0315	Unidade	Graxa de alta performance para aplicação em rolamentos com carga severas, condições de vibração e presença de água. Composta de Sabão de Cálcio/lítio, Aditivo MoS2- Viscosidade de óleo ISO 220 - NLGI 2 - Embalagem de 180 Kg
16	0316	Unidade	Óleo Lubrificante mineral para motores gasolina, álcool e Gás SAE 20W50 API SL - Embalagem 1 lt.
17	0317	Unidade	Óleo Lubrificante Semissintético para motores gasolina, álcool e Gás SAE 15W40 API SN - Embalagem 1 lt.
18	0318	Unidade	Óleo Lubrificante mineral para motores gasolina, álcool e Gás SAE 25W60 API SL - Embalagem 1 lt.
19	0319	Unidade	Óleo lubrificante 100% sintético SAE 5W30 API - SN, para motores e gasolina - Embalagens 1 lt.
20	0320	Unidade	Óleo lubrificante multiviscoso 100% sintético 75W80, API SM/CF, para motores a gasolina e/ou álcool. Embalagem: caixa com 24 unidades de 1 litro.
21	0321	Unidade	Óleo lubrificante multiviscoso semissintético 10W30, API SL/CF, para motores a gasolina e/ou álcool. Embalagem: caixa com 24 unidades de 1 litro.
22	0322	Unidade	Óleo lubrificante multiviscoso semissintético 15W40, API SL/CF, para motores a gasolina e/ou álcool. Embalagem: caixa com 24 unidades de 1 litro.
23	0323	Unidade	Óleo lubrificante multiviscoso semissintético 20W50, API SL/CF, para motores a gasolina e/ou álcool. Embalagem: caixa com 24 unidades de 1 litro.
24	0324	Unidade	Óleo para sistema hidráulicos que operem em condições severas de pressão e temperatura, ISO VG 150, atenda norma DIN 51524. Balde de 20 litros.
25	0325	Unidade	Óleo lubrificante multiviscoso 15W40, API CI-4/SL, para motor diesel 4 tempos eletrônico. Balde de 20 litros.
26	0326	Unidade	Óleo Lubrificante para transmissão multiviscoso SAE 80W90, API GL-5. Balde de 20 litros.
27	0327	Unidade	Óleo Lubrificante para transmissão multiviscoso SAE 85W140, API GL-5. Balde de 20 litros.
28	0328	Unidade	Óleo Lubrificante Sintético 75W80, API GL-4. Embalagem de 1 litro.
29	0329	Unidade	Óleo Lubrificante para transmissão multiviscoso SAE 80W, API GL-4. Balde de 20 litros.
30	0330	Unidade	Óleo Lubrificante para transmissão multiviscoso SAE 90, API GL-5. Balde de 20 litros.
31	0331	Unidade	Óleo lubrificantes para mancais industriais e sistema de circulação que possui aditivação EP. Atendam as recomendações Morgan Construction Company. Norma DIN 51517-1 Tipo C e 51517-2 - Tipo CL
32	0332	Unidade	Óleo hidráulico ISO AW 32 DIN 51524 parte 3 tipo HVLP - Aprovação bomba hidráulica Denison e/ou Eaton - Balde 20 Lts
33	0333	Unidade	Óleo hidráulico ISO AW 46 DIN 51524 parte 3 tipo HVLP - Aprovação bomba hidráulica Denison e/ou Eaton - Balde 20 Lts
34	0334	Unidade	Óleo hidráulico ISO AW 68 DIN 51524 parte 3 tipo HVLP - Aprovação bomba hidráulica Denison e/ou Eaton - Balde 20 Lts
35	0335	Unidade	Óleo hidráulico ISO AW 100 DIN 51524 parte 3 tipo HVLP - Aprovação bomba hidráulica Denison e/ou Eaton - Balde 20 Lts



36	0336	Unidade	Óleo lubrificantes multiviscoso para motores a diesel SAE 15W40 API CI-4 Aprovação Caterpillar: ECF2, ECF 1; Man: M3275; MB: 228.3; Volvo: VDS 3; Cummins: CES 20078, 77,76,75, 72,71 - Balde 20 litros
37	0337	Unidade	Óleo Lubrificante para transmissão e eixo diferencial - 100% sintético SAE 75W90, API GL-5, Atenda as especificação: Volvo 97312, SAE J2360, MAN 342 tipo S1, Scania STO 1:0, DAF, Iveco Extended Drain
38	0338	Unidade	Óleo lubrificante para transmissão e freios úmidos fora de estrada SAE 10W TO-4 Aprovação: Caterpillar Trator TO-4 ZF TE-ML 03 - Recomendações Catterpillar, Komatsu, Komatsu-Dresser. Transmissão Eaton, Eaton Fuller, ZF, Dana, Rockwell - Balde 20 litros
39	0339	Unidade	Óleo lubrificante para transmissão e freios úmidos fora de estrada SAE 30W TO-4 Aprovação: Caterpillar Trator TO-4 ZF TE-ML 03 - Recomendações Catterpillar, Komatsu, Komatsu-Dresser. Transmissão Eaton, Eaton Fuller, ZF, Dana, Rockwell - Balde 20 litros
40	0340	Unidade	Óleo lubrificante para transmissão e freios úmidos fora de estrada SAE 50W TO-4 Aprovação: Caterpillar Trator TO-4 ZF TE-ML 03 - Recomendações Catterpillar, Komatsu, Komatsu-Dresser. Transmissão Eaton, Eaton Fuller, ZF, Dana, Rockwell - Balde 20 litros
41	0341	Unidade	Óleo Lubrificante para transmissão de engrenagem e diferencial com carga moderada, SAE 80W90. Aprovações: Mercedes Benz 235.6, ZF TE - ML 05A, 07A, 16C, 17B, 19B 21A
42	0342	Unidade	Óleo lubrificante p/transmissão e hidráulico de tratores universal SAE 10W30, API: GL-4 Aprovação: Caixa New Holland MAT 3525, M2C 134 A-D, FNHA-2, D.201.00; John Deere JDM-J20C; Massey Ferguson M1143, M1145; Komatsu, Caterpillar; Clack; Case MS 1207,1209 ou 1210 - Balde 20Lts

4.2. Todos os itens deverão ser originais de fabrica e de primeira linha.

4.3. Para analisar os produtos (itens 16 a 30) e atestar sua qualidade, de acordo com normas e padrões técnicos pertinentes, será exigida a apresentação da seguinte documentação:

- Comprovante de que a marca/produtos possui indicação de uso de pelo menos umas das seguintes montadoras automotivas (Kamat'su, Carterpillar, Case, New Holand, John Deere, Valtra, Massey Ferguson, Volvo, Ford, Mercedes Benz, GM, Fiat, Volkswagen e Scania);
- Declaração do fabricante de que a marca possui corpo técnico no Brasil capaz de realizar possíveis análises e processos de garantia. Possuir laboratório próprio nas dependências do fabricante para análise de lubrificantes em uso e desenvolvimento. Também contar com análises de ferrografia e espectrometria;
- Registro da marca na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível – ANP.

4.4. Para analisar os produtos (itens 32 a 42) e atestar sua qualidade, de acordo com normas e padrões técnicos pertinentes, será exigida a apresentação de comprovante de pelo menos uma aprovação ou recomendação dos fabricantes citados no respectivo item a ser analisado.

## 5. DAS AMOSTRAS:

5.1. As amostras para avaliação deverão ser encaminhadas através de prospectos ou ficha técnica e demais documentos, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 deste projeto Básico.

5.2. Cada bem proposto deverá estar identificado com o respectivo número do item desta chamada pública, e ser apresentado com:

- Descrições das características que permitam a sua perfeita qualificação;

5.2.1. Poderão ser apresentados outros documentos que contribuam para a análise e avaliação da amostra, como exemplo: catálogos, certificações, selos de qualidade, termos de garantia, tabelas comparativas, testes padrões, testes de desempenho, testes de performance, testes de resistência, ensaios, materiais gráficos diversos, etc.

## 6. DA AVALIAÇÃO DOS BENS:

6.1. Com o objetivo de constatar o atendimento dos requisitos mínimos esperados e exigidos para "Pré- Qualificação" (aprovação), as amostras serão avaliadas nos seguintes quesitos:

- As amostras apresentadas estão devidamente identificadas com os números do item desta Chamada Pública;
- A documentação apresentada atende todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e as demais exigências conforme item 4 deste projeto Básico;
- Foram apresentados fotos ou desenhos da imagem do bem;
- Foram apresentados outros documentos que contribuíram para a análise e avaliação da amostra.

## 7. DA ENTREGA DAS PROPOSTAS E AMOSTRAS:

7.1. As propostas deverão ser emitidas, devidamente datadas e assinadas pela proponente, conforme modelo do Anexo II, e apresentada dentro de envelope fechado, contendo do lado externo as informações a seguir:



## EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS N° 002/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO 003/2016

Proponente:		
Endereço:		
Fone/Fax:		
E-mail:		

## 7.2. Dentro desse mesmo envelope deverá conter:

- Os documentos das amostras conforme item 5 deste projeto básico;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Novo Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

Coronel Freitas - SC, 07 de janeiro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Presidente do Consócio Intermunicipal

Velho Coronel - CVC

## ANEXO II

## PROPOSTA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

## EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS N° 002/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO 003/2016

Vimos através desta propor a “Pré-Qualificação” dos bens abaixo relacionados, aceitando e concordando com todos os termos e condições estabelecidos no Edital de Chamada Pública e seus anexos.

## DADOS DA PESSOA JURÍDICA

Empresa (razão social):

CNPJ:

MF:

Endereço:

Fone/fax:

E-mail:

## DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome Completo:

Cargo/Função:

Identidade N°: CPF/MF N°:

Telefone para Contato:

E-mail:

## RELAÇÃO DOS BENS PROPOSTOS À “PRÉ-QUALIFICAÇÃO”

Item (*)	Descrição do Bem Proposto(**)	Marca	Modelo

(\*) Preencher com o mesmo número correspondente ao item do bem do Projeto Básico do Edital.

(\*\*) Preencher com a descrição das características do bem proposto que permitam a sua perfeita qualificação.

Local e data:

Assinatura do representante legal

### **EDITAL DE CHAMAMENTO PARA QUALIFICAÇÃO 003/2016**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES

PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 003/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2016

CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por Presidente, Sr. Everaldo Luis Casonatto, no uso de suas atribuições, torna público que realizará CHAMADA PÚBLICA para PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS, com base na Resolução nº. 001 de 19 de março de 2015, conforme condições e especificações deste edital.

#### **1. DO OBJETO**

1.1. A presente chamada pública tem por objeto a pré-qualificação de bens para formação de um cadastro para futuras aquisições de material ambulatorial e odontológico, conforme itens relacionados no "Projeto Básico" constante do Anexo I.

1.2. Os bens aprovados serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC", contendo a marca e modelo, pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser atualizado pelo mesmo período a qualquer tempo.

1.3. As futuras aquisições dos bens pré-qualificados serão realizadas através do Consórcio CVC, mediante licitação prévia.

1.3.1. As futuras licitações poderão ficar restritas aos bens, cujas marcas e modelos constem no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do Consórcio CVC".

#### **2. DA PARTICIPAÇÃO E OBTENÇÃO DO EDITAL**

2.1. Qualquer pessoa jurídica (fabricante, fornecedor ou representante comercial) poderá participar desta chamada pública para pré-qualificação de bens.

2.2. O presente Edital estará à disposição dos interessados na sede do Consórcio CVC e ou pelo site: [www.consorciovcv.sc.gov.br](http://www.consorciovcv.sc.gov.br)

#### **3. DO PROCEDIMENTO – PROPOSTAS E AMOSTRAS**

3.1. A entrega das propostas e amostras com a indicação das especificações técnicas, (sem indicação de preço) dos bens a serem submetidos à avaliação terá início em 01/02/2016, na sede do Consórcio CVC, de segunda a sexta-feira das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ficará permanentemente aberto para que, nas futuras licitações para aquisições desses bens, sejam restritas àqueles das marcas e modelos previamente pré-qualificados (aprovados), em conformidade com o art. 27 da Resolução nº. 001 de 19 de março de 2015.

3.2. A proposta para pré-qualificação de bens deverá ser apresentada em conformidade com o Anexo II.

3.2.1. Todos os documentos deverão ser entregues, em envelope fechado em conformidade com o item 7 do Projeto Básico (Anexo I).

3.3. O procedimento será conduzido pela Comissão de Pré-Qualificação de Bens.

3.4. Recebidos os documentos e amostras de bens, far-se-á a análise e avaliação dos mesmos, no prazo de até 60 (sessenta) dias consecutivos, podendo ser suspenso ou prorrogado, se necessário, a critério da Comissão.

3.4.1. A avaliação dos bens será submetida a um critério objetivo, e feita pela Comissão, ficando assegurada a transparência.

3.4.2. É facultada, em qualquer fase do processo, a promoção de ampla diligência destinada a esclarecer ou complementar sua instrução e a aferir o bem a ser avaliado, bem como solicitar a Órgãos e Entidades competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

3.4.3. O procedimento de avaliação poderá contar com a participação dos interessados, os quais, inclusive, poderão indicar, as suas expensas, assistente técnico.

3.4.4. A avaliação observará a qualidade e eficiência do bem, verificando direta ou indiretamente, se os requisitos são satisfatórios, conforme critérios definidos no Projeto Básico Anexo I deste edital.

3.5. Os interessados poderão apresentar mais de uma marca e/ou modelo para um mesmo item de bem a ser pré-qualificado, que poderão ser aprovados desde que todos os requisitos do edital sejam observados para cada um deles.

3.6. Após avaliação, a Comissão, expedirá decisão contendo o resultado com as devidas justificativas e fundamentos de sua conclusão, e dará a publicidade através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

3.7. Os bens reprovados poderão ser submetidos à nova análise e avaliação, desde que o interessado comprove tecnicamente haver inconsistência técnica nos laudos de rejeição elaborados pela comissão de avaliação, ou comprove alteração em sua produção e/ou formulação, ou apresente a documentação compatível com as causas que ensejaram sua reprovação.

3.8. A atualização da validade da pré-qualificação de bens aprovados ocorrerá nas hipóteses previstas no Art. 21 da Resolução nº. 001 de 19 de março de 2015.

3.9. Os bens aprovados serão cancelados desta pré-qualificação nas hipóteses previstas no Art. 22 da Resolução nº. 001 de 19 de março de 2015.

3.9.1. Conceder-se-á ao ato de cancelamento da aprovação de bens a mesma publicidade dada aos demais atos do processo de pré-qualificação.

3.9.2. O cancelamento da aprovação do bem será feito sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável.

3.9.3. Caberá recurso das decisões de cancelamento da aprovação do bem.

3.9.4. Os bens cancelados ficarão inativos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do Consórcio CVC".

3.10. É de responsabilidade do proponente informar quaisquer alterações que ocorram com o bem cadastrado, tais como mudança no processo de fabricação, características, formulação, descontinuidade de produção, etc.

#### 4. DOS RECURSOS

4.1. Da decisão do procedimento caberá recurso hierárquico à autoridade superior competente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da publicação da respectiva decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente no Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas - SC, CEP: 89.840-000.

4.2. Não serão conhecidos os recursos apresentado por intermédio de fac-símile, ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

4.3. Os recursos contra decisões da Comissão não terão efeito suspensivo.

4.4. O acolhimento do recurso invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

#### 5. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital, tanto no que pertine às regras estabelecidas quanto no tocante à descrição do bem aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para o início da apresentação das propostas e amostras dos bens para a realização da pré-qualificação, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

5.1.1. Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada em horário de expediente no Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas - SC.

5.2. Caberá ao Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

5.3. Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

#### 6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC poderá revogar a chamada pública em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, a qualquer tempo.

6.2. A pré-qualificação de bens não gera direito à contratação futura e nem implica na preclusão da faculdade legal de inabilitação às licitações.

6.3. Os bens pré-qualificados (aprovados) não serão exclusivos dos interessados que apresentaram as propostas e amostras para avaliação.

6.4. Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração e/ou apresentação de documentação e amostras relativa ao presente Edital.

6.5. Detalhes não citados referentes a apresentação dos bens para pré-qualificação, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

6.6. Quaisquer situações não previstas neste edital serão analisadas e decididas pela Comissão Especial nomeada para este processo.

6.7. As dúvidas suscitadas poderão ser esclarecidas de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou através do telefone (49) 3347-0819, ou e-mail: [compras@consorciovcv.sc.gov.br](mailto:compras@consorciovcv.sc.gov.br), ou pessoalmente (Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Coronel Freitas - SC).

6.8. Os membros da Comissão são os nomeados através da Resolução nº 003 de 04 de janeiro de 2016, para a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à pré-qualificação de bens.

## 7. DO FORO

7.1. Fica eleito o foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões oriundas desta chamada pública para pré-qualificação de bens, renunciando todos a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

## 8. DOS ANEXOS

8.1. Fazem parte do presente edital os seguintes Anexos:

Anexo I – Projeto Básico – relação dos bens a serem pré-qualificados;

Anexo II – Proposta para pré-qualificação de bens.

Coronel Freitas - SC, 07 de janeiro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Presidente do Consórcio Intermunicipal

Velho Coronel – CVC

## ANEXO I

### PROJETO BÁSICO

#### 1. INTRODUÇÃO:

1.1. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC é um Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei Federal nº 11.107/05 e de seu regulamento Decreto nº 6.017/07.

1.2. O Consórcio CVC foi constituído com a possibilidade de integrar-se com os municípios catarinenses estipulados no contrato de intenções.

1.3. O objetivo do Consórcio CVC é a união dos municípios consorciados para o desenvolvimento regional, através da formulação de projetos estruturantes, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento de ações compartilhadas nos municípios consorciados, captação de recursos financeiros para investimentos, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

1.4. O Consórcio CVC é multifinalitário, podendo executar várias ações em conformidade com o Artigo 6º do Protocolo de Intenções, entre as finalidades previstas estão os itens: "IV - realizar licitações em nome dos municípios consorciados, mediante autorização do município, viabilizando o cumprimento do Inciso III deste artigo, sendo o faturamento e o pagamento em nome dos municípios;" e "V - efetuar credenciamento e/ou licitação para contratação de serviços e insumos em nome dos municípios consorciados"; do Parágrafo Único.

1.4.1. Para alcançar esta finalidade o Consórcio CVC pode realizar licitações compartilhadas em favor dos municípios consorciados, acompanhar a execução, bem como proceder à aquisição, administração ou gestão compartilhada de bens e serviços de interesse dos municípios consorciados, inclusive para a execução de ações ou programas Federais e Estaduais transferidos ou conveniados com os municípios.

1.4.2. A previsão legal de licitação compartilhada esta contida no artigo 17, da Lei Federal n. 11.107/05, que incluiu § 1º, no artigo 112, da Lei Federal 8.666/93, estabelecendo que:

§ 1º Os consórcios públicos poderão realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados.

1.4.3. A Licitação Compartilhada ocorre quando é feita a contratação para um grupo de participantes previamente estabelecidos, na qual a responsabilidade de condução do processo licitatório e gerenciamento serão de um órgão gerenciador.

1.5. A normatização prévia e específica para a pré-qualificação, com fulcro no art. 115 da Lei nº 8.666/93, no Consórcio CVC foi instituída através da Resolução nº 001 de 19 de março de 2015, que "Institui a Possibilidade da Adoção da Pré-Qualificação de Bens e o Seu

**Procedimento e dá Outras Providências”.**

1.5.1. Entende-se por pré-qualificação de bens, o procedimento administrativo anterior a licitação do qual resultará decisão de que determinado bem apresenta qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas.

1.5.2. Os bens aprovados no processo de pré-qualificação serão incluídos no “Cadastro de Bens Pré-Qualificados do Consórcio CVC”, contendo a marca e o modelo.

**2. DA FINALIDADE:**

2.1. A Pré-Qualificação de Bens, relacionados no item 4.1 deste Projeto Básico.

2.2. Para que as futuras licitações para aquisições desses bens, sejam “restritas àqueles das marcas previamente pré-qualificadas (aprovas)” na forma e condições deste Projeto Básico e da respectiva Chamada Pública.

**3. DAS JUSTIFICATIVAS:**

3.1. O Consórcio CVC realiza licitações compartilhadas de grande vulto que amplia ganhos por meio da economia de escala e reduz os custos da contratação com a desburocratização do procedimento.

3.2. Em vários dispositivos, a Lei nº 8.666/93 aponta como vetores da atuação administrativa a possibilidade de indicar a qualidade do produto. A Administração tem o dever de indicar o objeto pretendido na licitação, inclusive com as características necessárias à qualidade satisfatória.

3.3. A utilização do procedimento da pré-qualificação busca por um padrão mínimo de qualidade e adequação dos bens a serem adquiridos para o pleno atendimento da necessidade pública (princípio da eficiência), além de proporcionar uma maior precisão na caracterização do bem, celeridade na tramitação dos procedimentos licitatórios e redução de custo (princípio da economicidade), o que, ao final, redundará na seleção da melhor proposta (princípio da seleção da proposta mais vantajosa).

3.4. Busca-se também com procedimento da pré-qualificação a efetiva otimização da aplicação de recursos públicos, na medida em que o ente público estará concentrando suas forças na aquisição de bens, cuja qualidade já fora anteriormente testada, atendendo plenamente suas necessidades. A pré-qualificação terá o condão de fazer com que a Administração se esquive de procedimentos licitatórios que levam à aquisição de bens de baixa qualidade e inaptos à satisfação da necessidade pública.

3.5. Espera-se como resultado da pré-qualificação, a adequada caracterização do bem, que se impõe, por força do art. 14, caput, da Lei n.º 8.666/93, a qualquer compra feita pela Administração, haja vista que será identificado, em procedimento prévio, com maior nível de certeza, as características do bem pretendido e como ele atenderá a entidade promotora da licitação.

3.6. A adoção desse processo, por imperativo lógico, derivará a redução de custos, a espelhar o princípio da economicidade, eis que a aquisição de produtos de comprovada qualidade evitará sua precoce deterioração, além de afastar a necessidade de contínua manutenção e/ou consertos. Tais fatores culminam na própria concretização do princípio da seleção da proposta mais vantajosa (art. 3, caput, Lei n.º 8.666/93), onde se aglutinaria a adequação e qualidade do bem e preço.

3.7. Ademais a adoção da pré-qualificação diminui as falhas de interpretação entre Administração Pública e os fornecedores, identificando materiais similares de fabricantes diferentes e garantindo o tratamento isonômico dos futuros participantes de uma licitação, pois irá distinguir os bens que são diferentes dos iguais.

**4. DOS BENS A PRÉ-QUALIFICAR:**

4.1. Relação de bens a pré-qualificar contemplados neste Projeto Básico:

Item	Código Interno CVC	UNIDADE	Especificações básicas e Requisitos mínimos
1	5001	UNIDADE	ÁCIDO PARA CONDICIONAMENTO DENTAL, BASE FOSFÓRICO 37% PARA ESMALTE E DENTINA COM CORANTE AZUL.
2	5002	UNIDADE	ADESIVO FOTOPOLIMERIZÁVEL COM CARGA NANOMÉTRICA DE 5NM, "PRIMER" E "ADESIVO" EM FRASCO ÚNICO, COM 6G. INDICADO PARA RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL E CIMENTAÇÃO DE RESTAURAÇÕES INDIRETAS. FRASCO COM VEDAÇÃO ALTAMENTE CONFIÁVEL QUE PREVINA VAZAMENTOS, COM BICO ECONÔMICO QUE EVITE DESPERDÍCIO. COMPOSIÇÃO BIS-GMA, HEMA, DIURETANO DIMETADRILATO, COPOLÍMEROS DO ÁCIDO POLIALCENÓICO, CANFOROQUINONA, ÁGUA E ETANOL, GICEROL 1.3 DIMETACRILATO, 10% EM PESO DE SÍLICA COLOIDAL COM 5 NANÔMETROS.
3	5003	UNIDADE	ADESIVO PRIMER EM FRASCO ÚNICO, SOLVENTE A BASE DE ÁGUA E ÁLCOOL, COM PARTICULAS DE CARGA DE 5NM. EMBALAGEM DE 6ml CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO.

4	5004	CAIXA	AGULHA 13X4, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 0,40MM E COMPRIMENTO DE 13MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR CINZA E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.
5	5005	CAIXA	AGULHA 13X4,5, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.
6	5006	CAIXA	AGULHA 20X5,5, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.
7	5007	CAIXA	AGULHA 25X6, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 0,60MM E COMPRIMENTO DE 25MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR AZUL E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.
8	5008	CAIXA	AGULHA 25X6, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.
9	5009	CAIXA	AGULHA 25X7, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, 25X7, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 0,70MM E COMPRIMENTO DE 25MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR PRETA E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.
10	5010	CAIXA	AGULHA 25X7, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.
11	5011	CAIXA	AGULHA 25X8, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 0,80MM E COMPRIMENTO DE 25MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR VERDE E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.
12	5012	CAIXA	AGULHA 25X8, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.
13	5013	CAIXA	AGULHA 30X7, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.
14	5014	CAIXA	AGULHA 30X8, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.
15	5015	CAIXA	AGULHA 40X12, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 1,20MM E COMPRIMENTO DE 40MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR ROSA E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.
16	5016	CAIXA	AGULHA 40X12, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.
17	5017	CAIXA	AGULHA 40X8, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRE IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.
18	5018	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 13X4,5, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.



19	5019	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 20X5.5, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.
20	5020	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 25X6.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.
21	5021	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 25X7.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.
22	5022	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 25X8.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.
23	5023	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 30X8.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.
24	5024	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 40X12, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.
25	5025	UNIDADE	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA COM BISEL TRIFACETADO E CÂNULA SILICONIZADA, ESTÉREIS, ATOXICAS E APIROGENICAS. EMBALAGEM INDIVIDUAL INVIOLÁVEL, EM CAIXAS COM 100 UNIDADES.
26	5026	CAIXA	AGULHA GENGIVAL Nº27, LONGA, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO), CAIXA COM 100 UNIDADES.
27	5027	CAIXA	AGULHA GENGIVAL Nº30, CURTA, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO), CAIXA COM 100 UNIDADES.
28	5028	UNIDADE	ALCCOL 70% EM EMBALAGEM DE 1000ML
29	5029	PACOTE	ALGODÃO EM BOLAS HIDRÓFILO, COM FIBRAS 100%, ALGODÃO DEVE SER ALTAMENTE ABSORVENTE. PACOTE COM 100 GRAMAS.
30	5030	ROLO	ALGODÃO HIDRÓFILO, COM FIBRAS 100% ALGODÃO ALTAMENTE ABSORVENTE. ROLO 500 GRAMAS.
31	5031	ROLO	ALGODÃO HIDRÓFILO, COM FIBRAS 100% ALGODÃO ALTAMENTE ABSORVENTE. ROLO COM 1KG.
32	5032	UNIDADE	ALGODÃO, PARA USO ORTOPÉDICO ROLO COM 12CM.
33	5033	UNIDADE	APARELHO DE BARBEAR COM UMA LÂMINA EM AÇO INOX EMBALAGEM INDIVIDUAL COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E INVIOLÁVEL COM CABO ANTIDESLIZANTE
34	5034	UNIDADE	ATADURA DE ALGODÃO, PARA USO ORTOPÉDICO MEDINDO 20CM DE LARGURA 150CM DE COMPRIMENTO, ESPESURA MÍNIMA DE 3MM.
35	5035	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 06CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.
36	5036	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 08CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.
37	5037	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 10CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.

38	5038	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 12CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.
39	5039	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 06CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.
40	5040	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 08CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.
41	5041	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 10CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.
42	5042	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 12CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.
43	5043	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 15CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.
44	5044	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 20CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.
45	5045	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 25CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.
46	5046	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 30CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.
47	5047	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 15CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.
48	5048	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 06CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.
49	5049	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 08CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.
50	5050	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 10CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.
51	5051	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 12CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.
52	5052	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 15CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.
53	5053	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 20CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.
54	5054	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 20CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.
55	5055	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 06 DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM <sup>2</sup> , COM PESO DE 13,3G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.
56	5056	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 10CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM <sup>2</sup> , COM PESO DE 21,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.
57	5057	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 15CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM <sup>2</sup> , COM PESO DE 32,7G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.

58	5058	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 20CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 42,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.
59	5059	ROLO	ATADURA DE RYON, NÃO ESTÉRIL, TAMANHO 7,5CM X 5M, CONFECCIONADA EM FIBRAS SINTÉTICAS 100% RAYON, LIVRE DE IMPUREZAS, RASGOS, FIOS SOLTAS E MANCHAS, ATÓXICA E APIROGÊNICO. INDICADO PARA CURATIVOS OU ONDE NECESSITE DE ALTA ABSORÇÃO E BAIXA ADERÊNCIA TECIDUAL COMO NO CASO DE CURATIVOS PARA QUEIMADURAS.
60	5060	UNIDADE	BOLSA COLETORA DE URINA DE CAMA COM CAPACIDADE DE 2000ML. SENDO TRANSPARENTE NA PARTE FRONTAL E OPACA AO VERSOPARA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO ASPECTO DA DIURESE.NÃO CONTÉM FILTRO HIDRÓFOTO. COM DISPOSITIVO ANTI-REFLUXO.
61	5061	UNIDADE	BOLSA COLETORA DE URINA DE PERNA COM CAPACIDADE DE 500ML. SENDO TRANSPARENTE NA PARTE FRONTAL E OPACA AO VERSOPARA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO ASPECTO DA DIURESE.NÃO CONTÉM FILTRO HIDRÓFOTO. COM DISPOSITIVO ANTI-REFLUXO.
62	5062	CAIXA	BOLSA DE COLOSTOMIA INTESTINAL DE UMA PEÇA, DRENÁVEL, COM BARREIRA A PROVA DE ODOR E VAZAMENTO, TRANSPARENTE/OPACA, PLACA DE BARREIRA DE PELE DE RESINA A BASE DE HIDROCOLÓIDES (PECTINA, GELATINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA) PLACA COM DIÂMETRO RECORTAVEL DE 19 A 64MM, CAIXA COM 10 UNIDADES.
63	5063	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1011, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
64	5064	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1012 HASTE CURTA, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
65	5065	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1012 HASTE LONGA, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
66	5066	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1013, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO.APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
67	5067	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1014 HASTE CURTA, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
68	5068	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1014 HASTE LONGA, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
69	5069	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1015 HASTE LONGA, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
70	5070	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1015, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.

71	5071	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1016 HASTE LONGA, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
72	5072	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1016, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
73	5073	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1019, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
74	5074	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1022, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
75	5075	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1024, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
76	5076	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1033, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
77	5077	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1036, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
78	5078	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1044, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
79	5079	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1045, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
80	5080	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1090 F, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
81	5081	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1090, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
82	5082	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1092, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
83	5083	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1190 F, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.

84	5084	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1190 FF, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
85	5085	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1190, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
86	5086	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1235, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
87	5087	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1302, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
88	5088	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1342, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
89	5089	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 2082 COM PONTA INATIVA, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
90	5090	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 2083, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
91	5091	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 2135F, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
92	5092	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 2200, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
93	5093	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 2200FF, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
94	5094	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3018, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
95	5095	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3018HL, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
96	5096	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3070, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.



97	5097	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3118 F, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
98	5098	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3118 FF, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
99	5099	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3118, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
100	5100	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3168 F, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
101	5101	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3168 FF, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
102	5102	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3168, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
103	5103	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3195 F, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
104	5104	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3195 FF, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
105	5105	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3195, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
106	5106	UNIDADE	BROCA PARA ACABAMENTO 3168. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.
107	5107	UNIDADE	CAIXA COLETORA DE MATERIAL PERFUROCORTE DE 13 LITROS NA COR AMARELA COM IDENTIFICAÇÃO. DEVE POSSUIR ALÇAS PARA GARANTIR O MANUSEIO SEGURO E QUE NÃO ATRAPALHEM NA UTILIZAÇÃO. COM BOCAL NA PARTE SUPERIOR E TAMPA PARA O FECHAMENTO DO BOCAL DE FORMA FACIL E SEGURA. DEVE ATENDER AS EXIGÊNCIAS DAS NORMAS: ABNT NBR 13853 de 05/1997, RDC 306, CONAMA 358 E DEMAIS NORMAS RELACIONADAS.
108	5108	UNIDADE	CAIXA COLETORA DE MATERIAL PERFUROCORTE DE 5 LITROS NA COR AMARELA COM IDENTIFICAÇÃO. DEVE POSSUIR ALÇAS PARA GARANTIR O MANUSEIO SEGURO E QUE NÃO ATRAPALHEM NA UTILIZAÇÃO. COM BOCAL NA PARTE SUPERIOR E TAMPA PARA O FECHAMENTO DO BOCAL DE FORMA FACIL E SEGURA. DEVE ATENDER AS EXIGÊNCIAS DAS NORMAS: ABNT NBR 13853 de 05/1997, RDC 306, CONAMA 358 E DEMAIS NORMAS RELACIONADAS.
109	5109	UNIDADE	CAIXA COLETORA DE MATERIAL PERFUROCORTE DE 7 LITROS NA COR AMARELA COM IDENTIFICAÇÃO. DEVE POSSUIR ALÇAS PARA GARANTIR O MANUSEIO SEGURO E QUE NÃO ATRAPALHEM NA UTILIZAÇÃO. COM BOCAL NA PARTE SUPERIOR E TAMPA PARA O FECHAMENTO DO BOCAL DE FORMA FACIL E SEGURA. DEVE ATENDER AS EXIGÊNCIAS DAS NORMAS: ABNT NBR 13853 de 05/1997, RDC 306, CONAMA 358 E DEMAIS NORMAS RELACIONADAS.



110	5110	UNIDADE	CATETER NASAL TIPO ÓCULOS, TAMANHO ÚNICO , ESTERILIZADO A RAO GAMMA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM SACO PLASTICO COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.
111	5111	KIT	CIMENTO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO RADIOPACO SISTEMA PASTA-PASTA. COMPOSIÇÃO ESTER GLICOL SALICILATO, FOSFATO DE CALCIO, TUNGSTATO DE CÁLCIO, ÓXIDO DE ZINCO, ETITOLUENO SULFONAMIDA, HIDRÓXIDO DE CÁLCIO DE TITANIO, ES-TEORATO DE ZINCO E CORANTE MINERAIS. APRESENTAÇÃO: 1 TUBO DE PASTA BASE COM 13GR, 1 TUBO DE PASTA CATALIZADORA, NÃO CONTENDO ÁGUA PURIFICADA NA SUA COMPOSIÇÃO. COM REGISTRO NA ANVISA.
112	5112	KIT	CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO PARA CIMENTAÇÃO. COMPOSIÇÃO : PÓ : VIDRO DE FLUORSILICATO DE VIDRO, COPOLÍMEROS DE ÁCIDO CARBÔNICO (POLIACRÍLICO E MALEICO) E PIGMENTOS. LÍQUIDO: SOLUÇÃO DE ÁCIDO TARTÁRICO. APRESENTAÇÃO :KIT PEQUENO: 1 FRASCO COM 8G DE PÓ E 1 FRASCO DE LÍQUIDO COM 5 ML, COLHER DOSADORA E BLOCO DE ESPATULAÇÃO
113	5113	UNIDADE	COLCHÃO PIRAMIDAL SOLTEIRO TIPO CAIXA DE OVO COM MEDIDAS DE 188X78X5CM, D33, CAPACIDADE MÍNIMA DE 90KG.
114	5114	UNIDADE	COLCHÃO SOLTEIRO PNEUMÁTICO. DIMENSÕES INFLAVEL 94,5 X 198 CM. CONFECCIONADO EM POLIVINIL, COMPOSTA DE CÉLULAS UNIFORMES, NO MÍNIMO 125 CÉLULAS, VOLUME DE AR AJUSTÁVEL, CICLO DE AR ALTERNADO, COM ATÉ 60 GRAUS DE POSSIBILIDADE DE INCLINAÇÃO. COM COMPRESSOR 220V, MANGUEIRA DE CONEXÃO COMPRESSOR COLCHÃO, UNIDADE DE CONTROLE DE AR.
115	5115	PACOTE	COMPRESSA CAMPO ALVA, 04 CAMADAS, COM CADARÇO, 45CMX50CM, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT, PACOTE COM 50 UNIDADES.
116	5116	CAIXA	COMPRESSA DE GAZE CONFECCIONADA EM RAYON, NÃO ESTÉRIL, EMBEBIDA EM ÓLEO COMPOSTO DE AGE, ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS E TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA, ÓLEO DE MELALEUCA E COPAÍBA, LICITINA DE SOJA, VITAMINAS A E E 9 (7,5X15CM) COM CINCO ML DE ÓLEO. CAIXA CONTENDO 24 SACHET EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.
117	5117	CAIXA	COMPRESSA DE GAZE CONFECCIONADA EM RAYON, NÃO ESTÉRIL, EMBEBIDA EM ÓLEO COMPOSTO DE AGE, ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS E TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA, ÓLEO DE MELALEUCA E COPAÍBA, LICITINA DE SOJA, VITAMINAS A E E9 (7,5X7,5CM) COM TRÊS ML DE ÓLEO. CAIXA CONTENDO 24 SACHET EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.
118	5118	PACOTE	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 10X10CM E 20X40CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 950GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).
119	5119	PACOTE	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 7,5X7,5CM E 15X30CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 450GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).
120	5120	PACOTE	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 21 FIOS, EM TAMANHO 10X10CM E 20X40CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).
121	5121	PACOTE	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, TAMANHO 7,5X7,5CM, COM 05 DOBRAS, 08 CAMADAS, 11 FIOS, 100% ALGODÃO, ESTÉRIL. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). PACOTE COM 10 UNIDADES.
122	5122	UNIDADE	COMPRESSA DE GAZE TIPO QUEIJO, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO NOMINAL 91X91CM, COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADAS PARA DENTRO, EMBALADAS INDIVIDUAL EM PACOTE PLÁSTICO, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT, PESO MÍNIMO 1450 GRAMAS.
123	5123	UNIDADE	CURATIVO CIRÚRGICO ESTÉRIL (CHUMAÇO), 10X15CM, 100% ALGODÃO, ESTRILIZADO POR E.T.O, PRONTO USO, SUPER ABSORVENTE.
124	5124	UNIDADE	CURATIVO COM PELÍCULA FINA E TRANSPARENTE DE POLIURETANO SEMI-PERMEÁVEL COM UM ADESIVO HIPOALERGÊNICO QUE NÃO CONTÉM LÁTEX, EM FORMATO OVAL RECORTADO E REFORÇADO NUMA EXTREMIDADE COM UMA FAIXA DE TECIDO MACIO PARA PROPORCIONAR MELHOR FIXAÇÃO EM TORNO DOS CATETERES E DE OUTROS DISPOSITIVOS, DEVE PERMITIR A PASSAGEM DE OXIGÊNIO E UMIDADE PORÉM É IMPERMEÁVEL A LÍQUIDOS E BACTÉRIAS, INTACTO PROTEGE O LOCAL CONTRA CONTAMINANTES EXTERNOS, COM TIRAS ESTÉREIS DE ADESIVO DE TECIDO MACIO FORNECIDOS COM O CURATIVO PARA AJUDAR A FIXAR OS TUBOS E LÚMENS, ESPECIALMENTE INDICADO PARA SER UTILIZADO EM CATETERES COM MÚLTIPLOS LÚMENS, PESADOS E/OU LOCAIS DE DIFÍCIL FIXAÇÃO. TAMANHO 7CMX8,5CM.

125	5125	TUBO	CURATIVO DE HIDROCOLÓIDE E ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, CONSTITUÍDO DE ÁGUA PURIFICADA, PROPILENOLICOL, CARBOXIMETILCELOULOSE SÓDICA, CARBOMERO 940, TRIETANOLAMINA, SORBATO DE POTÁSSIO, ÁCIDO BÓRICO, HIDANTOÍNA, CONSERVANTES IMPORTANTES PARA A MANUTENÇÃO DA ESTABILIDADE DO PRODUTO POR ATÉ 28 DIAS APÓS ABERTO NUM AMBIENTE AQUOSO, HIDRATANTE E ABSORVENTE, TRANSPARENTE NA FORMA DE GEL, QUE APRESENTA A CAPACIDADE DE HIDRATAR FERIDAS SECAS E ABSORVER O EXUDATO, INTERAGINDO COM DIVERSOS NÍVEIS DE UMIDADE DA FERIDA, PARA CAVIDADES PROFUNDAS, ÚLCERA DE PERNA (VENOSA E ARTERIAL) PÉ DIABÉTICO, CORTES, ABRASÕES E LACERAÇÕES, QUEIMADURAS DE 1º E 2º GRAUS E ÚLCERAS DE PRESSÃO, AÇÃO HEMOSTÁTICA, DEBRIDANTE, COM PH NEUTRO, COM TAMPA FLIP TOP. TUBO COM 85GR.
126	5126	CAIXA	CURATIVO HIDROCOLÓIDE DE BAIXO PERFIL, COM BORDAS DELGADAS, TRANSLÚCIDO, REVESTIDO COM UMA PELÍCULA LISA FRICÇÃO E LINHA DEMARCATÓRIA QUE INDICA O MOMENTO IDEAL DE TROCA DO CURATIVO. PRODUTO ESTÉRIL COMPOSTO POR UMA CAMADA INTERNA COM 3 HIDROCOLÓIDES (GELATINA, PECTINA E CARBOXIMETILCELOULOSE SÓDICA), POLIISOBUTILENO E POLÍMEROS ELASTOMÉRICOS ADICIONADOS À FÓRMULA PARA CONTROLE DA FORMAÇÃO DE GEL COM UMA CAMADA EXTERNA DE POLIUTERANO QUE OFERECE UMA BARREIRA BACTERIANA E VIRAL. COM REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 5 CURATIVOS DE 10X10CM.
127	5127	ROLO	CURATIVO TRANSPARENTE EM ROLO, NÃO ESTÉRIL, HIPOALERGÊNICO, CONSTITUÍDO POR UMA PELÍCULA DE POLIURETANO TRANSPARENTE, PERMEÁVEL AO OXIGÊNIO E VAPOR D'ÁGUA, ATUANDO COMO BARREIRA CONTRA LÍQUIDOS E BACTÉRIAS, TAMANHO 10CMX10MT.
128	5128	CAIXA	CURATIVO TRATAMENTO PLACA, COM HIDROFIBRA ANTIMICROBIANO COMPOSTO DE FIBRAS COM 100% DE CARBOXIMETILCELOULOSE SÓDICA E PRATA IONICA ALTAMENTE ABSORVENTE, QUE INTERAGE COM O EXUDATO DA FERIDA FORMANDO UM GEL MACIO QUE MANTÉM O MEIO ÚMIDO PROPORCIONANDO O AMBIENTE IDEAL A CICATRIZAÇÃO, AUXILIA NO DESBRIDAMENTO, AUTOLÍTICO E REMOÇÃO SEM CAUSAR TRAUMA AO TECIDO RECÉM FORMADO, COM DRENAGEM VERTICAL AVANÇADA E LATERAL CONTROLADA, MANTÉM O FLUÍDO DISTANTE DA FERIDA E PELE CIRCUNDANTE, O FLUÍDO RETIDO DENTRO DAS FIBRAS É CONVERTIDO IMEDIATAMENTE EM GEL TRANSLÚCIDO, ABSORVENDO 25 VEZES SEU PESO EM FLUÍDOS. COM REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 05 CURATIVOS DE 15X15CM.
129	5129	CAIXA	CURATIVO TRATAMENTO PLACA, COM HIDROFIBRA ANTIMICROBIANO COMPOSTO DE FIBRAS COM 100%, DE CARBOXIMETILCELOULOSE SÓDICA E PRATA IONICA ALTAMENTE ABSORVENTE, QUE INTERAGE COM O EXUDATO DA FERIDA FORMANDO UM GEL MACIO QUE MANTÉM O MEIO ÚMIDO PROPORCIONANDO O AMBIENTE IDEAL A CICATRIZAÇÃO, AUXILIA NO DESBRIDAMENTO, AUTOLÍTICO E REMOÇÃO SEM CAUSAR TRAUMA AO TECIDO RECÉM FORMADO, COM DRENAGEM VERTICAL AVANÇADA E LATERAL CONTROLADA, MANTÉM O FLUÍDO DISTANTE DA FERIDA E PELE CIRCUNDANTE, O FLUÍDO RETIDO DENTRO DAS FIBRAS É CONVERTIDO IMEDIATAMENTE EM GEL TRANSLÚCIDO, ABSORVENDO 25 VEZES SEU PESO EM FLUÍDOS. COM REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 10 CURATIVOS DE 10X10CM.
130	5130	CAIXA	CURATIVO TRATAMENTO PLACA, INTERATIVO COMPOSTO DE UMA CAMADA INTERNA A BASE DE 3 HIDROCOLÓIDES (GELATINA, PECTINA E CARBOXIMETILCELOULOSE SÓDICA) REVESTIDO DE UMA LÂMINA DE POLIURETANO, IMPERMEÁVEL A ÁGUA E A OUTROS AGENTES EXTERNOS, ABSORVENTE, FLEXÍVEL, AUTO-ADERENTE, AÇÃO BACTERIOSTÁTICA, ESTÉRIL, ESPESSURA MÉDIA, PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE ÚLCERA DE PRESSÃO LIMPA. COM REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 5 CURATIVOS DE 10X10CM.
131	5131	CAIXA	CURATIVO TRATAMENTO PLACA, INTERATIVO COMPOSTO DE UMA CAMADA INTERNA A BASE DE 3 HIDROCOLÓIDES (GELATINA, PECTINA E CARBOXIMETILCELOULOSE SÓDICA) REVESTIDO DE UMA LÂMINA DE POLIURETANO, IMPERMEÁVEL A ÁGUA E A OUTROS AGENTES EXTERNOS, ABSORVENTE, FLEXÍVEL, AUTO-ADERENTE, AÇÃO BACTERIOSTÁTICA, ESTÉRIL, ESPESSURA MÉDIA, PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE ÚLCERA DE PRESSÃO LIMPA. COM REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 5 CURATIVOS DE 20X20 CM.
132	5132	CAIXA	CURATIVO TRATAMENTO PLACA, INTERATIVO COMPOSTO DE UMA CAMADA INTERNA A BASE DE 3 HIDROCOLÓIDES (GELATINA, PECTINA E CARBOXIMETILCELOULOSE SÓDICA) REVESTIDO DE UMA LÂMINA DE POLIURETANO, IMPERMEÁVEL A ÁGUA E OUTROS AGENTES EXTERNOS, ABSORVENTE, FLEXÍVEL, AUTO ADERENTE, AÇÃO BACTERIOSTÁTICA, ESTÉRIL, ESPESSURA FINA, PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE ÚLCERA DE PELE SUPERFICIAIS E FERIDAS PÓS CIRÚRGICAS. CAIXA COM 05 CURATIVOS TAMANHO 10X10CM.

133	5133	UNIDADE	DETECTOR FETAL DE MESA ANALÓGICO, GABINETE CONFECCIONADO EM PSAI POLIESTIRENO DE AUTO IMPACTO, AUTO BRILHO E ANTIOXIDANTE. FAIXA DE MEDIDA DO BCF DE 50 A 240 BATIDAS POR MINUTO. BOTÃO LIGA OU DESLIGA COM REGULAGEM DE INTENSIDADE DO VOLUME. BOTÃO COM REGULAGEM DE TONALIDADE DE GRAVE E AGUDO. FILTRO MINIMIZADOR DE INTERFERÊNCIAS DURANTE A UTILIZAÇÃO. AUSCULTA DE BATIMENTOS CARDÍACO FETAL A PARTIR DA 10ª SEMANA. ALTA SENSIBILIDADE PARA AUSCULTA COLETIVA. SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO OU GRAVADOR DE SOM. CICLAGEM DE 6.000 A 60.000. FREQUÊNCIA DE 2,0 A 2,25 MHZ. ALOJAMENTO PARA TRANSDUTOR FIXADO NA LATERAL DO GABINETE. LED INDICADOR DE EQUIPAMENTO LIGADO E PRONTO PARA USO IMEDIATO. ALIMENTAÇÃO REALIZADA ATRAVÉS DA REDE ELÉTRICA EM 110 OU 220 V 50/60 HZ. ACOMPANHA FRASCO DE GEL PARA CONTATO, FONE DE OUVIDO BIAURICULAR PARA AUSCULTA INDIVIDUAL. DIMENSÕES APROXIMADAS: (L. P. A.) 200 X 210 X 95 MM.
134	5134	FRASCO	DETERGENTE ENZIMÁTICO, PARA LIMPEZA DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES COMPOSTO POR 5 ENZIMAS, PROTEASE, PEPTIDASE, AMILASE, CELULASE E LIPASE, DETERGENTE NÃO IÔNICO/ANIÔNICO, PH NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, NÃO CORROSIVO PARA METAIS, PARA SER UTILIZADO EM TEMPERATURA AMBIENTE OU AQUECIDA PARA PROCESSOS DE LIMPEZA MANUAL OU AUTOMATIZADO, DE AÇÃO RÁPIDA, VOLUME DE 5.000ML, DILUIÇÃO DE 2,0ML POR LITRO, POUCA FORMAÇÃO DE ESPUMA, SEM ODOR AGRESSIVO NA FORMA CONCENTRADA OU DILUÍDA, SEM CORANTE. FRASCO COM 1LITRO.
135	5135	GALÃO	DETERGENTE ENZIMÁTICO, PARA LIMPEZA DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES COMPOSTO POR 5 ENZIMAS, PROTEASE, PEPTIDASE, AMILASE, CELULASE E LIPASE, DETERGENTE NÃO IÔNICO/ANIÔNICO, PH NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, NÃO CORROSIVO PARA METAIS, PARA SER UTILIZADO EM TEMPERATURA AMBIENTE OU AQUECIDA PARA PROCESSOS DE LIMPEZA MANUAL OU AUTOMATIZADO, DE AÇÃO RÁPIDA, VOLUME DE 5.000ML, DILUIÇÃO DE 2,0ML POR LITRO, POUCA FORMAÇÃO DE ESPUMA, SEM ODOR AGRESSIVO NA FORMA CONCENTRADA OU DILUÍDA, SEM CORANTE. GALÃO COM 5 LITROS.
136	5136	KIT	DISCOS SOF-LEX POP-ON SÉRIE AZUL (KIT COM GRANULAÇÃO: GROSSA, MÉDIA, FINA E EXTRA FINA CONTENDO 30 UNIDADES CADA GRANULAÇÃO).
137	5137	KIT	DISCOS SOF-LEX POP-ON SÉRIE LARANJA (KIT COM GRANULAÇÃO: GROSSA, MÉDIA, FINA E EXTRA FINA CONTENDO 30 UNIDADES CADA GRANULAÇÃO).
138	5138	KIT	DISCOS SOF-LEX POP-ON SÉRIE PRETA (KIT COM GRANULAÇÃO: GROSSA, MÉDIA, FINA E EXTRA FINA CONTENDO 30 UNIDADES CADA GRANULAÇÃO).
139	5139	KIT	DISCOS SOF-LEX POP-ON SÉRIE VERMELHA (KIT COM GRANULAÇÃO: GROSSA, MÉDIA, FINA E EXTRA FINA CONTENDO 30 UNIDADES CADA GRANULAÇÃO).
140	5140	UNIDADE	ELETRODOS PARA FISIOTERAPIA COM DUAS CAMADAS DE HIDROGEL ADESIVO DE 13X7,5CM.
141	5141	UNIDADE	ELETRODOS PARA FISIOTERAPIA COM DUAS CAMADAS DE HIDROGEL ADESIVO DE 5X5CM.
142	5142	UNIDADE	ELETRODOS PARA FISIOTERAPIA COM DUAS CAMADAS DE HIDROGEL ADESIVO DE 9X5CM.
143	5143	UNIDADE	EQUIPO MACROGOTAS, FLEXÍVEL COMPOSTO DE LANCETA PERFURANTE PARA CONEXÃO AO RECIPIENTE DE SOLUÇÃO, CÂMARA FLEXÍVEL E TRANSPARENTE PARA VISUALIZAÇÃO DO GOTEJAMENTO, CONTROLADOR DE FLUXO TIPO PINÇA ROLETE E CONEXÃO LUER PARA DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO.
144	5144	UNIDADE	EQUIPO MICROGOTAS, PONTA PERFURANTE COM TAMPA PROTETORA, CÂMARA FLEXÍVEL, GOTEJADORA EM MICROGOTAS, TUBO EM PVC DE 1,50CM, PINÇA ROLETE PRA CONTROLE DE VOLUME, CONEXÃO LUER.
145	5145	UNIDADE	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL, TUBO EM PVC COM 1,50CM, CONTROLADOR TIPO PINÇA ROLANTE, CONEXÃO TIPO LUER, EMBALADO INDIVIDUALMENTE.
146	5146	CAIXA	ESCOVA CERVICAL, COM AS CERDAS NUM FORMATO LEVEMENTE CÔNICO, FABRICADA EM FIOS DE NYLON COM PONTA PROTEGIDA E HASTE PLÁSTICA, COM 18CM DE COMPRIMENTO, COM EMALAGEM INDIVIDUAL. COM 100 UNIDADES (02-17-0315)
147	5147	ROLO	ESPARADRAPO 10CMX4,5M, TECIDO 100% ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE, COM MASSA ADESIVA Á BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINA. EMBALAGEM COM CAPA PROTETORA.
148	5148	UNIDADE	ESPARADRAPO 2,5CMX4,5M, TECIDO 100% ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE, COM MASSA ADESIVA Á BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINA. EMBALAGEM COM CAPA PROTETORA.
149	5149	CAIXA	ESPÁTULA DE AYRE, FABRICADA EM MADEIRA DE 19CM DE COMPRIMENTO EMBALADO INDIVIDUALMENTE. COM 100 UNIDADES
150	5150	UNIDADE	ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO G
151	5151	UNIDADE	ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO M
152	5152	UNIDADE	ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO P

153	5153	UNIDADE	ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO GRANDE, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.
154	5154	UNIDADE	ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO MÉDIO, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.
155	5155	UNIDADE	ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO PEQUENO, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.
156	5156	UNIDADE	ESTETOSCÓPIO RAPPAPORT ADULTO/INFANTIL CONTENDO: UM PAR DE OLIVAS ROSQUEAVEL DE DURA, UM PARA DE OLIVAS ROSQUEAVEL DE MACIA, DOIS PARES DE MEMBRANAS DE PLÁSTICO RÍGIDO, ANEL ROSQUEADO DE COBRE CROMADO (INFANTIL E ADULTO), BASE ROSQUEADA DE COBRE CROMADO QUE POSSIBILITE A TROCA DO SINO OU DIAFRAGMA (INFANTIL E ADULTO), CÂMARA DE SOM EM LIGA DE ALUMÍNIO, TUBO ROTATÓRIO CENTRAL EM COBRE CROMADO POSSUINDO DUAS SAÍDAS, TUBO DUPLO DE PVC DE ANÉIS METÁLICOS, FONE BIAURICULAR DE COBRE CROMADO, DIAFRAGMA ABERTO PEQUENO, DIAFRAGMA ABERTO MÉDIO, DIAFRAGMA ABERTO GRNDE E AUSCULTADOR.
157	5157	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 2.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.
158	5158	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 2.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 3.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.
159	5159	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 3.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.
160	5160	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 3.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.5CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.
161	5161	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 3.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 3.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.
162	5162	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 4.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.
163	5163	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 5.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.
164	5164	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 6.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.
165	5165	ROLO	FITA ADESIVA BRANCA DE USO HOSPITALAR 16MMX50M EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).
166	5166	ROLO	FITA ADESIVA DE AUTOCLAVE 19MMX30M, DORSO DE PAPEL CREPADO Á BASE DE BORRACHA NATURAL, NA OUTRA FACE, FINA CAMADA IMPERMEABILIZADA DE RESINA ACRÍLICA, COM INDICADOR DE ESTERILIZAÇÃO (LISTAS DIAGONAIS DE TINTA TERMOREATIVA QUE QUANDO ESTERILIZADAS MUDAM A COLORAÇÃO DE BRANCO PARA PRETO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).
167	5167	UNIDADE	FITA ADESIVA HIPOALÉRGICA, COMPOSTA POR UM DORSO ELÁSTICO DE POLIETILENO TRANSPARENTE MICRO PERFURADO. ADESIVO ACRÍLICO RADIOTRASPARENTE, 100MMX4,5M, COM CAPA PROTETORA.

168	5168	UNIDADE	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO G, MODELO UNISEX, COM BAREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, ABSORÇÃO MÍNIMA DE 1800ML.
169	5169	UNIDADE	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO GG, MODELO UNISEX, COM BAREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, ABSORÇÃO MÍNIMA DE 2000ML.
170	5170	UNIDADE	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO M, MODELO UNISEX, COM BAREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, ABSORÇÃO MÍNIMA DE 1600ML.
171	5171	UNIDADE	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO P, MODELO UNISEX, COM BAREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, ABSORÇÃO MÍNIMA DE 1600ML.
172	5172	UNIDADE	GEL CONDUTOR INCOLOR PARA MEIOS DE CONTATO (ULTRASON). COM pH NEUTRO (ENTRE 6,5 E 7,0), INODORO E HIPOALERGÊNICO, SUA COMPOSIÇÃO DEVE SER LIVRE DE ALCOOL E SAIS. EMBALAGEM DE 1KG
173	5173	UNIDADE	GEL CONDUTOR INCOLOR PARA MEIOS DE CONTATO (ULTRASON). COM pH NEUTRO (ENTRE 6,5 E 7,0), INODORO E HIPOALERGÊNICO, SUA COMPOSIÇÃO DEVE SER LIVRE DE ALCOOL E SAIS. EMBALAGEM DE 5KG
174	5174	CAIXA	INDICADOR BIOLÓGICO PARA VAPOR, DO TIPO AUTO-CONTIDO, COM TEMPO DE RESPOSTA FINAL NEGATIVA EM 48 HORAS, PARA O MONITORAMENTO BIOLÓGICO DE CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SATURADO SOB PRESSÃO, COMPOSTO POR UMA TIRA DE PAPEL CONTENDO UMA POPULAÇÃO MICROBIANA MÍNIMA DE 100.000 (CEM MIL) ESPOROS SECOS E PADRONIZADOS DE <i>GEOBACILLUS STEAROTHERMOPHILLUS</i> (ATCC 7953 COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ASSEGURADA). A TIRA CONTENDO ESPOROS ESTÁ ACONDICIONADA EM UMA AMPOLA PLÁSTICA TERMORRESISTENTE, CONTENDO EM SEU INTERIOR UMA AMPOLA DE VIDRO LACRADA, COM UM CALDO NUTRIENTE PRÓPRIO PARA CRESCIMENTO DOS MICROORGANISMOS. A AMPOLA PLÁSTICA É FECHADA POR UMA TAMPA PERFURADA E PROTEGIDA POR PAPEL DE FILTRO HIDROFÓBICO, CADA AMPOLA POSSUI UM RÓTULO EXTERNO QUE INFORMA O NOME DO PRODUTO, LOTE, PRAZO DE VALIDADE, CONTENDO CAMPOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA AMPOLA E UM INDICADOR QUÍMICO DE EXPOSIÇÃO QUE DIFERENCIA AS AMPOLAS PROCESSADAS DAS NÃO-PROCESSADAS. CAIXA COM 100 AMPOLAS.
175	5175	CAIXA	INDICADOR QUÍMICO DO TIPO INTEGRADOR, CLASSE 5, QUE PERMITE EFETUAR O MONITORAMENTO DE TODOS OS PARÂMETROS CRÍTICOS DO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, COM PERFORMANCE EQUIVALENTE OU SUPERIOR À CURVA DE MORTE MICROBIANA DO <i>GEOBACILLUS STEAROTHERMOPHILLUS</i> . A EMBALAGEM DEVERÁ CONTEMPLAR 3 VALORES DECLARADOS: 121°C, 135°C E UMA TEMPERATURA INTERMEDIÁRIA, CORRELACIONADAS COM O TEMPO DE MORTE MICROBIANA, E NA TEMPERATURA DE 121°C DEVERÁ REAGIR A PARTIR DE 16,5 MINUTOS. COMPOSTO DE UMA MECHA DE PAPEL E DE UMA PÍLULA QUÍMICA SENSÍVEL À TEMPERATURA, TEMPO E VAPOR, ACONDICIONADAS EM UMA EMBALAGEM COMPOSTA POR PAPEL/FILME E ALUMÍNIO LAMINADO. INTEGRADOR DE MUDANÇA DE LIMITE/MOVIMENTO FRONTAL, ONDE DURANTE A ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, A SUBSTÂNCIA QUÍMICA FUNDE E MIGRA COMO UM LÍQUIDO DE COLORAÇÃO ESCURA ATRAVÉS DA MECHA DE PAPEL. A MIGRAÇÃO É VISÍVEL ATRAVÉS DA JANELA IDENTIFICADA POR "REJECT" (REJEITADO), E DEVERÁ ATINGIR A ÁREA DENOMINADA "ACCEPT" (ACEITO) SE TODAS AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A ELIMINAÇÃO DE MICROORGANISMOS NO INTERIOR DA EMBALAGEM FOREM ALCANÇADAS. A EXTENSÃO DA MIGRAÇÃO É PROPORCIONAL AO TEMPO DE EXPOSIÇÃO AO VAPOR E A TEMPERATURA. CAIXA COM 100 UNIDADES.
176	5176	KIT	IONÔMERO DE VIDRO DE PRESA QUÍMICA PARA RESTAURAÇÃO DENTAL, KIT CONTENDO: UM FRASCO DE CIMENTO EM PÓ COM 10G, UM FRASCO DE LÍQUIDO COM 8G, UM DOSADOR DE PÓ E UM BLOCO DE ESPATULAÇÃO, COR A3.
177	5177	KIT	KIT PAPANICOLAU DEVE CONTER: 1 ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO G, 1 ESCOVA CERVICAL, COM AS CERDAS NUM FORMATO LEVEMENTE CÔNICO, FABRICADA EM FIOS DE NYLON COM PONTA PROTEGIDA E HASTE PLÁSTICA, COM 18CM DE COMPRIMENTO; 1 ESPÁTULA DE AYRE, FABRICADA EM MADEIRA DE 19CM DE COMPRIMENTO; 1 CAIXA PORTA-LÂMINAS DE 2,8CMX8,4CM, COM 1 LÂMINA DE VIDRO DE 2,5CM X 7,5CM E 1MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE.
178	5178	KIT	KIT PAPANICOLAU DEVE CONTER: 1 ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO M, 1 ESCOVA CERVICAL, COM AS CERDAS NUM FORMATO LEVEMENTE CÔNICO, FABRICADA EM FIOS DE NYLON COM PONTA PROTEGIDA E HASTE PLÁSTICA, COM 18CM DE COMPRIMENTO; 1 ESPÁTULA DE AYRES, FABRICADA EM MADEIRA DE 19CM DE COMPRIMENTO; 1 CAIXA PORTA-LÂMINAS DE 2,8CM X 8,4CM, COM 1 LÂMINA DE VIDRO DE 2,5CMX7,5CM E 1MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE;



179	5179	KIT	KIT PAPANICOLAU DEVE CONTER: 1 ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO P, 1 ESCOVA CERVICAL, COM AS CERDAS NUM FORMATO LEVEMENTE CÔNICO, FABRICADA EM FIOS DE NYLON COM PONTA PROTEGIDA E HASTE PLÁSTICA, COM 18CM DE COMPRIMENTO; 1 ESPÁTULA DE AYRE, FABRICADA EM MADEIRA DE 19CM DE COMPRIMENTO; 1 CAIXA PORTA-LÂMINAS DE 2,8CMX8,4CM, COM 1 LÂMINA DE VIDRO DE 2,5CM X 7,5CM E 1MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE.
180	5180	KIT	KIT PAPANICOLAU, TAMANHO "M", O KIT DEVERÁ CONTER: 01 ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL, 01 ESCOVA CERVICAL, 01 ESPÁTULA DE AYRES EM MADEIRA, 01 LUVA E.V.A., 01 ESTOJO PORTA-LÂMINAS E 01 LÂMINA DE VIDRO.
181	5181	UNIDADE	LÂMAPADA INFRAVERMELHO PARA USO EM FISIOTERAPIA COM 150W DE POTÊNCIA E GARANTIA MÍNIMA DE 3 MESES DO FABRICANTE.
182	5182	CAIXA	LÂMINA DE VIDRO DE 2,5CM X 7,5CM E 1MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE, ACONDICIONADA INDIVIDUALMENTE EM CAIXA PORTA-LÂMINAS DE 2,8CMX8,4CM. CAIXA COM 50 UNIDADES
183	5183	CAIXA	LANCETAS COM SISTEMA DE PUNÇÃO DIGITAL, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, DE UTILIZAÇÃO ÚNICA PARA COLETA DE AMOSTRA DE SANGUE CAPILAR, COM PERFURAÇÃO DE 1,5MM, COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA DA AGULHA. DEVE ATENDER A NR 32 DA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO ANVISA). CAIXA COM 200 UNIDADES.
184	5184	ROLO	LENÇOL DE PAPEL DESCARTÁVEL DE FIBRA NATURAL NA COR BRANCA COM MEDIDAS DE 70CMX50M
185	5185	CAIXA	LIMA ENDODÔNTICA 1ª SÉRIE DE 25MM FLEXOFIL, COM CURSOR DE ESPESSURA 1,5 MM, CABO ARREDONDADO PARA ADAPTAÇÃO EM CONTRA-ÂNGULO E4R OSCILATÓRIO COM REDUÇÃO 4:1, PADRÕES ISO DE CALIBRES 006 A 140 E DE CONICIDADE .02. CAIXA COM 06 UNIDADES (15 À 40).
186	5186	CAIXA	LIMA ENDODÔNTICA 2ª SÉRIE DE 25MM FLEXOFIL, COM CURSOR DE ESPESSURA 1,5MM, COM CABO ARREDONDADO PARA ADAPTAÇÃO EM CONTRA-ÂNGULO E4R OSCILATÓRIO COM REDUÇÃO 4:1, PADRÕES ISO DE CALIBRES 006 A 140 E DE CONICIDADE .02. CAIXA COM 6 UNIDADES (45 À 80).
187	5187	UNIDADE	LOÇÃO HIDRATANTE CREMOSA, ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, VITAMINA A E E, COM ALOE VERA, FRASCO COM 200ML
188	5188	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 6,5 - ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.
189	5189	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 7,0 - ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.
190	5190	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 7,5 - ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.
191	5191	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 8,0 - ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.
192	5192	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 8,5 - ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.
193	5193	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO G - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES
194	5194	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO M - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.
195	5195	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO P - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.
196	5196	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO PP - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.
197	5197	PACOTE	MANTA SMS, 40X40CM, 45G, PACOTE COM 100 UNIDADES.
198	5198	PACOTE	MANTA SMS, 50X50CM, 45G, PACOTE COM 100 UNIDADES.
199	5199	PACOTE	MANTA SMS, 60X60CM, 45G, PACOTE COM 100 UNIDADES.
200	5200	CAIXA	MÁSCARA, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, 3 DOBRAS COM FILTRO, TRIPLA PROTEÇÃO, SENDO AS CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSON. TIPO ELÁSTICO. CAIXA COM 50 UNIDADES.



201	5201	CAIXA	MÁSCARA, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, 3 DOBRAS COM FILTRO, TRIPLA PROTEÇÃO, SENDO AS CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSON. TIPO TIRAS. CAIXA COM 50 UNIDADES.
202	5202	UNIDADE	MICROASPIRADOR PORTÁTIL DE 1 LITRO, MOTOR 1/30HP, VOLTAGEM 110 E 220 VOLTS AUTOMÁTICO, 3 ROLAMENTOS SELADOS, VÁCUO MÁXIMO DE 22 POLEGADAS DE HG, VÁLVULA DE SEGURANÇA CONTRA TRANSBORDAMENTO DE FRASCO, VAZÃO LIVRE 15L./MIN.
203	5203	ROLO	MICROPORE, FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA, CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO Á BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA A BASE DE POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO, 1,2CMX10M, PRODUTO COM CAPA PROTETORA, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).
204	5204	ROLO	MICROPORE, FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA, CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO Á BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA A BASE DE POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO, 2,5CMX10M, PRODUTO COM CAPA PROTETORA, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).
205	5205	ROLO	MICROPORE, FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA, CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO Á BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA A BASE DE POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO, 5CMX10M, PRODUTO COM CAPA PROTETORA, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).
206	5206	UNIDADE	OXÍMETRO DE PULSO, MEDE E MOSTRA VALORES CONFIÁVEIS DA SPO2 E DA FREQUÊNCIA CARDÍACA; BOTÃO ÚNICO DE LIGAÇÃO PARA FACILITAR A OPERAÇÃO; VISOR GRANDE E FÁCIL VISUALIZAÇÃO; COMPACTO, PORTÁTI-LEILUMINADO; ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE DUAS PILHAS ALCALINAS "AAA"; DISPOSITIVO DESLIGA AUTOMATICAMENTE APÓS 8 SEGUNDOS SEM ATIVIDADE.
207	5207	UNIDADE	OXÍMETRO PORTÁTIL, DISPOSITIVO LEVE, CAPAZ DE FAZER VERIFICAÇÃO PONTUAL E MONITORAMENTO CONTÍNUO DE SPO2 E FREQUÊNCIA DE PULSO. IDEAL PARA PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS E NEONATAIS, ACOMPANHANDO SENSORES TIPO CLIP PARA ADULTO E TIPO Y PARA NEONATAL. LCD COLORIDO DE 2,4" EXIBINDO AS LEITURAS DE SPO2 E FREQUÊNCIA DE PULSO, O BRILHO VARIÁVEL DA TELA PERMITE QUE VOCÊ ALTERE A INTENSIDADE DO LCD E ECONOMIZE A ENERGIA DA BATERIA. ALARMES SONOROS E VISUAIS AJUSTÁVEIS. PERMITE EXPORTAR DADOS DO PACIENTE EM TEMPO REAL PARA UM PC USANDO A TECNOLOGIA DE RAIOS INFRAVermelho OU CABO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 145 MM (L) x 74 MM (W) x 29 MM (H). PESO APROXIMADO: 210G (INCLUINDO BATERIAS).
208	5208	CAIXA	PAPEL CREPADO 30X30CM, GRAMATURA 60G/M², INDICADO PARA EMPACOTAMENTO DE TODOS OS MATERIAIS A SEREM ESTERILIZADOS EM AUTOCLAVE A VAPOR, ÓXIDO DE ETILENO OU POR RADIAÇÃO GAMA, COM BARREIRA MICROBIANA EFICAZ ATRAVÉS DA POROSIDADE, EFICIENTE NA FILTRAÇÃO BACTERIANA, DE FÁCIL UTILIZAÇÃO CONFORME TÉCNICA UNIVERSAL DE EMPACOTAMENTO, DESLIZE SUAVE E AJUSTE DE CONTOURNO, MALEÁVEL, RESISTENTE A RUPTURA, RASGO E ESTOURO, BIODEGRADÁVELEINCINERÁVEL, CONFECCIONADO EM 100% CELULOSE, ATÓXICO E NÃO IRRITANTE. EMBALAGEM QUE ASSEGURA A INTEGRIDADE DO MATERIAL A SER ESTERILIZADO, GARANTINDO SUA PROTEÇÃO QUANTO A AÇÃO DE AGENTES EXTERNOS. PRODUTO DE USO ÚNICO, CAIXA COM 500 FOLHAS. COM REGISTRO NA ANVISA.
209	5209	CAIXA	PAPEL CREPADO 50X50CM, GRAMATURA 60G/M², INDICADO PARA EMPACOTAMENTO DE TODOS OS MATERIAIS A SEREM ESTERILIZADOS EM AUTOCLAVE A VAPOR, ÓXIDO DE ETILENO OU POR RADIAÇÃO GAMA, COM BARREIRA MICROBIANA EFICAZ ATRAVÉS DA POROSIDADE, EFICIENTE NA FILTRAÇÃO BACTERIANA, DE FÁCIL UTILIZAÇÃO CONFORME TÉCNICA UNIVERSAL DE EMPACOTAMENTO, DESLIZE SUAVE E AJUSTE DE CONTOURNO, MALEÁVEL, RESISTENTE A RUPTURA, RASGO E ESTOURO, BIODEGRADÁVELEINCINERÁVEL, CONFECCIONADO EM 100% CELULOSE, ATÓXICO E NÃO IRRITANTE. EMBALAGEM QUE ASSEGURA A INTEGRIDADE DO MATERIAL A SER ESTERILIZADO, GARANTINDO SUA PROTEÇÃO QUANTO A AÇÃO DE AGENTES EXTERNOS. PRODUTO DE USO ÚNICO, CAIXA COM 500 FOLHAS. COM REGISTRO NA ANVISA.
210	5210	UNIDADE	PINÇA KELLY RETO EM AÇO INOX 14CM, COM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA E RASTREABILIDADE. DEVE SER CERTIFICADA DE ACORDO COM PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE, NORMAS ABNT, CE.
211	5211	UNIDADE	PVPI TOPICO COM 1000ML
212	5212	UNIDADE	REMOVEDOR SONICBORDEN 2000N, INSTRUMENTO DE ENCAIXE BORDEN COM DOIS FUROS, FREQUÊNCIA DE VIBRAÇÃO DE 6Khz, ACOPLADO DIRETO NA MANGUEIRA DO EQUIPO. AUTOCLAVÁVEL A 135 OC.
213	5213	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL RADIOPACA, COMPOSTA PELA CARGA MICROGLASS, ONDE AS PARTÍCULAS DE VÍDRO DE BÁRIO, QUE APRESENTAM TAMANHO MÉDIO DE 0,7 µM (MICRÔMETRO) E TAMANHO MÁXIMO INFERIOR A 2 µM (MICRÔMETRO), FORMAM UMA ESTRUTURA COMPACTA E AMORFA. COR A2.

214	5214	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µM E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). COR C3.
215	5215	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µM E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). COR OPACA.
216	5216	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µM E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). COR OA3 OPACA.
217	5217	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 82% EM PESO E 60% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. COR A3.
218	5218	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 82% EM PESO E 60% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. COR B1.
219	5219	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 82% EM PESO E 60% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. COR B2.
220	5220	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 84,5% EM PESO E 66% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA E TEGDMA. COR A1.
221	5221	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 84,5% EM PESO E 66% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA E TEGDMA. COR A2.
222	5222	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 84,5% EM PESO E 66% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA E TEGDMA. COR A3,5.
223	5223	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 84,5% EM PESO E 66% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA E TEGDMA. COR A3.
224	5224	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 84,5% EM PESO E 66% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA E TEGDMA. COR UD.
225	5225	UNIDADE	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR A0,5
226	5226	UNIDADE	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR B0,5
227	5227	UNIDADE	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR EA4
228	5228	UNIDADE	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR EB3
229	5229	UNIDADE	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR EC2

230	5230	UNIDADE	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EA1.
231	5231	UNIDADE	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EA2.
232	5232	UNIDADE	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EA3,5
233	5233	UNIDADE	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EA3.
234	5234	UNIDADE	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EB1
235	5235	UNIDADE	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EB2
236	5236	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR A1 – 4GR.
237	5237	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR A2 – 4GR.
238	5238	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR A3 – 4GR.
239	5239	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR A3,5 – 4GR.
240	5240	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR B1 – 4GR.
241	5241	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR B2 – 4GR.

242	5242	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR C3 – 4GR.
243	5243	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR OA2 – 4GR.
244	5244	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR OA3 – 4GR.
245	5245	UNIDADE	SACO PARA LIXO INFECTANTE IDENTIFICADO COM CAPACIDADE DE 100L. DEVE POSSUIR A SIMBOLOGIA INFECTANTE POSICIONADA NA PARTE CENTRAL EXTERNA, EXPESSURA MÍNIMA DE 0,025CM (25 MICRAS), ATENDENDO OS PADRÕES DA ABNT. COM 100 UNIDADES.
246	5246	UNIDADE	SACO PARA LIXO INFECTANTE IDENTIFICADO COM CAPACIDADE DE 15L. DEVE POSSUIR A SIMBOLOGIA INFECTANTE POSICIONADA NA PARTE CENTRAL EXTERNA, EXPESSURA MÍNIMA DE 0,025CM (25 MICRAS), ATENDENDO OS PADRÕES DA ABNT. COM 100 UNIDADES.
247	5247	UNIDADE	SACO PARA LIXO INFECTANTE IDENTIFICADO COM CAPACIDADE DE 30L. DEVE POSSUIR A SIMBOLOGIA INFECTANTE POSICIONADA NA PARTE CENTRAL EXTERNA, EXPESSURA MÍNIMA DE 0,025CM (25 MICRAS), ATENDENDO OS PADRÕES DA ABNT. COM 100 UNIDADES.
248	5248	UNIDADE	SACO PARA LIXO INFECTANTE IDENTIFICADO COM CAPACIDADE DE 50L. DEVE POSSUIR A SIMBOLOGIA INFECTANTE POSICIONADA NA PARTE CENTRAL EXTERNA, EXPESSURA MÍNIMA DE 0,025CM (25 MICRAS), ATENDENDO OS PADRÕES DA ABNT. COM 100 UNIDADES.
249	5249	UNIDADE	SERINGA 10ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).
250	5250	UNIDADE	SERINGA 10ML, SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, SEM AGULHA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, SERINGA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO ATÉ 10ML. CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER-LOK, FLANGE E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CORPO DA SERINGA. ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA. ESCALA DA GRADUAÇÃO É DE 1ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,2ML NOS TRAÇOS CURTOS. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DEVE ATENDER A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.
251	5251	UNIDADE	SERINGA 1ML (BCG), COM AGULHA FIXA, CAPACIDADE PARA 100U.I, ESCALA DE 2 EM 2 UNID.. AGULHA 12,7X0,3MM. EMBALADAS EM CONJUNTO DE 10 UNIDADES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).
252	5252	UNIDADE	SERINGA 1ML (INSULINA), SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, COM AGULHA DE 13X0,33 ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO PRIMÁRIO, CILINDRO SECUNDÁRIO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO ATÉ 1ML, CILINDRO PRIMÁRIO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, FLANGE, CILINDRO SECUNDÁRIO O DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE POSSIBILITA A RETRAÇÃO DA AGULHA, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA, ESCALA DA GRADUAÇÃO DE 0,5ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,1ML NOS TRAÇOS CURTOS. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE COM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, DE ACORDO COM A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.
253	5253	UNIDADE	SERINGA 1ML (INSULINA), STOPPER FINO, ÊMBOLO COM ANEL DE RETENÇÃO, CAPACIDADE PARA 100 UNIDADES DE INSULINA COM GRADUAÇÃO DE 1 EM 1 UNIDADE, COM AGULHA DE 12,7X0,3 MM DE CALIBRE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).
254	5254	UNIDADE	SERINGA 1ML (INSULINA), STOPPER FINO, ÊMBOLO COM ANEL DE RETENÇÃO, SEM ESPAÇO MORTO, CAPACIDADE PARA 100 UNIDADES DE INSULINA COM GRADUAÇÃO DE 1 EM 1 UNIDADE, COM AGULHA DE 8MM X 0,3MM DE CALIBRE.

255	5255	UNIDADE	SERINGA 20ML LS (BICO LISO), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).
256	5256	UNIDADE	SERINGA 3ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).
257	5257	UNIDADE	SERINGA 3ML, SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, SEM AGULHA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, SERINGA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO ATÉ 3ML. CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER-LOK, FLANGE E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CORPO DA SERINGA. ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA. ESCALA DA GRADUAÇÃO É DE 0,5ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,1ML NOS TRAÇOS CURTOS. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DEVE ATENDER A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.
258	5258	UNIDADE	SERINGA 5ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).
259	5259	UNIDADE	SERINGA 5ML, SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, SEM AGULHA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, SERINGA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO ATÉ 5ML. CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER-LOK, FLANGE E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CORPO DA SERINGA. ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA. ESCALA DA GRADUAÇÃO É DE 1ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,2ML NOS TRAÇOS CURTOS. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DEVE ATENDER A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.
260	5260	UNIDADE	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA 10ML, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA DUPLA QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHA E QUE ATENDA A NR 32. EMOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENCAO DE LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVUDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDENCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL). SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NAO ENTRE EM CONTATO COM A A MESMA.



261	5261	UNIDADE	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA 20ML, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA DUPLA QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHA E QUE ATENDA A NR 32. EMOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENCAO DE LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVUDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDENCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL). SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NAO ENTRE EM CONTATO COM A A MESMA.
262	5262	UNIDADE	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA 3ML, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA DUPLA QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHA E QUE ATENDA A NR 32. EMOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENCAO DE LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVUDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDENCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL). SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NAO ENTRE EM CONTATO COM A A MESMA.
263	5263	UNIDADE	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA 5ML, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA DUPLA QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHA E QUE ATENDA A NR 32. EMOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENCAO DE LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVUDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDENCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL). SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NAO ENTRE EM CONTATO COM A A MESMA.
264	5264	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL 1ML PARA INSULINA, COM AGULHA DE 13 X 3,8.
265	5265	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL DE 0,5ML, COM AGULHA FIXA 8,0X0,33MM, GRADUADA EM 50 UNIDADES, ESCALA DE UMA EM UMA UNIDADE, A SERINGA NÃO DEVERÁ TER ESPAÇO MORTO E DEVERÁ TER ÊMOLO DE CORTE RETO GARANTINDO A PRECISÃO NA DOSAGEM, EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE, IDEAL PARA CRIANÇA, ADOLESCENTE E ADULTO MAGRO (IMC ATÉ 25). COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).
266	5266	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL DE 03ML, SEM AGULHA, BICO COM ROSCA DUPLA, STOPPER FINO, EMOLO COM ANEL DE RETENÇÃO.
267	5267	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL DE 05ML, SEM AGULHA, BICO COM ROSCA DUPLA, STOPPER FINO, EMOLO COM ANEL DE RETENÇÃO.
268	5268	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL DE 10ML, SEM AGULHA, BICO COM ROSCA DUPLA, STOPPER FINO, EMOLO COM ANEL DE RETENÇÃO.
269	5269	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL DE 20ML, SEM AGULHA, BICO COM ROSCA DUPLA, STOPPER FINO, EMOLO COM ANEL DE RETENÇÃO.
270	5270	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL DE 60ML, SEM AGULHA, BICO DE CATETER. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).
271	5271	UNIDADE	SOLUÇÃO DE DIGLICONATO DE CLOREXIDINA DEGERMANTE 2%. COM 1000ML
272	5272	UNIDADE	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA À BASE DE CLORETO DE ALUMINIO EM FRASCO DE 10ML.
273	5273	UNIDADE	SONDA FOLLEY COM BALÃO, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE. CONTENDO 10 UNIDADES Nº 14
274	5274	UNIDADE	SONDA FOLLEY COM BALÃO, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE. CONTENDO 10 UNIDADES Nº 16
275	5275	UNIDADE	SONDA FOLLEY COM BALÃO, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE. CONTENDO 10 UNIDADES Nº 18
276	5276	UNIDADE	SONDA FOLLEY COM BALÃO, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE. CONTENDO 10 UNIDADES Nº 20
277	5277	UNIDADE	SONDA FOLLEY COM BALÃO, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE. CONTENDO 10 UNIDADES Nº 8



278	5278	UNIDADE	SONDA URETRAL Nº 12, PARA DRENAGEM DE URINA NA URETRA E BEXIGA. EXPESSURA DE 4,5MM, ESTÉRIL, ATÓXICA, APIROGÊNICO. COM TUBO DE PVC ATÓXICO E FLEXÍVEL E CONECTOR COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, INVOLÁVEL, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA. COM 10 UNIDADES
279	5279	UNIDADE	SONDA URETRAL Nº 14, PARA DRENAGEM DE URINA NA URETRA E BEXIGA. EXPESSURA DE 5MM, ESTÉRIL, ATÓXICA, APIROGÊNICO. COM TUBO DE PVC ATÓXICO E FLEXÍVEL E CONECTOR COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, INVOLÁVEL, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA. COM 10 UNIDADES
280	5280	UNIDADE	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO COM 1000ML
281	5281	UNIDADE	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO COM 100ML
282	5282	UNIDADE	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO COM 250ML
283	5283	UNIDADE	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO COM 500ML
284	5284	UNIDADE	SORO GLICOSADO 5%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO CONTENDO 1000ML
285	5285	UNIDADE	SORO GLICOSADO 5%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO CONTENDO 250ML
286	5286	UNIDADE	SORO GLICOSADO 5%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO CONTENDO 500ML
287	5287	UNIDADE	SUGADOR DESCARTÁVEL COM TUBO CONFECCIONADO EM PVC TRANSPARENTE E ATÓXICO. ARAME EM AÇO ESPECIAL, DESENVOLVIDO PARA FIXAÇÃO IMEDIATA NA POSIÇÃO DESEJADA. PONTEIRA EM PVC MACIO E ATÓXICO. COMPRIMENTO DE 10CM. EMBALADO INDIVIDUALMENTE E INVOLÁVEL EM PACOTES DE 40 UNIDADES.
288	5288	UNIDADE	TERMÔMETRO COM AFERIÇÃO DIGITAL, DE TEMPERATURA CORPORAL, CONFECCIONADO EM TERMOPLÁSTICO, COM AVISO SONORO, VISOR DIGITAL DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, RESISTENTE À ÁGUA, DEVERÁ POSSUIR SELO DE QUALIDADE DO INMETRO.

## 5. DAS AMOSTRAS:

5.1. As amostras para avaliação deverão ser encaminhadas através de prospectos ou ficha técnica e demais documentos, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 deste projeto Básico.

5.2. Cada bem proposto deverá estar identificado com o respectivo número do item desta chamada pública, e ser apresentado com:

- Descrições das características que permitam a sua perfeita qualificação;
- Fotos ou prospectos com a imagem do bem.

5.2.1. Poderão ser apresentados outros documentos que contribuam para a análise e avaliação da amostra, como exemplo: catálogos, certificações, selos de qualidade, termos de garantia, tabelas comparativas, testes padrões, testes de desempenho, testes de performance, testes de resistência, ensaios, materiais gráficos diversos, etc.

## 6. DA AVALIAÇÃO DOS BENS:

6.1. Com o objetivo de constatar o atendimento dos requisitos mínimos esperados e exigidos para "Pré- Qualificação" (aprovação), as amostras serão avaliadas nos seguintes quesitos:

- As amostras apresentadas estão devidamente identificadas com os números do item desta Chamada Pública;
- A documentação apresentada atende todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e as demais exigências conforme item 4 deste projeto Básico;
- Foram apresentados fotos ou desenhos da imagem do bem;
- Foram apresentados outros documentos que contribuíram para a análise e avaliação da amostra.

## 7. DA ENTREGA DAS PROPOSTAS E AMOSTRAS:

7.1. As propostas deverão ser emitidas, devidamente datadas e assinadas pela proponente, conforme modelo do Anexo II, e apresentada dentro de envelope fechado, contendo do lado externo as informações a seguir:

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 003/2016		
PROCESSO ADMINISTRATIVO 004/2016		
Proponente:		
Endereço:		
Fone/Fax:		

E-mail:		

## 7.2. Dentro desse mesmo envelope deverá conter:

- a. Os documentos das amostras conforme item 5 deste projeto básico;
- b. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Novo Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- c. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

Coronel Freitas - SC, 07 de janeiro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Presidente do Consócio Intermunicipal

Velho Coronel - CVC

ANEXO II

## PROPOSTA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE BENS Nº 003/2016  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2016

Vimos através desta propor a “Pré-Qualificação” dos bens abaixo relacionados, aceitando e concordando com todos os termos e condições estabelecidos no Edital de Chamada Pública e seus anexos.

DADOS DA PESSOA JURÍDICA
Empresa (razão social):
CNPJ:
MF:
Endereço:
Fone/fax:
E-mail:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL
Nome Completo:
Cargo/Função:
Identidade Nº:
CPF/MF Nº:
Telefone para Contato:
E-mail:

## RELAÇÃO DOS BENS PROPOSTOS À “PRÉ-QUALIFICAÇÃO”

Item (*)	Descrição do Bem Proposto(**)	Marca	Modelo

(\*) Preencher com o mesmo número correspondente ao item do bem do Projeto Básico do Edital.

(\*\*) Preencher com a descrição das características do bem proposto que permitam a sua perfeita qualificação.

Local e data:

Assinatura do representante legal

**EDITAL DE CHAMAMENTO PARA QUALIFICAÇÃO  
004/2016**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES  
PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 004/2016  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2016  
CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por Presidente, Sr. Everaldo Luís Casonatto, no uso de suas atribuições, torna público que realizará CHAMADA PÚBLICA para PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS, com base na Resolução nº. 001 de 19 de março de 2015, conforme condições e especificações deste edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente chamada pública tem por objeto a pré-qualificação de bens para formação de um cadastro para futuras aquisições de Material de Expediente, conforme itens relacionados no "Projeto Básico" constante do Anexo I.

1.2. Os bens aprovados serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC", contendo a marca e modelo, pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser atualizado pelo mesmo período a qualquer tempo.

1.3. As futuras aquisições dos bens pré-qualificados serão realizadas pelo Consórcio CVC ou seus Municípios Consorciados, mediante licitação prévia.

1.3.1. As futuras licitações poderão ficar restritas aos bens, cujas marcas e modelos constem no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do Consórcio CVC".

**2. DA PARTICIPAÇÃO E OBTENÇÃO DO EDITAL**

2.1. Qualquer pessoa jurídica (fabricante, fornecedor ou representante comercial) poderá participar desta chamada pública para pré-qualificação de bens.

2.2. O presente Edital estará à disposição dos interessados na sede do Consórcio CVC e ou pelo site: [www.consorciovcv.sc.gov.br](http://www.consorciovcv.sc.gov.br)

**3. DO PROCEDIMENTO – PROPOSTAS E AMOSTRAS**

3.1. A entrega das propostas e amostras com a indicação das especificações técnicas, (sem indicação de preço) dos bens a serem submetidos à avaliação terá início em 01/02/2016, na sede do Consórcio CVC, de segunda a sexta-feira das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ficará permanentemente aberto para que, nas futuras licitações para aquisições desses bens, sejam restritas àqueles das marcas e modelos previamente pré-qualificados (aprovados), em conformidade com o art. 27 da Resolução nº. 001 de 19 de março de 2015.

3.2. A proposta para pré-qualificação de bens deverá ser apresentada em conformidade com o Anexo II.

3.2.1. Todos os documentos deverão ser entregues, em envelope fechado em conformidade com o item 7 do Projeto Básico (Anexo I).

3.3. O procedimento será conduzido pela Comissão de Pré-Qualificação de Bens.

3.4. Recebidos os documentos e amostras de bens, far-se-á a análise e avaliação dos mesmos, no prazo de até 60 (sessenta) dias consecutivos, podendo ser suspenso ou prorrogado, se necessário, a critério da Comissão.

3.4.1. A avaliação dos bens será submetida a um critério objetivo, e feita pela Comissão, ficando assegurada a transparência.

3.4.2. É facultada, em qualquer fase do processo, a promoção de ampla diligência destinada a esclarecer ou complementar sua instrução e a aferir o bem a ser avaliado, bem como solicitar a Órgãos e Entidades competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

3.4.3. O procedimento de avaliação poderá contar com a participação dos interessados, os quais, inclusive, poderão indicar, as suas expensas, assistente técnico.

3.4.4. A avaliação observará a qualidade e eficiência do bem, verificando direta ou indiretamente, se os requisitos são satisfatórios, conforme critérios definidos no Projeto Básico Anexo I deste edital.

3.5. Os interessados poderão apresentar mais de uma marca e/ou modelo para um mesmo item de bem a ser pré-qualificado, que poderão ser aprovados desde que todos os requisitos do edital sejam observados para cada um deles.

3.6. Após avaliação, a Comissão, expedirá decisão contendo o resultado com as devidas justificativas e fundamentos de sua conclusão, e dará a publicidade através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

3.7. Os bens reprovados poderão ser submetidos à nova análise e avaliação, desde que o interessado comprove tecnicamente haver

inconsistência técnica nos laudos de rejeição elaborados pela comissão de avaliação, ou comprove alteração em sua produção e/ou formulação, ou apresente a documentação compatível com as causas que ensejaram sua reprovação.

3.8. A atualização da validade da pré-qualificação de bens aprovados ocorrerá nas hipóteses previstas no Art. 21 da Resolução nº. 001 de 19 de março de 2015.

3.9. Os bens aprovados serão cancelados desta pré-qualificação nas hipóteses previstas no Art. 22 da Resolução nº. 001 de 19 de março de 2015.

3.9.1. Conceder-se-á ao ato de cancelamento da aprovação de bens a mesma publicidade dada aos demais atos do processo de pré-qualificação.

3.9.2. O cancelamento da aprovação do bem será feito sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável.

3.9.3. Caberá recurso das decisões de cancelamento da aprovação do bem.

3.9.4. Os bens cancelados ficarão inativos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do Consórcio CVC".

3.10. É de responsabilidade do proponente a obrigação de informar quaisquer alterações que ocorram com o bem cadastrado, tais como mudança no processo de fabricação, características, formulação, descontinuidade de produção, etc.

#### 4. DOS RECURSOS

4.1. Da decisão do procedimento caberá recurso hierárquico à autoridade superior competente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da publicação da respectiva decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente no Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas - SC, CEP: 89.840-000.

4.2. Não serão conhecidos os recursos apresentados por intermédio de fac-símile, ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

4.3. Os recursos contra decisões da Comissão não terão efeito suspensivo.

4.4. O acolhimento do recurso invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

#### 5. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital, tanto no que pertine às regras estabelecidas quanto no tocante à descrição do bem aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para o início da apresentação das propostas e amostras dos bens para a realização da pré-qualificação, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

5.1.1. Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada em horário de expediente no Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas - SC.

5.2. Caberá ao Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

5.3. Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

#### 6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC poderá revogar a chamada pública em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, a qualquer tempo.

6.2. A pré-qualificação de bens não gera direito à contratação futura e nem implica na preclusão da faculdade legal de inabilitação às licitações.

6.3. Os bens pré-qualificados (aprovados) não serão exclusivos dos interessados que apresentaram as propostas e amostras para avaliação.

6.4. Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração e/ou apresentação de documentação e amostras relativa ao presente Edital.

6.5. Detalhes não citados referentes a apresentação dos bens para pré-qualificação, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

6.6. Quaisquer situações não previstas neste edital serão analisadas e decididas pela Comissão Especial nomeada para este processo.

6.7. As dúvidas suscitadas poderão ser esclarecidas de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou através do telefone (49) 3347-0819, ou e-mail: [compras@consorciovcv.sc.gov.br](mailto:compras@consorciovcv.sc.gov.br), ou pessoalmente (Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Coronel Freitas - SC).

6.8. Os membros da Comissão são os nomeados através da Resolução 003-2016 de 04 de janeiro de 2016, para a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à pré-qualificação de bens.

## 7. DO FORO

7.1. Fica eleito o foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões oriundas desta chamada pública para pré-qualificação de bens, renunciando todos a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

## 8. DOS ANEXOS

8.1. Fazem parte do presente edital os seguintes Anexos:

Anexo I – Projeto Básico – relação dos bens a serem pré-qualificados;

Anexo II – Proposta para pré-qualificação de bens.

Coronel Freitas - SC, 07 de janeiro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Presidente do Consórcio Intermunicipal

Velho Coronel – CVC

## ANEXO I

### PROJETO BÁSICO

#### 1. INTRODUÇÃO:

1.1. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC é um Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei Federal nº 11.107/05 e de seu regulamento Decreto nº 6.017/07.

1.2. O Consórcio CVC foi constituído com a possibilidade de integrar-se com os municípios catarinenses estipulados no contrato de intenções.

1.3. O objetivo do Consórcio CVC é a união dos municípios consorciados para o desenvolvimento regional, através da formulação de projetos estruturantes, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento de ações compartilhadas nos municípios consorciados, captação de recursos financeiros para investimentos, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

1.4. O Consórcio CVC é multifinalitário, podendo executar várias ações em conformidade com o Artigo 6º do Protocolo de Intenções, entre as finalidades previstas estão os itens: "IV - realizar licitações em nome dos municípios consorciados, mediante autorização do município, viabilizando o cumprimento do Inciso III deste artigo, sendo o faturamento e o pagamento em nome dos municípios;" e "V - efetuar credenciamento e/ou licitação para contratação de serviços e insumos em nome dos municípios consorciados"; do Parágrafo Único.

1.4.1. Para alcançar esta finalidade o Consorcio CVC pode realizar licitações compartilhadas em favor dos municípios consorciados, acompanhar a execução, bem como proceder à aquisição, administração ou gestão compartilhada de bens e serviços de interesse dos municípios consorciados, inclusive para a execução de ações ou programas Federais e Estaduais transferidos ou conveniados com os municípios.

1.4.2. A previsão legal de licitação compartilhada esta contida no artigo 17, da Lei Federal n. 11.107/05, que incluiu § 1º, no artigo 112, da Lei Federal 8.666/93, estabelecendo que:

§ 1º Os consórcios públicos poderão realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados.

1.4.3. A Licitação Compartilhada ocorre quando é feita a contratação para um grupo de participantes previamente estabelecidos, na qual a responsabilidade de condução do processo licitatório e gerenciamento serão de um órgão gerenciador.

1.5. A normatização prévia e específica para a pré-qualificação, com fulcro no art. 115 da Lei nº 8.666/93, no Consórcio CVC foi instituída através da Resolução nº 001 de 19 de março de 2015, que "Institui a Possibilidade da Adoção da Pré-Qualificação de Bens e o Seu Procedimento e dá Outras Providências".

1.5.1. Entende-se por pré-qualificação de bens, o procedimento administrativo anterior a licitação do qual resultará decisão de que determinado bem apresenta qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas.

1.5.2. Os bens aprovados no processo de pré-qualificação serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do Consórcio CVC", contendo a marca e o modelo.

**2. DA FINALIDADE:**

2.1. A Pré-Qualificação de Bens, relacionados no item 4.1 deste Projeto Básico.

2.2. Para que as futuras licitações para aquisições desses bens, sejam "restritas àqueles das marcas previamente pré-qualificadas (aprova-das)" na forma e condições deste Projeto Básico e da respectiva Chamada Pública.

**3. DAS JUSTIFICATIVAS:**

3.1. O Consórcio CVC realiza licitações compartilhadas de grande vulto que amplia ganhos por meio da economia de escala e reduz os custos da contratação com a desburocratização do procedimento.

3.2. Em vários dispositivos, a Lei nº 8.666/93 aponta como vetores da atuação administrativa a possibilidade de indicar a qualidade do produto. A Administração tem o dever de indicar o objeto pretendido na licitação, inclusive com as características necessárias à qualidade satisfatória.

3.3. A utilização do procedimento da pré-qualificação busca por um padrão mínimo de qualidade e adequação dos bens a serem adquiridos para o pleno atendimento da necessidade pública (princípio da eficiência), além de proporcionar uma maior precisão na caracterização do bem, celeridade na tramitação dos procedimentos licitatórios e redução de custo (princípio da economicidade), o que, ao final, redundará na seleção da melhor proposta (princípio da seleção da proposta mais vantajosa).

3.4. Busca-se também com procedimento da pré-qualificação a efetiva otimização da aplicação de recursos públicos, na medida em que o ente público estará concentrando suas forças na aquisição de bens, cuja qualidade já fora anteriormente testada, atendendo plenamente suas necessidades. A pré-qualificação terá o condão de fazer com que a Administração se esquive de procedimentos licitatórios que levam à aquisição de bens de baixa qualidade e inaptos à satisfação da necessidade pública.

3.5. Espera-se como resultado da pré-qualificação, a adequada caracterização do bem, que se impõe, por força do art. 14, caput, da Lei nº 8.666/93, a qualquer compra feita pela Administração, haja vista que será identificado, em procedimento prévio, com maior nível de certeza, as características do bem pretendido e como ele atenderá a entidade promotora da licitação.

3.6. A adoção desse processo, por imperativo lógico, derivará a redução de custos, a espelhar o princípio da economicidade, eis que a aquisição de produtos de comprovada qualidade evitará sua precoce deterioração, além de afastar a necessidade de contínua manutenção e/ou consertos. Tais fatores culminam na própria concretização do princípio da seleção da proposta mais vantajosa (art. 3, caput, Lei nº 8.666/93), onde se aglutinaria a adequação e qualidade do bem e preço.

3.7. Ademais a adoção da pré-qualificação diminui as falhas de interpretação entre Administração Pública e os fornecedores, identificando materiais similares de fabricantes diferentes e garantindo o tratamento isonômico dos futuros participantes de uma licitação, pois irá distinguir os bens que são diferentes dos iguais.

**4. DOS BENS A PRÉ-QUALIFICAR:**

4.1. Relação de bens a pré-qualificar contemplados neste Projeto Básico:

ITEM	CVC	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1	2001	UNIDADE	AGENDA DIÁRIA BROCHURA, CAPA DURA, ANO ATUAL, TAMANHO MÍNIMO 14CM X 20CM.
2	2002	UNIDADE	AGENDA DIÁRIA ESPIRAL, CAPA DURA, ANO ATUAL, 368 PÁGINAS, COM DATA E HORA, TAMANHO MÍNIMO 14,1X20,5.
3	2003	UNIDADE	AGENDA DIÁRIA ESPIRAL, CAPA DURA, ANO ATUAL, TAMANHO MÍNIMO 134X194MM COM PICOTE.
4	2004	CAIXA	ALFINETE PARA MAPA REDONDO SORTIDO, CAIXA COM 50 UNIDADES.
5	2005	ROLO	ALGODÃO ROLO C/ 500 GR
6	2006	UNIDADE	ALMOFADA PARA CARIMBO Nº. 3, COR PRETA.
7	2007	UNIDADE	APAGADOR DE QUANDRO BRANCO, CORPO EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, SUPERFÍCIE INTERNA EM ESPUMA E BASE EM FELTRO RESISTENTE E MACIO, COM BASE DE PLÁSTICO REFORÇADO.
8	2008	UNIDADE	APARELHO DE TELEFONE SIMPLES, 3 NÍVEIS DE VOLUME DE CAMPAINHA, 2 TIPOS DE TOQUE, FUNÇÕES REDIAL, FLASH E MUTE, SEM CHAVE, COR PRETA. DEVE CONTER UM CABO DE LINHA E UM CABO ESPIRALADO.
9	2009	UNIDADE	APONTADOR PLÁSTICO COM DEPÓSITO, 01 FURO, RETANGULAR.
10	2010	UNIDADE	APONTADOR PLÁSTICO, SEM DEPÓSITO, 01 FURO, RETANGULAR.
11	2011	PACOTE	BALÃO BEXIGA DE ANIVERSÁRIO Nº 7, LISO, DIVERSAS CORES, PACOTE COM 50 UNIDADES.
12	2012	PACOTE	BALÕES LINGUIÇA COLORIDO PCT C/50 U
13	2013	PACOTE	BALÕES SIMPLES COLORIDOS PCT C/ 50U
14	2014	ROLO	BARBANTE CRU, 100% ALDOGÃO, Nº 6.
15	2015	ROLO	BARBANTE DE JUTA, ROLO COM 700GR.
16	2016	UNIDADE	BATERIA 9V ALCALINA.
17	2017	UNIDADE	BATERIA PARA TELEFONE SEM FIO 600MAH 2.4V
18	2018	UNIDADE	BATERIA PARA TELEFONE SEM FIO AAA 600MAH 3.6.4V
19	2019	UNIDADE	BATERIA TELEFONE S/ FIO 300 MAH 3.6 V
20	2020	UNIDADE	BLOCO FLIP CHART, 56GR, 64X88CM, COM 50 FOLHAS.



21	2021	UNIDADE	BOBINA DE PAPEL KRAFT COM 10KG.
22	2022	CAIXA	BOBINA DE PAPEL PARA CALCULADORA, TAMANHO 57MM X 30M, CAIXA COM 30 UNIDADES
23	2023	UNIDADE	BOBINA DE PAPEL PARA FAC-SÍMILE, 216MM X 30M.
24	2024	UNIDADE	BOBINA TÉRMICA, IMPRESSÃO EM 1 VIA, COR AMARELA, DIMENSÕES: 80MM X 40M, GRAMATURA: 56 GRAMAS TUBETES, COMPATÍVEL COM IMPRESSORA TÉRMICA BEMATECH MP 4000 E 4200
25	2025	UNIDADE	BOLA DE ISOPOR 10MM
26	2026	UNIDADE	BOLA DE ISOPOR 25MM
27	2027	UNIDADE	BOLA DE ISOPOR 35MM
28	2028	UNIDADE	BOLA DE ISOPOR 50 MM
29	2029	UNIDADE	BOLA DE ISOPOR 75 MM
30	2030	UNIDADE	BOLA DE ISOPOR 100MM
31	2031	UNIDADE	BOLA DE ISOPOR 150 MM
32	2032	UNIDADE	BOLA DE ISOPOR 200 MM
33	2033	UNIDADE	BOLA DE ISOPOR 250 MM
34	2034	UNIDADE	BOLSA CONFECCIONADA EM NYLON VIVO, COM 3 DIVISÓRIAS FECHADA COM ZIPER, TAMANHO MÉDIO 30CM DE ALTURA X 42CM DE COMPRIMENTO X 13 DE LARGURA, BOLSO EXTERNO TAMANHO MÉDIO DE 22CM DE ALTURA X 34CM COMPRIMENTO X 4CM LARGURA, ALÇA DE OMBRO COM REGULAGEM, 02 ALÇAS DE MÃO, NA COR PRETA.
35	2035	UNIDADE	BORRACHA BRANCA ESCOLAR, MACIA E SUAVE, NÃO MACHA O PAPEL, TAMANHO MÍNIMO DE 30X18X5MM.
36	2036	UNIDADE	BORRACHA COM CINTA PLÁSTICA, TAMANHO 42X21X11MM.
37	2037	UNIDADE	CADERNETA ESPIRAL, FOLHAS BRANCAS, TAMANHO 100MMX137MM, CAPA DURA, COM 96 FOLHAS.
38	2038	UNIDADE	CADERNO BROCHURA, FOLHAS BRANCAS, TAMANHO 140MMX202MM, CAPA DURA, COM 96 FOLHAS.
39	2039	UNIDADE	CADERNO BROCHURA, FOLHAS BRANCAS, TAMANHO 140X202MM, CAPA DURA, COM 48 FOLHAS.
40	2040	UNIDADE	CADERNO BROCHURA, FOLHAS BRANCAS, TAMANHO 140X202MM, CAPA SIMPLES, COM 48 FOLHAS.
41	2041	UNIDADE	CADERNO DE CALIGRAFIA PEQ C/ 48 FOLHAS CAPA SIMPLES 202MMX148MM
42	2042	UNIDADE	CADERNO DE DESENHO ESPIRAL, GRANDE, CAPA DURA, TAMANHO 275MMX200MM, COM 60 FOLHAS.
43	2043	UNIDADE	CADERNO DE DESENHO GRANDE C/ 48 FOLHAS CAPA SIMPLES 275MMX200MM
44	2044	UNIDADE	CADERNO DE DESENHO PEQ C/ 40 FOLHAS CAPA SIMPLES 202MMX148MM
45	2045	UNIDADE	CADERNO ESPIRAL, FOLHAS BRANCAS, TAMANHO 140X202MM, CAPA SIMPLES, COM 48 FOLHAS.
46	2046	UNIDADE	CADERNO ESPIRAL, FOLHAS BRANCAS, TAMANHO 140X202MM, CAPA SIMPLES, COM 96 FOLHAS.
47	2047	UNIDADE	CADERNO ESPIRAL, FOLHAS BRANCAS, TAMANHO 200MMX275MM, CAPA DURA, COM 320 FOLHAS.
48	2048	UNIDADE	CADERNO ESPIRAL, FOLHAS BRANCAS, TAMANHO 203X280MM, CAPA SIMPLES, COM 200 FOLHAS.
49	2049	UNIDADE	CAIXA DE ARQUIVO MORTO, EM POLIONDA.
50	2050	UNIDADE	CAIXA DE ARQUIVO MORTO, PAPELÃO MARROM.
51	2051	UNIDADE	CAIXA PARA CORRESPONDÊNCIA, ARTICULÁVEL, DUPLA, COR FUMÊ OU CRISTAL.
52	2052	UNIDADE	CAIXA PARA CORRESPONDÊNCIA, ARTICULÁVEL, TRIPLA, COR FUMÊ OU CRISTAL.
53	2053	UNIDADE	CALCULADORA DE BOLSO, AUTO - DESLIGA, 8 DÍGITOS, MEDIDAS APROXIMADAS 7CM X 10 CM.
54	2054	UNIDADE	CALCULADORA DE BOLSO, AUTO-DESLIGA, 8 DÍGITOS.
55	2055	UNIDADE	CALCULADORA DE MESA, AUTO - DESLIGA, 10 DÍGITOS, MEDIDAS APROXIMADAS 10CM X 14CM.
56	2056	UNIDADE	CALCULADORA DE MESA, AUTO-DESLIGA, 8 DÍGITOS.
57	2057	UNIDADE	CALCULADORA DE MESA, COM 12 DÍGITOS, RESISTENTE A ÁGUA E POEIRA.
58	2058	UNIDADE	CANETA COM TINTA GEL, COM PONTA METÁLICA.
59	2059	UNIDADE	CANETA CORRETIVA SECAGEM RAPIDA 8ML PONTA METALICA
60	2060	CAIXA	CANETA CRISTAL ESFEROGRÁFICA COR AZUL, PONTA FINA 0.8MM, CORPO HEXAGONAL, PLUG DA MESMA COR DA TINTA, CAIXA COM 50 UNIDADES
61	2061	CAIXA	CANETA CRISTAL ESFEROGRÁFICA COR AZUL, PONTA MÉDIA DE 1MM, CORPO HEXAGONAL, PLUG DA MESMA COR DA TINTA, CAIXA COM 50 UNIDADES
62	2062	CAIXA	CANETA CRISTAL ESFEROGRÁFICA COR PRETA, PONTA FINA 0.8MM, CORPO HEXAGONAL, PLUG DA MESMA COR DA TINTA, CAIXA COM 50 UNIDADES
63	2063	CAIXA	CANETA CRISTAL ESFEROGRÁFICA COR PRETA, PONTA MÉDIA DE 1MM, CORPO HEXAGONAL, PLUG DA MESMA COR DA TINTA, CAIXA COM 50 UNIDADES
64	2064	CAIXA	CANETA CRISTAL ESFEROGRÁFICA COR VERMELHA, PONTA FINA 0.8MM, CORPO HEXAGONAL, PLUG DA MESMA COR DA TINTA, CAIXA COM 50 UNIDADES.
65	2065	CAIXA	CANETA CRISTAL ESFEROGRÁFICA COR VERMELHA, PONTA MÉDIA DE 1MM, CORPO HEXAGONAL, PLUG DA MESMA COR DA TINTA, CAIXA COM 50 UNIDADES.
66	2066	UNIDADE	CANETA FIXA COM CORRENTE METALIZADA, BASE TIPO BOLA, PARA BALCÕES E MESAS.
67	2067	UNIDADE	CANETA GLITTER COLORIDAS
68	2068	UNIDADE	CANETA MARCA TEXTO COR AMARELA, TINTA DE COMPOSIÇÃO ESPECIAL FLUORESCENTE, PONTA DE POLIESTER CHANFRADA.
69	2069	UNIDADE	CANETA MARCA TEXTO COR VERDE, TINTA DE COMPOSIÇÃO ESPECIAL FLUORESCENTE, PONTA DE POLIESTER CHANFRADA.
70	2070	UNIDADE	CANETA MARCADOR PARA PROJETO, PONTA GROSSA 2MM, TINTA A BASE DE ÁLCOOL, CORES SORTIDAS (AZUL, MARROM, AMARELA, PRETA, VERMELHA E VERDE), ESTOJO COM 6 UNIDADES.

71	2071	UNIDADE	CANETA PARA ESCREVER EM CD/DVD COM PONTA DE POLIÉSTER 2.00MM, TINTA A BASE DE ÁLCOOL, NA COR AZUL.
72	2072	UNIDADE	CANETA PARA ESCREVER EM CD/DVD COM PONTA DE POLIÉSTER 2.00MM, TINTA A BASE DE ÁLCOOL, NA COR PRETA.
73	2073	UNIDADE	CANETINHAS HIDROGRÁFICAS 12 CORES, ESTOJO COM 12 UNIDADES.
74	2074	PACOTE	CANUDO PLASTICO PARA REFRIGERANTE PCT C/ 400 UNI
75	2075	PACOTE	CAPA PLÁSTICA PARA ENCADERNAÇÃO (CONTRA-CAPA), FORMATO A4, COR PRETA, PACOTE COM 100 UNIDADES.
76	2076	PACOTE	CAPA PLÁSTICA PARA ENCADERNAÇÃO, FORMATO A4, COR CRISTAL, PACOTE COM 100 UNIDADES.
77	2077	UNIDADE	CARTOLINA 150G, TAMANHO 50X66, EM CORES SORTIDAS (AMARELO, AZUL, BRANCA, ROSA E VERDE).
78	2078	UNIDADE	CARTOLINA LAMINADA - DIVERSAS CORES
79	2079	TUBO	CD - R GRAVÁVEL, CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS DE 700MB E GRAVAÇÃO DE 80 MINUTOS, TUBO COM 50 UNIDADES.
80	2080	TUBO	CD - RW REGRAVÁVEL, CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS DE 700MB E GRAVAÇÃO DE 80 MINUTOS, TUBO COM 50 UNIDADES.
81	2081	CAIXA	CLIPS DE AÇO Nº 0/0, CAIXA DE 500GR.
82	2082	CAIXA	CLIPS DE AÇO Nº 2/0, CAIXA DE 500GR.
83	2083	CAIXA	CLIPS DE AÇO Nº 3/0, CAIXA DE 500GR.
84	2084	CAIXA	CLIPS DE AÇO Nº 4/0, CAIXA DE 500GR.
85	2085	CAIXA	CLIPS DE AÇO Nº 6/0, CAIXA DE 500GR.
86	2086	CAIXA	CLIPS DE AÇO Nº 8/0, CAIXA DE 500GR.
87	2087	UNIDADE	COLA BASTÃO 40GR, LAVÁVEL, NÃO TÓXICA, NÃO ESCORRE, NÃO SUJA.
88	2088	UNIDADE	COLA BRANCA, FRASCO COM 1L.
89	2089	UNIDADE	COLA BRANCA, FRASCO COM 35GR.
90	2090	UNIDADE	COLA BRANCA, FRASCO COM NO MÍNIMO 90GR.
91	2091	UNIDADE	COLA BRANCA, FRASCO ENTRE 35G E 40G.
92	2092	UNIDADE	COLA DIMENSIONAL COM GLITER, TUBO COM 35GR.
93	2093	UNIDADE	COLA DIMENSIONAL SEM GLITER, TUBO COM 35GR.
94	2094	UNIDADE	COLA INSTANTÂNEA (SUPERCOLA), COMPOSTA DE CIANOCRILATO, TUBO COM 20GR.
95	2095	UNIDADE	COLA INSTANTÂNEA (SUPERCOLA), UNIVERSAL, TUBO COM 5GR.
96	2096	UNIDADE	COLA PARA ISOPOR E EVA TUBO COM 90 GRAMAS
97	2097	UNIDADE	COLA RELEVO FRASCO DE 35ML
98	2098	CAIXA	COLCHETE Nº. 7, CAIXA COM 72 UNIDADES.
99	2099	CAIXA	COLCHETE Nº. 9, CAIXA COM 72 UNIDADES.
100	2100	CAIXA	COLCHETE Nº. 14, CAIXA COM 72 UNIDADES.
101	2101	CAIXA	CORRETIVO LÍQUIDO A BASE DE ÁGUA, 18ML, CAIXA COM 12 UNIDADES.
102	2102	UNIDADE	DISPENSADOR DE FITA ADESIVA, GRANDE.
103	2103	TUBO	DVD - R GRAVÁVEL, CAPACIDADE DE GRAVAÇÃO 4,7GB , TUBO COM 10 UNIDADES.
104	2104	TUBO	DVD - R GRAVÁVEL, CAPACIDADE DE GRAVAÇÃO 4,7GB, TUBO COM 50 UNIDADES.
105	2105	UNIDADE	DVD - R GRAVÁVEL, CAPACIDADE DE GRAVAÇÃO 8,5GB.
106	2106	UNIDADE	DVD - R, CAPACIDADE DE GRAVAÇÃO 8,5GB.
107	2107	TUBO	DVD - RW REGRAVÁVEL, CAPACIDADE DE GRAVAÇÃO 4,7GB , TUBO COM 10 UNIDADES.
108	2108	PACOTE	ELASTEX, PACOTE COM 10 UNIDADES, CADA UNIDADE MEDINDO 10 METROS.
109	2109	PACOTE	ELÁSTICO AMARELO, Nº 18, PACOTE COM 1KG.
110	2110	UNIDADE	ENCADERNADORA, COM CAPACIDADE DE FURAÇÃO PARA 20 FOLHAS DE 75G, COM POSIÇÃO DE 03 FUROS EM 54 FUROS, ESPAÇO ENTRE AS PUNÇÕES DE 2MM, DIÂMETRO DAS PUNÇÕES DE 4MM, TAMPO COM PINTURA ELETROSTÁTICA PARA MAIOR RESISTÊNCIA, PUNÇÕES E MATRIZ EM AÇO TEMPERADO E ESCALONADAS, LIXEIRA LATERAL COM CAPACIDADE DE 0,3 LITROS, APOIO DE BORRACHA PARA MAIOR ADERÊNCIA, ALAVANCA DE ACIONAMENTO EXCÊNTRICO.
111	2111	CAIXA	ENVELOPE EXTRA GRANDE, BRANCO, 37CMX45CM, CAIXA COM 250 UNIDADES.
112	2112	CAIXA	ENVELOPE GRANDE (A4), BRANCO, 24CMX34CM, CAIXA COM 250 UNIDADES.
113	2113	CAIXA	ENVELOPE MÉDIO, BRANCO, 18,5CMX25CM, CAIXA COM 250 UNIDADES.
114	2114	CAIXA	ENVELOPE OFÍCIO, BRANCO, 11,5CMX23CM, CAIXA COM 1000 UNIDADES.
115	2115	PACOTE	ENVELOPE PARA CD/DVD DE PAPEL, TAMANHO 126MMX126MM, BRANCO, PACOTE COM 50 UNIDADES.
116	2116	UNIDADE	ENVELOPE SACO KRAFT OURO, 75G, TAMNHO 176MMX250MM.
117	2117	UNIDADE	ENVELOPE SACO KRAFT, 75GR, TAMANHO 162MMX229MM.
118	2118	UNIDADE	ENVELOPE SACO KRAFT, 75GR, TAMANHO 250MMX353MM
119	2119	UNIDADE	ENVELOPE SACO KRAFT, 75GR, TAMANHO 310MMX410MM
120	2120	PACOTE	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, PRETA - Nº 7, PACOTE COM 100 UNIDADES.
121	2121	PACOTE	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, PRETA - Nº 9, PACOTE COM 100 UNIDADES.
122	2122	PACOTE	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, PRETA - Nº 12, PACOTE COM 100 UNIDADES.
123	2123	PACOTE	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, PRETA - Nº 14, PACOTE COM 100 UNIDADES.
124	2124	PACOTE	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, PRETA - Nº 17, PACOTE COM 100 UNIDADES.
125	2125	PACOTE	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, PRETA - Nº 17, PACOTE COM 80 UNIDADES.
126	2126	PACOTE	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, PRETA - Nº 33, PACOTE COM 100 UNIDADES.

127	2127	PACOTE	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, PRETA - Nº 33, PACOTE COM 25 UNIDADES.
128	2128	PACOTE	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, PRETA - Nº 40, PACOTE COM 18 UNIDADES.
129	2129	PACOTE	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, PRETA - Nº 40, PACOTE COM 20 UNIDADES.
130	2130	UNIDADE	ESTILETE AJUSTÁVEL 9MM (LÂMINA ESTREITA).
131	2131	UNIDADE	ESTILETE AJUSTÁVEL 18MM (LÂMINA LARGA).
132	2132	CAIXA	ETIQUETA ADESIVA, 21,1X38,2MM, CAIXA COM 6500 UNIDADES.
133	2133	CAIXA	ETIQUETA ADESIVA, 25,4X101,6MM, CAIXA COM 2.000 UNIDADES.
134	2134	CAIXA	ETIQUETA ADESIVA, 25,4X66,7MM, CAIXA COM 3.000 UNIDADES.
135	2135	CAIXA	ETIQUETA ADESIVA, 33,9X101,6MM, CAIXA COM 1.400 UNIDADES.
136	2136	CAIXA	ETIQUETA ADESIVA, 38,1X63,5MM, CAIXA COM 2100 UNIDADES.
137	2137	CAIXA	ETIQUETA ADESIVA, 50,8X101,6MM, CAIXA COM 1.000 UNIDADES.
138	2138	CAIXA	ETIQUETA ADESIVA, 99X38,1MM, CAIXA COM 1.400 UNIDADES.
139	2139	CAIXA	ETIQUETA ADESIVA, 101,6X84,7MM, CAIXA COM 600 UNIDADES.
140	2140	CAIXA	ETIQUETA ADESIVA, 138,11X106,36MM, CAIXA COM 400 UNIDADES.
141	2141	ROLO	ETIQUETA TÉRMICA 2,5X6CM, PARA USO EM IMPRESSORA ZEBRA, ROLO COM 500 UNIDADES.
142	2142	ROLO	ETIQUETA TÉRMICA 95MM X 28MM -1MM, PARA USO EM IMPRESSORA ZEBRA, ROLO COM 1.400 UNIDADES.
143	2143	CAIXA	EXTRATOR DE GRAMPOS, CAIXA COM 12 UNIDADES.
144	2144	UNIDADE	FICHA PAUTADA 6X9, BRANCA, PARA FICHÁRIO DE MESA.
145	2145	UNIDADE	FICHÁRIO DE MESA CRISTAL, 4X6, EM ACRÍLICO, COM ÍNDICE
146	2146	UNIDADE	FICHÁRIO DE MESA GRANDE, 6X9, FABRICADO COM BASE EM AÇO GRAFITE, TAMPA EM POLIESTIRENO, COM REFORÇO NA DOBRADIÇA, COM ÍNDICE AZ EM CARTÃO.
147	2147	ROLO	FIO DE NYLON 25MM ROLO C/ 100 MTS
148	2148	ROLO	FIO DE NYLON 50MM ROLO C/ 100 MTS
149	2149	ROLO	FITA ADESIVA LISA, MARROM DE PAPEL, 18MX50MM.
150	2150	UNIDADE	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 25MM X 45 MTS
151	2151	UNIDADE	FITA ADESIVA TRANSPARENTE CELOFANE, COM ADESIVO A BASE DE BORRACHA E RESINAS, ROLO 12MMX30M, EMBALAGEM COM 10 ROLOS
152	2152	UNIDADE	FITA ADESIVA TRANSPARENTE CELOFANE, COM ADESIVO A BASE DE BORRACHA E RESINAS, ROLO 12MMX40M, EMBALAGEM COM 10 ROLOS.
153	2153	UNIDADE	FITA ADESIVA TRANSPARENTE EM POLIPROPILENO, ROLO 45MMX45M, EMBALAGEM COM 4 ROLOS.
154	2154	UNIDADE	FITA ADESIVA, DUPLA FACE POLIPROPILENO, COM ADESIVO ACRÍLICO 12MMX30M.
155	2155	UNIDADE	FITA CORRETIVA, DE 5MMX6M.
156	2156	UNIDADE	FITA CREPE BRANCA, ROLO 19MMX50M, EMBALAGEM COM 6 ROLOS.
157	2157	UNIDADE	FITA CREPE, MARROM DE PAPEL, 38MMX50M.
158	2158	UNIDADE	FITA CREPE, MARROM DE PAPEL, 45MMX50M.
159	2159	UNIDADE	FITA DUPLA FACE DE ESPUMA PARA FIXAÇÃO PERMANENTE, ROLO 24MMX1,50M.
160	2160	ROLO	FITA MIMOSA 100M X7MM DIVERSAS CORES
161	2161	ROLO	FITA MIMOSA 7MM X 50M, CORES DIVERSAS.
162	2162	ROLO	FITA PARA PRESENTE 50 MTS X 32MM DIV.CORES
163	2163	ROLO	FITA PARA PRESENTE COLORIDA 10CMX22M,
164	2164	UNIDADE	FITA ZEBRADA PARA ISOLAMENTO, TAMANHO 7CMX200M, PRETO COM AMARELO.
165	2165	ROLO	FITILHO 50M X 5MM DIVERSAS CORES
166	2166	CAIXA	FOLHA ADESIVA A4, SEM RECORTE, CAIXA COM 100 FOLHAS.
167	2167	UNIDADE	FOLHA EM EVA, ATÓXICO, TOTALMENTE ANATÔMICO, CORES SORTIDAS, TAMANHO 600X400X2MM.
168	2168	UNIDADE	FOLHA EM EVA, ATÓXICO, TOTALMENTE ANATÔMICO, CORES SORTIDAS, TAMANHO 600X400X4MM.
169	2169	UNIDADE	FOLHA EM EVA, CAMUFLADO, TOTALMENTE ANATÔMICO, CORES SORTIDAS, TAMANHO 600X400X2MM.
170	2170	UNIDADE	FOLHA EM EVA, COM BRILHO, TOTALMENTE ANATÔMICO, CORES SORTIDAS, TAMANHO 600X400X2MM.
171	2171	UNIDADE	FOLHA EM EVA, DECORADO, TOTALMENTE ANATÔMICO, CORES SORTIDAS, TAMANHO 600X400X2MM.
172	2172	UNIDADE	FOLHA EM EVA, GRAFIATO, TOTALMENTE ANATÔMICO, CORES SORTIDAS, TAMANHO 600X400X2MM.
173	2173	UNIDADE	FOLHA EM EVA, LISTRADO, TOTALMENTE ANATÔMICO, CORES SORTIDAS, TAMANHO 600X400X2MM.
174	2174	UNIDADE	FOLHA EM EVA, PLUSH FELPUDO, TOTALMENTE ANATÔMICO, CORES SORTIDAS, TAMANHO 600X400X2MM.
175	2175	UNIDADE	FOLHA PAPEL ALMAÇO COM PAUTA E MARGEM, 56G, A4.
176	2176	UNIDADE	FOLHA PAPEL DUPLA FACE COLORIDO
177	2177	UNIDADE	FOLHAS PLÁSTICAS PARA PASTA CATÁLOGO.
178	2178	CAIXA	GIZ COLORIDO PARA QUADRO NEGRO C/ 64 UNIDADES
179	2179	CAIXA	GIZ DE CERA CURTO, COM 12 CORES SORTIDAS, FORMATO ANATÔMICO, NÃO TÓXICO.
180	2180	CAIXA	GIZ ESCOLAR COMUM, BRANCO, PRODUTO NÃO TÓXICO, COM PELÍCULA PLÁSTICA QUE NÃO SUJA AS MÃOS, NÃO SOLTA PÓ, ANTIALÉRGICO, RESISTENTE, CAIXA COM 64 PALITOS.
181	2181	PACOTE	GLITTER EM PACT DE 500GR DIVERSAS CORES
182	2182	PACOTE	GLITTER, PACOTE COM 250G, CORES DIVERSAS.
183	2183	CAIXA	GRAFITE 0,5MM B, CAIXA COM 12 UNIDADES.
184	2184	CAIXA	GRAFITE 0,5MM B, CAIXA COM 24 UNIDADES.

185	2185	CAIXA	GRAFITE 0,7MM 2B, CAIXA COM 12 UNIDADES.
186	2186	CAIXA	GRAFITE 0,7MM 2B, CAIXA COM 24 UNIDADES.
187	2187	UNIDADE	GRAMPEADOR DE MESA GRANDE, COM ESTRUTURA METÁLICA, APOIO DA BASE EM POLIETILENO E COBERTO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, CAPACIDADE PARA GRAMPEAR NO MÍNIMO 20 FOLHAS, CARREGA GRAMPOS 26/6, SUPORTE MÓVEL PARA DOIS TIPO DE FIXAÇÃO PERMANENTE OU TEMPORÁRIO. DIMENSÕES MÍNIMAS DE 200X50X85MM.
188	2188	UNIDADE	GRAMPEADOR DE MESA MÉDIO, COM ESTRUTURA METÁLICA, APOIO DA BASE EM POLIETILENO E COBERTO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, CAPACIDADE PARA GRAMPEAR NO MÍNIMO 20 FOLHAS, CARREGA GRAMPOS 26/6, SUPORTE MÓVEL PARA DOIS TIPO DE FIXAÇÃO PERMANENTE OU TEMPORÁRIO. DIMENSÕES MÍNIMAS DE 120X38X 53MM.
189	2189	UNIDADE	GRAMPEADOR P/ MADEIRA PARA GRAMPO 106/6
190	2190	CAIXA	GRAMPO 9/12, GRAMPO EM AÇO, RESISTENTE Á OXIDAÇÃO, PRATA, CAIXA CONTENDO NO MÍNIMO 1000 GRAMPOS.
191	2191	CAIXA	GRAMPO 23/8, GRAMPO DE ARAME DE AÇO REVESTIDO RESISTENTE Á OXIDAÇÃO, COBREADO, CAIXA CONTENDO 24 PENTES COM 210 GRAMPOS.
192	2192	CAIXA	GRAMPO 23/10 (ENAK) GRAMPO EM AÇO, RESISTENTE Á OXIDAÇÃO, PRATA, CAIXA CONTENDO NO MÍNIMO 1000 GRAMPOS.
193	2193	CAIXA	GRAMPO 23/13, GRAMPO DE ARAME DE AÇO REVESTIDO RESISTENTE Á OXIDAÇÃO, COBREADO, CAIXA CONTENDO 24 PENTES COM 210 GRAMPOS.
194	2194	CAIXA	GRAMPO 26/6, GRAMPO DE ARAME DE AÇO REVESTIDO RESISTENTE Á OXIDAÇÃO, COBREADO, CAIXA CONTENDO 24 PENTES COM 210 GRAMPOS.
195	2195	CAIXA	GRAMPO 26/8, GRAMPO EM AÇO, RESISTENTE Á OXIDAÇÃO, PRATA, CAIXA CONTENDO NO MÍNIMO 1000 GRAMPOS.
196	2196	CAIXA	GRAMPO 106/6, GRAMPO EM AÇO, RESISTENTE Á OXIDAÇÃO, PRATA, CAIXA CONTENDO NO MÍNIMO 3500 GRAMPOS.
197	2197	CAIXA	GRAMPO ENCADERNADOR PARA PASTAS, TIPO TRILHO 80MM, FABRICADO COM CHAPA DE AÇO REVESTIDA, CAIXA COM 50 UNIDADES.
198	2198	PACOTE	GRAMPO ENCADERNADOR PLÁSTICO BRANCO, PACOTE COM 50 UNIDADES.
199	2199	CAIXA	GRAMPO TRILHO (ROMEU E JULIETA) ESTENDIDO BRANCO P/ 600 FOLHAS
200	2200	UNIDADE	IMÃ FLEXÍVEL EM BARRA DE 1 MT
201	2201	UNIDADE	IMÃS COLORIDOS PARA QUADRO MAGNETICO
202	2202	CARTELA	IMÃS COLORIDOS PARA QUADRO MAGNÉTICO, CARTELA COM 12 UNIDADES.
203	2203	UNIDADE	LÂMINA PARA ESTILETE 9MM (ESTREITO).
204	2204	UNIDADE	LÂMINA PARA ESTILETE 18MM (LARGO).
205	2205	PACOTE	LANTEJOULA GRANDE PCT C/ 100 UNI
206	2206	PACOTE	LANTEJOULA MEDIO PCT C/ 100 UNI
207	2207	PACOTE	LANTEJOULA PEQUENA PCT C/ 100 UNI
208	2208	KIT	LÁPIS DE COR SEXTAVADO 12 CORES + 02 LÁPIS + 01 BORRACHA + 01 APONTADOR.
209	2209	CAIXA	LÁPIS DE COR SEXTAVADO 12 CORES GRANDE
210	2210	CAIXA	LÁPIS DE COR SEXTAVADO 24 CORES.
211	2211	CAIXA	LÁPIS DE COR SEXTAVADO 36 CORES.
212	2212	CAIXA	LÁPIS GRAFITE RESISTENTE PRETO Nº 02, CAIXA COM 12 UNIDADES.
213	2213	CAIXA	LÁPIS PRETO Nº 2, COM BORRACHA REDONDA, CAIXA COM 72 UNIDADES.
214	2214	UNIDADE	LAPISEIRA PRETA, COM PONTA DE METAL, DIÂMETRO 0,5MM, COM BORRACHA, CLIP REMOVÍVEL.
215	2215	UNIDADE	LAPISEIRA PRETA, COM PONTA DE METAL, DIÂMETRO 0,7MM, COM BORRACHA, CLIP REMOVÍVEL.
216	2216	UNIDADE	LIVRO ATA, COM 100 FOLHAS NUMERADAS, CAPA E CONTRACAPA 700GR REVESTIDO EM PAPEL 90 GR PLASTIFICADO, FOLHAS INTERNAS PAPEL OF-SET 56 GR, TAMANHO 205MMX300MM.
217	2217	UNIDADE	LIVRO ATA, COM 200 FOLHAS NUMERADAS, CAPA E CONTRACAPA 700GR REVESTIDO EM PAPEL 90 GR PLASTIFICADO, FOLHAS INTERNAS PAPEL OF-SET 56 GR, TAMANHO 205MMX300MM.
218	2218	UNIDADE	LIVRO ATA, COM 50 FOLHAS NUMERADAS, CAPA E CONTRACAPA 700GR REVESTIDO EM PAPEL 90 GR PLASTIFICADO, FOLHAS INTERNAS PAPEL OF-SET 56 GR, TAMANHO 205MMX300MM.
219	2219	UNIDADE	LIVRO PROTOCOLO, CAPA DURA, COM 50 FOLHAS.
220	2220	CAIXA	MASSA PARA MODELAR, MACIA, NÃO ESFARELA, NÃO GRUDA, NÃO ENDURECE, ATÓXICA, CAIXA COM 12 CORES.
221	2221	UNIDADE	MOLHA DEDO, INDICADO PARA O MANUSEIO DE PAPÉIS, NÃO TÓXICO, FRASCO CONTENDO 12GR.
222	2222	UNIDADE	MOUSE ÓPTICO, COM CONEXÃO PS2, 02 BOTÕES COM SCROLL CONTROLE, COR PRETA, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES
223	2223	UNIDADE	MOUSE ÓPTICO, COM CONEXÃO USB, 02 BOTÕES COM SCROLL CONTROLE, COR PRETA.
224	2224	UNIDADE	MOUSE ÓPTICO, CONEXÃO SEM FIO, RESOLUÇÃO DE 1000DPI, RECEPTOR NANO USB, FREQUÊNCIA DE 2,4 GHZ, COM DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, COR PRETA. COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.
225	2225	PACOTE	OLHINHOS PARA COLAGEM GRANDE PCT C/ 100 UNI
226	2226	PACOTE	OLHINHOS PARA COLAGEM GRANDE, PACOTE COM 50 UNIDADES.
227	2227	PACOTE	OLHINHOS PARA COLAGEM MEDIO PCT C/ 100 UNI
228	2228	PACOTE	OLHINHOS PARA COLAGEM MÉDIO, PACOTE COM 50 UNIDADES.
229	2229	PACOTE	OLHINHOS PARA COLAGEM PEQUENO PCT C/ 100 UNI
230	2230	PACOTE	OLHINHOS QUE SE MEXEM TAMANHO G. PCT C/ 100 UNI



231	2231	PACOTE	OLHINHOS QUE SE MEXEM TAMANHO M. PCT C/ 100 UNI
232	2232	PACOTE	OLHINHOS QUE SE MEXEM TAMANHO P. PCT C/ 100 UNI
233	2233	PACOTE	OLHINHOS QUE SE MEXEM, TAMANHO G, PACOTE COM 50 UNIDADES.
234	2234	PACOTE	OLHINHOS QUE SE MEXEM, TAMANHO M, PACOTE COM 50 UNIDADES.
235	2235	PACOTE	PALITO DE CHURRASCO PCT C/100 UNI
236	2236	PACOTE	PALITO DE PICOLÉ PCT C/ 100 UNI
237	2237	CAIXA	PAPEL A3, ALCALINO, COM ELEVADO GRAU DE BRANCURA, SUPERFÍCIE RESISTENTE, CORTE PERFEITO E EQUILIBRADA ABSORÇÃO, FOLHA TAMANHO 297MMX420MM, 75G/M². RESMA EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A UMIDADE COM 500 FOLHAS E COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO. CAIXA COM 5 RESMAS.
238	2238	CAIXA	PAPEL A4, ALCALINO, PARA APLICAÇÃO EM IMPRESSORA LASER, COM ELEVADO GRAU DE BRANCURA, SUPERFÍCIE RESISTENTE, CORTE PERFEITO E EQUILIBRADA ABSORÇÃO, FOLHA TAMANHO 210X297MM, 75G/M². RESMA EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A UMIDADE COM 500 FOLHAS E COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL FSC OU CERFLOR, COM SELO E CÓDIGO DE LICENÇA IMPRESSOS NA EMBALAGEM. CAIXA COM 10 RESMAS.
239	2239	CAIXA	PAPEL A4, ALCALINO, PARA APLICAÇÃO EM IMPRESSORA LASER, COM ELEVADO GRAU DE BRANCURA, SUPERFÍCIE RESISTENTE, CORTE PERFEITO E EQUILIBRADA ABSORÇÃO, FOLHA TAMANHO 210X297MM, 75G/M². RESMA EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A UMIDADE COM 500 FOLHAS E COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL FSC OU CERFLOR, COM SELO E CODIGO DE LICENÇA IMPRESSOS NA EMBALAGEM. CAIXA COM 10 RESMAS.
240	2240	UNIDADE	PAPEL A4, COR AZUL, SUPERFÍCIE RESISTENTE, CORTE PERFEITO E EQUILIBRADA ABSORÇÃO, FOLHA TAMANHO 210X297MM, 75G/M². RESMA EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A UMIDADE COM 100 FOLHAS E COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO.
241	2241	UNIDADE	PAPEL A4, COR MARFIM, SUPERFÍCIE RESISTENTE, CORTE PERFEITO E EQUILIBRADA ABSORÇÃO, FOLHA TAMANHO 210X297MM, 75G/M². RESMA EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A UMIDADE COM 100 FOLHAS E COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO.
242	2242	UNIDADE	PAPEL A4, COR ROSA, SUPERFÍCIE RESISTENTE, CORTE PERFEITO E EQUILIBRADA ABSORÇÃO, FOLHA TAMANHO 210X297MM, 75G/M². RESMA EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A UMIDADE COM 100 FOLHAS E COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO.
243	2243	UNIDADE	PAPEL A4, COR VERDE, SUPERFÍCIE RESISTENTE, CORTE PERFEITO E EQUILIBRADA ABSORÇÃO, FOLHA TAMANHO 210X297MM, 75G/M². RESMA EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A UMIDADE COM 100 FOLHAS E COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO.
244	2244	UNIDADE	PAPEL CAMURÇA - DIVERSAS CORES
245	2245	UNIDADE	PAPEL CANSON - CREME, BRANCO
246	2246	CAIXA	PAPEL CARBONO AZUL TAMANHO A4, CAIXA COM 100 FOLHAS.
247	2247	CAIXA	PAPEL CARBONO PRETO TAMANHO A4, CAIXA COM 100 FOLHAS.
248	2248	UNIDADE	PAPEL CARTÃO, TAMANHO 50X66 CORES DIVERSAS.
249	2249	UNIDADE	PAPEL CELOFANE - DIVERSAS CORES 85X100
250	2250	UNIDADE	PAPEL CELOFANE TRANSPARENTE 85X100
251	2251	ROLO	PAPEL CONTACT - C/ MOTIVOS INFANTIS RL C/ 10 MTS
252	2252	ROLO	PAPEL CONTACT - DIVERSAS CORES RL C/ 10 MTS
253	2253	ROLO	PAPEL CONTACT - TRASNARENTE RL C/ 25 MTS
254	2254	CAIXA	PAPEL CREPOM, CORES DIVERSAS, CAIXA COM 40 ROLOS.
255	2255	PACOTE	PAPEL CREPOM, CORES DIVERSAS, EMBALAGEM COM 40 ROLOS.
256	2256	UNIDADE	PAPEL DOBRADURA - DIVERSAS CORES
257	2257	UNIDADE	PAPEL DOBRADURA 50X60
258	2258	UNIDADE	PAPEL DOBRADURA JORNAL, CORES DIVERSAS, MEDINDO 50CM X 60CM
259	2259	UNIDADE	PAPEL DUPLEX - DIVERSAS CORES
260	2260	UNIDADE	PAPEL ESPECIAL PARA IMPRESSORA JATO DE TINTA E LASER - LINHO, 180GR, COR BRANCO.
261	2261	UNIDADE	PAPEL LAMINADO - DIVERSAS CORES
262	2262	UNIDADE	PAPEL MICROONDULADO - DIVERSAS CORES
263	2263	ROLO	PAPEL PARA PLOTTER, TAMANHO 0,914CMX50M, 90 GRAMAS.
264	2264	ROLO	PAPEL PARA PRESENTE RL C/ 100 MTS
265	2265	UNIDADE	PAPEL PARANÁ 1,00X0,80CM
266	2266	UNIDADE	PAPEL PARDO BOBINA 20KG 1,20 MTS DE ALTURA, 40G
267	2267	UNIDADE	PAPEL PARDO BOBINA 4KG 0,60MTS DE ALTURA, 40G
268	2268	UNIDADE	PAPEL SEDA - DIVERSAS CORES
269	2269	ROLO	PAPEL SULFITE PARA PLOTTER, TAMANHO 61X50M, 90 GRAMAS.
270	2270	UNIDADE	PAPEL VERGÊ- CREME E BRANCO
271	2271	CAIXA	PAPEL VERGÊ, 120G/M², TAMANHO A4, BRANCO, CAIXA COM 50 FOLHAS.
272	2272	UNIDADE	PASTA AZ COM LOMBO LARGO.
273	2273	UNIDADE	PASTA CATÁLOGO CAPA JEANS 100 FOLHAS
274	2274	UNIDADE	PASTA CATÁLOGO CAPA PRETA 50 FOLHAS
275	2275	UNIDADE	PASTA CATÁLOGO PRETA, FORMATO OFÍCIO, COM COLCHETES, COM 20 FOLHAS DE PLÁSTICO.
276	2276	UNIDADE	PASTA COM ELÁSTICO PAPEL

277	2277	UNIDADE	PASTA COM ELÁSTICO, LOMBO 3CM, TRANSPARENTE, TAMANHO 335X246X30MM.
278	2278	UNIDADE	PASTA COM GRAMPO PLÁSTICO, TRANSPARENTE, TAMANHO 238X335X15MM.
279	2279	UNIDADE	PASTA DE PAPELÃO COM GRAMPO TRILHO.
280	2280	UNIDADE	PASTA OFICIO, EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, COM ELÁSTICO, TAMANHO 233X348MM.
281	2281	UNIDADE	PASTA POLIONDULADA 20MM
282	2282	UNIDADE	PASTA POLIONDULADA 36MM
283	2283	UNIDADE	PASTA POLIONDULADA 50 MM
284	2284	UNIDADE	PASTA POLIONDULADA GRANDE PARA CARTOLINA
285	2285	CAIXA	PASTA SUSPensa MARMORIZADA, CONFECCIONADA EM CARTÃO, HASTE DE METAL COM QUATRO PONTEIRAS PLÁSTICAS, COM GRAMPO, VISOR E ETIQUETA, CAIXA COM 50 PASTAS.
286	2286	UNIDADE	PASTA SUSPensa SANFONADA, PRODUZIDA EM CARTÃO KRAFT, COM 12 DIVISÓRIAS, 12 VISORES E ETIQUETAS, POSSUI 2 HASTES PLÁSTICAS (PRETA) 40,5X15CM, GRAMATURA 420G.
287	2287	UNIDADE	PERCEVEJO DE METAL, CAIXA COM 100 UNIDADES.
288	2288	UNIDADE	PERFURADOR DE PAPEL METÁLICO 02 FUROS, COM CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO PARA NO MÍNIMO 12 FOLHAS, APOIO DA BASE EM POLIETILENO, PINOS PERFURADORES EM AÇO E MOLAS EM AÇO, DIÂMETRO DO FURO: 6MM, DISTÂNCIA DOS FUROS: 80MM, COM MARGEADOR PLÁSTICO.
289	2289	UNIDADE	PERFURADOR DE PAPEL, COM CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO PARA NO MÍNIMO 50 FOLHAS, BASE E CABO EM FERRO FUNDIDO, APOIO DA BASE EM POLIETILENO, PINOS PERFURADORES EM AÇO, DIÂMETRO DO FURO: 6MM, DISTÂNCIA DOS FUROS: 80MM.
290	2290	UNIDADE	PILHA AA ALCALINA, EMBALAGEM COM 2 UNIDADES.
291	2291	UNIDADE	PILHA AAA ALCALINA (PALITO), EMBALAGEM COM 2 UNIDADES.
292	2292	UNIDADE	PILHA D ALCALINA, EMBALAGEM COM 2 UNIDADES.
293	2293	UNIDADE	PILHA MÉDIA C, EMBALAGEM COM 2 UNIDADES.
294	2294	UNIDADE	PILHA PARA CONTROLE A23.
295	2295	UNIDADE	PILHA RECARREGÁVEL MINI TIPO AA
296	2296	UNIDADE	PINCEL ATÔMICO PARA QUADRO BRANCO COR AZUL, RECARREGÁVEL COM SISTEMA DE VÁLVULA COM 10 ML DE TINTA LÍQUIDA. PONTEIRA SUBSTITUÍVEL COM ROSCA.
297	2297	UNIDADE	PINCEL ATÔMICO PARA QUADRO BRANCO COR PRETA, RECARREGÁVEL COM SISTEMA DE VÁLVULA COM 10 ML DE TINTA LÍQUIDA. PONTEIRA SUBSTITUÍVEL COM ROSCA
298	2298	UNIDADE	PINCEL ATÔMICO PARA QUADRO BRANCO COR VERDE, RECARREGÁVEL COM SISTEMA DE VÁLVULA COM 10 ML DE TINTA LÍQUIDA. PONTEIRA SUBSTITUÍVEL COM ROSCA
299	2299	UNIDADE	PINCEL ATÔMICO PARA QUADRO BRANCO COR VERMELHA, RECARREGÁVEL COM SISTEMA DE VÁLVULA COM 10 ML DE TINTA LÍQUIDA. PONTEIRA SUBSTITUÍVEL COM ROSCA
300	2300	UNIDADE	PINCEL ATÔMICO, PONTA MÉDIA, COR AZUL.
301	2301	UNIDADE	PINCEL ATÔMICO, PONTA MÉDIA, COR PRETA.
302	2302	UNIDADE	PINCEL ATÔMICO, PONTA MÉDIA, COR VERDE.
303	2303	UNIDADE	PINCEL ATÔMICO, PONTA MÉDIA, COR VERMELHA
304	2304	UNIDADE	PISTOLA GRANDE PARA COLA QUENTE 40W, 220 VOLTS.
305	2305	UNIDADE	PISTOLA PEQUENA PARA COLA QUENTE 40W, 220 VOLTS.
306	2306	UNIDADE	PLACA EM EPS (ISOPOR) COM TAMANHO PADRÃO 1000X500 ESPESSURA 010.
307	2307	UNIDADE	PLACA EM EPS (ISOPOR) COM TAMANHO PADRÃO 1000X500 ESPESSURA 025.
308	2308	UNIDADE	PLACA EM EPS (ISOPOR) COM TAMANHO PADRÃO 1000X500MM ESPESSURA 015.
309	2309	ROLO	PLÁSTICO ADESIVO (CONTACT) TRANSPARENTE, ROLO COM NO MÍNIMO 25M DE COMP.X45CM ALTURA.
310	2310	ROLO	PLÁSTICO BOLHA, MEDINDO 1,40CM X 100M
311	2311	METRO	PLÁSTICO OLEADO TRANSPARENTE, GROSSO, LARGURA PADRÃO 1,40M
312	2312	UNIDADE	PORTA CLIPS TRIPLO, EM ACRÍLICO TRANSPARENTE, BASE COM 24X7,5CM.
313	2313	UNIDADE	PORTA DOCUMENTOS C/ ABAS 70MM X 105MM
314	2314	UNIDADE	PORTA GIS DE MADEIRA C/ APAGADOR
315	2315	UNIDADE	PRANCHETA DE ACRÍLICO COM PRENDEDOR DE PAPEL.
316	2316	UNIDADE	PRANCHETA DE MADEIRA COM PRENDEDOR DE PAPEL.
317	2317	UNIDADE	PRENDEDOR DE PAPEL 15MM (TIPO GRAMPONOL), CORPO DE METAL COM PINTURA EPÓXI E PRESILHA EM AÇO INOXIDÁVEL, PRENDE ATÉ 60 FOLHAS DE PAPEL 75G/M2.
318	2318	UNIDADE	PRENDEDOR DE PAPEL 32MM (TIPO GRAMPONOL), CORPO DE METAL COM PINTURA EPÓXI E PRESILHA EM AÇO INOXIDÁVEL, PRENDE ATÉ 150 FOLHAS DE PAPEL 75G/M2.
319	2319	UNIDADE	PRENDEDOR DE PAPEL 41MM (TIPO GRAMPONOL), CORPO DE METAL COM PINTURA EPÓXI E PRESILHA EM AÇO INOXIDÁVEL, PRENDE ATÉ 200 FOLHAS DE PAPEL 75G/M2.
320	2320	UNIDADE	PRENDEDOR DE PAPEL 51MM (TIPO GRAMPONOL), CORPO DE METAL COM PINTURA EPÓXI E PRESILHA EM AÇO INOXIDÁVEL, PRENDE ATÉ 250 FOLHAS DE PAPEL 75G/M2.
321	2321	UNIDADE	QUADRO BRANCO, TAMANHO 90X1,20CM, MOLDURA EM ALUMÍNIO, COM SUPORTE PARA APAGADOR.
322	2322	PACOTE	RECADO AUTO-ADESIVO, TAMANHO 38X50MM, PACOTE COM 4 UNIDADES, CADA BLOCO CONTENDO 100 FOLHAS.
323	2323	UNIDADE	RECADO AUTO-ADESIVO, TAMANHO 76X102MM, BLOCO COM 100 FOLHAS.
324	2324	UNIDADE	REFIL (BASTÃO) COLA SILICONE, TAMANHO 11,3CM X 30CM.
325	2325	QUILO	REFIL (BASTÃO) COLA SILICONE, TAMANHO 11,3X30CM.
326	2326	UNIDADE	REFIL (BASTÃO) COLA SILICONE, TAMANHO 7,4CM X 30CM.



327	2327	QUILO	REFIL (BASTÃO) COLA SILICONE, TAMANHO 7,4X30CM.
328	2328	UNIDADE	REFIL DE PINCEL ATÔMICO PARA QUADRO BRANCO, REFIL COM 5,5 ML, ACOMPANHA UMA PONTA SUBSTITUIVEL ACOPLADA AO REFIL DE COR AZUL.
329	2329	UNIDADE	REFIL DE PINCEL ATÔMICO PARA QUADRO BRANCO, REFIL COM 5,5 ML, ACOMPANHA UMA PONTA SUBSTITUIVEL ACOPLADA AO REFIL DE COR PRETO
330	2330	UNIDADE	REFIL DE PINCEL ATÔMICO PARA QUADRO BRANCO, REFIL COM 5,5 ML, ACOMPANHA UMA PONTA SUBSTITUIVEL ACOPLADA AO REFIL DE COR VERMELHO.
331	2331	PACOTE	RÉGUA ACRÍLICA TRANSPARENTE, COM 30CM, PACOTE COM 25 UNIDADES.
332	2332	UNIDADE	RÉGUA DE MADEIRA 100CM.
333	2333	UNIDADE	RÉGUA DE MADEIRA 60CM.
334	2334	UNIDADE	SACO DE PAPEL KRAFT 1KG PARA ENTREGA DE MEDICAMENTOS.
335	2335	UNIDADE	SACO DE PAPEL KRAFT 2KG PARA ENTREGA DE MEDICAMENTOS.
336	2336	UNIDADE	SACO DE PAPEL KRAFT 3KG PARA ENTREGA DE MEDICAMENTOS
337	2337	PACOTE	SACO PARA PIPOCA 20X8CM, PARA USO NA ENTREGA DE MEDICAMENTOS. PACOTE COM 500 UNIDADES.
338	2338	PACOTE	SACO PLÁSTICO PARA FARMÁCIA, MEDINDO 20CM X 8CM, PACOTE COM 500 UNIDADES.
339	2339	UNIDADE	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE GROSSO, 4 FUROS, TAMANHO OFÍCIO.
340	2340	UNIDADE	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE GROSSO, SEM FUROS, TAMANHO OFÍCIO.
341	2341	UNIDADE	SACOLA PLÁSTICA BRANCA CAPACIDADE 30X42MM
342	2342	UNIDADE	SACOLA PLÁSTICA BRANCA CAPACIDADE 38X48MM
343	2343	UNIDADE	SAQUINHO DE CELOFANE 7X10 CM
344	2344	UNIDADE	SUPER COLA PANO, TUBO COM NO MÍNIMO 35GR.
345	2345	UNIDADE	TECLADO ALFANUMÉRICO PADRÃO ABNT2 E MOUSE ÓPTICO, CONEXÕES SEM FIO, RESOLUÇÕES DE 1000DPI, RECEPTORES NANO USB, FREQUÊNCIAS DE 2,4 GHZ, AMBOS DEVERÃO POSSUIR DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, CORES PRETA. COM GARANTIA MINÍMA DE 12 MESES.
346	2346	UNIDADE	TECLADO PADRÃO ABNT2, TERMINAL PS2, MÍNIMO 107 TECLAS, COMPRIMENTO MÍNIMO DO CABO DE 1,8 M, COR PRETA.
347	2347	UNIDADE	TECLADO PADRÃO ABNT2, TERMINAL UBS, MÍNIMO 107 TECLAS, COMPRIMENTO MÍNIMO DO CABO DE 1,8 M, COR PRETA.
348	2348	UNIDADE	TESOURA 4", DE USO ESCOLAR, PONTA ARREDONDADA, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, COM CABO DE POLI-PROPILENO, COLORIDA
349	2349	UNIDADE	TESOURA TAMANHO GRANDE, 21CM EM INOX, CABO ANATÔMICO.
350	2350	UNIDADE	TINTA GUACHE, NÃO TÓXICA, CORES DIVERSAS, FRASCO 250ML.
351	2351	UNIDADE	TINTA PARA CARIMBO 40ML, COR AZUL.
352	2352	UNIDADE	TINTA PARA CARIMBO 40ML, COR PRETA.
353	2353	UNIDADE	TINTA PARA CARIMBO 40ML, COR VERMELHA.
354	2354	UNIDADE	TINTA PARA TECIDO ACRIPUFF BRANCO FRASCO COM 42 ML
355	2355	FRASCO	TINTA PARA TECIDO ACRIPUFF BRANCO, FRASCO COM 35 ML.
356	2356	UNIDADE	TINTA PARA TECIDOS CORES DIVERSAS, VIDROS COM 37 ML.
357	2357	UNIDADE	TINTA REFIL DE PINCEL ATÔMICO, EMBALAGEM CONTA GOTA, CONTENDO 37ML, COR AZUL.
358	2358	UNIDADE	TINTA REFIL DE PINCEL ATÔMICO, EMBALAGEM CONTA GOTA, CONTENDO 37ML, COR PRETA.
359	2359	UNIDADE	TINTA REFIL DE PINCEL ATÔMICO, EMBALAGEM CONTA GOTA, CONTENDO 37ML, COR VERDE.
360	2360	UNIDADE	TINTA REFIL DE PINCEL ATÔMICO, EMBALAGEM CONTA GOTA, CONTENDO 37ML, COR VERMELHA.
361	2361	UNIDADE	TINTA SPRAY CORES DIVERSAS
362	2362	METRO	TNT, CORES DIVERSAS, 40GR, TAMANHO 1,40X100CM.
363	2363	ROLO	TNT, CORES DIVERSAS, 80GR, TAMANHO 1,40CMX50M.
364	2364	CAIXA	TRANSPARENCIA A4, SEM TARJA, PARA JATO DE TINTA, CAIXA COM 50 UNIDADES.
365	2365	CAIXA	TRANSPARENCIA A4, SEM TARJA, PARA LASER, CAIXA COM 50 UNIDADES.
366	2366	CAIXA	VISOR PARA PASTA SUSPENSÃO PLÁSTICO TRANSPARENTE COM ETIQUETA BRANCA, CAIXA COM 50 UNIDADES.

## 5. DAS AMOSTRAS:

5.1. As amostras para avaliação deverão ser encaminhadas através de prospectos ou ficha técnica e demais documentos, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 deste projeto Básico.

5.2. Cada bem proposto deverá estar identificado com o respectivo número do item desta chamada pública, e ser apresentado com:

- Descrições das características que permitam a sua perfeita qualificação;
- Fotos ou imagens do bem.

5.2.1. Poderão ser apresentados outros documentos que contribuam para a análise e avaliação da amostra, como exemplo: catálogos, certificações, selos de qualidade, termos de garantia, tabelas comparativas, testes padrões, testes de desempenho, testes de performance, testes de resistência, ensaios, materiais gráficos diversos, etc.

## 6. DA AVALIAÇÃO DOS BENS:

6.1. Com o objetivo de constatar o atendimento dos requisitos mínimos esperados e exigidos para "Pré- Qualificação" (aprovação), as amostras serão avaliadas nos seguintes quesitos:

- As amostras apresentadas estão devidamente identificadas com os números do item desta Chamada Pública;
- A documentação apresentada atende todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e as demais exigências conforme item 4 deste projeto Básico;
- Foram apresentados fotos ou desenhos da imagem do bem;
- Foram apresentados outros documentos que contribuíram para a análise e avaliação da amostra.

## 7. DA ENTREGA DAS PROPOSTAS E AMOSTRAS:

7.1. As propostas deverão ser emitidas, devidamente datadas e assinadas pela proponente, conforme modelo do Anexo II, e apresentada dentro de envelope fechado, contendo do lado externo as informações a seguir:

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS N° 004/2016		
PROCESSO ADMINISTRATIVO 005/2016		
Proponente:		
Endereço:		
Fone/Fax:		
E-mail:		

7.2. Dentro desse mesmo envelope deverá conter:

- Os documentos das amostras conforme item 5 deste projeto básico;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Novo Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

Coronel Freitas - SC, 07 de janeiro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Presidente do Consócio Intermunicipal

Velho Coronel – CVC

## ANEXO II

### PROPOSTA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS N° 004/2016  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 005/2016

Vimos através desta propor a "Pré-Qualificação" dos bens abaixo relacionados, aceitando e concordando com todos os termos e condições estabelecidos no Edital de Chamada Pública e seus anexos.

DADOS DA PESSOA JURÍDICA
Empresa (razão social):
CNPJ:
MF:
Endereço:
Fone/fax:
E-mail:
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL
Nome Completo:
Cargo/Função:
Identidade Nº: CPF/MF Nº:
Telefone para Contato:
E-mail:

## RELAÇÃO DOS BENS PROPOSTOS À "PRÉ-QUALIFICAÇÃO"

Item (*)	Descrição do Bem Proposto(**)	Marca	Modelo

(\*) Preencher com o mesmo número correspondente ao item do bem do Projeto Básico do Edital.

(\*\*) Preencher com a descrição das características do bem proposto que permitam a sua perfeita qualificação.

Local e data:

Assinatura do representante legal

**RESOLUÇÃO 01-2016 - NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Resolução n. 001/2016

**"DISPÕE SOBRE A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"**

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, Sr. Everaldo Luis Casonatto, Prefeito Municipal de União do Oeste, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções e do Estatuto do Consórcio CVC, CONSIDERANDO as disposições do artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993

RESOLVE:

Art. 1º - Fica através desta Resolução nomeada a Comissão Permanente de Licitação para o período de 05 de janeiro a 31 de dezembro de 2016, e terá função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

Art. 2º - Os membros indicados para a Comissão Permanente de Licitação, deverão garantir o princípio da isonomia entre os licitantes, no julgamento das propostas deverá ser observado o princípio da legalidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade e moralidade, vinculando ao instrumento convocatório que lhe deu origem.

Art. 3º - Fazem parte da Comissão Permanente de Licitação;

CARGO	NOME	CPF	Órgão
Presidente:	EDIR ATONIO BAGIO	914.934.559-15	Consortio - CVC
Secretário:	MARCELO JOSÉ RITTER	046.850.579-29	P. M. Cel. Freitas
Membro:	IVONE MARIA MARTELLI	620.968.509-91	P. M. Cel. Freitas

Parágrafo Único – Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC, e aos Municípios Associados.

Art. 4º - Os membros da Comissão poderão ser substituídos a qualquer tempo, sendo que a investidura deverá estar de acordo com o parágrafo 4º do artigo 51 da Lei nº 8.666/93.

Art. 5º - A Comissão poderá solicitar laudos técnicos e outros documentos, quando se fizer necessário, durante todas as fases do processo licitatório.

Art. 6º - As despesas decorrentes desta Resolução, correrão à conta do Orçamento Vigente.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução 06/2015 de 07 de abril de 2015.

Art. 8º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Coronel Freitas - SC, 04 de janeiro de 2016.

Everaldo Luis Casonatto

Presidente do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC

Prefeito de União do Oeste - SC

**RESOLUÇÃO 02-2016 - NOMEAÇÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO**

Resolução n. 002/2016

Dispõe sobre a nomeação do Pregoeiros e da Equipe de Apoio e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, Sr. Everaldo Luis Casonatto, Prefeito Municipal de União do Oeste, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções e do Estatuto do Consórcio CVC, CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/05 e Resoluções do CVC n. 002/2015 e 005/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica nomeado para exercer a função de PREGOEIRO o Sr. Edir Antonio Bagio, CPF 914.934.559-15, para atuar nos processos de licitação na modalidade Pregão nas formas presencial e eletrônico, promovidos pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC.

Art. 2º - Fica também nomeada a equipe de Apoio do Pregoeiro com os seguintes membros:

NOME	CPF	Órgão
MARCELO JOSÉ RITTER	046.850.579-29	P. M. Cel. Freitas
IVONE MARIA MARTELLI	620.968.509.91	P. M. Cel. Freitas

Parágrafo Único – O Pregoeiro bem como os membros da equipe ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC, e aos Municípios Associados.

Art. 3º - O Pregoeiro bem como os membros da equipe, deverão garantir o princípio da isonomia entre os licitantes, no julgamento das propostas deverá ser observado o princípio da legalidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade e moralidade, vinculando ao instrumento convocatório que lhe deu origem.

Art. 4º - Caberá ao pregoeiro e respectiva equipe de apoio, dentre outras atribuições, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 5º - O Pregoeiro bem como os membros da equipe poderão ser substituídos a qualquer tempo, sendo que a investidura deverá estar de acordo com o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 10.520/02.

Art. 6º - O Pregoeiro bem como a equipe poderão solicitar laudos técnicos e outros documentos, quando se fizer necessário, durante todas as fases do processo licitatório.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta Resolução, correrão à conta do Orçamento Vigente.

Art. 8º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução 07/2015 de 07 de abril de 2015.

Art. 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Coronel Freitas - SC, 04 de janeiro de 2016.

Everaldo Luis Casonatto

Presidente do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC

Prefeito de União do Oeste - SC

**RESOLUÇÃO 03-2016 - NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PRE-QUALIFICAÇÃO**

Resolução n. 003/2016

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para avaliação técnica de produtos destinados à pré-qualificação, e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, Sr. Everaldo Luis Casonatto, Prefeito Municipal de União do Oeste, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções e do Estatuto do Consórcio CVC, CONSIDERANDO as disposições da Resolução n. 002/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para avaliação de produtos a serem apresentados pelos fabricantes e/ou fornecedores de bens destinados à pré-qualificação, conforme editais de chamamento, divulgados por meio do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC, com os seguintes membros:

CARGO	NOME	CPF	Órgão
Presidente:	EDIR ATONIO BAGIO	914.934.559-15	Consorcio – CVC
Secretário:	MARCELO JOSÉ RITTER	046.850.579-29	P. M. Cel. Freitas
Membro:	IVONE MARIA MARTELLI	620.968.509-91	P. M. Cel. Freitas

Parágrafo Único – Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC, e aos Municípios Associados.

Art. 2º - Os membros da Comissão poderão ser substituídos a qualquer tempo, sendo que a investidura deverá estar de acordo com o parágrafo 4º do artigo 51 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A Comissão poderá solicitar laudos técnicos e outros documentos, quando se fizer necessário, durante todas as fases do processo licitatório.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Resolução, correrão à conta do Orçamento Vigente.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução 08/2015 de 07 de abril de 2015.

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Coronel Freitas - SC, 04 de janeiro de 2016.

Everaldo Luis Casonatto

Presidente do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC

Prefeito de União do Oeste - SC